DEPÓSITO LEGAL
= JUL 1942
576

da Estremadura

1940

BOLETIM DA JUNTA DE PROVINCIA DA ESTREMADURA

J.P.E.
EDIÇÕES
Lisboa

NAZARETH


município
de Lisboa

DEPOSITO LEGAL
JUL. 1942

da Estremadura

Boletim da Junta de Província da Estremadura

Estudos e Relatórios

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LISBOA

SUMÁRIO

A-propósito das Comemorações
A nova sede da Junta
A Expansão dos Serviços de Puericultura
As Festas do Duplo Centenário na Província da Estremadura

a) Natal de Glória
b) Renovação
c) A Capital do Império
d) Nas Caldas da Raínha
e) Museu Provincial
f) Serão Medieval
g) O que disse a Imprensa
h) Comemorações nos Concelhos

S. E. o Senhor Cardial Patriarca
Mulheres de Portugal
O VI.º Centenário da Companhia de Jesus
Fez cem anos...
Três Pedros estremenhos
O Teatro e a Estremadura
Estremadura folclórica

a) O Azulejo Português
b) O Castelo de Palmela

Como acabou a Escola Profissional da Paiã
Correios, Telégrafos e Telefones
Figuras & Factos
Vida dos Concelhos
Estudos & Relatórios

1940


UPE
EDIÇÕES

da Estremadura

Director: CARLOS BOTELHO MONIZ

REDACÇÃO: Sede da J. P. E., R. Pascoal de Melo ~ IMPRIME-SE na MINERVA de Vila Nova de Famalicão

A-propósito das Comemorações

A-PESAR-DE o Mundo andar revôlto, por ter deflagrado uma guerra cuja extensão e duração ninguém poderá prever, Portugal realizou, em calma e digna felicidade, as brilhantíssimas Comemorações Centenárias, que o Senhor Doutor Oliveira Salazar sàbiamente gizou e dirigiu.

Quando já se assinalam derrocadas gigantescas e os foragidos da catástrofe entram de roldão nesta faixa vicejante e florida, onde a gente encara o mar inebriante, querendo esquecer o negrume em que, para trás, se perde a Europa, uma tal tranqüilidade quási ofende os desgraçados e inquieta os timoratos.

Pois quê? Países poderosíssimos, que haviam atingido os maiores esplendores da Civilização, sossobram perante o Monstro sedento de sangue; as mais firmes organizações sociais cáem em destroços, parecendo que jamais poderão reconstituir-se; já não são barreira insuperável os mais variados e potentes engenhos que o cérebro humano concebera e a poder de milhões se haviam construído; desmoronam-se concepções e realidades político-sociais que pareciam ter atingido um grau de estabilidade isento de tôda a dúvida — e esta gente, descuidada num recanto longínquo do velho continente que teima em perder-se quando tantos o querem salvar pela fôrça, pode viver em festa, sem se mostrar perturbada, nem sequer apreensiva?!

Que significa esta incompreensível insensibilidade? Estulta confiança em si mesma? Ou mórbido fatalismo ancestral, que as vicissitudes tornaram dominante?

Tais apreensões têm reforçada justificação num mundo que, em grande parte, encara os acontecimentos pelo lado material e não considera, em regra, mais do que o aspecto externo, palpável, dos fenómenos político-sociais.

O que se pôs em foco, durante as Comemorações Centenárias e através as mais diversas modalidades de beleza, foi — permita-se-nos a expressão — *o carácter* da Nação Portuguêsa.

Os povos têm, como os indivíduos, a sua formação moral. A nossa, resulta de oito séculos quási ininterruptos de auto-domínio, tendo suportado, durante essa jornada, as mais rudes e variadas provas.

O que as Comemorações nos ofereceram de maior valia foi a possibilidade de um estudo comparativo das virtudes raciais, que tornaram possível a marcha com êxito através dos séculos.

E, dêsse estudo, a conclusão fundamental é esta: foram as fôrças do Espírito — muito mais do que as possibilidades materiais — que formaram e fortaleceram a nacionalidade portuguêsa, dando-lhe um poder excepcional para vencer as mais graves crises e figurar, no conceito das Nações, como uma das mais equilibradas e saüdáveis.

Emile Foguet afirmou algures que «Roma triunfou no Mundo porque conservou durante quinhentos anos a saúde social».

Num mundo descrente de tudo e até de si mesmo, que se debate em lutas materiais aniqüiladoras do poder do Espírito, Portugal, desprovido embora das grandezas materiais que os outros povos destróem para poderem viver, faz o seu exame de consciência e encontra-se senhor duma fôrça moral que tem um poder de coesão e de expansão inegualáveis. Ela lhe permite manter a saúde social, que forma impérios perduráveis, e ultrapassar as fronteiras, galgar os continentes, robustecer-se noutras latitudes e reproduzir-se sucessivamente onde outros sossobram a-pesar-de disporem de meios materiais incomensuràvelmente superiores.

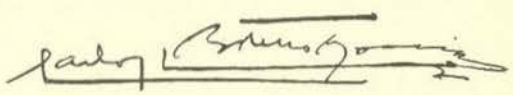
Daí a sua confiança.

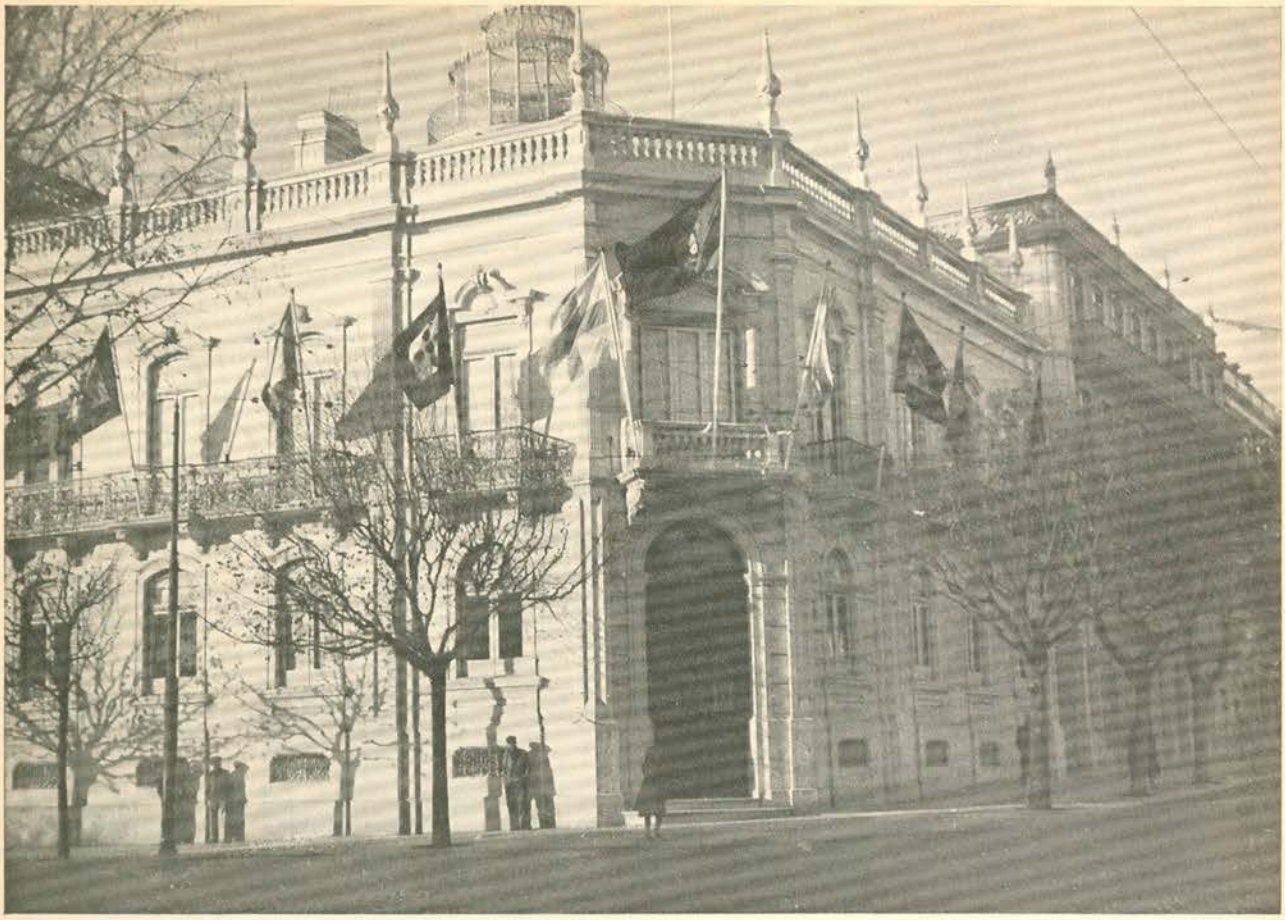
Não está alheado da tragédia que enluta a Humanidade, nem mesmo se julga invulnerável. Pensa, porém que, por entre os destroços a que há-de sem dúvida conduzir o embate diabólico dos maiores e mais poderosos potentados, um dia há-de surgir em que os Povos, esmagados, hão-de volver o olhar para o Alto, para contarem exclusivamente com o que lhes restar de fôrças morais.

Então, chegou a sua hora!

Esta é, parece-nos, a lição lapidar que, por intermédio das Comemorações Centenárias — a que devotadamente se associou a Junta de Província da Estremadura — foi dada à Nação Portuguêsa.

Oxalá essa hora sôe dentro em breve e os povos a oiçam e a aproveitem.





A NOVA SEDE DA JUNTA

foi inaugurada

pelo Senhor Presidente da República

A aquisição de sede própria para a Junta de Província da Estremadura resultou duma necessidade premente: a de que o desenvolvimento da sua missão, como corpo administrativo do Estado, de primeira grandeza, com funções de alta envergadura política e elevada espiritualidade, dificilmente se acomodava nas acanhadas e impróprias dependências da casa alugada da rua dos Anjos. A dignidade da sua estrutura exigia, por outro lado, uma instalação mais em conformidade com o papel que, por fôrça do Código Administrativo, lhe está reservado no campo da investigação e estudo dos problemas provinciais; tutelagem dos corpos da assistência, previdência e salvação pública particulares; acção social e assistência próprias, ensino técnico e cultura popular; acção política e de coordenação económica, etc.; serviços que requeriam, instantemente, espaço e arrumação definitivos, que se não conformavam com o campo alheio de simples inquilinato. Foi assim que, postas de parte algumas tentativas para o aluguer de «casa maior», apareceu a oportunidade do palacete do Jardim Constantino, popularmente conhecido por «palácio da Vicência». Essa oportunidade tomou o aspecto de «acaso feliz», por se ter conseguido realizar a transacção em condições económicas evidentemente favorecidas. O preço representava uma aplicação de capital, porventura excedendo as normas usadas de há anos a esta parte, nos negócios do Estado: o imóvel ultrapassa em valor o dinheiro empregado. Tudo correu normalmente. A proposta de compra foi aprovada pelo Conselho Provincial; o Govêrno aprovou a transacção e autorizou o empréstimo necessário.

Finalmente, no dia 27 de Setembro de 1940, a Junta inaugurava a sua sede própria e tinha a honra de ver em sua casa o venerando Chefe do Estado que, pela primeira vez, concedera visitar e inaugurar uma sede de Junta de Província.

O sr. Presidente da República tinha, de resto, nesta casa, o lugar e direitos que lhe competem: a sede da Junta é a «Casa da Estremadura» e Sua Excelência é estremenho, pois nasceu em Lisboa. E', por isso, o primeiro e mais alto senhor desta casa.

Com o sr. general Carmona, esteve presente ao acto inaugural o sr. dr. Mário de Figueiredo, ilustre ministro da Educação Nacional. Ambos subiram a escada nobre do edifício entre as bandeiras inclinadas de todos os municípios da Província da Estremadura e saüdados pelos entusiásticos aplausos dos funcionários, representantes dos Concelhos e numerosos visitantes, entre os quais se viam os srs. general Amilcar Mota e comandante Fonseca Monteiro; Governador Civil de Lisboa, coronéis



O Presidente da J. P. E. recebendo à entrada do edifício o Ex.mo Sr. General Carmona

Linhares de Lima e Mousinho de Albuquerque; eng.º Eduardo Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; eng.º Carlos Santos, presidente da Comissão Central das Juntas de Freguesia de Lisboa; Alberto Mira Mendes, provedor da Misericórdia de Lisboa; prof. dr. Celestino da Costa, director do Instituto para a Alta Cultura; condessa de Almoster; deputada dr.ª D. Maria Vanzeler, da Obra das Mães pela Educação Nacional, e senhora de Scoville; conselheiro Fernando de Sousa, dr. Amaral Pyrrait, etc.

O Chefe do Estado foi recebido, à entrada do edifício, pelo presidente da Junta, sr. eng.º António dos Santos Pedroso, e vogais srs. drs. Madeira Pinto e Soares Franco, Vítor Tôrres e conde de Carnide; funcionários superiores e visitantes.

A SESSÃO SOLENE INAUGURAL

O sr. Presidente da República recebeu efusivos cumprimentos do presidente da Junta, aos quais correspondeu com a carinhosa amabilidade habitual. No salão nobre, realizou-se uma curta sessão solene, sob a presidência do sr. general Carmona.

Falou, em primeiro lugar, o sr. eng.º Santos Pedroso. Principiou por saüdar o sr. Presidente da República, como Chefe do Estado querido e respeitado pela Nação e como distinto oficial do Exército.

O sr. presidente da Junta afirmou:

— Nem eu nem, estou certo, nenhum verdadeiro português, poderá jamais esquecer que foi V. Ex.ª, com a sua corajosa atitude, no período agitado das lutas políticas em Portugal, quem decidiu o Exército e a parte sã da Nação a intervir na vida política, iniciando assim a Revolução Nacional que tam largos benefícios tem trazido ao País.

O orador saüdou, depois, o sr. ministro da Educação Nacional e, a seguir, prestou homenagem à figura prestigiosa e inconfundível do primeiro estadista português dos últimos tempos:

— ... o Homem que encarnou em si a Revolução Nacional; alma e obreiro máximo dessa gigantesca obra de reconstrução nacional que a nossos olhos se tem realizado desde Maio de 1926 — tão vasta e tão profunda, que, mesmo perante a grandiosidade do conflito em que se debate o mundo, nada perde das suas proporções, antes, pelo contrário, parece avolumar-se mais e mais, pelo aumento de prestígio do País, pela Paz que gozamos.

Depois, o sr. presidente da Junta cumprimentou as individualidades presentes, enaltecendo a quota-parte de cada um, na obra comum de rejuvenescimento moral, político e social da Nação. E, referindo-se ao acto inaugural, disse:

— De há muito que a Junta de Província da Estremadura acalentava o desejo de possuir uma sede própria e condigna.

Tendo consagrado o melhor dos seus esforços à manutenção e desenvolvimento dos serviços que criou: a Escola de Paiã, o Dispensário Policlínico e os Serviços de Puericultura, tinha receio de se abalançar a tal empreendimento, pois sempre se preocupou principalmente com a existência daqueles serviços, tam úteis à vida da Província. Porém, no ano corrente, em que se celebra o Oitavo Centenário da Fundação de Portugal, esta Junta quis marcar bem vincadamente tam festivo acontecimento, e de forma bem perdurável. Assim, além de dotar de novos meios de trabalho a Escola Prática de Agricultura D. Denis e o Dispensário Policlínico Central, criou novos dispensários de Puericultura em Lisboa, Setúbal, Peniche e Almada, tendo já mesmo preparado um outro em Sobral de Monte Agraço; colaborou nas Comemorações Centenárias com a Exposição das Caldas da Rainha, onde edificou, com a ajuda eficaz, inteligente, de todos os municípios da Província, o Museu Provincial «José Malhôa», possuidor de mais de duzentas telas, das quais cêrca de cinqüenta do grande pintor estremenho José Malhôa, museu que fica património notável e importante da Província, e, por último, adquiriu e adoptou um edifício para instalação da sua sede e dos seus serviços centrais.

Não foi sem muito esfôrço, sem muito trabalho, sem muita dedicação que tal se conseguiu, mas tudo só foi possível pela útil e inteligente actuação do Conselho Provincial, constituído pelos melhores valores da Província, que exercem a sua actividade nos campos administrativo, cultural, económico e social, a quem pessoalmente eu e a Junta da minha presidência estamos gratos pela colaboração prestada e pela confiança manifestada em tôdas as circunstâncias.

Este edifício com que é dotada a Província da Estremadura, o seu Museu Provincial «José Malhôa», nas Caldas da Rainha, a Exposição levada a efeito naquela cidade, o alargamento dos serviços de puericultura, além da melhoria dos outros serviços, são o contributo que a Junta de Província da Estremadura trás às Comemorações Centenárias, do Oitavo Centenário do nascimento dêste País, dêste Portugal glorioso, onde nascemos e onde esperamos morrer, livres e honrados, como foram os nossos antepassados, à memória dos quais eu elevo uma prece bem sentida, do meu coração, em que vai expressa tôda a minha gratidão de português pelo muito que fizeram por Portugal.



O Chefe do Estado subindo a escada nobre

E concluindo:

— Nesta hora histórica da vida da Humanidade, em que se degladiam raças, ideologias e interêsses; em que Portugal, por milagre de Deus, vive uma vida serêna, sem deixar, no entanto, de compartilhar da mágoa e da dôr que vai por êsse mundo, nem de ter comovida compaixão por tanta desgraça, eu, em nome da Província da Estremadura, e, estou certo que interpretando igualmente o sentir de todos, exprimo o voto de que continuaremos unidos como um só homem, formando um bloco indestrutível em tôrno de V. Ex.ª, sr. Presidente da República, em tôrno de Salazar, como únicos guias capazes de nos levarem por bom caminho — pelo caminho da honra e do bem de Portugal.

Entusiásticos aplausos sublinharam as palavras do sr. presidente da Junta e, por fim, falou o sr. general Carmona.

Com a gentileza habitual, o Chefe do Estado, depois de ter agradecido as saüdações que lhe foram dirigidas, enalteceu a obra da Junta, que afirmou já conhecer através dos seus Dispensários de Puericultura. Dirigiu as felicitações à Junta pelo jubiloso acontecimento que significa para êste Corpo Administrativo o facto de ter casa sua. Disse que o passado da Junta responde pelo futuro e pelo muito que têm feito, muito há a esperar ainda da sua benemérita actividade. E terminou com carinhosas palavras de incitamento, que mereceram entusiásticos aplausos de tôda a assistência.

O sr. Presidente da República visitou depois as dependências do edifício. Ao retirar-se, o ilustre visitante foi acompanhado por tôda a assistência até à entrada do edifício, sendo aclamado entusiàsticamente pelos delegados dos concelhos, funcionários da Junta e pelo povo que na rua esperava a sua saída para o aplaudir.



O Presidente da J. P. E. lendo o discurso de boas vindas

Na mesa, da esquerda para a direita — General Amílcar Mota, Ministro da Educação Nacional, Presidente da República, Governador Civil do Distrito, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e coronel Linhares de Lima

HOMENAGEM

DO PESSOAL DA JUNTA AO SEU PRESIDENTE

Depois da cerimónia da inauguração da nova sede, o sr. dr. Botelho Moniz, em nome dos funcionários da Junta, pediu aos membros dêste corpo administrativo que ingressassem numa das dependências, onde se encontravam os representantes de tôdas as secções, que receberam aquêles senhores com uma prolongada salva de palmas.

Ali, foi oferecido aos membros da Junta um cálice de «Pôrto». O Chefe da Secretaria e director de *da Estremadura*, sr. dr. Carlos Botelho Moniz, proferiu algumas palavras de cumprimentos à Junta de Província da Estremadura e, particularmente, ao seu presidente, sr. eng.º Santos Pedroso. Principiou por dizer:

— V. Ex.as, srs. componentes da Junta, desculparão aos funcionários que têm a honra de trabalhar sob as vossas ordens, esta pequena insubordinação. Mas, depois de tanto trabalho e esfôrço, do qual saíu uma das mais belas realizações da Junta, mal parecia que os funcionários não agradecessem o cuidado, o carinho e a inteligência que presidiram à instalação dos serviços na nova sede, do que ressalta, claramente, não só o desejo de organizar com perfeição o trabalho desta casa, mas, também, o de proporcionar aos que nela trabalham o confôrto de que necessitam para cabal desempenho da sua missão.

O sr. dr. Botelho Moniz disse, depois, que se desempenhava com agrado da incumbência que recebera dos seus subordinados, pois sabia bem a criteriosa e carinhosa atenção com que o sr. eng.º Santos Pedroso vigiou a construção da nova orgânica interna da Junta e a sua instalação, para que nada faltasse aos que ali trabalham. Por isso, e em nome dos funcionários reconhecidos, pedia a Deus que o sr. eng.º Santos Pedroso se conservasse no seu lugar, com muita saúde, para bem da Junta, para bem dos funcionários e para Bem da Nação.

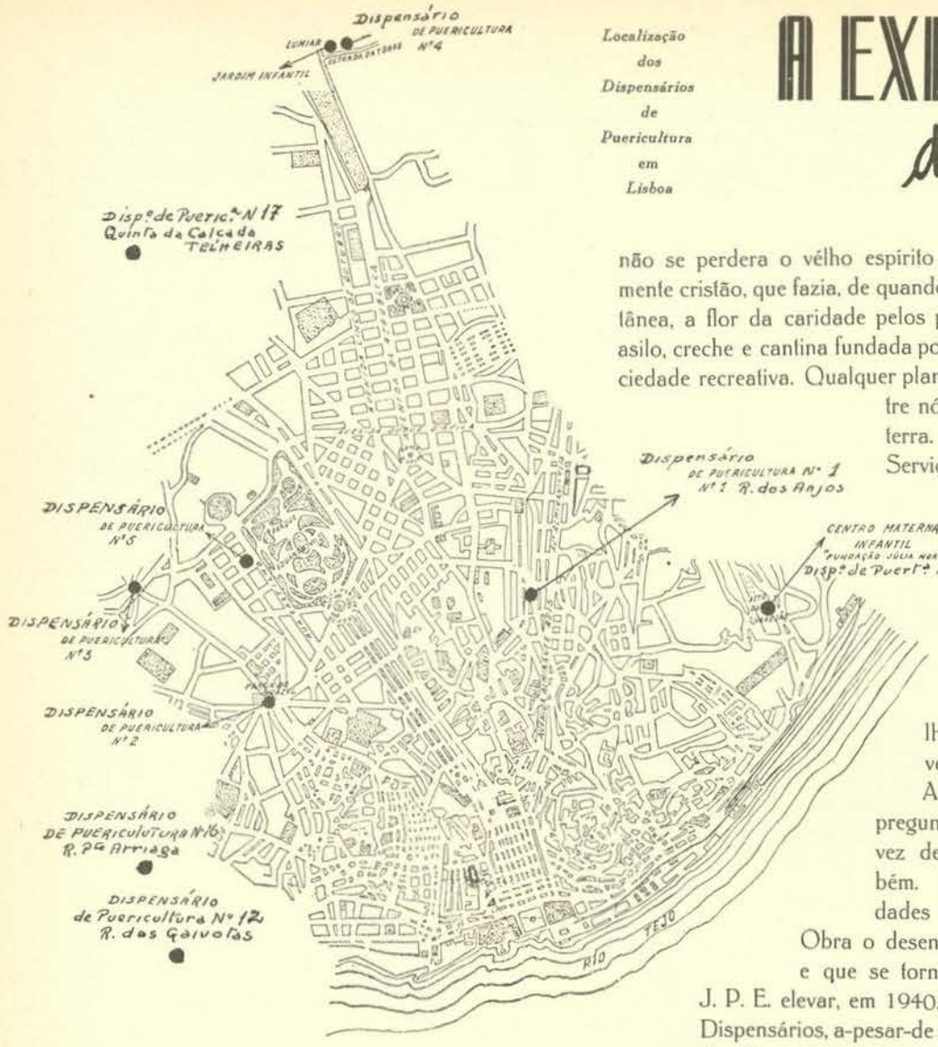
Ouviram-se «vivas» à Junta, ao seu presidente e a Portugal, e o sr. dr. Botelho Moniz fêz um brinde a M.me Santos Pedroso que, com outras senhoras, se encontrava entre a assistência.

Falou, depois, o sr. presidente da Junta. Agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas e afirmou:

— Todos temos trabalhado a bem do aperfeiçoamento do serviço da Junta. Cada um no seu lugar, todos servimos a Nação. Servir a Província é servir o País e quem tam bem o serve tem direito a boas condições de trabalho. É-me grato, neste momento, afirmar a minha satisfação por ver que todos os que trabalham nesta casa, os de tôdas as classes sociais, se desempenham com zêlo e honestidade da sua missão. Por isso me sinto bem nesta pequena festa que maior sabor tem por ser espontânea.

O sr. presidente da Junta afirmou, a seguir, que os funcionários podiam continuar a contar com a sua boa-vontade, através de tôdas as circunstâncias. As vicissitudes que atingiram os serviços da Junta, como têm atingido todos os outros, nesta hora incerta que atravessamos, não alteraram, contudo, a boa-vontade de bem servir, sempre manifestada pelo pessoal. Está certo de que todos desejam afirmar, cada vez mais, essa boa-vontade e produzir sempre mais e melhor. Por isso, erguia a sua taça pelas felicidades pessoais de todo o funcionalismo da Junta e das respectivas famílias.

Depois dêstes dois discursos, fizeram-se entusiásticos brindes pela Pátria, pelo Estado Novo e pelos srs. Presidentes da República e do Conselho.



Localização dos Dispensários de Puericultura em Lisboa

A EXPANSÃO dos serviços de Puericultura da J. P. E.

DE ENTRE as obras de carácter social realizadas ou em realização pelas estações competentes do Estado, figura, como das mais importantes, a da assistência à criança e, nesta, principalmente a que começa a dispensar-se à primeira infância. Não há sombra de transcendência na afirmação de que uma raça não tem futuro aceitável, se a criança não fôr convenientemente acarinhada desde o berço, e se, tanto na infância como na adolescência, não lhe forem ministrados amparos físicos e morais, cultura e educação, capazes de torná-la um valor real activo e necessário à continuação da obra de reconstrução nacional, tam definidamente fundamentada através do admirável espírito de sacrifício duma geração — da nossa geração. Nossos filhos sãos e úteis ao País — eis a única e maior compensação dum passado ignominioso e de agruras, e dum presente cheio de abnegações.

E' consolador verificar que, no meio da inconstância política e manifesta depreciação da estrutura moral da Nação, não se perdera o vélho espírito de humanidade, profundamente cristão, que fazia, de quando em quando, brotar, expontânea, a flor da caridade pelos pequeninos, sob a forma de asilo, creche e cantina fundada por um simples «grupo» ou sociedade recreativa. Qualquer plano de assistência infantil, entre nós, é semente que cai em boa terra. A obra desenvolvida pelos Serviços de Puericultura da Junta de Província da Estremadura está sendo, por isso, acolhida com um interêsse em que se apercebe carinhoso aplauso e aceitação. E já hoje todos os concelhos da nossa Província volvem os olhos para êste Corpo Administrativo, como a preguntar quando lhe chegará a vez de serem beneficiados também. Pena é que as disponibilidades legais não permitam dar à Obra o desenvolvimento que ela merece e que se torna necessário. Não pôde a J. P. E. elevar, em 1940, até ao número 20, os seus Dispensários, a-pesar-de terem sido feitas as devidas planificações e, até, consideradas as respectivas dotações. Outros encargos, alguns puramente acidentais, impediram o intento da Junta, obrigando-a a suspender o seu plano de realizações para 1940, que ela tanto desejaria executar. O ano de 1941 está, contudo, destinado a ser o complemento do anterior, devendo atingir não só a conclusão do plano das Comemorações Centenárias, nêste interessante capítulo de trabalho, mas ultrapassá-lo em muito, indo beneficiar outros dos concelhos que, legitimamente, aguardam a vez de serem servidos.

Não poderá, porém, afirmar-se que o ano de 1940 não fôsse um bom ano para a continuação da obra beneficente da J. P. E. Damos a seguir ligeiras notas sôbre a expansão dos Serviços de Puericultura, durante 1940, e por êles se verificará que a Junta soube cumprir a missão a que se impôs, o que representa, por si só, suficiente garantia do futuro.

Assim, a lista completa dos Dispensários existentes no fim do ano jubiloso de 1940 fica constituída do seguinte modo:

1 — Lisboa, Rua dos Anjos, 77, r/c.

2 — Lisboa, Praça do Brasil (Direcção Geral de Saúde).

3 — Lisboa, Rua Marquês da Fronteira, 104.

4 — Lisboa, Estrada da Tôrre, ao Lumiar (com Jardim-Infantil anexo).

5 — Lisboa, no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (servindo de Escola de Puericultura das alunas).

6 — Tôrres Vedras, Praça da República.

7 — Parede, Associação de Beneficência Amadeu Duarte.

8 — Cascais, Largo da Estação.

9 — Vila Nogueira de Azeitão.

10 — Setúbal, Avenida 5 de Outubro.

11 — Peniche, Rua D. Luís Ataíde.

12 — Lisboa, Liga 28 de Maio, Rua das Gaivotas, 6.

13 — Lisboa, Fundação Júlia Moreira, Alto do Varejão.

14 — Almada, Santa Casa da Misericórdia.

15 — Sobral de Monte Agraço, Rua França Borges.

16 — Lisboa, Casa dos Pescadores, Rua de S. Paulo, 20-1.º

17 — Lisboa, Bairro Económico da Quinta da Calçada.

Pode, portanto, afirmar-se que, no ano de 1940, fechou-se a obra com dezassete Dispensários. Se atribuirmos a cada um dêstes estabelecimentos a média, baixa, aliás, do movimento de duzentas crianças por dia — Dispensários há em que êste número é ultrapassado para mais do dôbro — chegaremos fàcilmente à conclusão de que, nos nossos Dispensários são examinados, tratados e alimentados diàriamente cêrca de 3.500 pequeninos protegidos — o que se traduz em números aproximados a um milhão de consultas e tratamentos e a outras tantas rações alimentares por ano! Isto sem falar nos subsídios concedidos às mães e a que chamamos «prémios de amamentação».

São êstes os resultados obtidos no final do ano de 1940, conclusões que são adiante registadas no capítulo especial «Relatórios».



Tabuleta de «Dispensário»



A pequena Maria Silvina aos 3 anos

O ano de 1940 viu, ainda, melhorados os Serviços de Puericultura da Junta de Província da Estremadura com uma modalidade de tratamento infantil, cujos resultados constituíram um êxito flagrante e imediato. Foi a introdução da «gimnástica infantil», cujos efeitos podem considerar-se verdadeiramente milagrosos.

O clínico especialista principiou por uma demonstração. Instruíu, depois, o pessoal interno dos Dispensários e êste comunicou o ensino às próprias mães.

E' curioso registar o que diz uma das mães que mais entusiástica e cuidadosamente se dispôs a cumprir o nosso regime indicado para o seu filhinho, que contava, então, apenas cinco meses:

— A princípio atemorizei-me . . . — disse — *Isto de andar de roda com os braços e as pernas do inocente e quási virar-lhe a cabeça ao contrário não são coisas que inspirem às mães uma confiança absoluta . . .*

Desculpe-se o exagêro da descrição . . .

Contou, depois, como, «com o coração aos saltos» principiou, o mais delicadamente possível, a aplicar o método. Sempre receosa por amor da vida do seu querido menino, não queria, porém, a nossa entrevistada

deixar de obedecer ao «Dispensário», ao qual já dizia o benefício da criação de dois filhos. Entusiasmada contou o resultado do tratamento:

— Um verdadeiro milagre. A criança começou a desenvolver-se a olhos vistos e — caso curioso! — de rabujenta que era, tornou-se um santinho... Com a gimnástica e as refeições a horas rigorosas, deixou completamente de chorar... Dá umas noites que são um encanto...

Êste depoimento é o melhor elogio do método e dos Serviços de Puericultura.

DOIS DISCURSOS

que são uma síntese dos resultados da Puericultura e uma chamada à consciência das pessoas de bem

DESTACAMOS nêste lugar as palavras pronunciadas pelo sr. dr. Rodolfo Xavier da Silva, nas inaugurações dos Dispensários de Puericultura n.os 10 e 11, respectivamente, de Setúbal e de Peniche.

Eis o primeiro:

Um dispensário de Puericultura não representa, ùnicamente, uma obra de carinho e amor pela criança, uma exteriorização do altruismo ou a obediência dos crentes aos mandamentos de Deus.

A pequena casa embelezada, que vindes inaugurar, é também a lógica conseqüência científica do muito que se tem discutido, pleiteado e pôsto em prática em todo o mundo culto, para a salvação e robustecimento da criança.

De há longos anos, os cientistas e os govêrnos das nações marcantes cogitam na forma de entravar o desequilíbrio da natalidade e da mortalidade, inquietos com a deminuïção da primeira e com o acréscimo assustador da segunda.

Com o fito de activar a natalidade, surtiu dessas lucubrações a promulgação de leis severas e moralizadoras, emparceirada com medidas de economia e protecção social, castigando, umas, os embargos postos aos nascimentos, incitando, outras, à procriação, pela recompensa concedida às mãis prolíficas.

Já na Grécia e Roma antigas assim se procedia e actuava.

Entre os romanos, o crime de abôrto era punido com penas mais ou menos ríspidas e violentas, conforme o tempo da gestação, variando desde o exílio aos trabalhos forçados, indo até à da condenação ao último suplício.

Essas ou quejandas medidas vigoram ainda nos povos civilizados.

No entanto, averiguou-se que, nem da severidade das leis, nem da generosidade dos prémios concedidos às mãis, se colhiam brilhantes resultados.

Variou-se então de tática, acordando-se na intensificação da luta contra as causas da mortalidade, obtendo-se desta nova orientação efeitos mais rápidos e proveitosos.

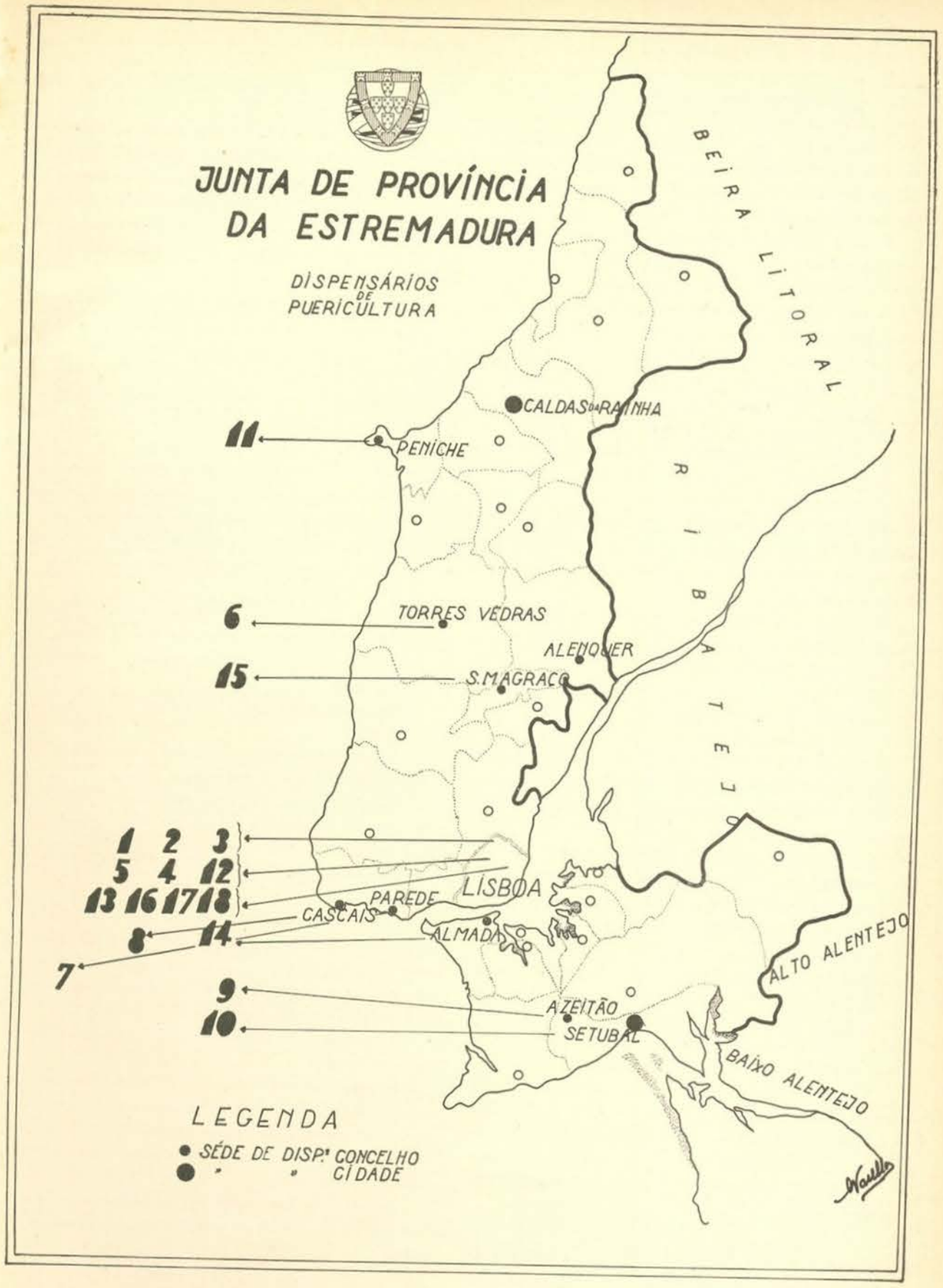
No combate travado marchou, na avançada das ondas de assalto, a que arremeteu contra os factores etiológicos da mortalidade infantil, em especial à do primeiro ano da vida, flagelo terrível que ainda hoje constrange e alarma a Humanidade.

A experiência e, muito particularmente, a estatística foram os estímulos à declaração desta guerra sem quartel.

As conclusões apavorantes duma e outra, começou a trazê-las a público, em França, o dr. Bertillon.

Em 1858, numa sessão da Academia de Medicina, êste médico chama a atenção para a desigualdade da percentagem insignificante dos óbitos das crianças amamentadas pelas mãis e o número aterradoramente elevado das que morriam, longe do domicílio familiar, confiadas aos cuidados de amas mercenárias.

E, à semelhança do sucedido na velha Roma, onde se proclamava o leite materno como único alimento propício à criança, e na qual — segundo escritores do tempo — era grave ofensa à maternidade negá-lo ao próprio filho, aquela alta tribuna da medicina francêsa sentenciou doutamente que «o aleitamento materno era o único modo de alimentação natural, a que nenhum outro podia comparar-se».



Mas a experiência e a estatística não cessam, antes alteiam e acentuam os seus gritos de incitação à guerra.

Por isso, sete anos mais tarde, em 1865, naquela mesma Academia de Medicina, aparece o médico rural Monot, alarmando novamente os sábios.

Vem afirmar-lhes que, em Morvan, área onde exerce a sua clínica, a mortalidade das crianças com menos de um ano de idade, amamentadas por amas, longe da vigilância familiar, é superior a setenta por cento.

É, então agora, na segunda metade do século findo, que surge ou, melhor dizendo, se emancipa uma nova ciência, dedicada à criança, sob a designação de Puericultura.

À autonomia científica não corresponde a invenção do têrmo, pois que esta palavra já existia nas páginas do dicionário de Littré, onde se vê ordenadamente alinhada, com a significação de *art d'élever les enfants*.

A-pesar-de isto só um ano mais tarde, em 1866, figura pela primeira vez num opúsculo de A. Caron, intitulado: *A puericultura ou ciência de criar higiènicamente e fisiològicamente as crianças.*

Todavia, sòmente em 1895 a puericultura adquire a plenitude das suas virtudes e alonga o limite dos seus méritos. Uma boa parte dêste seu triunfo deve-a ao notável médico e parteiro francês A. Penard, que lhe traça o vasto campo de acção, estendendo-a aos procriadores, à gestação, ao parto e à protecção à criança após o nascimento.

E, para o progresso desta nova ciência, logo depois de Monot, em 1866, os drs. Blache e Odier levam à apreciação da Academia de Medicina um modêlo de Boletim Infantil, onde se registará o pêso da criança entregue à ama, cuja saúde e desenvolvimento ficam, semanalmente, fiscalizados pela autoridade e por um médico inspector.

Anos volvidos, o deputado dr. Teófilo Russell consegue arrancar à Assemblea Nacional uma lei de protecção à infância, que ficou mundialmente conhecida pela Lei de Russell e foi promulgada em 1874. Embora imperfeita, esta lei activa consideràvelmente a luta contra a mortalidade infantil. Suscita, imediatamente, uma extensa campanha, pela palavra e pela escrita, junto dos médicos e parteiras, demonstrando a necessidade do aleitamento materno, por ser de vantagens insubstituíveis e inegualáveis.

Aguilhoa os sentimentos filantrópicos e humanitários do povo francês, que, desde logo, se consagra a proteger mãis e filhos, erguendo instituïções de assistência, destinadas à observação e amparo das grávidas, das puérperas e dos recém-nascidos, reservadas outras às mãis e aos lactantes.

Surgem, como por encanto, as Sociedades do Aleitamento Materno, as Mutualidades e Cantinas Maternais, as Consultas de Lactantes e as Gotas de Leite, a primeira das quais se deve à iniciativa do dr. Dufour. E, se bem que, há muito já, Firmin Marbeau fundasse a primeira Créche, é sòmente após a Lei de Russell que êstes infantários se desenvolvem e multiplicam.

Porêm, nem só a França fortalece, dilata e enriquece de preceitos e innovações a nova ciência; na Bélgica, na Itália, na Alemanha, na Suiça, nos países nórdicos, para ùnicamente falar em alguns da Europa, ela faz propagar e alastrar a luta contra a mortalidade infantil, ornamentando-se com novas ideas, melhorando, a cada passo, os seus processos e meios de acção.

Na Bélgica, sob a actuação e protecção do Estado, institue-se a Obra Nacional da Infância, agregado de múltiplos e modelares estabelecimentos, prestando algum auxílio e defesa à mãi, mas dedicados, todos êles, ao desenvolvimento moral e físico da criança, à vigilância da sua saúde, a socorrê-la imediatamente na doença, a proporcionar-lhe, emfim, o confôrto, o bem estar, a felicidade.

Na Itália, fundou e organizou o Estado a Obra Nacional para a Protecção da Maternidade e da Infância, e, a-par-de esta, em intima ligação com ela, a Obra Nacional Balilla, para a educação moral e física da infância e da mocidade italianas, onde médicos pediatras-puericultores regem, anualmente, cursos de puericultura post-natal, freqüentados por duzentas mil raparigas de quinze a dezóito anos.

Na Alemanha, a «Kaiserin Augusta Viktoria Haus» é uma notável organização preventiva da mortalidade infantil, anexando uma grande clínica de lactantes, onde se estudam todos os assuntos concernentes à puericultura e se realizam conferências, cursos de higiene para médicos, estudantes, parteiras, enfermeiras e para as próprias mãis.

Por tôda a parte, emfim, se caminha, a passo largo e seguro, na ânsia profundamente humana de salvar a criança, intensificando, mais e mais, o acérrimo combate à morte dêsses pequeninos sêres.

À benemérita legião que a puericultura norteia, não ficou alheio Portugal.

As estatísticas do obituário nacional desvendaram-lhe também a hecatombe vasta da sua primeira infância.

As nossas Misericórdias, obra santa duma Rainha Santa, velhos padrões do expoente máximo da bondade portuguêsa, não se isentaram também ao êrro grave de confiar crianças a amas mercenárias, sem as submeter a uma fiscalização assídua e técnica.

O nosso melhor esfôrço combativo da mortalidade da infância, embora esboçado nos últimos lampejos do século findo, apenas no alvor do século XX se torna mais eficiente e proficuo, pela propaganda obstinada dos benefícios da puericultura, levada a cabo pela conferência e pelo jornal.

Os médicos e os particulares, mais pressurosos, antecipam-se ao Estado.

Na capital, funda-se a Associação Protectora da Primeira Infância, que, ao jeito dos seus recursos, vai, lentamente, erguendo lactários em alguns bairros da cidade.

As creches, em reduzido número, fazem aparição e tornam-se em realidade.

No Pôrto, em Coimbra, em várias cidades e vilas do país, a puericultura vai abrindo as suas trincheiras e dispondo-se ao combate.

As Misericórdias começam a desprezar velhas práticas,

orientando os seus rumos pelas novas teorias científicas e elaborando novos planos de assistência à criança.

Com o advento da República, mais se radica, avigora e alastra o desejo veemente de bem praticar essa assistência.

Os benefícios não se limitam já, ùnicamente, à protecção nos dois ou três primeiros anos da vida infantil; estendem a sua acção às idades pré-escolar e escolar.

Enriquece, ano a ano, o número dos lactários, alguns instalados e custeados pelos municípios, e assistimos, então, às iniciativas dos Jardins-Escolas, das Cantinas Escolares, das Escolas Maternais, das Colónias Balneares Infantis, das Colónias de Férias, e a tantas outras obras propensas à beleza moral e física da criança, erguidas por mãos de particulares, pelo Estado, Municípios e Juntas de Freguesia.

Após a implantação do Estado Novo, a actividade recrudesce. As casas e medidas de amparo à criança multiplicam-se.

Em Lisboa, no Pôrto, em Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Evora, Caldas da Rainha, por tôda a parte, finalmente, organizadas e pagas por aquelas entidades, pela bôlsa de particulares e, ainda, pelas Juntas Gerais, convertidas hoje em Juntas de Província, apontam-se Postos de Puericultura, Dispensários, Créches, Créches Industriais, Maternidades, Preventórios, Jardins e Parques Infantis.

Todo o plano desta assistência é, agora, sem contestação, mais racional e equilibrado, mais científico, mais útil e perfeito em sua técnica.

A obra da Junta de Província da Estremadura é, de entre tôdas, a mais ampla, quer no número dos estabelecimentos em que se reparte, quer no das crianças nêles inscritas e cuidadas.

Iniciada, em 1930, pelo eng.º Carlos Santos, encontrou no major Santos Pedroso um sucessor e impulsionador condigno.

Movido pelos mesmos sentimentos de ternura e altruísmo, êle forceja por engrandecê-la e torná-la mais eficaz.

Abrindo hoje o décimo Dispensário, com o qual se completa o auxílio a duas mil crianças, a Junta de Província impediu já a abertura duma longa vala nos cemitérios.

Instalado nesta Santa Casa, sob a égide duma Rainha, a quem Deus concedeu a graça de transformar o pão em rosas, êste Dispensário será iluminado e protegido por outra grande alma, que, em vibrações e em farrapos luminosos, vive dispersa pelas salas, nos corredores e em cada canto desta Misericórdia; a alma dêsse grande benemérito, dr. Paula Borba, a quem eu, como médico e como português, presto sincera homenagem de respeito e gratidão.

Dêste novo lar infantil, a inaugurar, há-de, portanto, sair a gente forte de amanhã, capaz de perpetuar dignamente a nossa raça, apta à luta e aos sacrifícios e a conquistar um maior esplendor e mais gloriosas façanhas ao nosso Portugal.

O discurso que se segue e que ilustrou a inauguração do «Dispensário n.º 11», de Peniche, constitue, além duma peça literária de elegantíssimo recorte, um grito de alma bondosíssima, de quem, por estar familiarizado com a miséria, busca conciliar, sempre, a sua profissão com os impulsos do coração.

Segue o discurso, na íntegra:



Fig. n.º 1 — Maria Silvina, ao colo da mãi

Mal vai ao país que não sente a preocupação constante de valorizar a criança.

Êsse país definha, não sabe defender-se; descura, portanto, o seu futuro.

Porque a criança de hoje é o homem de amanhã, torna-se necessário robustecê-la. Um cidadão doente e fraco é incapaz de perpetuar a valentia e o heroísmo da raça.

Uma Nação de gente débil não pode libertar-se dos perigos que ameacem a sua independência ou a tranqüilidade do seu viver.

Se é um Estado perdido, pela incapacidade de opôr reacções enérgicas, indispensáveis à luta, a sua comunidade depauperada é, também, inapta a conquistar-lhe a aura precisa à consideração e respeito que êle deve merecer no conceito das nações.

Representa, pois, uma necessidade inadiável, o apuramento de crianças fortes e sãdias. E, porque assim é, à grata tarefa se abalançou, com patriótico fervor, a Junta da Estremadura.

Êste novo lar da criança, que vai abrir de par-em-par as suas portas, excede, no seu significado, muito além dum simples e caridoso refeitório, destinado a alimentar os pequenitos pobres.

E' muito mais elevada a missão dêstes Dispensários.

Eu tentarei, com provas e com factos, desvendar-lhes as excelsas virtudes. Elas irradiam, como estranhas e inesperadas claridades, nas trevas do caminho da vida infantil; são o bálsamo suave e delicado, que se derrama num pequeno mundo de sofrimento e desgraça.

Um Dispensário de Puericultura — se a vossa muita bondade me torna lícito o confronto — compara-se a um gracioso jardim de florinhas humanas, que nos encantam, alegram e deliciam.

Pelo facto dessas lindas flores serem tenras, débeis e gracis, como a mais fina e pura renda de Peniche, o seu cultivo demanda cuidados especiais e singulares canceiras.

O médico e as visitadoras são os disvelados jardineiros

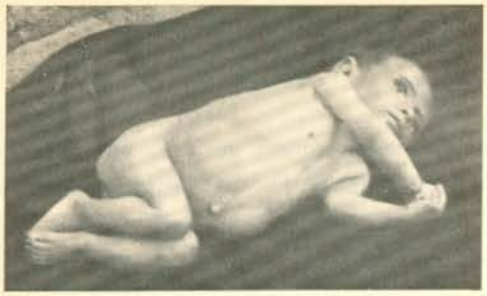


Fig. n.º 2 — Maria Silvina, aos sete meses

dessas perfeições artísticas da carne. O primeiro, sempre atento, persistente e cauteloso, roça, muitas vezes, os limites máximos da audácia, mas sem olvidar jamais a humanidade da sua missão e a sua nobreza profissional. Dia a dia, hora a hora, observa, meticulosamente, o viço, a beleza e o vigor de cada uma dessas florinhas, pequenas graças divinas, gente em botão que desabrocha, a sorrir para o mundo, no arrebol da vida.

As visitadoras, por sua vez, aconselhando e ensinando as pobres mães, lá vão depois, alegres e confiadas, incansáveis na sua faina, através das ruas lúgubres dos bairros excêntricos das cidades ou pelas ásperas veredas das aldeias, em busca do mísero casebre ou do casal distante onde a criança habita, a vigiar-lhe o confôrto e a fazer cumprir à risca as prescrições do médico.

E, por forma tal, nesta harmonia perfeita do trabalho, êle espreitando, percutindo e auscultando, na ânsia de adivinhar o mal, para lhe opôr o remédio; elas, corrigindo e fiscalizando, no desejo veemente de o evitar, operam maravilhas, pois que roubam à morte milhares e milhares de vidas.

Roubam à morte milhares e milhares de vidas! Eis aqui uma verdade axiomática.

Dela quero dar-vos provas nítidas, em que possais fixar opinião e dissipar as dúvidas:

No nosso país, infelizmente, é elevadíssima a mortalidade infantil, durante o primeiro ano da idade.

Pode garantir-se que a quarta parte da natalidade portuguêsa morre nos primeiros doze mêses consecutivos ao parto. Não se comete um grande êrro afirmando que, em Portugal, morre, de hora a hora, uma criança com um ano incompleto.

As doenças que maior número de vítimas produzem são a enterite e a gastro-enterite.

Defeituosa e irregular alimentação, alimentos inadequados à tenra idade da criança, ausência de preceitos higiénicos, velhos e arreigados hábitos das chuchas, das rôlhas de açúcar e marmelada, o desleixo de muitas mães, o forçado afastamento de muitas outras, durante as horas do trabalho, são alguns dos principais factores etiológicos daquelas doenças terríveis.

Ora, a estatística dos Serviços de Puericultura da Junta de Província da Estremadura fornece cifras muito mais lisonjeiras.

Não são elas — mau grado nosso — tam sensivelmente diminutas quanto seria de apetecer e esperar.

A luta contra a rotina e o desmazêlo; contra a ignorância e, até, contra a impiedade; a admissão de crianças já gravemente doentes e, na maioria dos casos, absolutamente perdidas para a vida; a precisão de consentirmos que muitas delas continuem no convívio de pais tuberculosos ou habitem em meios perniciosos e anti-higiénicos, por carecermos de infantários adequados à sua permanência, explicam a percentagem ainda bem sensível da mortalidade, nêstes estabelecimentos de puericultura.



Fig. n.º 3 — Outro aspecto de Maria Silvina durante o tratamento

No entanto, é já gratamente animador e encorajante declarar que, muito aquém da cifra da mortalidade portuguêsa durante os primeiros doze mêses da vida, fica a que se regista dentro dos nossos serviços.

Provam os números que, desde zero aos três anos, morrem nestas casas sòmente umas dez ou onze crianças, isto é, menos de metade da percentagem averiguada no país. Os cálculos estatísticos demonstram que os dez Dispensários da Junta da Estremadura salvam, anualmente, à roda de quinhentas crianças, que, se aí não fôssem protegidas, teriam, fatalmente, uma sentença de morte.

Aqui tendes, senhores, as mais belas e incontestáveis provas desta cruzada santa. Maravilhosa e abençoada ela é, pois se traduz uma obra de Salvação nacional, por isto mesmo largamente compensadora da despesa efectuada com o cultivo das mimosas flores que adornam os canteiros dos nossos vastos e formosos jardins.

Na verdade insofismável dos números vos trouxe provas provadas.

E' tempo, agora, de apresentar à curiosidade do vosso olhar factos nítidos e palpáveis, que, por serem dêste jaez, não sofrem, também, contestação:

Em 15 de Março de 1938, inscre-



Fig. n.º 4 — Maria Silvina, depois de curada

veu-se no Dispensário n.º 4 dos Serviços de Puericultura da Junta de Província da Estremadura, com o número 1 665, uma criança do sexo feminino, chamada Maria Silvina.

Vinha nos braços da mãi, uma mulher esguia, de pé descalço, macilenta e magra, aspecto andrajoso e esquálido, que tivera já dez partos, dos quais lhe restavam mais quatro filhos. Dos outros cinco, três foram vítimas da enterite, um outro da meningite, ignorando-se a causa da morte do quinto filho.

Soube-se que o pai desta geração era um débil mental, tocado fortemente pelo vício do alcoolismo.

Tôda esta mísera família, constituída, então, por sete pessoas, residia num horrível tugúrio de duas escassas divisões, das quais apenas uma tinha uma janela.

A criança dormia com os pais, num catre sem lençóis, arrumado no quarto interior, que, simultâneamente, servia de cozinha.

Maria Silvina, à sua entrada no Dispensário, tinha mês e meio e pesava três quilogramas. Era portadora duma bronquite e duma intensa diarreia de tipo dispéptico, doenças que a martirizavam há bastantes dias.

A aparência da pobre doentinha, suja, piolhosa, esquelética e mortiça, inspirava dó e repulsa. No seu minúsculo corpo, descarnado e deshidratado, revestido de pele acinzentada-pálida, dobrada em grandes prégas, destacavam-se os ossos e os contôrnos articulares, sobressaindo à farta um abdómen volumoso e abaülado, lembrando o da rã.

Esta vèlhinha tam precoce, de aspecto confrangedor, impunha o diagnóstico rápido, seguro e fácil dum caso distrófico, uma atrépsia.

Maria Silvina ficou entregue aos cuidados do dr. Champalimaud, director do Dispensário.

Êste clínico trabalha afanosamente durante quatro mêses, sem que do seu obstinado esfôrço colhesse resultados brilhantes. Se, num dia ou outro, há esperanças de melhoras, em breve se dissipam com o regresso dos vómitos e diarreias. A curva do pêso da criança, em vez de ascender, teima em manter-se quási horizontal.

As visitadoras sanitárias aparecem amiúde na residência da doentinha, e apuram que, na triste e mísera casa da Maria Silvina, sobejam as razões fortes para a manutenção e progresso do seu trágico viver.

O pai anda desempregado; a mãi moireja durante o dia para receber três escudos, único dinheiro com que se sustenta e governa esta numerosa família. Diàriamente, a pequenita fica entregue aos cuidados duma irmãzinha, de doze anos incompletos. Esta, de sociedade com os outros três irmãos, esfomeados como ela, delibera iludir a fome repartindo com êles as rações do leite destinado à Maria Silvina, entretendo-a e procurando alimentá-la com pão sêco ou com sopas de café com leite.

Sabedor desta proeza das crianças, resolvi com o meu colega mandar fornecer comida à numerosa irmandade e aguardar os acontecimentos. Não foi longa a espera: a breve trecho éramos informados de que a alimentação da doente continuava deficiente, inadequada e irregular.

Um dia, dispus-me a prevaricar, e infringi o regulamento disciplinar. Conhecedor das vibrações, bem humanas e bondosas, dos corações das pessoas que constituem a Junta da Estremadura, confiei na impunidade, seguro de que quem tem telhados de vidro, não atira pedras ao do vizinho, e resolvi proporcionar-lhes uma alegria: pondo de banda o regulamento, internei a pequerrucha no Jardim Infantil, anexo ao Dispensário n.º 4.

Maria Silvina contava, então, sete mêses e pesava apenas três quilos e novecentos gramas *(Grav. 2 e 3)*.

O dr. Champalimaud audacioso e pertinaz, redobra de entusiasmo e de cuidados. Visitadoras, visitantes e serviçais, tôdas à compita, apapáricam a criança, enchendo-a de carinhos e confôrto.

A-dentro daquela casa infantil, sempre tam repleta da alegria do viver dos seus pequeninos habitantes, começa a haver agora graves preocupações, dias de angústia e noites de tormenta, na ansiedade febril de salvar a vida duma inocente.

No decurso do primeiro mês, a tensão nervosa dos assistentes é constante, pela impossibilidade de debelar os vómitos impertinentes e as diarreias abundantes que mortificam a criança. Mas o médico e o pessoal auxiliar, no religioso estoicismo dum sacerdócio, enérgicos e decididos, não desfalecem, não cansam nem desarmam.

Como aquêle cabouqueiro teimoso e paciente, que sempre animado, rodeia, escava, percute e dilacera a rocha enorme, acabando por a vencer e esmagar; ou como aqueloutro estatuário que corta, rasga, cinzela e alinda a pedra bruta, convertendo-a num santo dos altares, também êles observam, velam, medicam, injectam, higienizam, alimentam a horas matemáticas, e vão, pouco-a-pouco, operando esta nova ressurreição de Lázaro.

A coroar tanta abnegação, surge uma esperança vaga, brumosa e ténue como o fumo indeciso e caprichoso da ponta dum cigarro. Os sintomas alarmantes espaçam-se... Há um ligeiro movimento ascensional na curva do pêso, atingindo, agora, quatro mil e duzentos gramas.

E... os nossos cabouqueiros não desanimam; lutam, insistem, atacam e... o milagre faz-se, a puericultura triunfa.

Aqui tendes, perante a admiração do vosso olhar a pequena Maria Silvina, sàdia, alegre e azougada, irradiando beleza e meiguice. Vêde-a, palpai-a e escutai-lhe a graça infinita da tagarelice impenitente, pois só por esta forma podereis convencer-vos de que a morte pode transformar-se em vida *(Grav. 4)*.

Se sois cristãos ou tendes filhos, não desampareis o Dispensário que vindes inaugurar.

As suas portas estão sempre abertas, para que entrem nêle os que vêm por bem.

Ajudai-nos a cultivar os nossos lindos Amores Perfeitos. Vinde, quando vos aprouver, trazer-lhes um mimo, um carinho, um agasalho, por muito velho que seja.

Lembrai-vos de que as migalhas caídas das vossas mesas se desperdiçam, e podem fornecer lautos manjares a êstes pobrezinhos.

Um dia êles, vos darão uma lembrança compensadora.

Quando estiverem já criados, buliçosos e traquinas, rindo e brincando, saltarão ao vosso colo e, com as carícias das suas mãozinhas tenras e os beijos puros das suas róseas bôcas, hão-de pagar com usura todo o bem que lhes façais.

E esta compensação, única que podem dar-nos, é a melhor de entre as melhores do mundo inteiro. Por experiência vos digo: rimos e choramos de alegria; a nossa alma em festa ascende ao paraíso.



Dispensário n.º 13 — Lisboa

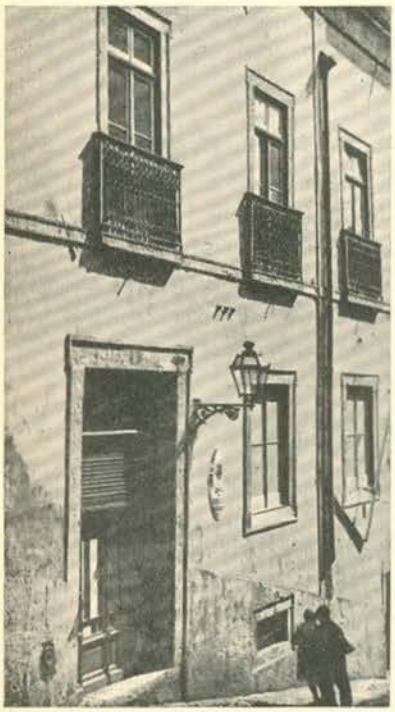
Ao terminar o seu discurso, o sr. dr. Xavier da Silva pronunciava as palavras prêsa de viva comoção. Na assistência as senhoras tinham os olhos marejados e alguns homens choravam, também.

A jornada de Peniche foi um dos prémios mais tocantes que a Junta de Província da Estremadura tem recebido, no decurso da sua actuação.

E estas manifestações de entusiasmo por uma obra que tanto cala no coração de portuguêses e cristãos, vimo-lo repetir-se noutras terras da nossa província, onde, dêste modo, se está criando um sentido de consciência provincial, necessário e conveniente à nova estrutura do Código Administrativo.



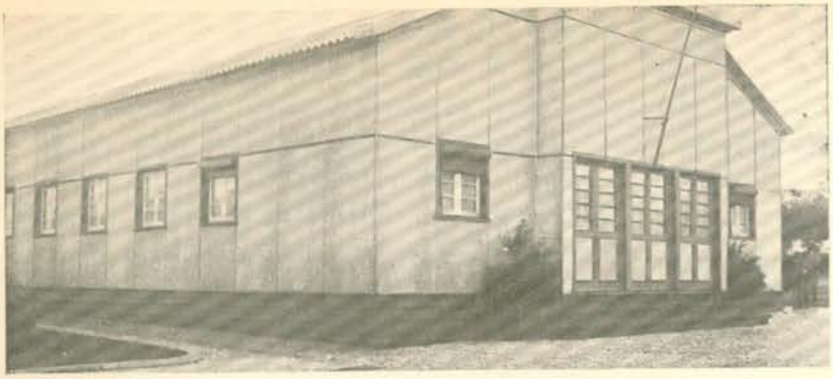
Sobre-porta do Dispensário n.º 13



Dispensário n.º 12 — Lisboa



Dispensário n.º 16 — Lisboa



Dispensário n.º 17 — Lisboa



Dispensário n.º 11 — Peniche



Dispensário n.º 14 — Almada



Dispensário n.º 10 — Setúbal



Dispensário n.º 15 — Sobral do Monte Agraço

Para além destas paredes modestas, vulgares e, mesmo, de aparência pobre, uma grande obra em prol da Raça se desenvolve e frutifica

a Bem da Nação.

PALAVRAS DE LOUVOR

proferidas

PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Apraz-nos registar as palavras pronunciadas pelo sr. Presidente da República, quando da inauguração do Dispensário n.º 13, anexo à Fundação Júlia Moreira, no Alto do Varejão. Elas constituem um cumprimento e louvor que nos lisonjeiam profundamente e calam no coração de todos quantos neste Corpo Administrativo dão a sua quota parte de trabalho para que a Obra continue e dela resultem os benefícios vislumbrados a bem da criança pobre da nossa Província.

Ao cumprimentar o Chefe do Estado, o sr. Presidente da Junta de Província da Estremadura pronunciou as palavras seguintes, extraídas do seu discurso reconstituído:

«Mal parecia que o Corpo Administrativo a que presido não fizesse alguma coisa que correspondesse ao esfôrço do Govêrno na realização da obra de reconstrução nacional em que está empenhado. Entendeu a Junta que um ensaio de assistência a fundo à primeira infância seria a melhor maneira de colaborar com o Estado Novo, para continuação do qual e da sua obra é necessário criar uma nova geração de homens fortes, física e moralmente.

Ao fim de tanto esfôrço dispendido, teve o prazer de verificar os melhores resultados, cujos primeiros êxitos se cifram em números animadores: a percentagem de mortalidade nos serviços da Junta desceu, desde a sua fase inicial, de vinte e cinco por cento para menos de dez!

O ano de 1940 registou a inauguração de sete novos Dispensários, contra dez instituídos nos anos anteriores. Julga a Junta que, assim, colaborou ùtilmente nas Festas Comemorativas do Duplo Centenário, tendo registado, com satisfação, a honrosa presença do sr. Presidente da República na inauguração de alguns dos Dispensários.

Esta difícil tarefa de preparar bom terreno para a semente do futuro é altamente facilitada pelo ambiente criado pelo Estado Novo. Quis a sorte que, à frente dos destinos da Pátria, estivessem dois homens que merecem de todos os portuguêses de bem, tôda a sua gratidão: os srs. Presidentes da República e do Conselho, e que êstes dois ilustres homens de Estado se tivessem feito rodear por pessoas portadoras do mais alto e nobre e patriótico espírito de trabalho e de sacrifício.

Sob a orientação do Chefe, foi possível criar em Portugal uma política de Paz que contrasta singularmente com a onda de insania e intranqüilidade que fere a Europa. Sentimos, nesta hora grave, que estamos trabalhando para o bem-estar do mundo, o que nos compensa, antecipadamente, de tôdas as agruras e dificuldades por que tenhamos de passar.»

Do curto discurso pronunciado pelo sr. General Carmona, extraímos os seguintes períodos:

— **Tenho apenas** — disse com simplicidade — **de felicitar a Junta de Província da Estremadura pela**

inauguração de mais um dos seus magníficos Dispensários. Tenho procedido à abertura doutros dêstes excelentes estabelecimentos de assistência infantil, e devo confessar que cada dia em que o fiz contei por um dia de grande alegria. Porque, realmente, torna-se indispensável que se criem, cada vez mais numerosamente, casas desta natureza, pois a assistência à criança deve merecer aos homens de hoje a maior e melhor das atenções.

«Nada mais confragedor — continuou — do que êsses tristes espectáculos das paradas de crianças infezadas que estavamos habituados a ver desfilar pelas ruas da cidade. Felizmente que, neste ponto, as coisas vão mudando um pouco de aspecto. Tenho apreciado o cuidado e carinho que a Junta de Província da Estremadura põe na instalação dos seus Dispensários e a facilidade com que as mãis que a êles recorrem são carinhosa e eficazmente auxiliadas. Isto quere dizer que, em matéria de protecção infantil, estamos assistindo a uma verdadeira transformação.

E, dirigindo-se ao sr. eng.º Santos Pedroso:

— Dou-lhe, por isso, as minhas felicitações, sendo caso para também nos felicitarmos a todos nós. V. Ex.ª é um dos grandes factores da transformação a que me referi e que com tanto êxito se está operando.

«Só me resta pedir-lhe que continue, sem desfalecimentos em tam árduo mas luminoso caminho.»

A O. M. E. N.

colaboradora da J. P. E.

Na cerimónia de inauguração dum dos Dispensários de Puericultura, alguém classificou o poder administrativo da Junta que permite a constante expansão daqueles serviços, e seus resultados, de «um milagre de vontade». A Junta agradece o cumprimento. Mas aceita-o, porque o «milagre» resulta, de facto, da boa-vontade posta ao serviço duma das funções que a ela se atribuiu e que, com maior carinho, anima, orienta e desenvolve.

Êsse milagre tem um segrêdo que é o «ôvo de Colombo». É que a Junta procura apoiar os serviços de puericultura em tôdas as boas-vontades que surgem, felizmente, a cada momento. Há exemplos. O de M.me Scoville é um dêles. Sem a sua intervenção e o seu auxílio, o Dispensário n.º 9 não teria sido inaugurado tam cedo. E se não fôsse a boa-vontade de Misericórdias, Câmaras Municipais e, até, de instituïções particulares, não se teria a Junta abalançado a promover, aceleradamente, a inauguração de outros Dispensários.



A sr.ª Condessa de Almoster, vice-presidente da O. M. E. N. com o sr. Presidente da J. P. E., na inauguração dum Dispensário

A verdade deve dizer-se. Mas não devemos, ainda em nome dessa verdade, ocultar que, da parte da Junta, tem havido a «boa-vontade» de descobrir essas outras boas-vontades. E assim recebeu com verdadeiro alvoroço a simpática sugestão das senhoras da «Obra das Mãis pela Educação Nacional» para uma estreita colaboração entre êsse organismo e os nossos serviços de puericultura.

Foi-nos oferecida a colaboração gratuita das senhoras para o desenvolvimento duma acção social paralela à assistência pueri-

cola que a Junta dispensa já hoje em larga escala. A Junta aceitou a oferta e, no dia 2 de Março, houve uma reünião na sede dêste Corpo Administrativo para apresentação das senhoras que se propunham entregar-se devotadamente ao seu intento altruista e marcadamente social.

Compareceram as sr.as Condessas de Almoster e de Penha Garcia, com numerosas outras, que se apresentavam ao serviço.

O sr. eng.o Santos Pedroso, na presença das visitantes e das funcionárias dos Dispensários, informou da nova direcção dada aos serviços.

Principiou por cumprimentar as oferentes e inaltecer a obra desenvolvida pela O. M. E. N. Disse que a Junta devia muito à dedicação das suas funcionárias dos Dispensários e que os resultados obtidos lhes podem ser atribuidos sem qualquer favor. Afirmou que o plano de expansão dos serviços exigia maior esfôrço, que não era lícito exigir a quem já tanta dedicação dispensava. E havendo que dividir funções, a da acção social seria atribuida ao voluntariado generosamente oferecido pela O. M. E. N., cujas senhoras iriam trabalhar lado a lado com as empregadas, que já muito merecem da gratidão da Junta.

O sr. presidente da Junta determinou, a seguir, a compatibilidade de elementos e funções, que passariam a ser distintas: um núcleo de acção social junto de cada Dispensário e como seu natural complemento. Encareceu a necessidade de dar aos lares a orientação normal conveniente ao grave momento histórico que atravessamos e disse confiar plenamente nos resultados da nova acção da Junta, de colaboração com a O. M. E. N.

Terminada a oração do sr. eng.o Santos Pedroso, a sr.a Condessa de Penha Garcia proferiu as seguintes palavras:

Sr. presidente da Junta de Província da Estremadura: A Obra das Mães pela Educação Nacional deve, pela sua lei estatutária, prestar assistência e auxílio no Campo Social e, sobretudo, colaborar com as outras instituïções empenhadas no mesmo benemérito fim. Aliás, nada se poderia fazer se não se contasse com inúmeras boas-vontades. Assim acontece no caso presente, em que obteve o precioso concurso do Instituto Profissional Feminino.

Agradeço, portanto, as palavras de V. Ex.a, sr. presidente, mas julgo nenhuns agradecimentos nos sejam devidos. Trata-se duma obra de alto interêsse colectivo, para a qual se reclama, e é mister obter, o auxílio de todos os bons portuguêses. Não recebi qualquer procuração das sr.as monitoras e visitadoras, mas estou certa de que elas vão revelar na acção o mesmo zêlo e alto espírito de abnegação que demonstraram quando voluntàriamente se dedicaram ao estudo e à prática do bem social.

A O. M. E. N. pôs à disposição dos Serviços de Puericultura da Junta de Província da Estremadura, sessenta senhoras, cuja missão é ministrar uma larga acção social de conselhos maternais, indicações morais, técnicos e higiénicos nos lares das crianças protegidas nos Dispensários de Puericultura da Junta.

OITO DISPENSÁRIOS

INAUGURADOS EM 1940

DISPENSÁRIO N.º 10

SETÚBAL

No dia 28 de Janeiro, inaugurou-se em Setúbal o «Dispensário de Puericultura n.º 10», da Junta de Província da Estremadura — o segundo daquele distrito. O facto, simples como todos os que procedem da Junta, teve, contudo, um realce especial, não só por constituir um importante melhoramento de carácter social naquela cidade, mas pela extensão que êle pode ter — e certamente terá — se o seu desenvolvimento fôr convenientemente ajudado pelas autarquias locais e, melhor ainda, pelas pessoas de coração e cujo espírito de benemerência é tradicional, na linda cidade do Sado.

De Lisboa, seguiram para Setúbal os srs. presidente da Junta, eng.º Santos Pedroso; drs. Madeira Pinto, vice-presidente; Conde de Carnide e dr. Soares Franco, vogais, e dr. Carlos Botelho Monís, chefe da secretaria e director de *da Estramadura;* D. Pedro Escórcio da Câmara, inspector da Puericultura; e dr. Rodolfo Xavier da Silva, director dos Serviços.

Além destas entidades, quiseram assistir à cerimónia numerosos funcionários da Junta, que para ali seguiram em auto-carros. Já se encontrava, desde manhã, no novo «Dispensário» o sr. Artur Pinho Costa, ecónomo dos Serviços, que esteve preparando as dependências para a inauguração.



O sr. Presidente da J. P. E. na inauguração do Dispensário n.º 10

Quási imediatamente à chegada, realizou-se uma sessão no «hall» do Asilo Bocage, com a assistência das pessoas de maior representação local. Entre a assistência, viam-se os srs. dr. Barreiros Cardoso, Governador Civil do distrito; condessa de Almoster, da O. M. E. N.; major Perestrelo da Conceição, presidente da Câmara Municipal; dr. Macedo e Castro, Provedor da Misericórdia; major Ricardo Durão, presidente da União Nacional, que tomaram lugar na mesa, e os srs. eng.º Manitto Tôrres, Governador Civil substituto; dr. Manuel Gamito, reitor do Liceu; dr. Joaquim Ferreira Júnior, director da Escola João Vaz; dr. José Fialho, subdelegado de Saúde; capitão Cardoso dos Santos, comandante da P. S. P.; José Maria da Rosa Albino, presidente do Asilo da Infância Desvalida; e numerosas senhoras, entre as quais a irmã Maria de Jesus, directora do



No Dispensário n.º 10, da esquerda para a direita: — Condessa de Almoster, Dr. Xavier da Silva, directora do Dispensário, D. Pedro Escórcio da Câmara, eng.º Manitto Torres, Governador Civil de Setúbal, Presidente da Câmara e Presidente da J. P. E.



O director de «da Estremadura» falando no acto da inauguração do Dispensário n.º 10

Centro ex-escolar da Mocidade Portuguêsa Feminina; sr.ª de Pedroso dos Santos e D. Josefina de Noronha Gamito.

Falou, em primeiro lugar, o sr. eng.º Santos Pedroso. Afirmou o seu grande prazer em apresentar cumprimentos ao sr. Governador Civil, pela magnífica política desenvolvida no seu distrito, humana e nitidamente nacionalista e, por isso, largamente proveitosa para tôdas as classes sociais de Setúbal. Aproveitou a ocasião para dar realce à obra do Estado Novo e ao honesto e patriótico papel que, dentro da sua orientação política, vêm desempenhando os dois grandes portuguêses que são os srs. Presidentes da República e do Conselho, a quem dirigia as suas mais respeitosas saüdações. E, depois de cumprimentar as autoridades presentes, o orador disse que o intuito que animou a Junta a criar e desenvolver os serviços de puericultura foi o de ensaiar um ataque à pavorosa mortalidade infantil que, entre nós, chegou a atingir a extraordinária percentagem de vinte e cinco por cento.

— Espera a Junta — disse — que da sua limitada acção alguma coisa se beneficie, o que é fácil antever pelos resultados já obtidos.

O sr. eng.º Santos Pedroso terminou, dizendo que sentia grande prazer em confiar ao carinho da população de Setúbal e aos cuidados da sua Câmara uma obra que frutificará, porque será abençoada por todos.

Falou, a seguir, o nosso director, sr. dr. Carlos Botelho Monís. Declarou ser-lhe grato ter de falar sôbre um serviço cuja actuação benéfica em progressos e resultados sente de hora-a-hora, dia-a-dia, no desempenho do seu cargo de chefe de secretaria da Junta. Como Setubalense, tinha de agradecer a êste Corpo Administrativo o bem com que acabava de dotar Setúbal, antevendo já um futuro lisonjeiro ao novo «Dispensário», com largo proveito para a infância de Setúbal.

O orador, falando da sua terra, da generosidade expontânea e sentimento caritativo da sua população, exalta a memória de alguns dos beneméritos que, como Paula Borba, viveram inteiramente dedicados ao bem, ao amor da humanidade e, principalmente, dos pobres de Setúbal. E terminou o seu discurso, agradecendo à Junta e às autoridades administrativas de Setúbal a criação do «Dispensário».

Em seguida, o sr. dr. Xavier da Silva pronunciou o magnífico discurso que damos destacado noutro lugar e cujo texto constitue a mais larga justificação da existência dos «Dispensários».

Falaram, ainda, o sr. presidente da Câmara Municipal, para agradecer à Junta a sua benéfica intervenção no distrito, e o sr. provedor da Misericórdia, que pôs à disposição da Junta o edifício onde se instalou o «Dispensário» e que produziu judiciosas considerações sôbre o valor do melhoramento e a necessidade de alargar, cada vez mais, os serviços de assistência em Setúbal. Fechou a série de discursos o sr. Governador Civil que fêz o elogio da obra da Junta, agradeceu a fundação dos «Dispensários» de Azeitão e de Setúbal e fêz uma análise rápida da obra de asssistência realizada no distrito.

A seguir à sessão, inaugurou-se o novo «Dispensário», na Avenida 5 de Outubro, 148, onde o sr. Governador Civil cortou a simbólica fita inaugural.

Depois duma visita, finda a qual ficou o estabelecimento patente ao público, uma comissão de senhoras distribuiu às primeiras mãis inscritas enxovais para os seus filhinhos, beneficiários da obra.



O sr. eng.º Santos Pedroso, com a directora e pessoal do Dispensário n.º 10 (Setúbal)

DISPENSÁRIO N.º 11

PENICHE

Não nos causa surprêsa o movimento de curiosidade que se estabelece em redor dos «Dispensários de Puericultura» da Junta de Província da Estremadura, sempre que se procede ao acto inaugural de cada um dêles. Esse movimento toma carácter de verdadeira festa popular, quando a instituïção dum dêstes estabelecimentos é efectuada, especialmente fora da capital da Província estremenha.

Foi o que sucedeu em Peniche, onde, no dia 11 de Fevereiro, foi inaugurado festivamente, o «Dispensário» n.º 11. A cerimónia revestiu-se, de facto, de certa imponência. O sr. dr. Mário de Vasconcelos, Governador Civil de Leiria, a cujo distrito pertence o concelho de Peniche, presidiu a todos os actos relacionados com a inauguração do «Dispensário», tendo, por isso, êste facto tomado foros de grande acontecimento.

O chefe do distrito teve uma recepção carinhosa, da parte das autoridades locais e povo da vila, não tendo sido inferiores as demonstrações de simpatia de que foi alvo o presidente da J. P. E. sr. eng.º Santos Pedroso. Além destas duas entidades, tomaram parte nas cerimónias os srs. tenente Silva Campos, presidente da Câmara Municipal; e António Faria e Rosário Dias, vereadores; dr. Manuel Ribeiro Ferreira, presidente da comissão distrital da União Nacional; dr. Bonifácio Silva, presidente da comissão concelhia da União Nacional; José Maximiliano da Silva, provedor da Misericórdia; tenente Joaquim Monteiro, representando o capitão do pôrto; e rev. Inácio Antunes, pároco da freguesia. Da Junta, além do seu presidente, estavam, também, os srs. dr. Xavier da Silva, director dos Serviços de Puericultura da J. P. E.; D. Pedro Escórcio da Câmara, inspector dos mesmos serviços; Artur Pinho Costa, chefe dos serviços administrativos respectivos, e outros funcionários.



Recepção, em Peniche, ao Presidente da J. P. E.

No salão de festas do Club Recreativo Penichense, realizou-se uma sessão solene, sob a presidência do sr. Governador Civil. O sr. presidente da Câmara Municipal deu as boas vindas aos visitantes oficiais, e o sr. eng.º Santos Pedroso afirmou a sua satisfação por poder inaugurar em Peniche um «Dispensário de Puericultura», facto que considerava altamente benéfico para a laboriosa população daquele concelho, a avaliar pelos resultados obtidos noutros, onde existem estabelecimentos semelhantes. O sr. presidente da Junta aproveitou a oportunidade para significar o muito aprêço em que tem a obra do Govêrno do Estado Novo, de cujo resultado provém a magnífica campanha pró-infância da Estremadura, em que a Junta se empenha com o maior ardor e tenacidade. E terminou evocando, numa saüdação calorosa, as figuras prestigiosas dos srs. Presidentes da República e do Conselho, referência que a assistência sublinhou com vibrantes aplausos.



O sr. dr. Xavier da Silva, lendo a sua conferência, na inauguração do Dispensário n.º 11 (Peniche)

Falaram, a seguir, os srs. rev. Bonifácio da Silva e dr. Ribeiro Ferreira. Ambos os oradores foram unânimes em atribuir à obra da Junta um valor social de relêvo e tiveram palavras de muito carinho e amabilidade para o presidente da Junta e seus colegas neste corpo administrativo.

O sr. dr. Xavier da Silva produziu, então, a magnífica dissertação sôbre a acção beneficente da Junta, a que noutro lugar nos referimos. A impressão causada na assistência dificilmente se apagará da memória de quantos têm acompanhado a inauguração dos «Dispensários», dando-nos a certeza de que as palavras convincentes do orador caíram bem no espírito de todos os penichenses.

Finda a sessão, foi inaugurado o novo «Dispensário», que ficou instalado num edifício de dois andares da Rua de D. Luiz de Ataíde.

A cerimónia revestiu-se de certo brilho. Na rua, faziam guarda de honra uma lança da Legião Portuguêsa e uma deputação dos Bombeiros Voluntários. Uma menina, filhinha do sr. dr. Ernesto Moreira, director daquele «Dispensário»,



O Senhor Presidente da República no Dispensário n.º 12 (Liga 28 de Maio), vendo-se à direita o Senhor Ministro do Interior

entregou ao sr. Governador Civil, numa salva de prata, a tesoura tradicional com que o chefe do distrito cortou a fita simbólica da inauguração. Nesse momento, subiram, nos mastros colocados às janelas do edifício, as bandeiras Nacional e da União Nacional, emquanto a Legião prestava continência e o povo aplaudia o acto com entusiasmo.

No decurso da visita feita a seguir, pelas entidades oficiais, ao Dispensário, foi descerrado numa das salas o retrato do Presidente da Junta, homenagem prestada pela Câmara Municipal, que tomou à sua conta o pagamento da renda da casa, além doutros auxílios à obra.

As entidades oficiais visitaram, depois, o Hospital da Misericórdia e o quartel dos Bombeiros Voluntários, visitas que causaram a melhor impressão. Por fim, um grupo de senhoras ofereceu um «chá», nos Paços do Concelho, reünião que deu lugar a entusiásticas afirmações de fé nos destinos da Pátria e a numerosas saüdações, durante as quais foram lembrados, em primeiro lugar, os nomes dos srs. Presidentes da República e do Conselho.

DISPENSÁRIO N.º 12
(LIGA 28 DE MAIO)
LISBOA

Quis o venerando Chefe do Estado honrar com a sua sempre desejada presença o acto inaugural do «Dispensário de Puericultura n.º 12», que a Junta de Província da Estremadura instalou na «Liga Nacional 28 de Maio». A cerimónia teve uma concorrência extraordinária, não podendo a vasta sala de sessões do patriótico organismo conter mais do que um têrço das centenas de pessoas, sócios, na sua quási totalidade, que quiseram ter o prazer de assistir à magnífica jornada nacionalista que ali se realizou.

A «Liga 28 de Maio» caracteriza-se por um elevado espírito de fraternidade e de amor às instituïções, de que se constituíu a mais fervorosa das sentinelas vigilantes. Qualquer acto que se prenda com o Estado Novo e com a obra realizada pela Revolução Nacional faz vibrar de entusiasmo aquela pléiade de vontades, tam generosa e corajosamente postas ao serviço do Ressurgimento, desde as primeiras e perigosas horas de combate.

O sr. Presidente da República entrou no edifício entre aclamações, animadas de frenético entusiasmo. Acompanhavam-no os srs. general Amilcar Mota e capitão Silva e Costa. No edifício, encontravam-se os srs. dr. Mário Pais de Sousa, ilustre Ministro do Interior; eng.º Santos Pedroso, presidente da Junta e, com os srs. D. Pedro Escórcio da Câmara e Leopoldo Ludovice, também presentes, directores da «Liga»; Alberto Mira Mendes, então director geral da Assistência Pública; comandante Henrique Tenreiro, da Junta Central da Legião Portuguêsa; tenente Jorge Fonseca, representando o sr. Governador Civil; dr. Madeira Pinto e Carlos Farinha, vice-presidente e vogal da Junta, condessa de Almoster, vice-presidente da Obra das Mãis pela Educção Nacional; eng.º Carlos Santos, presidente da Comissão Central das Juntas de Freguesia; dr. Xavier da Silva, director dos Serviços de Puericultura da Junta, e muitas outras personalidades.

O sr. general Carmona, depois de amigável troca de cumprimentos, visitou as magníficas instalações do novo «Dispensário». Depois, realizou-se a sessão inaugural, sob a presidência do ilustre visitante, ladeado pelo sr. Ministro do Interior e individualidades de mais evidência.

Falou, em primeiro lugar, o sr. eng.º Santos Pedroso. Apresentou as saüdações ao Chefe do Estado, em nome da «Liga 28 de Maio» e no da Junta de Província da Estremadura, afirmando a inteira fidelidade da «Liga» à fé política que anima os homens da Revolução Nacional. Disse que o sr. Presidente da República podia contar com a dedicação dos associados naquele orga-

nismo, que pelo venerando Chefe sacrificariam a própria vida. Esta afirmação provocou aplausos entusiásticos na assistência.

O orador continuou, dizendo que, no sr. Presidente da República, saüdava, não apenas o Chefe do Estado, mas o militar, ilustre representante dum Exército que soube levantar-se para resgatar a Pátria, no dia em que a viu em perigo de sossobrar.

O sr. eng.º Santos Pedroso evocou, a seguir a nobre figura do sr. Presidente do Conselho, cujo nome foi saüdado pela assistência, de pé e com largos aplausos. O orador prestou homenagem ao sr. dr. Oliveira Salazar, que é — disse — a honra daqueles que por êle se sacrificam e a seu lado enfileiram, a Bem da Nação. Nas pessoas de ambos, saüdou a Pátria Portuguêsa.

O sr. presidente da Junta cumprimentou, depois, o sr. Ministro do Interior e as outras individualidades presentes, tendo para todos palavras de muita homenagem e destacando os importantes papéis que desempenham na vida política portuguêsa.

Num bem desenvolvido relatório, o sr. engenheiro Santos Pedroso fez a história rápida e deu nota elucidativa da utilidade social dos Serviços de Puericultura que naquele momento beneficiavam, já, diàriamente, cêrca de três mil crianças.

E, ao terminar, o orador agradeceu ao sr. general Carmona a sua presença naquele acto, aproveitando a ocasião para o felicitar pela passagem de mais um aniversário da sua investidura no duro cargo de Presidente da República e, em nome da Junta e da «Liga», fazer votos para que por muitos mais anos se mantenha no seu lugar, com muitas felicidades e continuados êxitos. E rematou o seu discurso, dizendo:

— Em tôrno de V. Ex.ª, estará sempre fiel o pensamento de todos os portuguêses, mesmo os de política diferente, porque todos êles só desejam, na hora grave que se atravessa, a honra, o prestígio e a salvação da nossa querida Pátria.

Grandes aplausos sublinharam as palavras do orador, ouvindo-se, durante largo tempo, vivas à Pátria, aos srs. Presidentes da República e do Conselho, e ao Estado Novo.

Falou depois o sr. dr. Xavier da Silva, que, como sempre, soube prender a assistência com a sua brilhante oração, que foi um verdadeiro hino entoado em louvor da criança, com a citação de factos, números e exemplos elucidativos, que justificam a acção da Junta, no que respeita à protecção à infância.

Seguiu-se no uso da palavra o sr. eng.º Carlos Santos, que produziu um curto mas entusiástico discurso. Congratulou-se com o facto de ver tam brilhantemente continuada a sua iniciativa de quando ocupou o lugar de presidente da Junta Geral do Distrito.

Nesta altura, o sr. Presidente da República foi brindado com um ramo de flores, entregue pela pequena Silvina, salva da morte pelos cuidados dos serviços de puericultura da J. P. E. e, a seguir, o sr. Ministro do Interior comunicou que o sr. dr. Oliveira Salazar se associava com todo o entusiasmo ao regozijo ali manifestado pelo quinto aniversário da investidura do Chefe do Estado no seu alto cargo e, pelo Ministério do Interior, mandava entregar à Junta a importância de 12.000$00, para auxílio da sua obra, quantia



Aspecto da sala da «Liga 28 de Maio», no dia da inauguração do Dispensário n.º 12



O Sr. Presidente da República, ladeado pelos srs. Sub-Secretários de Estado da Assistência Social e das Corporações e Previdência Social, na inauguração do Dispensário n.º 13 A' esquerda, o sr. Presidente da J. P. E.

igual à que entregava nêsse momento à «Liga 28 de Maio».

As palavras do sr. dr. Mário Pais de Sousa foram entusiàsticamente aplaudidas e, em seguida, o sr. eng.º Santos Pedroso pediu licença para agradecer o auxílio dispensado pelo Govêrno e aproveitou a oportunidade para afirmar que hoje, como ontem, e no futuro, a «Liga» estará firme no seu pôsto, em volta da figura veneranda do seu Presidente da República e da do Chefe querido que é Salazar.

Por último, falou o sr. general Carmona. Com a simplicidade simpática que é seu timbre, começou por agradecer a homenagem que lhe era prestada pela «Liga 28 de Maio», cuja dedicação pessoal e aos princípios da Revolução conhecia e apreciava. Agradeceu, igualmente, as palavras de homenagem que os diferentes oradores lhe dirigiram e, referindo-se à obra da Junta, afirmou conhecê-la bem e tê-la no devido aprêço, pois nada mais grato lhe era ao seu coração do que a protecção que se dispensa às crianças que bem merecem de todos nós.

Num período do discurso:

—O grave problema do revigoramento da raça merece as nossas melhores atenções. A Junta de Província da Estremadura produz obra útil cuidando de tam momentoso assunto, sendo, por isso, digna dos maiores elogios a importante obra realizada por intermédio dos seus magníficos «Dispensários de Puericultura».

O sr. Presidente da República renovou os seus agradecimentos pela homenagem que lhe foi prestada e, em seguida, encerrou a sessão.

Entre palmas e aclamações entusiásticas, o Chefe do Estado retirou-se, a seguir ao que se fêz uma distribuïção de agasalhos e enxovais a algumas dezenas de crianças inscritas no novo «Dispensário».

DISPENSÁRIO N.º 13

«FUNDAÇÃO JÚLIA MOREIRA»

ALTO DO VAREJÃO

No dia 29 de Dezembro, o sr. Presidente da República inaugurou o «Dispensário de Puericultura n.º 13» da Junta de Província da Estremadura. Fechou assim o ano da actividade da Junta com dezassete «Dispensários de Puericultura», além do seu primeiro Jardim-Infantil, anexo ao Dispensário n.º 4, ponto de partida para uma nova modalidade, no campo de acção dêste corpo administrativo. O novo «Dispensário» ficou instalado num pavilhão anexo ao «Centro Maternal Infantil — Fundação Júlia Moreira», excelente obra fundada pelo sr. dr. Manuel Vicente Moreira, que ficou dirigindo o novo estabelecimento.

A inauguração fez-se às 16 horas, com a presença dos srs. drs. Denís da Fonseca e Trigo de Negreiros, respectivamente, Sub-Secretários de Estado da Assistência Social e das Corporações e Previdência Social.

Da Junta de Província, estavam os srs. engenheiro António Rodrigues dos Santos Pedroso e conde de Carnide, respectivamente, presidente e vogal da J. P. E.; D. Pedro Escórcio da Câmara e dr. Xavier da Silva, inspector e director dos Serviços de Puericultura; dr. Vasco Ribeiro, consultor jurídico e chefe dos Serviços do Contencioso, Coordenação Económica e Propaganda; Artur Santos e Pinho Costa, funcionários superiores, além doutros de todos os serviços da J. P. E. Presentes, também, o sr. dr. Manuel Vicente Moreira e grande número de convidados, entre



O Chefe do Estado na sala de consultas do Dispensário n.º 13

os quais os srs. coronel Lôbo da Costa, Governador Civil de Lisboa; coronel Cameira, comandante da P. S. P.; coronel Lopes Mateus, da «Liga 28 de Maio»; drs. Moreira Júnior e Azevedo Neves, etc.

O sr. general Carmona, que se fazia acompanhar pelos srs. general Amílcar Mota e capitão Silva Costa, depois de inaugurar o novo «Dispensário» visitou as magníficas dependências e serviços, ficando òptimamente impressionado com o que viu. Teve então algumas palavras de bondosa amabilidade para o presidente da J. P. E., que muito o sensibilizaram.

Após a inauguração e visita, o sr. Presidente da República, membros do Govêrno e demais entidades, seguiram para o edifício da «Fundação Júlia Moreira», que visitaram igualmente. Numa das salas desta instituïção, o sr. eng.º Santos Pedroso agradeceu ao Chefe do Estado a honra de ter acedido a inaugurar o novo «Dispensário», agradecendo-lhe, também, a gentileza da sua presença e carinhosas palavras de incentivo com que tem acompanhado a obra da Junta.

O sr. presidente da Junta proferiu, depois, um pequeno discurso, do qual damos ligeiro resumo noutro lugar e, depois, referindo-se à obra do sr. dr. Manuel Vicente Moreira, elogiou a sua acção benemerente de estar repartindo com os pobres o património que legìtimamente lhe pertencia. Salientou êste facto como um grande exemplo para ser seguido pelos homens de fortuna.

Falou depois o sr. Sub-Secretário de Estado da Assistência Social, que principiou por agradecer ao sr. eng.º Santos Pedroso as suas referências ao Govêrno e à sua obra.

— A segunda palavra — disse — não podia deixar de ser de felicitação à Junta e seu presidente, não só pela inauguração feita, mas, também, pela actuação dêste corpo administrativo, tanto pela obra, como pelos intuitos.

O ilustre orador desenvolveu, depois, o seu ponto de vista em matéria de assistência, que corresponde inteiramente ao estatuído na Constituïção Política da Nação. A orientação oficial visa a defesa da família, elo original de tôda a nossa organização política. Por isso, a assistência deve principiar pelo estabelecimento moral e social da família; em segundo lugar, pelo aproveitamento de tôda a assistência particular que a beneficia e, em terceiro, pela assistência directa, por meio de institutos a criar.

Sôbre êste assunto o sr. dr. Denís da Fonseca desenvolveu judiciosas considerações, terminando por dizer que, tanto os «Dispensários de Puericultura», como os estabelecimentos do género da «Fundação Júlia Moreira», estão conforme com a letra da Constituïção, motivo por que trazia a ambas as entidades o apoio do Govêrno.

A seguir, falou o sr. dr. Vicente Moreira. Agradeceu as palavras elogiosas que os oradores lhe dirigiram e leu um excelente trabalho que é, ao mesmo tempo, um relatório da acção da «Fundação Júlia Moreira» e um interessante estudo sôbre a assistência infantil.

O sr. dr. Vicente Moreira teve amáveis referências para o presidente da Junta, a quem atribuíu parte do êxito que está obtendo na sua iniciativa, pois que ia agora ter ocasião de prestar auxílios materiais a trezentas crianças, quando anteriormente o fazia a cinqüenta, apenas.

Quanto aos elogios que lhe tinham sido feitos, tomava-os apenas como palavras de incitamento, que muito agradecia.

Falou, finalmente, o Chefe do Estado. Palavras breves, carinhosas, naquela entonação simpática que tam querida tornam aos nossos corações a sua veneranda figura.

Com o seu pequeno discurso, fechamos o balanço-1940, na «Expressão dos Serviços de Puericultura» que noutro lugar publicamos.

Em seguida àquelas palavras, o sr. Presidente da República dirigiu-se ao sr. dr. Vicente Moreira



O Presidente da J. P. E., de visita ao Dispensário n.º 14, pouco antes da sua inauguração

e, depois duma breve e honrosa apreciação à sua obra, disse:

— Como agradecimento, só posso fazer uma coisa: condecorá-lo. E faço-o com a Comenda de Benemerência, não para lisongear vaidades que sei que não tem, mas porque é esta a única maneira de lhe testemunhar o louvor merecido.

Com estas palavras, terminou a bela jornada da tarde de 29 de Dezembro, retirando o sr. general Carmona no meio das aclamações de centenas de pessoas do populoso bairro, que acorreram a ver o Chefe do Estado.

DISPENSÁRIO N.º 14

ALMADA

Desejou o povo de Almada, na aspiração muito legítima de ver os filhos da laboriosa população devidamente assistidos na primeira infância,

que ali fôsse criado um «Dispensário de Puericultura». Este desejo foi compreendido pelo administrador do concelho, sr. coronel Baptista de Carvalho, que é, ao mesmo tempo, o provedor da Misericórdia daquela vila, e que, entusiàsticamente ajudado pelo sr. dr. António Elvas, médico daquele estabelecimento de assistência, e pelo apoio decidido de todos os mesários, decidiu lançar mãos à obra, dispondo-se a criar ali o novo «Dispensário».

Como primeiro passo para tal fim, e depois de uma conversa preliminar com o sr. eng.º Santos Pedroso, presidente da Junta de Província da Estremadura, foi esta entidade convidada a visitar as futuras instalações daquela nova dependência dos Serviços de Puericultura da J. P. E.

Os srs. eng.º Santos Pedroso e coronel Baptista de Carvalho, acompanhados pelo inspector dos Serviços de Puericultura, sr. D. Pedro Escórcio da Câmara, visitaram, no dia 18 de Janeiro, as dependências que a Misericórdia ofereceu para o fim em vista, e para o qual as três entidades — J. P. E., Câmara Municipal e Misericórdia — contribuïriam materialmente. As despesas de apetrechamento e manutenção ficariam a cargo da Junta.

Nesta visita, foram aquelas entidades acompanhadas pelas autoridades administrativas do concelho, entre as quais os presidentes das Juntas de Freguesia e vereadores do município; médicos, alguns beneméritos, os mesários da Misericórdia srs. drs. Amado de Aguilar e António Rezende Alvarez; rev. António Campos, vice-reitor do Seminário de S. Paulo de Almada e José Martins Vieira, e algumas senhoras beneméritas, que têm acompanhado de perto a já larga obra de assistência de que beneficia o concelho e, especialmente, a vila de Almada. Antes daquela deligência preliminar para a fundação do «Dispensário», os visitantes foram à Cova da Piedade, onde estiveram no terreno onde, por iniciativa particular e graças à dedicação do sr. António Rezende Alvarez, deverá ser construída uma Creche e Jardim-Infantil. Para tal fim, a benemérita local, sr.ª D. Maria da Rocha Gomes, doou um trato importante de terreno, òptimamente situado. As despesas do projecto e da construção estão sendo custeadas por subscrição pública, que foi aberta pela Câmara Municipal com uma importante quantia. Os industriais e comerciantes locais contribuíram com grossas quantias, inscrevendo-se, ao mesmo tempo, como protectores das obras, com verbas mensais que vão de 100$00 a 5$00. Os particulares, alguns dos quais bastante pobres, contribuíram, também, para uma e outra modalidade, e grande número de operários ofereceram dias de trabalho para ajuda da construção do edifício.

Assim, por ocasião da referida visita, a subscrição pública atingira, já, mais de 70.000$00 e a cotização mensal para a manutenção da obra, ultrapassava, anualmente, um rendimento fixo de 20.000$00.

Entusiasmado com tal manifestação de consciência colectiva, da parte da laboriosa população da Cova da Piedade, o sr. eng.º Santos Pedroso ofereceu imediatamente o seu apoio material, não só para os primeiros passos da nova instituïção de assistência infantil, como para a sua manutenção.

Seguiram dali os visitantes para a Misericórdia, passando antes pela «Casa de Amparo à Infância», de Almada, pequena mas simpática instituïção, instalada perto do Seminário de S. Paulo e carinhosamente mantida pela Misericórdia, pelo Seminário e por um grupo de senhoras bemfeitoras.

A inspecção às dependências que a Misericórdia oferece para o novo «Dispensário» ocupou durante largo tempo a atenção dos srs. presidente da J. P. E. e do inspector dos Serviços de Puericultura. Depois da visita, ficou a impressão de que o «Dispensário» de Puericultura de Almada, deverá ter uma das melhores instalações conseguida entre os seus congéneres, ressaltando, ainda, a boa vontade manifestada de tôdas as entidades interessadas no humanitário objectivo. O dia terminou com um «Pôrto de honra», numa das salas da Misericórdia, oferecido pelas bemfeitoras que se encontravam representadas pelas sr.as D. Elena Marques Grilo, Dona Alice Mendes e D. Laura Pinto. Nesta reünião, que se distinguiu pelo ambiente de enternecedora espiritualidade cristã, o sr. coronel Baptista de Carvalho dirigiu ao sr. eng.º Santos Pedroso palavras de boa camaradagem, de agradecimento e, ao mesmo tempo, de congratulação, pela forma verdadeiramente desinteressada e patriótica como tem desenvolvido a valiosa obra de protecção aos pequeni-



Recepção ao sr. Presidente da J. P. E. no limite do concelho de Sobral do Monte Agraço, para a inauguração do Dispensário n.º 15

nos. Há muitos anos que vinha observando a curva política ascencional, lenta, mal segura, do seu querido camarada, cuja honrada directriz tem sido inspirada por um alto espírito de rectidão, humildade e patriotismo invulgares.

O orador falou, depois, da obra realizada pela Junta de Província da Estremadura e afirmou-se contente por sentir o interêsse que o sr. eng.º Pedroso manifestou pelo empreendimento dos Almadenses — porque, sabendo que o sr. presidente da J. P. E. deixa sempre um bocado do seu coração junto da sua obra, êste acontecimento da instalação dum «Dispensário» da J. P. E. em Almada era seguro augúrio de que não só essa obra seria ampliada, como o auxílio da Junta viria engrandecer outras instituïções e criar novas e necessárias iniciativas.



O Sr. Presidente da J. P. E. inaugurando o Dispensário n.º 15

E o sr. coronel Baptista de Carvalho terminou com palavras de reconhecido agradecimento para tôdas as pessoas e entidades que, no concelho de Almada, se interessam pela sorte dos pobres e das crianças.

Falaram ainda os srs. drs. Amado de Aguilar, mesário da Misericórdia, António Elvas, médico desta instituïção, e Vilarinho, médico da Colónia Balnear de Almada, todos muito interessados na fundação do Dispensário, e, por fim, o sr. eng.º Santos Pedroso, que, depois de agradecer e retribuir os cumprimentos que lhe foram feitos, afirmou que, na era de Renovação que a Nação felizmente atravessa, torna-se necessário chamar e aproveitar tôdas as boas vontades que sirvam os interêsses superiores do País e os patrióticos desejos do Chefe. Referiu-se, como sempre, entusiàsticamente, à obra realizada por Salazar; teve palavras de carinhosa veneração para a figura prestigiosa do sr. Presidente da República e afirmou que a obra da Junta nada seria, se não tivesse a acompanhá-la a dedicação das pessoas que a servem. A J. P. E., dentro da esfera de acção que o Código Administrativo lhe atribuíu e que cumpre o melhor que é possível, escolheu para acção destacante a da assistência e, dentro desta modalidade, a da protecção à primeira infância.

De facto, julga necessário assegurar o futuro da Raça, para que a História de Portugal tenha, no futuro, cultores que a dignifiquem, não só pelo seu espírito de amor por ela, mas, também, pela sua organização de seres fortes.

O orador afirmou que o ano de 1940 ia marcar na vida da J. P. E., principalmente pela ampliação da sua obra de Puericultura. Com o Dispensário de Almada, outros seriam inaugurados dentro do ano de 1940 — o de Setúbal, que estava para breve, bem como mais um em Lisboa e outros em Peniche e em Sobral de Monte Agraço.

Contando com a boa vontade das Câmaras Municipais e das instituïções locais, principalmente das Misericórdias, a J. P. E. deveria alargar a sua obra a todos os concelhos da Província. Seria êste o primeiro grande passo para que um dia o nosso País disponha dum serviço de assistência à primeira infância, capaz de servir a grande Causa da Conservação da Raça.

Quanto a Almada, já há muito tempo tinha pensado na fundação dum «Dispensário» neste concelho. Janela aberta sôbre Lisboa, onde tantas obras de assistência florescem com os frutos mais saborosos em proveito da Nação, merecia ser olhada com atenção pelo corpo administrativo da Província. A realização de mais esta obra ficaria para momento oportuno, se a boa vontade das fôrças do concelho se não tivesse antecipado ao programa da J. P. E.

O sr. eng.º Santos Pedroso aproveitou a ocasião para se referir elogiosamente à iniciativa que deverá instituir, na Cova da Piedade, uma Creche-Jardim, e para cumprimentar os directores da obra do «Amparo às crianças». Por fim, agradeceu a todos o acolhimento que lhe foi dispensado, terminando por brindar pelos Chefes da Nação — Carmona e Salazar — pelo povo do concelho e pelas senhoras bemfeitoras de Almada.

No dia 1 de Junho, foi o «Dispensário» inaugurado pelo sr. Presidente da República. O Chefe do Estado foi recebido pelos srs. dr. Xavier da Silva e D. Pedro Escórcio da Câmara, respectivamente director e inspector dos Serviços de Puericultura da Junta; pelo sr. dr. Eduardo Vilarinho, director do «Dispensário», e por outros funcionários da Junta, da Misericórdia de Almada e senhoras bemfeitoras do novo estabelecimento de assistência infantil.

O sr. general Carmona visitou as dependências do «Dispensário», ao director do qual o Sindicato Nacional dos Tanoeiros entregou 2.000 escudos.

O novo «Dispensário» começou, nessa data, a beneficiar algumas dezenas de crianças pobres do concelho de Almada.

DISPENSÁRIO N.º 15

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Foi grato à Junta de Província da Estremadura inaugurar, no dia 15 de Dezembro, em Sobral de Monte Agraço, o «Dispensário de Puericultura n.º 15». Não apenas por que isso representava uma legítima aspiração do gracioso e ubérrimo concelho, mas porque esta terra conta no número das que têm acompanhado com inexcedível carinho a «política provincial» desenvolvida pela Junta, em obediência ao novo Código Administrativo.

O presidente da J. P. E., acompanhado pelo inspector dos Serviços de Puericultura, sr. D. Pedro Escórcio da Câmara, foi recebido na extrema do concelho pelos srs. Joaquim Marceano Franco, presidente da Câmara; vereadores José Simões Costa e Francisco José Maximino; José Carlos Ferreira Dias, chefe da secretaria; José Simões da Silva Lopes, tesoureiro municipal; drs. Adriano Brandão Vasconcelos e António Luís Borges, respectivamente, subdelegado de Saúde e médico municipal, e outras individualidades de destaque do concelho.

Recebido festivamente na vila, com foguetes, o sr. eng.º Santos Pedroso foi conduzido ao salão nobre da Câmara, onde se encontravam já numerosas pessoas, entre as quais muitas senhoras.

Aqui, o sr. presidente da Câmara saüdou o presidente da Junta, proferindo o seguinte discurso:

Sr. presidente da Junta de Província da Estremadura: — E' hoje um dia de grande regosijo para todos os sobralenses! Não só a visita de V. Ex.ª a esta terra, que já bastante lhe deve, é motivo para isso, mas, mais ainda, o fim que trouxe cá hoje V. Ex.ª

Cumpre-me, como presidente da Câmara Municipal, e gostosamente o faço, a honra de apresentar a V. Ex.ª os cumprimentos de boas vindas a esta terra; muito honrada se sente ela e todos nós, por contar V. Ex.ª no número dos seus maiores amigos.

E' bem modesto, infelizmente, o Sobral, para que possa dispor de meios suficientes para o receber condignamente, mas estou certo de que a amizade e sinceridade que V. Ex.ª verá em todos nós suprirá a grandiosidade e o luxo com que V. Ex.ª deveria ser recebido, se os nossos recursos o permitissem.

Precisaria esta terra, sr. major Santos Pedroso, de muitos amigos como V. Ex.ª Bem humilde é ela e bem humilde a maioria dos seus habitantes! Mas, estou certo, êles saberão ser gratos e reconhecidos!

Minhas senhoras e meus senhores:

Não é preciso dizer a V. Ex.ªs quem é o sr. major Santos Pedroso; demais é êle conhecido de todos os portuguêses; demais é conhecido o seu grande coração de benemérito; demais é conhecida a sua bondade, a sua modéstia e o seu patriotismo, sempre manifestado em todos os actos da sua vida. Mas, se tivesse que o apresentar a V. Ex.ªs, eu diria sòmente: é um patriota! E' um português de lei! E' um bom!

Mais um melhoramento, que bastante há-de contribuir para o seu progresso, contará, desde hoje, o Sobral de Monte Agraço: um pôsto de Puericultura! A' Junta da Província e ao seu digníssimo presidente se ficará devendo mais esta manifestação de progresso, mais êste melhoramento que vem grandemente contribuir para colocar a nossa terra ao lado das mais civilizadas.

Mas não será bom esquecermo-nos de que, tanto esta como outras tantas realizações conseguidas, se devem a quem tam bem tem dirigido e governado o nosso Portugal, de há uns anos a esta parte.

Carmona e Salazar são dois nomes que em todos os momentos solenes nos é grato, a nós, corações de bons portugueses, recordar agradecidos! Viva Portugal! Viva o Presidente Carmona! Viva Salazar!

A assistência correspondeu entusiàsticamente a êstes «vivas», dispensando depois calorosos aplausos ao presidente da Junta.

O sr. eng.º Santos Pedroso respondeu com um pequeno discurso, principiando por agradecer as palavras que lhe foram dirigidas pelo presidente da Câmara. Afirmou, depois, que a Junta procurava satisfazer, na medida do possível, as aspirações dos concelhos estremenhos, até onde lho permitiam o Código Administrativo e os seus recursos. Pessoalmente buscava conseguir o bem-estar dos concelhos da sua jurisdição, como lhe cumpria. Regozijava-se com o facto de ver que tôdas as Câmaras Municipais tinham trabalhado com dedicação e fé patriótica e êste facto tornava-as crèdoras da mais alta consideração. Como outras terras, o Sobral tinha trabalhado bem e era gostosamente que prestava justa homenagem ao presidente da Camâra, cuja obra a bem daquela terra estava visível.

O «Dispensário» que se ia inaugurar era uma das demonstrações de que a Junta está disposta a tomar em consideração, não apenas as aspirações, mas as necessidades de tôda a Província. Tornava-se necessário que, não só a Câmara, mas todo o concelho, as suas instituïções e também e especialmente, as senhoras, perfilhassem e auxiliassem a obra, para que se conseguisse o objectivo desejado: homens fortes para Portugal, capazes de continuar a obra de reconstrução nacional que o Estado Novo começou e que deverá ser eterna.

«Onde está um coração de mulher — disse — está, também, um grande amor à nossa Pátria».

O orador afirmou o seu desejo de que, dentro de pouco tempo, houvesse, em cada concelho, pelo menos um «Dispensário de Puericultura» e, vol-

tando a agradecer a recepção que Sobral de Monte Agraço lhe dispensara, fez votos pelas prosperidades do concelho e pela saúde dos seus habitantes.

O sr. presidente da Junta foi muito aplaudido e, por fim, o sr. João Simões da Silva Lopes, comandante dos Bombeiros Voluntários locais, agradeceu-lhe a doação duma auto-maca, feita há tempo, por intervenção do presidente da Junta, a quem mais uma vez queria apresentar público agradecimento.

Em seguida, dirigiram-se todos para a sede do novo «Dispensário», instalado na rua França Borges, num prédio pequeno mas muito próprio para o fim desejado, e com as dependências necessárias. Já ali se encontrava o sr. Artur Pinto Costa, ecónomo dos serviços, que, desde manhã, estivera ocupado nos últimos retoques para a inauguração.

A cerimónia foi, como tôdas, muito simples. O sr. eng.º Santos Pedroso cortou a fita simbólica, entre as palmas da assistência e, em seguida, foi o edifício visitado pelas entidades referidas e pelo público.

O sr. presidente da Câmara acompanhou, depois, o sr. eng.º Santos Pedroso numa visita ao magnífico edifício do novo Matadouro, cuja inauguração estava marcada para daí a poucos dias e, por último, uma comissão de senhoras ofereceu ao visitante um delicado lanche, que foi servido na Câmara Municipal e que deu lugar a troca de amistosas saüdações. Ali, o sr. presidente da Câmara proferiu as seguintes palavras:

Sr. presidente da Junta de Província da Estremadura: — Acaba V. Ex.ª de inaugurar o Dispensário de Puericultura, um dos maiores melhoramentos realizados no Sobral de Monte Agraço, de há muitos anos a esta parte, embora a obra não seja desmedida e êste edifício seja pequenino, como pequeninos serão os futuros beneficiários.

Em nome dêsses pequeninos, tem o meu coração que lhe falar. E' já bastante vasta a caridosa obra de V. Ex.ª, levada a efeito com uma bondade inegualável. Bem haja V. Ex.ª, e são meus ardentes votos para que se não canse de prosseguir na Senda do Bem.

Pela Pátria, a quem V. Ex.ª virá a dar muitos homens sãos para a defender; pelas humildes mãis, cujos filhos virão a receber os benefícios desta Obra, eu agradeço a V. Ex.ª a sua realização; pelos pequeninos, muitos dos quais ficarão a dever a vida e a saúde a V. Ex.ª, eu fico eternamente reconhecido. Viva o sr. major Santos Pedroso!

O sr. presidente da Junta agradeceu a saüdação e confirmou as palavras do orador, no seu desejo de contribuir para que a Pátria tenha homens fortes que a defendam. E não podia esquecer-se de que, no momento angustioso que o mundo atravessa, essa idea maior actualidade tinha, uma vez que circunstâncias especiais permitiam que Portugal pudesse gozar o inefável bem da Paz, graças a dois homens a quem a Nação deverá ser eternamente grata: Carmona e Salazar.

Referindo-se ao entusiasmo com que Sobral progride, afirmou ser-lhe grato ver a forma como os concelhos da Estremadura estabelecem uma corrente de esforços, de que resulta o engrandecimento da Província.

O orador recordou, a propósito, a figura saüdosa do falecido Governador Civil, João Luís de Moura, a quem Sobral de Monte Agraço tanto ficou devendo e, depois de, mais uma vez, prestar homenagem à tenacidade e à indomável energia do presidente da Câmara, fez um brinde às senhoras do Sobral, saüdando nelas a mulher portuguêsa.

DISPENSÁRIO N.º 16

«CASA DOS PESCADORES»

LISBOA

Indo ao encontro da solicitação do sr. comandante Henrique Tenreiro, o distinto oficial da marinha, entusiástico propugnador dos princípios da Revolução Nacional e grande amigo dos trabalhadores do mar, a Junta de Província da Estremadura resolveu inscrever no número dos seus «Dispensários de Puericultura» mais um dêsses estabelecimentos que instalou na «Casa dos Pescadores» de Lisboa e ali se inaugurou no dia 24 de Março de 1940.

O acto decorreu com simplicidade. O novo «Dispensário» foi visitado por numerosos amigos daquela casa de marítimos, estando presentes ao acto os srs. eng.º Santos Pedroso, D. Pedro Escórcio da Câmara e vários funcionários da Junta; comandante Sousa Correia, delegado do comandante do pôrto de Lisboa e outras entidades.

Foram os visitantes recebidos pelo sr. comandante Tenreiro, que, ao terminar a visita, dirigiu ao presidente da Junta palavras de muita amabilidade, exprimindo o seu agradecimento por tam pressurosamente ter perfilhado e auxiliado a obra de assistência aos filhos dos pescadores, benefício que constitue um notável melhoramento para a laboriosa classe.

Respondeu o sr. eng.º Santos Pedroso, afirmando que lhe era imensamente grato aplicar daquela maneira os recursos financeiros que legalmente competiam à Junta e, mais particularmente, se considerava satisfeito por ter podido beneficiar os pescadores de Lisboa, classe trabalhadora que merece de tôda a população da Capital, e das entidades oficiais, o maior respeito e gratidão.

Aproveitou o sr. presidente da Junta a ocasião para prestar homenagem ao espírito moço e

denodado de batalhador pela causa nacionalista, afirmando, por seu turno, a sua muita admiração pela obra produzida pelos chefes portuguêses e pelo govêrno do Estado Novo.

DISPENSÁRIO N.º 17

«BAIRRO DA QUINTA DA CALÇADA»

LISBOA

Habitadas as interessantes 480 casas de «Lusalite» que constituem o airoso e higiénico «Bairro económico da Quinta da Calçada», e verificada a população infantil, que atinge o número de algumas centenas, quis a Junta de Província da Estremadura colaborar na carinhosa obra lançada pelas senhoras da «Acção Social», e resolveu instituir ali um «Dispensário de Puericultura». A inauguração prática efectuou-se, sem carácter oficial, no dia 8 de Maio de 1940. Com bastante simplicidade, compareceram no local o presidente da Junta de Província da Estremadura e o sr. D. Pedro Escórcio da Câmara, que foram recebidos pelo director do «Dispensário», sr. dr. D. Salvador da Cunha, e sr.ª D. Eugénia de Moura Borges, senhora da «Acção Social» e que se dedicou ao bairro da Quinta da Calçada com um fervoroso carinho que merece os mais largos encómios.

O sr. Presidente da República inaugurou oficialmente o novo «Dispensário», no dia 26 do mesmo mês, durante a visita que fêz ao bairro, para inauguração da capela e de outros melhoramentos.

1140 ≈ 1940



As Festas do Duplo Centenário

na

Estremadura



Vai mais de um ano decorrido. No espírito do português que esteve em Guimarãis a orar junto das velhas pedras do ninho da águia ambiciosa de horizontes e foi depois a Sagres evocar o rumor de asas dos seus vôos maiores permanece ainda a sensação do regresso duma espantosa viagem de sonho pelos luminosos itinerários da História.

Apagaram-se há muito as luzes da Exposição de Belém. Vão já, num enternecimento de alma, do encanto sedutor do olhar para o regalo repousado e embalador da memória os passos das evocações magníficas.

Reparem. Há ainda uma confusa perturbação visual de apoteoses coloridas. Sussurra à nossa volta um frémito de heroísmo. Dir-se-ia que anda no ar um eco subtil de aclamações, uma espuma fina e delicada de entusiasmos vibrantes.

Quem fica concentrado por minutos julga ouvir em harmoniosa insistência, baixinho, os sinos que festejaram a alegria febril da Nação na alvorada de oiro do seu Natal de glória; um vago clamor de tropel, talvez a vertiginosa galopada dos cavaleiros medievais no granito escuro das velhas ruas da cidade do silêncio — ronda de vigília que não pára nem sossega; uma misteriosa e impalpável presença do passado nas frases do grande prègador, a vibrarem no espaço, sôbre a crista dos séculos; multidões, hinos, estandartes, flores...

E desde o fulgor das recepções imponentes e do alarme emocio-

nal de sereno recolhimento nas catedrais, onde a idéia de Deus se juntou numa lágrima irreprimível ao sentimento da Pátria; desde o alvorôço de estrondo dos espectáculos maiores à rigidez severa dos actos soleníssimos, de tudo o que se lembra para tôda a vida, Portugal ficou uma realidade mais forte, iluminada por mais alto clarão de fé. Uma claridade subiu aos corações e às consciências. Depois, com o tempo, nasceu uma terna e envolvente saüdade...

*

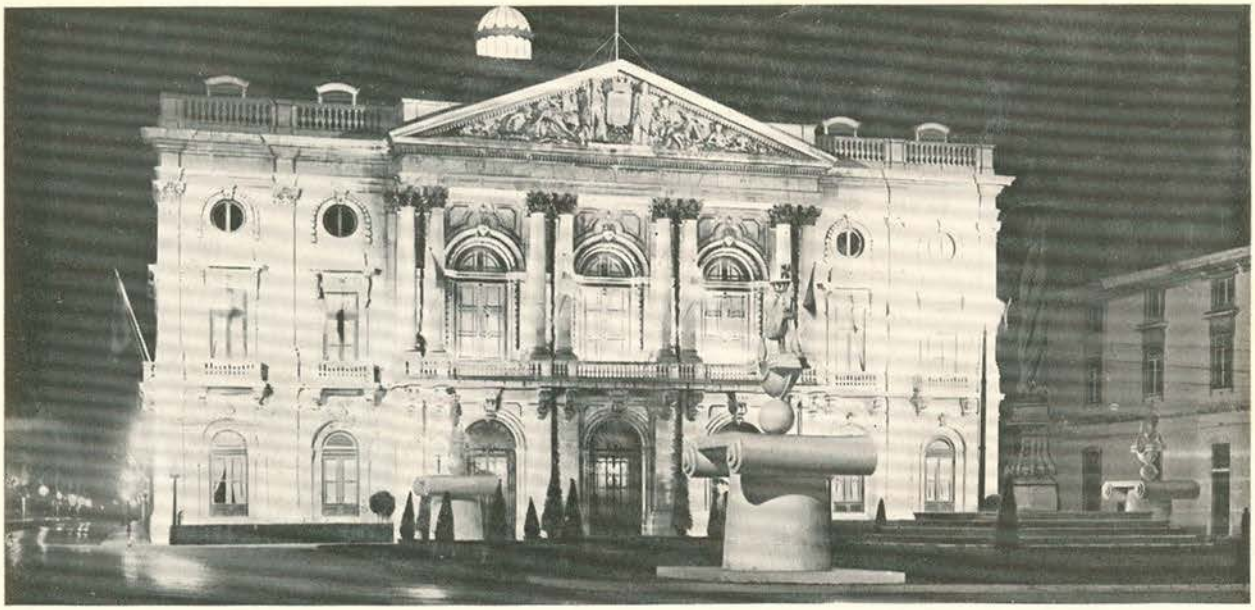
As comemorações do Ano áureo foram, no seu mais expressivo significado, uma atitude nacional talvez mais nítida em referência ao futuro do que perante o passado.

Na vida da Nação novos centenários começam.

Esmagado o «espírito da tristeza e do mal» a que se referia a mensagem anunciadora do Sr. Presidente do Conselho, corrigida a mentalidade, revigorada a confiança, acorda e fortalece-se por tôda a parte o sentido firme duma espontânea e profunda dedicação, apta a todos os esforços e pronta para todas as lutas por um nobre porvir colectivo.

L U Í S T E I X E I R A





RENOVAÇÃO

pelo sr. eng.º **EDUARDO RODRIGUES DE CARVALHO**
(presidente da Câmara Municipal de Lisboa)

O exame da evolução da «urbs» ulissiponense mostra-nos que, desde o alvorecer da Independência, sempre os governantes se interessaram pelo desenvolvimento de Lisboa, considerando-a não apenas como simples grande aglomerado populacional, mas como capital de Portugal, à qual eram devidas obrigações especiais e que cumpria acompanhar no seu gradual desenvolvimento, ajudando-a a satisfazer tantas das muitas necessidades inerentes à sua tam alta posição na vida social.

De todas as épocas, a que mais se destaca na transformação material de Lisboa é incontestàvelmente a do Marquês de Pombal, que, sem favor, bem merece de todos os que aqui habitam e se empenham pelo progresso citadino.

No acentuado espírito de colaboração e interdependência, sempre mantidos através dos tempos entre o Município e o Estado, os desregramentos dêste deviam refletir-se naquele, e — digamos — talvez mais fortemente naquele, conseqüência da maior acessibilidade dos cidadãos à *res municipalis*.

O período que antecedeu o início da época do Estado Novo confirma esta verdade: em 1926, a desordenação da vida do nosso Município não diferia e talvez pelo contrário se encontrasse agravada, em relação à que imperava em todos os sectores da vida nacional.

Em tais circunstâncias, pouco ou nada de relêvo poderiam fazer os edis que sucessivamente vieram ocupando as cadeiras da vereação, e pouco de útil poderia surgir para uma *Lisboa renovada*.

O assunto preocupando — como não podia deixar de ser — os diferentes govêrnos, levou à nomeação de sucessivas comissões administrativas, encarregadas de gerir os negócios municipais e de estudar o modo de fazer chegar ao município da capital a atmosfera renovada e depuradora que estava sendo criada; a-pesar, porém, de todo o esfôrço desenvolvido pelos que, desde 1926, vieram administrando o Município, o facto é que êle não acompanhava os passos firmes da Nação, guiada pela mão forte e sábia, e pelo espírito disciplinador de Salazar.

No entanto, o govêrno mantinha-se atento e pronto a prestar o necessário auxílio material; a partir de 1935, verbas relativamente avultadas foram por êle incluídas no orçamento, para resolver importantes problemas citadinos.

Finalmente, com o Código Administrativo de 1936 — confirmado na redacção dada em 1940 — opera-se uma mudança

radical no sistema orgânico do Município, elevando a um nível superior, e muito acima do comum, a sua administração. As palavras que, no diploma, justificam a orientação tomada mostram claramente o objectivo que se pretendeu atingir e a importância dada pelo Govêrno a êste problema da Capital do Império.

Publicado o Código Administrativo, havia que procurar a individualidade que delineasse e executasse a obra de renovação que há tanto tempo se impunha.

Salazar mais uma vez soube escolher e com a sua escolha grande serviço prestou à cidade. Duarte Pacheco, que, até começos de 1936, preparara com decisão, com largueza de vistas invulgar e com a alta competência que todos lhe reconhecem, a obra nacional que levou aos confins de Portugal, em realizações materiais, a grande obra financeira de Salazar, encontrava-se disponível...

A sua entrada na Câmara verificou-se em 1 de Janeiro de 1938, mas nela apenas se conservou até fins de Maio do mesmo ano, data em que, no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, retomou a actividade ao serviço da Nação, para impulsionar a obra grandiosa do Áureo Ano da Nacionalidade, obra que com certeza vai ampliar, com o vigor que lhe é peculiar, pelos anos que se seguirem.

Escassos cinco mêses foram, pois, os da sua passagem pelo Município. Por muitos anos valem êles, dada a grande obra que gizou e pôs em marcha!

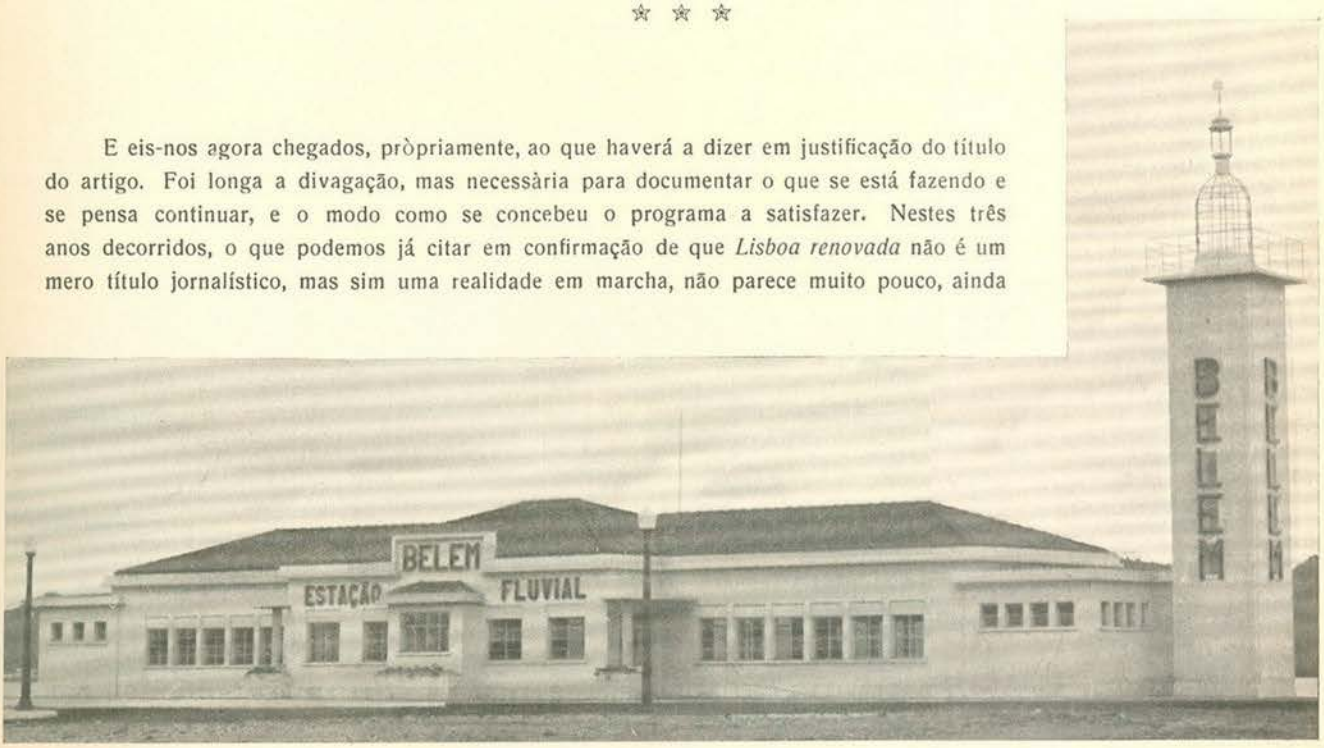
Os princípios novos que adoptou, perfeitamente identificados com os que Salazar usa no Govêrno da Nação, permitiram que se realizasse o que a quási todos se afigurava impossível.

Ordenando os serviços; graduando e especializando, dentro de normas de justiça e proporção, os quadros dos serventuários; morigerando hábitos; promovendo a eficiente arrecadação das receitas; verificando com severidade e perfeita justeza as necessidades a satisfazer com a realização das despesas; promovendo o estudo do Plano Geral de Urbanização e Expansão — base de tôda a actividade municipal; — aplicando princípios expressos em leis existentes, nas decaídas de uso; organizando o plano das realizações e dividindo-o em fases, conforme a ordem de urgência; preparando os projectos de obras, cuja efectivação desde largos anos vinha sendo reclamada pela cidade e para as quais o próprio Govêrno incluía verbas no seu orçamento, tal a primeira grande fase da *Lisboa renovada*.

A nova ascensão do eng.º Duarte Pacheco às cadeiras do poder, encerrando esta fase, se, por um lado, nos privou da sua directa e eficaz orientação — com evidente prejuízo para a seqüência da formidável obra que havia traçado — permitiu e permitirá, no entanto, uma uniformidade de comando na sua realização, que grande proveito trará à efectivação dos melhoramentos dependentes simultâneamente das administrações estadual e municipal. Que ao menos esta vantagem nos compense do seu afastamento do Município!

☆ ☆ ☆

E eis-nos agora chegados, pròpriamente, ao que haverá a dizer em justificação do título do artigo. Foi longa a divagação, mas necessária para documentar o que se está fazendo e se pensa continuar, e o modo como se concebeu o programa a satisfazer. Nestes três anos decorridos, o que podemos já citar em confirmação de que *Lisboa renovada* não é um mero título jornalístico, mas sim uma realidade em marcha, não parece muito pouco, ainda



que a muitos assim se afigure! Mas como agradar a todos, se tão difícil é!...

Para melhor esquematização e compreensão mais fácil, poderemos dividir todas as obras de transformação citadina, respeitantes ao triénio de 1938 a 1940, em dois grandes grupos:

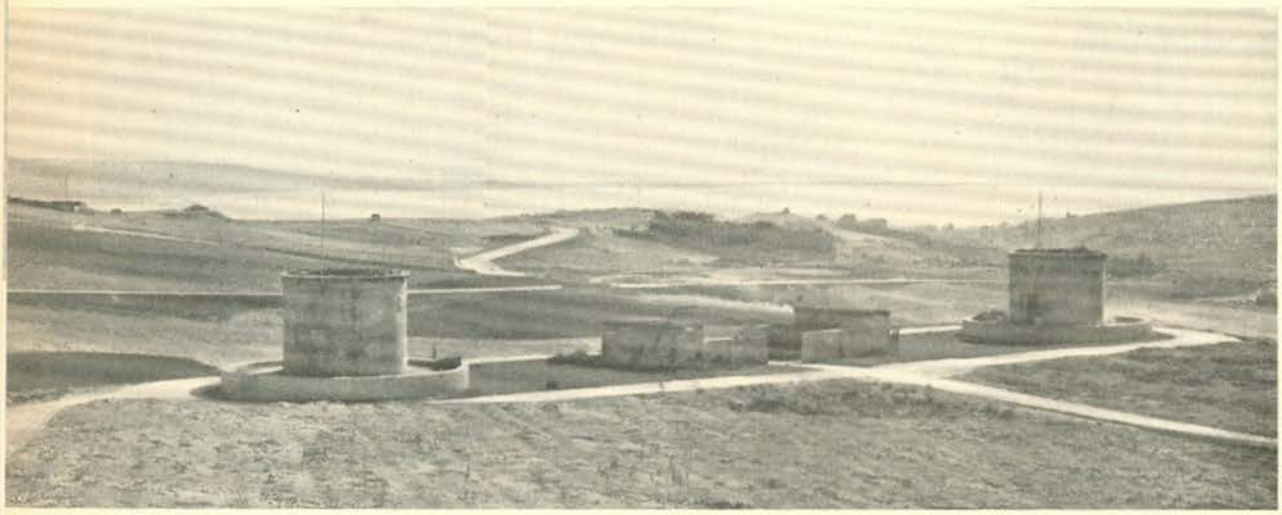
I — As que o Município levou a efeito só por si, e com os seus próprios recursos;

II — As que executou com a valiosa colaboração do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Neste capítulo estão inteiramente resolvidos os problemas dos acessos:

a) por Algés, com a abertura e construção da Praça de Algés, avenidas da encosta da Ajuda, que estabeleceram a ligação para Belém e para a Auto-Estrada, e a rectificação da faixa norte e construção da faixa sul da Avenida da Índia, entre o Bom Sucesso e Alcântara;

b) pela Estrada de Queluz, com a rectificação e alargamento da Calçada da Ajuda, e a ligação à Auto-Estrada e às avenidas principais do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda.



Miradouro em Monsanto

Dentro dos dois grupos, distinguiremos ainda:

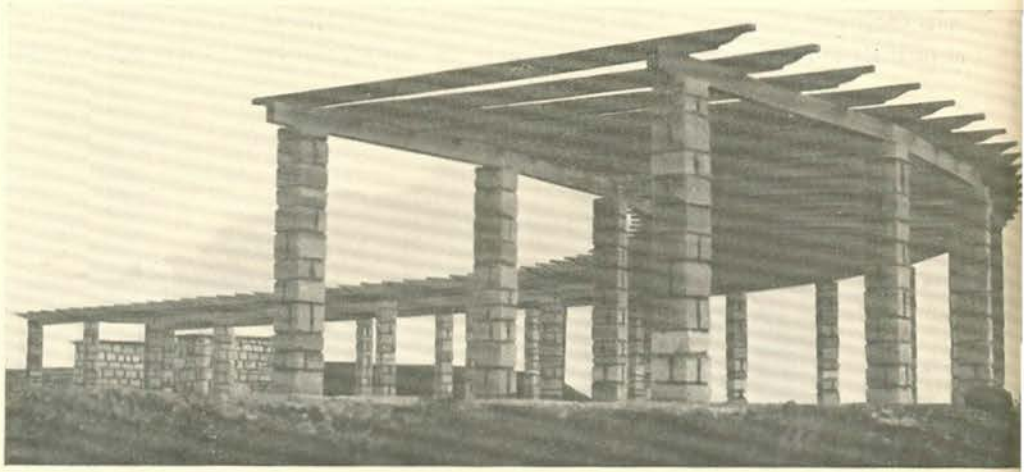
a) as que neste momento se encontram concluídas;
b) as que estão em curso ou em via de conclusão.

Para outra oportunidade, se o caso interessar ao *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, ficarão as obras projectadas.

GRUPO I — *a)* Obras realizadas só pela Câmara Municipal.

Destacaremos, em primeiro lugar, as que abriram as entradas de Lisboa, pondo termo às insuperáveis dificuldades com que habitualmente se debatiam quantos tinham que ultrapassar as barreiras da cidade.

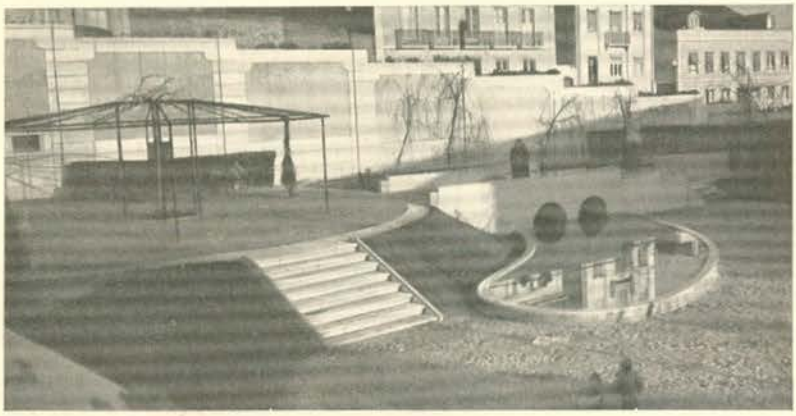
Concluídos se encontram também os bairros de casas desmontáveis da Quinta da Calçada e da Boa Vista, respectivamente, para quinhentas e quatrocentas e oitenta e oito famílias, tendo cada um dêles: uma capela, duas escolas, postos de acção social, um mercado, um lavadouro, um pôsto de polícia e um pôsto de administração, além de



Pérgola na serra de Monsanto

uma estação depuradora de esgôtos, no Bairro da Boa Vista;

— Em matéria de jardins e parques infantis, construíram-se os jardins da rua da Imprensa e de Santo António dos Capuchos, e remodelaram-se quási todos os demais, tendo-se instalado parques infantis nos Jardins Guerra Junqueiro (Estrêla) e do Largo Dr. Afonso Pena (Campo Pequeno).



Jardim de Santo António dos Capuchos

— Para a Exposição do Mundo Português, deu-se execução completa à Praça do Império, remodelaram-se a Praça Afonso de Albuquerque e o Largo de Belém, e rectificou-se a Calçada do Galvão;

— Construíram-se os prolongamentos da Avenida Alferes Malheiro, da Rua Alexandre Herculano e da Rua da Imprensa.

ram-se as existentes, efectuaram-se trabalhos de embelezamento, etc. Citemos: as estradas do Penedo — Cruz das Oliveiras e do Penedo — Alvito; as rampas de acesso à Auto-Estrada, na Cruz das Oliveiras; a rectificação da estrada para Monsanto, e da de Monsanto — Montes Claros; o arranjo da rotunda de Montes Claros, do Miradouro do mesmo nome e dos da Luneta dos Quartéis e do Moínho do Mocho; o início do parque infantil e os campos de jogos; a construção de pistas para peões, etc.

— Prossegue com grande actividade o prolongamento da Avenida Joaquim António de Aguiar, para acesso à Auto-Estrada, no Viaduto do Vale de Alcântara, com execução da passagem superior na Rua do Arco do Carvalhão;

— Está quási concluído o Mercado de Arroios.

GRUPO I — *b)* Obras em curso custeadas pela Câmara

— Prosseguem, estando em via de conclusão, as da entrada da cidade pela Encarnação, abrangendo a construção, rectificação ou arranjo da estrada Praça da Encarnação — Portela, da Praça da Portela, da Avenida Portela — Arieiro, e do prolongamento da Avenida Almirante Reis para o Norte, com a alteração do seu perfil e remodelação completa dos colectores, no trôço existente até ao Socorro;

— Em Monsanto, no grande Parque Florestal, há já plantadas duzentas e quarenta e cinco mil árvores e semeados muitos hectares de pinhal. Simultâneamente, fizeram-se ali arruamentos de acesso e abriram-se novas artérias ou melhora-

GRUPO II — Obras em execução, com a colaboração do Ministério das Obras Públicas e Comunicações

No aeroporto, encontram-se concluídas as terraplanagens e drenagens, e a camada de fundação das pistas; o acesso sul, no prolongamento da Avenida Arieiro — Portela;



Estádio de Lisboa



o acesso oriental, cruzando a estrada da Encarnação — — Portela e fazendo prolongamento do arruamento de acesso ao aeroporto fluvial; a praça da Aerogare; em curso estão a última camada da pavimentação das pistas, a plataforma de estacionamento dos aviões e o

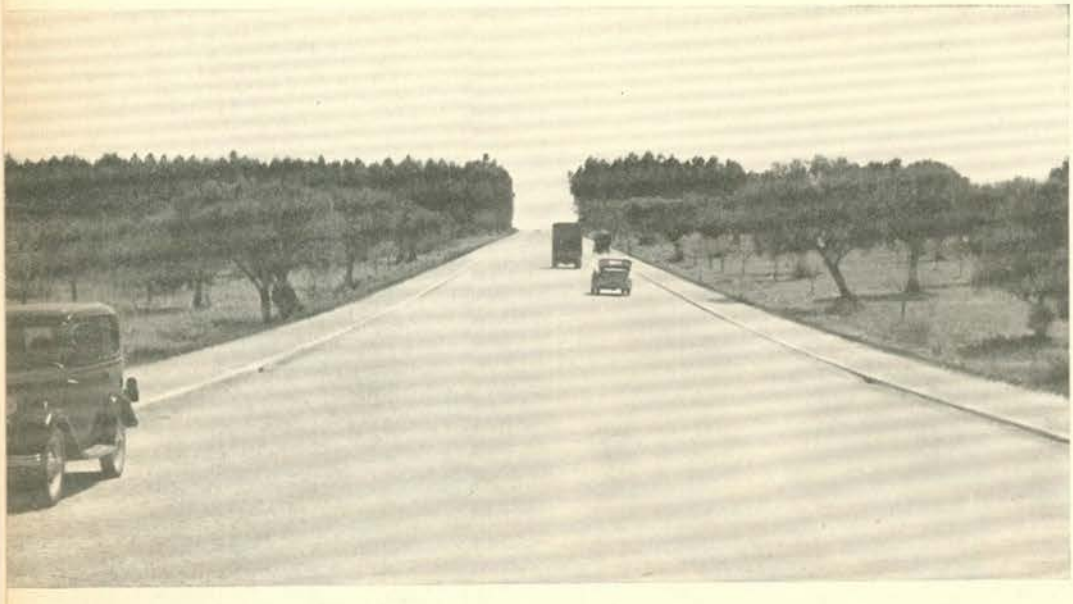
As três entradas principais de Lisboa:

Pelo Lumiar (em cima)

Por Algés (à direita)

Por Sacavém (em baixo)





arrelvamento do campo;

— *Em correlação com a nova fábrica de gás da Matinha,* está em início a demolição da fábrica do Bom Sucesso e o descongestionamento e urbanização da zona vizinha da Tôrre de Belém; começado o assentamento e montagem das novas condutas e postos redutores; quási ulti-

mada a construção da nova fábrica, incluindo um dos gasómetros;

— Está em grande avanço a construção dos bairros de casas económicas da Ajuda, da Encarnação e da Madre-Deus, cuja urbanização incumbe à Câmara.



Auto-Estrada de Monsanto

Intimamente ligadas com as obras a que acabamos de nos referir, prosseguem, custeadas só pelo *Ministério das Obras Públicas e Comunicações:* a estrada marginal no trôço entre o Bom Sucesso e Algés, em prolongamento da faixa norte da Avenida da India; a construção do grande Viaduto do Vale de Alcântara e a Auto-Estrada, com início nêste viaduto; isto não fazendo, é claro, referência a tantas e tantas obras em edifícios e monumentos, ultimadas no mesmo período ou já iniciadas.

Êste é o esbôço da *Lisboa renovada*, sob o ponto de vista das realizações materiais ou, digamos, das grandes obras.

Alguma cousa haveria também a dizer dos progressos realizados em matéria de política do espírito, da organização interna dos serviços, do arranjo das edificações, etc.

Mas... já vai longo o artigo!

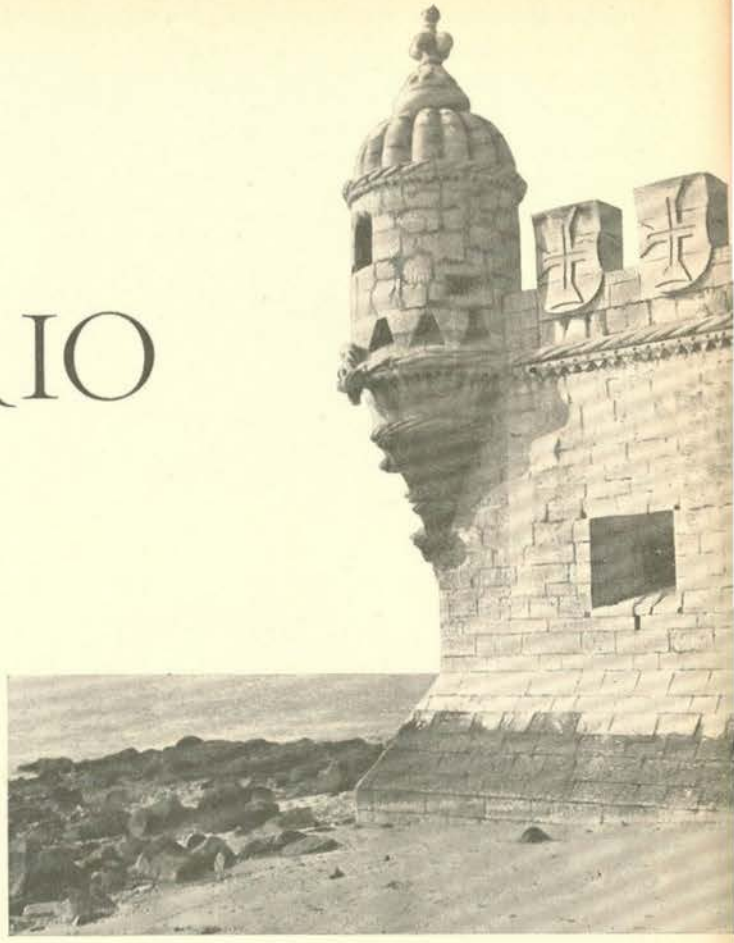
N. R. — Quem viveu o momento febril de 1939-40, que foi o período das obras de renovação da capital — as obras necessárias para que as Festas Centenárias decorressem num ambiente novo e acolhedor — jamais esquecerá o esfôrço, o milagre que realizou, em tão pouco tempo, a restauração de edifícios, transformação de ruas e praças, abertura de estradas e outras vias de comunicação, os planos e projectos para continuação em maior espaço de tempo, enfim, tôda uma afirmação de fôrça de vontade que significava, sobretudo, o desejo de que o ano de 1940 ficasse assinalado como uma era de verdadeira reconstrução — era que não mais devia terminar, mesmo através das mil e uma dificuldades criadas pela guerra.

E é assim que continuam, no mesmo ritmo acelerado, não só as obras de largo alcance começadas em 1940, como se iniciaram outras que, dentro de poucos anos, introduzirá no aspecto citadino sensíveis e belas perspectivas, dignas duma grande capital civilizada.



Aspecto actual da Avenida Almirante Reis

A CAPITAL do IMPÉRIO comemora DUAS DATAS CENTENÁRIAS



Foi notável e, mais que notável, ilustre, a comparticipação da Província da Estremadura nas comemorações centenárias. Foi em Lisboa, cabeça e mãi do Império e capital da Estremadura que, precisamente no dia 2 de Junho de 1940, se iniciaram com a maior solenidade as festas jubilares da Pátria.

Pela manhã, na Sé Patriarcal, testemunha viva de tanta glória secular, de tanto feito magnífico de maravilha a mais esplendorosa, Sua Eminência o Cardial Patriarca, rodeado de todo o seu Cabido, oficiou, no solene «Te-Deum» com que se iniciaram as comemorações. Antes, porém, o eminente Prelado subiu à galilé e, entre a espada sagrada de D. Afonso Henriques, aquela mesma que S. Teotónio benzeu, e a Cruz de D. Sancho I, pronunciou a seguinte alocução, ouvida por uma multidão imensa e entusiasmada, que se acotovelava junto do vetusto templo, cujos sinos repicavam festivamente, recuperando a fala durante tantos anos calada:

Portuguêses de àquêm e além mar; vós todos que trazeis, onde quer que estejais, Portugal no coração; os da Metrópole, onde a Mãi de Deus pôs o berço da Nacionalidade; os que continentes e mares separam dêle sem os desunir da Pátria, habitantes dêsses pedaços dela que são a sua imagem, reflectida noutros continentes e entre outros povos; e os que andais espalhados por tôdas as partes do mundo, que nossos antepassados aumentaram e alargaram, devassando o mistério dos mares tenebrosos (que tantos dêles amortalharam no imenso lençol das suas águas profundas), e restituindo à terra e a Deus as opulentas terras longinquas, ignoradas ou inacessíveis; — e vós, brasileiros nossos irmãos, que aqui no «solar da raça», como lhe chamou um dos vossos, não sois estranjeiros, pois a nossa história é apenas o prefácio da vossa, e aí, sob a luz brilhante do Cruzeiro do Sul, continuais, na mesma língua, na mesma Fé, no mesmo sangue, uma epopeia que quisestes escrever só por vossas mãos; — portuses, brasileiros, ouvi! ouvi! ouvi!

A' moda antiga, sobe o Patriarca de Lisboa, cabeça da Pátria e do Império, precedido pela cruz de oiro do segundo Rei de Portugal, que tanto sol de glória e triunfo beijou, e pela espada gloriosa do primeiro, que, abençoada por S. Teotónio, traçou, neste extremo do velho mundo «onde a terra se acaba e o mar começa», para durar até ao fim do mundo, os limites da Nação portuguêsa, — sobe ao terraço que cobre a galilé da vêlha catedral românica, coeva da fundação da Monarquia, para vos anunciar, elevando ao mesmo tempo o coração a Deus, criador e senhor das nações: que faz agora oito séculos que Portugal nasceu!

Quem vos fala é o sucessor de tantos Bispos que, desde o Rei Fundador, foram nesta vetusta Sé os intérpretes, perante Deus, dos votos e das acções de graças da Nação Portuguesa. Aqui vieram os reis, e os governos, e a nobreza, e o povo, todos os que fizeram Portugal e o engrandeceram, cantar o *Te-Deum* das horas heróicas da Pátria. Esta augusta Catedral é como o coração da Pátria: não houve dôr nacional que a não fizesse chorar, como não houve alegria, nem vitória, que a não fizesse estremecer jubilosamente em cântico triunfal. Ela presenciou, e sentiu, e santificou tôda a vida histórica da Pátria, durante a vária peregrinação de oito séculos. Hoje, ela, restaurada dos estragos dos tempos e dos homens, como a própria Nação que espanta o mundo com o milagre do seu rejuvenescimento, recebe festivamente dentro dos seus muros sagrados o venerando Chefe do Estado, que tão dignamente preside aos destinos gloriosos da Pátria; e o Govêrno do País, operário do nosso renascimento com a nobre e prestigiosa figura do seu Presidente; e o preclaro Núncio do Vigário de Cristo, que abençoou e amparou Portugal ao nascer, com o Corpo Diplomático acreditado neste cantinho do mundo onde, como no século XVI, os poetas podem cantar de novo a «dôce paz doirada» que a Providência lhe tem dado por especial mercê; e a Embaixada brasileira, sem a qual faltaria à mesa dêste festim nacional alguém que é da família; e os ilustres representantes da Nação; e a Comissão Nacional das Comemorações Centenárias, que com tão fino sentido cristão, patriótico e artístico as organizou; e as altas autoridades públicas, civis e militares; e distintos membros do clero, nobreza e povo: para cantar o solenissimo *Te-Deum laudamus* de acção de graças nacional.

Portugueses, brasileiros, com os corações ao alto, nesta data do natal da Nação portuguêsa, que pode dizer, para quási tôdas as outras, ainda as maiores, ao contar os seus oito séculos de história, como Heródoto conta que lhe disseram os sacerdotes egípcios: — Vós outros sois crianças! — gritemos como era usança antiga (e certamente muitas vezes foi dito dêste mesmo tempo), todos à uma, tão alto que nos oiça o mundo inteiro: — arraial, arraial, arraial, por Portugal!

A' tarde, no salão nobre da Câmara Municipal da nossa primeira cidade, sob a presidência do Chefe do Estado e com a assistência do Senhor Cardial Patriarca, Govêrno, presidente e vereadores do Município e demais autoridades civis e militares, realizou-se uma brilhante sessão solene que foi, por assim dizer, o início oficial das festas centenárias.

Aqui, nos Paços do Conselho lisbonense, proferiu o sr. Presidente da República o notabilíssimo discurso que a seguir arquivamos:

Disse o sr. General Carmona:

Senhores.

Inicia-se hoje o ciclo das Comemorações Centenárias, e cabe-me, como Chefe do Estado, o encargo de o abrir; mas êste encargo é para mim honra e ventura e tão grande que fixo o momento e me detenho um pouco para o medir e agradecer à Providência o alto destino da minha vida.

* * *

Celebramos dois centenários, mas em verdade esta comemoração abrange tôda a vida da Nação através de oito séculos bem cheios e intensamente vividos. Há oito séculos que a Nação existe; nenhuma outra na Europa pode dizer-se tem mais antigo brasão, nem definiu mais cedo os seus limites geográficos e criou um espírito nacional, uma individualidade inconfundível. E se esta antigüidade é bastante para lhe dar nobreza velha, a sua origem é ainda mais antiga, porque a reconquista é a restituïção aos que, com fisionomia própria, já muitos séculos antes ocupavam o território.

A individualidade vem-lhe da natureza, mas ultrapassa os traços da terra, da economia ou da defesa, porque é nos sentimentos que encontra a sua causa mais forte. E' uma alma e um corpo, mas é mais alma do que corpo — ainda que êste seja de-



O sr. Cardial Patriarca inaugurando a Exposição do Mundo Português

finido e diferenciado — pois o traço que une as almas é tam espontâneo e homogéneo que em nenhum outro povo é mais perfeita a unidade de essência. Por isso nunca houve aqui divisões profundas; a diversidade das ideas e dos sentimentos foi sempre acidental, e nenhuma visou a modificar o rumo do nosso destino. Pelo contrário, esta individualidade, histórica, ideológica, espiritual, gerou um pensamento uno e direcção una, pois, todos, desde o começo, caminharam, para um objectivo comum, como se fôssem predestinados para realizar a mesma missão. Por isso esta obra, que é Portugal no tempo e no espaço, é de todos, porque todos os que hoje vivem e os que viveram demandaram e demandam, acima de tudo, um objectivo comum: a glória e a grandeza de Portugal.

Há oito séculos que o povo português caminha na História.

Que impressionante, estranho cortejo: os grandes e os humildes, os que defenderam as fronteiras, os que sulcaram os mares, os que lavraram a terra, e cultivaram a ciência ou a arte, ou propagaram a fé!

Mas êste cortejo não tem grandeza apenas pelas unidades que o compõem e pela diversidade de qualidade e aptidões dos que o constituem; tem grandeza pela elevação das suas aspirações e pelos feitos que realizou. Viveu, desenvolveu-se, e projectou mesmo em traço imorredoiro, a expressão do seu génio na vida do Mundo. E é assim que quem quiser analisar a vida do povo português, há-de examiná-lo na sua formação, no seu labor interno, e também no modo como contribuiu para o progresso da Humanidade.

* * *

Na vida interna, procuramos valorizar a riqueza natural com trabalho e sacrifício, vencendo as dificuldades do tempo e das condições materiais.

Lavramos a terra, exploramos as minas, fazemos o comércio, trabalhamos nas fábricas, vivemos, enfim, à nossa custa. Mas não procuramos apenas volorizar, caminhamos sempre no sentido de não criar nem deixar desenvolver diferenças profundas, intransponíveis, entre as classes da Nação, nem permitimos que os seus bens fôssem património exclusivo de privilegiados. Cedo, mercê de várias circunstâncias, quem teve qualidades e méritos ascendeu a todos os lugares, pôde disfrutar tôdas as situações sem que a origem obscura constituisse obstáculo. As instituïções que faziam da riqueza monopólio de alguns, pouco actuaram entre nós; e ainda que tivemos de acompanhar a evolução de outros povos, a verdade é que nem a situação dos humildes foi aqui desprezível, nem a dos poderosos razão para tornar inhabitável ou indesejável a terra. Com pouco ou muito, todos aqui se têm sentido bem, e nem a riqueza própria foi motivo para deprimir, nem a pobreza fundamento de insurreições. Cada um ocupou o lugar que a natureza e as fôrças imutáveis lhe marcaram, mas nem as instituïções nem os homens tornaram a ninguém odiosa a Pátria.

Nêste tão largo transcurso de tempo, fomos um momento da vida da Humanidade — quando um dia indicámos e realizámos quási inteiramente, o maior acto da História: os descobrimentos. Outros o poderiam ter feito e sem dúvida a outras nações reconhecemos capacidade para o realizar, mas a nós coube essa missão, fomos nós que desvendamos e cruzamos tôdas as rotas, cruzando todos os mares e passando por todos os continentes. Em tôda a parte, existem ainda os sulcos da nossa passagem e essa nossa grande, estranha aventura, abriu horizontes novos, criou novas condições de vida ao mundo inteiro e enriqueceu a Humanidade. E se da emprêsa tirámos vantagem material, há-de dizer-se por ser verdade que o impulso primeiro esteve no desejo de desvendar o desconhecido e de realizar a vocação missionária que os factos demonstraram possuirmos.

Nesta marcha através da História, criámos três impérios: o império brilhante do Oriente, que tem para nós a fascinação dourada de uma emprêsa que mede a audácia e o brilho de um povo; criámos o império do Brasil, em que revelámos o sentido que possuiamos da obra civilizadora e que constitue um alto orgulho para nós, pelo grande contributo que o Brasil presta hoje à civilização; e afinal o império de Africa, de que nos podemos justamente envaidecer, pois em iguais paragens outros não fizeram mais nem melhor.

Foi nossa grande parte do mundo, possuimos grandes riquezas, dominámos o comércio e a navegação, mas de nada temos que censurar-nos. Ocupámos as terras vagas ou onde a civilização não existia e, nas regiões civilizadas, apenas quisemos estabelecer as condições de comércio e de permutação de riquezas — sem desconhecer as civilizações locais e as suas autonomias.

Comerciámos, mas não trouxemos pelos mares corsários nem vivemos da fazenda alheia; ocupámos, mas tão humanamente o fizemos e com um sentido tão vivo da personalidade humana que comvizinhamos dos homens de outras civilizações, nunca levantando entre êles e nós qualquer barreira que significasse diferença deprimente. Disso nos têm acusado, mas nós pensámos que valem mais as ideas impressas no coração do que as expressas nas filosofias, e, porque ideas de bondade e de humanidade viviam em nós não tiveram a sorte de concepções que se fazem e desfazem mas a das que perduram e se projectam pelos tempos fora.

Tôda essa expansão extra-continental foi feita mais com o coração do que com a espada, porque esta só a brandimos para nos defendermos e defender a civilização que havíamos feito germinar. Inscrevemos na História do mundo factos que não podem ser esquecidos, nomes que não podem ser ignorados. Sempre se falará da acção dos portugueses no mar e na colonização; e tôdas as galerias do mundo recordarão o Infante de Sagres, o Gama, Albuquerque, Cabral, Camões e muitos outros ainda.

Mas repartindo tantos de nós a vida pelo mundo, nenhum esqueceu a pequena casa lusitana. Aqui continuamos a nossa vida, o nosso labor, com sorte vária, procurando todavia acompanhar o movimento de cada época. E chegados a êste momento da existência, podemos dizer que, se não vamos à frente nas grandes realizações materiais, todavia nem nos queixamos, nem sentimos inveja, nem desânimos. O lote que nos coube na terra nem sempre se afeiçoa às modalidades da fortuna de cada época, mas existe em nós o raro espírito de nos sentirmos contentes com o que temos, e ao mesmo tempo de redobrarmos de esforços quando a dificuldade aumenta e também o de sermos generosos na riqueza e corajosos na adversidade.

Vivemos a vida em tôdas as suas alternativas, mas não fazemos nenhuma restrição ao espírito patriótico de cada geração. Cremos sinceramente que cada um cumpriu o seu dever, e se algumas épocas nos foram adversas, aí se deve ver a fôrça invencível dos acontecimentos, as desventuras que assombram e esmagam os povos, e nunca desfalecimentos da alma nacional.

* * *

A nossa vida de projecção não nos diminue. Cedo pensámos que nenhum país pode e deve viver isolado dos outros países, e muito menos organizar a sua vida na base da miséria ou da desgraça alheia e que, pelo contrário, é da prosperidade de todos

que resulta a prosperidade de cada um. A estas ideas nos mantivemos fiéis em todos os tempos. Por isso podemos dizer com orgulho, que fomos em tôda a História elemento útil, pequeno ou grande, conforme as épocas, da solidariedade internacional, e nunca elemento perturbador.

Tivemos com os outros povos aqueles conflitos que a História refere, mas sempre os procurámos resolver com a justa compreensão dos direitos e deveres recíprocos e chegámos a êste tempo podendo considerar todas as nações como amigas, sem qualquer reserva nem ressentimento e sendo certo também que nenhuma se deverá considerar agravada de nós.

* * *

Estamos em 1940, há oito séculos que existimos e a mesma fé dos nossos maiores anima e inspira os nossos actos. Desejamos ser êle útil e construtivo na cadeia das gerações, e queremos que o contributo que pudermos prestar fortaleça o nosso País e seja também prestimoso aos outros povos.

Para isso, às intenções havemos de ajuntar as obras e certamente ninguém se poupará a sacrifícios, nem apresentará desculpas, nem esconderá atrás de aparências enganadoras egoísmos dissolventes.

Um povo, uma Nação, quere dizer muito mais do que um grupo, quere dizer que todos os que a constituem hão-de repartir entre si com justiça os trabalhos e os benefícios e tudo se há-de aceitar sempre de boa mente.

Procedendo assim, nós não excederemos nenhuma das gerações passadas, mas seremos certamente relembrados no futuro e as gerações que vierem hão-de deter-se um pouco na História que fizermos e essa será a mais alta consagração do nosso esfôrço.

* * *

É isto que neste tempo comemoramos. Estaríamos em festa e cheios de júbilo, se o mundo não sofresse neste momento uma das suas grandes crises. Não esquecemos nem fechamos os olhos a tão grande desventura, mas tendo o dever de recordar o que fomos e, prestada sincera homenagem à dôr alheia, é com enorme orgulho que lembramos os factos da nossa História e a vida da nossa gente.

Estão aqui os altos funcionários da Nação, os que a representam, e tôda uma assistência brilhante, mas a projecção desta hora não cabe nesta casa. A minha palavra que é sua expressão, transpõe estas paredes e será ouvida em cada canto da terra portuguesa do Continente ou do Ultramar, e em cada coração de português, onde quer que êle se encontre. Êste dia é de todos porque cada um, quem quer que seja, representa uma família, um nome do passado, modesto ou nobre, celebrado ou desconhecido, alguém que na sucessão dos séculos serviu o seu País com préstimo, brilho e heroísmo.

E, para terminar, senhores:

Recordemos todos os que viveram antes de nós, evoquemos a sua memória, admiremos o sulco que deixaram na terra, inclinemo-nos ante a sua obra e ratifiquemos a promessa que êles tantas vezes fizeram de permanecer fiéis à sua fé patriótica; e juntando a nossa aspiração viva à sua aspiração já agora espiritual, ergamos os corações para Deus e solicitemos para a terra portuguesa a sua eterna protecção.

Na Assembleia Nacional, realizou-se à noite uma sessão solene, também sob a presidência do Chefe do Estado, na qual usaram da palavra vários oradores.

No dia seguinte, a 3 de Junho, Lisboa viu partir para Guimarãis o venerando Chefe do Estado, acompanhado pelo Chefe da Igreja Portuguêsa e por todo o Govêrno.

A 4 de Junho, com uma solenidade e um esplendor que jamais serão igualados, realizou-se em Guimarãis a comemoração da Fundação. Ao meio dia, no Castelo milenário da Mumadona, o sr. Presidente da República hasteou, na Tôrre de Menagem, a bandeira de D. Afonso Henriques.

Salazar falou pouco antes:

«Serei muito breve — começou o Presidente do Conselho — pois tôda a palavra a sinto inferior ao momento e todo o discurso se me afigura profanar o recolhimento das almas e a comunhão espiritual desta hora.

Por todo o Portugal do continente, das ilhas, do ultramar, em terras hospitaleiras de todas as partes do Mundo, milhões de portugueses se recolhem, de alma ajoelhada, diante dêste castelo, e comungam connosco nos mesmos sentimentos de devoção, de exaltação de fé. Nem eu sei que havia de dizer. Em vão procuro, no tropel de ideas e de emoções, focar pensamento ou imagem, facto ou anseio, nome ou sentimento que aos outros sobreleve e me prenda. Passam pelo espírito séculos em revoada — os oito séculos da vida de Portugal — com seus reis e seus cavaleiros, seus descobridores e seus legistas, seus capitães e seus nautas, seus heróis e seus santos, sofrimentos e glórias, esperanças e desilusões. Passam séculos, e o português a expulsar o mouro, a formar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar os domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil — glória da sua energia e do seu génio político. Para tanto discutiu nas Cúrias e nos Concílios, ensinou em escolas e universidades de fama, fêz uma língua e uma cultura, pintou obras-primas antes dos maiores mestres, prodigalizou-se em maravilhas de pedra, cantou em versos imortais a sua própria epopeia — e ainda hoje tão simples e tão modesto que é pobre em face dos opulentos e fraco junto dos poderosos.

Abisma-se a inteligência a prescrutar o mistério, confunde-se com a desproporção dos meios e dos resultados, extasia-se ante a permanência do milagre e não se sabe que homem, idea, rasgo ou sacrifício há-de pôr acima dos mais — a não ser exactamente o facto fundamental e primeiro de haver a raça portuguêsa estabelecido o seu lar independente e cristão nesta faixa atlântica da Península. Quis o povo ser independente no seu próprio território e quiseram os reis que êle o fôsse, conquistando-lhe e mantendo-lhe a independência; e porque mandava em seus destinos, a Nação definiu um pensamento de vida colectiva, um ideal de expansão e de civilização a que tem sido secularmente fiel.

Nas nações como nas famílias e nos indivíduos, viver, verdadeiramente viver, é sobretudo possuir um pensamento superior que domine ou guie a actividade espiritual e as relações com os outros homens e povos. E é da vitalidade dêsse pensamento, da potência dêsse ideal, do seu alcance restrito ou universal ou humano que provém a grandeza das nações, o valor da sua projecção no Mundo. Ser escasso em território, reduzido em população ou em fôrça ou em meios materiais não limita de *per si* a capacidade civilizadora: um povo pode criar em seu seio princípios norteadores de acção universal, irradiar fachos de luz que iluminem o Mundo.

Para isso nos serviu a liberdade; de nós não se pode afirmar que não soubemos que fazer da nossa independência: trabalhando e recebendo em nossa carne duros golpes, descobrimos, civilizámos, colonizámos. Através de séculos e gerações, mantivemos sempre vivo o mesmo espírito e conciliável com a identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa, uma das maiores vocações do universalismo cristão.

Eis porque esta solenidade é ao mesmo tempo acto de devoção patriótica, acto de exaltação, acto de fé.

Primeiro: acto de devoção: Cobrimos de flôres trazidas das quatro partes do Mundo as pedras mortificadas sôbre que se ergue êste castelo, como se piedosamente se beijassem as feridas dum herói ou se alindasse o berço dum santo. Vimos de longe, alguns de muito longe, a visitar a velha casa de seus velhos pais, a cidade augusta onde primeiro bateu com o coração do primeiro rei o coração de Portugal. Sabemos dever-lhe o que fomos e o que somos dêle vem ainda — vivermos livres na nossa terra e honrados na terra alheia.

Acto de exaltação. A Pátria Portuguesa não foi o fruto de ajustes políticos, criação artificial mantida no tempo pela acção de interêsses rivais. Foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a fôrça do braço e do génio. Trabalho intenso e ingrato, esforços sobrehumanos na terra e no mar, ausências dilatadas, a dôr e o luto, a miséria e a fome, almas de heróis amalgaram, fizeram e refizeram a História de Portugal. Não puderam erguê-la com egoísmos e comodidades, medo da morte e da vida, mas lutando, rezando e sofrendo. Cada um deu, na modéstia ou grandeza dos seus préstimos, tudo quanto pôde, e por êsse tudo lhe somos gratos. Do fundo, porém, dos nossos corações, não podem deixar de erguer-se, ao comemorarem-se oito séculos de História, hinos de louvor aos homens mais que todos ilustres que os encheram com os seus feitos. Actos de exaltação.

Mas nós realizamos hoje tambem acto de fé: fé na nossa vitalidade e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o Mundo afirmarmos o direito de cumpri-la. Com a solidez das raízes seculares, ligados à História Universal, que sem nós seria ao menos diferente, sentimos com a glória desta herança as responsabilidades e o dever de aumentá-la. Estamos aqui precisamente por confiarmos nos valores eternos da Pátria; e quando, dentro de pouco — e nenhum de nós pode mais reviver êste momento — subir no alto do castelo a bandeira sob a qual se fundou a nacionalidade, veremos como penhor que confirma a nossa fé a cruz a abraçar, como no primeiro dia, a terra portuguesa. »

Terminado o discurso do Presidente do Conselho, Portugal assistiu ao momento eucarístico da Pátria. Quando o sr. general Carmona fez subir ao alto a bandeira de Afonso Henriques, em todos os castelos de Portugal, como em quási tôdas as janelas da nossa Terra, apareceu a primeira bandeira da Pátria.

A nossa província, mais uma vez, sob o repique alegre e festivo dos seus templos, deu à comovente cerimónia a mais bela contribuïção.

Na Estremadura, desde o Castelo de S. Jorge ao de Palmela, ao de Sintra, ao de Setúbal, ao de Obidos, aos de Tôrres Vedras, Peniche, Pôrto de Mós, Sesimbra, Alcobaça, Colares, Nazaré, apareceu tremulando ao vento brando daquele glorioso dia 4 de Junho de 1940, a bandeira sagrada e bemdita do fundador da Nacionalidade.

No dia seguinte, a 5 de Junho, foi ainda Lisboa que, recebendo com o maior e mais fervoroso entusiasmo o sr. general Carmona, lhe tributou uma das mais quentes manifestações de quantas o povo português tem tributado ao venerando Chefe do Estado.

O acto medieval de Lisboa realizou-se a 9 de Junho, com uma visita do povo à Sé e ao Castelo de S. Jorge, onde se efectuou a representação da alegoria «Afonso Henriques».

No dia seguinte, na Academia das Ciências, com a presença da Embaixada Especial do Brasil, elemento oficial e grande número de académicos, efectuou-se uma sessão solene, para glorificação da língua portuguêsa, durante a qual usaram da palavra vários oradores portuguêses e brasileiros.

E o período medieval das comemorações terminou, na nossa Província, com a tradicional véspera de Santo António, em cuja noite se visitou a casa onde, segundo a tradição, nasceu o grande Santo português.

Alguns dias decorridos, foi ainda Lisboa que iniciou a Época Imperial, com a inauguração oficial da Grande Exposição do Mundo Português, na Praça do Império, em Belém.

O solene acto teve a presidi-lo o venerando Chefe do Estado, e a assistência do Senhor Cardial Patriarca, membros do Govêrno e Embaixada Especial do Brasil, elemento oficial, etc. O que foi e valeu como acontecimento de repercussão mundial a Exposição do Mundo Português, está demais pôsto em merecido relêvo por escritores nacionais e estrangeiros para que necessário seja demorarmo-nos demais na sua evocação.

O dia seguinte, véspera de S. João, teve a noite dedicada às marchas populares dos velhos bairros de Lisboa.

No Palácio da Ajuda, realizou-se, em 25 de Junho, a recepção solene, pelo Chefe do Estado, de algumas das missões especiais enviadas a Portugal para representar os vários países amigos nas nossas festas jubilares. A' frente dos Embaixadores Extraordinários, figuraram Mons. Pedro Ciriaci, representante do Sumo Pontífice, general Francisco José Pinto, representante do Brasil e D. Nicolau Franco, representante da Espanha.

Nêste mesmo dia, chegou a Lisboa Sua Alteza Real o Duque de Kent, Embaixador extraordinário de seu irmão o Rei Jorge VI da Gran-Bretanha que foi hóspede de honra do Govêrno Português, indo habitar o Palácio Nacional de Belém.

Ainda nêste dia, o Embaixador Brasileiro colocou uma corôa de bronze na estátua de D. Pedro IV, como homenagem do Brasil.

No dia 26, o príncipe britânico foi recebido, solene e especialmente, na Ajuda, pelo sr. Presidente da República que na recepção se faz acompanhar pelo sr. Presidente do Conselho. A' tarde, o irmão do rei de Inglaterra visitou o Cardial Patriarca de Lisboa. Ao outro dia, ainda no Palácio da Ajuda, o sr. general Carmona ofereceu um banquete ao Duque de Kent, a que assistiram alguns membros das embaixadas especiais.

O acto imperial dos Jerónimos, a que presidiu S. E. o Cardial Patriarca, que celebrou de Pontifical e pronunciou um notabilíssimo discurso, teve a assistência do Chefe do Estado, do Govêrno e das embaixadas especiais, nesta altura chefiadas pelo Duque de Kent, como príncipe de sangue.

Ao outro dia, no Palácio da Assembleia Nacional, efectuou-se a abertura da Exposição das Côrtes do Reino, também com a presença do sr. Presidente da República e do sr. Ministro do Interior, representando o Govêrno.

A 29, foi inaugurada, no claustro dos Jerónimos, a Exposição de Cartografia portuguêsa, admirável documentário da nossa ciência de geógrafos e mareantes, através dos tempos.

Na noite dêste dia, realizou-se a distribuïção dos prémios aos ranchos populares, no recinto da Exposição.

No dia 30, foi a realização do Grande Cortejo Imperial do Mundo Português, evocação admirável e completa de tôda a nossa História, de todo o nosso esfôrço colonizador.

Os Nove Congressos do Mundo Português começaram a 6 de Julho, com o acto solene inaugural, realizado à noite, no palácio da Assembleia Nacional, sob a presidência do sr. general Carmona.

Enquanto em Lisboa se realizavam os trabalhos do Congresso, nas várias províncias iam-se efectuando, também, várias festas comemorativas do Jubileu da Pátria.

A primeira comemoração que, em Julho, se verificou na nossa província, foi a romagem aos lugares históricos de Obidos, Caldas da Rainha e Alcobaça.

No dia 13 de Julho, também na Assembleia Nacional, realizou-se a sessão de encerramento dos Congressos.

A 11 de Agôsto, inaugurou-se, nas Caldas da Raínha, a Exposição Regional da Estremadura, magnífico e lindo certame, em que foram postas em justo relêvo tôdas as muitas e valiosas actividades da nossa província, quer sob o aspecto artístico e cultural, quer sob o etnográfico, industrial, comercial e agrícola. Foi uma grande e completa afirmação da vitalidade estremenha, afirmada em tôdas as suas múltiplas manifestações.

O dia de Nuno Alvares realizou-se a 14 de Agôsto, aniversário da batalha de Aljubarrota — evocação do esfôrço militar português através dos tempos.

Mais tarde, a 11 de Setembro, integrada também no ciclo das comemorações, teve lugar a inauguração da nova sede da Junta de Província da Estremadura, a que assistiram o Chefe do Estado e o sr. Ministro da Educação Nacional, em representação do seu colega do Interior.

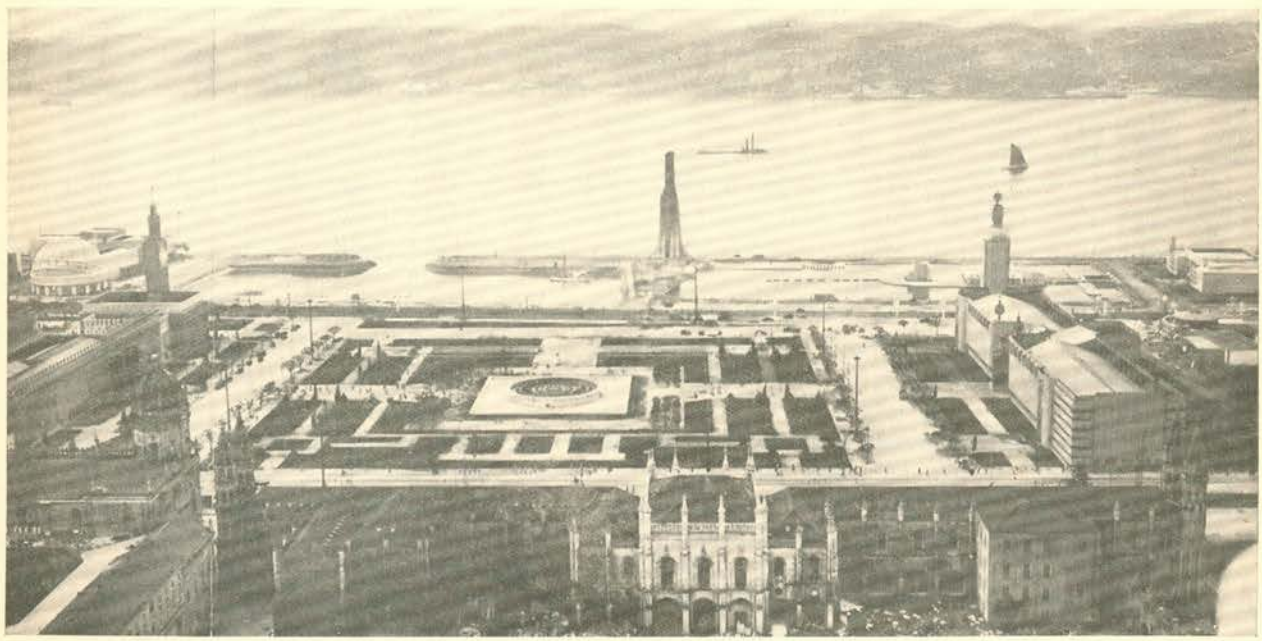
A comemoração da Tomada de Lisboa, no Castelo de S. Jorge, realizou-se no dia 25 de Outubro. Dois dias depois, chegou a Lisboa Sua Alteza Real a Infanta D. Filipa de Bragança, irmã do Senhor D. Duarte Nuno, que vinha representar a Casa de Bragança nas comemorações centenárias.

O sr. Presidente da República, acompanhado pelo Govêrno, inaugurou o Congresso Colonial, em 11 de Novembro, e a 17 do mesmo mês abriu, também, a Exposição Documental Biblio-Iconográfica das Côrtes Gerais.

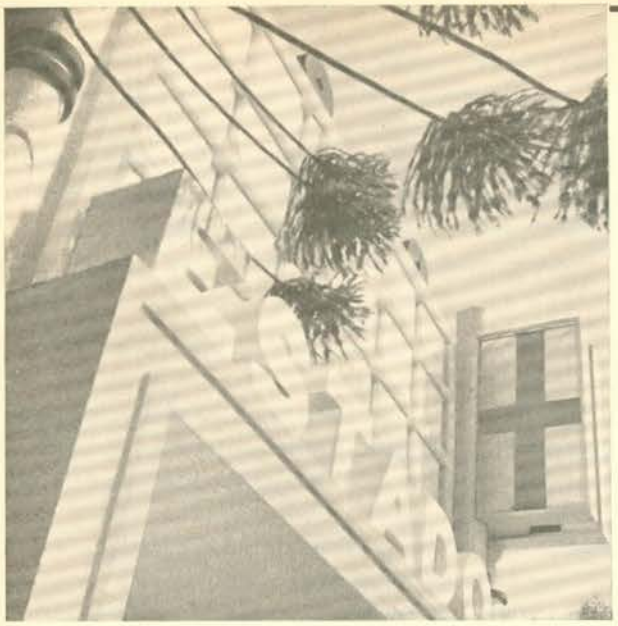
Em 24, foi entregue ao Estado o Palácio da Independência.

Finalmente, o mês de Novembro terminou com a entrega, no dia 30, à cidade de Lisboa, do monumento de Pedro Alvares Cabral, oferecido pelo Brasil e, por último, no dia 2 de Dezembro, e depois do dia 1 ter sido solenemente assinalado, realizou-se o encerramento das comemorações centenárias, com uma sessão na Câmara Municipal, sob a presidência do sr. general Carmona.

S. Carlos reabriu as suas portas com a récita de gala «D. João IV», nesse mesmo dia, à noite. Muitas outras comemorações se realizaram ainda, na nossa província. O que aí fica chega, porém, para dar uma idéia, ainda que rápida, da maneira como os estremenhos souberam celebrar o jubileu da Pátria.



Aspecto parcial da Exposição do Mundo Português



As Festas Oficiais da Estremadura nas Caldas da Raínha

Tôda a Imprensa do País se referiu larga e amàvelmente às festas oficiais da Província da Estremadura, que se realizaram nas Caldas da Raínha, promovidas pela Junta de Província da Estremadura, para comemorar o Duplo Centenário. Melhor do que a reportagem, traduz a sua grandeza o próprio relatório apresentado ao Conselho Provincial, pelo Presidente da J. P. E., na devida oportunidade, e cujo texto damos a seguir.

TENDO a Junta de Província da Estremadura sido encarregada de realizar as Comemorações provinciais, foi resolvido pela Comissão Executiva dos Centenários que as mesmas se efectuariam nas Caldas da Raínha.

Numa reünião realizada na Junta de Província da Estremadura, foram indicados os membros que haviam de compôr a Comissão de Honra, a Comissão Executiva e as Sub-Comissões que haviam de levar a efeito o empreendimento.

A Presidência da Comissão de Honra — composta pelos presidentes de todos os Municípios estremenhos — foi confiada, como a da Comissão Executiva, ao Major António dos Santos Pedroso. A Comissão Executiva e as Sub-Comissões foram compostas por elementos locais que, em festas anteriores, tinham dado provas de actividade e inteligência. Como o vice-presidente da Comissão Executiva dos Centenários entendesse que António Montês deveria fazer parte da Comissão Executiva, a Junta de Província da Estremadura confiou àquele caldense a organização do programa das comemorações a realizar, o qual foi inteiramente aprovado.

Em fins de Fevereiro, iniciaram-se os trabalhos, que começaram pela recolha de fundos necessários à execução do programa esboçado, para o que eram necessários 600 contos. A Comissão executiva dos Centenários, que tinha auxiliado financeiramente as comemorações provinciais, não pôde prestar-nos o seu concurso, sucedendo outro tanto com os Ministérios do Interior, Comércio, Agricultura e Obras Públicas.

Contra o que esperávamos, os organismos corporati-









vos não nos auxiliaram também, e até os subsídios dos municípios estremenhos ficaram muito aquém da importância prevista, para o que muito contribuiu a Exposição Distrital de Leiria.

Por outro lado, a Exposição do Mundo Português, ao inaugurar o Bairro Comercial, privou muitas emprêsas de se representarem na Exposição da Estremadura, impossibilitando-as de prestar o seu concurso financeiro.

Parece-nos que o relatório pedido pela Comissão Executiva dos Centenários não se refere à parte financeira, mas apenas ao programa das Comemorações que se desenrolaram nas Caldas da Raínha e em Óbidos, de 11 de Agôsto a 15 de Setembro.

A parte principal das festas foi sem dúvida a Exposição da Estremadura, levada a efeito no Parque do Hospital e delineada, pelo que respeita a construções, pelo arquitecto Eugénio Correia, coadjuvado pelos pintores José Amaro e José de Sousa.

Um pórtico monumental, onde se via a Cruz da fundação e as datas 1140-1940, dava acesso à Exposição, por onde transitava um combóio miniatura para conduzir os visitantes, que foram em número de 50.000.

À entrada, via-se um parque infantil e, logo a seguir, o *Pavilhão do vinho*, onde figuravam os afamados vinhos da Estremadura e ainda uma preciosa colecção de peças de vasilhame. Ao fundo, um rico tríptico representava a partida das caravelas da barra de Lisboa, com vinhos estremenhos, e, dos lados, santo Isidro Lavrador e Nossa Senhora da Uva.

À beira do lago, via-se a *Casa do Pescador*, habitada pela família dum pescador da Nazaré, junto da qual figurava um barco típico, com os apestos de pesca. A Casa do Pescador, construída com madeiras do Pinhal d'El-Rei, servia de modêlo para as casas dos valorosos pescadores da Estremadura.

Próximo, ficava a *Capelinha de Santo António*, homenagem votiva a um santo estremenho, a um santo Português, a um santo de todo o Mundo, como lhe chamou Leão XIII.

Na ilha do lago, um restaurante regional, berrante de côr, desafiava os gastrónomos, proporcionando-lhes os mais apetitosos manjares da província, e no *Pavilhão de turismo* mostravam-se as belezas do rincão fascinante, onde os templos, os castelos, as praias, os monumentos e as estâncias termais não têm conto. Cheio de graça e frescura, o Pavilhão de Turismo tinha, na fachada, o mapa turístico da região e, no interior, revestido com mantas coloridas de Minde, trajes regionais, embarcações, produtos de arte popular e um combóio-



Alguns aspectos dos pavilhões e decorações da Exposição Provincial Comemorativa do Duplo Centenário

-miniatura a percorrer a província, desenhada num mapa expressivo. Nas paredes, as legendas:

— *Felizes os povos que trazem a sua província no coração.*
— *Ninguém pode amar a sua terra sem primeiro a conhecer.*
— *Nada há no mundo mais saborosamente aprazível para um coração lusitano, do que viajar simples, modesta, obscuramente, em Portugal.*

Como a província da Estremadura é também terra de oleiros, não faltava na Exposição uma olaria em funcionamento, guarnecida com enorme variedade de produtos cerâmicos.

Por entre a folhagem adormecida do parque caldense, o *Casal estremenho*, branco de neve, representava um trecho rural da província, não lhe faltando a moradia dos camponeses, a arribana para o gado, o pocilgo, a eira, a adega, a latada, a capoeira, todos os detalhes da vida rural estremenha, representados dignamente num delicado mostruário de etnografia.

Na Exposição da Estremadura, além dos pavilhões de várias indústrias, figuraram representações de organismos económicos e estabelecimentos oficiais, como o *Pôsto Central de Avicultura*, a *Comissão Reguladora do Comércio de Arroz*, a *Junta Nacional de Frutas*, o *Instituto de Conservas de Peixe* e a *Federação Nacional dos Produtores de Trigo*, organismo que, desde a primeira hora, compreendeu nitidamente o alcance do certame estremenho, enriquecendo-o com um belo pavilhão.

Em volta do Monumento a Bordalo Pinheiro, lisboeta ilustre cujo talento desabrochou nas Caldas da Raínha, o *Jardim de Lisboa* chamava a atenção. Foi uma lembrança que o município da capital mandou para a exposição — flores de saüdade pelo artista notável a quem se deve o impulso duma indústria tradicional.

O *Pavilhão das Indústrias*, com a estátua do Trabalho em frente, apresentava um mostruário completo da indústria estremenha — mantas, rendas, mármores, mobílias, cimentos, tecidos, cortiças, madeiras, resinas, tudo o que constitue a riqueza da província.

No interessante *Pavilhão de Sesimbra*, viam-se barcos de pesca, redes, armações à valenciana, que mostravam a importância daquela praia de pescadores, e, por tôda a parte, doces regionais, loiças e lembranças.

Guardamos para o fim a *Praça da Estremadura*. Decorada com bandeiras da fundação e de todos os municípios estremenhos, tinha, a meio, um monumento singelo que representava manifestação comovedora a mortos ilustres nascidos na província.

Desde D. João II — marido da piedosa raínha que fundou as Misericórdias de Portugal — ao valente Pa-



— *expressão da actividade artística, industrial e agrícola de tôda a região estremenha*









trão Joaquim Lopes; desde Damião de Góis — cronista-mór do Reino — ao orador incomparável que foi Silveira Malhão; desde o Rei Venturoso, nascido em Alcochete, ao popular actor Álvaro; desde D. Leonor, Imperatriz da Alemanha, nascida em Tôrres Vedras, às figuras exemplares de D. Manuel Figueira Freire da Câmara e Frederico Basto, gravaram-se no monumento, com justiça e admiração, os nomes de pessoas ilustres nascidas na terra estremenha.

A um lado da Praça da Estremadura, havia o *Pavilhão do Estado Novo*, decorado com os brasões de todos os municípios, sala de visitas onde foram inauguradas as comemorações provinciais, por S. Ex.ª o Sub-Secretário das Obras Públicas e Comunições. Sóbrio, o Pavilhão do Estado Novo mostrava, na sua simplicidade, a obra grandiosa realizada na Estremadura, desde 28 de Maio de 1926. Painéis artísticos, elementos estatísticos, fotografias de todos os melhoramentos e o plano relêvo da província revestiam interiormente as paredes, e a meio, o busto de Salazar enquadrava-se na legenda: «Só na Província da Estremadura gastou o Estado Novo mais de um milhão de escudos».

Ainda na Praça da Estremadura, via-se o *Museu Provincial de José Malhoa*, construção definitiva que recordará para sempre o Ano dos Centenários. Com o concurso de António Montês, Agostinho Fernandes, José Filipe Rodrigues e José de Sousa, juntaram-se duas centenas de quadros assinados pelos maiores pintores contemporâneos. Da colecção, faziam parte cinqüenta trabalhos de Malhoa, colecção de grande interêsse que houve a feliz idéia de reünir em edifício de linhas modernas, que, na opinião dos entendidos, ficou sendo um dos melhores museus nacionais, não só pelo recheio que possue como pela magnífica construção onde foi instalado.

Ainda sôbre a Exposição da Estremadura, transcrevemos as palavras do realizador do certame, António Montês, no acto da inauguração:

Pode discutir-se a orientação seguida na Exposição. Num país de crítica fácil, pode dizer-se mal do que está feito, mas o que houve, desde começo, foi um grande desejo de acertar, uma grande vontade de erguer bem alto a Província da Estremadura e a justa ambição de contribuir, embora com parcela mínima, para o brilhantismo das comemorações centenárias dêste ano.



Casal estremenho (frente)

Procurei, embora desajudado por quási todos os municípios, fazer obra séria. Procurei, sem assistência financeira do Estado e da Comissão Executiva dos Centenários, realizar obras que ficassem. Procurei ainda, nos interiores dos pavilhões, nos arruamentos, no restaurante, nas diversões, em tudo, dar a nota provincial, a nota nacionalista, a nota profundamente portuguêsa.

Houve em tudo isto um colaborador precioso, aquêle a quem se deve esta realização, que acarinhou os nossos planos, que seguiu atentamente as nossas iniciativas, que ninguém viu e estava sempre presente, que nos animou desde a primeira hora, depositando confiança ilimitada nas nossas pobres qualidades. Foi a Junta de Província da Estremadura, que, presidida pelo Major Santos Pedroso, provou



O pavilhão da Federação Nacional dos Produtores de Trigo



No lago:
O pavilhão dos pescadores

mais uma vez, de forma edificante, quanto quere à terra estremenha, quanto quere ao Estado Novo, quanto quere a Portugal!»

As Comemorações Centenárias na Provincia da Estremadura não se limitaram à Exposição Provincial, pois incluíram uma série de diversões, que muito contribuíram para a atracção de visitantes. A intensa propaganda na Rádio e na Imprensa, seguida da distribuïção de cartazes por tôda a Estremadura, justificam o interêsse despertado em todo o país. O programa de diversões incluia provas desportivas, cerimó-



Casal estremenho (eira)

nias religiosas e históricas, festas populares, exibições folclóricas e outras, as quais se realizaram nos dias seguintes:

Dia 11 de Agôsto:

Inauguração da Exposição da Estremadura *por S. Ex.ª o Sub-Secretário das Obras Públicas e Comunicações.*

Inauguração oficial das novas instalações do balneário Rainha D. Leonor e do Museu Provincial de José Malhoa.

Concertos e fogo de artifício.

Dia 15 de Agôsto:

Festa religiosa a Santo Isidro Lavrador, *que incluia missa campal e procissão, na qual se fez representar Sua Eminência o Cardial Patriarca de Lisboa. Solene procissão em honra do Santo Lavrador.*

Dia 17 de Agôsto:

Rallye automóvel *promovido pelo A. C. P., com inscrições de vários pontos do país.*

Dia 18 de Agôsto:

Serão medieval em Óbidos, *no qual se reconstruiu a tomada do Castelo pelas tropas de D. Afonso Henriques, acontecimento artistico de grande relêvo, que teve a organização impecável do capitão Henrique Galvão. O Serão Medieval em Óbidos, que foi o mais belo espectáculo de ar livre realizado êste ano, teve um grande significado histórico e patriótico, que muito valorizou as comemorações estremenhas.*

Dia 25 de Agôsto:

Homenagem aos povos d'além mar. — *Visita às Caldas da Rainha dos indigenas da Secção Colonial do Mundo Português. Inauguração da Avenida do Império, com a assistência dos reis do Congo. Provas náuticas no lago do parque, nas quais tomaram parte os indigenas. Batuque gentilico no recinto da Exposição.*

Dia 1 de Setembro:

Cortejo da gente do mar, *que substituiu o Cortejo do Trabalho, indicado de começo no programa. O Cortejo da*

Gente do Mar compunha-se de oitocentas pessoas, gente ribeirinha de tôdas as praias estremenhas. Nêste cortejo, que é, sem dúvida, um dos mais completos que se têm realizado em Portugal, figuraram redes, embarcações, traineiras, apestos de pesca, tôda a vida da gente laboriosa da beira-mar. O colorido dos trajes, a variedade de embarcações, a diferença dos cantares, a alegria das danças, constituiram um espectáculo a todos os títulos famoso, de grande riqueza etnográfica.

Exibição nocturna de grupos folclóricos.

Dia 8 de Setembro:

Festa do vinho, *realizada com o concurso da Junta Nacional do Vinho. A Festa do Vinho, durante a qual se distribuiram gratuitamente saborosos vinhos, constituiu uma grande propaganda do vinho da Estremadura.*

O Cortejo do vinho, *no qual tomaram parte grupos de camponeses rigorosamente vestidos à maneira regional e carros alegóricos conduzindo cachos de uvas*



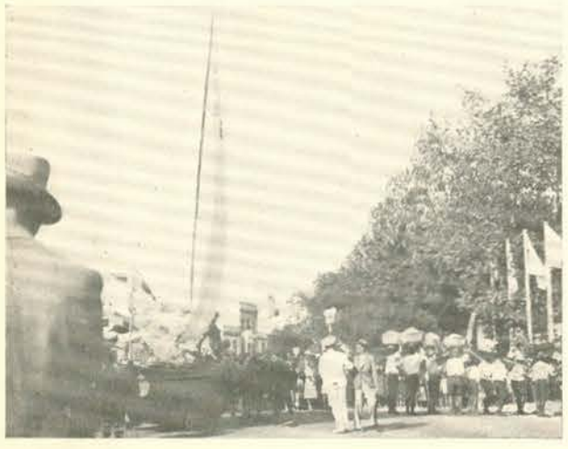
e aparelhagem empregada na faina vinhateira, despertou o maior interesse. A' noite, no recinto da Exposição, realizaram-se os Jogos Florais da Estremadura, *certame literário curioso, pela primeira vez efectuado em Portugal. Aos Jogos Florais da Estremadura, concorreram 1.025 quadras populares alusivas ao vinho estremenho, das quais foram classificadas vinte e cinco, a cujos autores foram distribuidos prémios. Na mesma noite, serviu-se no restaurante da Exposição uma ceia regional, durante a qual se serviram os afamados vinhos da Estremadura.*

Em duas lindíssimas paradas, o pescadores e os homens do campo demonstraram a importância económica e social das mais evidentes manifestações de trabalho e tremenho: o mar e a agricultura

Dia 15 de Setembro:

Encerramento da Exposição. — *Para se avaliar o interêsse que o certame despertou, basta dizer-se que o mesmo, em face da concorrência, só foi encerrado pelas 2 horas da manhã, tendo a exposição sido visitada, no último dia, por cêrca de 6.000 pessoas. Fogo aquático e iluminações.*









Descritas em linhas gerais, as comemorações estremenhas, que foram, não só as de maior duração, mas as que apresentaram nas festas provinciais os maiores atractivos, não é difícil definir os resultados alcançados: — *a*) Propaganda em todo o país, pela Imprensa e pela Rádio, das festas provinciais; *b*) A Exposição da Estremadura, visitada por 50.000 pessoas, além de constituir grande manifestação de actividade provincial, constitue também sólida manifestação nacionalista; *c*) Aproveitou-se o período das comemorações para inaugurar melhoramentos de vulto, como as novas instalações do Balneário e o edifício dos Correios e Telégrafos; *d*) As comemorações compreenderam festas religiosas (*Festa de Santo Isidro Lavrador*), históricas (*Serão medieval em Óbidos*), etnográficas (*Cortejo da Gente do Mar* e *Festa do Vinho*), desportivas (*Rallye automóvel*) e gentílicas (*Homenagem aos povos de além mar*); *e*) As festas estremenhas contribuíram grandemente para a realização dum atractivo cultural de grande interêsse, pois instalou-se em edifício próprio integrado na Exposição, o *Museu Provincial de José Malhoa*, que é, não só o único museu provincial, mas um dos melhores museus nacionais; *f*) Sendo a cidade das Caldas da Rainha uma estância afamada e um centro de turismo de grande importância, alcançou com as comemorações uma atracção de forasteiros nunca excedida, o que constitue o melhor elogio das comemorações provinciais; *g*) Cumprindo o programa traçado pela Comissão Executiva dos Centenários, podemos afirmar que as Comemorações Estremenhas alcançaram os objectivos desejados, contribuindo, embora modestamente, para o brilhantismo alcançado pelas Comemorações Nacionais dêste ano.

Lisboa, 1 de Dezembro de 1940.

O Presidente da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias na Província da Estremadura,

ANTÓNIO DOS SANTOS PEDROSO.







MUSEU PROVINCIAL de José Malhoa



Auto-retrato de José Malhoa

LEVADO pela mão amiga de Mestre Simões de Almeida, José Malhoa prendeu-se de tal forma às terras ridentes de Figueiró, que ergueu ali o seu «casulo» — moradia aconchegada onde realizou algumas das suas melhores produções.

Caldense de nascimento — pois nascera na Travessa de S. Sebastião, a 28 de Abril de 1855 — sentia tão grande predilecção pela paisagem melancólica do norte do distrito de Leiria, que muitos o julgavam ali nascido. Se bem que Malhoa não esquecesse nunca a terra que lhe foi berço, a verdade é que se passaram muitos anos sem visitar as Caldas, o que provocou comentários injustos dos seus conterrâneos.

Um dia, houve quem se lembrasse de bater à porta do Mestre, para lhe pedir um trabalho para a sua terra, e, quando muitos esperavam que o pedido fôsse recebido com indiferença, uma carta de Malhoa anunciava próxima visita às Caldas. Dias depois, o combóio do correio levava, no reduzido número dos seus passageiros, uma pessoa idosa, vestida de negro, com uma «lavalliére» provocante, e, dentro de horas, os caldenses ficavam com a certeza de que Malhoa ia pintar o retrato da Rainha D. Leonor — a padroeira da sua terra!

* * *

Passaram dois anos.

Lisboa assistiu à homenagem prestada ao mais português dos pintores de Portugal, manifestação comovedora a que se associou o povo da capital. Como sucedera com o retrato da Rainha D. Leonor, lembraram-se de levantar nas Caldas o busto de Malhoa, e, numa tarde de Setembro de 1928, quando o sol doirava os plátanos do parque, a terra ouviu do saüdoso Manuel de Sousa Pinto, o elogio do seu filho mais ilustre. Por entre chuva de flôres, foi descerrado o busto esculpido por Costa Mota (tio), e, no outro dia, Malhoa assistiu a um almôço regional na Foz do Arêlho, que lhe ficou para sempre na memória. O Pintor do Sol, o Mago da Luz, encantara-se com as louças vidradas, com os acordes dum harmónio, com o estralejar dos foguetes, com a beleza do mar, com a suavidade do céu, e, findo o almôço, de lágrima ao canto do ôlho, prometeu passar um verão nas Caldas, para poder pintar a sua querida terra. Ao entardecer, quando o sol se afogava nas águas azues da Lagoa, segredaram aos ouvidos de Malhoa a idéia de levantar um museu de arte com o seu nome glorioso. O Mestre sorriu, aconselhou a desistência, contou mil e uma anedotas, mas a pessoa que lhe confiára o segrêdo teimou e venceu.

Anos depois, o ministro da Instrução, dr. Gustavo Cordeiro Ramos, mandava publicar no *Diário do Govêrno* o decreto que criava um museu de arte nas Caldas da Rainha, e nêsse dia chegavam a Figueiró dezenas de telegramas, que o mestre querido recebeu com invulgar alegria. Escreveu cartas, deu conselhos, prometeu trabalhos, forneceu indicações, mas, a 26 de Outubro de 1933, a morte fechou-lhe para sempre os olhos, no «casulo» de Figueiró!

* * *

No dia do entêrro de Malhoa, juntaram-se em Lisboa quatro dos seus maiores admiradores. Traçaram-se planos, expuseram-se idéias, marcando-se a data do aniversário natalício do Mestre para a inauguração do novo museu. Com o apêlo feito aos artistas contemporâneos — que corresponderam com generosidade exemplar — juntaram-se algumas dezenas de trabalhos, não havendo nenhum enviado por Malhoa.

Uma senhora bondosa — D. Maria José Malhoa e Silva — meteu-se no assunto, a-fim-de resolver a contrariedade, e tanto bastou para que Luiz Pinto, herdeiro das obras de Mestre Malhoa, a autorizasse a entregar ao museu caldense cêrca de cinqüenta trabalhos, que constituíram o principal atractivo do museu.

Como se previa, o museu caldense foi inaugurado solenemente no dia do aniversário natalício de Malhoa, ou seja seis mêses depois da sua morte, pelo então Ministro da Instrução, dr. Sousa Pinto. O dia de 28 de Abril de 1934 foi de festa nas Caldas, lançando-se nessa data a primeira pedra da edificio destinado ao museu. Mais uma vez, Manuel de Sousa Pinto se ocupou, com raro brilho, da personalidade portuguesíssima do Mestre Malhoa, dizendo:

Depois de ter salientado o exemplo de esfôrço e dignidade que foi a sua vida, não posso deixar de referir-me a um facto impressionante. E' a transmissão, deixem-me dizer assim, dêsse enérgico fluido, a alguns dos seus melhores amigos e admiradores. A fundação do Museu José Malhoa, aqui, nas Caldas da Rainha, e fundação com garantias de futuro, constitue, a seis mêses da morte do Mestre, uma prova de vitalidade dos seus ensinamentos.

A trindade formada pelo entusiasmo irresistível do vosso galhardo paladino António Montês, pela dedicação exemplar de José Filipe Rodrigues e pela esclarecida fôrça de vontade de Agostinho Fernandes, tem-se mostrado mais que santíssima, para êste milagre que nos juntou aqui hoje devotamente. A colaboração de outro caldense, o pintor José de Sousa, merece também registar-se. Devemos bater palmas para os saüdar e lhes agradecer a coragem — não tem outro nome! — do que têm feito e vão fazer. A êles é devido o esfôrço inicial, a arrancada da linda idéia, que, bem recebida de todos, só tem encontrado boas vontades, simpatia, coadjuvação.

* * *

Não bastava aos organizadores do museu caldense reünir duas centenas de trabalhos que, por si só, representavam uma atracção cultural de grande interêsse. Tornava-se necessário instalá-los convenientemente em edificio próprio, pois só assim terminaria a sua missão. Os anos passavam sem esperanças prometedoras, e o desinterêsse pelos problemas de espirito manifestava-se uma vez mais. Os fundos reünidos não chegavam a cinqüenta contos, e, com tão reduzida verba, difícil se tornava pôr de pé a graciosa construção, projectada anos antes pelo arquitecto Paulino Montês.

Com a entrada de 1940, a Comissão Executiva dos Centenários pensou nas comemorações provinciais e, de acôrdo com a Junta de Província da Estremadura, escolheu a cidade das Caldas da Rainha para a realização das festas estremenhas. O coronel Linhares de Lima, vice-presidente daquela comissão, com o major Santos Pedroso, presidente da Junta de Província da Estremadura, pediram ao caldense António Montês para estudar o plano das comemorações estremenhas, missão de que se encarregou obsequiosamente. No vasto programa das festas, figurava a inauguração da «Exposição da Estremadura», que compreendia um edificio de carácter definitivo, construção sóbria projectada pelos arquitectos Paulino Montês e Eugénio Correia, que para sempre recordará as comemorações centenárias de 1940. Referimo-nos ao «Museu Provincial de José Malhoa», relicário de arte que, além de constituir valioso atractivo cultural, lembra aos visitantes o pintor estremenho que, nascido modestamente nas Caldas da Rainha, foi chorado por Portugal inteiro. Erguido no meio de árvores frondosas, o «Museu Provincial de José Malhoa» foi, como a «Exposição da Estremadura», inaugurado por Sua Ex.ª o Sub-Secretário das Obras Públicas, sr. eng.º Espregueira Mendes, em 11 de Agôsto de 1940, data em que foi oferecido à Junta de Província da Estremadura. A meio dum claustro portuguesíssimo, ergue-se o busto de Malhoa, magnífica escultura de Costa Mota (tio), e em volta ficam as oito salas do novo museu, que, sem favor, é um dos melhores de Portugal. As salas do fundo estão ocupadas por sessenta trabalhos assinados por Malhoa — obras de pintura, pastéis e desenhos, dos quais se destacam o primeiro e o último trabalho do notável pintor. Nas outras salas, espalham-se cento e cinqüenta trabalhos realizados pelos maiores artistas do nosso tempo, como D. Carlos I, Columbano, Ramalho, Casanova, Carlos Réis, Salgado, António Carneiro, Teixeira Lopes, Simões de Almeida e muitos outros.

No «Museu Provincial de José Malhoa», encontra-se o mobiliário do «atelier» do famoso artista, recordações, diplomas, coisas íntimas que um dia figurarão, com livros de arte e condecorações, na reprodução do recanto da Travessa do Rosário, onde Malhoa realizou parte dos seus apreciados trabalhos. E figuram também várias obras com assuntos estremenhos, verdadeiro documentário da vida provincial, realizado por Alberto de Sousa, para a «Exposição da Estremadura».

* * *

E' interessante notar que os trabalhos reünidos no «Museu Provincial de José Malhoa» foram, na quási totalidade, generosamente oferecidos por artistas e admiradores do glorioso pintor caldense. Obra de invulgar dedicação, o Museu das Caldas constitue, pelo seu significado, pelo cuidado da sua organização, pela magnífica construção onde está instalado e pelos trabalhos que já possue, um interessantíssimo repositório artístico de sólido valor cultural, e ao mesmo tempo uma eloqüente manifestação de aprêço por um estremenho a todos os títulos ilustre, cuja vida constituiu um raro exemplo de vontade, persistência e patriotismo. A' entrada do «Museu Provincial de José Malhoa» lê-se a legenda: «Foi êste museu organizado por António Montês, Agostinho Fernandes, José Filipe Rodrigues e José de Sousa, inaugurado em 11 de Agôsto de 1940, data em que foi entregue à Junta de Província da Estremadura, presidida pelo major António dos Santos Pedroso». Não vá julgar-se, pelo que acaba de escrever-se, que a vida do museu caldense terminou com a sua inauguração e entrega à Junta de Província da Estremadura, em cujo património figura o seu valiosíssimo recheio.

Um museu de arte nunca está concluído, e se na verdade a sua criação é cheia de dificuldades, é também verdade que a sua conservação exige carinho e dedicação, qualidades indispensáveis a quem o dirigir. O nome de «Museu Provincial» indica ainda a necessidade de o dotar com trabalhos pintados por artistas estremenhos, e outros onde figurem os assuntos da Estremadura, não só paisagísticos, mas monumentais e etnográficos. De desejar será que, num futuro próximo, o «Museu Provincial de José Malhoa» seja ampliado com dois corpos laterais, num dos quais se guardarão obras de pintura contemporânea, e até, conforme desejos do dr. José de Figueiredo, trabalhos de Josefa de Obidos, cujo talento desabrochou na província estremenha. No edificio actual, ficariam sòmente os trabalhos de Malhoa, as recordações da sua vida, uma biblioteca sôbre arte, e no outro corpo a ampliar, documentos de etnografia regional, peças de arte popular, tudo o que possa dizer alguma coisa da vida provincial.

Está em boas mãos o museu das Caldas, pois a obra já realizada pela Junta de Província da Estremadura é segura garantia da atenção que vão merecer-lhe os problemas de arte. Dentro da «Política de Espírito» que o Estado Novo vem efectuando, pode colocar-se, entre as primeiras realizações, o «Museu Provincial de José Malhoa», que além de manifestação de arte portuguêsa e de atractivo cultural e turismo de grande importância, representa carinhosa homenagem a um estremenho ilustre, figura de português cuja obra constitue, não só um compêndio de são nacionalismo, mas um capítulo interessantíssimo da história do povo de Portugal.

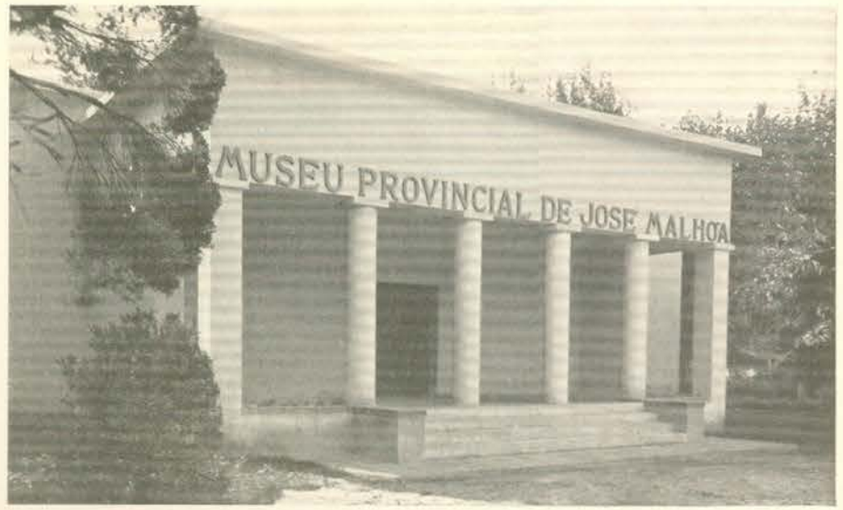
ANTÓNIO MONTÊS,
director do Museu.

No museu das Caldas, inaugurado em 11 de Agôsto de 1940, figuram cêrca de duzentas obras de pintura e escultura contemporâneas, entre as quais se destacam sessenta assinados por Malhoa.

De José Malhoa, contam-se os seguintes: — Ultimo interrogatório do Marquês de Pombal, Descanço do Modêlo, Retrato de D. Laura Sauvinet, A' Sombra, As Promessas, Rainha D. Leonor e muitos outros, sendo curioso notar que estão nas Caldas o primeiro e o último trabalho de Malhoa, êste que ficou por concluir e se intitula "Desalento".

Além doutros pintores contemporâneos, assinam trabalhos os seguintes: — Columbano, Marques de Oliveira, Luciano Freire, D. Carlos, Casanova, Roque Gameiro, Carlos Reis, Condeixa, Ramalho, Silva Pôrto, etc.

No museu das Caldas, existem várias peças de mobiliário do "atelier" do Mestre Malhoa, que um dia será reproduzido integralmente, para o que há palétas, cavaletes, cadeiras e várias peças de mobiliário, existindo ali também artigos de jornais e várias recordações intimas de Mestre Malhoa. O Museu Provincial — o primeiro museu provincial do país — está instalado em casa própria, e é dos mais visitados de Portugal. Este ano já por ali passaram mais de duas mil pessoas.



Fachada do Museu Provincial

O serão medieval de Óbidos

O Serão medieval de Óbidos, iniciativa de António Montês e D. José de Siqueira (S. Martinho), teve no capitão Henrique Galvão o realizador da festa magnífica que, sem favor, se pode colocar, pelo raro brilhantismo, à frente das mais belas festas do ano de 1940.

Óbidos — a vila-museu de Portugal — forneceu o cenário para o serão, muralhas evocadoras que falam do passado, pedras doiradas que já existiam no alvorecer da Nacionalidade.

A Emissora Nacional colaborou, de forma valiosa, na sua realização, na qual tomou parte uma orquestra dirigida pelo maestro Wenceslau Pinto. A encenação de Augusto Soares foi brilhante, e, como no serão figurava a indumentária riquíssima do Cortejo do Mundo Português, tudo concorreu para que a festa de Óbidos constituísse um espectáculo de sonho. Quando a grande actriz Palmira Bastos apareceu no alto duma das tôrres da vélha fortaleza, a assistência ficou deslumbrada com a iluminação, entregue aos cuidados do eng.º Carlos Santos, e, ao começar o serão, brilhavam lágrimas nos olhos de todos.

O serão foi ocupado com uma partida de xadrez, partida memorável em que se jogaram os destinos da nacionalidade. Como sucedera há oito séculos, os cristãos venceram os moiros, e depois do pendão do crescente ser substituído pela bandeira da fundação, uma cavalgada cruzou uma das portas do castelo, aproximando-se da fortaleza conquistada.

O entusiasmo atingiu o delírio. A lua, lá no alto, assistia impassível ao espectáculo, e soltadas as palavras *Portugal, Portugal, Portugal,* a cavalaria cristã desceu o socalco onde se ergue o castelo, e, em correria vertiginosa, ocupou as ruelas empinadas do burgo medievo.

Assim terminou, à meia noite de 18 de Agôsto de 1940, o Serão Medieval de Óbidos, que, realizado gentilmente pelo capitão Henrique Galvão — a quem se deve o auto representado — constituiu um espectáculo emocionante de rara beleza, e, também, uma sublime lição de história, recordada no local onde foi escrita, há oito séculos, pelas tropas de D. Afonso Henriques.

Quando a lua ia alta, a assistência, ao cruzar a «Porta da Vila» do burgo medievo, recordava as palavras proferidas do alto duma das tôrres do castelo, por uma figura branca de mulher, que representava a História de Portugal:

«Senhoras e Senhores, que de longe viestes recolher-vos no abraço destas muralhas que atestam, firmes nos mesmos alicerces de tempos distantes, oito séculos de História portuguêsa.

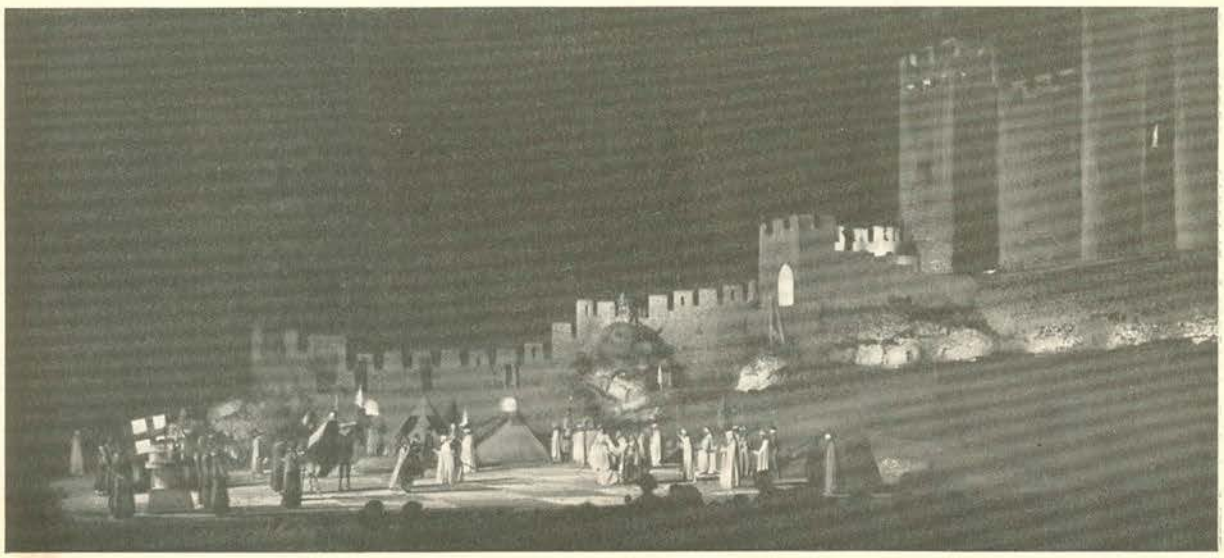
«Aqui é Óbidos: Princesa moira que foi dêstes campos namorados, onde correm frescuras do mar — e ao depois princesa cristã, sôbre a qual o tempo só passou para lhe aumentar a graça e os encantos.

«Aqui é Óbidos! Tão portuguêsa que tôdas as suas maravilhas de linha, de côr e de espírito, enraízam, presas ao mesmo tronco secular, na terra que o sangue português regou para o haver e conservar.

«Aqui é Óbidos! Uma página de História que mãos impiedosas do tempo e dos homens não se atreveram a voltar e que se mantém aberta ao sol, à chuva e ao luar de oito séculos, para que os homens de hoje a leiam na altura em que a deixaram os homens de antanho.

«Óbidos — é a História que vo-lo diz — foi fundada por turdulos e celtas, 308 anos antes de Jesus Cristo. E de Jesus esteve arredia até 1148 da nossa era, ano em que D. Afonso Henriques, primeiro de nome e primeiro dêstes reinos, fundador de Portugal, Maior dos nossos maiores, a conquistou aos moiros, para alargar a nossa casa e dilatar a Fé, quando a estas terras estremenhas veio com a sua espada cristã!

«Senhoras e Senhores que de longe viestes: Em memória dêste feito e em homenagem a esta terra, onde, em noites de luar, poderiam passar cavaleiros e balsões medievais sem desconformidade com o cenário, em homenagem a esta terra tão ligada à Fundação de Portugal, que ainda hoje usa o vestido



de muralhas de que D. Afonso Henriques se ennamorou — ides assistir, posta em xadrez do nosso tempo, à partida que entre cristãos e moiros se jogou em 1148, para que Obidos ficasse sendo portuguêsa.

«Esta fantasia não é, decerto, uma página de História. Mas é uma evocação gentil, feita à margem da História e que a História, na sua grandeza, consente, porque através dela se mantém o que, em verdade, se passou — a vitória dos portuguêses cristãos sôbre os moiros infiéis.

«Senhoras e senhores: — O Serão vai começar.»

O que disse a Imprensa sôbre as Festas da Estremadura

DO «PRIMEIRO DE JANEIRO»

11 de Agôsto

Envolta numa ténue neblina, a cidade que já está preparada para iniciar as suas festas, apresenta-se vistosamente engalanada.

De quási tôdas as janelas caem grandes flâmulas onde predominam as côres vivas das bandeiras nacional e da fundação.

O movimento cresce; começa a chegar gente de longe; de Óbidos, Bombarral, Alcobaça, Rio Maior, de tôda a parte, — gente que vem abastecer o mercado semanal, a realizar na vasta Praça da República.

Desde tempos remotos, o mercado das Caldas foi um dos mais ricos do país, e dos mais fartos e mais económicos.

Aqui encontra-se tudo que é necessário, mas com tanta abundância que, a-pesar da enorme concorrência de compradores, nunca se esgotou qualquer provisão.

Integrado no programa das festas, os organizadores, sob a direcção do pintor Alberto de Sousa, procuram fazer reviver um mercado caldense de há cinqüenta anos.

Se a idéia foi feliz, mais foi a sua realização. O povo, esta boa gente que Malhoa pincelou na tela e Bordalo tornou conhecida através dos seus barros, compreendeu o significado da missão e desempenhou-se dela com todo o aprumo.

Camponeses em mangas de camisa, de carapuça negra e calça à bôca de sino, ou então, outros mais aperaltados, debaixo de grandes chapéus de sol, oferecem à venda, desde os mais variados produtos agrícolas à conhecida loiça de fôlha e de barro.

Há raparigas, também, de caras sadias, com os seus bizarros trajes, a sua grande saia rodada — que vendem guloseimas, ovos, galinhas, legumes, tudo aquilo que só um mercado bem abastecido pode proporcionar.

Nada falta, nem mesmo o casal de namorados, nem o bom par de «velhotes», êle de jaleca preta, descaída sôbre o ombro, de pesado chapéu de aba larga, que quási esconde uma cara ornada de fortes «suíssas»; e ela, vestida a rigor, de fortes arrecadas que pendem das orelhas, segura a tradicional saca feita de retalhos.

Foi aqui, nêste mercado, que Bordalo muitas vezes procurou assuntos que lhe deram as mais belas peças de cerâmica e os mais belos tipos para as suas páginas.

No dizer de António Montês, é um mercado onde paira um borborinho próprio, intenso e alacre — quadro de interessantíssimo colorido, onde a gente parece que vai encontrar a assinatura de José Malhoa.

16 de Setembro

A Exposição da Província da Estremadura, repositório de tôda a riqueza da região, certame que marcou lugar de destaque pelo conjunto que proporcionou a milhares e milhares de visitantes, encerrou-se, hoje, após um festival nocturno que, como tôdas as festas organizadas pela Comissão da Exposição, atingiu grande brilho. Num rápido balanço, e atendendo aos fins que foram visados, o artista António Montês, embora enfrentando certas dificuldades, conseguiu atingir o objectivo que presidiu à iniciativa.

E a balizar o grande certame, se outra coisa não ficasse, bastaria a fundação do Museu José Malhoa, o primeiro Museu Provincial que se criou em Portugal.

A Exposição teve ainda o condão de atrair a esta cidade a gente do povo da região, que, através do mostruário que lhe foi apresentado, teve ocasião de poder avaliar a fertilidade de tôda a província.

O programa das festas de encerramento teve um cunho acentuadamente popular.

Ao princípio da tarde, chegou a esta cidade o rancho de Alfama, agrupamento característico que, com as suas vestimentas típicas e os seus arcos engalanados, atravessou as ruas da cidade, entoando canções festivas que o público aplaudiu delirantemente.

Durante o dia, o recinto do Parque da Raínha Leonor teve um movimento desusado, cheio de animação.

Raparigas da região, com trajos característicos, percorrendo as amplas ruas do Parque, venderam, com fins beneficentes, cravos de papel, nos quais estavam escritas as mais belas quadras que diziam respeito à Estremadura.

À noite, sob a regência do maestro sr. tenente Lourenço Alves Ribeiro, fez-se ouvir a banda da G. N. R., que executou um programa atraente. Depois, no coreto do recinto da Exposição, exibiu-se com geral agrado, nas suas danças e cantares característicos, a marcha da Alfama, agrupamento que obteve o 2.º prémio das marchas populares de Lisboa.

E, a terminar o festival, todo cheio de beleza e encantamento, foi queimado um vistoso fogo aquático e de artifício.

Como no dia da abertura oficial da Exposição, uma salva de morteiros atroou os ares.

Meia noite. O povo começa a debandar e os caldenses, não esquecendo o que para a cidade representou o certame, referia-se com palavras elogiosas à Junta Provincial e ao artista António Montês, o realizador dum dos maiores certames provinciais que no nosso país se têm realizado.

DO «JORNAL DE NOTÍCIAS», DO PÔRTO

Setembro

A cidade é uma brasa — sol nas alturas, sol nos corações. Não se pode dar um passo por essas ruas e praças. Os hoteis estão repletos. No «Rosa», dos melhores da terra, conseguimos, por muito favor, uma mansarda. E demos graças a Deus!

De Lisboa, donde saímos de manhã, caíu aqui o poder do mundo. O combóio do oeste partiu com uma hora de atraso — vagons atochados. Desrespeita-se a lotação, a «primeira» foi invadida ruìdosamente. Para não viajar de pé, sob êste calor de fornalha, esperamos o combóio especial, que saíu do Rossio uma hora depois e logo se encheu. Os cantares e a alegria da Marcha da Madragoa distraíram-nos dos incómodos desta aflitiva peregrinação. A visão de Óbidos, com seu castelo rendilhado, suas muralhas vetustas, baluarte maior da linha Afonsina, foi a nossa primeira compensação. Caldas da Raínha, rubra de entusiasmo, sedutora e linda, fez-nos esquecer todos os contratempos.

Um almôço rápido, de rigorosa dieta, e eis-nos no parque, a fruir os encantos da Exposição Provincial. Descrevê-los-emos no momento mais próprio, que, agora, todo o tempo é pouco para viver, ainda que sintèticamente, essa maravilha estuante e colorida que é o Cortejo da Gente do Mar. Fazem idéia do que isso seja? Não há mundo de maior êxtasis! E' tôda a corda litoral estremenha — de Vieira de Leiria a Setúbal. Litanias de magoada resignação, cânticos vitoriosos, preces ardentes, ironias bem vincadas e bem justificadas.

As ruas e praças estão cheias. Deram cinco horas da tarde — vai sair o Cortejo da Gente do Mar. As autoridades sentam-se num recinto

reservado, de excelente perspectiva. O comandante Sá Linhares, capitão do pôrto de Setúbal, o comandante Andrade e Silva, de Sesimbra, Silva Campos, de Peniche, e Faria Pereira, da Ericeira — tão cheia de recordações históricas — olham, enternecidos, os velhos lôbos do mar. E o desfile policromático, irisado, pontuado de vozes frescas, argentinas, começa com as varinas e os pescadores de Lisboa, do Barreiro, do Seixal, do Montijo e de Paço de Arcos, frisos que se sucedem num crescendo sugestivo, por vezes, mesmo, emocionante.

. . . . . .

Durante duas horas, Caldas da Raínha, no dia mais quente dêste ano, esqueceu o sol, o calor, a poeira. O Cortejo da Gente do Mar, que do Largo da Escola seguiu para a Avenida D. Manuel Figueira, atravessando o Largo Conde Fontalva e a rua central do Parque — galvanizou-se. Galvanizou a cidade e os milhares de forasteiros que, dominados por premente curiosidade, aqui acorreram.

Já víramos um desfile de pescadores, há anos, na Póvoa, por uma tarde de chuva miúda e fria. O das Caldas da Raínha, por um dia de sol violento, verdadeiramente tropical, revelou a mesma alma, o mesmo espírito. Pescadores do Norte, do Sul ou do Centro — irmanam-se. Sofrem todos a mesma vida — sobem todos o mesmo Calvário.

>

DO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS»

12 de Agôsto

Não exageramos afirmando que a inauguração da Exposição da Província da Estremadura excedeu tôda a espectativa. O acontecimento, que a população caldense aguardava com o maior entusiasmo, interessou tôda a província estremenha e também outras regiões do país. Só assim se compreende o movimento enorme que hoje se registou nesta cidade, onde veio gente de tôda a parte.

>

DE «O SÉCULO»

12 de Agôsto

Não há dúvida que a Exposição Provincial da Estremadura constitue uma magnífica parada regionalista, que demonstra exuberantemente a vitalidade dos concelhos que nela colaboram. Êste certame tem aspecto diferente do de Leiria, onde se nota uma mais acentuada representação concelhia. Ambos se completam. São duas manifestações de regionalismo que orgulham a Estremadura e que abonam vantajosamente as possibilidades do distrito de Leiria.

Houve uma sincronização de actividades, que tiveram como resultado a Exposição interessantíssima que hoje foi inaugurada solenemente e que marca o início das Comemorações Centenárias na Província da Estremadura.

25 de Agôsto

A cidade das Caldas teve um dos seus dias mais animados, do período das Comemorações Centenárias da província da Estremadura. Não é para estranhar o facto, se tivermos em conta que a maioria dos visitantes, vindos não só da capital, como de tôdas as redondezas de Leiria e Santarém, foram atraídos pela anunciada visita dos indígenas da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. Êstes, em conseqüência do atraso do combóio, só aqui chegaram às 13 horas. Foram recebidos na estação pela comissão executiva das festas e todos os organismos locais, com os seus estandartes, M. P. e a banda de música da Escola da Paiã. Eram em número de 39 os visitantes negros, das raças fula, mandinga e bijagós, contando-se entre êles os réis do Congo e de Timor, o primeiro acompanhado da espôsa e do seu séquito. À saída da estação, os representantes dos povos de além-mar foram recebidos com os aplausos dos muitos milhares de pessoas que alastravam pela avenida da Independência, e que ali acorreram, movidas pela curiosidade. Os dois réis tomaram lugar em dois automóveis, e os fulas, envergando albornozes e turbantes, subiram para cavalos. Organizou-se, depois, o cortejo, em direcção ao parque. À frente, a banda de música da Paiã, seguindo-se as colectividades locais e os cavaleiros. Vinham, depois, os réis e os restantes delegados das raças do Império, com seus tambores, nos quais matraqueavam desalmadamente, emquanto um bailarino, agitando fieiras de campaínhas, rodopiava e cantava, acompanhado, em côro, pelos outros negros.

As ruas do percurso estavam apinhadas de gente, e das janelas pendiam colgaduras e bandeiras. Notava-se tanto entusiasmo que algumas senhoras chegaram a lançar flores sôbre o exótico cortejo.

>

DO «RÁDIO NACIONAL»

25 de Agôsto

O programa das Comemorações Centenárias na província da Estremadura, delineado pelo sr. António Montês, a pedido da Junta de Província da Estremadura — organismo administrativo a que preside o sr. major Santos Pedroso — incluía um serão medieval em Obidos, marcado para 18 de Agôsto.

O serão Medieval de Óbidos, iniciativa dos srs. António Montês e D. José de Figueira (S. Martinho), teve no sr. Henrique Galvão o realizador da magnífica festa, que, sem favor, se pode colocar, pelo raro brilhantismo, à frente das mais belas festas do ano áureo.

Óbidos — a vila museu de Portugal — forneceu o cenário para o serão, muralhas evocadoras que falam do passado, pedras douradas que existiram ao alvorecer da Nacionalidade.

A Emissora Nacional colaborou de forma valiosa na sua realização, na qual tomou parte uma orquestra dirigida pelo maestro Wenceslau Pinto.

A encenação do sr. Augusto Soares foi brilhante, e como no serão figurava a indumentária riquíssima do Cortejo do Mundo Português, tudo concorreu para que a festa de Obidos constituísse um espectáculo de sonho.

Quando a grande actriz Palmira Bastos apareceu no alto duma das tôrres, a assistência ficou deslumbrada com a iluminação, entregue aos cuidados do sr. eng.º Carlos Santos, e quando o serão começou, brilhavam lágrimas nos olhos de milhares de pessoas.

O serão foi ocupado com uma partida de xadrez, uma partida memorável, em que se jogaram os destinos da nacionalidade. Como sucedera há oito séculos, os cristãos venceram os moiros, e depois do pendão do Crescente ser substituído pela bandeira da fundação, uma cavalgada cruzou uma das portas do castelo, aproximando-se da fortaleza conquistada.

O entusiasmo atingiu o delírio. A lua, lá no alto, assistiu impassível ao espectáculo, e, soltadas as palavras *Portugal, Portugal, Portugal*, a cavalaria desceu o socalco onde se ergue o castelo, e, em correria vertiginosa, ocupou as ruelas empinadas do burgo medievo.

Assim terminou, à meia noite de 18 de Agôsto, o Serão Medieval de Obidos que, realizado pelo sr. Henrique Galvão, constituiu um espectáculo emocionante de rara grandeza e também uma sublime lição de história, recordada no local onde foi escrita há oito séculos e pelas tropas de D. Afonso Henriques.

>

DO «JORNAL DE SINTRA»

15 de Setembro

Mão amiga levou-nos por êsses cem quilómetros fóra, até às Caldas da Raínha.

Abençoada idéia, pelo muito que vimos e aprendemos.

Naquele famoso Parque das tílias, dos cedros, dos ulmeiros e dos plátanos, encontra-se animada e reünida uma grande lição de civismo e de abnegado colectivismo.

. . . . . .

Ali, naquele jardim copado, descortinamos, contemplamos e acariciamos todos os lindos detalhes da opulenta Estremadura.

Os seus preciosos vinhos, a sua actividade agrícola, as complexas indústrias regionais, desde os mármores, as lenhites, a caldeiraria e as louças e até aos deliciosos bordados e rendas penicheiras, tudo, mas tudo, foi paciente e operosamente coligido e agrupado nos artísticos pavilhões que constituem o todo da exposição.

Nada foi esquecido; a casa estremenha, com o seu pavimento térreo, a sua pequenina adega, o seu fôrno para a cosedura do pão, o estábulo com a vaquita e bezerrita, a capoeira com as galinhas e o galo pimpão, e a corte com os bacoritos, são outras tantas contas dêste delicado rosário de paciente coordenação. A escadaria que nos leva ao alpendurado, ou vestíbulo do primeiro andar, é outra maravilha de graça simples e natural; aquela saleta de entrada, com os seus tectos e soalhos de madeira muito limpinhos e aceados, as inocentes fotografias do passado, o quarto do casal com o seu leito de ferro, o bercito de madeira para o cachopito recemnascido, a pequenina lâmpada de azeite a alumiar o Menino Jesus, tudo, mas tudo, ainda mais uma vez, dominando os sentidos, a alma e o coração, bem

merecendo a projectada perpetuação, pela luminosa idéia que gerou tão enternecedoras evocações.

E então, num vigor de contraste que nos deixa perplexos e atónitos, uns metros percorridos, depara-se-nos tôda a enorme religiosidade do Museu Provincial José Malhoa; num país medianamente equilibrado, conferir-se-ia ao homem que sonhou, realizou e se sacrificou por tão generosa e elevada idéia, o maior galardão e consagração dos seus indiscutíveis méritos de abnegado cultor da memória dos grandes artistas que honraram a arte portuguêsa.

O edifício, em linhas simples e modestas, acolhe-nos e cativa-nos pela ternura da sua feliz concepção; tudo que ali está — granitos, madeiras, bronze, mármores, luz, pátio de entrada, canteiros de flores, ladrilhos de tijôlo — é como que a abertura da grande sinfonia de arte que vamos contemplar, num recolhimento de espanto e de comoção; desde o primeiro esbôço até ao último desenho que Malhoa produziu, a alma paciente e resignada de António Montês mandou arrolar e arquivar naquele mimoso relicário, que significa, não uma região ou uma província, mas, sim, a Nação Portuguêsa.

Os melhores quadros do Artista ali se encontram reünidos, numa carinhosa consagração ao grande pintor; a alacridade dos campos, as naturezas mortas, as reconstituïções históricas, as perfumadas flores, as cálidas figuras orientais, os mimosos bustos dos estremenhos, até aos humanos e preciosos retratos de personalidades dos últimos quarenta anos, ali António Montês juntou e reüniu carinhosamente, para bem, não duma mesquinha região, ou dum minúsculo concelho, o que seria apoucar o nacionalismo de José Malhoa — mas para galhardia, renome, orgulho e glória da nossa província estremenha; reparem que o Museu se chama Provincial e que, portanto, Sintra ali tem o seu quinhão.

Não quis António Montês, na sua afectiva e discreta actuação, esquecer a nossa bucólica Sintra. Como se não bastassem as maravilhas com que Malhoa a dotou, o seu melhor admirador e cultor, ainda nos cativou arquivando naquele santuário uma preciosa aguarela de outro grande mestre, Alberto de Sousa, na qual se destaca a inegualável Serra de Sintra, através duma subtil neblina, que enternece e torna meditativos os nossos olhos e o nosso coração.

Bem hajam todos; Sintra tem ali, nas castiças Caldas da Raínha, muito que aprender e que agradecer.

>

DE «O MENSAGEIRO» DE LEIRIA

21 de Setembro

Das comemorações centenárias realizadas na província, pode afirmar-se que nenhuma atingiu o brilho das que se efectuaram na Estremadura.

A Junta de Província da Estremadura, a que preside a figura prestigiosa do major Santos Pedroso, ao escolher a cidade das Caldas da Raínha para ali realizar as comemorações, tinha a certeza de que as mesmas teriam não só concorrência invulgar, mas desusado brilhantismo.

Na verdade, de 11 de Agôsto a 15 de Setembro, Caldas da Raínha registou sucessivas enchentes de forasteiros, que chegaram ao ponto de esgotar a lotação do sem número de hotéis e pensões caldenses.

Nunca, que nos lembre, se juntou, durante tanto tempo, tanta gente nas Caldas, que, atraída por uma propaganda intensa e inteligente, ali foi presenciar um esplêndido programa de festas que, delineado há seis mêses pelo nosso velho amigo e colaborador António Montês, se cumpriu integralmente.

Quando da inauguração da Exposição da Estremadura, a que tivemos a ventura de assistir e visitamos por vezes, escrevemos algumas linhas sôbre o acontecimento, que, erguido no famoso parque das Caldas, constituiu uma interessante manifestação de actividade provincial, a cuja inauguração o Govêrno assistiu.

. . . . . .

Para nós, a Exposição Provincial foi o envólucro do Museu José Malhoa. A cidade das Caldas da Raínha ficou na posse dum edifício, construído a pretexto da Exposição, com todos os requisitos exigidos ao fim a que se destina. Não mais veremos os quadros de Malhoa e doutros consagrados Mestres da Pintura mal instalados, sem espaço e sem luz. Felicitamos a cidade das Caldas da Raínha por ficar possuindo o melhor museu de Arte Contemporânea do País.

Pelo que temos lido, e pelo que vimos em várias partes com os nossos olhos, das Festas Centenárias ficaram, nas terras onde se realizaram, obras que perdurarão e através do tempo atestarão a comemoração dos Centenários, obras como Bairros Económicos, Monumentos, Obras de Assistência, e, na cidade das Caldas, o belo edifício do seu Museu.

As despesas, pois, embora não sejam cobertas pela receita, têm a justificá-las mais o que fica do que o que serviu de pretexto para recrear momentâneamente os sentidos, ou atrair, na curta duração dessas Festas, as multidões.

>

DA «INFORMAÇÃO VINÍCOLA»

23 de Setembro

No dia 8 do corrente, no aprazível ambiente do admirável Parque das Caldas da Raínha, teve lugar a Festa do Vinho.

Foi uma homenagem aos vinhos estremenhos e aos poetas da Estremadura, pois que, numa combinação feliz, juntaram os seus espíritos para que a Festa do Vinho resultasse, também, uma festa do Espírito.

A' tarde, um cortejo rústico, com larga apresentação dos trabalhadores da vinha que acompanhavam carros de bois carregando alfaias da adega e apetrechos do cultivo, iniciou a Festa num hino ao trabalho.

Sem artifícios, sem organização revisteira, agruparam-se elementos rurais, ordenaram-se para o desfile ao som das músicas castiças e da já célebre marcha do «Cacho Dourado», tocada pela banda da Escola Agrícola da Paiã, que levava os seus componentes vestidos com fardas escolares: jaleca, cinta e chapéu de aba larga.

A' noite, em quatro locais separados, fêz-se a distribuïção do vinho ao público, branco e tinto, emquanto o júri, nomeado para premiar as quadras apresentadas aos «Jogos Florais», proclamava o nome dos poetas que tinham cantado o vinho estremenho.

Foi uma festa simples, elegante, com graça leve e reconfortante alegria.

DA REVISTA «OCIDENTE»

Outubro

Continuaram as comemorações dos Centenários durante os primeiros quinze dias de Setembro, nas Caldas da Raínha. Todo o programa engrinaldava a Exposição da Estremadura.

No dia 1, percorreu as ruas da cidade o «Cortejo da Gente do Mar», evidentemente da costa estremenha, visto que de comemorações e instituïções da Estremadura se tratava.

Entre a gente de mais caracterizadas regiões e de *habitat* vincado há, por tôdas as razões procedentes desta circunstância, caracteres bem definidos. E, se da orla marinha vêm, os aspectos externos e internos, desde os costumes singulares ao aprumo especial dos trajes e das pessoas, desde a infantilidade e alegria da vida, na renúncia e na heroïcidade, à sugestão enérgica, impressionam fortemente as populações, menos afeitas ao mar ou mais romantizadas por êle.

Pelas ruas cantavam os ranchos as cantigas das suas terras. Dançavam os ritmos vivos das composições coreográficas, em que, de cada exibição, se vai acentuando a necessidade capital de se defender o que nas canções e nás danças existe de vernáculo. O que existe claramente, e o que nelas se advinha.

Tomaram parte varinas e pescadores de Lisboa, incluindo o «Rancho da Madragoa», pescadores e descarregadores de Setúbal, salineiros de Alcochete, pescadores de Sezimbra, mestres das traineiras e pessoal conserveiro de Peniche, rancho piscatório do Nadadouro, pescadores da Foz do Arelho, e apanhadeiras de amêijoa. No final, o rancho da Nazaré e o «Grupo folclórico» do conhecido nome de «Ta-mar» entusiasmavam com a sua animação e teatralidade.

No mesmo número

Com o título «Museus Regionais de Arte Moderna», o escultor Diogo de Macedo, da Academia Nacional das Belas Artes, escreveu na revista *O Ocidente* o seguinte:

Os nossos museus da província, municipais ou de iniciativa particular, são, no geral, combinações de arte antiga e até arqueológica, com arte contemporânea, que muitas vezes o Museu de Lisboa auxilia, enviando ali peças em depósito, por falta de salas suficientes para a sua exposição.

Museus notáveis e alguns admiràvelmente dirigidos são êsses. Basta citar o de Guimarães, o de Viseu, o de Aveiro, o de Braga, o de Bragança, o de Évora... para orgulho dessas terras que os souberam tão bem organizar. Porém, os de arte sòmente moderna pecam na maioria por deficiências de instalação e de orientação. Entre êste há que ressalvar o Museu Malhoa, nas Caldas da Raínha. Basta dizer que os entusiasmos locais ainda não conseguiram lá introduzir os tão apreciados «bonecos das Caldas», embora muitas peças de Rafael Bordalo lá pudessem figurar. Mas, para estas, assim se pensou e muito bem, existe em Lisboa o museu especial, que tem como patrono aquêle artista e é competentemente dirigido.

O Museu Malhoa é uma lição perfeita de exposição e valorização da arte que patenteia ao público, para o educar e até distrair os aquêstas do verão. Instalado em edifício próprio, bem iluminado e distribuído, no centro dum parque muito alegre, dá regalo visitá-lo, pela boa quantidade de obras formosas que possue. Quási todos os artistas portuguêses ali estão representados; e há que louvá-los, tanto mais que a maioria ofereceu as suas obras gratuitamente. Teixeira Gomes, fidalgo na benemerência com que tem contemplado as nossas galerias de arte, também para lá ofertou algumas telas e um lindo tôrso feminino, romano, em mármore. Três ou quatro salas estão cheias de pinturas de Malhoa, cedidas por amigos e parentes, algumas das quais foram da sua melhor lavra. Repito, que dá consôlo visitar êste arejado e festivo museu. E' um exemplo que convém destacar entre tantos, para que sirva de estímulo a outros que possuímos ou se iniciam. O de Tomar, acomodado em casa de encanto, merece igualmente felicitações. Oxalá que em breve cada vila, por mais modesta que seja, organize uma galeria igual, tomando a lição de gôsto e de inteligência que êstes lhe dão.

Diogo Macedo
(escultor).



Padrão dos Centenários no Bombarral

AS COMEMORAÇÕES

nos concelhos da

Província Estremenha

SETÚBAL

No seu último número, êste boletim referia-se a Setúbal, nos seguintes termos:

> A cidade, tão laboriosa e feliz na sua extraordinária actividade, que lhe valeu, durante largos anos, a classificação da cidade mais industrial do país, vê agora, e desde há anos, tão diminuído o seu labor, que todo o trabalho da edilidade se cessou em tentar resolver os assuntos que em casa lhe apareceu, muitos com um carácter quási insolúvel. Esta situação, que se reflecte de forma extraordinária no comércio local, outrora tão florescente, faz com que as receitas municipais não correspondam às necessidades da populosa cidade, hoje, por contraste, melhor apetrechada dos elementos de trabalho do que antigamente, quando dêles não dispunha e dos quais se destacam os seus magníficos pôrto e cais, uma das mais belas obras do Estado Novo, que tudo tem feito para debelar a crise com que a fatalidade alingiu aquela população.

Neste ambiente de certo modo desanimador, não poderia esperar-se que a participação de Setúbal nas comemorações centenárias oferecesse o brilhantismo antecipadamente assegurado noutras terras do País. O acontecimento máximo do Ano Áureo não conseguiria fazer despertar a cidade do letargo, da «apagada tristeza» em que vivia, porque obsidiantes eram as preocupações da vida de todos os dias, resultantes de uma crise prolongada das actividades do mar, da reduzidíssima laboração das suas fábricas, da rarefacção do comércio, numa palavra, das difíceis condições de existência para tôda a gente. Assim se supunha; mas tal não sucedeu, porque, se é certo que a alegria não reinava nos espíritos, as almas dos setubalenses bons portugueses vibraram em uníssono perante um facto que transcendia as amarguras do momento, porque se enraizava num passado glorioso de séculos e projectava-se no futuro que mesmo os mais humildes e as inteligências mais simples desejam feliz e também glorioso.

* * *

As comemorações centenárias foram iniciadas no dia 2 de Junho, como em todo o país, por um solene *Te Deum* que se celebrou na igreja matriz de Santa Maria da Graça, com larga concorrência e a assistência das entidades oficiais.

A' tarde, realizou-se no salão nobre da Câmara Municipal, sob a presidência do Governador Civil, sr. dr. Barreiros Cardoso, uma sessão solene, em que a assistência ouviu religiosamente, transmitido pela Emissora Nacional, o discurso proferido na Câmara Municipal de Lisboa por S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, e em seguida algumas palavras do Presidente da Câmara, sr. major Perestrelo Conceição, que se referiu ao significado da sessão e pôs em relêvo a personalidade do sr. dr. Carlos Botelho Moniz, setubalense ilustre, que pelo Município fôra especialmente convidado para falar naquela cerimónia.

Proferiu então o sr. dr. Botelho Moniz uma oração brilhantíssima, na qual afirmou tôda a glória da Nacionalidade, nos seus oito séculos de existência, demonstrando como sempre o braço esforçado do povo português teve a dirigi-lo a mentalidade esclarecida de Chefes que souberam firmar a independência da Grei. Referindo-se ao momento difícil que a humanidade já então estava vivendo, definiu a posição de Portugal, nação gloriosa, país de paz de que são timbre o respeito e a lealdade e que deseja viver fiel às suas tradições históricas e aos princípios morais e espirituais que são característica indestrutível da nossa civilização.

Estas foram as principais cerimónias oficiais realizadas nesse dia, antes e após o solene hasteamento da Bandeira da Fundação na Câmara Municipal, sedes das unidades militares, estabelecimentos de instrução e outros edifícios públicos. A forma, porém, como a cidade manifestou o seu regozijo e desde logo se associou às comemorações foi, pela sua espontaneidade, locantemente significativa: tôda ela apareceu embandeirada e foi rara a casa, do mais abastado à mais humilde, onde não figurou a bandeira de Afonso Henriques, símbolo glorioso do Portugal de há 800 anos.

A' noite, os edifícios públicos e sindicatos iluminaram as suas fachadas. O programa oficial não estabelecera para êsse dia quaisquer outros números festivos. Talvez propositadamente — e se assim foi há que registar o acêrto — o dia fôra destinado a que a população seguisse interessada e alerta, como o fez, comungando no mesmo sentido de vibração patriótica, as brilhantíssimas cerimónias evocativas de Guimarães, cujo eco a Emissora Nacional levou a tôdas as casas e espalhou por tôdas as ruas e praças.

E' de justiça afirmar isto: pela forma espontânea como a cidade se engalanou e mostrou o seu regozijo, a população setubalense sentiu sinceramente o alto significado do período festivo e do momento histórico que a Nacionalidade estava vivendo, mostrando-se pronta a acorrer ao chamamento que a despertasse para uma manifestação que fôsse a afirmação calorosa do seu profundo sentimento nacionalista e a prova eloqüente do seu amor à Pátria. Esta foi a primeira vibração, quente, sincera, entusiástica.

* * *

Este relato tem de ser breve, mas, ao mesmo tempo, vincando mais profundamente o aspecto predominante das comemorações locais — síntese de tão notável acontecimento para colunas onde não caberia a repetição pormenorizada de acontecimentos que a outras modalidades de Imprensa competiu arquivar.

Por isso, convém fixar especialmente que, se, desde 2 de Junho a 2 de Dezembro de 1940, as festas nacionais se caracterizam sobretudo por actos de feição intelectual, cerimónias votivas de alto simbolismo e reconstituições de significado nacional, sem materialismos que teriam (como bem disse o ilustre Presidente da comissão distrital das comemorações, sr. eng.º Carlos Manito Tôrres, não menos distinto governador civil substituto) apoucado a ideologia patriótica e ferido o critério de evitar o supérfluo — precisamente as comemorações de Setúbal e seu distrito, se tiveram simplicidade e modéstia, ausência de festas materiais e ruidosas, assumiram, no entanto, um aspecto elevadamente espiritual. Mas êste aspecto não foi de modo algum obra do acaso. E' certo que uma das razões dêle foi de carácter orçamental: o Govêrno, dentro da orientação estabelecida, apenas podia subsidiar as comemorações realizadas pela Comissão Nacional e pelas Juntas de Província, e o recurso à subscrição pública era improfícável porque uma crise profunda oprimia Setúbal; mas a outra razão, o tê-la em conta significa visão de superior inteligência de quem teve a seu cargo a organização das comemorações setubalenses, foi o propósito de as integrar inteiramente na orientação, superiormente estabelecida, de não diminuir, com descabidas realizações acessórias ou regionais, a idéia «mater», nacional e não local, que se celebrava, e a índole puramente espiritual que, fora de certas realizações, se decidira dar às comemorações. Esta obediência ao pensamento nacional só pode ter dignificado os setubalenses.

* * *

Durante o período das comemorações, realizaram-se em Setúbal algumas manifestações patrióticas e culturais de grande relêvo.

Em 10 de Junho, o Liceu Bocage promoveu, no salão nobre da Câmara Municipal, uma «Homenagem a Camões e glorificação da língua portuguêsa». O mesmo Liceu prestou condigna homenagem ao Condestável Nun'Alvares, promoveu uma romagem a Almada e visita ao túmulo de D. Álvaro Abranches, vulto notável da Revolução de 1640, realizou uma excursão patriótica ao Castelo de Palmela, e levou a efeito várias sessões solenes e conferências, de entre as quais nos permitimos destacar a que, sob o título «Setúbal na Restauração», realizou o professor sr. dr. Fernando Falcão Machado, evocativa do 300.º aniversário da entrada solene em Setúbal de D. António, Prior do Crato, a quem o povo aclamou Rei.

Idêntica acção desenvolveu a Escola Industrial e Comercial João Vaz, onde os professores fizeram o elogio da Língua Pátria e falaram sôbre a significação das Comemorações Centenárias; promoveu igualmente excursões patrióticas ao Castelo de Palmela e ao Forte de Outão, que teve papel de grande importância na nossa independência.

Também a União Nacional promoveu duas sessões que se revestiram de invulgar imponência, tendo nelas proferido notabilíssimas conferências o distinto escritor e jornalista, sr. Adelino Mendes, e o ilustre crítico e poeta sr. coronel Cardoso dos Santos.

Um acontecimento marcou iniludivelmente a excelente colaboração de Setúbal e seu distrito nas Comemorações: a grande excursão distrital à Exposição Histórica do Mundo Português. Nesse capítulo, Setúbal afirmou a sua posição à frente e muito adiante dos demais distritos do país! Enquanto que a mais numerosa das outras excursões distritais até então realizadas não atingira 1.800 pessoas, a de Setúbal totalizou mais de 8.000, excedendo mais de quatro vezes distritos bem mais vastos, ricos e populosos. Pode parecer à primeira vista que tínhamos a vantagem da proximidade de Lisboa; mas, bem ponderada, essa circunstância era apenas agravante, porque, mercê dela, numerosas excursões antecederam a excursão distrital e canalizaram para a Exposição muitos milhares de excursionistas das classes operárias e populares, precisamente aquelas em que a Excursão Distrital teria de recrutar os seus componentes.

* * *

Por tôda a parte — mais nuns pontos, noutros menos — ficaram a atestar a passagem do Ano Áureo melhoramentos e progressos de ordem material que ou traduziram melhoria dos serviços públicos na sua instalação, ou enriqueceram o nosso património nacional e artístico. Setúbal não pôde, de facto, por circunstâncias relacionadas com a grave crise, gravar no seu programa algumas solenes inaugurações que estavam previstas. Mas nem por isso deixarão de atestar o grande impulso que nessa época registaram alguns serviços de geral utilidade, porquanto têm bem patente a «marca» de 1940 melhoramentos importantes, como a reconstrução dos Paços do Concelho e a construção dos edifícios da Capitania do pôrto e da Lota do Peixe, onde os respectivos serviços funcionam já em excelentes condições, e ainda a do novo edifício dos Correios e Telégrafos, a inaugurar brevemente e que será, sem dúvida, uma das mais belas instalações de entre tantas com que êste importante sector do Estado tem dotado o País.

GUILHERME FARIA.

O programa das Comemorações Centenárias no distrito de Setúbal

A Comissão distrital das Comemorações Centenárias, do Distrito de Setúbal, publicou um programa de conjunto, interessante folheto, do qual extraímos a parte que se refere aos concelhos da nossa Província.

A' guisa de entroito, o programa das Comemorações Nacionais publica os seguintes períodos:

Os «programas concelhios» apresentam-se, quanto possível, sob a forma original, a-fim-de lhes manter a individualidade própria.

As datas definitivas dos actos mencionados nos referidos programas para *dias a fixar*, serão prèviamente anunciadas pelas Comissões Concelhias.

Os «programas concelhios», sendo estabelecidos com muita antecedência, podem ser, por motivos de fôrça maior, susceptíveis de pequenas alterações.

Como convém às circunstâncias, as *Comemorações do Distrito de Setúbal* são modestas, mais culturais que espectaculosas.

Celebra-se, com extrema simplicidade, um passado honroso e imortal, através da realidade jubilosa dum presente honrado e progressivo e a esta celebração se juntam, explicàvelmente tradicionais motivos de distracção pública, porque o Povo esteve sempre ligado à Nação e não há verdadeiro regosijo nacional sem alegria popular

Esta simplicidade das festas distritais há-de ser compreendida patriòticamente pelo Povo do Distrito de Setúbal e a melhor prova disto estará na sua afluência e presença a todos os actos comemorativos, que assim terão, a-pesar da sua modéstia, o melhor brilho e o mais perfeito sentido nacional!

Conforme se diz acima, houve alterações nos programas concelhios, determinadas por várias e naturais dificuldades. Para não tirar, porém, o sabor da intenção patriótica que revela a planificação geral das Comemorações, publicamos na íntegra os programas, tal qual foram delineados:

ALCOCHETE — Época medieval. *Junho, 2 (Domingo)*, «Te-Deum», Sessão solene na Câmara Municipal. *Junho, 4* — Hasteamento da Bandeira da Fundação, com a devida solenidade e ao lado da Bandeira Nacional. *Em dias a fixar* — Ciclo de palestras e conferências, uma das quais de carácter corporativo, as restantes por professores primários e outras entidades; Sessão de homenagem à memória do filho ilustre de Alcochete, dr. Cipião de Figueiredo de Lemos Vasconcelos, que organizou e dirigiu a resistência dos Açores a favor do pretendente português D. Antônio, Prior do Crato; Inauguração do fornecimento de energia eléctrica e, possivelmente, início das obras de abastecimento de água à vila; inauguração da sede da Junta do Samouco e da obra de reparação do tròço da estrada que liga aquela freguesia com o seu cais acostável. *Dezembro, 1* — Concentração das crianças das escolas e parada infantil patriótica. *Dezembro, 2* — Sessão solene de encerramento das Festas Centenárias, na Câmara Municipal.

ALMADA — Época medieval. *Junho, 2 (Domingo)* — «Te-Deum» na Matriz de Santiago de Almada; Idem na Matriz de N.a S.a do Monte de Caparica; Sessão solene na Câmara Municipal, unindo no mesmo sentimento da Pátria os portugueses dispersos pelo Mundo. *Junho, 4* — Hasteamento da Bandeira de D. Afonso Henriques nas muralhas do Castelo de Almada, salvas de artilharia na guarnição militar e repique dos sinos em tôdas as igrejas do concelho. *Junho, 9 (Domingo)* — Inauguração da sede do Sindicato dos Corticeiros e dos serviços clínicos do mesmo; Conferência sôbre cultura corporativa. *Junho, 12 e 13* — Vésperas e dia de Santo António; Diversões populares e concêrtos musicais. **— Época imperial.** *Junho, 16 (Domingo* — Posse da Sociedade Histórica do Concelho de Almada. *Junho, 23 (Domingo)* — Procissão de S. João à Ramalha; Concerto de Música no Castelo. *Junho, 24* — Regresso da imagem de S. João a Almada. *Junho, 25* — Romagem à Quinta da Ramalha, comemorativa da tradição local que nela situou a derrota dos mouros na data da conquista de Almada por Afonso Henriques, em 1147. *Junho, 29* — Concertos e arraiais populares (feitos a S. Pedro, na Trafaria), etc. *Junho, 7 (Domingo)* — Apoteose na Praça de Camões, desta vila, com a execução da marcha heróica «Ignota Almada», por uma banda de música do concelho, acompanhada dum coral de 100 figuras; Festas desportivas. *Julho, 14 (Domingo)* — Corrida de touros à antiga portuguêsa. **Férias** — O dia de tôdas as actividades e de tôdas as corporações do concelho; Festa de N.a Sr.a da Piedade (Cova da Piedade); Uma conferência histórica sôbre nacionalismo lusitano. **— Epoca brigantina.** *Novembro, 10 (Domingo)* — «Te Deum» na Igreja Matriz; Sessão solene nos Paços do Concelho. *Junho, 4* — Hasteamento da Bandeira da Fundação nos Paços do Concelho e em todos os edifícios públicos, sendo nessa ocasião dada uma salva de 21 morteiros. Concentração junto dos Paços do Concelho das crianças das escolas, agrupadas por cada uma destas. Distribuir-se-lhes-ão bandeiras da Fundação em papel e desfilarão depois em direcção às suas escolas, onde assistirão ao hastear da Bandeira. *Junho, 10* — Sarau Musical no Cinema Teatro, por uma orquestra de 15 figuras que executará músicas portuguêsas, entre elas uma Avé Maria. *Junho, 14* — Desfile luminoso, partindo do Largo dos Aliados, Rua Miguel Pais, Avenida da República, Ruas Miguel Bombarda, 5 de Outubro, Serpa Pinto, Aguiar, Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, R. Eusébio Leão e Parque Dr. Oliveira Salazar. Ali será lida em conjunto a oração à Virgem, que será distribuída impressa aos componentes do desfile. *Junho, 16 (Domingo)* — Missa campal no Largo dos Aliados, seguida do Juramento de Bandeira dos recrutas da Legião Portuguêsa de Almada, Seixal e Barreiro. *Junho, 25* — Palestra preparatória pelo Ex.mo Sr. Armando da Silva Pais, comandante de lança da Legião Portuguêsa. *Julho, 7 (Domingo)* — Diversões no Parque Infantil, com entrada grátis aos pupilos do Asilo e aos filhos de desempregados. *Em dia a fixar* — Conferência de carácter corporativo, pelo Ex.mo Sr. Dr. Júdice da Costa. *Julho, 15* — Palestra preparatória, pelo Ex.mo Sr. Mateus Gregório da Cruz, presidente do Sindicato dos Ferroviários do Sul de Portugal e procurador à Câmara Corporativa. *Julho, 21 (Domingo)* — Desfile dos clubes desportivos do concelho, passando pela tribuna armada junto do Parque Oliveira Salazar, onde estarão as autoridades do concelho. *Julho, 28 (Domingo)* — Visita à captação e distribuição de águas ao concelho, notável obra feita com o auxílio do Estado Novo, com palestra no local da captação, em que se exporá o plano da obra, seu custo e características. *Agôsto, em dia a fixar* — Concerto musical no Parque Dr. Oliveira Salazar, pela Banda Liga Instrução e Recreio da Companhia União Fabril. *Agôsto, 14 (Dia de Nuno Alvares)* — Homenagem à Bandeira Nacional, com desfile da Legião Portuguêsa, crianças do Asilo e Instituto dos Ferroviários, bombeiros e escoteiros. *Agosto, 15, 16, 17 e 18* — Festejos populares e religiosos a Nossa Senhora do Rosário, cujo programa definitivo será publicado pela respectiva comissão. *Setembro, em dia a fixar* — Récita no Cine Teatro, com uma peça de carácter patriótico levada à cena por um grupo de amadores locais. *Em dias a fixar* — Visita às novas Oficinas do Sul e Sueste, obra grandiosa do Estado Novo; Concerto musical pela banda do Ateneu Ferroviário, no Parque Dr. Oliveira Salazar; Torneio náutico, com a colaboração do Club Naval local. *Outubro, 5* — Torneio desportivo composto de desafios de foot-ball, basket-ball e corridas ciclistas, tudo entre clubes locais. *Em dia a fixar* — Verbena no Parque Dr. Oliveira Salazar. *Outubro, 27* — Desfile militar com a Legião Portuguêsa. Mocidade Portuguêsa, Bombeiros, crianças das escolas e asilo, em homenagem aos navegadores e guerreiros portugueses que pelo mundo afirmaram o nome de Portugal. *Em dia a fixar* — Ciclo de palestras culturais por professores primários. *Novembro, em dia a fixar* — Visita ao alêrro e muralha da praia, avenida de acesso à estação fluvial e lavadouro municipal, obras de vulto do Estado Novo, fazendo-se nos locais prelecções sôbre o custo e utilidade das obras e história da sua construção. *Em dia a fixar* — Festa de erecção de um cruzeiro no largo de Nossa Senhora do Rosário, símbolo de Santa Cruz. *Novembro, 17* — Conferência sôbre a Restauração, pelo Rev. Padre Abílio Mendes, comemorativa da inauguração da estátua de D. João IV, em Vila Viçosa. *Dezembro, 1 (Domingo)* — Alvorada por uma banda de música, tocando o hino da Restauração; Salva de 21 tiros; Concentração das crianças das escolas e parada infantil patriótica; Conferência sôbre a Restauração, pelo Ex.mo Rev.mo Prior Abílio Mendes. *Dezembro, 2* — Sessão solene na Câmara Municipal, de encerramento do ciclo das Comemorações.

MOITA. *Junho, 2 (Domingo)* — «Te-Deum» na Igreja Matriz da vila da Moita; Sessão solene no salão nobre da Câmara Municipal, à mesma hora da da Câmara Municipal de Lisboa; iluminação do edifício dos Paços do Concelho. *Junho, 4* — Hasteamento, com tôda a solenidade, da Bandeira de Afonso Henriques, ao lado da Bandeira Nacional, em todos os edifícios públicos do concelho: Iluminação da igreja matriz de Alhos Vedros, monumento do tempo dos mouros e padrão evocativo da conquista de Portugal e da Fundação da Nacionalidade. *Julho-Novembro (Em dias a fixar)* — Inauguração oficial de vários melhoramentos públicos e realização dum ciclo de palestras e conferências comemorativas, uma das quais de carácter corporativo; as restantes por professores primários e outras entidades. *Dezembro, 1 (Domingo)* — Iluminação do edifício dos Paços do Concelho. *Dezembro, 2* — Sessão solene de encerramento das Festas Centenárias no salão nobre da Câmara Municipal e iluminação do edifício dos Paços do Concelho.

MONTIJO. *Junho, 2 (Domingo)* — «Te-Deum» na Matriz desta vila, com a assistência de todo o elemento oficial, escolas, representantes da vida corporativa e desportiva local, bem como das pessoas de categoria social neste meio; Sessão solene nos Paços do Concelho. *Junho, 4* — Hasteamento solene da Bandeira da Fundação nos edifícios públicos. *Junho, 13* — Conferência feita por um professor sôbre o Infante D. Henrique e a sua época. *Junho, em dias a fixar* — 1.a série de conferências culturais, para as quais já foram convidados alguns nomes marcantes nos meios científicos e literários portuguêses. Nessas conferências serão tratados, entre outros assuntos, os seguintes: «Fundação Histórica de Portugal», «Restauração da Independência Nacional», «Literatura Portuguêsa na época da dominação Filipina», «Perfil de D. Afonso Henriques», «Perfil de D. João IV», «Formação da Língua Portuguêsa», «Assistência-Misericórdias»; Inauguração da Casa dos Pescadores desta vila, inauguração do Abastecimento de Águas à Vila, inauguração do Pôsto Clínico da Santa Casa da Misericórdia, descerramento de lápides em algumas ruas, com os nomes próprios de individualidades que se distinguiram na Fundação e Restauração de Portugal; Concertos pelas filarmónicas locais, arraiais comemorativos dos Santos Populares, torneio desportivo entre os clubes desportivos para disputa da taça 1140-1940 — Câmara Municipal de Montijo; Gincana de automóveis. *Julho, 7 (Domingo)* — Grandiosa corrida de touros, com a colaboração da Santa Casa da Misericórdia. *Outubro, dias a fixar* — 2.a série de conferências culturais e patrióticas, uma delas de carácter corporativo, outras realizadas por professores primários. *Dezembro, 1 (Domingo)* — Comemoração da Restauração Nacional; Distribuição de vestuário a pobres de ambos os sexos; Concentração de crianças das escolas, parada infantil patriótica. *Dezembro, 2* — Sessão solene de encerramento das Festas na Câmara Municipal.

PALMELA. *Junho, 2 (Domingo)* — «Te-Deum» na Igreja Matriz de Palmela, a que assistirão as autoridades e para o qual será convidado um representante de Sua Eminência o Senhor Cardial Patriarca. Fará a Oração Sagrada o Rev. Dr. Mário de Carvalho, Prior da Freguesia de S. Julião, de Setúbal; Sessão solene nos Paços do Concelho, na qual usarão da palavra os Ex.mos Srs. Presidente da Câmara e Drs. Abel Monteiro e Ornelas Pedreira. *Junho, 4* — Alvorada no Castelo, por clarins, e salva de 21 tiros; Concentração no Largo do Chafariz de todos os elementos que tomam parte no cortejo que dali sairá para o Castelo, a-fim-de se proceder à cerimónia do hasteamento da Bandeira da Fundação; Retransmissão por meio de alto-falantes no recinto do Castelo, do discurso que S. Ex.a o Sr. Presidente do Concelho profere no Castelo de Guimarãis; Hasteamento da Bandeira de D. Afonso Henriques na Tôrre de Menagem do Castelo, no mesmo instante em que essa bandeira é içada por S. Ex.a o Sr. Presidente da República na Tôrre de Menagem do Castelo de Guimarãis, sendo as honras militares prestadas pelo 3.º Terço da L. Portuguêsa (Palmela), e Terço Independente n.º 12 (Barreiro). Este acto é abrilhantado pelas duas Filarmónicas de Palmela e ainda pelas da Quinta do Anjo e Pinhal Novo. Usará da palavra, fazendo uma alocução histórica, o Ex.mo Sr. Dr. Manuel Paulo de Sousa Martins; Iluminação da Tôrre do Castelo, na qual será acesa a tradicional almenara; Arraiais e festas populares, abrilhantadas pelas quatro filarmónicas do concelho, havendo fogo de artifício e sendo lançados três balões com legendas alusivas às Festas Centenárias: A inauguração de obras em Palmela (Vila), será feita em dia a indicar, ainda dentro do período das Festas. Nêste dia, fará uma conferência de carácter corporativo, o Ex.mo Sr. Dr. Bernardo Júdice da Costa. *Julho, 7 (Domingo)* — Dia da freguesia da Quinta do Anjo; Alvorada pela Banda da Sociedade Instrução Musical da Quinta do Anjo e salva de 21 tiros; «Te-Deum» e Sermão por um distinto orador sagrado; Recepção às entidades oficiais, à entrada da povoação, pelas delegações dos vários organismos locais, sendo feita a guarda de honra pelo 3.º Terço da L. Portuguêsa, com respectiva banda de música; Inauguração de dois Postos Escolares em Quinta do Anjo e um em Cabanas; Inauguração do piso de diversos arruamentos em Quinta do Anjo, e de um lavadouro Municipal, bem assim como de um tròço de estrada macadamizada, mandada fazer pela Junta de Freguesia e Casa do Povo; Cerimónia do lançamento da primeira pedra para o futuro edifício da Casa do Povo; Descerramento duma lápide nas Grutas Pre-Históricas, com palestra alusiva pelo distinto arqueólogo Dr. Luiz Chaves; Inauguração e baptismo do Campo de Jogos da Casa do Povo, com alocução pelo ilustre Delegado do I. N. T. P., Sr. Dr. Júdice da Costa, alocução esta transmitida por alto-falante; seguidamente, realizar-se-á um desafio de futebol; Sessão solene na Sala das Sessões da Sociedade Instrução Musical, fazendo uso da palavra os Ex.mos Srs. Presidente da Câmara e Drs. Ornelas Pedreira e Sousa Martins. *Julho, 28 (Domingo)* — Inauguração da Exposição Histórica Bibliográfica da Ordem de S. Tiago no recinto do Castelo e descerramento de uma lápide comemorativa na casa onde nasceu o ilustre explorador africano Hermenegildo Capelo, usando da palavra sôbre o acto, os Ex.mos Srs. Presidente da Câmara substituto e Dr. Manuel Paulo de Sousa Martins; Noite de Arte, na qual será feita a reconstituição de um serão medieval; Concertos e grupos corais. *Agôsto 4, (Domingo)* — Dia da freguesia de Pinhal Novo; Recepção às entidades oficiais, sendo prestada a guarda de honra pelo 3.º T. da L. Portuguêsa; Inauguração de duas Escolas Oficiais e de um tròço de estrada macadamizada e do lançamento da primeira pedra para o Bairro Santos Jorge; Sessão solene; Concerto pela Sociedade Filarmónica local e arraial popular. *Agôsto, 18 (Domingo)* — Dia de Nuno Alvares; Festival organizado na Sociedade Filarmónica Humanitária Independente, com o seguinte programa: *a)* Conferência sôbre a figura de Nuno Alvares e sua passagem por Palmela; *b)* Representação de uma peça histórica pelos amadores do Grupo Cénico da mesma sociedade; *c)* Concerto de música portuguêsa, pela Banda da Sociedade Humanitária. *Agôsto, 25 (Domingo)* — Dia da freguesia de Marateca; Recepção às entidades oficiais, sendo a guarda de honra prestada pelo 3.º Terço da L. Portuguêsa, com respectiva banda de música; Lançamento da primeira pedra para o edifício da Junta de Freguesia; Sessão solene; Concerto musical e arraial popular. *Novembro, dias a fixar* — Ciclo de conferências por professores primários. *Dezembro, 1 (Domingo)* — Concentração das crianças das escolas e parada infantil patriótica; Festa cultural na sede da Sociedade Filarmónica Palmelense, com o seguinte programa: *a)* Conferência acêrca da época da Restauração; *b)* Exibição da peça histórica «1640», pelo Grupo Cénico da Sociedade; *c)* Concerto pela banda palmelense (Loureiros). *Dezembro, 2* — Encerramento das festas: sessão solene na Câmara Municipal e em que usarão da palavra diversos oradores.

SEIXAL. *Junho, 2 (Domingo)* — «Te-Deum» na igreja matriz do concelho; Sessão solene na Câmara Municipal do Seixal; Inauguração das comemorações concelhias. *Junho, 4* — Concentração em parada, frente à Casa dos Pescadores, de todo o elemento oficial, Mocidade Portuguêsa, Legião Portuguêsa, colectividades recreativas, com filarmónicas, colectividades desportivas, com seus atletas, sindicatos, com suas deputações de operários, casas do povo e Casa dos

Pescadores; Discurso de S. Ex.ª o Sr. Presidente do Conselho, ouvido através da Rádio; O Presidente da Câmara içа a bandeira de Afonso Henriques; tôdas as filarmónicas tocam o Hino Nacional, entoado pela Mocidade Portuguêsa e demais presentes; agitam-se bandeiras, repica o sino da igreja, salva-se com 21 morteiros; Hasteamento nos edifícios públicos; Desfile da parada pelos Paços do Concelho, saüdação à bandeira aí hasteada. *Junho, 13* — Festa a Santo António. *Junho, 26* — Festa a S. João; *Junho, 29* — Missa de festa — serão e procissão, no Seixal; Festa tradicional a S. Pedro, com arraiais e marchas populares; Inauguração do brasão, sêlo e bandeira da vila. *Junho, 30* — Partida para as Camarinhas (de madrugada, número tradicional). *Julho* — Inauguração da Exposição Industrial, Agrícola e Colectiva; Inauguração das novas Instalações da Guarda N. Republicana, Registo Civil, Registo Predial, Junta de Freguesia. *Agôsto, 4* — Dia náutico, dedicado ao Infante D. Henrique. *Agôsto, 11* — Festa tradicional da aldeia de Paio Pires, com procissão, missa de festa e sermão; Arraial e concertos musicais; Marcha popular; Evocação de D. Paio Peres Correia. *Agôsto, 15 e 16* — Festa tradicional de Amora, com procissão, missa de festa e sermão; Arraial e concertos musicais; Marcha popular; Evocação dos Lobatos, companheiros de D. Nuno Alvares Pereira. *Agôsto, 25 (Domingo)* — Festa tradicional da Atalaia, no Seixal, com arraiais, concertos musicais e marchas populares. *Setembro, 1 (Domingo)* — Festa na freguesia de Arrentela, com arraial, concerto musical e marcha popular. *Setembro, 15 (Domingo)* — Congresso Regional do Desporto (Primeiro). *Novembro, 1* — Festa tradicional da freguesia de Arrentela, com procissão e sermão. *Dezembro, 1 (Domingo)* — Parada da Restauração, com crianças das escolas, etc.; Desfile das marchas populares na sede do concelho. *Dezembro, 2* — Sessão solene na Câmara Municipal do Seixal (encerramento das Comemorações Centenárias). Importante: Na Sala da Casa dos Pescadores, realizar-se-á até ao encerramento das Festas Centenárias, um ciclo de conferências culturais, uma de carácter corporativo, com a colaboração de elementos a designar oportunamente, entre os quais alguns filhos e amigos íntimos do nosso concelho. Em datas a designar oportunamente, deverão realizar-se as seguintes festividades: Dia da Colectividade, Dia do Operário, dia da Mocidade Portuguêsa, Dia da Legião Portuguêsa.

SESIMBRA. *Junho, 2 (Domingo)* — «Te-Deum» na Igreja de Santiago; Sessão solene na Câmara Municipal; Iluminações. *Junho, 4* — Cortejo cívico ao Castelo; Missa campal no Castelo; Hasteamento, no Castelo, da Bandeira da Fundação, descerramento da lápide e discursos alusivos; «Te-Deum» na Matriz do Castelo: Iluminação e concerto musical na vila; Fógo de artifício no Castelo. *Junho, 10* — Sessão solene dedicada a Camões e sarau na Sociedade Recreio Sesimbrense. *Junho, 14* — Festa escolar e récita no Salão Recreio Popular. *Junho 12, 13, 23, 24, 28, 29 e 30* — Festas populares e iluminações no Mercado Municipal. *Julho, 14 (Domingo)* — Sessão solene dedicada aos descobrimentos marítimos e concertos nas Sociedade Musical Sesimbrense; Arraial. *Julho, 28* — Arraial. *Agosto, 11 e 25* — Arraiais. *Em datas a fixar* — Festas desportivas, saraus e inauguração de melhoramentos. *Setembro, 1 (Domingo)* — Festa religiosa, arraial e danças populares no Castelo. *Setembro, 9 e 22 (Domingo)* — Arraial. *Setembro, 29 (Domingo)* — Excursão ao Cabo Espichel, festa religiosa, concerto e danças populares. *Em dias a fixar* — Conferências, uma das quais com carácter corporativo, festas desportivas e saraus. *Outubro, 5 e 6 (Domingo)* — Arraial. *Em datas a fixar* — Conferências por professores primários e saraus. *Dezembro, 1 (Domingo)* — Alvorada; festa escolar, com parada infantil patriótica; conferência sôbre a Revolução de 1640; sarau na Sociedade Musical Sesimbrense; *Dezembro, 2* — Sessão solene na Câmara Municipal, de encerramento das Festas.

SETÚBAL. *Junho, 2 (Domingo)* — «Te-Deum» na Matriz de Santa Maria da Graça; Sessão solene na Câmara Municipal, a que assistirão as autoridades civis e militares, etc., em que usará da palavra o Ex.mo Sr. Dr. Carlos Botelho Moniz. *Junho, 4* — Hasteamento da Bandeira da Fundação, com a máxima solenidade, na Câmara Municipal, unidades militares, estabelecimentos da Fundação e edifícios públicos. *Junho, 10* — «Homenagem a Camões e glorificação da língua portuguêsa», conferência na Câmara Municipal, promovida pelo Liceu Bocage e proferida pela Ex.ma Sr.ª D. Maria Manuela Barroso de Albuquerque; «Elogio da Língua Pátria», conferência promovida pela Escola Industrial e Comercial de João Vaz, proferida pelo professor Ex.mo Sr. Dr. Angelo Cunha, no Salão Nobre da mesma escola. *Em dia a fixar* — «Significação das Comemorações Centenárias», conferência promovida pela Escola Industrial e Comercial de João Vaz e proferida pelo seu professor, Ex.mo Sr. Afonso de Castro, no Salão Nobre da mesma escola. *Junho, 28* — «Setúbal na Restauração», conferência evocativa do 300.º aniversário da entrada solene em Setúbal de D. António, Prior do Crato, a quem o povo aclamou Rei, promovida pelo Liceu Bocage e proferida pelo professor do Liceu de Lamego, Ex.mo Sr. Dr. Fernando Falcão Machado, no Liceu. *Julho, 25 a Agosto, 15* — Feira tradicional de S. Tiago e concertos musicais públicos. *Julho, 28 (Domingo)* — Corrida de toiros promovida pela Acção Social da Legião Portuguêsa. *Agosto, 4, 8 e 11* — Concurso de fogos de artifício. *Agosto, 14* — Memoração de Nuno Alvares; Missa solene, mandada dizer na Igreja do Carmo, pelo Liceu Bocage, fazendo o elogio histórico do Santo e Heróico Condestável o professor de Educação Moral e Cívica, Ex.mo Sr. Dr. Mário de Carvalho. *Setembro, 15 (Domingo)* — Inauguração solene dos Paços do Concelho, para que serão convidados S. Ex.as os Ministros do Interior e Obras Públicas e Comunicações; Abertura da Exposição Literária e Artística Comemorativa de Vultos e Factos do Concelho. *Outubro, 19 e 20* — Conferência preparatória, visita oficial e excursão de estudo do Liceu Bocage à Exposição do Mundo Português. *Outubro e Novembro, em dias a fixar* — Ciclo de conferências de carácter corporativo e patriótico, realizado pelos cuidados do Instituto Nacional de Trabalho e por professores primários; Conferência proferida na Câmara Municipal pelo ilustre escritor e jornalista, Ex.mo Sr. Adelino Mendes; Inauguração dos edifícios dos Correios e Telégrafos, Lota Industrial e Capitania do Pôrto da cidade de Setúbal, para que serão convidados S. Ex.as os Ministros das Obras Públicas e Comunicações e da Marinha. *Novembro, 2* — Romagem a Almada e visita ao túmulo de D. Álvaro Abranches do Carmo, vulto notável da Revolução de 1640, promovida pelo Liceu Bocage. *Novembro, em dias a fixar* — Conferência proferida na Câmara Municipal, pelo ilustre crítico e dramaturgo, Ex.mo Sr. Coronel Cardoso dos Santos; Excursão patriótica ao Castelo de Palmela, promovida pela Escola Industrial e Comercial de João Vaz, e no qual o professor Ex.mo Sr. Dr. Luiz de Portugal da Fonseca e Melo, fará um prelecção sôbre «A Ordem de S. Tiago de Espada». *Novembro, 18, — Excursão patriótica ao mesmo Castelo, promovida pelo Liceu Bocage, no qual um professor fará uma prelecção sôbre «O papel da fortificação de Palmela na História de Portugal. Novembro, em dia a fixar* — Excursão patriótica ao Outão, promovida pela Escola Industrial e Comercial João Vaz, e na qual o professor, Ex.mo Sr. Dr. Luiz de Macedo e Castro fará uma prelecção sob «O forte do Outão e independência nacional». *Dezembro 1 (Dominvo)* — Comemoração da Mocidade Portuguêsa; «Te-Deum» promovido pelo Liceu Bocage na monumental Igreja de Jesus e cantada pelos seus dois orfeões; Concentração das crianças das escolas e parada infantil patriótica; Sessão solene (á tarde) promovida pelo Liceu Bocage e efectuada no Liceu; Sessão solene (á noite) promovida pela Escola Industrial e Comercial de João Vaz e efectuada no Salão Nobre da escola. *Dezembro, 2* — Sessão solene de encerramento das festas distritais, na Câmara Municipal, com assistência das autoridades civis e militares, estabelecimentos escolares, etc., e na qual usará da palavra o presidente da Comissão Distrital das Comemorações Centenárias e Governador Civil Substituto, Ex.mo Sr. Eng.o Carlos Manito Tôrres.

EM ALCOBAÇA

Dois padrões marcam, no concelho de Alcobaça, a comemoração do Duplo Centenário: um em S. Martinho do Pôrto e outro na freguesia do Vimieiro. No primeiro, o acto da inauguração deu motivo a ceremonial de relêvo; o segundo decorreu com extrema simplicidade. Mas tanto um como outro tiveram a acompanhá-lo a presença do humilde, mas bom e sempre fiel povo de Alcobaça — o povo que labuta e sofre e põe na terra que lhe dá o pão, a confiança terna dum filho leal.

Do que foram as Festas Centenárias de Alcobaça, dizem os *Ecos do Alcôa*, magnífico semanário local, e dêste jornal reproduzimos o elegante relato que, melhor do que nós o faríamos, dá impressão nítida e real do acontecimento:

4 de Junho de 1940. Alcobaça acorda banhada por um sol acalentador. Começa o movimento constante da labuta diária. Distribuem-se cumprimentos, cruzam-se sorrisos e divisa-se no semblante de todos um ar de espectativa! Todos aguardam ansiosamente o patriótico cântico de clarins para assistirem, com fervoroso patriotismo, ao solene hastear da bandeira da Fundação. Entretanto, o espírito de todos, fazia longínqua digressão ao passado. E, à medida que a imaginação folheava as páginas gloriosas da História Pátria, desenhava-se a figura máscula de Afonso Henriques, o Ibn-Errik como lhe chamavam os mouros, quer na sua marcha gloriosa sôbre Santarém, no ano de 1147, quer, mêses depois, na tomada de Lisboa e, seguidamente, Alcácer do Sal, Evora, Beja, Serpa, etc. E o valente soldado visiona-se-nos como um verdadeiro gigante em pelejas contínuas, caminhando de encontro ao perigo em formidável afronta á morte. De quando em vez, de um ferimento recebido, jorra o sangue do glorioso Rei de Portugal, o que mais o incita e entusiasma á luta pela Vitória!

Sentem-se, ao longe, acordes vibrantes de uma banda de música que se aproxima. Atravessam a formosa «Sala de visitas» de Alcobaça, ornamentada, a capricho, pelo talho irrepreensível dos seus jardins, pela frescura dominante das suas flores, pela beleza das construções que a rodeiam, agora, os nossos bombeiros, de aspecto marcial e cerimonioso, depois, um friso encantador de raparigas do «Rancho do Alcôa», de cujos lábios escapam sorrisos que nos embriagam e olhares que nos fulminam. Seguidamente, as crianças da nossa terra, símbolo dos nossos corações, almas da nossa alma, vidas da nossa vida, tomam, também, sorrindo alegremente ao sol que lhes beija as faces, as suas posições, frente aos Paços do Concelho. Representações de todas as colectividades locais: a Liga da Grande Guerra com o seu estandarte bandeado pelos raios solares, que lhe dão um colorido de um vermelho sanguíneo; a bandeira do Montepio com o pelicano rasgando o peito para alimentar os filhos; as Bandas de Alcobaça e do Asilo de Mendicidade, impecáveis e harmoniosas; estudantes do Liceu Municipal e do Instituto, oficinas incansáveis onde se vão forjando e moldando os homens de amanhã; fardas da «Legião» e da «Mocidade» portuguêsas; autoridades, funcionalismo, operários das fábricas e dos campos, muita gente e, rematando tão gracioso e belo conjunto, a beleza inconfundível — porque é moral, física e espiritual — das Senhoras da nossa Terra! Servindo de fundo, imponente e majestoso nas suas linhas gigantescas, o célebre Mosteiro de Alcobaça que o grande Autor da secular pátria de Camões fundou para cimentar e eternizar os feitos imorredoiros dos portuguêses de ontem, que são os de hoje e serão os de ámanhã!

Está tudo já nos seus lugares. Nas varandas da Câmara Municipal estão já feitos os preparativos para a apoteótica ascensão da Bandeira da Fundação. O locutor da E. N. transmite-nos, por intermédio dos alto-falantes da Câmara, os preparativos em Guimarães. Anuncia-se Salazar — a alma de Portugal! E, ante um silêncio absoluto, ouve-se o grande Chefe da Nação proferir um magnífico discurso que a assistência aplaudiu, plena de amor pátrio. Sua Eminência o Cardial Patriarca lança, seguidamente, a bênção de bemfazeja Paz e, minutos depois, os clarins dão o sinal anunciando a todos os portuguêses, de todo o Mundo, para o hasteamento da Bandeira da Fundação. Momento de extraordinária emoção. Os sinos do Mosteiro, potentes e sonoros, repicam festivamente. Todos os automóveis de Alcobaça lançam aos ares a berraria triunfante das suas buzinas. Estrelejam foguetes e morteiros. Erguem-se vivas frenéticos. E as bandeiras da Fundação lá vão subindo nos seus mastros de glória! Indescritível e emoção que de todos se apoderou. Momento de grande e surpreendente beleza espiritual!...

Finda esta cerimónia, porventura das mais chocantes a que temos assistido, organizou-se um vistoso cortejo, no qual tomaram parte todas as colectividades e entidades presentes. Percorreram-se as ruas da vila ao som empolgante do Hino Nacional.

A natureza associava-se a tão significativa Festa e mandava-lhe o perfume das suas flores, o azul límpido do seu céu de maravilhas, o calor penetrante de um sol acolhedor...

A apoteose final foi feita em frente da fachada do Mosteiro, no cimo do qual, em pedestal de glória, quási tocando o azul dos céus de Alcobaça, se ergue a formidável figura de D. Afonso Henriques. As Bandas tocam a Portuguêsa. Há vozes de sentido. A assistência descobre-se comovida e transbordante de patriotismo! Lá em cima, muito no alto, mantém-se, inióvel e inflexível, a imagem querida do Fundador da Nacionalidade. Em baixo, as crianças das escolas, sublimes nas suas cândidas vestes de imaculada alvura, oferecem ao *Herói de Sempre* as flores da sua Terra — preito da mais pura homenagem da velusta e nobre *Alcobaça!*

A. M. ANDRADE.

Nos dias 12, 23, 28 e 30 de Junho, realizaram-se no Parque grandiosos festivais e arraiais nocturnos, com a colaboração da Banda de Alcobaça «Rancho das Cantarinhas», de Buarcos; «Rancho do Alcôa», «Grupo dos Paulitos» e «Rancho Folclórico do Bombarral». Houve, ainda, demonstrações de jogos de pau pelo «Grupo dos Campeões do Ribatejo» e vistosos fogos de artifício, além de bazar e outros atractivos.

No dia 4, em S. Martinho do Pôrto, comemorou-se o Duplo Centenário, de forma brilhante.

Em todos os edifícios públicos e em alguns particulares, foi desfraldada a bandeira de D. Afonso Henriques. As janelas e varandas revestiam-se com finas colchas, verduras e flores.

Na igreja paroquial, depois da continência à bandeira prestada pela Mocidade Portuguesa, Legião Portuguêsa e Bombeiros Voluntários, foi pelo pároco Amorim proferida uma oração de homenagem a Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal.

Finda esta cerimónia, formou-se um grande cortejo que percorreu muitas ruas da vila, acompanhado por uma filarmónica, no qual tomaram parte tôdas as entidades oficiais e autoridades locais, respectivos subordinados, Mocidade Portuguêsa, Legião Portuguêsa, Bombeiros Voluntários, escolas oficiais e particulares, associando-se também a escola da visinha localidade de Salir do Pôrto, fechando o préstito uma compacta massa de Povo.

Na sua passagem, parou em frente ao Centro da M. P., onde o seu director, professor Francisco N. Eliseu proferiu uma alocução inerente ao acto, pelo que foi muito ovacionado.

Em seguida, a Mocidade Portuguêsa, Legião e Bombeiros Voluntários prestaram a devida continência à bandeira de D. Afonso Henriques, que se achava ladeada pela Bandeira Nacional, estandarte da vila de S. Martinho do Pôrto e outros estandartes.

O cortejo recomeçou a sua marcha tendo dispersado no largo do Colégio José Bento, depois do pároco Amorim, duma das janelas dêste edifício, lançar a bênção à Vila e ao Povo, com a verdadeira Relíquia da Cruz de Cristo.

Durante o percurso, as crianças das escolas, empunhando bandeirinhas, davam vivas a Portugal, que eram correspondidas pelo Povo.

À tarde, numa das salas do referido colégio, houve uma sessão solene presidida pelo director e professor do Colégio José Bento, sr. Francisco Nunes Eliseu e secretariado pelo presidente da Junta de Turismo, sr. dr. Rafael Gagliardini Graça e pároco da freguesia, reverendo Miguel Amorim. Usaram da palavra os srs. dr. Carlos C. Ferreira, reverendo Amorim, Director Eliseu e Virgílio Arez.

No dia 24 de Novembro, na mesma localidade, procedeu-se à inauguração do cruzeiro comemorativo, que ficou ereqido no Monte de Santo António.

Depois de um *Te-Deum* celebrado na igreja paroquial, formou-se o cortejo, que era aberto pelo estandarte de S. Martinho do Pôrto, ladeado pelos bandeiras Nacional e da Fundação, e outros estandartes.

Seguidamente, viam-se as entidades oficiais do concelho e locais, individualidades de destaque, crianças da escola oficial e do Colégio José Bento, com o respectivo professorado, Mocidade Portuguêsa, Legião, Corporação dos Bombeiros Voluntários, filarmónica da Maiorga, fechando o préstito uma enorme massa de povo.

Chegado ao local, foi pelo reverendo Miguel Amorim convidado o presidente da Câmara de Alcobaça, sr. Manuel da Silva Carolino, como delegado do sr. governador civil do distrito de Leiria, a cortar a fita que fazia o vedação do recinto do monumento.

Depois desta cerimónia, o reverendo proferiu um belo discurso e voltou a convidar o mesmo delegado do sr. Governador Civil a descerrar o cruzeiro, o qual se achava envolto nas bandeiras Nacional e da Fundação, acto êste como-

vente, que foi correspondido pelo Hino Nacional, executado pela filarmónica, toque de clarins pelos Bombeiros, muitas palmas e uma salva de 21 morteiros.

Seguiu-se uma sessão solene, presidida pelo ex.mo sr. Manuel da Silva Carolino, secretariado pelos ex.mos srs. dr. Rafael Barata Gagliardini Graça, tenente Joaquim Augusto Monteiro e rev. Miguel Amorim, usando da palavra vários oradores e sendo recitadas algumas poesias pelas crianças do colégio.

Terminou esta festa com um «Pôrto de Honra» aos convidados, que foi servido no Salão do Clube Recreativo.

Por último, no dia 2 de Dezembro realizou-se a sessão de encerramento das festas.

Seriam 15 horas e meia, as bandas do Asilo e de Alcobaça saíram do Parque Municipal, acompanhadas por centenas de crianças das escolas, Mocidade, Legião, etc.

Chegados aos Paços do Concelho organizou-se a sessão, que foi presidida pelo sr. presidente da Câmara, que convidou para tomarem parte na mesa os ex.mos srs. dr. Juiz de Direito, dr. Delegado do Procurador da República, general Correia Guedes, dr. José Nascimento e Sousa, dr. José Nunes Franco e Augusto Coelho, como representante do operariado.

Os srs. drs. Joaquim Pinheiro e Nascimento e Sousa proferiram brilhantíssimas orações, que foram, no final, premiadas com uma vibrante salva de palmas, ouvindo-se os hinos Nacional e da Restauração, e muitos vivas.

O sr. presidente encerrou a sessão, tendo os convidados e assistentes ido em direcção à Praça Dr. Oliveira Salazar, para assistir à retirada das bandeiras que, nas janelas do edifício da Câmara, se encontravam desde o início das festas.

Milhares de pessoas aguardavam êsse momento solene, e não foi sem profunda comoção que, ao som das Bandas, centenas de foguetes e Hino Nacional, cantado pela Mocidade, se assistiu àquele acto.

EM ALCOCHETE

As festas centenárias levadas a efeito nesta vila, principiaram com a realização de um *Te-Deum*, na igreja matriz, desta vila. A êste acto assistiram todas as entidades oficiais na capela-mór, em lugares para êsse fim especialmente reservados; irmandades, crianças das escolas e muito povo que enchia completamente as três naves do templo. A guarda de honra ao altar-mór foi feita por uma secção da Legião Portuguêsa e na capela-mór que, por êsse motivo, apresentava um aspecto admirável. Via-se ali um conjunto de estandartes e galhardetes de tôdas as organizações de carácter corporativo, desportivo e recreativo existentes no concelho. Colgaduras de damasco e sêda, lumes e flores adornavam profusamente o velho templo que os árabes fundaram e onde recebeu as águas lustrais do baptismo, o rei que dirigiu os destinos de Portugal na época mais gloriosa da nossa história.

Foi oficiante o reverendo prior padre Crispim Antonino dos Santos, que do alto do púlpito, falou sôbre o significado das Comemorações Centenárias e exaltou o facto de principiarem em todo o país por um acto solene e público de Acção de Graças. No mesmo dia, efectuou-se na Câmara Municipal a sessão solene, prevista no programa geral das Comemorações Centenárias.

Perante uma assistência muito numerosa, onde se destacava a presença de muitas dezenas de senhoras da primeira sociedade desta vila, falaram os sr. dr. Silvino de Rezende de Almeida Maia e Silva, conservador do Registo Civil, professor João Luís dos Santos Nunes, reverendo prior padre Crispim Antônio dos Santos, dr. José Grilo Evangelista, médico municipal e delegado de saúde, encerrando a série dos discursos proferidos, o presidente da Câmara sr. Francisco José Pereira Coutinho Faco Leite da Cunha. Todos os oradores exaltaram o glorioso passado de Portugal e demonstraram o esfôrço imenso dispendido pelos portuguêses em prol da civilização.

No dia 4 de Junho, providenciou a Câmara Municipal para que se pudessem ouvir pelo rádio as comemorações realizadas em Guimarãis e ao meia dia foram hasteadas em todos os edifícios publicos e em muitos edifícios particulares bandeiras da Fundação. Nas escolas primárias, antes dêsse acto, os professores prelecionaram aos alunos, sôbre o significado da cerimónia, tendo seguidamente sido distribuidos alguns milhares de pequenas bandeiras da Fundação pelas crianças das escolas do concelho.

Embora não prevista no programa oficial das Comemorações Centenárias, levou-se a efeito a tradicional festa a S. João Baptista, orago desta freguesia, que há muitos anos não se realizava, e que constou de ladainha de festa cantada, com acompanhamento a órgão, por um grupo de senhoras desta vila. No dia de festa, houve comunhão geral e, ao meio dia, missa de festa a grande instrumental, cantada pelo mesmo grupo de senhoras, sendo oficiante o prior desta freguesia, padre Crispim Antônio dos Santos, acolitado pelos reverendos padres Pólvora e Sérgio, subindo ao púlpito um orador sagrado. A's 18 horas, realizou-se uma imponente procisão, em que se encorporaram dez imegens e que percorreu as principais ruas da vila. Houve a tocante cerimónia da bênção dos barcos que para êsse efeito se encontravam postados junto à muralha, donde foram lançadas muitas girândolas de foguetes. No cortejo, encorporou-se a banda da Sociedade Filarmónica desta vila.

Do programa das Comemorações realizado nesta vila, constou uma sessão de homenagem à memória do filho ilustre de Alcochete, dr. Cipião de Figueiredo de Lemos Vasconcelos, que organizou e dirigiu a resistência dos Açôres a favor do pretendente português, D. Antônio, Prior do Crato. No dia 1 de Dezembro houve alvorada pela «Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro» desta vila, em frente dos Paços do Concelho; içar da Bandeira Nacional nos edifícios públicos, ao som do hino da Restauração e de muitas girândolas de foguetes, percorrendo, seguidamente a banda as principais ruas da vila. Neste dia realizou-se, ainda, uma concentração das crianças das escolas e parada infantil patriótica e, por último, uma brilhante sessão solene de encerramento das festas Centenárias na Câmara Municipal.

Ainda dentro do plano das Comemorações Centenárias, começou a ser reparada a estrada que vai da freguesia de Samouco à rua Ponte Cais, por comparticipação do Estado. Outro melhoramento, prestes a concluir-se, é a grande obra de construção da continuação, da estrada n.º 13 — da ponte do rio das Enguias a Samora Correia, melhoramento êste que honra o Estado Novo, pela grandeza da sua extensão e pelos benefícios que vem trazer à população que dela se serve.

EM ALENQUER

As Comemorações Centenárias mereceram à Câmara Municipal de Alenquer a melhor atenção.

Para tratar do assunto nomeou uma comissão que foi constituída pelos ex.mos srs. Graciano Palha, dr. Luciano Ribeiro, Dr. Machado da Silva, Jorge Carmo, Padre Augusto Ladislau da Costa, Isidoro Guerra, Manuel Gonçalves e Hipólito Cabaço.

Foi resolvido levar a efeito, além dos actos do programa oficial, uma série de conferências e promover a trasladação de D. Antônio, Prior do Crato, para o Convento de S. Francisco, nesta vila, conforme desejo expresso no seu testamento.

Infelizmente, a guerra não permitiu que se pudesse tratar desta manifestação.

Em conformidade com o programa elaborado pela comissão, de acôrdo com a Câmara, as festas das Comemorações Centenárias iniciaram-se nesta vila de Alenquer, no dia 2 de Junho, com um solene «Te-Deum», que se realizou pelas 12 horas, na igreja de S. Francisco.

A igreja encheu-se de numerosas pessoas. Na capela-mór tomava lugar o elemento oficial, e na parte central estavam os professores oficiais com os seus alunos, que empunhavam bandeiras da Fundação. Subiu ao púlpito o distinto orador sagrado, rev. dr. Costa Nunes, que fez um sermão de exaltação patriótica.

Pelas 16 horas do mesmo dia realizou-se, no salão nobre dos Paços do Concelho, uma sessão solene, que foi muito concorrida, vendo-se muitas senhoras. Presidiu o presidente da Câmara Municipal, sr. Jaime Augusto Ferreira, estando também na mesa os vereadores srs. Graciano Palha, Jorge Carmo, Jaime Cordeiro, Isidoro Guerra e o chefe da secretaria da Câmara, sr. Januário Bento Pereira. A sessão foi aberta pelo vice-presidente da Câmara, sr. Antônio da Cunha Mascarenhas, que disse ser desejo do Govêrno dar o maior brilho às festas centenárias e, depois de pôr em relêvo as tradições históricas de Alenquer, deu a palavra ao sr. dr. Luciano Ribeiro, que fez uma interessante conferência sôbre *Alenquer através da História*. O ilustre conferente, que foi ouvido durante cêrca de uma hora com muito agrado, recebeu, no final, muitas palmas.

O hastear solene da Bandeira da Fundação no Castelo — No dia 4 de Junho, pelas 11 horas e meia, formou-se em frente dos Paços do Concelho um vistoso cortejo que se dirigiu ao castelo. O cortejo era composto pelas entidades oficiais, por uma lança da Legião Portuguêsa, comandada pelo dr. Francisco Pinheiro Gorjão, pelos Bombeiros Voluntários, por um pelotão da Base Aérea n.º 2 da Ota, sob o comando do sr. tenente Tomé, pela Banda da Sociedade Musical de Alenquer, crianças das escolas e muito povo.

Ainda não era meio dia quando o cortejo chegou ao Castelo. O sr. dr. Luciano Ribeiro proferiu então um entusiástico e patriótico discurso, no fim do qual — era meio dia em ponto — o Presidente da Câmara Municipal, dr. Jaime Augusto Ferreira, procedeu ao hastear solene da Bandeira da Fundação, ao mesmo tempo que a Banda da Sociedade Filarmónica tocou o Hino Nacional.

O terno de corneteiros da Base Aérea da Ota tocou a *marcha da continência* e o pelotão da Base e a Lança da Legião apresentaram armas.

O cortejo voltou de novo ao largo dos Paços do Concelho onde, depois de saüdar as bandeiras que ali haviam sido também hasteadas, dispersou, no meio de muitas e entusiásticas aclamações ao Estado Novo. Nêsse dia, o grandioso edifício dos Paços do Concelho estava lindamente engalanado com muitas bandeiras da Fundação e a iluminação que apresentou à noite era de um efeito surpreendente.

* * *

Em cumprimento do programa que estava delineado para as Comemorações Centenárias, realizou-se no dia 7 de Julho, nos Paços do Concelho a segunda conferência.

Foi conferente o sr. dr. Oliveira Martins, que deu ao seu erudito trabalho o título *Alenquer na História de Portugal*.

À esta conferência presidiu o sr. deputado Francisco de Melo Machado, tendo assistido como delegado do Secretariado da Propaganda Nacional o sr. Gastão Bettencourt, e na mesa também teve assento o professor dr. Gustavo Barroso, director do Museu Histórico do Rio de Janeiro e um dos membros da Embaixada Brasileira às Comemorações Centenários.

A sala nobre dos Paços do Concelho estava completamente cheia duma selecta assistência. Depois do sr. dr. Luciano Ribeiro ter proferido algumas palavras de apresentação, o sr. dr. Oliveira Martins deu começo à sua interessante conferência que tôda a sala ouviu com verdadeiro encanto. Quando terminou, o sr. dr. Oliveira Martins foi calorosamente aplaudido.



O Presidente da Câmara de Alenquer, arvorando a bandeira da Fundação

samente aplaudido. À seguir, usou da palavra o académico brasileiro de grande mérito, dr. Gustavo Barroso, que num improviso se ocupou, com muito brilho, das relações históricas entre Portugal e o Brasil.

O ilustre orador, referindo-se às páginas mais gloriosas da nossa história, fez afirmações tão agradáveis ao nosso orgulho de portuguêses que a assistência empolgada e comovida sublinhou as suas últimas palavras com uma quente e prolongada ovação.

Antes de encerrar a sessão, o presidente da mesa, sr. deputado Melo Machado, pronunciou algumas palavras de merecido elogio aos ilustres oradores e agradeceu-lhes comovidamente.

No fim da sessão, a Câmara Municipal ofereceu um lanche a todos os visitantes que foram, depois, ver o Castelo e as obras de restauro do Arco da Conceição, antiga Porta do Sol, por onde entrou o Rei Fundador quando tomou aos mouros o famoso Castelo de Alenquer, após prolongada resistência e formidável luta.

Almôço na Mata do Convento — Como número especial das festas comemorativas do Duplo Centenário, a Câmara Municipal de Alenquer ofereceu no dia 28 de Junho um almôço às individualidades em destaque que havia convidado para virem assistir a uma conferência que nesse mesmo dia vinha fazer no Salão Nobre dos Paços do Concelho o ex.mo sr. dr. Magnus Bergström, sob o título *Algumas mulheres célebres que passaram por Alenquer.*

Os ilustres visitantes, que eram os ex.mos srs. dr. Gustavo Barroso, delegado do Brasil às festas Centenárias, sua ex.ma espôsa e filho, dr. Flávio Barroso, dr. Luciano Ribeiro, ex.ma espôsa e filha, dr. Magnus Bergström e ex.ma espôsa, srs. Gastão de Bettencourt, do Secretariado da Propaganda Nacional e Armando de Aguiar, do *Diário de Notícias*, chegaram a Alenquer cêrca das 11 horas, sendo recebidos pela vereação da Câmara, por algumas pessoas de representação no concelho e pelo ex.mo sr. Administrador do concelho, que representava o ex.mo sr. Governador Civil.

Feitos os cumprimentos, partiram todos em automóveis para o Convento da Visitação, em Vila Verde dos Francos.

O proprietário da quinta, ex.mo sr. Marcelino Correia, cumulou todos de atenções e gentilezas.

Depois de um agradável passeio pela extensa e linda mata, deu-se começo ao almôço, que foi servido no meio de um pinhal, sítio pitoresco e aprasível.

O almôço decorreu muito animado, dando todos largas à sua alegria com ditos espirituosos. O sr. dr. Gustavo Barroso, sempre bem disposto, contou com muita graça algumas anedotas que despertaram fartas gargalhadas.

Eram já 17 horas e ninguém se atrevia a levantar da mesa. Mas tinha que ser, por causa da conferência que estava anunciada.

Fez-se o regresso a Alenquer. Ao chegarem aos Paços do Concelho, já o Salão Nobre estava apinhado de pessoas ansiosas por ouvirem a interessante conferência e a palavra fluente do dr. Gustavo Barroso.

Conferência nos Paços do Concelho — Constituída a mesa o Vice-Presidente da Câmara, sr. António da Cunha Mascarenhas, agradeceu em nome da Câmara a honrosa visita e saüdou o Brasil na pessoa do seu ilustre representante.

Foi dada depois a palavra ao conferente dr. Magnus Bergström que fez, em bonito estilo e duma forma elevada, a descrição da passagem por Alenquer de rainhas, infantas e donatárias. O importante trabalho do ilustre conferente foi muito apreciado e coroado de calorosos aplausos.

Em seguida falou o sr. Gustavo Barroso que num brilhantíssimo discurso pôs em relêvo as belezas de Portugal e enalteceu a obra da colonização dos portuguêses no Brasil. Ao terminar, tôda a sala rompeu com uma vibrante e prolongada salva de palmas e entusiásticos vivas ao Brasil e a Portugal.

Era já noite escura quando os visitantes retiraram para Lisboa, mostrando-se deveras agradecidos pela cativante recepção que tiveram e encantados com as belezas naturais de tôda esta região.

O Pavilhão de honra de Alenquer — O dia 3 de Setembro foi o grande dia de Alenquer nas Comemorações Centenárias da Província da Estremadura! E' que nesse dia inaugurou-se, na Exposição da Província da Estremadura, realizada nas Caldas da Rainha, o Pavilhão de Alenquer.

O acto, que foi revestido de simplicidade, teve não só a assistência das entidades oficiais, bombeiros voluntários, Banda da Sociedade Musical, mas também a comparência de muitos outros alenquerenses que, em grande número, se deslocaram às Caldas da Rainha para admirarem o interessante pavilhão que ali iria mostrar o valor da riqueza agrícola e desenvolvimento industrial do concelho de Alenquer.

Caldas recebeu de uma forma gentil e cativante as entidades oficiais e todos os alenquerenses que puderam sentir o orgulho de constatar ter sido Alenquer o único Concelho da Província da Estremadura que se fez representar com um pavilhão privativo, na Exposição.

Nêle foram apresentados vários produtos desta região, tais como: uvas, frutas, cereais, vinhos e ainda um esplêndido mostruário de muitos artigos da produção das fábricas de lanifícios da Chemina e da Romeira, da fábrica de Cartão e Papel, da fábrica de Cerâmica, as três primeiras de Alenquer e a última da Abrigada.

Os variados e interessantes gráficos que ornavam o interior do pavilhão davam a conhecer números muito elucidativos sôbre as produções de trigos, vinhos, azeites, etc., no concelho e sôbre as importâncias dispendidas pela Câmara Municipal com diversas obras e com a assistência.

Na mesmo Pavilhão estiveram expostas numerosas fotografias e a todos os visitantes que nêle entraram (que foram alguns milhares) distribuiu-se um folheto de propaganda turística onde se mostram não só as belezas naturais do concelho, como também os monumentos históricos, tão numerosos e interessantes dispersos por tôda esta encantadora região.

Andou bem a Câmara em mandar construir o Pavilhão a cuja organização presidiu o bom gôsto do ilustre vereador sr. Graciano Palha, que é digno dos maiores louvores pela boa vontade e acção que desenvolveu no sentido de que a representação do Concelho de Alenquer na Exposição da Província da Estremadura fôsse condigna.

EM ALMADA

As festas centenárias em Almada decorreram com brilhantismo e entusiasmo excepcionais. A histórica vila, que escreveu páginas douradas com actos e acções que fundamentaram a nacionalidade, principiou as comemorações com solenes *Te-Dei* na Matriz de Sant'Iago de Almada e na de Nossa Senhora do Monte de Caparica. Houve sessão solene no Câmara Municipal, com a presença de tôdas as autoridades locais e das figuras de maior representação do concelho.

À cerimónia do hasteamento da bandeira da Fundação no Castelo de Almada, revestiu-se de grande solenidade e foi presenciada pelo povo de todo o concelho. Nesse momento, a guarnição militar do forte prestou continência à bandeira, troando a artelharia e repicando os sinos das igrejas de todo o concelho.

Aproveitando as festas, inaugurou-se a sede do Sindicato Nacional dos Corticeiros, que é caracterizada por um serviço modelar de assistência médica.

No dia 24 de Junho, comemorou-se o feito da gloriosa batalha ferida contra os mouros, nesta data, no ano de 1147, luta que decidiu a sorte da vila a favor de Portugal. Realizou-se, por isso a procissão de S. João à Ramalha, havendo também *Te-Deum*, com benção do Santíssimo.

O povo foi em romaria à Quinta da Ramalha, tradição que renasceu para prestar homenagem aos heróis de 1147, que ali caíram na luta por um Portugal Maior.

O povo aproveitou as solenidades para dar largas à sua alegria em festejos e arraiais que se prolongaram até ao fim do mês. Houve feiras, concertos por tôdas as bandas do concelho; bailes e *soirées* elegantes.

Uma grandiosa parada da Mocidade Portuguêsa deu brilho excepcional à patriótica homenagem e a Sociedade Histórica do Concelho de Almada teve oportunidade para começar os seus trabalhos. Esta magnífica jornada terminou com uma apoteose na Praça de Camões, com a execução da Marcha Heróica «Ignota Almada», pela banda da Academia Almadense, acompanhada por um côro de duzentas figuras.

Outras festas e solenidades, acompanharam o programa oficial das Comemorações no concelho, destacando-se as seguintes:

Conferência histórica sôbre «Nacionalismo lusitano»; e várias culturais na Câmara Municipal; romagens aos lugares históricos, templos e monumentos tumulares; prelecções nas escolas oficiais e particulares; festividades religiosas, entre as quais na igreja de N. S. da Piedade, na Cova da Piedade; festas desportivas, etc.

Abrilhantaram as festas, coodjuvando-as quer nas de carácter particular, quer nas oficiais e populares, as bandas das sociedades «Filarmónica Incrível Almadense», «Academia Almadense», e União Artística Pridense.

Aproveitando, ainda, a guarda festiva das Comemorações Centenárias, foram inaugurados nesta vila vários melhoramentos, dentre os quais se destaca o «Dispensário de Puericultura n.º 14», cerimónia a que noutro lugar damos o devido destaque; uma escola do sexo feminino com seis aulas, jardim e parque; um magnífico miradouro no Campo de S. Paulo, em frente do Seminário; e um posto de ensino primário, no lugar do Laranjeiro.

A's cerimónias inaugurais assistiram o Chefe do Estado, o sr. Ministro da Educação Nacional, engenheiro Santos Pedroso, presidente da Junta de Província da Estremadura e numerosas outras entidades oficiais e autoridades do concelho.

No dia 1.º de Dezembro, fecharam as festas centenárias com uma visita das bandas, acompanhadas de muito povo, ao pátio do Prior do Crato; houve parada das crianças das escolas e uma sessão solene de encerramento na Câmara Municipal, durante a qual falaram os srs. tenente Armando Afonso Barreira, capitão Manuel de Almeida Avila e Pais Pinto.

EM ARRUDA DOS VINHOS

Estremamente simples, as festas comemorativas do Duplo Centenário em Arruda dos Vinhos ofereceram, no seu conjunto, o aspecto geral do justo entusiasmo e recolhida mística pelo sagrado culto da Pátria.

No dia da abertura do ciclo das Comemorações, foram solenemente hasteadas as bandeiras da Fundação e da Restauração nos edifícios públicos, acto ilustrado com a presença das entidades oficiais, Câmara Municipal, Misericórdia, Juntas das quatro freguesias e crianças de tôdas as escolas do concelho, em cujas sedes foram, também, hasteadas bandeiras. A população correspondeu à cerimónia, quer comparecendo aos actos oficiais, quer hasteando bandeiras nas janelas das suas residências, raro sendo aquela que a não tinha.

No momento da cerimónia, os sinos de tôdas as igrejas do roncelho repicaram festivamente; queimaram-se centenas de foguetes e morteiros e o povo descobria-se respeitosamente e saüdava com palmas os históricos pavilhões.

Em seguida à solenidade, realizou-se a sessão inaugural das comemarações no salão nobre da Câmara Municipal. O presidente da Câmara, sr. capitão Celestino Augusto da Costa, preferiu uma oração notável, na qual vincou, com elegância e entusiasmo, o alto significado dos festejos. Os srs. dr. Tito Bourbon e Noronha, médico municipal e delegado de saúde aposentado; e Alfredo Lopes de Carvalho, presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, falaram, também, dando grande realce aos factos notáveis que engrandecem o património notável da Nacionalidade. O brilho, entusiasmo e vibração patriótica caracterizaram, igualmente, a solenidade do encerramento das festas que se realizou, ainda, no edifício da Câmara Municipal, sob a presidência do sr. capitão Celestino da Costa.

NO BARREIRO

Depois da sessão oficial para comemorar o começo das festas Centenárias, a primeira manifestação popular de regozijo da vila do Barreiro por motivo da passagem da data do duplo centenário, consistiu numa imponente marcha luminosa que se realizou no dia 15 de Junho e na qual tomaram parte muitas centenas de pessoas, empunhando velas, archotes e bandeiras.

Além de muitos operários, encorporaram-se no cortejo a Mocidade Portuguêsa, crianças das escolas, organismos corporativos, banda de música da C. U. P., organismos católicos e colectividades locais. A manifestação saiu do Largo dos Aliados e, depois de ter percorrido as principais artérias da vila, terminou no formoso Parque Dr. Oliveira Salazar. Aqui o rev. Abílio Mendonça, que se encorporara no cortejo, entoou uma oração à Virgem que foi acompanhada por centenas de vozes.

E assim terminou o primeiro dia de júbilo popular pela consagração de oito séculos de História.

No dia 15 de Julho o sr. capitão Henrique Galvão fêz uma conferência, no Teatro Cine Barreirense, sôbre assuntos coloniais. À sessão que foi presidida pelo sr. Joaquim José Fernandes, presidente da Câmara Municipal, teve grande concorrência. O conferente versou brilhantemente o seu tema, para concluir que, Portugal, necessita absolutamente de manter as suas colónias, valor económico que assegura a independência da Nação, vizinhos como somos de outros igualmente poderosas em riquezas e dominios.

Afirmou que, de resto, dentro dum período curto, Portugal metropolitano deverá atingir dez milhões de habitantes, sendo, nessa altura, necessário descongestionar a metrópole, fazendo convergir aos dominios o excedente da população.

O sr. capitão Galvão foi muito aplaudido no final do seu importante trabalho.

As organizações desportivas colaboraram entusiástica e brilhantemente nas Festas Centenárias, com várias provas de grande relêvo e dentre as quais se destacou uma interessante regata da iniciativa do Grupo Desportivo «Cuf», Naval Barreirense e Ferroviários do Barreiro. Além dêstes clubs, concorreram à prova as organizações náuticas da Brigada Naval, Mocidade Portuguêsa, a Naval Setubalense, o Ginnásio Club do Sul e Sportivo de Pedrouços.

Houve provas de «lusitos» da M. P. para disputa da taça «Barreiro»; Canoas de Espicha, para a taça «Ferroviários» e «G. D. Cuf»; «Vougas» para a taça «Club Naval Barreirense»; «Sharpies», para a taça «Centenários» e «Canoas-bastardo» para uma taça do C. N. Barreiro.

Depois das regatas distribuiram-se os prémios, o que se traduziu numa linda festa, cheia de entusiasmo desportivo.

À tradicional festa a N. S. do Rosário, que se realizou nos dias 15 a 19 de Agôsto, revestiu especial imponência, por ter sido integrada no plano das Comemorações Centenárias. No primeiro dia, houve missa rezada, às 12 horas e, à noite, começaram as festas populares, com arraial e feira franca; vistosas iluminações à moda do Minho e fogo de artifício. As bandas locais deram concertos públicos durante os quatro dias e houve preciosas atracções, entre as quais uma «marcha» popular que obteve um êxito merecidissimo.

Finalmente, no dia 19 efectuou-se a procissão, depois de, desde a alvorada, se ter pôsto em festa tôda a vila, cujas janelas se encontravam lindamente engalanadas com bandeiras, flores, colchas e colgaduras. A's 12,30 houve missa solene, a instrumental, na igreja da N. S. do Rosário, com sermão pelo rev. beneficiado Gomes Miranda.



Aspecto da procissão de N.ª S.ª do Rosário, no Barreiro

Na procissão, que saiu às 17 horas e percorreu as principais ruas da vila, encorporaram-se as bandas de música do Seixal, C. M. F., e de Palmela; Legião Portuguêsa, organizações católicas e muito povo.

As festas terminaram com um vistoso fogo de artifício.

NO BOMBARRAL

As festas das Comemorações Centenárias principiaram, neste concelho, no dia 4 de Junho de 1940.

A Câmara Municipal, na melhor das intenções, ao elaborar o seu orçamento ordinário para o ano das comemorações, incluiu nêle a verba calculada suficiente para fazer face às festas que projectava organizar. Estas festas prometiam grande luzimento, tanto mais que, tendo o concelho completado vinte e cinco anos de existência em 1939, a nossa edilidade não esqueceu o facto e resolveu, muito bem, que as projectadas festas comemorativas das Bodas de Prata, fôssem transferidos para fazerem parte do programa das comemorações centenárias.

Para estas também, a Câmara incluiu no seu orçamento a verba de vinte contos.

A 4 de Junho, como se disse, foram as festas inauguradas. Festança simples, é verdade, mas a que não faltou o cunho próprio.

No edifício da Câmara foram instalados auto-falantes e, ao ouvir-se o meio dia pela Emissora Nacional, subiram ao ar milhares de morteiros e muitos foguetes, enquanto nos Paços do Concelho, eram içadas as Bandeiras da Fundação e Nacional. Uma fôrça da Guarda Nacional Republicana, a Legião, a Mocidade Portuguêsa e as crianças das escolas da vila e deputações escolares de todos os lugares fizeram a continência às bandeiras, cerimónia que calou profundamente em todos os que tiveram a felicidade de a presenciar. Ao mesmo tempo, e em quási todos os edifícios, eram içadas bandeiras da Fundação.



Cruzeiro da Independência no Valcôvo, Bombarral

À vila apresentava um aspecto interessantíssimo, um espectáculo fora do vulgar. As ruas, muito animadas pela gente vinda das freguesias, lembravam os grandes dias do Bombarral.

Depois de ouvidos os discursos proferidos em Guimarãis, foi organizada uma parada, cujas fôrças desfilaram na Rua Luís de Camões. O público não se cançou de aplaudir os rapazes da Mocidade Portuguêsa e as crianças das escolas. Estas empunhavam pequenas bandeirinhas da Fundação, mais lembrando, com os seus vestidinhos e bibes brancos, grandes bandos de pombos, que o povo não se cansava de acarinhar.

Nas sedes da Legião, da Mocidade Portuguêsa e Centro Nacionalista, também se realizaram pequenas cerimónias ao hastear da bandeira da Fundação.

Muitas e variadas cerimónias religiosas se efectuaram, a que deram o seu concurso os padres José da Costa Prata e Manuel Veiga da Silva Gouveia.

Rancho Folclórico e Grupo dos Pauliteiros — Com o fim de dar o seu concurso às festas dos Centenários, organizaram-se êstes grupos, que, sob a orientação do ex.mo presidente da Câmara, sr. Américo Monteiro, e direcção do sr. José Nunes da Silva, exibiram-se na Casa de Leiria, em Lisboa, na noite de 8 de Maio e a que a Emissora Nacional deu o devido relêvo, tendo sido muito evacionados.

Mereceu especial menção a conferência proferida pelo sr. dr. Leonel Cardoso, intitulada «Por Terras do Bombarral».

Também, por ocasião das festas de Alcobaça, êstes grupos se deslocaram àquela risonha e próspera vila, fazendo alarde dos seus bailaricos e descantes regionais.

Nesta vila, foi-lhes feita uma grande recepção, o que atesta bem quanta amizade o Povo de Alcobaça nutre pelo do Bombarral. Foi, de facto, uma festa interessante e que alegrou a todos os homenageados que, por isso, estão muito reconhecidos, não podendo ser esquecido a figura do organizador incansável que é o ex.mo presidente da Corporação dos Bombeiros Voluntários de Alcobaça.

Exposições — A Câmara Municipal e vários expositores concorreram à Exposição Distrital de Leiria, onde foi construido um «stand» Concelhio.

A' Exposição realizada nas Caldas da Rainha e de organização da Junta de Provincia da Estremadura, também o Municipio deu o seu concurso.

Em tudo que vimos citando foi gasto o melhor de vinte contos, verba que, parecendo pequena, é, no entanto, de vulto para um concelho como o do Bombarral, de receitas pequenas e que satisfaz sempre e com oportunidade todos os seus compromissos.

Cruzeiros — A Irmandade do Senhor Jesus e São Pedro, da freguesia do Carvalhal, erigiu e inaugurou, no Parque do Santuário do Senhor Jesus, um Cruzeiro da Independência Nacional, que ali fica a atestar aos vindouros as festas centenárias do nossa Independência. Festa simpática a que compareceram tôdas as autoridades concelhias e que se realizou em 15 de Setembro de 1940.

Também em 8 de Novembro, e precedida de uma semana de prègações

feitas pelo padre Ansfrido, do Seminário dos Olivais, realizou-se, na povoação do Vale do Covo, uma interessante festa para a inauguração do Cruzeiro da Independência edificado por iniciativa da J. A. C. F. com o patrocínio do professor da localidade, sr. Ribeiro da Cunha.

De manhã, houve missa e comunhão geral, com cânticos pelas crianças das escolas.

A's 11 horas, celebrou-se missa campal. O reverendo celebrante falou sôbre a Imaculada Conceição.

A's 13 horas, a Filarmónica Bombarralense chegou à localidade, onde durante tôda a tarde se fêz ouvir.

A's 15 horas, fez-se a recepção às autoridades, procedendo-se, em seguida, à inauguração e benção do Cruzeiro. Foi descerrado pelo sr. presidente da Câmara, que, para o caso, tinha representação do ex.mo governador civil de Leiria.

Seguidamente, e sob a presidência do sr. Américo Monteiro, que se fêz secretariar pelos srs. José Gomes e padre Ansfrido, realizou-se, na União Progressiva, uma sessão solene, na qual fizeram uso da palavra, o prof. Ribeiro da Cunha, padre Ansfrido e Américo Monteiro, tendo-se vitoriado a Igreja e o Estado Novo.

EM CADAVAL

Como outros concelhos da província, Cadaval cumpriu e brilhantemente o seu dever patriótico, comemorando com unção e entusiasmo as datas da Fundação e da Restauração de Portugal. Teve o presidente da Câmara, sr. major Alfredo Horácio da Cunha Nery, a feliz inspiração de aliar à comissão oficial dos festejos no seu concelho, a prestimosa e benemérita instituïção dos Bombeiros Voluntários locais, incumbindo-a de organizar o programa dos festejos, o que aquela corporação fêz, pondo nesse trabalho todo o entusiasmo.

Do que foram as festas, di-lo o programa que passamos a transcrever:

Dia 4. A's 12 horas — Embandeiramento de todos os Edifícios Públicos e particulares com bandeiras da Nacionalidade e da Fundação, repique de sinos. Salva de 21 tiros; A's 22 horas — Concentração do povo nos Paços do Concelho de onde sairá uma marcha lumidosa para o moinho da Fôrca, onde será içada a bandeira da Fundação e iluminada durante tôda a noite com diversos fogachos.

Dia 16. A's 7 horas — Alvorada. Salva de 21 morteiros; A's 8 horas — Içar das bandeiras em continência nos Edifícios Públicos, com a Banda e Corpo Activo dos Bombeiros, Mocidade Portuguêsa e Legião; A's 11 horas — Cumprimentos ás autoridades locais. Em seguida recepção a S. Ex.ª o sr. Governador Civil do Distrito, na qual se incorporaram tôdas as fôrças vivas do concelho; A's 13 horas — Missa campal em acção de graças pela Fundação de Portugal e orando pela paz universal, com sermão por um dos melhores oradores do país, assistindo S. Ex.ª o sr. Governador Civil, entidades e organismos oficiais, Corporação dos Bombeiros, Legião e Mocidade Portuguêsa, professores e alunos de tôdas as escolas do concelho, Juntas de Freguesia, funcionalismo público, etc., etc. Em seguida à missa, organização de um cortejo que se dirigirá à sede da Associação dos Bombeiros Voluntários, onde serão inaugurados alguns melhoramentos, seguido de uma sessão solene comemorando o Duplo Centenário da Fundação e Independência e Aniversário dos Bombeiros desta vila; A's 17 horas — Copo de água oferecido a S. Ex.ª o sr. Governador Civil, servido no salão nobre da Associação. A' mesma hora abertura da quermesse, tômbola e barracas diversas. Concerto pela Banda dos Bombeiros Voluntários desta vila; A's 0 horas — Vistoso fogo de artifício, queimado no «Moinho da Fôrca», deslumbrantes ornamentações, iluminações eléctricas e à veneziana.

Dia 17. A's 7 horas — Alvorada; A's 12 horas — Missa solene na igreja paroquial, sufragando a alma dos bombeiros falecidos; A's 17 horas — Recepção a S. Ex.ª Rev.ma o sr. Bispo de Vafarba, que nos concede a honra de presidir à solene procissão que se realiza ás 18 horas, e na qual será levada em triunfo a imagem da Imaculada Padroeira de Portugal e venerado Orago desta paróquia, terminando pela benção do Santíssimo Sacramento. Incorporar-se-ão neste solene cortejo tôdas as entidades e organismos oficiais, Corporação de Bombeiros, Legião e Mocidade Portuguêsa, professores e alunos das escolas do concelho, etc., etc.; A's 18 horas — Desafio de Basket-Ball entre dois grupos de Lisboa. A' mesma hora, continuação dos divertimentos e iluminações do dia anterior. Concerto pela Banda dos Bombeiros Voluntários; A's 0 horas — Fogo de artifício.

Dia 18. Grande dia desportivo — A's 7 horas — Alvorada; A's 14 horas — Gincana de motos e bicicletas; A's 17 horas — Corridas de bicicletas, arroial, cavalhadas, corridas de sacos, etc. As ruas encontrar-se-ão vistosamente engalanadas e ornamentadas; A's 21,30 horas — Récita de gala pelo grupo dramático dos Bombeiros Voluntários.

O povo deu ao acontecimento realce excepcional, aliando ao faustoso programa, o brilho do seu entusiasmo e da sua intensa e natural alegria. As festas centenárias do Cadaval perdurarão por muito tempo no espírito público, como das maiores, mais significativas e mais entusiásticas daquele concelho.

EM LOURES

No presente ano de 1940, não podia o concelho de Loures ficar indiferente aos festejos das Comemorações Centenárias e, para isso, reservou, nesta data, a inauguração de alguns melhoramentos, entre os quais se destacam a inauguração do edifício para escolas na sede do concelho, edifício que se compõe de quatro aulas, recreios cobertos, gabinetes para os professores, vestiários, etc. Este edifício, que se encontra esplêndidamente situado, foi construído pela Câmara, com o auxílio do Estado, e é um dos melhores do distrito.

A sua inauguração foi feita no dia 6 de Outubro, com a assistência dos ex.mos srs. tenente-coronel Lôbo da Costa, governador civil do distrito; D. Pedro Escórcio da Câmara, representante da Junta da Província da Estremadura; Daniel Ferreira de Matos, presidente da comissão concelhia da União Nacional do concelho de Loures; director do distrito escolar de Lisboa; delegado escolar do concelho de Loures; presidente e vereador da Câmara Municipal; membros do Conselho Municipal; junta da freguesia de Loures, etc., etc.

Fizeram a guarda de honra, os alunos das escolas, Mocidade Portuguêsa, e corpo de bombeiros, com banda de música.

Nêste mesmo dia, foi também inaugurado o novo mercado, que está instalado num bom edifício e de magníficas condições higiénicas.

Foi igualmente inaugurado o edifício destinado a Associação de Assistência e Beneficência de Loures, «Luís Pereira da Mota», que reserva dependências para um «Dispensário de Puericultura», cuja inauguração deverá ser feita brevemente.

O povo e entidades de maior destaque no concelho, compareceram a assistir à festa que decorreu com o maior brilhantismo.

NA LOURINHÃ

A construção de dois cruzeiros caracterizou as festas das Comemorações Centenárias no concelho da Lourinhã. As freguesias do Molêdo e de Reguengo Grande tiveram festa de movimento desusado e, ao espírito patriótico das cerimónias inaugurais dos cruzeiros, juntou-se a unção religiosa que do próprio acontecimento dimanava, como afirmação de fé religiosa, admirâvelmente casada com essa outra fé centenária dos portuguêses nos destinos da sua Pátria imortal.

Lourinhã, guarda um padrão que lhe dá categoria histórica: a memória que assinala a batalha do Vimeiro, erigido por ocasião do primeiro centenário da acção ferida em 1808, contra as hostes napoleónicas. Este facto deu especial destaque às Comemorações Centenárias na Lourinhã, onde os oradores não esqueceram os heróis que, no começo do século passado, caíram honrosamente na defesa do torrão natal e também aqueles que foram vítimas inocentes das investidas e desmandos gauleses.

As festas centenárias, além da sessão inaugural, constaram das seguintes solenidades:

Te-Deum na igreja paroquial, celebrado pelo rev. Benjamim Carlos Baptista, seguido de cortejo cívico e saüdação à bandeira de Afonso Henriques, hasteada nos Paços do Concelho no dia e à hora marcada no programa geral. No cortejo, encorporaram-se tôdas as colectividades e instituïções do concelho; crianças das escolas; Legião e Mocidade Portuguêsa; Bombeiros Voluntários com sua banda e muito povo.

Na sessão solene que a seguir se realizou na Câmara Municipal, falaram os srs. padre Benjamim Carlos Baptista, prof. José António Simões, Artur Costa e o presidente da Câmara Municipal, sr. coronel José Eduardo Moreira Sales.

No dia 24 de Junho, realizou-se a solene inauguração do cruzeiro da freguesia do Molêdo, com a assistência de muitos milhares de pessoas, tendo feito uso da palavra os srs. presidente da Câmara e padre Vítor Franco.

Na inauguração do cruzeiro da freguesia de Reguengo Grande que se realizou um mês depois, falaram aquelas duas personalidades e mais os srs. prof. Vaz e Luís Boavida Rocha. A festa decorreu com brilhantismo excepcional.

Finalmente, no dia 2 de Dezembro, realizou-se a sessão solene de encerramento, com festas populares que antecederam e sucederam a cerimónia. De manhã, houve alvorada festiva, pela banda dos Bombeiros Voluntários, que percorreu as ruas, executando marchas alegres, entre o estralejar dos foguetes e morteiros. A's 14 horas, a mesma banda deu concêrto público no coreto «João Luís de Moura», na praça da República.

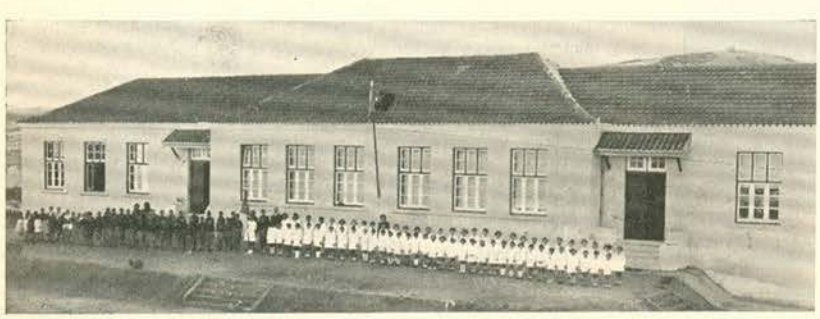
Na sessão solene de encerramento das festas, que se realizou às 16 horas, sob a presidência do sr. coronel José Eduardo Moreira Sales, falaram, além do presidente da Câmara, a prof.ª sr.ª D. Maria Valadares, e o vogal da Câmara, sr. António Luís Pedroso Marques.

Houve, também, um grande cortejo popular, no qual tomaram parte as crianças das escolas, Legião e Mocidade, Bombeiros, colectividades e muito povo. A' noite, houve bailes e outras diversões públicas e particulares.

Simultâneamente com as Comemorações, a Câmara Municipal da Lourinhã realizou importantes melhoramentos de interêsse público, em várias localidades. Associou-se desta maneira, e com entusiasmo, às festas nacionais, concorrendo, dentro das suas possibilidades, para o rejuvenescimento do concelho. Assim, procedeu ao acabamento das escolas da Moita dos Ferreiros, do Toxofal e de Ribamar. Na Lourinhã, construiu um colector na Rua de Santo André, que beneficiou, também, de grandes reparações, visto que se encontrava intransitável; construiu dois aquedutos e uma estrada de macdam na Atalaia; cinco aquedutos e a nova estrada do Sobral; dois aquedutos e grande reparação duma estrada antiga no Toxofal; estrada nova na Feiteira e novos arrumentos na praia da Areia Branca.

Atendendo às necessidades locais, a Câmara traçou as novas estradas da Zambujeira do Mar para a Serra do Calvo, e uma ligação da estrada de S. Bartolomeu — Reguengo Grande para os Casais da Galharda, estando-se já nos respectivos aterros.

Procede-se, actualmente, à captação de águas para abastecimento do povo dos Casais da Cezareda e do Reguengo Pequeno e repararam cêrca de quinze quilómetros de caminhos vicinais que atingiram, por in-



Escola Primária de Loures, inaugurada por ocasião das Festas Centenárias

cúria de todos, o estado de vergonhosa ruína. Construíram-se, ainda, duas pontes caídas em 1939, no sítio do Castelo e na Areia Branca.

Podem, pois, classificar-se de brilhantes as festas comemorativas do Duplo Centenário na Lourinhã, cujas populações acompanharam, com patriótico entusiasmo, as manifestações de alegria do jubiloso ano de 1940.

EM MAFRA

Mafra, do vetusto e monumental convento, cofre de preciosidades inapreciáveis, comemorou o Duplo Centenário com as simples cerimónias constantes do programa geral: sessões de abertura e encerramento, e solene hasteamento da bandeira da Fundação, no dia e hora marcados.

O concelho fez-se representar, contudo, marcando bem o seu lugar, nas festas oficiais da província, nas Caldas da Rainha, a cuja exposição concorreram os lavradores do concelho, com espécies pecuárias e agrícolas originárias ou tratadas e criadas na região.

Além desta manifestação de actividade, o concelho de Mafra fez-se representar por uma «companha» de marítimos da Ericeira, com o seu barco, figurando no grande cortejo das comemorações oficiais da Província. Estas representações foram acompanhadas pelo presidente da Câmara Municipal de Mafra, sr. capitão João Lopes; vereação e outras autoridades administrativas.

No dia da festa inaugural, em Mafra, foram içadas, no Palácio Nacional — Mosteiro — as bandeiras da Fundação, nacional e municipal. A cerimónia foi assistida pela Escola Prática de Infantaria, na sua máxima fôrça, com o seu comandante, sr. tenente-coronel José Maria Nepomuceno Mimoso; o «Têrço» Independente n.º 3 da Legião Portuguêsa, Mocidade Portuguêsa, corporação dos Bombeiros Voluntários de Mafra; representantes das instituïções e corporações locais, autoridades administrativas, etc.

Na sessão que, a seguir, se realizou, no salão nobre da Câmara Municipal, usaram da palavra os srs. capitão Antônio Augusto Pereira, eng.º Armando Pequito Rebêlo e rev. Denis da Luz. Assistiram à sessão, além de muito povo, as pessoas mais representativas do concelho, que se associaram, entusiàsticamente, às afirmações de fé nacionalista que os oradores produziram.

A' sessão de encerramento das festas, em nada inferior em brilho e que se realizou no mesmo local, presidiu o sr. capitão João Lopes e falaram os srs. dr. Augusto Pais de Almeida, Juiz de Direito e descendente dum dos conjurados de 1640; professor e jornalista Jónatas Matoso; capitão Gervásio Martins Campos de Carvalho; e major Fernandes, 2.º comandante da Escola Prática de Infantaria.

O concelho de Mafra igualou, em regozijo e fé patriótica, o entusiasmo dos outros concelhos pelas datas jubilosas dos Centenários da Fundação e Restauração. A-pesar-de simples, as cerimónias tiveram a grave solenidade que lhes competia como preito de homenagem e respeito pela memória e esfôrço desenvolvido pelos nossos maiores na fundação da nacionalidade e expansão do império.

NA MARINHA GRANDE

Comemorando o VIII Centenário da Fundação de Portugal, esteve em festa esta vila no dia 1 de Setembro, sendo executado o seguinte programa:

Pelas 9 horas, chegada de S. Ex.ª Rev.ma o Bispo de Leiria, sendo-lhe preparada uma carinhosa e entusiástica recepção, pelas autoridades locais, organismos da A. Católica e povo de todas as classes. Organizou-se um cortejo até à igreja matriz, sendo-lhe ali dadas as boas-vindas pelo pároco da freguesia, rev. Higino Lopes Duarte. Seguiu-se a missa e comunhão solene das crianças (cêrca de 1.000 comunhões a adultos e crianças), e almôço a estas.

Pelas 18 horas, procedeu-se à inauguração e bênção do Cruzeiro da Independência, perante uma assistência de milhares de pessoas. Prestou a guarda de honra o núcleo da Legião Portuguêsa local, comandado pelos eng.os srs. Gastão Seixas de Mesquita e Ernâni José da Silva. O prelado fez uma prelecção alusiva ao acto.

Seguiu-se um cortejo para a Câmara Municipal, onde se realizou uma sessão solene da referida inauguração. Falou, em primeiro lugar, o presidente da Câmara, sr. dr. Laborinho Cardoso, que apresentou cumprimentos de boas-vindas a S. Ex.ª Rev.ma o sr. Bispo de Leiria, e destacou o carinho que êste prelado tem mostrado pelo povo desta terra, trabalhando denodadamente para a libertação dos presos políticos e para o seu progresso.

Referiu-se, depois, ao pároco desta vila, rev. Higino Lopes Duarte, a quem se fica devendo a obra do Cruzeiro inaugurado. Terminou, invocando o nosso glorioso passado histórico, cujo heroísmo é o mais belo exemplo que devemos seguir. Falou, a seguir, o administrador dêste concelho, sr. Adriano Marques Roldão, que fez um discurso cheio de patriotismo, e elogiou a obra simpática do pároco.

Este agradeceu, com um eloqüente discurso, as referências que lhe fizeram os oradores, cujas palavras classificou de imerecidas.

Finalmente, falou o prelado, que agradeceu as palavras do presidente da Câmara e do administrador do concelho, e, referindo-se à Marinha Grande com os maiores elogios, disse: esta terra não podia de maneira nenhuma ficar indiferente às festas Centenárias, pois ela é, por tradição, nacionalista. Das matas nacionais, que se encontram na área dêste concelho, cujo pinhal foi semeado por D. Denis, saiu a madeira com que se construíram as naus que descobriram os caminhos marítimos, para levar a civilização a todo o mundo. O orador referiu-se à nossa obra colonizadora e civilizadora, obra cheia de carinho, amor e heroísmo, tão brilhantemente executada pelo nosso exército e missionários.

Nos intervalos dos discursos, foram executados vários cânticos apropriados pelo grupo coral da J. C. M., dirigidos pelo pároco.

No dia 2 de Dezembro, às 16 horas, realizou-se uma sessão solene, no salão nobre dos Paços do Concelho, para o encerramento das Comemorações Centenárias.

Constituiam a mesa os srs. dr. Laborinho Cardoso, presidente da Câmara; administrador dêste concelho, sr. Adriano Marques Roldão; padre Higino Lopes Duarte, pároco da vila; e os eng.os Arala Pinto, Seixas de Mesquita, Calazans Duarte, dr. Júlio Alves Vieira, professor Alberto Nery Capucho, comandante dos Bombeiros, sr. José Barosa.

Em primeiro lugar, usou da palavra o sr. padre Higino Lopes Duarte que pôs em destaque a grandiosidade das festas centenárias, e o presidente da Câmara pronunciou um brilhante discurso, durante o qual, depois de se referir às faustosas comemorações das datas nacionais, deu relêvo à magistral obra de administração pública, saneamento moral, político e financeiro e reposição das nossas tradições, levada a efeito pelo grande português que é o ilustre presidente do Conselho, sr. dr. Oliveira Salazar.

A sessão terminou no meio do maior entusiasmo, com aclamações ao Chefe, ao Estado Novo e à Pátria.

NA NAZARÉ

Na vila da Nazaré, não foi grande a participação nas festas do Duplo Centenário. As comemorações, nêste concelho, limitaram-se ao hasteamento da bandeira da Fundação nos edifícios públicos e sedes da Legião Portuguêsa e da Mocidade Portuguêsa, no dia e à hora marcados. Esta cerimónia revestiu-se da solenidade condigna, tendo comparecido ao acto as autoridades administrativas do concelho, Mocidade, Legião e muito povo.

Por iniciativa do rev. Acrísio de Almeida, reitor da Confraria de N.ª S.ª da Nazaré, celebraram-se missa e solene «Te Deum» em acção de graças pela Fundação e em intenção dos heróis nacionais.

EM ÓBIDOS

Quis a vila de Óbidos marcar o começo das festas Centenárias com um acontecimento que se distinguisse por um realce e brilhantismo cuja côr e significado ficassem fixados na retina e no espírito do laborioso povo do histórico concelho. Por isso, antecipou-se às comemorações oficiais, incluindo no programa das festas a realização dum Congresso Eucarístico, destinado a reünir em volta do sr. Cardial Patriarca e com os olhos postos em Deus e na Pátria, cujas bodas centenárias se iam celebrar, o fidelíssimo povo de Óbidos.

O congresso realizou-se em Maio, e do seu esplendor foram mudas testemunhas as históricas muralhas do vetusto e gracioso castelo. Do que foi esta comovente reünião, relataram-no, com certo desenvolvimento, os jornais diários da capital. S. E. o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, teve ocasião de verificar que a chama da fé religiosa, mal extinta por tantos e tão grandes agravos duma política desnacionalizadora, fàcilmente se reacendera com a sua augusta presença e rebrilhara com esplendor ante o sacrário erguido perante milhares de cabeças curvadas e comovidas.

A comissão do congresso foi constituída pelos srs. José Ferreira Pinto Basto, presidente da Câmara; mons. Francisco Cância; D. José de Siqueira (S. Martinho), drs. João Lourenço e Aníbal Correia; Faustino da Gama, capitão Justino Moreira, José Ribeiro Lopes, Aureliano Soares Paulino, Cândido de Avelar, Júlio Carlos Secthini, Pedro Pinto Baptista e Albino Manuel de Sousa.

Nas datas próprias, realizaram-se as comemorações oficiais do programa geral do Duplo Centenário, sendo digna de registo a expontaneidade com que a população do concelho secundou a cerimónia do hasteamento das bandeiras da Fundação e da Restauração. Em quási tôdas as janelas se viam bandeiras e, em numerosas, colchas e ricas colgaduras, no momento em que o repique dos sinos e o estralejar dos foguetes e dos morteiros marcavam a hora solene.

Como acontecimento principal do programa especial das festas, realizou-se o famoso «Serão Medieval», — momento cultural e, ao mesmo tempo, de elevada evocação, sôbre o qual adejou o espírito heróico dos fundadores e as sombras de quantos comungaram a hóstia do sacrifício no sagrado altar da Pátria.

E' interessante transportar para aqui o convite público para o magnífico espectáculo a que não falta sabor literário de certo relêvo e elegância:

Óbidos — a «Vila-Museu» de Portugal, burgo histórico onde se escreveram páginas brilhantes, foi a terra escolhida para o Serão Medieval, marcado para 18 de Agôsto. Espectáculo de rara beleza, no qual tomará parte a talentosa actriz Palmira Bastos, o Serão Medieval constituirá, pela suntuosidade do cenário onde se desenrola, uma das mais belas realizações dêste ano triunfal.

Na noite de 18 de Agôsto, a vila de Óbidos aparecerá envolvida em luz misteriosa, como na madrugada de 1148, em que foi tomada aos mouros. Dentro da cinta de muralhas, trava-se o duelo entre as tropas cristãs e as hostes mouriscas, enquanto, nas ameias doiradas, espreitam os mantos brancos dos sarracenos.

Óbidos — página imaculada de história que as mãos piedosas do tempo e dos homens não se atreveram a voltar, merece ser conhecida de todos os portuguêses. Visite nesse dia o burgo medievo, trepe ao castelo roqueiro, respire o perfume evocador duma paisagem de maravilha, ficando com a certeza de que assistirá a um espectáculo de sonho inolvidável, que terá a colaboração da Emissora Nacional.

E, no anverso do prospecto, o seguinte e bem rendilhado período:

Terra de namorados para uns, paraíso de contemplativos para outros, Óbidos é lugar de peregrinação de raro prazer espiritual. Os seus monumentos preciosos, as elegantes tôrres do castelo, o silêncio impressionante das suas ruas tortuosas, a imponência da cinta de muralhas e a paisagem magnífica desta zona, fértil e alegre, do litoral estremenho, fazem do velho burgo famoso local de vilegiatura — «Vila-Museu» onde as pedras falam e nos contam páginas gloriosas da História Pátria. — A. M.

EM OEIRAS

Oeiras, brasonada a oiro pela presença e moradia dum dos mais fortes estadistas da nossa história, comemorou condignamente o Duplo Centenário, cuja passagem foi aproveitada para a introdução de vários melhoramentos municipais, que muito valorizaram o fidalgo concelho.

As festas abriram com uma sessão inaugural, que se realizou nos Paços do Concelho, sob a presidência do administrador e presidente da Câmara Municipal, sr. tenente Manuel Pereira Coentro, que produziu um entusiástico e elegantíssimo discurso alusivo às comemorações.

A cerimónia reüniu tudo quanto de melhor há no concelho, e o povo de todas as suas freguesias fez-se representar largamente. Além de outras entidades e corporações, representaram-se a Legião Portuguêsa, Mocidade Portuguêsa, masculina e feminina; Associação Comercial; Bombeiros de Oeiras e respectiva banda; Associação de Instrução Musical e Escolar de Oeiras, com sua banda; e outras instituïções.

De entre os melhoramentos inaugurados em diferentes terras do concelho, onde, também, se realizaram animadas sessões, destacam-se as seguintes: Novo mercado municipal da Amadora, pavimentação betuminosa de todos os arruamentos, em Algés; urbanização do largo Marquês de Pombal e rua José Diogo da Silva, em Oeiras; esgôto na ribeira de Caxias, esgôto da rua do Desembargador Faria, em Oeiras; aquisição de terrenos junto à ribeira da Lage, para o Parque Infantil, em Oeiras.

A inauguração dos Paços do Concelho. — Mas a peça principal das comemorações Centenárias no concelho de Oeiras, a mais brilhante e a que, sem dúvida alguma, dá a êste concelho destaque excepcional entre as festas da província, consistiu na magnífica solenidade da inauguração do edifício da Câmara Municipal, imóvel que honra a Estremadura, o concelho, o município que o construiu e o arquitecto que o traçou, sr. Bernardo da Costa Macedo. Duma sobriedade de linhas quási severa, que lhe dá a dignidade que convém a uma «Casa da Câmara», os novos Paços do Concelho foram lançados no estilo pombalino, fortemente influenciado pela traça D. João V e bastante harmónico com os velhos e belos edifícios que o rodeiam e enfrentam. Os interiores, artisticamente azulejados e guarnecidos de simples e elegantíssimas fimbrias doiradas, oferecem ao visitante, principalmente o salão e escadaria, um aspecto de nobreza e requinte que se casam admiràvelmente com a seriedade do conjunto.

A cerimónia da inauguração, a que presidiu o venerando Chefe do Estado, chamou a Oeiras a população de todas as freguesias do concelho. O sr. Presidente da República chegou junto do edifício às 15 horas precisas, acompanhado pelos srs. general Amílcar Mota, e capitão Carvalho Nunes, sendo recebido pelas autoridades concelhias. Já se encontravam ali os srs. Ministros do Interior e das Obras Públicas e Comunicações; dr. Mário Cais Esteves, secretário geral do Ministério do Interior; general Viriato da Fonseca; brigadeiros Ribeiro da Fonseca, inspector da Aeronáutica; e Penalva da Rocha, comandante da Frente de Defesa Marítima; coroneis Holbeche Freitas, comandante de Artilharia 3, e Teixeira de Vasconcelos; eng.º Ferreira da Silva, representando o Comissariado do Desemprêgo; eng.º Silva Dias, do Secretariado da Propaganda Nacional; major Monteiro Leite, pelo Grupo de Artilharia de Costa; capitão Pessoa, presidente da Câmara Municipal de Cascais; Dario Canas, presidente da Câmara Municipal de Loures; e Fausto de Figueiredo e Guilherme Cardim, da Sociedade Estoril Plage, além de muitas outras individualidades.

Prestou a guarda de honra uma fôrça de Artilharia de Costa, com a banda de Caçadores 5 e o «Têrço» local da L. P., e ao longo da praça fronteira ao novo edifício alinhavam-se as escolas do concelho, representantes de várias colectividades e instituïções, entre os quais os bombeiros de Oeiras, Paço de



Novo edifício da Câmara Municipal de Oeiras

Arcos, Algés, Carnaxide, Dafundo, Linda-a-Pastora, Amadora e Barcarena, Associação Escolar Recreativa Cruz Quebradense, Reformatório Padre António Vieira, Cruz Azul, Associação Comercial e Industrial, comissões da U. N., Liga dos Interêsses de Oeiras, Liga dos Combatantes e Misericórdia.

Grande e compacta massa de povo circundava o local, lindamente engalanado com bandeiras municipais, da Fundação e nacional. No interior do edifício, nova guarda de honra, constituida por filiados da M. P. de ambos os sexos, saüdaram o sr. general Carmona, quando o ilustre visitante subiu as nobres escadarias. O sr. presidente visitou demoradamente as magníficas dependências dos Paços do Concelho, acompanhado pelos ministros e pelos srs. tenente Pereira Coentro, presidente da Câmara e vereadores Jaime Athias e Agostinho da Costa Macedo.

Após a visita, durante a qual, na rua, a banda executava marchas alegres e se ouviam morteiros e foguetes, realizou-se no salão nobre uma sessão solene a que presidiu o Chefe do Estado, ladeado pelos dois ministros, general Amílcar Mota e dr. Mário Cais Esteves. O vereador sr. Jaime Athias leu o auto de inauguração dos Paços do Concelho, artisticamente desenhado em pergaminho e encadernado em rica e magnífica capa. O texto é o seguinte:

Auto de inauguração dos novos Paços do Concelho, na vila de Oeiras. — Aos oito dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e quarenta, nesta Vila de Oeiras e distrito de Lisboa, encontrando-se presente Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Excelentíssimos Ministros, Governador Civil de Lisboa, entidades oficiais e mais convidados, comigo, Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, Tenente de Artilharia e Presidente substituto em exercício, da Câmara Municipal de Oeiras e com os vereadores dêste Município, Senhores Agostinho Maria da Costa Cabral de Macedo e Jaime Athias, procedeu-se à inauguração do novo edifício dos Paços do Concelho, construído por iniciativa dêste Corpo Administrativo, com a comparticipação do Estado.

E para constar se lavrou o presente auto que por todos vai assinado.

Seguem-se as assinaturas do sr. Presidente da República, Ministros e outras personalidades e individualidades de destaque.

Depois falou o sr. tenente Pereira Coentro. Eis o brilhante discurso, na íntegra:

Senhor Presidente da República. — Excelência: A presença de V. Ex.ª na inauguração dos novos Paços do Concelho de Oeiras é uma tão grande honra para todos os munícipes que, qualquer dêles, nêste momento, se sente possuído de um estranho misto de orgulho e comoção, de triunfo e ternura, de legítimo contentamento e de filiais sentimentos de afecto e de respeito.

Habituamo-nos, todos nós, os que por aqui labutámos, ganhando o pão, construindo futuro, laborando e colaborando na nossa Revolução, a ver V. Ex.ª atravessar êste concelho, caminho da Capital do Império, ou regressando a Cascais, à Cidadela, lar português a que nos sentimos ligados, pelo coração, familiarmente.

Habituamo-nos a ver V. Ex.ª, fomo-nos habituando a pouco e pouco a considerá-lo como vivendo também a-dentro dos limites dêste município, como fazendo parte dêle como alguém cuja presença, cujo gesto de afabilidade, cujo olhar de superior inteligência é, ao mesmo tempo, um estímulo e um conselho, uma compensação e um incentivo; alguém, sem cuja presença êstes Paços não poderiam ter hoje a expressão festiva desta hora.

Esta expressão tão portuguêsa, tão ricamente nossa, com que a Deus pedimos que acrescente a saúde e a vida de V. Ex.ª, com que, num ímpeto de alegria gritamos todos: *Viva Carmona!*

Quando se iniciaram estas obras, indispensáveis à própria dignidade do concelho, não faltaram, ainda que isoladas, as vozes reprovadoras! Não morrem na vida portuguêsa, os *velhos do Restelo!*

Afirmou-se que a despesa era inútil. Afirmou-se que o local era impróprio e o estilo arquitectónico escolhido em conflito com o espírito de hoje. Defendo a necessidade, nesta hora de inteira renovação, de se dotarem os serviços públicos com as instalações conformes com a sua categoria e função. Tudo quanto representa autoridade e poder tem de se apresentar à consideração pública num nível que, sem ostentações descabidas em terra pobre, se imponha pela sóbria dignidade, por austera decência.

O concelho de Oeiras albergava os seus Paços em moradia imprópria, sem carácter, sem cunho, sem possibilidades. Impunha-se que os instalassem em casa própria e se lhes desse o sóbrio e digno aspecto a que se tinha legitimamente o direito de aspirar. Por isso, estas obras foram delineadas, se executaram, e puderam felizmente ser levadas a cabo. Findas, esta vereação sente a íntima satisfação de já poder dizer: munícipes, esta é a «Casa da Câmara».

Que lhes reste o orgulho de já poderem proclamar: Aquela é a casa da nossa Câmara.

Concelho que deve o seu foral de vila ao Marquês de Pombal, concelho das mais fortes tradições pombalinas, quantos padrões a atestá-lo, desde as ruínas da Alfândega Velha, às muralhas do canal para a vila, à recordação da 1.ª Exposição Industrial da Europa, a perpetuar em monumento projectado, tudo impunha que, num quadro de evocação pombalina, os Paços do Concelho fôssem feitos. Por isso, êste local, por isso, o estilo e decoração que se adoptou.

Desta praça, em breve, partirá uma avenida e um parque, ligando-a com a estrada marginal, varanda onde a Costa do Sol se debruça no mar. É o tempo, juiz inexorável dos homens e das suas obras, há-de mostrar, pelo desenvolvimento progressivo dêste concelho, que a sua Casa Municipal ficou onde e como devia ficar, centro em redor do qual o município irradiará, fulcro de onde a tradição radiará, servindo de padrão, de escola, e, prouvera a Deus, que de salutar exemplo.

Excelência: A Câmara Municipal de Oeiras, colaborando nas Comemorações dos Centenários, estabeleceu para êste ano um programa de realizações. Anunciou-o e cumpriu-o em tudo quanto dela provinha. A cerimónia a que V. Ex.ª está presidindo é o acto apoteótico das manifestações concelhias. Por espírito de justiça, quero chamar-lhe «mais um milagre do entusiasmo construtivo de Revolução Nacional». Com tão pouco dinheiro e com tão pouco tempo, raros foram os que julgaram possível vivermos esta hora.

Queimaram-se energias, multiplicou-se a fé, o ardor, a vontade, nos que tiveram por missão dirigir; afirmou-se a coragem, o sacrifício, o espírito de disciplina, e a colaboração dos operários. Todos, todos os que foram chamados a contribuir por qualquer forma nêste impossível, feito orgulho de vencer, se deixaram possuir da volúpia do trabalho construtivo, sobrepondo à luta do pão de cada dia o entusiasmo da realização. Todos, exaustivamente, assentaram estas pedras com a sua energia, com uma férrea vontade, com sacrifício, com isenção, quási com sofrimento, mas sobretudo com uma grande certeza, com indomável tenacidade, com legítimo orgulho, com perfeita e devotada compreensão. Todos, sem excepção, e são todos os que nos olhos trazem hoje uma alegria comovida, um estranho brilho de triunfo, de enternecida satisfação.

Vejo-o nos olhos do povo dêste concelho, aquêle que desde a primeira hora acreditou no nosso trabalho, nos rodeou da sua simpatia, confiou em nós, nos deu o seu apoio, o seu auxílio, o seu aplauso tão largamente documentado, povo a quem agradeço a alta lição de civismo e de serenidade, povo admirável a quem devo o ter tornado possível a obra dêste município. Vejo-o nos olhos dos meus colegas de Vereação, Agostinho de Macedo e Jaime Athias, perfeitos no seu espírito de camaradagem, de desinteresse, tornando possível, pela unidade e pela coesão, pelo seu raro sentido de colaboradores, a nossa obra municipal. Vejo-o nos olhos do arquitecto Bernardo de Macedo, autor e executor do projecto dêstes Paços, crêdor das nossas felicitações e do nosso agradecimento.

Só o não vejo no olhar daquela insignificante minoria, constituída pelos palavrosos inúteis, pelos despeitados, pelos egoístas, por aquêles a quem cada vez mais é preciso gritar e demonstrar que a revolução continua.

Excelência: — Tudo, porém, quanto esta Câmara Municipal pôde fazer o devemos ao Govêrno da Nação. As possibilidades foram-nos dadas por intermédio do Ministério das Obras Públicas, à frente do qual felizmente se encontra S. Ex.ª o ministro Duarte Pacheco, o homem que fez do dinamismo um sonho e converteu o sonho em realidade, dando-se inteiramente em inteligência, actividade, entusiasmo às realizações que empreendeu.

Confia em S. Ex.ª êste concelho, em S. Ex.ª, que, por experiência própria, tão bem sabe quanto desgôsto, quanta arrelia, quanto pedaço de vida hora a hora ofertado, custa qualquer iniciativa, desde o momento inicial do primeiro projecto até que o fecho da abóbada a vem tornar perfeita e estável realidade; confia em S. Ex.ª êste concelho, de que os seus problemas vitais hão-de ser encarados de frente, hão-de ser escolhidos pela ordem da sua urgência; disse-o à população da vila da Amadora, quando, há dias, em tormento, se me pedia a execução do projecto de abastecimento de águas; repito-o hoje: — O concelho confia em S. Ex.ª, com a confiança que as realidades alicerçam.

Um dia chegará em que tudo o que hoje é ainda aspiração, projecto, anseio, surgirá como feito do passado, página da história concelhia já vivida, em que tudo será como êstes Paços do Concelho, que são passos já dados na caminhada para o futuro. Então, tenho a certeza de que o superior critério do Govêrno da Nação terá tomado a iniciativa, perfilhando a maior aspiração dêste concelho de criar, em Oeiras, um liceu. Tudo conduz à demonstração dessa necessidade sentida pela Costa do Sol.

Oeiras é o centro de figura lógico para a sua localização. A região, pelo número e categoria dos seus habitantes permanentes, merece-o e justifica-o. E os próprios fundamentos da política nacional o apontam como solução indicada, contributo para que o núcleo familiar se enraize na região escolhida para sua fixação, nela encontrando os elementos indispensáveis a uma mais fácil vida económica, a uma mais perfeita Justiça social.

Incansàvelmente, tem S. Ex.ª o Ministro do Interior levado de terra em terra, no calor da sua palavra eloqüente, o ensinamento da doutrina do Estado Novo, semente que mesmo em Terra má vai germinando. Ao mesmo tempo S. Ex.ª tem podido auscultar os sãos anseios dêste povo português, os seus sonhos, as suas aspirações, a sua inquebrantável vontade de viver em paz, com Deus e com os homens. *Assim somos aqui.*

Federados, por fôrça do disposto legal, com os Municípios de Lisboa, Cascais, Sintra e

Loures, cujos ilustres representantes nos deram a alegria de estarem hoje nesta casa, com êles nos mantemos em perfeita concordância. Temos a plena consciência de que trabalhamos, obreiros duma revolução que é nacional, para um bem que é comum. E sabemos ser gratos, gratos a V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, gratos ao Govêrno da Nação aqui representado, junto de V. Ex.ª, gratos à Nação, ela própria, que em virtude se desdobra e multiplica, escrevendo história em cada gesto seu. Povo tão estranho, nesta hora estranha, que além de tudo até sabe agradecer, como eu, seu filho, nêste instante agradeço:

A Deus, o que quis que eu fizesse e a alegria de me deixar viver êste momento. Ao Govêrno da Nação, o orgulho que cada dia me acrescenta, por ter nascido português, a coragem, o incentivo que me dá no seu exemplo, para que assim me ofereça ao labor construtivo de Revolução. Aos homens, os que me dirigem e os que eu dirijo, o terem sentido a minha sinceridade, o darem-me dia a dia esta certeza de que todos os sacrifícios são devidos a Portugal, para cuja projecção eterna todos nós lado a lado somos iguais na pressa de o servir, no orgulho de o servir, na glória de o podermos servir.

Excelência: — O povo português tem radicado no coração êste anseio remoto de em paz viver, com Deus e os homens. Ao proferir esta palavra «paz», instintivamente alfora ao meu espírito o recorte do mapa da Europa, em cujo extremo, Portugal, ou de mãos postas, ou de mãos dadas, reza ou traça a sua história antiga e a moderna.

Este ano, depôs-se sôbre o altar da Pátria o nosso Livro Santo. As mãos de V. Ex.ª, Portugal personificado, abriram-lhe os velhos e pesados fechos, corroídos por oito séculos. O vento vindo do mar uma a uma voltou as páginas de pergaminho cobertas de iluminuras. Nelas rebrilhavam em côres ainda vivas os apóstolos da Nacionalidade, num cortejo de símbolos, chagas de Cristo, Cruzes de Cristo. No velho pergaminho, negrejaram depois as águas-fortes do Calvário. E surgiram, por fim, em oiro que parecia sol, as narrativas da Ressurreição. Portugal, recolhido, assistia ao milagre daquela evocação.

Depois, de novo, as mãos de V. Ex.ª, que personifica Portugal, tocaram o Livro Santo. Nas páginas em branco, novas iluminuras se começaram a adivinhar e as linhas iniciadas eram de sol tornado oiro. Mas as mãos de V. Ex.ª já fecharam de novo os corroídos fechos, porque a história que é de hoje nós a vivemos, não a recordamos. Vivemo-la no regresso dos portugueses à labuta do campo, ao trabalho da oficina, ao labor da sua vida. Em paz partia para a histórica romagem, em paz regressa à história que constrói.

A vida portuguêsa, nesta hora mundialmente incerta e agitada, é feita, na serenidade das nossas consciências, em paz com Deus e os homens. E então, ao considerar a esteira luminosa desta revolução feita na paz, sabendo que nas fronteiras as flores vicejam, que nas estradas os carros de trabalho seguem seu rumo certo, que os morteiros que no ar sobem e detonam anunciam as romarias e as solenidades, que no Tesouro as reservas garantem previdentes medidas, que no silêncio dos gabinetes se estuda e se promove uma melhor distribuição, uma melhor justiça social, que esta hora presente se considera apenas como princípio, início duma Pátria para a qual a Revolução continua, sabendo, vendo, sentindo que a Nação em unisono confia, crê, colabora, conscientemente se sacrifica, afirma a continuidade do esfôrço, garante a unidade de espírito e de comando, mais forte do que um intuito, mais gritante do que uma verdade, precisa e definida como uma realidade, surge no meu espírito a evocação de alguém ausente nesta sala, mas presente, numa presença total, no coração de todos nós.

Alguém que foi quem traçou o caminho, alguém por cuja voz falou a consciência dum povo despertado, alguém cujo perfil começa já a desenhar-se, em traços luminosos, nas páginas em branco do nosso «Livro Santo». Alguém que, ainda há dias, V. Ex.ª, Sr. Presidente da República, interprete da Nação, de pé ovacionou. Alguém para quem vão as últimas palavras que desejo proferir, o grito político do concelho que represento: *Viva Salazar!*...

O discurso foi lido com a serenidade com que o sr. tenente Pereira Coentro encobre todo o seu grande entusiasmo de patriota e dedicado aos princípios do 28 de Maio. No entanto, nalgumas das passagens do seu belo trabalho, o orador deixou adivinhar a viva comoção de que estava possuído e que se transmitiu a tôda a assistência.

Uma prolongada salva de palmas coroou as palavras do orador e, a seguir, falou o deputado sr. dr. Botto de Carvalho.

O orador falou como um estranho ao concelho ou — disse — melhor ainda, como povo que olha, vê e agradece um bem que lhe é dado. Fez o elogio da obra da Câmara de Oeiras, fortemente inspirada na do govêrno do Estado Novo. Este deve estar satisfeito com a política de realizações de Oeiras como um espelho da sua própria obra. E, depois de ter feito o elogio do sr. tenente Pereira Coentro, afirmou:

«Oeiras, como todos os municípios do País, como o Estado, estão fazendo tantas e tão notáveis coisas, que a Nação dificilmente se apercebe da sua grandeza. Um dia, os vindouros prestarão homenagem aos homens que tão brilhante página estão escrevendo na História de Portugal.»

O sr. dr. Botto de Carvalho, estabeleceu, depois, o paralelo da antiga e nova política ao serviço da Revolução Nacional, desinteressada, construtiva, sem compadrios — política que se fez no concelho de Oeiras.

«O povo dêste concelho — disse o orador — ama e venera os homens que estão à frente do Govêrno da Nação. E ama os homens que estão à frente da sua Câmara, porque êles reflectem na sua política económica e social do concelho a política do Govêrno da Nação.

«É porque a imagem e semelhança é perfeita, é caso para dizer-se: a obra dêste Município deve satisfazer a obra do Govêrno da Nação.»

Respeitosamente, dirigindo-se ao Chefe do Estado, o orador, em rasgos de eloqüência, referiu-se às suas nobilíssimas qualidades de carácter e de bondade, e disse:

«V. Ex.ª, sr. Presidente da República, e o Govêrno da Nação deram, nêste momento, à Nação portuguêsa, qualquer coisa de tão grande, de tão extraordinário, que nós próprios nos não apercebemos bem dessa transcendência e só os nossos vindouros poderão verificar em tôda a sua plenitude a maravilhosa página da História que V. Ex.ª, sr. Presidente da República, e o Govêrno estão escrevendo para a Nação portuguêsa.

«Qual será a forma política de amanhã? Não sei, mas ela será, sem dúvida, aquela que mais fortemente saiba vincar a Indepedência absoluta e total desta Pátria. E' isso que tem feito o Chefe do Estado e o Govêrno da Nação.»

E depois de se referir, ainda, à personalidade ilustre do sr. Presidente, o orador terminou com um «viva» a Portugal, que foi repetido no salão e na rua, com vibrante entusiasmo.

Depois do discurso do deputado sr. dr. Botto de Carvalho, falou o sr. Presidente da República. Poucas mas carinhosas palavras proferidas naquele já conhecido tom de bondosa familiariedade que faz com que vejamos na augusta figura do sr. general Carmona, para além do Chefe do Estado, o amigo fiel e venerável.

Agradeceu as palavras de respeitosa amizade, proferidas pelos dois oradores e pronunciou frazes afectivas para o povo de Oeiras que se habituou a ver, na sua passagem para Lisboa, acenando-lhe com as suas mãos honradas de bom povo que trabalha e sabe respeitar. Infelizmente, passara a transitar pela magnífica estrada marginal, caminho mais directo e à beira da água — tendência de portuguêses — de maneira que ficou privado de tão amável e freqüente visita. E, como que, desculpando-se:

«Mas o culpado disso não fui eu... Foi o sr. Ministro das Obras Públicas...»

O sr. Presidente da República fez, depois, o elogio da actuação da Câmara de Oeiras, cujo progresso — afirmou — tem acompanhado com satisfação. O facto, além de significar o benefício do concelho, traduz, também, o amor pátrio e dedicação nacionalista das pessoas que se encontram à frente do município. E, dentre estas, cumpre-lhe destacar o seu presidente, sr. tenente Coentro, alma e fibra de patriota e cuja indomável energia é posta, sem hesitações nem esmorecimento, ao serviço da Nação. Fez votos para que Oeiras continue a progredir e afirmou esperar assistir ainda à inauguração de outros melhoramentos que o sr. Ministro das Obras Públicas não deixará de lhe dar o prazer de ver realizados. Para fechar o seu pequeno discurso, quis dar uma notícia agradável para o povo de Oeiras: resolvera galardoar o sr. tenente Pereira Coentro com o grau de Comendador da Ordem de Cristo.

Esta decisão do sr. Presidente da República foi acolhida com grandes aclamações e o Chefe do Estado, a seguir, entregou a vários empregados da Câmara as condecorações municipais com que foram galardoados. Os condecorados são os seguintes:

Com a medalha de oiro: os srs. dr. Mário Rodrigues, chefe da secretaria, com dezóito anos de serviço; José da Costa Cravo, tesoureiro, trinta anos; Leonino Simões, chefe dos serviços policiais, dez anos; Augusto Duarte, chefe da contabilidade, quarenta e dois anos. Com medalhas de prata: António Leonardo Anjos e Manuel Vicente Marques, fiscais, ambos com oito anos de serviço; Alfredo Rodrigues, canalizador, trinta e oito anos. Com medalhas de cobre: D. Natalina Gaspar dos Santos, funcionária da secretaria, dezasseis anos; Mário Gaspar Pinto, funcionário da secretaria, dezasseis anos; Alvaro Costa e Silva, desenhador, oito anos; José Monteiro, contabilista, oito anos; Joaquim Canas da Mata, dos serviços municipalizados, catorze anos; António Martins Gonçalves, motorista, cinco anos; Carlos Domingos Garcia, zelador, dezóito anos: Alvaro da Cruz Marota, fiscal, oito anos; Guilherme Gomes, carpinteiro, catorze anos; José Tavares, capataz, treze anos; Clemente Jorge, cantoneiro, trinta e cinco anos; Marcos Rodrigues da Silva, cartazeiro, treze anos; António Baptista e Pedro de Avelar, magarefes, ambos com onze anos de serviço.

Ao mesmo tempo que entregava as medalhas, entre os aplausos da assistência, o sr. Presidente da República dirigia aos condecorados palavras de cumprimento e de incentivo, abraçando-os, a seguir. Finda a cerimónia, o Chefe do Estado retirou-se para Cascais, enquanto os bombeiros e outras formações desfilavam perante os ministros e demais entidades.

Assim terminou a linda festa da inauguração do edifício da Câmara Municipal de Oeiras, digno e imponente fecho das Comemorações Centenárias no histórico concelho estremenho.

EM PALMELA

Enfileirou na vanguarda dos concelhos que maior luzimento deram às comemorações do Duplo Centenário e onde elas se revestiram de maior significado, tanto pela excelência do programa local, como pelo valor histórico da região, a mui nobre e vetusta Palmela. Para não tirar o sabor ao entusiasmo com que essas festas foram realizadas, damos a seguir a cuidadosa nota-resumo da primeira parte das comemorações, publicada no excelente diário *O Setubalense*, no seu número especial de 10 de Agôsto:

«As comemorações das Festas Centenárias, no distrito de Setubal, marcaram bem a sua posição. E' certo que desejaríamos que em todos os concelhos que o formam, as comemorações fôssem mais brilhantes e não roçando quási por uma miséria doirada, coa-o sucedeu. No entanto, desde que um espírito culto como é o de S. Ex.ª o sr. dr. Ornelas Pedreira, nos declarou que essas solenidades se deveriam levar a efeito só na vila de Palmela e seu castelo, acatamos a opinião autorizada de quem sabe e falemos por conseguinte das suas festas, onde não faltou nem imponência nem dedicação.

De facto e vendo bem, só numa localidade que possuisse um castelo com passado histórico como o de Palmela, é que tais solenidades se imporiam. Ali se bateram os cristãos contra os infiéis, ali se travaram combates sanguinolentos para a posse dêsse baluarte cujo reduto a gente do Fundador pretendia conquistar. Festejar, como Palmela o fêz, oitocentos anos depois, tão gloriosa epopeia que ainda se junta a tantas outras que teve o Castelo por testemunho e até por figura gigantesca, é facto para anotar. Os palmelenses compenetraram-se do seu dever e bem cumpriram o que propuseram. Foi êsse o seu maior galardão

Sem embargo, se Palmela não resolve por qualquer motivo secundar o pedido feito pela Comissão dos Centenários, o distrito pouco poderia mostrar que se interessava pelas datas históricas que são as primeiras da Nacionalidade.

Contudo, quem havia de dizer que Palmela saberia impôr-se de uma maneira tão brilhante?

Quando das primeiras reuniões efectuadas na sala das sessões da Câmara daquela vila, para se assentar no programa a levar a efeito, ouvimos as pessoas encarregadas de o gizar terem dito o que sentiam a tal respeito, quási trememos, receosos de que tudo ficasse apenas no papel. Felizmente que assim não sucedeu. Grandes homens tem o vizinho concelho, que tão bem compreenderam a missão que lhes era imposta!

Devem sentir-se satisfeitos pelo dever cumprido e ainda por terem dado uma verdadeira lição de civismo a quem se desinteressou do que para êles deveria ser dever.

Os principais números das festas fizeram-se. Outros, por onerosos e de menos valia, não deverão ser levados à prática, mas há ainda factos a comemorar, e Palmela não deixará de lhes imprimir solenidade. Os mais importantes cumpriram-se. Bastaria isso para trazer satisfeita tôda a população palmelense. E' que se costuma dizer que «morra o homem mas fique a fama».

O «Te-Deum» levado a efeito na igreja Matriz e a que assistiram as autoridades civis e militares, pessoas de representação e inúmero povo da vila; a brilhante oração histórica do rev. dr. Mário de Carvalho, o Cortejo Cívico que se dirigiu ao castelo, onde muitos milhares de pessoas escutaram o discurso que o ilustre Chefe do Govêrno pronunciou em Guimarães, a brilhantíssima sessão solene levada a efeito na sala das sessões da Câmara Municipal e em que falaram iraditos, com perfeito conhecimento da matéria que expendiam, o que tornou memorável a sessão; tudo, mas tudo, cocheu de imponência os actos que, por cumpridos religiosamente, se registam.

E tão importantes êles foram, e tão eloqüentes se nos mostraram, que a êles não faltou o ilustre Chefe do Distrito, ex.mo sr. dr. Barreiros Cardoso, e seu ilustre substituto, eng.º Manito Tôrres, a representação da autoridade militar, os meritíssimos juízes, os comandantes distritais da Polícia e da Legião Portuguêsa, rev. Vigário Geral, presidente da Associação de Assistência e muitos outros vultos, que difícil se nos torna enumerar, tão grande era a lucida representação que assistiu a êsses actos.

Palmela, com a sua almenara com as suas bandeiras, com os seus dísticos patrióticos, com o seu arco triunfal, com as janelas engrinaldadas de flores e decoradas com lindas colchas de sêda, com a alegria comunicativa do seu povo, com o seu bairrismo, foi a Palmela de sempre que, quando quere, quere. Este é o melhor elogio que se lhe pode fazer. «Quando quere, quere».

E mais grandiosas ainda poderiam ser as festas, se as obras do castelo não recomeçassem dias depois da inauguração das comemorações. Essas obras, se há muito eram desejadas, tornaram-se depois aborrecidas, porque impediam a comissão das festas de fazer vingar por completo o respectivo programa, pois, se teimasse, alguns números correriam o risco de só prejudicarem em lugar de elevarem. Haja em vista o que não sofreria a Exposição Histórica-Bibliográfica da Ordem de S. Tiago, que se projectava no castelo de Palmela, cujos exemplares se danificariam, visto que as obras em referência não puderam ser completadas.



Recepção às entidades oficiais, na Quinta do Anjo, Palmela

No entanto, o que se fez foi muito. Para êsse muito, a vila em pêso deu o seu quinhão de trabalho, de cooperação efectiva.

Pretendeu a Câmara alugar em Lisboa certa quantidade de bandeiras. Foi-lhes pedida uma verba tão elevada em contos de réis, que resolveu que as bandeiras fôssem feitas na própria vila, encarregando-se as senhoras de as confeccionarem graciosamente.

Nos banquetes a que obrigam tais festividades, tudo se fez com a «prata da casa». E' certo que os *menús* foram modestos, mas a Câmara não olhou a opulências, porque a sua modéstia tal lhe não permitia, no que andou bem.

Notaram-se grandes dedicações que é justo destacar. Em primeiro lugar, seja-nos permitido apontar o novel juiz de direito, sr. dr. Ornelas Pedreira.

Nunca notámos nêle um desfalecimento. Dotado de uma fôrça de vontade extraordinária e com um poder de atracção que o torna querido, S. Ex.ª e o ilustre médico sr. dr. Sousa Martins, outra alma de eleição, foram os hábeis dirigentes a que obedeciam os demais. Se dissermos que se desdobravam, que se triplicavam para a tudo olharem, não faltamos à verdade. O povo palmelense não poderá esquecer o que lhes deve; a Câmara Municipal deverá registá-lo em sua acta, quando do encerramento das solenidades e logo após a sua primeira reünião.

Mas, se a essas duas entidades se deve o muito do brilhantismo que as festas tiveram, à Câmara Municipal de Palmela e ao seu ilustre presidente se deve também a principal cota de esfôrço nas realizações levadas a cabo. E, se é certo que S. Ex.as descansaram em absoluto na Comissão das Festas, não é menos certo, também, que, prudentemente, iam acompanhando de perto os trabalhos da Comissão para que a esta nada faltasse, informando-se amiúde das despesas a pagar, eliminando muitas e corrigindo outras, não criadas pela Comissão que é crèdora de tôda a soma de elogios, mas por parte dos fornecedores que, quando se fala em festas, logo vão abrindo o «saco maior», para guardar os proventos.

Foi sempre assim e não seria agora que o costume fôsse alterado. E' uma coisa que está na massa do sangue do portuguesinho, que se pêla por fazer render o seu peixe.

Mas, recapitulando: Guardamos para final o falarmos de um dos actos mais distintos e que mais calou na opinião pública do vizinho concelho: o içar da bandeira da Nacionalidade no mastro grande do histórico castelo de Palmela.

Êsse acto teve simbolismo, teve grandiosidade. Falou por todos.

Aguardando que o Chefe do Govêrno começasse o seu discurso no castelo de Guimarãis, o povo, em enorme quantidade, e as crianças das escolas, na totalidade de várias centenas, esperaram a retransmissão da oração de S. Ex.ª o dr. Oliveira Salazar, que potentes auto-falantes «Philips» iam reproduzir.

Tudo a postos e o discurso começou, vibrante e empolgante.

Não se ouvia uma fala, um zumbido. O sol ia alto e houve necessidade de levar as crianças para a sombra.

Durante o tempo que o Chefe do Govêrno orou, todas as personalidades que haviam seguido no cortejo escutaram atentamente o que de Guimarãis se dizia ao País e, ao mesmo tempo, ao Mundo. No final, produziu-se uma manifestação grandiosa a Salazar, à qual tôda a gente se associou.

Na vila, os numerosos possuidores de aparelhos de rádio haviam por sua vez colocado estes próximo das portas dos estabelecimentos e das suas janelas, de maneira que a voz do nosso Chanceler encheu por momentos Palmela inteira.

Terminára o discurso.

Os clarins de Guimarãis ouviram-se distintamente.

Uma ordem do comandante do Têrço da Legião de Palmela ressoou. Os clarins do Têrço tocaram a marcha de continência, a banda da Legião executou a «Portuguêsa».

E todos — não houve excepções — se descobriram. Era o momento solenissimo em que a bandeira da Nacionalidade ia drapejar ao vento, nos mastros prèviamente preparados em tôda a terra portuguêsa e no estrangeiro, nas Legações e Consulados, casas de portuguêses, instituições lusitanas, etc., etc.

Em Palmela, foi o sr. dr. Barreiros Cardoso quem içou a honrosa insignia, enquanto uma salva de morteiros o saüdava e o povo se entregava a delirantes manifestações.

Foram assim, como se descrevem, as festas no vizinho concelho.

Cheias de animação e de patriotismo, elas não desmereceram do crédito que goza Palmela como vanguardista de todas as manifestações patrióticas e bairristas.»

Continuando o programa, realizaram-se pequenas festas soltas e «dias» nas diferentes freguesias do concelho. Destas, destaca-se a da Quinta do Anjo, que teve destaque especial, como se depreende pelo relato do repórter de *O Setubalense*:

Quando, em 7 de Julho, chegámos à Quinta do Anjo, trabalhadora freguesia, pertencente ao concelho de Palmela, não julgamos, confessamos, ir ver a localidade em festa. Era domingo, dia que o povo guarda para descanso, mas que, ali, é quási um dia de trabalho, pois que todos que possuem umas geiras de terra e mourejam durante a semana a sôldo de outrem, o aproveitam para as beneficiar.

Mas, em 7 de Julho, não se deu êsse facto. Todo o povo da freguesia quis provar o seu bairrismo e não a abandonou. A Quinta do Anjo ia ser visitada pelas autoridades máximas do distrito, e isso era o suficiente para que, a pé firme, ninguém abandonasse o local.

A festa começou, como deveria ter começado: ás 7 horas, alvorada pela banda da Sociedade Instrução Musical e salva de 21 tiros.

Ao som da música, o rapazio, marchando à sua frente, mostrava o seu contentamento. Nas janelas, rostos de interessantes mulheres espreitavam, a ver as ruas engalanadas, preparando-se com garridice e mostrando nos semblantes a alegria que lhes invadia as almas.

Estava cumprido o primeiro número do programa.

Perto das 15 horas, realizou-se o solene «Te-Deum», na igreja de Nossa Senhora da Redenção.

Templo completamente cheio. No altar-mór, as bandeiras dos agrupamentos corporativos e das sociedades de recreio. A' esquerda, a bandeira da Câmara Municipal, uma insígnia que deveria ter custado cara, tão bonita e tão bem trabalhada ela é.

O trono, majestoso de lumes e flores. No côro, um grupo de senhoras de Setúbal. E, à hora marcada, a cerimónia tinha o seu início.

Exposto o Santíssimo Sacramento, o rev. Moisés da Silva subiu ao púlpito. Linda e patriótica oração a sua!

Impregnada de amor pátrio, descreveu as façanhas dos portuguêses, desde o tempo da fundação da nacionalidade até aos nossos dias.

Depois, cantou-se o «Te-Deum», findo o qual, se organizou o cortejo cívico que ia aguardar, no limite da freguesia, a autoridade máxima do distrito.

Já então, nesse local, se achavam, com o mesmo fim, muitas personalidades militares e civis, que, encabeçando por fim o cortejo, esperava S. Ex.ª o sr. dr. Barreiros Cardoso, o qual, pontual como sempre é, chegou à hora que se havia estabelecido.

Cumprimentos. Depois o lançamento da primeira pedra para a Casa do Povo, discursos, a inauguração logo após, dos postos escolares, a visita às grutas pré-históricas, para a inauguração duma lápide, o corte da fita simbólica nas ruas onde foram macadamizados vários troços, à conta da Casa do Povo e da Junta de Freguesia, desafio de futebol, para inauguração oficial do campo de jogos, jantar oferecido a S. Ex.ª o sr. governador civil e, às 22 horas, grandiosa sessão solene na sala das sessões da Sociedade Instrução Musical, em que fluentes oradores enalteceram a trabalhadora freguesia da Quinta do Anjo, o Estado Novo, Carmona, Salazar, etc., etc., sessão essa a que se dignou presidir o ilustre chefe do distrito.

Eis, em súmula, o que foi o «Dia da Quinta do Anjo», formoso na benignidade do tempo, formoso pela maneira hospitaleira como todos os convidados foram recebidos, formoso pelo brilhantismo dos actos realizados e duplamente formoso por ter corrido com alegria.

Deve-se a Venâncio da Costa Lima, à vereação da Câmara, à Junta de Freguesia, à Casa do Povo, à Filarmónica Instrução e Recreio, a todos, enfim, da Quinta do Anjo, as horas inesquecíveis que aí se passaram em dia tão memorável, dia em que o Estado Novo conseguiu mais um triunfo. Honra a todos, pois.

A freguesia do Pinhal Novo dedicou o dia 4 de Agôsto às suas festas Centenárias, com o seguinte programa:

A's 17 horas — Recepção às Entidades Oficiais, sendo prestada a guarda de honra pelo 3.º Têrço da L. Portuguesa; *ás 17.30* — Inauguração de duas Escolas Oficiais e de um trôço de estrada macadamizada e do lançamento da primeira pedra para o Bairro Santos Jorge; *ás 18.30* — Sessão solene e *ás 21 horas* — Concêrto pela Sociedade Filarmónica local e arraial popular.

No dia 25 do mesmo mês, a freguesia de Maraleca fez a sua festa com êste programa:

A's 17 horas — Recepção às entidades oficiais, sendo a guarda de honra prestada pelo 3.º Têrço da L. Portuguesa, com respectiva banda de música; *ás 17,30* — Lançamento da primeira pedra para o edifício da Junta de Freguesia; *ás 18 horas* — Sessão solene e *ás 21 horas* — Concêrto musical e arraial popular.

Palmela comemorou o 1.º de Dezembro, dentro do programa, com uma conferência sôbre a Restauração; representação da peça histórica «1640», e concêrto da banda palmelense. Finalmente, no dia 2, encerraram-se as festas com uma sessão solene, nos Paços do Concelho, sob a presidência do sr. Governador Civil, ladeado pelos srs. Venâncio da Costa Lima, eng.º Manito Tôrres, drs. Ornelas Pedreira e Sousa Martins, e outras personalidades. Falaram vários oradores, entre os quais o sr. presidente da Câmara, que produziu um notável discurso, que terminou com os seguintes períodos:

Palmelenses, e portuguêses: está à prova em todo o mundo o valor de cada nação, nêste momento de transformação, a que o mundo está assistindo, e a melhor prova que podemos prestar é demonstrarmos o nosso patriotismo, a nossa obediência ao govêrno do Estado Novo, para nos tornarmos unidos, fortes e respeitados, e fazermos, pelo nosso trabalho e pela nossa inteligência, a produção máxima do nosso país, para que se chegue o comer bom, e o bem estar para todos os portuguêses, sem os racionamentos que hoje são usados numa parte do mundo.

Desta forma, poderemos continuar, para todo o sempre, como nação livre e independente, a festejar o 1.º de Dezembro.

Dentro desta Pátria tão grande, e tão amada, que nada há maior nem mais querido para nós do que êste nome, que nos faz estremecer de alegria quando o pronunciamos, dizendo: Portugal é só dos portuguêses.

A Câmara Municipal de Palmela nomeou o sr. dr. Ornelas Pedreira cidadão honorário daquela vila.

EM PENICHE

A participação de Peniche nas Comemorações Centenárias caracterizou-se, principalmente, pela sua colaboração na exposição de Leiria e nas festas oficiais da provincia, nas Caldas da Rainha. A' primeira, Peniche enviou as suas rendas famosas e as conservas de apresentação impecável. Os pescadores fizeram-se representar dignamente no magnífico programa leiriense e no *stand* do concelho estiveram sete rendilheiras a trabalhar durante as festas.

Nas comemorações das Caldas da Rainha, fez-se, também, representar com rendilheiras e grupo de pescadores, marcando galhardamente o seu lugar entre as actividades da provincia. Peniche enviou, ainda, rendilheiras à Exposição do Mundo Português.

Na vila, houve as cerimónias que constavam do programa geral e que foram: missa solene na igreja de S. Pedro; hasteamento da bandeira nos Paços do Concelho, com grande solenidade e assistência da Legião Portuguêsa, Bombeiros Voluntários, Banda Musical Penichense e muito povo. A bandeira foi igualmente hasteada em todas as repartições públicas, quartel da L. P., casas particulares, instituições de beneficência e outras colectividades.

No salão nobre da Câmara Municipal, realizou-se uma sessão solene, durante a qual falaram, referindo-se ao significado das festas, os srs. Presidente da Câmara Municipal e dr. Bonifácio da Silva. Nas escolas, realizaram-se festas e palestras e a banda local deu concertos públicos.

EM PORTO DE MÓS

O concelho de Pôrto de Mós, que também tem o seu lugar nas glórias do passado e nas afirmações do presente, contribuiu largamente para engrandecer o período festivo que Portugal viveu, com a comemoração dos oito séculos da sua existência.

Sentiu a Câmara Municipal o alto significado das festas que o Chefe do Govêrno da Nação planeou para festejar êste ano áureo e não se poupou a esforços e canseiras para conseguir a realização de certas obras, que ficarão a assinalar, não só a data das Festas Centenárias, como também a prosperidade que, por Graça de Deus, nos é dado desfrutar.

Foi pelo velho castelo que, em 1148, D. Afonso Henriques tomou aos moiros e que teve por primeiro alcaide-mór o semi-lendário D. Fuas Roupinho, mais tarde perdido outra vez e reconquistado e reconstruido por D. Sancho I, que se encetaram os trabalhos do vasto plano de obras elaborado pela Câmara.

Em ruinas há já alguns anos, eram bastante dispendiosas as obras de restauro dêste padrão da nacionalidade, que a Câmara Municipal, só por si, não poderia custear, tendo-as subsidiado inteiramente a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que lhe restituiu a beleza e majestade perdidas. Em 2 de Junho, data da inauguração das festas nacionais, ali se reüniram, numa apoteótica manifestação de fé, a Câmara Municipal, Juntas de Freguesias, funcionários públicos e muito povo, tendo o deputado da nação sr. dr. Augusto Crespo içado as bandeiras Portuguêsa e da Fundação. Este senhor pronunciou uma brilhante oração, em que recordou os feitos gloriosos dos portuguêses de há 800 anos e enalteceu os não menos gloriosos portuguêses a quem foram confiados os destinos da nação — Carmona e Salazar. Com a participação do Estado, viram os habitantes desta vila estremenha realizada, êste ano, uma das suas mais velhas aspirações — a rêde de abastecimento de águas — que só a tenacidade incomparável da Câmara poderia ter conseguido, dados os parcos recursos do seu orçamento. Foram avultadíssimas as despesas feitas com êste melhoramento, pois, além da captação da água a grande distância, foi, também, necessário construir uma central elevatória, com o mais moderno material, a-fim-de levar a água à vizinha povoação de Eiras da Lagôa, a um quilómetro a nascente desta vila.



Castelo de Pôrto de Mós

À parte sul da vila, denominada «Rossio», também sofreu grande transformação, pois o vasto recinto de que se compunha foi primorosamente ajardinado e tornado local aprazível e de bom gôsto, no que muito tem sido louvada a Câmara Municipal, que também conseguiu da Direcção das Estradas do Distrito de Leiria, a substituïção da velha ponte, à entrada da vila, pelo lado poente, por uma outra de cimento armado e construida com todos os requisitos técnicos empregados presentemente em obras desta natureza.

Finalmente, como afirmação da vida económica, do passado histórico e da beleza da região, fez-se êste concelho representar na Exposição Distrital de Leiria, com o «Pavilhão do Concelho do Pôrto de Mós», ali mandado construir pela Câmara Municipal.

Animada da boa vontade que sempre tem presidido aos seus actos, levará a Câmara Municipal a efeito dentro em pouco, uma série de notáveis obras, que marcarão, vincadamente, a época de ressurgimento que o Estado Novo tem feito chegar a todos os recantos da terra portuguêsa, pois existem ainda certos problemas de interêsse económico, que carecem de rápida solução, como sejam a criação da «Casa do Povo» e do «Grémio da Lavoura».

No tocante às povoações do concelho, tem sido bastante fértil a acção da Câmara, que a todas tem feito chegar, nas medidas do possivel, os benefícios da politica e da administração do govêrno do Estado Novo.

NO SEIXAL

Dia 2 de Junho — Inauguração solene das Comemorações Centenárias, com «Te-Deum» na igreja matriz desta vila, a que assistiu todo o elemento oficial. Ladeavam o altar-mór um castelo da Mocidade Portuguêsa e uma lança da Legião Portuguêsa.

Dia 4 de Junho — Com a presença do presidente e vereadores da Câmara Municipal e de mais elementos oficiais, realizou-se, pelas 12 horas, o hasteamento da bandeira da Fundação, pelo presidente da Câmara. Antes desta cerimónia, foi transmitido à assistência, por intermédio de auto-falante, o discurso de S. Ex.ª o Sr. Presidente do Conselho, pronunciado em Guimarães.

Estavam concentrados, além de muito povo, seiscentas crianças das escolas do concelho, empunhando pequenas bandeiras da Fundação; cinco bandas de música do concelho, representações, com os seus estandartes e bandeiras, da Casa dos Pescadores, Casa do Povo de Amora, sindicatos dos Corticeiros e Descarregadores, Associação Comercial, todos os clubes desportivos do concelho, três castelos da M. P. e uma lança da L. P.

Dia 29 de Junho (Festa tradicional da vila) — Além das tradicionais festas a S. Pedro, com arraiais, ornamentados com motivos históricos, realizou-se a inauguração solene da *Bandeira da Vila*, grande aspiração dos seixalenses, e que foi, pela primeira vez, içada no mastro principal do edifício dos Paços do Concelho, por um velho pescador.

Dia 30 de Junho — Foi aberta a Exposição Industrial Agrícola e Colectivista, grande demonstração da vitalidade do concelho. Esta exposição, que, pela primeira vez, se realiza aqui, foi iniciativa do presidente da Câmara e a sua ornamentação foi entregue a um grupo de rapazes desta vila. Guardou a Câmara para a data gloriosa de 1.º de Dezembro a inauguração de um novo e grande edifício, destinado a quartelamento da Guarda Nacional Republicana, instalações dos Registos Civil e Predial e sede da Junta de Freguesia. Esta obra, executada dentro do programa das Comemorações Centenárias do concelho, foi feita exclusivamente a expensas da Câmara, e o seu custo elevou-se a 120 contos.

Fez-se, também, durante êste ano, a construção da rêde de esgotos da zona alta da vila do Seixal, obra esta comparticipada pelo Estado, e que importou em 110 contos.

EM SESIMBRA

Foram brilhantes as festas comemorativas do Duplo Centenário em Sesimbra. Conforme o programa, no dia 2 de Junho, celebrou-se, na igreja matriz da freguesia de S. Tiago, solene «Te-Deum», com a assistência de todo o elemento oficial e de muito povo.

Às 16 horas, no salão nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão solene, presidida pelo sr. major Joaquim Mateus Prêto Chagas, presidente da Câmara, que era ladeado pelos srs. Carlos Ferreira Lourinha, Joaquim António Carvalho e Oliveira, vereadores da Câmara; Manuel de Magalhãis, delegado marítimo; dr. José Valente de Araújo, da União Nacional; rev. Lopes Seixal, prior de Santiago; rev. Pereira de Almeida, prior do castelo, e José Brás Roquete, comandante dos Legionários de Sesimbra.

Usaram da palavra, os srs. major Prêto Chagas, Jorge António de Campos, dr. Manuel José da Costa Júnior, José Prêto Chagas e rev. Pereira de Almeida.

Todos os oradores fizeram entusiásticas alocuções, salientando e enaltecendo a obra civilizadora dos portuguêses.

Os oradores foram entusiásticamente aplaudidos pela vasta assistência, tendo-se erguido delirantes vivas a Portugal.

À noite, a esplanada do Atlântico foi profusamente iluminada, e a banda de Sesimbra, sob a regência do seu mui digno maestro, capitão Fontoura Rebêlo, realizou um magnífico concêrto.

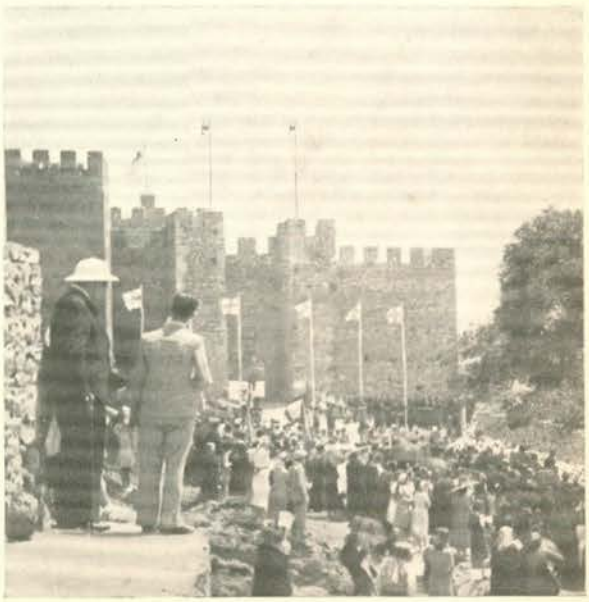
No dia 4, a vila apareceu em festa, embandeirada e engalanada. Muitas centenas de pessoas dirigiram-se para o castelo, reduto da Pátria que, em 1165, aqui impôs a sua bandeira. Os sesimbrenses associaram-se com entusiasmo à cerimónia do hasteamento do pavilhão de Afonso Henriques numa das muralhas, o que se fez com tôda a solenidade. Organizou-se um grande cortejo de romagem ao castelo, constituído pelas crianças das escolas oficiais, de Santa Joana, grupos desportivos do concelho, colectividades recreativas, Bombeiros, Combatentes da Grande Guerra, Legião Portuguêsa, Câmara Municipal (com todo o elemento oficial) banda de música e muito povo, que ostentava bandeiras da fundação.

No castelo, o cortejo estacionou junto às muralhas e, hasteada a bandeira, a banda executou os hinos Nacional e da Restauração, enquanto a multidão rompia em delirantes «vivas» a Portugal.

Falou o rev. António Pereira de Almeida, prior da freguesia do Castelo, que proferiu a seguinte alocução:

Portuguêses: — Não há solidão no túmulo, quando o espírito da Pátria vela e acaricia um cadáver; não há clareiras na história para aquêles que dedicaram a vida inteira ao serviço do seu país.

Felizes dos povos que não têm história — disse um dia alguém —: e o sr. dr. Júlio Dantas, no seu magistral discurso, pronunciado ante-ontem à noite, no palácio da Assembléia Na-



Cerimónia do hasteamento da bandeira da Fundação no castelo de Sesimbra

cional refuta esta afirmação, exclamando: «Não! Não ter história é quási não ter pátria. Felizes, ao contrário, os povos que têm história, porque lhes é dado o júbilo de a recordar. Felizes dos povos que têm história, disse, porque ela constitue fonte profunda e inesgotável das suas energias morais, porque, na hora do combate, ela os reveste de armas refulgentes; porque, a cada passo que dão, sentem atrás de si o rasto da sua própria imortalidade.

O que é a vida, senão a história que começa?!... O que é a história, senão a vida que continua?!...»

E assim é, portuguêses; continuámos a nossa vida, continuámos a nossa história, fazendo, a esta hora, solene comemoração dessa data gloriosa — 1140, data do nascimento do nosso querido Portugal.

Estas comemorações centenárias revestem maior solenidade, no nosso concelho, dentro das muralhas dêste castelo, reduzido ao poder dos cristãos, em 1165, pelo próprio D. Afonso Henriques.

Oito séculos são, para êle, quási passados e, no alto daquela tôrre, voltou a ser desfraldada a mesma bandeira que, ao fundador, serviu de estola na vida e de mortalha na morte.

Ouvistes, portuguêses, há momentos, a voz do Presidente do Conselho, que, em Guimarãis, bêrço da nacionalidade, se dirigiu a todo o Império português, após o que, ... lá como aqui... aqui como em todo o mundo português, foi hasteada a gloriosa bandeira da fundação da nacionalidade portuguêsa.

Saudêmo-la, adorêmo-lo!

— Bandeira — o símbolo augusto, a imagem querida da Pátria! Em tôda a parte e sempre... no meio do aspecto gigante das selvas, aos ardores do sol, ondeando com o cálido sôpro do levante, ou pendida no calmo silêncio das noites, fala-nos das carícias do bêrço e das alegrias do lar, lembra-nos o nítido azul do céu da península, a verdura dos campos e o matiz dos arvoredos, as montanhas e os vales, os rios e as praias, os jardins e as flôres do nosso querido Portugal!...

E' o campanário da branca igrejinha da nossa aldeia, onde se levantaram as primeiras inspirações da nossa fé, é, numa palavra, êsse conjunto de belezas que oferece a terra onde se nasce e onde têm uma elegância especial as árvores da encosta, uma frescura peculiar a fonte do vale e uma harmonia indizível as aves que decantam.

E... nesta adoração enternecida, nêste ardente enlêvo ... o pavilhão nacional é o broquel que nos defende nos combates contra o assalto das feras e a deslealdade dos homens, é a estola da nossa missão, e o espelho dos nossos sorrisos, é o sudário das nossas lágrimas e o troféu dos nossos empreendimentos.

Gentilíssimas damas, delicados açucenas das margens dêste Oceano, educai vossos filhos nas sinceras crenças e altos deveres do civismo, falai-lhes sempre no amor da Pátria

Mocidade! Mocidade em flor! A'vante! A'vante!... Deixai que eu vos brade bem alto: Sentinela, àlerta!... A'lerta está! Quem vem lá?!... Portugal. Deixai passar... Portugal! Portugal! Viva Portugal!...

Ao terminar, o orador foi delirantemente aplaudido.

A' noite, foi queimado, lindo fôgo de artifício no castelo, que produzia um efeito deslumbrante, e na esplanada do Atlântico houve iluminação e música até à 1 hora da manhã.

A bandeira da Fundação foi hasteada em todos os edifícios públicos, colectividades desportivas, recreativas e em muitas casas particulares.

No dia 10, realizou-se, na Sociedade Recreio Sesimbrense, uma sessão solene de homenagem a Camões.

Com a sala replecta de uma vasta e selecta assistência e sob a presidência do rev. Lopes Seixal, prior da freguesia de Santiago, secretariado pelos srs. João Pereira Ramada Crespo, membro da direcção da Sociedade, e o nosso colega João da Luz, o académico Jorge Antônio de Campos falou do poeta, da sua vida e obra, e recitou, a-propósito, alguns dos seus magníficos sonetos, terminando o discurso com os seguintes períodos:

Hoje, passa o centenário dêsse espírito grandioso, que, como um farol, desponta das brumas do passado, iluminando o futuro da Pátria.

Grande entre os grandes, êle pode considerar-se uma síntese da própria nação — poeta e soldado.

E, quando, pelo Mundo fora, agitado em acesa luta que parece abalar o edifício da própria civilização, vos preguntarem qual o vosso país, dizei: — Portugal.

Mas se, estranhos ao grande papel que tivemos na história da Humanidade, vos preguntarem, por ignorância ou sofisma, o que é Portugal? — podereis dizer, com todas as fôrças dos vossos pulmões, num vibrar sentido da nossa alma: — Portugal é Camões!

Falou, depois, o sr. Libânio Saraiva Limpo, que proferiu uma brilhante oração sôbre a epopeia aventurosa dos portuguêses, na qual se inspirou Camões para a sua obra poética.

E terminou da seguinte forma:

Sentimos em volta alguma coisa de subtil, de vaporoso, que nos acaricia e deslumbra. Umas cãs venerandas a poisarem-nos ao de leve sôbre o peito, uns braços exaustos a envolverem-nos num abraço amigo, um hálito que se junta ao nosso hálito, um coração que pulsa com o nosso coração, uma alma que vibra com a nossa alma — é o velho, é o glorioso Portugal, que está junto de nós, a dar-nos coragem, a estimular-nos para que o salvemos.

E nós levantamo-nos, ébrios de entusiasmo, a alma a arder em esperança, a diluir-se em amor, e soltamos êste grito enorme, imenso, colossal, que vai, levado nas brisas e nos tufões, nos regatos e nas torrentes, no perfume das flores e nas ondas do mar e que, de quebrada em quebrada, de montanha em montanha, lá vai correndo o mundo, ecoando pela terra, sem que haja poder humano capaz de emudecer-lhe o som ou empanar-lhe o timbre.

Havemos de salvá-lo! Viva Portugal!

Ambos os oradores foram muito aplaudidos, tendo o presidente encerrado a solenidade, congratulando-se pelo significado patriótico da sessão e forma elevantada como foi consagrado Camões pelos sesimbrenses.

No dia 14, realizou-se, na mesma colectividade, uma interessante festa escolar, e, nos dias 23, 24, 28, 29 e 30, movimentadas festas populares e iluminações, como já havia acontecido nos dias 12 e 13.

No dia 14 de Julho, realizou-se nova sessão, desta vez para solenizar os descobrimentos marítimos.

No mesmo dia, houve concêrto público, pela banda da Sociedade Musical Sesimbrense, e, à noite, arraial, que prosseguiu nos dias 28, 1 e 25 de Agôsto e 5 e 6 de Outubro. Entretanto, os grupos desportivos deram a sua valiosa colaboração às festas, efectuando um torneio especial de ciclismo. Os particulares realizaram, por seu turno, interessantíssimas festas, passeios e romagens, além de solenidades religiosas, conferências, etc.

A participação de Sesimbra na festa distrital da Estremadura foi brilhante. Dela dá conta o magnífico semanário local *O Cesimbrense*, do qual recortamos os seguintes períodos:

Como todos os outros, êste pavilhão (de Sesimbra) nada tem de espaventoso, mas o visitante é imediatamente atraído pela sua graça, leveza e simplicidade.

Serve de fundo uma alegoria á vila e as armas respectivas. A pintura moderna influenciou um pouco êste pormenor, se bem que tôda a exposição sofra do mesmo mal. Completam êste fundo uma colecção de fios para as diversas pescas. Dum lado e outro, vemos ainda miniaturas duma traineira e duma fragata.

Na parte central do pavilhão, sôbre um estrado coberto com areia, talvez de Sesimbra, admirámos variadas armações em miniatura dipostas como quando lançadas ao mar.

Dentre ela destacamos, talvez pela sua maior complexidade, a «Armação Dupla á Valenciana», produzindo um efeito interessantíssimo. Servindo de complemento, encontramos, a rodeá-la, outras pequenas armações, tais como a da pesca á lula, um pequeno barco em construção, com uma completa colecção de ferramentas em delicadíssima miniatura, armação sacada para a sardinha, aparelhos para a pesca do alto e vários modelos de barcos de pesca e de recreio, usados em Sesimbra.

Tudo ali recorda a risonha praia! Tudo? Não!... Excepto uma coisa. A graciosa moçoila que elucida os visitantes não é de Sesimbra... o que é pena!

A decoração foi feita por J. Baptista, J. Espinho, H. Xavier e H. Baptista.

Bem haja a Câmara de Sesimbra, que tão bem soube representar a vila, nêste interessante certame. Os nossos parabéns.

E sôbre a sua parte no imponente «Cortejo da gente do Mar», quanto aos pescadores de Sesimbra:

São trinta homens, lôbos do mar, caras tisnadas pelo sol bendito. Rostos expressivos de quem está acostumado a encarar a amplidão das vagas em luta constante com o Oceano. Cabeças erguidas, no rosto sinal de orgulho! Orgulho de representar a vila de Sesimbra que sempre trazem no coração. E bem a representaram! Com que aprumo desfilaram, envergando os seus fatos de pesca e transportando as suas rêdes!

Os aplausos não escassearam. E nesses aplausos, era envolvida a vila de Sesimbra.

EM TORRES VEDRAS

Tôrres Vedras antecedeu as Festas Centenárias, como sucedeu com Óbidos com o magnífico Congresso Eucarístico, que se realizou em Maio. A tocante manifestação de fé reüniu na sede do concelho muitos milhares de pessoas, facto que pode considerar-se um acontecimento de grande valor moral para a laboriosa região.

Tal qual aconteceu noutras localidades, onde o sr. Cardial Patriarca levou o carinhoso influxo espiritual da sua palavra, o ilustre príncipe da Igreja Portuguêsa viu, menos com surprêsa do que com comovido regozijo, chegarem-se respeitosa e alvoroçadamente ao altar almas arredadas de não menos arredados lugarejos do fertilíssimo concelho. O espectáculo esplendoroso da comunhão — a primeira em muitos casos — de milhares de crianças e de adultos, revestiu tal espiritualidade e grandeza emocional, que muitos joelhos refractários se dobraram, sentindo-se esvoaçar as almas para em tôrno da púrpura patriarcal, iluminada pelo poder da sua representação divina e pelos dons pessoais de grandes virtudes e irresistível simpatia que emanam da sua augusta personalidade.

Este acto pode, pois, considerar-se o primeiro das comemorações centenárias no concelho de Tôrres Vedras, pois que o sr. D. Manuel Gonçalves Cerejeira não esqueceu, durante a celebração, de evocar, com rasgos de grande patriotismo e de recolhida homenagem, a memória dos portuguêses que fundaram e propagaram Portugal e a sua fé.

Nas datas próprias, realizaram-se os actos oficiais das Comemorações, simples mas solenes, largamente abrilhantadas pelo concurso do povo, das entidades oficiais e das instituïções particulares.

As bandeiras da Fundação e da Restauração foram hasteadas entre as aclamações populares, o repique dos sinos e o estralejar dos foguetes, e as sessões de inauguração e do encerramento das festas caracterizaram-se pela gravidade do seu significado e entusiasmo do povo. Houve festas particulares, sessões vários, arraiais, e outras manifestações públicas, etc., dando a tôdas elas o seu concurso a magnífica banda dos Bombeiros Voluntários.

ADVENIAT · REGNUM · TUUM



Sua Eminencia O Senhor
Cardial Patriarca de Lisboa
D. Manvel Gonçalves Cerejeira

QUEM É E COMO VIVE

o Senhor

Cardial Patriarca



S. E. quando da sua viagem à América do Norte

AINDA hoje se não apagou da memória de quantos o viveram — e vão passados já mais de dois lustros — o entusiasmo verdadeiramente fora do vulgar com que todo o Portugal, o católico e até o indiferente, acolheu, naquele ano, que já parece longínquo, de 1928 a nomeação do Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira para Arcebispo titular de Mitilene e auxiliar do Cardial Patriarca de Lisboa, então o venerando e ilustre D. António Mendes Belo.

Todos nós, até mesmo aquêles que ainda não largaram a casa dos trinta anos, já assistimos, pelo menos, à eleição de dez ou quinze bispos. Temos visto suceder a figuras ilustres de Prelados outros não menos insignes na virtude e no saber, sem que todavia tais sucessões tenham constituído o verdadeiro acontecimento nacional que foi a eleição do actual Chefe da Igreja Portuguêsa para a sua primeira dignidade espiscopal — o Arcebispado titular de Mitilene. Portugal, de norte a sul, sentiu que àquele padre novo elevado às honras do Episcopado, em plena mocidade, iria caber uma grande e elevada missão, na recondução definitiva desta Pátria gloriosa de tantos séculos, à doutrina da Igreja, ao Amor de Deus de que a loucura dementada duma política lamentável a afastara. Mestre reputado e notabilíssimo da nossa primeira Universidade, já por Coimbra o Doutor Cerejeira mostrara a sua grande alma de Apóstolo, a sua edificante virtude de sacerdote, a sua têmpera de intelectual da melhor água. O País inteiro conhecia-lhe a acção verdadeiramente revolucionária — no bom sentido da palavra — com que galva-



O Sr. D. Manuel G. Cerejeira, estudante de Teologia

MUNICIPAIS DE



Bernardino dos Santos, professor das primeiras letras de Sua Eminência

nizara o espírito dos rapazes do seu tempo e conquistara as suas almas para Deus. Falava bem eloqüentemente dêle, e da sua acção, êsse sempre querido e glorioso C. A. D. C. ao qual o Doutor Cerejeira quisera sempre tanto, como às meninas dos seus olhos.

E nessa enorme e altruística obra de ronovação espiritual em que se empenharam nomes como os de Salazar, Pacheco de Amorim, Carneiro de Mesquita, Ferrand de Almeida, Providência e Costa, Meneses Cordeiro, Amorim Girão, Correia Pinto, António Cordeiro, os irmãos Denís da Fonseca, Mário de Figueiredo, Carlos Mendes, Teixeira Neves, Almeida Correia, Lopes de Melo, João Maria Pôrto, João Francisco Cavaco e tantos e tantos mais, cuja citação se torna, senão impossível, pelo menos fastidiosa, o actual Cardial Patriarca teve um papel dos mais preponderantes.

A sua passagem por Coimbra, quer como estudante, primeiro, quer depois como Mestre, ainda é hoje recordada como uma das mais belas páginas da vida académica de há trinta anos para cá.

Possuindo tôdas as virtudes e qualidades da gente decidida e forte da sua Província — o venerando e eminente Prelado é minhoto de nascimento, pois viu a luz da vida na freguesia de Santa Marinha de Lousado do lindo concelho de Famalicão, sendo filho do sr. Avelino Gonçalves Cerejeira e da sr.ª D. Joaquina do Sacramento de Jesus Rebêlo, — desde muito novo que o futuro Patriarca de Lisboa começou evidenciando o seu admirável talento.

Apenas com onze anos, matriculou-se como aluno externo no Seminário Liceu de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarãis.

Depois de ter concluído com distinção o 5.º ano do Curso dos Liceus, matriculou-se, em 1905, no Liceu de Alexandre Herculano, do Pôrto, onde fêz, também com distinção, o Curso Complementar de Letras.

Desde 1906 a 1909, foi aluno do Curso de Teologia do Seminário Conciliar de Braga, sendo sempre classificado com *acessit* e prémio.

Terminado o curso do Seminário, matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, conseguindo, ano após ano, as mais elevadas classificações em tôdas as Cadeiras. Em 1912, fazia a sua formatura em Teologia, com a classificação de muito bom, equivalente a dezoito valores. Um ano antes, em 1 de Abril de 1911, havia sido ordenado Presbítero. Ainda em 1912, matriculou-se nas Faculdades de Direito e Letras, não chegando a concluir a formatura na primeira.



O Sr. Cardial Patriarca recebendo o enviado de «da Estremadura»



O Sr. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, professor de letras

JORNALISTA de grandes e notáveis qualidades, foi o primeiro director do jornal católico *O Imparcial*, fundado pelo dr. Carneiro Mesquita então seu colega e amigo, e hoje, como seu secretário particular, um dos seus mais próximos e valiosos colaboradores.

O que foi a obra do actual Cardial Patriarca como jornalista está ainda palpitante, viva, nas colunas dêsse simpático seminário, verdadeira tribuna onde só a boa doutrina foi prègada, onde se enfrentou com desassombro, dignidade e grande aprumo moral, as então tam repetidas investidas da Demagogia.

O estudante de Coimbra, que então era apenas o Padre Gonçalves Cerejeira, revelava-se já um grande e admirável temperamento de Chefe, um grande condutor de almas. Ficaram célebres, e ainda hoje são lembrados, alguns dos seus artigos que constituíram polémica e foram acção, que eram da mais pura apologética, na difusão da boa doutrina.

No entanto, nem os seus trabalhos de combatente de primeira linha o afastaram nunca dos seus deveres de sacerdote, de estudante e de intelectual. Ainda como estudante, publicou o seu primeiro trabalho literário, a que deu o simples mas enternecedor título de *Meu Primeiro Sermão*.

Logo aqui, o futuro purpurado se afirmou um escritor do mais fino recorte literário, senhor do melhor e mais cuidado estilo. Em 30 de Janeiro de 1918, defendendo tese sob o título *O Renascimento em Portugal. — Clenardo*, doutorou-se em Letras, conseguindo a classificação de «muito bom» (20 valores). Um ano depois, em 5 de Novembro de 1919, por proposta do conselho da sua Faculdade, foi nomeado para o lugar vago de professor ordinário do 4.º Grupo (Ciências Históricas). Seguidamente, regeu ainda as cadeiras de História Antiga, Propedêutica e História Geral da Civilização, História Moderna e Contemporânea, História de Portugal e História das Religiões.

Exerceu também os cargos de arquivista paleógrafo e, mais tarde, de director do Arquivo da Universidade. Em 1920, a Academia Real da História de Madrid, como prémio e consagração dos seus trabalhos históricos, nomeou-o seu sócio correspondente. De 1921 a 1928, regeu, no C. A. D. C., um Curso de Religião e Apologética. Ao mesmo tempo, continuava exercendo a função jornalística, colaborando com assiduïdade no *Correio de Coimbra*, órgão da Comissão diocesana do Centro Católico e também na revista *Estudos*, do C. A. D. C.

Estas actividades não o inibiam dos seus trabalhos literários e foi assim que, em 1924, publicou o seu notável livro *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, cujas edições se têm sucedido até à actualidade.



A igreja de Santa Marinha de Lousado, onde S. E. disse a primeira missa

Arcebispo de Mitilene

23 de Março de 1928, o Santo Padre Pio XI escolhia o Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira para Arcebispo titular de Mitilene, auxiliar do Cardial Patriarca de Lisboa.

Coimbra, o Pôrto, Lisboa, e todo o resto do País, que conheciam e admiravam o ilustre Professor Universitário, receberam em festa a eleição pontificia. No dia 17 de Junho de 1928, na Sé Nova de Coimbra, o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira era sagrado Bispo. A velha Lusa-Atenas viu partir com desgôsto o seu querido professor. Os rapazes do C. A. D. C., se se alegravam com a exaltação do seu mestre à dignidade episcopal, lamentavam, também, ter de o perder para o seu convívio.

Vimos pela segunda vez na vida S. Eminência nessa tarde, em que, como Arcebispo de Mitilene, chegou à estação do Rossio, aguardado pelo escol dos católicos da Capital, à frente dos quais se encontravam as figuras do venerando Dr. Cruz e de Salazar, havia semanas ministro das Finanças.

Amigos de sempre e companheiros de casa, mal sabiam ambos, mêses antes, para que desígnios Deus os obrigaria a abandonar, um após outro, apenas com diferença de semanas, o velho palácio coimbrão dos Grilos.

Instalado no Paço Patriarcal, durante mêses e mêses não se interromperam as manifestações entusiásticas, calorosas, ao novo Arcebispo de Mitilene, cujo prestígio moral e intelectual fazia já, então, o orgulho de todos os católicos portuguêses.



O ilustre prelado, quando Arcebispo de Mitilene, tendo a seu lado o então Cardial Patriarca D. António Mendes Belo

Foi mêses depois da sua chegada a Lisboa que quem estas linhas escreve teve a honra de ser recebido pelo Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, como redactor do jornal onde então trabalhava. A passagem do aniversário natalício de S. E. o Cardial Mendes Belo oferecera à gazeta oportunidade para uma entrevista com o novo Arcebispo de Mitilene, sôbre a figura do venerando Chefe da Igreja Portuguêsa.

O Senhor D. Manuel Cerejeira recebeu-nos com a costumada afabilidade com que sempre a todos acolhe. Com aquêle encanto pessoal que irradia simpatia ouviu-nos, mas não se deixou levar de vencida pela arremetida jornalística e, na preocupação sincera dum apagamento que queria Deus fôsse o primeiro e melhor título para lhe exaltar a virtude e a Glória, recusou-se:

— Por maior prazer que tivesse — disse-nos — em referir-se ao Senhor Cardial Mendes Belo não queria falar à Imprensa, não queria quebrar uma linha de conduta que muito pensadamente traçara e que, resistindo a todos os assaltos jornalísticos, lograra até então cumprir.

E' evidente que não insistimos. E, ao abandonarmos o Paço de Santana — a-pesar-de envoltos na nossa derrota, nós vínhamos contentes. Fizera-nos bem aquêle primeiro contacto com aquela figura de asceta, tipo perfeito do Homem de Deus que não transigia nem consigo mesmo, nem com aquilo que lhe podia ser mais agradável, só para firmemente cumprir o que a si próprio determinara.

Como auxiliar do Senhor Cardial Mendes Belo, o actual Chefe da Igreja Portuguêsa realizou uma obra a todos os títulos meritória. A idade e o estado de saúde do Senhor D. António I não lhe permitiam, de há muito, exercer com a requerida e necessária actividade o *munus* pastoral. A chegada do novo Arcebispo de Mitilene foi o insuflar de novas energias, o rasgar à vida católica da diocese, novos e mais belos horizontes. O prestígio intelectual do novo prelado a fama das suas virtudes, da sua piedade edificante, breve fizeram reünir à sua volta muitos dos que até então andavam afastados da Igreja. O renascimento da vida religiosa do Patriarcado pode bem situar-se na chegada ao Paço de Santana do insigne Antístite.



S. E. o Senhor Cardial Patriarca com o Chefe do Estado quando da sua entrada na Sé de Lisboa

Foi ainda como Arcebispo de Mitilene que o Senhor D. Manuel Gonçaves Cerejeira teve uma atitude que chamou sôbre êle a admiração justíssima de todo o País.

Havendo sido convidado a consentir na apresentação do seu nome para sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, o ilustre Prelado enviou ao Presidente da douta Corporação a seguinte carta:

Ex.mo Sr. Dr. Júlio Dantas, ilustre Presidente da Academia das Ciências de Lisboa:

Venho agradecer a V. Ex.ª e aos sócios efectivos dessa douta e benemérita Corporação a grande honra que me fazem, convidando-me a aceitar a apresentação do meu nome como seu sócio correspondente.

Para quem passou grande parte da sua vida aprendendo o pouco que sabe sôbre livros de homens que tanto ilustraram êsse venerável templo de Saber e de glória — nenhuma consagração podia ser-me mais agradável.

Mas eu peço licença para declinar a alta distinção com que V. Ex.ª e os seus ilustres pares me desejam honrar — confessando, embora, que a tenho na mais alta valia.

Sabe V. Ex.ª que a um apêlo de consciência eu tive que abandonar os meus livros para seguir só ao Senhor pelos novos caminhos por onde Ele me chamava.

E confesso-lhe que o fiz chorando... — mas alegremente, pois no fundo da minha alma me sentia feliz por ter alguma coisa que dar Aquêle de Quem tudo recebi.

V. Ex.ª oferece-me agora as palmas académicas. Agradeço-lhas comovido, porque muito as aprecio e talvez algum dia secretamente as desejasse.

Mas permita-me que as ponha aos pés d'Aquele a Quem tudo sacrifiquei, oferecendo-lhe alguma coisa apreciável ao lado do mais que lhe dei e não valia nada...

Eu não poderia ser um sócio activo dessa sábia Academia — pois, amando tanto os livros, hoje só posso e só desejo estudar um, que é Cristo Crucificado; e todo o género de Glória a que aspiro é ser esquecido e desprezado por amor dêle.

Renovando com os protestos do meu mais alto aprêço pela ilustre Academia a que V. Ex.ª tão dignamente preside, os meus mais sinceros e vivos agradecimentos, tenho a honra de me assinar, com elevada consideração.

De V. Ex.ª Ad. M. A. e V. e grato
† *Manuel*, Arcebispo de Mitilene.

Homem de Deus e só para Deus querendo viver, o então Arcebispo de Mitilene nada consentia que pudesse ainda inculcá-lo como prêso às honrarias mundanas.

Grande e formidável exemplo revela esta carta, filha dum espírito da maior abnegação, do mais forte desprendimento, do mais claro amor de Deus.

Cardial Patriarca



Ao lado do Cardial Pacelli, hoje Pio XII, no dia em que ambos ascenderam ao Cardinalato. Aos pés do Cardial, o seu secretário, hoje Arcebispo de Mitilene, Mons. Sena de Oliveira

O Senhor, porém, tinha-o guardado para maiores e mais altos destinos e cumpriu nêle a promessa evangélica de exaltar os que se humilham.

Morto o Cardial Patriarca de Lisboa D. António Mendes Belo, em 5 de Agosto de 1929, logo o Cabido da Sé Patriarcal o elegeu Vigário Capitular. Apenas três mêses eram decorridos sôbre a viúvez da Igreja de Lisboa, a 19 de Novembro, o *Osservatore Romano*, órgão oficioso da Santa Sé, publicava a notícia de que o Santo Padre Pio XI tinha escolhido para Patriarca de Lisboa o Arcebispo de Mitilene, precisamente o membro mais novo do Episcopado português, quer em idade, quer em eleição.

E' que, no Vaticano, conhecia-se sobejamente a virtude e o saber de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, com quem, aliás, o Sumo Pontifice apenas uma única vez conversara.

E pode dizer-se, sem temor de êrro ou exagêro, que todo o País, de Norte a Sul, rejubilou com a nomeação. Até mesmo aquêles que viviam fora do Grêmio da Igreja não puderam furtar-se à admiração do prestígio formidável que irradiava daquela grande e virtuosa figura de Padre, de Sábio e de Bispo, que Roma elevava a uma das mais altas dignidades da Igreja. A galeria ilustre e eminente dos Patriarcas de Lisboa, desde D. Tomás de Almeida a D. António Mendes Belo, ia ter no novo eleito mais um glorioso ornamento.



Retrato de S. E. feito em França por Sóror Celina, irmã de sangue da Santa Teresinha

Quando ao Paço Episcopal chegou a notícia da sua escolha, o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira recebeu-a com lágrimas, temendo o pêso desconforme da Cruz que lhe era imposta. Logo, porém, se resignou com a vontade de Deus que assim o distinguia e exaltava. Fundamentalmente homem do Senhor, não se deixou tocar pela tão natural e humana vaidade de se ver exalçado à situação de tal e tamanha proeminência.

As primeiras pessoas que acorreram ao Paço de Santana para felicitar o eleito não lograram vê-lo. O novo Chefe da Igreja Ulissiponense recolhera-se à sua capela e ficara em oração durante todo o dia.

A 6 de Dezembro, o Patriarca de Lisboa tomava o caminho de Roma, para, aos pés do Santo Padre, lhe agradecer a mercê altíssima da nomeação. Dez dias depois, a 16 do mesmo mês, no Consistório Secreto, que então se realizou na Cidade do Vaticano, foi criado Cardial da Santa Igreja, da Ordem dos Presbíteros, com o título dos Santos Marcelino e Pedro. Conjuntamente com o novo Cardial português, subiam também à dignidade da púrpura cardinalícia Mons. Eugénio Pacceli, actualmente o Papa Pio XII, o Arcebispo eleito de Paris, Mons. Jean Verdier; o Arcebispo de Palermo, Mons. Luís Lavitrano, o Arcebispo de Genova, Mons. Carlos Dalmacio Ninaretti, e o Arcebispo de Armagh, Mons. José Mac. Rory.

D. Manuel Gonçalves Cerejeira ficava sendo, como ainda

hoje é, o Benjamim do Sacro-Colégio, o mais novo de todos os Cardiais. A-pesar-de tal, a sua qualidade de Patriarca deu-lhe precedência a todos os seus colegas na elevação ao Cardinalato.

Assim, foi ao Chefe da Igreja portuguêsa que coube agradecer ao Santo Padre, em nome de todos, a benignidade de tamanha distinção, como foi para êle que foram as primeiras honras.

E então Roma sentiu-se prêsa do maior encantamento pela figura daquele homem moço de 41 anos, que tão novo ascendia a uma das maiores dignidades da Terra. Durante dias e dias, o nome do Cardial Cerejeira andou na bôca de tôda a Cidade Eterna, foi alvo dos maiores elogios, objecto das maiores deferências. A imprensa Italiana referia-se-lhe em expressões do maior respeito e veneração. E nesse respeito e nessa veneração, era também o nome de Portugal que era exaltado, que era celebrado.

Quando, depois de, no dia de Natal de 1929, ter tomado posse da igreja do seu título, o Senhor Cardial Patriarca se dispôs a vir para a sua Pátria, para a sua diocese, a Cidade dos Papas viu partir com desgôsto aquêle que durante quási um mês a soubera encantar e prender da mais viva admiração.

Entretanto, em 22 de Janeiro de 1930, estando em Paray-Le-Monial, tomava posse, por procuração, do Patriarcado de Lisboa. Chegado à nossa capital no dia 31 do mesmo, dois dias depois, precisamente na Festa com que a Igreja celebra a apresentação do Menino Jesus no Templo, o Senhor Cardial Cerejeira fazia a sua entronização solene na Sé Patriarcal.

Ainda hoje vive na memória de todos os que a ela assistiram o esplendor e grandeza dessa soleníssima Festa. Tudo quanto há de mais representativo na Sociedade Portuguêsa, desde o Chefe do Estado aos membros do Govêrno e do Corpo diplomático, ao alto Clero, à Universidade, à Nobreza, às Organizações Católicas e ao Povo, tudo acorreu ao vélho e glorioso templo medieval a saüdar o novo Pastor. Foi então que Sua Eminência pronunciou um dos seus mais notáveis discursos, pouco depois transformado em Carta Pastoral de saüdação.



Humildemente, acolitando o venerando padre Cruz

Na impossibilidade de para aqui trasladarmos na íntrega o importante documento, vamos dar dêle apenas alguns passos:

Eu estou confuso da homenagem que me prestais. Perante êste magnífico e ilustre concurso do que se pode chamar a fina flor da nossa civilização, Sua Excelência o Chefe de Estado, o Govêrno, o Corpo Diplomático, as Autoridades, a Universidade, o Clero, as Associações católicas, todo o povo cristão, que me aclama, à minha entrada, com os corações em festa — eu sinto vontade de gritar, do mais profundo da minha alma, como os Apóstolos S. Barnabé e S. Paulo aos habitantes de Listra: «O' homens, que coisas estais vós fazendo? eu sou um mortal como vós, prègando que vos convertais das coisas vãs ao Deus vivo, que fêz a terra e o céu e tudo o que nêles existe».

Não é a mim, mas só a Deus que deveis dar glória. Tôdas as vezes que subo ao altar, devo prostrar-me primeiro diante dAquêle que conhece os corações, e declarar-me pecador, pecador por minha grande culpa. E, por mais que eu me confesse réu de pecado diante do Céu e dos homens, Deus sabe que eu não conheço



SUA EMINÊNCIA O CARDIAL PATRIARCA DE LISBOA
SENHOR D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA

Oferta
da Junta
de Província
da Estremadura

JPE
EDIÇÕES

sequer a profundidade da minha miséria: para bem medir o meu nada e o abismo dos meus pecados, seria preciso conhecer bem quem é Deus infinito e santo!

Mas eu posso dizer agora com o Senhor: «Hoje foi glorificado o filho do homem, e Deus foi glorificado nêle». Sim, é a Deus que vôs glorificais em mim, que represento aqui o seu filho. Eu não posso nem quero aceitar preitos, que não se dirijam, através de mim, para o Senhor. Na minha pobre pessoa, é a Jesus que me envia que prestais homenagem. Oh! eu teria de rasgar os meus vestidos de púrpura e de me cobrir de cinza, se vós, como os pagãos de Listra, quisésseis cometer pecado de idolatria, adorando em mim o homem pecador como vós.

Eu não posso, pois, recusar a vossa homenagem, se ela é verdadeiramente cristã — sem lesar os direitos do Senhor. Vós deveis-ma: é o vosso dever prestar-ma, pois é o Senhor que é glorificado nela, e é o meu direito recebê-la, e até reclamá-la, pois a glória que me dais não é minha, mas do Senhor que me envia.



Uma atitude do orador

E depois, falando da sua missão episcopal:

Disse-vos que vos sou dado pelo mesmo mistério de amor, pelo qual nos foi dado Nosso Senhor Jesus Cristo, pois que Ele me envia como foi enviado por Seu Pai. Eu venho, com efeito, a vós, como Jesus, para que tenhais a vida eterna. Ora, a vida eterna é que conheçais o Pai, único Deus verdadeiro, e Aquêle que o Pai enviou, Jesus Cristo.

A minha missão não é diversa da do Senhor. E' a Sua mesma que se continua em mim, pobre pecador, que o Senhor se compraz em revestir do Seu sacerdócio eterno. Bemdito seja Ele! Louvai-O vós, por amor de quem o Senhor me escolheu a mim.

A minha voz não faz senão repetir a dÊle, a qual não passará jamais, passem muito embora a terra e os céus. Porque, quando eu ligar as vossas consciências, Jesus as ligará no céu, e, quando eu as desligar, Êle as desligará também.

Eu trago-vos a boa nova da salvação que em Jesus Nosso Senhor foi oferecida a todos os homens. Os que a ouvirem serão salvos, pois o Senhor cravou na Sua cruz a escritura onde estava sentenciada a nossa perdição.

A Santa Igreja é o grande dom do coração misericordiosissimo de Jesus, que, tendo que voltar ao Céu, quis todavia ficar misticamente connosco até ao fim dos tempos — ensinando-nos, santificando-nos, regendo-nos, por meio dela.

Vós não estais menos privados que os discípulos directos do Senhor, do Seu ensino e da Sua graça, pois é Jesus que continua a dispensar-vo-los, através da Sua Igreja. — Bemdizei ao Senhor, que, ao instituí-la, pensava em vós!

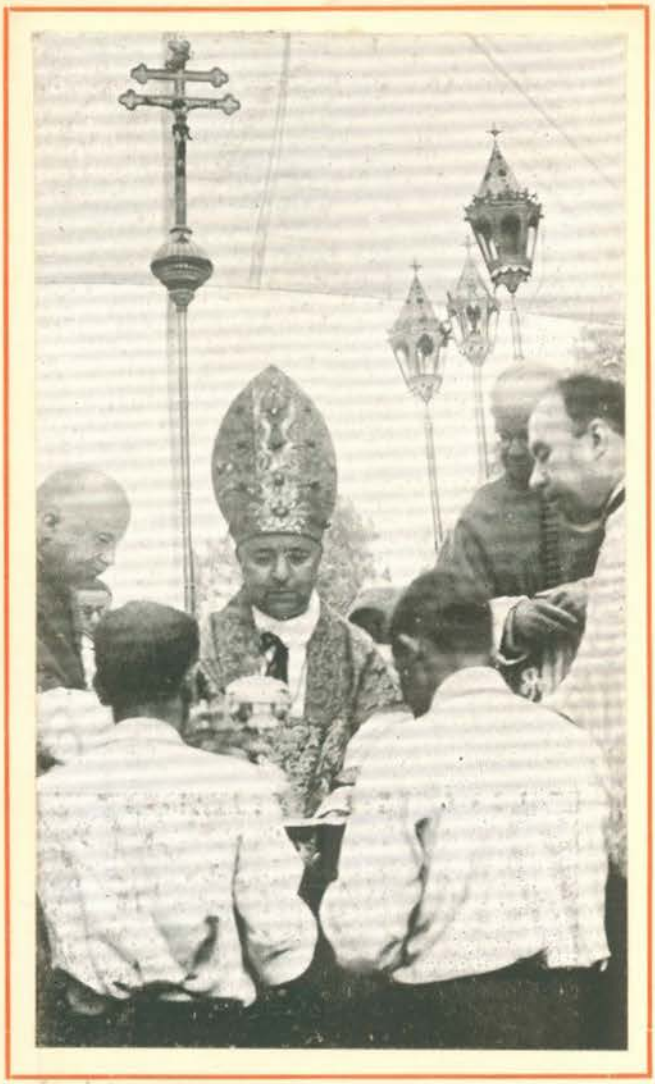
Esta é a ordem necessária, fóra da qual não há salvação. — Jesus, não querendo deixar-vos órfãos, escolheu vários de entre a multidão para lhes comunicar a Sua autoridade, e entre êstes designou como chefe a Pedro: com êstes, que Ele escolheu, estará, segundo a Sua promessa, até à consumação dos séculos: os que os ouvirem a êles, ouvirão ao próprio Senhor.

Ora, vós sabeis que êstes foram os Seus apóstolos e todos os que herdaram os seus poderes. Todos os Bispos receberam de Jesus a autoridade, tendo-a recebido do Seu Vigário, que os envia (como Jesus enviou ao meio dos povos os apóstolos) ao meio dos seus rebanhos.

Venho, pois, para vos conduzir a Jesus Cristo, e por Ele ao Pai eterno — e assim alcanceis a bem-aventurança. Porque o meu ministério é de salvação.

Jesus é o Caminho necessário. Todo o que O não seguir, se perderá. Ele veio para nos guiar até ao Pai, e assim nos obter a felicidade eterna. Mas quem o não conhecer a Ele, não conhecerá jamais o Pai; não entrará na posse do reino que Deus tem destinado para Seu Filho e todos os que se conformarem com a imagem dEle, até ao ponto de poderem pronunciar também Pai!

A obra do Pastor



Num dos Congressos Eucarísticos, durante o ofertório da Missa

DE então para cá, a obra do Venerando e Ilustre Prelado tem sido das mais beneméritas, das mais dignas de elogio e aprêço. Interessando-se o mais possível pela formação do seu Clero, pela obra tão necessária das vocações sacerdotais, o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira verificando que o Seminário de Santarém não tinha as condições necessárias para ser um bom instituto de educação e instrução, fundou os dois seminários de Cristo-Rei, nos Olivais e o de S. Paulo em Almada.

O Patriarcado vivia e vive ainda com um permanente e gravíssimo *déficit* de sacerdotes para as suas necessidades. Além disso, era necessário orientar por novos caminhos a formação sacerdotal. Uma única solução, pois, se apresentava para tal: fundar novos seminários, onde a educação e a instrução dos rapazes que se destinam à vida eclesiástica tivessem um maior rendimento.

O novo Cardial Patriarca meteu arrojada e heròicamente ombros à difícil tarefa. E fundou o Seminário dos Olivais. Não faltou, porém, quem duvidasse do bom êxito da tarefa. Um Seminário tal qual o delineava o eminente Prelado era cometimento de grande tômo e por certo superior às possibilidades financeiras do Patriarcado.

A-pesar-de não se iludir quanto às dificuldades que se lhe depareriam, S. Eminência nem um só momento desanimou e levou a cabo a benemérita e magnífica tarefa.

O Seminário dos Olivais foi inaugurado, sob a invocação de Cristo-Rei, em 1 de Novembro de 1931.

Anunciando tão grande acontecimento ao Clero e fiéis do Patriarcado, escrevia o Senhor D. Manuel II, na Sua Pastoral de 29 de Outubro do referido ano de 1931.

É um acontecimento capital para a vida religiosa do Patriarcado. Nêle pomos as Nossas melhores esperanças. O futuro religioso da Nossa Diocese depende principalmente dêle. Em Santarém e nos Olivais, ficarão batendo todos os corações amigos de Deus, que diante dos males presentes, oram e sofrem para que o Senhor envie à sua Igreja Patriarcal um novo Pentecostes de santidade, por intermédio de muitos padres segundo o Coração de Jesus. Porque de padres sábios e santos depende essencialmente a cristianização das almas — digamos tudo, a salvação do mundo. Não há obra alguma cristã que equivalha em necessidade importância à obra dos Seminários. Nenhum católico verdadeiro deverá desinteressar-se dela, certo que, ajudando-a, está trabalhando da maneira mais eficaz na obra da reedificação da Igreja em Portugal.

Recomendou-no-la expressamente o Santo Padre, como a obra das obras.

E em obediência ao conselho do Vigário de Cristo, aliás concorde com a Nossa própria convicção, é que Nós, contando apenas com o auxílio da Providência e fazendo um acto de confiança nos católicos do nosso Patriarcado (pois a Igreja, espoliada de todos os bens, vive exclusivamente da sua generosidade), não descansámos enquanto

não dotâmos a Diocese principal do País com um Seminário-maior, que muito desejaríamos fôsse o primeiro de Portugal.

E', pois, um dia excepcionalmente festivo o próximo dia 1 de Novembro. Temo-lo como uma das datas mais faustas do Nosso govêrno episcopal, por mais longo que êle seja. E não queremos que êle passe, sem o levar ao conhecimento do Nosso Amado Clero e queridos fiéis, pois, constituindo todos uma família, de que, pela graça de Deus, somos o Pai em Cristo, devem ser comuns as alegrias como as tristezas. E esta alegria que lhes anunciamos, é uma das maiores que podemos ter na nossa vida. Desejaríamos vê-los a todos, nêsse auspicioso dia, reünidos no novo Seminário, em tôrno do Nosso Báculo Pastoral, cantando conNosco fervoroso hino de acção de graças pela obra começada, e implorando de Deus o seu auxilio e o dos homens para levar a cabo a obra só com os olhos em Deus compreendida. Que ao menos os que não puderem ir se unam conNosco, na Missa e Sagrada Comunhão dêsse dia, formando todos um só coração.

Tempos depois, isto é, apenas mêses passados sôbre a inauguração do modelar Seminário dos Olivais, um dos primeiros senão o primeiro da Península, o Senhor Cardial Cerejeira conseguia inaugurar o Seminário de S. Paulo de Almada, cuja abertura coïncidia com a reforma do de Santarém. A diocese ficava, pois, com três magníficas casas de ensino para os rapazes que se dedicam à vida sacerdotal.

Mas, com a chegada do Senhor D. Manuel Cerejeira ao sólio Patriarcal, nem só os seminários foram objecto da sua atenção. A acção católica, a admirável obra que leva todos os leigos a cooperar com a Hierarquia, mereceu, desde sempre a S. E., a melhor e mais cuidada atenção. Se Pio XI passou à História da Igreja como o Papa da Acção Católica, também D. Manuel Cerejeira pode e deve ficar na História da Igreja Portuguêsa como o Patriarca da Acção Católica. A sua obra é, nêste capítulo, tamanha e tão notável que seria atrevimento da nossa parte pretender referi-la na exigüidade do espaço de que dispomos para êste artigo.

No entanto, nem só no aspecto religioso — digámo-lo, embora impròpriamente, assim — a acção de S. E. é das maiores e mais beneméritas. No campo social, tem sabido, também, ser um grande Bispo, um grande Mestre, um grande Pastor e Pai espiritual.

Ao ver a miséria que fustigava tantas e tantas ovelhas do seu rebanho, discretamente, naquêle caridoso silêncio que nos é aconselhado pela letra do Evangelho, o Senhor Cardial Patriarca fundou essa magnífica obra dos Refeitórios, onde diàriamente encontram o seu sustento tantas e tantas famílias desprovidas de recursos.

E não há reclames nos jornais, não há títulos bombásticos nas secções de beneficência, porque tudo quanto faz, não poucas vezes, senão sempre, sacrificando a sua magra bôlsa pessoal, não quere o Cardial Patriarca que se saiba o que faz êle.

Se é, porém, lícito achar que êste Homem é maior nisto que naquilo, sempre arriscaremos a idéia que, onde a sua acção social de grande Prelado mais e melhor se tem afirmado, tem sido nos notabilíssimos documentos pastorais que têm saído da sua pena, alguns de repercussão verdadeiramente mundial, como os que condenam o Comunismo, o Racismo e tôdas as demais, e infelizmente múltiplas, herezias da nossa Idade.

Por mais duma vez os grandes órgãos da Imprensa mundial, quer no velho, quer no novo Continente, se têm ocupado da acção verdadeiramente apostólica de D. Manuel Cerejeira.

Legado Pontifício a várias manifesta-



Ministrando a Sagrada Comunhão aos Seminaristas





Quadros a óleo dos pintores João Reis e Eduardo Malta

ções religiosas realizadas no País, S. E. representou o Santo Padre, sendo nessas alturas recebido com honras de Chefe de Estado; no Congresso Nacional do Apostolado da Oração, em Julho de 1930; no Congresso Nacional Antoniano, em Junho de 1931, e no Congresso Missionário de Barcelos, em Setembro de 1931.

Embaixador de Portugal

Em 1932 o Govêrno, condecorou-o com a Gran Cruz da Ordem de Cristo, concedendo-lhe mais tarde, em 1936, quando da celebração do seu jubileu sacerdotal — bodas de prata da ordenação de presbítero — a Gran Cruz da Ordem de Santiago, que lhe foi entregue numa sessão solene na Sociedade de Geografia, a que presidiu o Chefe do Estado e assistiram os membros do Govêrno, do Corpo diplomático, Bispos de Portugal, professores universitários e tôdas as figuras mais representativas da Sociedade Portuguêsa.

Quando do Congresso Eucarístico Internacional de Buenos Aires, em 1934, o Senhor Cardial Patriarca foi um dos Purpurados convidados a assistir à grande manifestação de Fé, na companhia do actual Papa, então Cardial Paccelli, Legado Pontifício, Cardial Verdier, Arcebispo de Paris e Cardial D. Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro.

Da Argentina dirigiu-se S. E. ao Brasil, aceitando o convite que lhe era dirigido pelo Govêrno da Nação irmã, indo ainda à América do Norte, percorrer os núcleos portuguêses existentes na grande Nação do novo Mundo.

Por tôda a parte, a figura eminente de D. Manuel Cerejeira suscitou as maiores homenagens, foi alvo das maiores manifestações de aprêço, respeito e simpatia.

No Brasil, porém, o venerando Antistite foi objecto das maiores e mais peregrinas gentilezas. Desde o Presidente da República ao Cardial Arcebispo do Rio de Janeiro, desde Afrânio Peixoto, o Príncipe das Letras Brasileiras, ao mais humilde e desconhecido intelectual, desde os grandes do saber, da fortuna ou da política à gente humilde do povo, por tôda a parte, de todo o Mundo, o nosso Cardial foi festejado, foi exaltado, foi honrado, sendo nêle celebrado o nome de Portugal, tal qual acontecera em Roma, quando, em 1929, lá foi receber o chapéu cardinalício.

Por isso, ao regressar a Lisboa, o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira pôde dizer, a propósito desta sua viagem:

A segunda parte da minha viagem foi a visita, que, por gentilíssimo convite do seu govêrno, eu fiz ao Brasil, o qual me considerou seu hóspede de honra. Com que emoção, eu, sucessor dos Bispos que abençoaram os primeiros descobridores do novo mundo para fazer dêle um país civilizado, com que emoção pisei pela primeira vez aquela terra regada com o suor dos nossos descobridores e santificada com o sangue dos nossos missionários! Deu-me vontade de beijar três vezes aquela terra. Foi depois de ver a epopeia portuguêsa no Brasil, que teria sido, no dizer de um brasileiro ilustre, o XI canto dos *Lusíadas*, que eu aprendi a ter mais orgulho de ser português. Trago nos meus olhos a visão radiosa dêsse grande país, para o qual antevejo êsse século que se chamará o «Século do Brasil».

O Brasil saüdava em mim, não só a minha pessoa, mas a alma de Portugal. Eu era para a espiritualidade do Brasil o representante de Portugal fiel a si próprio, dêsse Portugal eterno, cuja missão histórica se poderá resumir nesta palavra: que êle foi cruzado de Cristo no mundo.

Não vos nego que o coração me exulta por sentir que essas homenagens iam até à Igreja e ao Portugal glorioso que fez o Brasil. Não podia recusar essas homenagens, que transcendiam a minha pessoa; eram também para vós, cristãos do Patriarcado, para os portuguêses do melhor quilate.

Noutro período:

— Agora, é-me grato encontrar-me no meio de vós. A todos vos trazia no coração; exultava porque cada triunfo que conseguisse não era para mim, mas para vós, meus filhos. Dêmos graças a Deus. Uni-vos comigo para render as graças devidas; mas não vos esqueçais, pelo amor de Cristo, pelo glorioso passado da Igreja Lisbonense, por todos os mártires da nossa Igreja, de pedir que o Senhor continue a cobrir-me com a sua graça, a dar-me a luz da sua fé, e que esta data seja para o vosso Pastor uma data de glória, de triunfo e de esperança.

Quando, em 1939, foi Deus servido chamar à Sua Divina Presença o Santo Padre Pio XI, logo que na Imprensa mundial se começou a citar os nomes dos membros do Sacro Colégio que tinham possibilidades de vir a ascender à Cadeira de S. Pedro, um dos nomes apontados com maior insistência foi precisamente o do Cardial Patriarca de Lisboa.

E se ao caso não deve ser dada maior importância do que aquela que realmente tem, êle revela, no entanto, o que é o prestígio de S. E.

Realizado o Conclave para a eleição do novo Pontífice, o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira tomou nêle parte, tendo ocupado o lugar que lhe pertencia, imediatamente a seguir e à direita do Cardial Paccelli que iria tornar-se, pelo voto das Eminências, em Pio XII.

Como relato do que então se passou entre o Sumo Pontífice e o nosso Cardial, cedemos a palavra a S. E., que, ao chegar a Lisboa, vindo de Roma, disse à Imprensa:

— Trago uma grande missão comigo. Confiou-ma o Santo Padre, no momento preciso da sua eleição. Foi um movimento espontâneo da sua parte, pois eu não ousava naquela hora pedir o que Sua Santi-



No Rio de Janeiro com o Cardial Leme. A' esquerda o nosso Embaixador, Dr. Martinho Nobre de Melo. Ao lado do Cardial Leme, o chanceler Macedo Soares



Uma pomba branca pousou sôbre as mãos de S. E. no final duma missa campal realizada nos Jerónimos

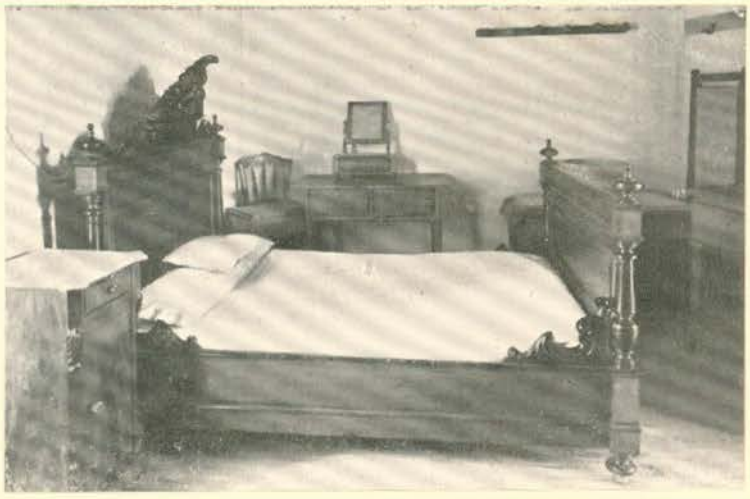
dade tão magnificamente quis dar-me. São as primícias da Sua bênção. O Vigário de Cristo abriu o Seu grande Coração e deixou-o falar para mim, e para Portugal. As suas primeiras palavras confirmou-as depois por mais duma vez e outras ainda me deu a meu pedido, como, por exemplo, a carinhosa bênção especial para os generosos bemfeitores dos seminários.

E S. E. contou:

— Após a Sua eleição, ainda revestido dos hábitos cardinalícios, depois dum momento de intensa comoção, que dominou todo o Sacro Colégio, Sua Santidade recolheu-se em oração e exclamou: Miserere mei Domine (Senhor, tende piedade de mim)! Já alguns Cardiais se dirigiam para o Vigário de Cristo, a pedir-lhe bênçãos particulares, quando Sua Santidade se dignou voltar-se para mim, que o precedia imediatamente, e dizer-me todo trémulo ainda, enquanto me abraçava:

«Neste momento, quero exprimir os meus melhores votos e dirigir as minhas bênçãos para Vossa Eminência, para o seu Clero e Seminários, congregações religiosas, obras católicas e fiéis; para Salazar, que tanto tem trabalhado e feito pelo seu País e a quem dirá que o abençôo do coração e faço os mais férvidos votos por que possa levar a cabo a sua obra de restauração nacional, tanto material como espiritual; para todo o Episcopado, pois sabemos quanto tem trabalhado para a Restauração religiosa de Portugal e afirme-lhe o Nosso aprêço e fraterna afeição, e para todo o Portugal, com o seu ilustre Chefe de Estado à frente, essa nobre Nação que tanto fez pela dilatação do Evangelho e da Civilização e que esperamos há-de continuar as suas tradições cristãs no Continente e nas Colónias, tornando-se outra vez uma grande nação missionária».

Estas palavras do Santo Padre, se são uma homenagem verdadeiramente tocante para Portugal, não são menos expressão inequívoca e eloqüente da muita consideração e aprêço do Sumo Pontífice pelo Cardial Patriarca de Lisboa. Figura da Igreja, na verdadeira e completa acepção da palavra, a restauração religiosa do Patriarcado tem merecido ao ilustre e venerando Prelado a mais acrisolada atenção. Já nêste ano de 1940 se realizaram no Patriarcado nada menos de quatro Congressos Eucarísticos, em Santarém, Caldas da Rainha, Tôrres Vedras, Obidos e Bombarral, que constituíram cinco grandes manifestações de fé.



Leito do Senhor Cardial Patriarca, em casa de seu pai

Como vive na intimidade o Cardial Patriarca



OMEM simples, duma simplicidade que encanta quantos dêle se aproximam, a vida de S. E. é, na intimidade, não só o reflexo dessa simplicidade, como o mais discreta possível.

Levantando-se cêdo, embora, na sua própria confissão, sempre atrazado meia hora da hora marcada, pôsto que raro sai da cama antes das 7 horas, depois de fazer, na sua capela, as orações da manhã, celebrar a Santa Missa e assistir a outra de acção de graças, o Senhor D. Manuel Conçalves Cerejeira toma o pequeno almôço e recolhe-se ao seu gabinete particular, onde lê os jornais e trata da sua correspondência. Passa nêsse trabalho tôda a manhã.

Durante a refeição, lê-se sempre um capítulo do Novo Testamento, excepto nos primeiros domingos, dia de retiro mensal, em que se lê durante as refeições, a «Alma de todo o Apostolado».

Pouco depois do meio dia, almoça. Findo o almôço, demora-se em conversa com os seus familiares que com êle participam sempre do simples e por vezes frugal repasto.

Das 14 para as 14 e 30, entra na sala das recepções e demora-se, concedendo audiências até cêrca das 18 horas.

A todos, ricos e pobres, S. E. recebe. Terminadas as audiências, S. E., acompanhado de todos os familiares, volta de novo à capela, onde se resa o têrço, com exposição diária do SS. Sacramento. E erguem-se preces a Deus pelo Sumo Pontífice, pelo Clero e seminaristas da Diocese, por tôdas as ovelhas de que o venerando Prelado é pastor.

Segue-se vulgarmente o jantar, após o qual a conversa toma de novo posição e de ordinário por volta das 23 horas, depois de ter ido de novo à capela visitar o SS., o Senhor Cardial Patriarca recolhe-se ao seu quarto.

Benemérito mais do que o permitem os fracos créditos de que dispõe, S. E. dá diàriamente numerosas esmolas, quer directamente, quer por intermédio da Secretaria Patriarcal.

Recebe cartas sem conto de tôda a parte, tanto do Minho e do Algarve, como da Africa e do Brasil. A tôdas responde ou manda responder com a maior solicitude, o mais carinhoso disvelo e paternal afeição.

Para melhor se vincar o que é a simplicidade da vida pessoal do venerando e eminente purpurado, basta que recordemos um facto:

Há tempos, um jornal, vítima duma errada informação, noticiou que havia em Londres, caído em esquecimento, um depósito em libras



Propriedade que pertenceu ao ilustre Prelado e da qual fez oferta a seu irmão mais velho

que na nossa moeda equivalia ao melhor de cinqüenta mil contos. Quere dizer, se o Patriarcado, pobre, espoliado, era rico, fácil era inferir-se que rico também era o Patriarca.

Evidentemente, houve que esclarecer, e mais do que isso desmentir a atoarda.

Publicou-se para tanto uma nota oficiosa.

Negou-se a pataranha, e veio então a saber-se que o Cardial Patriarca de Lisboa é tão pobre que até os próprios sobrinhos, cuja educação tomou a seu cargo, estudam, pelo «amor de Deus», em colégios particulares, porque o bôlso tão sobrecarregado de caridosos encargos do que é o Chefe da Igreja Portuguêsa não pode suportar as despesas sempre pesadas duma educação.

E' êste, a traços largos, o homem que Deus pôs à frente da Igreja, em Portugal.

O seu Pontificado que, cremos no Senhor, está agora no começo, é já um dos mais gloriosos entre quantos esmaltam a história do Patriarcado de Lisboa.

Dêle, da sua figura eminente e ilustre, pode já dizer-se o que êle um dia disse do seu também eminente e ilustre predecessor, o Cardial D. António Mendes Belo:

«Só teve um ideal na vida: realizar em si o ideal que Deus concebeu para êle. Homem de Deus tôda a sua vida a tem consumido no serviço de Deus».

ÓSCAR PAXECO.



O Senhor Cardial Patriarca com o clero diocesano



MULHERES de Portugal

CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELA EX^ma SR.ª D. MARIA JOSÉ SAAVEDRA, NO TEATRO DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS — 1940



Infanta Santa Joana

FALAR da mulher portuguêsa é destruir, pelo que nos respeita, claro está, um preconceito secular, falso, geral, vivaz como a própria mentira, da sua falta de aptidão para quanto vai além da função biológica que lhe cabe.

A mulher portuguêsa aparece, com a pátria que a designou, já adentro do período de formação das nações de nossos dias, conhecido por Idade Média, quando o dobar dos tempos e a acção do cristianismo a tinham colocado ao lado do homem, não como escrava, que fôra nas sociedades antigas, mas como sua companheira, com o mesmo valor pessoal e a mesma finalidade. Não obstante, viveu ela ainda longuíssimos anos por completo subordinada à vontade do homem, que, por egoísmo atávico ou por fôrça do convencimento, se recusava a reconhecer nela qualidades, só manifestadas quando as circunstâncias o favoreciam, e com tanta mais evidência quanto mais liberta do pêso duma remotíssima tradição; a reconhecer nela dotes, que lhe consentissem estender a sua influência para além da casa, acumular à sua função primacial de espôsa e de mãi outras e mais amplas atribuïções sociais. Senhora, por fôrça das circunstâncias, do direito de substituïção do marido na gerência dos bens, sempre que razões de interêsse colectivo ou individual o afastavam dos seus domínios, começou a mulher a mostrar-se, desde logo, possuïdora de ignorada capacidade para o exercício dos negócios administrativos, de perspicácia e inteligência invulgares, as muitas vezes que, pela sua posição social ou por outras razões, se via envolvida na vida política da nação. E' prova desta verdade, entre nós, D. Teresa, mãi do nosso primeiro rei. Que o seu plano político foi hàbilmente delineado, que o seu valor foi grande, não poderão contestá-lo os julgadores do passado, qualquer que tenha sido o seu objectivo, por virtude do qual se precipitou a independência de Portugal.

Estreou-se, por conseguinte, a mulher, nas páginas da história portuguêsa, pela revelação da qualidade mais oposta ao seu papel social: a política.

Sigamo-la, através da vida da nação, durante a qual tão dignificante missão lhe tem pertencido, como rainha, princesa, nobre ou simples filha do povo, sem que o centro luminoso e irradiante da sua acção tenha deixado de ser o lar, onde sempre viveu na plena compenetração dos seus deveres, animada sòmente pela fôrça do afecto familiar, ignorante do capital de energias que possuía, sacrificada tantas vezes aos interêsses alheios, muitas delas seduzidas por vida mais perfeita e conforme ao seu temperamento: a do claustro, caminho único que à mulher se oferecia, quando o do casamento se lhe fechava, por negação ou motivos de ordem moral mais ou menos penosos. Se o destino da mulher se resumia na constituïção da família ou na cela dum convento, não precisava de mais atenção: gerava filhos ou, praticando o bem e a oração, velava pelo desenvolvimento da caridade e da fé na pátria que, dêsse modo, servia.

Problemas mais urgentes e mais sérios preocupavam a mente dos governantes, para que se pudesse pensar na posição e valor sociais da mulher.

Como testemunho da negação de direitos à mulher, até mesmo sôbre os seus bens, recordarei a atitude de D. Afonso II para com as infantas, suas irmãs, três eleitas do céu, dentre as quais pretendo destacar Santa Mafalda, padroeira da graciosa e fértil vila de Arouca. Fôra sua aspiração de infância, acarinhada pelo afecto das irmãs, suprindo o da mãi, que lhe morrera cedo, consagrar-se ao Senhor, servi-lo com a humildade de quem, por vocação, abandona as honras da sua categoria. Convinha, porém, casá-la e, por obediência, sem condições, à vontade do irmão, seguiu para Castela, a ligar o seu destino ao do rei, também criança. Conveniências de ordem política levam à anulação do casamento, sob pretexto de parentesco próximo; volta para Portugal, livre para a vida religiosa, escolhe o convento de Arouca para sua morada, modifica a regra da comunidade, carecida de reforma, enriquece-a pelo exemplo e pela protecção material dispensada, cria albergarias para peregrinos, restaura igrejas, edifica outras e morre serenamente, no regresso duma das suas freqüentes romagens de fé, distante de Arouca, a cujo convento legou o seu corpo, ali venerado com o respeito e gratidão devidos a Santa de manifestos benefícios.

Seja ela, Santa Mafalda, a primeira figura de mulher em que me detenho, simbólica personificação de obediência, só igualada pelo poder da crença, na mulher, ao mesmo tempo que era propósito absorvente dos nossos monarcas alargar os estreitos limites do condado, independente de pouco, consumar a conquista e posse dos Algarves, cuidar com o possível esmêro da organização interna do país, desenvolver a instrução.

E torna-se realidade palpável êsse objectivo com o rei trovador, a cuja recordação se prende outro nome de mulher — a bem amada e Santa Isabel de Aragão, sua pátria de origem, que deixou, por motivo do casamento com D. Denis. Afastada a pequenina princesa dos afagos paternos pela fôrça dos interêsses políticos, para a nova pátria trouxe, com a saüdade da tão curta meninice, a responsabilidade dos deveres de futura rainha de um povo do qual soube fazer-se amar, graças ao tesoiro de virtudes que no coração escondia e dela fizeram, além de espôsa e mãi exemplares, protectora desvelada dos pobres, da Pátria e da paz. Tôda a sua vida de sessenta e cinco anos, sacudida de desgostos ligados à infidelidade do marido, à teimosa rebeldia do filho, abalada pela preocupação de lutas entre membros da sua família, torturada pela doença, que a vitimou, tôda a sua existência é um exemplo de piedade sincera, exibida da maneira mais conforme com a lei do Altíssimo: a caridade. Foi essa virtude, por ela exercida no mais elevado sentido da palavra, que a fez senhora de lindos milagres, milagres de rosas, milagres de encanto, de todos nós conhecidos, foi essa chama íntima de amor e compaixão pelos doentes de alma e de corpo, que a fez criadora e protectora de recolhimentos, de igrejas e de mosteiros, de entre os quais sobressai o de Santa Clara, a fundação que mais dedicação lhe mereceu, antes e depois do falecimento do marido, ao qual sobreviveu onze anos. Foi singularmente brilhante êsse período da sua acção benéficente, como de quem, crendo cumprida a sua missão terrena, se prepara para comparecer à presença do Senhor. A Ele voltou a sua alma, em 4 de Julho de 1336;

o corpo entrou, pouco depois, no túmulo que, por sua determinação, fôra construído no côro do mosteiro de Santa Clara.

Benèficamente fadado da Fortuna, nem espôsa aureolada de santidade faltou a D. Deniz para brilho do seu reinado. Foi grande, ainda, o de D. Afonso IV, o revoltado infante, que a rainha, sua mãi, chamou à razão e à obediência, e de-certo encaminhou, como anjo tutelar, em tôda a sua carreira de rei inteligente e bravo. E, sob o seu govêrno, Portugal continuou a afirmar-se reino fortemente constituído e progressivo. Segue-se o justiceiro D. Pedro, e a primeira crise avizinha-se com o sugestionável D. Fernando, digno de menos triste memória. Um arranco de patriotismo resolve o grave problema da sucessão, colocando no trono o Mestre de Aviz; reconsolida-se a independência no campo de Aljubarrota; lançam-se os fundamentos do nosso império marítimo com a tomada de Ceuta; sucedem-se as conquistas africanas e os descobrimentos; e, quando Portugal, já na posse de dilatados domínios, começa a assombrar o mundo pela temeridade dos seus navegadores, e pelas suas incontestáveis riquezas, a mulher, prêsa sempre pelo coração aos destinos da Pátria, ainda que recolhida ao recato do lar, ousa dar os primeiros passos por caminho ainda não trilhado — o das letras — aparece a abrilhantar os afamados serões palacianos, apresenta-se como versejadora, ao lado dos poetas que enxameavam a côrte.

Em contra-partida, como índice de nenhum interêsse votado à condição social da mulher, publica-se a *Lei Mental*, de exclusão da mesma na sucessão dos bens de Coroa, em proveito exclusivo do primogénito, a quem a irmã ficava de todo sujeita. Cedendo, porém, a um impulso interior, começa a mulher a revelar-se no domínio da inteligência. E, antes que os primeiros nomes se apontem no campo das letras, uma figura de sonho se nos depara, como que a abençoar a nova fase de vida pública, em que a mulher vai entrar: é ela a linda e virtuosa infanta Santa Joana, filha de D. Afonso V.

Já então se cuidava da educação literária das princesas, sem descurar a cultura religiosa que a infanta colocou acima da primeira. Seduzia-a a vida claustral e chegou a conhecê-la no mosteiro de Odivelas e no de Aveiro, onde entrou a pretexto de que se prometera ao Senhor, em acção de graças pela vitória de seu pai e rei sôbre os infiéis de Arzila e Tânger. Os excessos da vida claustral abalaram-lhe a saúde a ponto de desistir da profissão, que jamais seu pai nem seu irmão apoiaram, talvez esperançados em casamento de boa política. Nunca, porém, abandonou o hábito nem a prática do bem, exercida com liberalidade, até morrer, deixando quanto possuía ao convento a que chamou a «sua alma» e onde ficou sepultada.

Precedera-a no tempo, sem a exceder em dotes de espírito, a nobre Beatriz da Silva, tão formosa de corpo como rica de devoção ao divino mistério da Conceição de Maria, à qual homenageou de forma perdurável como a própria fé, com a fundação da ordem da Imaculada Conceição no país vizinho, para onde foi levada no séquito da infanta de Portugal D. Isabel, noiva de D. João II de Castela. Foi exemplo a sua vida de como paga o Senhor a quantos nEle buscam amparo de Pai contra as tribulações da terra, por ela deixada em 1490, pouco depois de Santa Joana, que de funda saüdade enlutou o coração de D. João II, seu irmão, saüdade redíviva nos milagres que seguiram a sua morte, recordada muitas vezes, certamente, pela espôsa que Deus lhe concedeu da pessoa da pequenina princesa de doze anos, a excelsa rainha D. Leonor, nascida para a bondade e para o sofrimento moral e físico. Quantas lágrimas lhe valeriam a justa crueza do marido na morte do cunhado e do próprio irmão podem avaliá-lo os que não desconhecem o valor dos afectos familiares; todavia, o mais rude golpe desferiu-lhe o destino com a perda trágica do filho e herdeiro do trono. Desta tempestade de dores, que não faltaram os desgostos conjugais e a doença, salvou, intacto e a de cada vez mais rico de virtudes, o coração para os pobres, que favoreceu com largueza, e de forma imorredoira, pela criação do hospital das Caldas da Rainha e da Santa Casa da Misericórdia, para não falar doutras fundações reveladoras do seu espírito religioso. O seu amor pelas artes e pelas letras manifestou-o no estímulo dado ao génio criador de Gil Vicente, no interêsse pela publicação de *Vita Christi*, primeira obra saída dos prelos portuguêses, no empenho em elevar o nível intelectual das damas da côrte, para as quais estabeleceu, no paço, educação conveniente. Assim gastou mais intensivamente os trinta anos que contou de viüvez. Nada se perdeu da sua obra, atestada por actos de beneficência, que perduram, por obras de arte que se admiram, pelo gôsto das letras de que a mulher começou a dar provas, gôsto tão dentro das necessidades do seu espírito, que vamos encontrá-la, no reinado de D. João III, formando um verdadeiro escol literário, do qual era figura culminante a formosa infanta D. Maria. No convívio das suas companheiras de labor intelectual, encontrou ela gostosa compensação de muitos aborrecimentos e infortúnios, entre êles a perda de seu pai, o rei D. Manuel, e conseqüente partida da mãi para França, onde foi espôsa de Francisco I.

Rica, requestada por membros de casas dinásticas, ao cultivo das letras consagrou tôda a sua atenção, sem esquecer a caridade para com o próximo e o dever da prática religiosa, como bem o demonstra, além de muitas outras, a criação do hospital junto ao Convento da Luz, no qual se encontra sepultada.

Conheceu-a todo o mundo culto, não sòmente pela sua categoria social, mas ainda pelo brilho da sua erudição e pela cultura profunda do grupo feminino, que fazia parte essencial do seu ambiente literário, no qual avultava Públia Hortênsia de Castro; por todos os motivos constitue a infanta D. Maria a mais bela expressão do renascimento em Portugal, sublime glória do sexo. E destaquei entre essa pléiade de mulheres ilustres, que a cercavam, o nome de Públia Hortênsia de Castro, porque o seu título de doutora em filosofia e teologia lhe conferiu a glória de ser a primeira mulher que, no nosso país, freqüentou as aulas da Universidade. Foi, todavia, gozando do privilégio, então exclusivo do homem, em cujo trajo se disfarçou, que ela, a longínqua predecessora das licenciadas dos nossos dias, alcançou o grau de doutora, tão afamada pela profundeza do saber adquirido, que Filipe II, encontrando-se em Elvas, a convidou para defender intrincadas teses teológicas na presença de tôda a côrte. Eram de idêntico merecimento todas as freqüentadoras dos afamados serões da infanta, nos quais se não esquecia a cultura musical, em que sobressaía Paula Vicente, exímia tocadora de harpa e de psaltério, valiosa colaboradora, segundo se afirma, dos trabalhos de seu pai, o genial Gil Vicente.



D. Luisa de Gusmão

O tempo vai correndo e, com o esplendor da côrte da infanta, por alguém comparado ao canto de cisne da Renascença, entre nós, cessa a magnífica era de floração literária e de feitos históricos, que durou pouco mais de um século: descobertas, conquistas de além-mar, carreamento de riquezas incalculáveis para o reino, famoso tanto pelos seus triunfos como pelos seus tesouros.

E, como se a mulher, por determinação do Alto, houvesse de ficar imorredoiramente ligada a todas as manifestações do nosso povo, dois nomes vou apontar dos vários que poderiam citar-se, heroínas obscuras de epopeia gigantesca do nosso domínio marítimo. Assinalou-se a primeira, Bárbara Fernandes, na fortaleza de Gogolá, em Dio, atacada pelos turcos, e na qual se encontrava com um filho de dezanove anos. Atingido mortalmente por um pelouro, recebeu-o ela nos braços e, no coração, as últimas palavras, que lhe pediam um confessor em vez de lágrimas.

«Filho, da necessidade que tens de confessar me pesa mais que de tua morte; a esperança que me fica do bom lugar que tua alma possuïrá me fará sofrer bem; encomendando-te a Deus, esforça-te em morrer conforme a Sua santa vontade, que só isso me bastará para ficar consolada.»

Assim lhe respondeu a atribulada mãi, aparentando serenidade não sentida, mas conservada até o momento de seu filho entregar a alma ao Criador. Mal experimentada ainda pela dôr, quis o acaso que, logo no dia seguinte, lhe trouxessem a notícia da morte do filho mais velho no baluarte da vila dos Rumes. Com a mesma incrível fôrça de ânimo, acolheu ela a triste nova e tão convicta era a idéia de obediência à vontade divina, de sacrifício aos interêsses da Pátria, que não só mostrava conformada aparência, como ainda animava, pelo exemplo, os que vinham consolá-la.

Menos heróica, mas não menos perseguida pelo infortúnio é D. Leonor de Sá, a nobre espôsa de Manuel de Sousa Sepúlveda, naufragado na costa do Natal, em Julho de 1552, na viagem de Cochim para o reino. Seis mêses de vida errante, de centenas de léguas trilhadas sob a pressão dos cafres e das mais duras necessidades, a declarada loucura do marido, os choros dos seus dois filhos, inconscientes vítimas da tragédia, tudo ela suportou com estoica resignação.

Cedeu, porém, à crueldade do drama, quando, vendo-se despida pelos cafres, na presença do marido e dos restantes companheiros de desventura, o pudor a fez abrir uma cova na areia, para nela se esconder e morrer, ao cabo dum dia, doridos os olhos de lágrimas pela desdita própria, pela do marido, e dos filhinhos que com ela morreram.

Anos volvidos, outro nome de aprêço se nos oferece: Joana de Mendonça, embarcada, em 1589, de Cochim para o reino. Trazia consigo a dôr da perda do marido, a recordação viva do seu lar feliz na filha de dois anos que a acompanhava, e, com ambas estas lembranças, o desejo ardente de servir a Deus num mosteiro da Pátria. Mas a nau



D. Teresa, primeira rainha de Portugal

sossobra; procede-se ao salvamento dos náufragos e ela vê-se violentamente apartada da filhinha, que momentos depois desaparece no abismo do mar encrespado. Amortalha-se no hábito de S. Francisco, passa mil trabalhos com os seus companheiros, na Terra dos Fumos, à qual aportaram e, chorando sem descanso, ainda que resignada, tão grande provação, acaba os seus dias em vida de santo recolhimento e de oração, numa casinha em Nossa Senhora do Cabo, aonde conseguiu chegar.

Com a apresentação de mais estas três figuras de mulher, entramos no período da dominação filipina, de que nos libertámos por um esfôrço titânico da alma abatida do nosso povo, esfôrço ao qual se prendem duas outras mulheres: D. Felipa de Vilhena e D. Mariana de Lencastre. E' sobejamente conhecida a atitude heróica da primeira para que me detenha a descrever, em pormenor, o que fez e disse a seus filhos, na madrugada de 1 de Dezembro de 1640. Orou e comungou com êles, afivelou-lhes os cinturões das espadas e animou-os ao cumprimento da missão que lhes cumpria, no acto da liberdade da Pátria.

Foi semelhante o procedimento de D. Mariana de Lencastre para com os dois únicos filhos que possuia. Fizeram oração em conjunto, armou-os cavaleiros, recordou-lhes as tradições briosas da família, e, quando os viu partir, recolheu à capela para encomendá-los à protecção de Deus. Assim afirmaram estas duas mulheres plena consciência do seu dever patriótico, aquela coragem varonil só feita de nítida compreensão do valor do seu conselho nos corações e nos cérebros, que se formaram dos seus.

De igual têmpera era o ânimo de D. Luísa de Gusmão, espanhola de origem, tornada portuguêsa pelo seu casamento com D. João, indigitado monarca da Restauração por que se trabalhava. Consultou-a o marido acêrca do mais conveniente na aceitação das propostas dos conjurados; traduziu ela a sua decisão na frase lapidar, que ninguém desconhece: «Vale mais morrer reinando do que viver servindo». Bastaria a coragem afirmada nestas palavras para lhe dar celebridade, se outras qualidades não revelasse, quer em vida do marido, quer no período da regência, forçada pela menoridade e incapacidade de seu filho D. Afonso, período difícil pelo estado de guerra com a Espanha. Preocupações e dissabores, a que não foi estranha a atitude do príncipe, tiveram seu têrmo no remanso tranqüilo do mosteiro das religiosas descalças de Santo Agostinho, onde viveu três anos, falecendo com cinqüenta e três.

A dar variedade à galeria de mulheres de que me tenho ocupado, na qual predominam as que viveram, para de si deixarem modêlo de vida caritativa, vou falar de Josefa Ayala de Figueira, assaz conhecida por Josefa de Obidos, terra da naturalidade de seu pai, que para ali a trouxe de Sevilha, onde nascera. Alma de artista, com manifesta tendência para a pintura e gravura em metal, deixou-a bem revelada em numerosas telas, dispersas por igrejas e mosteiros, tôdas elas apreciadas com espontâneo louvor, se representam flores, em cuja pintura foi admirável e de que é prova bastante o quadro intitulado «O cordeiro engrinaldado de flôres», existente em Evora.

Recupera-se a independência; urgia, pois, socorrer a literatura, manifestação da cultura e política de qualquer povo, que, por isso mesmo, tinha decaido, até se tornar submissa imitadora dos vícios de linguagem e de conceitos, que haviam feito as delícias do século.

Fundam-se academias com vista a restabelecer o vigor literário dos tempos passados, e ao esfôrço dos seus fundadores, de que resultaria, em breve, o florescente período do Romantismo, vem juntar-se o contributo dum grupo de mulheres ilustres, dentre as quais merece destacar-se D. Carolina Micaëla de Sousa César de Lencastre, viscondessa de Balsemão, pelo seu casamento com Luís de Sousa Coutinho. A missão diplomática do marido, na côrte de Londres, auxiliou a sua cultura literária, de que deu provas exuberantes, principalmente depois de viúva, em composições poéticas variadas, entre as quais avultam os sonetos.

D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, marquesa de Alorna, poetisa, pintora e tradutora insigne, de todo o período a que me reporto é, sem sombra de dúvida, a figura de maior relêvo, não apenas pela sua vastíssima cultura, feita como autodidata e ainda no estrangeiro, que freqüentou em vida do marido e depois de viúva, mas, de modo especial, pela influência que à sua volta exerceu, franqueando os seus salões ao convívio de todos os homens e mulheres de letras da época, impulsionando muito talento amedrontado, como o de Alexandre Herculano, a quem se não cansava de chamar a atenção para a modalidade literária que viria a dar o Romantismo.

Interessou-se, também, pela educação feminina, que auxiliou com a criação duma escola primária em Almeirim, onde morreu, em 1839, deixando atestada a sua cultura em seis livros de versos, em cartas e traduções apreciadas e nas «Recreações Botânicas», filhas do seu entusiasmo pelas ciências; a sua benevolência, essa ficou vivendo na saüdade de quantos favoreceu pelo valor do conselho e pelo valor da esmola, tão largamente distribuida, que lhe chamaram a *mãi de Cacilhas*, onde viveu algum tempo.

Nas suas digressões pelo estrangeiro, teve aquela senhora ensejo de ouvir Luísa Todi, natural de Setúbal, que de seu pai herdara o gôsto pela música e atingiu a celebridade na companhia do marido, o violinista italiano Francisco Todi. Foi ela a mensageira artística de Portugal nos mais famosos palcos da Europa, chegando a merecer à imperatriz Catarina da Rússia a honra de mestra das princesas, razão porque gozou dum confôrto principesco. Veio contrastar tristemente com essa vida de luxo e de aprêço pelo seu talento real o quási abandono em que morreu, cega e desprovida de meios para si e seus filhos, com oitenta anos de velhice.

Vai já em meio o século XIX e, com o tempo, é passada a grave crise das lutas liberais, seguida pelo trágico período das invasões francesas. Sucederam-se os monarcas e, no trono, senta-se o chorado rei D. Pedro V, cuja existência foi fugitivamente iluminada pela ternura e beleza de D. Estefânia, nascida na Alemanha e falecida apenas com vinte e dois anos de vida e catorze mêses de reinado, ao lado do régio espôso, que deixou vergado à mágoa incomparável de tão grande perda. Da sua natural bondade, da saüdade deixada ao marido, nasceu o Hospital da Estefânia, em cumprimento dum desejo claramente manifestado. Não lhe sobreviveu D. Pedro mais de dois anos, tempo escasso para fundação de tal importância, inaugurada por D. Luís, em 1877.

E' já longa a enumeração de mulheres ilustres no campo da religião, do amor pátrio, como no das artes e letras e, contudo, forçoso é acentuá-lo, só bem entrado o século XIX começou a pensar-se no valor do seu papel social, na necessidade de legislar, por forma a melhorar a sua situação na família e fóra dela, por isso que, até então, vivera, sobretudo na classe humilde, desprovida de instrução como de garantias.

Vai favorecê-la adentro o lar, o primeiro Código Civil, tornado lei em 1867, em presença do qual a filha, já protegida com a abolição dos morgados, concorre à herança paterna, a-par dos irmãos, até mesmo do primogénito. Também a mulher casada foi por êle erguida à devida posição, até a fictícia de verdadeira mãi de família, com mais largas atribuições na casa, com intervenção directa na educação dos filhos, que, por direito, passa a dirigir, em vida ou por morte do marido; conferiu-lhe o mesmo código garantia, embora parcial, sôbre os seus bens e, ainda, no capítulo da separação de pessoas e haveres, sendo que a razão estivesse consigo. A tão proveitoso melhoramento na sua condição social, devia, sem dúvida, corresponder a necessidade duma instrução, que a habilitasse ao gôzo de tais prerrogativas.

De facto, como prévia preparação para a nova modalidade social, que a lei ia facultar à mulher, fôra criada, em 1836, uma escola feminina em cada distrito do país; multiplicam-se, alguns anos depois, e, com a publicação do já citado Código Civil, libertador da disfarçada servidão da mulher, coincide, mais ou menos, a abertura da Escola Normal. Cria-se o Ministério da Instrução Pública, em 1870, e, dentro de pouco, numa plena compreensão das aptidões naturais da mulher, aparece, incluído no programa da sua instrução educativa, o ensino da economia doméstica, de corte, de rendas, flores, desenho e outras especialidades de preparação para as futuras escolas de desenho e industriais, criadas pelo primeiro ministro das Obras Públicas, e aonde a mulher, desprezando preconceitos que a tinham manietado por muito tempo, acorre, no desejo tão peculiar ao



D. Amélia de Orleans, última rainha, com seu filho o príncipe D. Luiz Filipe

seu sentimentalismo, de preparar uma situção futura de maior desafôgo na economia do lar, de se tornar de cada vez mais útil aos seus e à sociedade. Não tardou a criar-se a primeira escola profissional de rendas, depois outras, e, com elas a mulher operária, cujo trabalho se foi alargando e aperfeiçoando até fazer concorrência ao do homem, nas oficinas, onde, nos tempos de hoje, trabalha, por vezes, lado a lado. Pois que de escolas de rendas falei, devo recordar o nome de Maria Augusta Bordalo Pinheiro, a artista que poetisou com a renda, a renda de Peniche por suas mãos tornada capaz das mais estranhas e caprichosas representações. Se vivesse, grato lhe seria ver-se apontada ao lado de Maria de Jesus Conceição e Silva, inspirada continuadora da pintura sôbre marfim, a miniatura que, no século XVIII, teve a sua mais elevada expressão artística. Fechado o parêntesis, que abri, em memória das duas grandes artistas citadas e há pouco falecidas, retomo o fio interrompido da minha exposição, para me ocupar doutra categoria de obreiras, constituída ao mesmo tempo que as do trabalho manual. São elas as operárias da inteligência, as que se afoitaram a estudos mais complexos e completos, à freqüência dos liceus, primeiro dos masculinos, mais tarde dos exclusivamente femininos, como realização do inteligente propósito de José Luciano de Castro, o qual considerava de elevado interêsse «facultar à mulher uma instrução liberal mais ampla que a da escola primária, que lhe formasse o espírito e a habilitasse a desempenhar os variados místeres da sua vida doméstica e a exercer as profissões mais conformes à sua índole e aptidão naturais».

Todavia, só em 1906 se cria o primeiro liceu feminino.

Uma vez franqueado à mulher o acesso à instrução secundária, nenhum óbice se oferecia àquela cuja aspiração passava além dos limites dessa instrução. O direito à freqüência da Universidade era também um facto; tinha-se forçado a barreira de convencionalismo, com que esbarrava a legítima ambição de algumas mulheres, e derrubara-a o reconhecimento dos seus dotes intelectuais. Em 1889, sai da Escola Médica de Lisboa a primeira médica portuguêsa, e nunca mais as escolas de ensino superior deixaram de ser freqüentadas por mulheres, numa afirmação crescente e inegável da sua mentalidade e aptidão para todas as profissões liberais, no âmbito das ciências como no das letras, adentro do qual citarei apenas dois nomes, os mais representativos da época, os mais dignos do nosso aprêço pela proveitosa lição de suas virtudes, pelas condições em que realizaram a sua vastíssima cultura, duas autodidatas, duas almas de eleição: é primeira, em ordem cronológica de nascimento, a grande Maria Amália Vaz de Carvalho, poligrafa de muito e profundo saber, adquirido no convívio dos livros e no de escritores eminentes, que formavam a roda dos freqüentadores de sua casa. Poesia, história, crítica literária e social, contos e literatura infantil, todos os géneros cultivou a sua pena expressiva, consagrada pela Academia das Ciências de Lisboa, que no número dos seus membros a incluiu, como num gesto de homenagem à mulher culta.

Segue-se, excedendo-a, ainda, em valor, a insigne escritora Carolina Michaëlis de Vasconcelos, considerada por vários críticos e apreciadores da sua obra «a mulher mais culta do seu tempo», a incansável estudiosa que, aos dezasseis anos, vivendo na Alemanha, seu país natal, causava já o espanto dos mestres pelo brilho e profundeza dos seus artigos sôbre lingüística. Dedicara-se ao estudo do espanhol, seguira com o do árabe e passára ao da língua e literatura portuguêsa, as quais chegou a conhecer em tôda a sua extensão e beleza, principalmente após o seu casamento com Joaquim de Vasconcelos, admirador confesso da sua erudição. Se os seus trabalhos surpreendem, não só pelo número, mas também pela vastidão e solidez do saber, honesto e consciente, devido apenas à tenacidade do seu esfôrço intelectual, pois ao tempo em que viveu nem na própria Alemanha era consentida à mulher a freqüência da Universidade, se a amplidão e riqueza da sua obra movem à admiração de quantos podem apreciá-la, não menos a ela convida a multiplicidade das suas qualidades de espôsa e de mãi. Possuíu consigo o segrêdo da distribuïção das horas que gastou, em grande parte, com os livros, sem desdenhar os mais triviais serviços caseiros, tão do gôsto da mulher, que não deixou perdidos, na carteira de estudante, os atributos que a fazem senhora do lar. E, senão, era ouvi-la falar de jardinagem, de trabalhos de mãos, de doçaria, na quietação da sua casa confortável ou nos intervalos das aulas da Faculdade de Letras de Coimbra, da qual foi professora, nomeada em 1911, como preito de homenagem à sua inexcedível cultura, premiada, mais tarde, com o colar de S. Tiago, pelos serviços prestados à literatura com a publicação do *Cancioneiro da Ajuda*, assombroso trabalho de erudição, que lhe gastou quási trinta anos de estudo.



Luísa Todi, célebre cantora setubalense

Dói a saüdade no coração de quem muito de perto a conheceu, como discípula, sem que ao efeito dêsse sentimento deva atribuir-se o considerar irreparável a sua perda, ocorrida em 1925, quinze anos passados sôbre outra: a do exílio da última rainha que portuguêses conheceram, radiante de majestosa beleza, rica da felicidade de espôsa e mãi, a mesma que portuguêses acompanharam na dôr do regicídio. São passados trinta anos sôbre o seu afastamento para o estranjeiro, sem que a distância, no espaço e no tempo, tenham vencido a grata lembrança da sua piedade para com os pobres, para com as crianças e os enfermos, compaixão sentida de que são testemunhas o Instituto de Socorros a Náufragos, o Hospital do Rêgo e a Assistência Nacional aos Tuberculosos. Da cultura e gôsto artístico da rainha sr.ª D. Amélia de Orléans, dão prova a fundação de museus, como o dos Coches, a restauração da Sé de Coimbra, e o auxílio prestado a muitos e vários artistas.

A evocação da prestigiosa figura da rainha sr.ª D. Amélia anuncia o fim próximo desta longuíssima palestra de exaltação da mulher, na Pátria a que pertencemos. Trajectória de luz como a dos astros foi a que vos descrevi, até chegar a nossos dias; trajectória em que a mulher se mostra detentora das mais nobres e sãs qualidades de carácter e de espírito, patenteadas de maneira diversa, condicionada pelas circunstâncias do seu viver pessoal, do meio ambiente ou do interêsse comum, acusando sempre como faceta saliente da sua alma compassiva, a fé, sob a forma de esmola e da oração.

Ficarão todas elas perdurâvelmente gravadas na nossa memória, não simplesmente por direito do exemplo de sua vida e actos, mas porque, como tributo de admiração pelos seus méritos, decidiu a ilustre reitora do liceu, por cuja iniciativa nos vemos reünidos nêste local, fazer com os seus nomes o baptismo das vinte e cinco salas de aula do edifício que dirige e lembra o de mais uma gloriosa figura de mulher, comparticipar, por esta forma, nas celebrações comemorativas de oito séculos de história. A êsses nomes, juntou o duma outra senhora, de todos nós conhecida pela sua larga acção beneficente e benemerente, a sr.ª condessa de Rilvas, criadora e animadora da obra, tão delicada de fins como de nome, que é a das Florinhas da Rua, e veneranda presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Haveis de percorrer muitas vezes, vós todas, alunas do Liceu D. Felipa de Lencastre, com a vista e o pensamento, aquela galeria de valores femininos, chegareis a fixar os nomes que a compõem e, certa estou disso também, reconhecereis em vós quanto altruísmo, quanto amor patriótico, quanta fé e anseios literários, quantas virtudes as tornaram exemplos; porque, afinal, vós e todas nós, mulheres de hoje, somos como as de ontem, um prolongamento delas mesmas, nossas avós e nossas mães, tão parecidas, tão iguais, que sabemos admirá-las, podemos compreendê-las e fàcilmente imitá-las, porquanto nos ajuda, ainda, a vantagem do desenrolar do tempo, tão progressivo e cheio de civilização, tão farto de surprêsas, que, num ritmo equivalente, devem o coração e o cérebro dar-se mãos, em fiel e equilibrado entendimento, e tomar o caminho conducente à consciência dos direitos e deveres de cada um, à consideração e piedade pelas necessidades dos que as sofrem, sólidos fundamentos do verdadeiro progresso, que é o do carácter, forte esteio de confiança no destino próprio e no da Pátria, realização única e completa do mais belo ensinamento divino, que manda amar-nos com amor de irmãos.

Convencei-vos, raparigas filiadas ou não na prometedora organização da Mocidade Portuguêsa, e seja essa convicção, para vós motivo de justificado orgulho, de que o futuro de tôda a sociedade e de tôda a Pátria, sejam elas quais forem, está naquela confiança estreita entre o coração e o cérebro, que uma e outra serão reflexo global da vossa arte em modelar caracteres de irmãos e de filhos, em lhes dar, com o porte físico mais correcto, o jeito moral mais perfeito. E êste adquire-se, tirando da lição do passado o que de proveitoso nos oferece, colhendo na do presente quanto signifique progresso de princípios e idéias, quanto favoreça o ressurgimento e revigoramento das qualidades rácicas. Dêste modo, servindo o bem da nação, pelo depuramento do carácter individual, trabalharemos, com segurança, pelo Portugal, grande de hoje, maior de amanhã, que todos desejamos condigno herdeiro e continuador das glórias celebradas na vasta e deslumbrante revelação da grandeza do Mundo Português, ao festejar oito séculos de existência.

«Produzir mais, trabalhar mais, maior rendimento do trabalho. E aqui pode bem o patriotismo iluminar e tornar abençoado o que as circunstâncias venham a impôr como a extrema necessidade».

SALAZAR.

O IV CENTENÁRIO
DA COMPANHIA DE JESUS

POUCOS países como Portugal poderão celebrar, como seus, os fastos gloriosos da Companhia de Jesus.

Se à Espanha cabe a glória de ter sido o bêrço natal de Santo Inácio de Loiola e S. Francisco Xavier, Portugal tem, também, entre os primeiros dez jesuítas fundadores da Companhia, êsse ilustre e notabilíssimo Simão Rodrigues de Azevedo, isto não contando já com a glória de Xavier, tôda feita ao serviço da nossa Pátria e graças à acção do nosso rei. Se a França pode orgulhar-se de ter tido, dentro de si, o bêrço da ardente milícia, Portugal pode ufanar-se de ter sido num colégio português — o célebre colégio de Santa Bárbara — sob a direcção dum insigne mestre português — o grande Diogo de Gouveia, que os jesuítas nasceram, para a grande obra civilizadora que os havia de impôr à consideração unânime do mundo.

A mais disso foi ainda o nosso país aquêle que, primeiro que nenhum outro, abriu os braços à Companhia e lhes forneceu os elementos de expansão que só muito mais tarde as outras nações haviam de outorgar-lhe.

Recordemos, porém, sem a pretensão de fazer a história do notável instituto em Portugal, cometimento que não poderia acomodar-se na escassez dum artigo de espaço limitado, como êste, o que foi a Companhia de Jesus nas suas relações e acção em referência à nossa Pátria e ràpidamente se achará a razão que nos cabe em celebrar condignamente a passagem do 4.º centenário da sua fundação, que pode e deve fundamentar-se na bula do Papa Paulo III, de 27 de Setembro de 1540.

Quando Santo Inácio de Loiola, o místico soldado-fidalgo, que, por amor de Deus, se fizera pedinte e humilde, entre os pobres, quis, em Paris, dedicar-se ao estudo das humanidades, todos os colégios da capital da França o repudiaram, todos lhes cerraram as suas portas.

Quem é que queria aquêle louco mais dado à oração do que ao estudo?

Quem podia achar prazer na convivência daquele homem que trocara as reluzentes fardas de oficial pela estamenha dos peregrinos sem eira nem beira?

Quem poderia sentir-se contente na companhia daquele moço semi-analfabeto, que desdenhava da ciência porque já era mestre na maior de tôdas, a ciência de Deus, e, aos palácios dos fidalgos da sua estirpe, preferira as choupanas humildes dos eremitas? Não!

Decididamente, êste louco não era digno de viver na Paris intelectual do século XVI. No entanto, para cabalmente poder cumprir a sua missão, Inácio de Loiola sentia a necessidade de adquirir um maior cabedal de ciência humana. Batera a todas as portas de todas as casas de estudo. Porque em nenhuma se servira da sua antiga qualidade de militar e herói, do facto de ser testemunha viva, e êle mesmo cooperador, dos mais arriscados combates, porque perante ninguém desfiava os velhos pergaminhos dos Loiolas, todos se recusavam a receber aquele louco místico.

Uma houve, porém, que, abrindo excepção às demais, se lhe abriu de par em par: a do colégio português de Santa Bárbara, cuja direcção estava entregue ao grande Diogo de Gouveia, o mesmo que, mais tarde, viria a ser reitor da Universidade de Paris.

Diogo de Gouveia recebeu Inácio de Loiola, mal pensando que o novo aluno, juntando-se aos discípulos do colégio, Francisco Xavier, Pedro Fabio e Simão Rodrigues de Azevedo que, de há muito já, ali haviam encetado seus estudos, viria a formar a maior organização religiosa de todos os tempos, a maior milícia defensora da igreja e da doutrina cristã.

Pode dizer-se que foi de Santa Bárbara que saiu êsse grupo de dez religiosos, nêsse dia 15 de Agosto de 1534, para Montmartre, onde, na igreja de Santa Maria, fizeram voto de castidade e de serviço de Deus e do Papa, na conversão dos infieis e pecadores.

A Companhia de Jesus nasceu em Paris; todavia, o seu bêrço aconchegado não foi a grande cidade, mas sim o colégio português de Santa Bárbara, verdadeira fábrica de almas que tão grande serviço vieram prestar à igreja católica.

Querendo, possìvelmente, prosseguir a obra que iniciara no colégio de Santa Bárbara, Diogo de



Santo Inácio de Loiola

Gouveia escreve uma carta a El-Rei D. João III, dizendo-lhe que, para as missões da India, em que o soberano português andava tão empenhado, havia em Paris, uns «clérigos letrados e homens de boa vida que se destinavam à prègação e conversão dos infieis».

D. João III imediatamente encarrega o seu embaixador em Roma, D. Pedro de Mascarenhas, de saber quem eram os padres de que lhe falava Diogo de Gouveia e também de conseguir que êles viessem a Portugal, com destino às missões da Índia.

O diplomata português fala com os padres, avista-se com o Pontifice e consegue que Inácio de Loiola envie a Portugal o português Simão Rodrigues, o italiano Paulo Camerte e o espanhol Nicolau de Bobadilla. Êste, porém, tendo adoecido gravemente, foi substituído pelo navarro Francisco Xavier, que entraria no Agiológio Romano com o título de apóstolo das Índias.

Ainda não estava publicada a bula constituindo a Companhia de Jesus, quando, a 17 de Abril de 1540, chegaram a Lisboa Simão Rodrigues e Paulo Camerte, logo seguidos pelo futuro S. Francisco Xavier, que demandou a barra de Lisboa em fins de Junho do mesmo ano.

Embora aprovado o novo instituto religioso em 3 de Setembro de 1539, o certo é que a bula de definitiva criação parecia demorar.

D. João III, impressionado com a piedade dos novos religiosos que edificavam Lisboa com seus hábitos e virtudes, oferece-se-lhes para interceder junto do Pontifice, a-fim-de que seja publicada a necessária bula.

Temendo, porém, que a sua acção não seja completamente eficiente, o Rei Piedoso oferece-se também para conseguir que o seu pedido seja reforçado pelo imperador Carlos V de Espanha e pelo rei Francisco I de França, ambos seus parentes.

De novo Portugal manifestava o seu grande interêsse pela criação da nova milícia. A bula papal chega, porém, a tempo, e a intervenção dos três soberanos torna-se desnecessária.

A Simão Rodrigues detem-no imediatamente o rei de Portugal para instaurar na nossa Pátria a nóvel e promissora companhia. Tendo-lhe o soberano oferecido residência no palácio real, o religioso recusa-a e prefere ir viver no hospital de Todos os Santos, entre os doentes aos quais trata com extremos da maior caridade, exercendo as funções mais humildes.

Veste uma sotaina pobre e remendada. As horas que lhe sobejam do seu mister de enfermeiro dedicado e caridoso, gasta-as percorrendo as ruas, pedindo esmola para os cativos.

A sua maneira de ser impressionava vivamente a côrte.

A sua forma de proceder edificava singularmente a capital portuguêsa, onde aliás, a virtude tinha de há muito arraiais.

Querendo ajudar a difusão da companhia, em Portugal, D. João III dá aos novos jesuítas o colégio de Santo Antão, onde está hoje o hospital de S. José. E' a primeira casa dos filhos de Santo Inácio, em Portugal.

Breve, porém, Simão Rodrigues passa a Coimbra, onde funda um colégio também da companhia, do qual foi primeiro reitor Diogo Mirão.

Anos depois, D. João III funda o colégio de Evora, que entrega a Melchior Carneiro.

Dêste modo, iam os jesuítas tomando conta do ensino, em prol do qual tantos e tão notáveis serviços haviam de prestar ao país.

Quási simultâneamente, os novos religiosos iam-se dessiminando pelas descobertas e conquistas.

O primeiro de todos os missionários jesuítas que sai de Lisboa é o padre Francisco Xavier, que vai como núncio do Papa e que chega a Goa em 6 de Maio de 1542. Acompanham-no os padres Paulo Camerte (italiano) e Francisco Mansilha (português).

Francisco Xavier percorre todo o Oriente. Missiona, evangeliza, baptiza, ensina.

E começa, graças à acção de Portugal, a grande epopeia missionária da Companhia.

Só em 61 anos, de 1542 a 1603, a Companhia de Jesus deu a Portugal nada mais nada menos que 513 religiosos, entre os quais o primeiro e maior de todos os missionários do catolicismo: S. Francisco Xavier.

Foram os jesuítas os grandes e incansáveis obreiros da nossa colonização.

E, como prova, aí está o Brasil, obra perfeita e completa da acção missionária e evangelizadora da Companhia de Jesus. Foram os padres de Santo Inácio, com os seus mártires e apóstolos, os grandes cabouqueiros da nação sul-americana.

Durante o reinado de D. Sebastião, os jesuítas têm ainda uma acção preponderante e benéfica na vida do país.

E' ainda aos padres da Companhia de Jesus que nós temos de agradecer a educação dêsse príncipe heróico e destemido, que sonhou e tentou realizar a conquista do grande Império marroquino. — Portugal, senhor da Africa.

O desastre de Alcácer-Kibir alçou no trono de Portugal o decrépito e tímido cardial D. Henrique. Infelizmente, as influências de Espanha puderam sobrepôr-se à pouca influência que os jesuítas tinham, então, na vida portuguêsa. O cardial-rei jamais quis ouvir, na mágna e importante questão da sucessão, o seu confessor, o jesuíta padre Leão Henriques, como também poucos ou nenhuns ouvidos deu às considerações do padre Jorge Serrão, provincial da Companhia.

O resultado viu-se: Portugal foi trespassado ao castelhano, e a monarquia dualista, velho sonho que nunca fôra possivel, tornou-se realidade.

Entronizado o rei de Castela na posse do seu novo reino, foram ainda e desde logo os jesuítas dos que melhor começaram lutando pela independência pátria. Usando e abusando das imunidades eclesiásticas, desde o comêço da usurpação se manifestaram os inacianos contra o domínio do espanhol.

Entre os jesuítas que mais se evidenciaram em luta com o castelhano, tomara lugar de relêvo o célebre orador sagrado padre José Luís Alvares, que o Papa S. Pio V cognominou de «novo S. Paulo.»

Um dia, festejava-se o apóstolo S. Felipe, na capela-real. Felipe II estava em Portugal. Quis ter ideia pessoal do insigne jesuíta, de quem tanto ouvia falar, e mandou que fôsse êle o orador da festa.

Fitando serêna e insistentemente o monarca, o prègador começou com as palavras do Evangelho:

Philipe qui videt me, videt Patrem mei (Felipe, o que me vê a mim vê o meu Pai.) E, a-propósito destas palavras, falou tão largamente, usando de tantas e tais metáforas que todos, inclusivé o próprio monarca, viram nas eloqüentes palavras do prègador as maiores e mais patrióticas censuras ao usurpador.

De outra vez, prègando na presença do cardial arquiduque Alberto, viso-rei de Portugal, tomou por tema as palavras de Jesus Cristo ao paralítico: *Surge tolle grabatum tuum et ambula* (Levanta-te, toma o teu leito e caminha). E dirigindo-se ao cardial, disse-lhe claramente: Serenissimo príncipe: estas palavras querem dizer: levantai-vos, tomai o fato e a cabana, andai, ide-vos embora para a vossa terra.

Era assim que os jesuítas inculiam no povo a necessidade de resistir ao domínio do castelhano.

Quando o momento restauracionista começou a esboçar-se, os jesuítas tomaram, em tôdas as conspirações, a maior e mais activa parte.

A revolta do Manuelinho, de Evora, teve nos padres da Companhia os mais esforçados obreiros, tal qual como por patriotismo haviam sido êles os maiores propagandistas das profecias do Bandarra.

Anos antes, em 1635, realizando-se na Sé de Evora uma função religiosa a que assistiu o Duque de Bragança e subindo ao púlpito o jesuíta Gaspar Correia, terminou êste o sermão, dirigindo-se ao duque e dizendo:

Príncipe, eu verei ainda sôbre a vossa cabeça a coroa (e fez uma pausa durante a qual o auditório quási se amotinou) a coroa da glória para a qual Deus nos conduzirá.

De tal modo os padres da Companhia se expuseram, na propaganda contra o jugo espanhol, que o Felipe fazendo tábua rasa das imunidades eclesiásticas, resolveu mandar chamar a Madrid os padres Sebastião Couto, Alvaro Pires, Jacques Arêda e Gaspar Correia.

Os três primeiros, sob vários pretextos, puderam evitar a viagem. O último teve de se apresentar na côrte espanhola, donde foi desterrado para S. Fins. Só depois da subida ao trono português de D. João IV Gaspar Correia conseguiu voltar à Pátria.

Feita a restauração da independência, aclamado rei

D. João IV, os jesuítas continuaram a ter a maior preponderância na monarquia restaurada.

Para de tal termos uma idéia nítida, basta que nos lembremos do que foi a situação do grande António Vieira e dos padres André Fernandes, confessor e um dos conselheiros favoritos do rei, e João Nunes, confessor da rainha.

A morte do oitavo Duque de Bragança, que a revolução de 1.º de Dezembro alevantara no trono de seus maiores, ou, melhor, a entrega do govêrno do reino ao seu sucessor Afonso VI deu início a um pequeno período de ostracismo para o Companhia.

Os conselheiros do filho de D. João IV, precisamente os mesmos que o fizeram perder o trono e a liberdade, conseguiram que o novo rei pusesse de parte os padres da Companhia, aos quais tantos e tão notáveis serviços deviam a Pátria e o trono em que ora se sentava.

A sua deposição e a nomeação do Infante D. Pedro, como governador do reino, reintronizaram os jesuítas na situação que disfrutavam anteriormente à chegada de D. Afonso VI ao poder.

No reinado de D. Pedro II, foi o padre Manuel Fernandes membro da junta dos três estados o inaciano de maior preponderância, e que conseguiu ser uma das individualidades que mais influiu na política do tempo.

Foi graças à acção do padre Manuel Fernandes que foi possível realizar, completamente, a velha pretensão do padre António Vieira: que as missões da América fôssem completamente entregues aos jesuítas.

No reinado de D. João V, fez-se sentir, de maneira extremamente favorável à vida nacional, a influência dos padres da Companhia, que continuaram dirigindo o ensino e realizando aquela acção de apostolado que caracterizou, sempre, entre nós, os jesuítas.

Sob mais dum aspecto, a Companhia contribuia para o progresso do país, quando chegou ao poder o Marquês de Pombal que, a-pesar-de antigo pupilo dos inacianos, não descansou nunca, na perseguição sem tréguas que lhes moveu, e acabou por conseguir levar a cabo, em 1759, a sua expulsão do reino e seus domínios. Os desastrosos efeitos desta sectária e estúpida medida não cabem ser citadas na escassez das linhas de que dispomos nêste breve bosquejo.

Só no breve reinado de D. Miguel I os jesuítas voltaram a Portugal, retomando a direcção do ensino.

Curta, porém, foi a sua demora. A vitória liberal que deu o poder ao imperador do Brasil, que governou em nome de sua filha, pôs de novo os padres da companhia na terra do exílio.

Foi durante o reinado de D. Maria II que a Companhia pôde regressar ao nosso país, onde viveu até que a revolução republicana de 5 de Outubro estabeleceu de novo as leis de Pombal e Aguiar.

Mais uma vez, em 5 de Outubro, os jesuítas foram expulsos, desprezando-se o mais possível não só os muitos e relevantes serviços por êles prestados ao país, como até a imensa falta que faziam ao desenvolvimento da cultura.

Poderíamos gastar páginas e páginas, se o espaço nos sobrasse, a pormos em relêvo os muitos, admiráveis e notabilíssimos benefícios prestados pela Companhia de Jesus, quer na colonização, quer na administração do ensino.

As melhores páginas da nossa acção missionária foram escritas pelos jesuítas, como a melhor acção educativa que algum dia se exerceu em Portugal foi obra dos padres da Companhia.

Não tem, porém, êste nosso artigo pretensão maior que a de recordar, muito sucintamente, aliás, o que foi a existência em Portugal da mais forte, generosa e magnífica milícia do catolicismo.

Isso nos parece dalgum modo conseguimos. E tanto nos basta para guardarmos a certeza que contribuímos tanto quanto pudemos para que o IV centenário da fundação da Companhia de Jesus não passasse despercebido, nêste ano ano de 1940, em que Portugal recorda e celebra tantas e tantas glórias.

CORDEIRO GOMES.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Está em curso a organização da Biblioteca da Junta, que, na sua forma definitiva, e sob moldes em estudo, deverá constituir, num futuro próximo, a Biblioteca Provincial. Por êste motivo são utilíssimos todos os elementos que nos sejam enviados para aumentar, cada vez mais, a preciosa colecção bibliográfica estremenha que cumpre reünir na sede da J. P. E.

Durante o ano de 1940, foram-nos gentilmente enviadas as seguintes publicações:

Perfil de Salazar e Itinerário duma Rainha, de Luís Teixeira, o último oferta da Câmara Municipal das Caldas da Raínha; *A obra de Salazar na pasta das Finanças, Rotciro do Centro Regional da Exposição do Mundo Português*, ed. do S. P. N.; *Boletim da Junta de Província do Douro Litoral, A correspondência de Martins Sarmento, ao p. Joaquim Pedrosa, Douro Litoral — boletim da Comissão Provincial de Etnografia*, publicações da Junta de Província do Douro Litoral; *O Barco Rabelo*, de Armando Matos; *Assistência às classes pobres*, por Mário Cardia; *Boletins da Direcção Geral dos Serviços Pecuários n.º 3, Câmara Municipal de Lisboa, Geral da Legislação* (Raimundo Alves), *Oficial das Juntas de Freguesia, da Casa do Alentejo*; revistas *Brotéria, Portucale* e *Dos Cegos; Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, exposição feita pelo provedor dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro; jornais *A Saúde*, bi-mensário de higiene e profilaxia social (Junta de Província da Beira Litoral) e *Turismo*, número especial dedicado a Torres Novas; relatórios da Federação Nacional dos Industriais de Moagem e da Caixa de Previdência dos Médicos Portuguêses; *Reconhecimento dos baldios do continente*, volumes I e II, a partir da Junta de Colonização Interna; *Assistência Social, Obra nacional de Protecção e Assistência — Ensaio de um centro municipal*, de Duarte Gorjão Henriques; *Desenvolvimento da despesa para o ano económico de 1940*, Ministério da Economia Nacional; *Junta de Província do Douro Litoral — Orçamento para 1940; Câmara Municipal de Setúbal — Orçamento para 1940; Lições de vinificação para o curso de feitores*, de António Henriques da Costa Andrade, eng.º agrónomo e prof. da Escola Prática de Agricultura de D. Denis; *Aguas de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa; *A-propósito da mudança do nome da freguesia de Camões*, da Junta de Freguesia de Camões.

>

Bibliografia estremenha, *do cap. França Borges.* — Magnífico trabalho, publicado no intuito de reünir a bibliografia da província da Estremadura e orientar os estudiosos na busca de elementos que se lhe referem. Sôbre êste trabalho, «Subsídios», como se sub-intitula, diz o autor:

... Simples compilação parcial e imperfeita do que acêrca da querida província se tem escrito, visa a contribuir como um imperceptível grão de areia para a formosa fortaleza espiritual dos Centenários, levantada por Portugal ao respeito do Mundo.

... Base dum trabalho mais perfeito, guia ou índice ainda que incompleto para quem careça de conhecer os antecedentes das terras estremenhas, dêle não constam todos os dicionários e crónicas de réis que fazem referências certas, nem as obras que a elas aludem apenas de relance; os registos da Tôrre do Tombo também aqui não aparecem, por merecerem figurar numa publicação à-parte.

.., Representa o produto de horas e horas de trabalho, não apenas meu, porque minha mulher, D. Manuela França Borges, para êle igualmente contribuiu, numa colaboração tão importante que, sem ela, a publicação se não faria tão cedo.



Capitão França Borges

Elemento utilíssimo, é natural que esta magnífica relação de 814 espécies bibliográficas constitua fundamento para a instituïção duma necessária Biblioteca Provincial da Estremadura.

FEZ CEM ANOS...

(Efemérides estremenhas)

Brito Capêlo, Pereira Cão e Mendonça Furtado



Brito Capêlo

A data de 4 de Fevereiro de 1841 é uma das datas mais notáveis da nossa província. E' que foi no meado de inverno de há um século que, na gloriosa e histórica vila de Palmela, precisamente numas casas do vetusto castelo que foi cenário e testemunha dalguns dos mais belos e heróicos cometimentos da história-pátria, viu a luz da vida aquêle que havia de vir a ser um dos maiores construtores do Império: Hermenegildo Carlos de Brito Capêlo, o grande companheiro de Serpa Pinto e Roberto Ivens.

Nascido do casamento do major Félix António Gomes Capêlo, com D. Guilhermina Amália de Brito, o insigne explorador do continente africano foi o mais novo dessa geração de homens ilustríssimos que foram os quatro Britos Capêlos, caso que cremos único em Portugal, depois da geração de ínclitos infantes filhos de D. João I e de D. Felipa de Lencastre.

Assim como todos os filhos do fundador da dinastia de Aviz foram figuras notabilíssimas, também os quatro rebentos do consórcio de Félix Capêlo com D. Guilhermina de Brito encheram de renome e orgulho a história de Portugal e principalmente os anais estremenhos, visto todos serem naturais da nossa província.

Félix António de Brito Capêlo, que, por ser o primogénito, herdou o nome paterno, viu a luz primeira da vida na estremenha vila de Peniche. Dedicando-se às ciências, foi não só o primeiro naturalista português da sua época, como um dos maiores da Europa do seu tempo e, sem sombra de exagêro, um dos homens que maior fama tem dado à ciência portuguêsa de todos os tempos.

Segue-se, pela ordem de nascimento, João Carlos de Brito Capêlo, nascido em Lisboa, em 1831. Tendo assentado praça na Armada, de tal forma se distinguiu que atingiu o alto pôsto de almirante. Como homem de ciência, dedicou-se à astronomia, tendo dirigido o Observatório Astronómico da Escola Politécnica, criado por Mariano de Carvalho. Devem-se-lhe vários inventos científicos do maior valor, alguns dos quais ainda hoje, são objecto de estudo e elogios, nos vários meios científicos de todo o mundo.

E vem logo a seguir, nascido também em Lisboa, em 1839, Guilherme Augusto de Brito Capêlo, o segundo almirante da família.

Ajudante de el-rei D. Luís, como mais tarde o seria também do sr. D. Carlos, desde muito novo que o terceiro Brito Capêlo se dedicou ao estudo dos problemas coloniais.

As nossas possessões ultramarinas mereceram-lhe, não só o maior interêsse, como várias e demoradas visitas.

Em 1886, foi nomeado governador geral de Angola e, dez anos depois, comissário régio da mesma província, onde deixou uma obra notabilíssima, ainda hoje recordada e exaltada.

Por último, há, a pôr fecho nesta constelação de altíssimos espíritos, a figura gloriosa de Hermenegildo de Brito Capêlo, de quem mais pormenorizadamente nos ocuparemos nêste breve artigo.

Como marinheiro atinge, tal qual seus irmãos, e após um curso brilhantíssimo, as estrêlas de almirante. Tôda a sua carreira de marinheiro que, pode dizer-se, se inicia aos dezanove anos, quando, terminado o curso, consegue o galão de aspirante, é uma página admirável da história da nossa Armada, onde esplendem as maiores e mais altas virtudes.

E', de resto, como aspirante, que toma pela primeira vez o caminho do Ultramar, aquêle mesmo Ultramar que êle serviria mais tarde tão gloriosamente.

Corria o ano de 1860. Do Tejo, saíra uma expedição que ia levar tropas para a campanha do Dembe.

Acompanhando a carreta «Bartolomeu Dias», comandada pelo então infante D. Luís, seguia a «Estefânia», de cuja guarnição fazia parte Hermenegildo Capêlo.

Esta viagem viria a ser o ponto de partida para a grande amizade que, pela vida fóra, inicia intimamente o futuro soberano, de quem seria nomeado, mais tarde, como seu irmão Guilherme, ajudante de campo.

Desde 1860, tôda a sua vida é consumida no serviço do Império, de que se tornaria um dos maiores obreiros.

Não nos permite o espaço de que dispomos para êste artigo acompanhar a par e passo a carreira do insigne marinheiro e colonialista.

Basta, porém, que registemos o facto de, em expedições sucessivas, ter visitado todos os nossos domínios do Ultramar, desde Cabo Verde a Macau, da Guiné a Angola, de Angola a Moçambique. Todo o vasto Império deixa de ter para êle segredos. Conhece-o como os próprios dedos.

São os seus trabalhos de marinheiro e de colonialista que o ocupam até que, em 1869, torna-se necessário que da Metrópole cheguem mantimentos e reforços a Serpa Pinto que, então em Africa, está combatendo o Benga. O oficial que o govêrno escolhe para tão importante como difícil missão é Hermenegildo Capêlo. E, a bordo da corveta «Martinho de Melo», o futuro explorador faz, de novo, rumo a Moçambique. Cumprida, zelosa e patriòticamente, a missão que lhe fôra cometida, regressa à Metrópole.

Mal tem tempo de descansar.

Eis que, de novo, o serviço o reclama: em Cabo Verde, dá-se uma revolta de indígenas, da raça dos papeis. O govêrno da metrópole resolve enviar àquela colónia, como se tornava mistér, uma expedição para reduzir à obediência os insurrectos.

Novamente, um dos oficiais escolhidos é Hermenegildo Capêlo que, tão depressa consegue desembarcar em Cacheu, toma o comando do forte de D. Luís, portando-se como um valente.

E' só por milagre que escapa da morte, visto ter sido um dos raros que sobreviveram à terrível explosão de pólvora que ali se verificou.

De regresso a Lisboa, reata, em 1872, as suas expedições ultramarinas, principalmente aos territórios entre o Zaire e o Zambeze.

Gasta nesses novos trabalhos o melhor de cinco anos, até que, em 11 de

Maio de 1877, o grande ministro que foi Andrade Corvo resolve mandar fazer uma expedição ao interior africano, nos territórios entre Angola e Moçambique. Os nomeados são Capêlo, Ivens e Serpa Pinto. E' ao primeiro que cabe a chefia da expedição, motivo porque é êle quem vai a Paris e Londres, a-fim-de adquirir o material para a mesma necessário.

Finalmente, os gloriosos exploradores chegam a Angola, a 7 de Junho do citado ano de 1877.

A grande e patriótica missão que lhes fôra incumbida, graças à qual tão seguramente pôde consolidar o Império, realizam-na Capêlo e os seus companheiros à custa dos maiores e mais duros sacrifícios.

A-pesar disso, a grande façanha, que é um dos mais belos capítulos da história da nossa ocupação em Africa, voltará a repetir-se ainda com maior êxito, em 1884, porque então Capêlo e Ivens conseguiram fazer a travessia completa duma à outra costa. Seria falando desta última expedição que Capêlo diria mais tarde a um jornalista:

— Desta vez — a segunda vez — a travessia demorou ano e meio. E' claro que, quando nos internámos, cessou a possibilidade de dar notícias. Pinheiro Chagas estava inquietíssimo, com imenso cuidado. Quando chegamos à costa, telegrafâmos e êle recebeu as nossas notícias estando no Parlamento. Ficou contentíssimo e anunciou-o às Câmaras, num daqueles admiráveis, gigantescos discursos, que submetiam o Parlamento nesse tempo povoado por grandes homens, ao génio de Pinheiro Chagas. Foi então que proferiu essa elevada imagem... «êsse oceano que parece ter escrito em cada uma das suas ondas uma estrope dos Lusíadas». E tôda a Câmara, com Oliveira Martins à frente, correu a abraçar o gigante.

Proseguindo ainda na sua descrição, Capêlo explica, depois, porque êle e Ivens se apartaram de Serpa Pinto:

— Separamo-nos a bem — diz o grande colonial. — Mas em Africa não se pode andar com muita gente. O melhor é andar só. Um explorador que esteve na Abissínia encontrou-se comigo em Africa e preguntou-me: Quantos são os senhores? Somos três, Ivens, Serpa Pinto e eu. Três! — exclamou o tal explorador. — Impossível! — E contou-me que, tendo ido para a Africa com o irmão, se zangara com êle, tendo de separar-se. E era irmão.

E' aquêle calor que torna impossível que mais de dois homens possam entender-se perdurâvelmente.

Quando, em 1885, Capêlo e os seus companheiros regressaram a Lisboa, a capital recebeu-os em verdadeira apoteose, em que tomaram parte desde o rei aos menos qualificados elementos populares. Portugal, de norte a sul, vibrou do mais altivo e intenso entusiasmo.

Todavia, não acaba aqui a vida gloriosa de Hermenegildo Capêlo. A sua última página escrevê-la-ia êle, durante a revolução republicana de 5 de Outubro.

Para não nos repetirmos no que já sôbre o assunto escrevemos e dissemos, vamos trasladar para aqui as palavras que o autor destas linhas proferiu, na comemoração efectuada na Câmara Municipal de Palmela, para celebrar o centenário do nascimento de Capêlo, àcêrca da tão ignorada acção dêste, durante o 5 de Outubro de 1910. Mudaram os tempos. Mais de um quarto de século rodou sôbre êsses dias gloriosos da ocupação.

O antigo explorador africano, que fôra ajudante de el-rei D. Luís e de el-rei D. Carlos, era agora, naqueles dias atribulados e incertos de 1910, o chefe da casa militar de el-rei D. Manuel II.

No meio da balbúrdia sanguinolenta que devastava a sociedade portuguêsa e investia com o trono de oito séculos, uma figura se erguia, impondo-se ao respeito unânime. Como Mousinho, também êle, não poucas vezes, quisera travar a desfilada para o abismo.

Mas a sua voz perdia-se, por nosso mal, no tumultuar das paixões, no referver dos ódios incontidos. Essa figura — era a de um grande português, era Hermenegildo Capêlo.

Porque poucos o escutaram, porque raros ou nenhuns o quiseram ouvir, deu-se o inevitável em tais condições. A revolução deflagrou.

Naquela manhã de Outubro, com os primeiros tiros revolucionários, ficava ferido de morte o regime tradicional de oito séculos, só defendido por uma criança de resolução animosa: el-rei D. Manuel II, que, abandonado do seu govêrno, de palacianos e de políticos, ainda se esforçava por erguer a última resistência. O resto tudo desandara, tudo desaparecera, uns por cobardia, outros para não comprometerem a próxima adesão.

Menos que poucos, raríssimos, eram os que, fieis ao seu rei e à fé jurada, se dispunham a defender o trono, as instituições monárquicas. Chefiando, por direito próprio, êste grupo reduzidíssimo, o país mal reparava, nessas horas confusas, na figura ilustre e integérrima de Capêlo.

Os seus 70 anos dispensavam-no de tomar atitudes. Podia ficar na comodidade quieta do lar, aguardando, como tantos outros, que o bom ou o mau êxito das fôrças em campo decidisse da sorte do vencedor e conseqüentemente da do vencido.

Vivendo a muitos quilómetros de Lisboa, na afastada aldeia de Massamá, Hermenegildo Capêlo podia ter-se deixado ficar, esperando os acontecimentos. Isso, porém, seria faltar, pela primeira vez, quando tocava os 70 anos, ao cumprimento do seu dever — facto gravíssimo para o homem que nunca deixou de chegar no momento próprio.

Por isso, mal soube que em Lisboa rebentara uma revolução, o chefe da casa militar de el-rei resolve-se a partir para junto do seu soberano, para as Necessidades. De Massamá até Queluz, foi a pé, arrastando a sua idade provecta e gloriosa — pêso de anos, de doença e de serviço à Patria.

Em Queluz, se não tivesse combóio, iria a pé a Lisboa e de Lisboa seguiria para as Necessidades.

Naquela vila, porém, conheceram-no e informaram-no conselheiralmente:

«Sr. Almirante, não vá para Lisboa. Está lá a revolução. Vão implantar a República. O rei, êsse já fugiu para Sintra.» O velho marinheiro, que se habituara ao conhecimento inteiro dêsse admirável rapaz, que uma horrível tragédia arremessara para o cimo do trono, duvida, embora acabe por acreditar.

E, quando chega a tal convicção, toma uma decisão: ir para Sintra, porque onde estiver o soberano estará êle. Ainda chegou a abandonar a estação, a caminho da linda vila, quando o providencial encontro com o visconde de Assêca o pôs ao corrente da verdade. El-rei estava nas Necessidades, onde resistiria o tempo que pudesse.

Hermenegildo Capêlo não hesitou mais um momento. Acompanha Assêca e volta à estação de Queluz.

Aqui, a-pesar-de todos os conselhos, tomou o caminho para Lisboa.

Ao chegar à estação do Rossio, está já esta tomada pela tropa revolucionária.

Foi a custo que o glorioso explorador conseguiu romper caminho até ao palácio real.

Fôra mais longe e difícil êste trilho que o dos sertões africanos. De momento a momento, revolucionários civis, armados, fazem-no parar.

A primeira arremetida é sempre impertinente, por vezes até insolente. Quando, porém, aquêle ancião diz quem é, declina a sua identidade, não há deferência que se lhe não dispense. Até a população revolucionária não pretende procurar se aquêle velhinho glorioso é um esteio do trono, para só se lembrar do seu nome magnífico e notável, dos seus feitos benemèritos pela Pátria, que é de todos.

Por fim, depois dum caminhar difícil — incham-lhe os pés, cansa-se-lhe o coração — o chefe da casa militar do soberano chegou às Necessidades.

Ainda lá estava D. Manuel. Logo que a sua presença é conhecida, os poucos que rodeiam o filho de D. Carlos lembram a conveniência de se reünir um pequeno conselho, composto pelos presentes.

A situação era má, mas ainda não era angustiosa. Por isso, Capêlo opina pela resistência.

Lembra que se convoquem, lutando embora com as precárias circunstâncias do momento, os que ali deviam estar e não estão, e se organize a necessária resistência.

Mais uma vez, a sua voz não é ouvida.

Resolve-se a retirada de el-rei para Mafra. O último a sair das Necessidades é Hermenegildo Capêlo.

Sempre o primeiro a cumprir o dever, sempre o último a abandonar o pôsto.

A República implanta-se.

Depois, quando o Govêrno provisório tem que ir tomar conta do poder, entre os papéis do primeiro expediente, encontrou um difícil, um que ficou logo à cabeça, graças ao nome que o assina: era o requerimento de Hermenegildo Capêlo, exigindo a sua reforma.

A República fê-lo com desgôsto, com mágoa, mas fê-lo.

Aquêle homem, que só engrandecera a Pátria, que nunca vivera, como tantos outros, para o sol nascente da política, que nunca se viu aderir ao quer que fôsse, ia para casa, porque o seu rei fôra para o exílio, porque as instituïções seculares, que sempre servira, iam ficar desterradas, Deus sabia até quando!

Depois, no seu apagamento voluntário de Massamá, que se tornara sítio de patriótica e religiosa devoção, aquela grande figura de português esperou a morte que nunca temera, para, afinal, gelado, frio e inerte, voltar, como aconteceu, a envergar a sua gloriosa farda de marinheiro, — finalmente sua mortalha.

Foi assim que morreu Hermenegildo Capêlo.

Foi assim que acabou um dos maiores portuguêses do século passado.

* * *

José Maria Pereira Júnior, também conhecido por José Maria Pereira Cão, nome que aliás adoptou, pelo seu feitio irrequieto, propenso ao azedume e ao conflito, nasceu em Setúbal, na actual rua Tenente Valadim, a 21 de Fevereiro de 1841.

Foram seus pais José Maria Pereira, estucador civil, também setubalense, e D. Rosalina de Jesus. Pelo lado materno, teve como avô o major António Luís da Costa, que fez parte da Legião Portuguêsa à Rússia, no tempo de Napoleão, e faleceu na cidade do Sado, com noventa e seis anos, governador do castelo de S. Felipe.

Foi o maior pintor-decorador do seu tempo, e foi em Setúbal, sob a direcção de seu primo, o pintor Mariano António Brandão, que ensaiou os primeiros passos na arte em que mais tarde devia colaborar. Tinha então apenas doze anos.

Muito novo ainda, veio para Lisboa. Aqui, graças aos seus méritos, não lhe foi difícil arranjar trabalho, na companhia de alguns dos melhores pintores de então.

Foram, de resto, êstes que o aconselharam a dedicar-se ao estudo, conselho que o jóvem Pereira Cão aceitou, matriculando-se, em 1854, no então recém-criado Instituto Industrial, donde, mais tarde, e sempre como aluno laureado, passou para a Academia das Belas Artes, cujas aulas noturnas freqüentou, durante três anos.

Terminado o curso, foi Pereira Cão convidado pelos grandes cenógrafos Cinnati e Rambois, para ir trabalhar no Teatro Real de S. Carlos, em companhia não só daqueles artistas como de Angelo Sebastiani, Jean e outros.

Mais tarde, também, o admirável artista seria companheiro dos grandes Columbano e Veloso Salgado.

Desde os trabalhos de S. Carlos até ao fim da vida, Pereira Cão teria uma carreira verdadeiramente triunfante.

Quando, em 1862, após o casamento de el-rei D. Luis I com a sr.ª D. Maria Pia, foi preciso realizar alguns trabalhos de pintura e restauro nas várias salas do palácio real da Ajuda, para que o soberano ali pudesse ir habitar, Pereira Cão foi um dos artistas encarregados dêsse trabalho. Além do palácio da Ajuda, são obra sua as pinturas da sala de jantar do palácio real das Necessidades.

No tribunal da Relação, pertencem-lhe as admiráveis decorações da sala (tecto e paredes), que são um trabalho originalíssimo.

No palácio de Alfeite, são da sua autoria os painéis valiosíssimos da sala de jantar.

Também na actual Câmara Corporativa, ao tempo Câmara dos Pares, há interessantes trabalhos de Pereira Cão.

Porém, «a obra culminante» do interessante artista, para nos servirmos da frase de seu filho e biógrafo, o escultor Esteves Pereira, foi a decoração da cúpula da Câmara Municipal de Lisboa, trabalho perfeitíssimo, cuja adjudicação valeu ao pintor uma luta tenaz e esforçada.

Nesse tempo, as decorações dos nossos edifícios públicos eram, vulgarmente, entregues ao decorador francês Pierre Benles, que então vivia entre nós. Tendo realizado muitos trabalhos na Câmara dos Pares, foi lhe também adjudicada, sem



José Maria Pereira Júnior, o «Pereira Cão»

concurso, grande parte das decorações dos Paços do Concelho.

José Maria Pereira Cão, sentindo-se justamente melindrado pela preferência do estrangeiro, resolveu requerer à Câmara Municipal que abrisse concurso para a obra.

Embora rodeado, a princípio, por alguns dos melhores artistas do tempo, breve se viu só. Nada, porém, o fez desanimar. Tanto e tanto lutou, que conseguiu que o trabalho lhe fôsse confiado. De tal forma êle o realizou, que mereceu, não só voto de louvor do júri encarregado de o apreciar, como também que o Município lhe encomendasse novas realizações.

De resto, do valor da admirável decoração que passa por ser a sua obra prima, ainda todos podemos hoje fazer idêia, apreciando-a na sua beleza esplendorosa, em que êle se nos mostra.

A cúpula dos Paços do Concelho é, de facto, uma maravilha.

Além dêstes trabalhos, que podem classificar-se como principais ou mais notáveis, há ainda, como obra de Pereira Cão, os restauros das igrejas de S. Roque e dos Mártires e as decorações das igrejas da Ajuda, Santa Isabel, Graça, Santos Reis (Campo Grande), Amparo (Bemfica), Santos Fiéis de Deus, retábulo de S. Jorge de Arroios, capela da Graça, em Benavente, de S. Saturnino, em Fanhões, e paroquial de S. Pedro, em Palmela.

Tendo procurado e conseguido reavivar a tão abandonada, ao tempo, pintura de azulejos, aliás, portuguesíssima e da mais peregrina beleza, devem-se ainda a Pereira Cão os quadros da Madre de Deus, representando a chegada e a partida das relíquias de Santa Auta, que são uma preciosa e perfeita imitação dos azulejos antigos, e também os do Colégio Militar e da Quinta da Cardiga, para só falar dos principais.

Além disto, que é, apenas, uma breve e sucinta lista dos trabalhos do admirável pintor, com que quisémos recordar a passagem do 1.º centenário do seu nascimento, tôda a Lisboa solarenga do século XIX está cheia de obras suas.

Desde os palácios do duque de Palmela, no Calhariz e no Lumiar, ao de D. Luís Carneiro, aos dos viscondes de Coruche, Bessone e Iglesias, ao do conde de Fontalva, para não falarmos na infinidade de casas particulares de ricaços e endinheirados, todos os solares de Lisboa do século passado ostentam a arte de Pereira Cão. Mas nem só Lisboa pode ufanar-se de tal. O norte, e, principalmente, Braga, também pode orgulhar-se de possuir obras do admirável artista estremenho, e, como o norte, o sul, onde, em Santarém, Beja e nalgumas terras do Algarve, Pereira Cão deixou produções suas.

Como pintor de flores, foi exímio, e de tal faceta do seu talento fala, bem eloqüentemente, a decoração do vestíbulo do hospital de S. José.

Foram, de resto, os trabalhos em flores que lhe valeram a medalha de oiro, ganha na Exposição Universal de Paris, em 1889.

No tempo em que as decorações possuíam real mérito, Pereira Cão foi agraciado, por decreto de 18 de Julho de 1889, com o grau de cavaleiro de Cristo.

Tendo-se matrimoniado duas vezes, José Maria Pereira Cão deixou larga prole, nada menos de trinta e tantos filhos, de ambos os sexos.

Finalmente, poucos dias antes de perfazer os oitenta anos, o admirável e ilustre artista faleceu, em 16 de Janeiro de 1921, na casa em que morava, na travessa de S. Domingos (hoje rua de Barros Queirós) n.º 34.

E assim desapareceu da vida um homem que foi um dos maiores artistas do seu tempo, que soube honrar sempre a sua Pátria e encher de justa vaidade a província natal.

* * *

Não foi apenas uma página das de maior interêsse de Coimbra típica e característica do século XIX, essa do dr. José Brás de Mendonça Furtado. Professor ilustre da nossa primeira, e, então, única Universidade, êle foi, também, uma personalidade marcante, nesse tempo em que, felizmente, era abundante em Portugal o número das grandes figuras do pensamento. Prejudicado embora pelas excentricidades do seu feitio, talvez tido como desequilibrado, no seu carácter estravagante e original, nem por isso o dr. José Brás deixou de ser uma figura de grande relêvo mental, na sociedade do seu tempo — sociedade que brilhou principalmente pela inteligência e pelo talento.

Nascido em Setúbal, a 3 de Outubro de 1840, baptizado na histórica paroquial de S. Julião, a 19 de Dezembro do mesmo ano, o dr. José Brás da Cunha Mendonça Furtado era filho do farmacêutico José Ribeiro Mendonça Furtado, estabelecido no então Casal da então vila do Sado, e de Maria Bárbara Benedita Banha.

Por parte, tanto de sua mãi como de seu pai, descendia da família Bocage, a que pertencia o grande Elmano Sadino.

Destinado desde novo à carreira eclesiástica, o jóvem Mendonça Furtado cursou as disciplinas então necessárias para poder ingressar na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, onde, de facto, se matriculou, em 28 de Outubro de 1858, tendo apenas dezoito anos de idade.

Talvez, porém, porque lhe faltasse vocação para o ministério do altar, poucos mêses passados, isto é, em Junho do seguinte ano de 1859, logo que terminou o 1.º ano de Teologia preferiu a faculdade de Direito, onde se matriculou a 2 de Outubro de 1859.

Aqui, após um curso distintíssimo, tomou em 30 de Julho de 1865, o grau de doutor, defendendo uma dissertação já de maior arrôjo e interêsse para o tempo, e a que pôs o título «Se num código civil o matrimónio deve considerar-se simplesmente como contrato.»

Como, logo após o seu doutoramento, fôssem suprimidos os quatro lugares de substitutos extraordinários da Faculdade de Direito, o dr. José Brás ficou algum tempo sem ter regência de cadeira.

Finalmente, em 1871, graças à aposentação de quatro lentes, foram abertos concursos para as vagas pelos mesmos deixadas.

Apresentaram-se a disputá-las, além do dr. José Brás de Mendonça Furtado, Teófilo Braga, o padre Oliveira Chaves, Pina Abranches, Luís Jardim, Avelino Calisto, Paiva Pita e Lopes Praça, tudo grandes nomes de intelectuais, que tamanha fama haviam de deixar no nosso magistério universitário, ao qual, todos, em maior ou menor espaço de tempo, acabaram por ascender.

A-pesar, porém, de tão perigosa concorrência, o dr. Jose Brás conseguiu, nem mais nem menos, classificar-se em primeiro lugar.

Assim, logo em 20 de Março de 1871, assumiu o cargo de lente substituto da quarta cadeira (direito público) no segundo ano.

Regendo ainda esta cadeira, foi nomeado lente catedrático, por decreto de 13 de Janeiro de 1877. Foi empossado das novas funções em 17 do mesmo mês e ano.

Continuou, porém, ensinando direito público até ao fim do ano lectivo de 1880-81.

Em Outubro de 1881, passou a reger também direito eclesiástico no 4.º ano, e mais tarde, como substituto, também direito comercial, no referido 4.º ano.

Das melhores páginas que conhecemos sôbre a figura ilustre e original do dr. José Brás, é, sem dúvida, as que lhe consagra o conselheiro António Cabral, no livro que, sôbre seu irmão Alexandre Cabral, deu à luz da publicidade em 1923, há quási vinte anos.

Escreve o antigo ministro da monarquia:

«O outro lente de quem Alexandre Cabral foi discípulo, no seu segundo ano jurídico, chamava-se José Brás de Mendonça Furtado. Regia a cadeira de direito público. Mal diria, então, o discípulo que, muitos anos depois, teria como reitor da Universidade de Coimbra, de comemorar o passamento do professor. Com efeito, na alocução que proferiu na Sala dos Capelos, no dia da abertura solene das aulas, ao principiar o ano lectivo de 1909 a 1910, Alexandre Cabral referiu-se com palavras sentidas à morte do dr. José Brás.

«Era êste um homem original e singular, de talento brilhantíssimo e nobre carácter. Muito irregular nas chamadas dos discípulos à lição, para que êstes se vissem, assim, obrigados a estudar tôdas as matérias da cadeira, às vezes dava-lhe a telha — que a tinha, e em grande abundância, como se dizia em calão académico — de chamar o mesmo aluno quatro, cinco e mais vezes seguidas, não o tornando depois a ouvir. Havia dias em que, pretendendo chamar um discípulo das últimas bancadas, percorria as primeiras páginas da pauta, para, dessa forma, causar cólicas — vá ainda de calão — aos primeiros números do curso. De repente, folheava ràpidamente a pauta até ao fim, para que as cólicas passassem das primeiras bancadas para as últimas. Voltava ao princípio da pauta, tornava ao fim, e depois de infligir, durante alguns minutos, ao curso, êste martírio, convidava a dar lição o rapaz que êle, já de caso pensado, tinha resolvido ouvir. Quando lhe parecia, fitava insistentemente um discípulo, dando-lhe assim a perceber que o ia chamar à lição, porque, ao mesmo tempo que o fitava folheava a pauta na altura em que devia estar o número e nome dêsse discípulo. Puro engano!... Quem êle chamava, depois de ter torturado por esta forma um dos seus alunos, era um outro, que se sentava na extremidade da aula.

«Para dar esperanças de feriado aos discípulos, o dr. José Brás chagava a sair de casa, com uma pequena mala, sem dúvida vazia, seguindo, de maneira que muita gente o visse, em direcção à estação do caminho de ferro. Daí, por sítios pouco freqüentados, voltava para casa, e no dia seguinte era indizível o seu contentamento quando, ao bater da hora, entrava na Universidade e notava a surprêsa e o desânimo dos rapazes, por verem fugir-lhes o feriado com que contavam.

«O curso de Alexandre Cabral, num dia de matéria difícil, pediu, quási em massa, dispensa ao dr. José Brás. Que fez êle? Preleccionou tôda a hora e não chamou à lição aluno algum. No dia seguinte, depois de curta prelecção, fitou demorada e maliciosamente o curso, sacou do gôrro todos os bilhetes de visita que na véspera lhe haviam sido entregues, baralhou-os vagarosamente, partiu, separou o trunfo, e por êsse cartão fez a chamada. O que não soube foi se êle, que não era malfazejo, na realidade, chamou à lição o discípulo cujo nome estava impresso no bilhete que o acaso designara como trunfo, naquele jôgo singular, ou se pronunciou o nome doutro, que repulasse bom estudante, incapaz de dar uma lição má.

«A casa do dr. José Brás era clássica habitação académica, onde êle vivia modestíssimamente, com uma velha criada. Um dia, véspera de aula, uma comissão de senhoras da melhor sociedade de Coimbra procurou-o ali, para lhe pedir que, no dia seguinte, desse feriado aos discípulos, a exemplo de que faziam outros lentes, a-fim de os estudantes poderem concorrer a um bazar de caridade, que essas senhoras promoviam. Como estivesse aberta a porta da rua, as senhoras transpuzeram-na, subiram a escada íngreme e bateram à primeira porta que se lhes deparou.

«— Entre, quem é! — gritou de dentro o dr. José Brás.

«As senhoras entraram. Que viram?



Dr. Mendonça Furtado

Isto: num pequeno quarto, o professor, deitado num desguarnecido leito de ferro, conchegava ao peito o lençol, e, tomado de surprêsa pela visita inesperada, oferecia às senhoras a única cadeira que havia no aposento, ao mesmo tempo que se desculpava de estar deitado àquela hora adiantada do dia. Mal contendo o riso, as damas expuzeram o motivo que ali as levava. Negou redondamente o feriado!

«Muito novo ainda, o dr. José Brás requereu a sua aposentação, não sei por que desgôsto que o salteou. Como não tinha ainda trinta anos de serviço, obteve-a em más condições pecuniárias e foi viver para Setúbal, sua terra. Ali o surpreendeu a ditadura franquista, que reduziu aos funcionários públicos os descontos das chamadas leis de salvação. O dr. José Brás recusou-se nobremente a receber o benefício. Na repartição em que lhe eram pagos os vencimentos de aposentado, foi-lhe dito que não podia fazer-se-lhe a redução: se não queria receber tudo, nada poderiam pagar-lhe.

«Pois não recebeu um real do seu ordenado, a-pesar-de viver em quási miséria! E justificava assim o seu honesto proceder de homem escrupuloso:

«Quando o João Franco foi meu discípulo, cansei-me a explicar-lhe quais são os poderes do Estado, e fazer-lhe ver que só nos têrmos precisos da Carta Constitucional ao poder executivo é permitido invadir a esfera de acção do poder legislativo. Devia êle, pois, saber que por uma medida ditatorial não podia reduzir impostos ou melhorar vencimentos. Fartei-me de lhe explicar!...

«Pouco tempo depois — talvez menos de dois anos — faleceu o dr. José Brás. Ainda o vi, uma tarde, na rua do Ouro, trajando modestamente, de olhar espantado, parecendo que a fisionomia se lhe crispava num sorriso, que nem sei se era de dôr, se de ironia. Não tornei a vê-lo, porque se finou em Setúbal, pouco menos que ao desamparo. Pois morreu um talentoso homem de bem! Os estudantes, porventura com justificados motivos, alcunhavam-no de telhudo, mas era pessoa honesta, professor íntegro, de notável probidade e inteireza de carácter.»

De facto o dr. José Brás jubilou-se como lente em 5 de Novembro de 1891, quando contava apenas cinqüenta e um anos de idade e apenas vinte e um incompletos de serviço.

Deve tê-lo arrastado a tal resolução o seu feitio excêntrico e especialmente excepcional.

Que se lhe conheça, deixou inédito um volume que supomos se guarda na biblioteca da Universidade de Coimbra, e a que deu o título de *Lições de Direito Comercial*.

Depois de se ter recolhido à sua terra, Setúbal, e após ter sofrido com as maiores privações dezoito anos de jubileu, o dr. José Brás morreu no bêrço natal de seus maiores, que era também o seu, em 17 de Maio de 1909.

Além da anedota que acima deixamos contada pelo conselheiro António Cabral, muitas são as que se repetem como sendo do dr. José Brás. E tantas elas foram que, durante os anos de 1890-94, houve em Angra do Heroísmo um periódico de bachareis intitulado o *Zé Braz*, que tinha como exclusiva função recolher os ditos e os casos picarescos do esquisito professor.

A fechar, porém, queremos ainda para aqui trasladar a referida pelo dr. Sérgio de Castro, no *Diário de Notícias* de 16 de Maio de 1927, na sua secção «Coisas que foram vistas».

Andava êle, o dr. José Brás, com um sobretudo nas vascas da agonia, a soltar o último suspiro — o sobretudo, está visto. De origem, no casaco, já nada se avistava, e também enodoado se não podia dizer, porque todo êle era uma nódoa.

E' como se fôsse tingido, alegava o dono.

Mas um sobrinho meu, muito querido, médico dé Vimieiro, morto prematuramente, e que com o dr. José Brás tinha uma certa familiaridade, por efeito das relações de família, censurou-o desta maneira, apontando-lhe a vestimenta:

— Oh! doutor, isso — isso vinha a ser o sobretudo — já vai sendo de mais.

— E' verdade. Bem sei. Mas olhe: trago-o «por gratidão».

— Por gratidão! Como?

—Eu lhe conto. Há dias, deu-me na tineta, e fui de passeio à Figueira da Foz. Dia grande, e ida pela volta. No ramal de Alfarelos, fui numa carruagem sem companhia, e, como me visse sòzinho, disse para comigo: — agora é que eu te deixo aqui; e deixei-o, abandonei-o. Dei umas voltas pela cidade, no combóio da noite, de regresso, entrei por acaso na mesma carruagem da ida. E lá estava êle, o meu casaco; «Ninguém o tinha querido», ou êle, por amizade — quem sabe?! — não quisera ser visto. Seguramente, nascemos um para o outro, e já agora, há-de acompanhar-me até à morte. Por gratidão, por gratidão, meu amigo.

E assim, iguais, foram muitos episódios da vida do doutor setubalense, que, de outra vez, lhe deu para ir de longada, a pé, de Coimbra, pelas serras da Lousã, onde se viu prêso por suspeita de ser outro, livrando-se quando o administrador do concelho, que fôra seu discípulo, o foi soltar, não podendo conter o riso, ao encontrá-lo pacientemente, entre os ferros de el-rei.

Havia dêstes excêntricos. Luís Palmeirim escreveu um livro curioso, sôbre os do seu conhecimento. Mas hoje, por ser muito positiva a materialidade de vida de nós todos, pareee que nem os espíritos deparam meio para aflorar em excentricidades. Pronto, pronto, porque, se formos a fazer considerações sôbre a matéria, em massa folhada sem recheio, dando à língua por dar à língua, encheremos um caderno de almaço, que está por quarenta centavos — um cruzado dos antigos

DUAS QUALIDADES OU VIRTUDES QUE NÃO SE INVENTAM NEM PEDEM EMPRESTADAS — OU SE TÊM OU NÃO SE TÊM: FÉ E CORAGEM.

FÉ NOS PRINCIPIOS E NOS HOMENS; CORAGEM DO QUE SE PENSA, DO QUE SE PRETENDE, DO QUE SE REALIZA.

SALAZAR.



Pedro Álvares Cabral

Três Pedros estremenhos foram: o Descobridor, o primeiro Bispo e o primeiro Imperador do Brasil

A amizade luso-brasileira é hoje uma das grandes realidades da política externa de Portugal e Brasil. No meio da confusão babélica que arrasta povos e nações, retalhando-os pelos golpes da mais cruenta e insuportável guerra, há dois países, dois povos que, vivendo irmãmente a mesma história, orgulhando-se das mesmas glórias, porque ambos são oriundos da mesma raça, filhos da mesma civilização, de que são obreiros esforçados, dão ao mundo de nossos dias um exemplo que não tem par. Esses dois povos, essas duas nações, são Portugal e Brasil.

A amizade luso-brasileira, podemos dizê-lo sem exagêro, é uma das grandes glórias do nosso tempo. Mas, nessa glória, temos nós, os estremenhos, um quinhão maior, passem a vaidade e orgulho com que o afirmamos.

E' que, se a grandeza do Brasil nos honra, se o seu alto grau de civilização é um dos grandes factos com que nós podemos ilustrar, perante as gentes, a grandeza do nosso esfôrço altíssimo de povo civilizador, nós, os estremenhos, podemos fazê-lo com mais legítimo orgulho, repetimos. E' que são filhos da nossa província três das maiores figuras da sua história: o seu descobridor, Pedro Alvares Cabral, nado na mui nobre e leal cidade de Lisboa; o seu primeiro bispo, D. Pedro Sardinha, nascido na histórica Setúbal; e o seu primeiro imperador, D. Pedro, que viu a luz da vida em Queluz. Se o primeiro revelou ao mundo a grande nação, o segundo foi, sem dúvida, o que mais contribuiu para a sua cristianização, como pastor e prelado, tal o terceiro, abrindo-lhe os horizontes largos da Independência, lhe deu maiores possibilidades de progresso e desenvolvimento.

Quere dizer, à Estremadura — passe a impertinência bairrista — deve o Brasil mais do que a qualquer outra província portuguêsa.

Para que, porém, os estremenhos possam ter uma maior e mais clara noção do valor destas suas glórias, falemos das suas vidas e dos seus feitos, isto é, tracemos, embora de maneira sucinta e rápida, as suas biografias.

PEDRO ÁLVARES CABRAL

Nascido em Lisboa em 1568, em mês e dia que se ignoram, era Pedro Álvares Cabral filho de Fernão Cabral, senhor de Azurara, alcaide-mór de Belmonte e adiantado na província da Beira, e de D. Isabel de Gouveia.

Por parte de seu pai, era neto de Fernão Álvares Cabral, guarda-mór do infante D. Henrique, que achou a morte no cêrco de Tânger. Pela linha materna, era seu avô João de Gouveia, senhor de Almendra e alcaide-mór da Covilhã e Castelo Rodrigo. Pertencendo a uma das mais nobres famílias do reino, descendia do fidalgo Álvaro Gil Cabral, que foi pessoa da privança e estima do rei D. Fernando. Governador do castelo da Guarda, êste Gil Cabral foi intimado a entregar a cidade ao rei D. João I de Castela, quando êste pretendeu impôr os direitos de sua mulher, a raínha D. Beatriz, à coroa de Portugal. Patriota resoluto, o avô de Pedro Álvares Cabral negou-se a fazê-lo, declarando-se partidário do Mestre de Aviz.

Fingindo que queria apenas mandar uma nova armada à Índia, para firmar a aliança com o rei de Calicut, que Vasco da Gama começára a entabolar, quando do descobrimento do caminho marítimo, o rei D. Manuel I mandou Pedro Álvares Cabral a caminho do Oriente. Secretamente, porém, encarregou-o de demandar a terra do Brasil, que os portuguêses sabiam existir, desde o tempo de D. João II.

Aprazado o dia da partida, segunda-feira, 9 de Março de 1500, na véspera, domingo, dia 8, foi el-rei, com tôda a côrte, à ermida de Nossa Senhora do Restêlo, onde fez celebrar uma missa solene de pontifical, pelo bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz, que, depois, foi bispo de Viseu, o qual, terminada a missa, pronunciou um interessante e patriótico sermão.

Durante a cerimónia, D. Manuel teve sempre junto de si o célebre navegador, a quem, no final, entregou uma bandeira que D. Diogo Ortiz benzeu, e também um barrete benzido pelo Papa, que de Roma lhe fôra enviado, como grande honra.

No dia seguinte, na presença do monarca e da côrte, realizou-se o embarque, dando-se início à viagem. Antes da partida, D. Manuel I deu a Pedro Álvares Cabral todas as necessárias instruções.

Em 14 do referido mês de Março, estava a armada de Cabral à vista das Canárias e, em 22, em frente de Cabo Verde, onde um grande temporal quási a ia desmantelando.

Prosseguida a viagem, em 24 de Abril descobriram, de súbito, os navegantes, uma alta montanha arredondada e coberta de arvoredo, que era continuada, em declive suave, por muitos outros montes.

Estava descoberto o Brasil. Porque o tempo era o oitavário da Páscoa, ao monte achado foi dado o nome de Monte Pascoal.

Dias depois, em 1 de Maio, os navegantes descem em terra, ouvindo a primeira missa, celebrada por Frei Henrique de Coimbra, capelão da armada. No dia seguinte, Pedro Álvares Cabral manda participar a D. Manuel que achára o Brasil. Foi o navio de Gaspar de Lemos que veio trazer a notícia à côrte.

Imediatamente, Pedro Álvares Cabral se fez de rota para a Índia, onde realizou várias alianças e consolidou a já próspera situação dos portuguêses naquelas paragens orientais.

Depois de cumprida a sua missão e haver carregado a armada de fazendas e riquezas sobremodo valiosas, o grande navegador fez-se de volta a Lisboa, onde chegou a 23 de Junho de 1501.

Foi recebido pelo soberano com a maior cordialidade, dispensando-lhe o Venturoso muitas honras, algumas das quais Cabral recusou, preferindo o remanso calmo da então vila de Santarém, à qual se acolheu com sua mulher, D. Isabel de Castro, vindo a falecer na actual capital ribatejana

em 1520. Jaz, bem como sua mulher, na igreja da Graça, da cidade ribatejana.

Esta é, em síntese, a biografia de Pedro Álvares Cabral, o grande estremenho a quem o Brasil deve o seu descobrimento.

Depois de Cabral, surge a figura dum outro estremenho ilustre.

O BISPO D. PEDRO SARDINHA

Nasceu em Setúbal, em data que se ignora, ao certo, mas pode bem fixar-se, sem risco de grande êrro, nos últimos anos do século XV. A julgar pelo que diz o governador D. Duarte da Costa que, em 1556, lhe dava sessenta anos, nasceu em 1496.

Era filho de Gil Fernandes Sardinha e D. Lomença Fernandes, e irmão do célebre P.e Alvaro Gomes, que foi confessor de D. João III. Tendo estudado teologia e cânones, doutorou-se em 1528, portanto aos trinta e dois anos. Regressando à pátria, leccionou teologia em Coimbra, ocupando, também, cátedra na Universidade de Salamanca.

Em 1546, foi nomeado provisor e vigário geral da Índia.

Quando o Papa, pela bula de 25 de Fevereiro de 1551, resolveu criar a diocese do Brasil e dar pastor ao novo continente, descoberto pelos portuguêses, foi o dr. Fernandes Sardinha o escolhido para primeiro bispo da nova diocese. Nesta qualidade, desembarcou na Baía, em 22 de Junho de 1552.

Durante o govêrno de Tomé de Sousa, foi o bispo respeitado e justamente venerado pela sua autoridade e virtude. O mesmo, porém, já não sucedeu com D. Duarte Costa, sucessor de Tomé de Sousa no govêrno da colónia. Tendo êste um filho, D. Álvaro da Costa, que a todos escandalizava pela péssima conduta, permitiu-se o prelado, como guardião da boa moral e dos bons costumes, repreendê-lo pùblicamente. Tanto bastou para que o governador lhe declarasse guerra de morte. Foi, graças às suas intrigas, que D. Pedro Sardinha foi chamado à côrte, onde devia dar conta da sua administração. Obedecendo à ordem régia, entregou o govêrno ao vigário geral, D. Francisco Fernandes, e partiu para a Metrópole, em 1 de Novembro de 1556, a bordo da nau «Nossa Senhora da Ajuda». O barco, porém, naufragou nos baixios de D. Rodrigo, próximo à foz do rio Cururipe, a seis léguas de S. Francisco, e quinze dias depois da partida. Caindo em poder dos selváticos caetés, foi trucidado no arroio de S. Miguel das Almas, e a seguir devorado.

Como provisor da Índia, D. Pedro Sardinha foi companheiro de S. Francisco Xavier, e assistiu, em companhia do grande jesuíta, aos últimos momentos de D. João de Castro.

O IMPERADOR D. PEDRO I

O outro grande vulto, dado pela Estremadura ao Brasil, foi o Imperador. Filho de D. João VI e da Raínha D. Carlota Joaquina, o infante D. Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim Iosé Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, duque de Bragança, marquês de Vila Viçosa, conde de Barcelos, de Guimarãis, de Ourém, de Faria, de Neiva e de Arraiolos, nasceu no palácio real de Queluz, a 12 de Outubro de 1798.

Jurado príncipe herdeiro do reino unido de Portugal e Brasil, logo que seu pai subiu ao trono, em 1817, D. Pedro tinha apenas nove anos, quando o govêrno português, prevendo eminentes perigos ameaçadores da família real e da independência do reino, resolveu mandá-lo para o Brasil, com o título de Condestável, indo com êle, como secretário e preceptor, Frei António da Arrábida, que mais tarde foi bispo de Anemuria. A ida do jovem príncipe precederia a da família real, no caso de vir a verificar-se a invasão de Portugal, que então já se temia.

A precipitação dos acontecimentos veio evitar que D. Pedro partisse sòsinho, porque, tendo a data de 2 de Outubro de 1807 a proclamação que o nomeava condestável, logo em 27 do mesmo mês o tratado de Fontainebleau fez com que a família real resolvesse partir tôda para a então nossa primeira colónia. O embarque realizou-se a 9 de Novembro.

Aos vinte anos incompletos, isto é, em 13 de Maio de 1818, casou o infante com a arquiduqueza de Austria, D. Maria Tereza Carolina.



D. Pedro I do Brasil

Quando, após a revolução de 1820, D. João VI teve de voltar à Europa, por imposição das côrtes, ficou D. Pedro como governador do Brasil, sendo mais tarde, em 21 de Abril de 1821, elevado à categoria de Regente.

A maneira pouco atilada e incorrecta como o recém-nascido parlamentarismo se portou para com o Brasil criou naquela nossa colónia o desejo da independência. D. Pedro, que via a sem-razão das côrtes, que criára ao Brasil um amor fàcilmente compreensível e, ainda por cima, fôra também tratado o pior possível pelos constitucionais, que chegaram a decretar pura e simplesmente o seu regresso a Portugal, tornou-se, em breve, o centro convergente de todas as aspirações de liberdade.

Aquilo que os brasileiros nunca tinham podido fazer, fê-lo o príncipe português, a 7 de Setembro de 1822, nas margens do ribeiro Ipiranga, quando soltou o grito, que ficou famoso, de Independência ou morte!

O Brasil estava independente. Dentro de pouco, o imperador outorgava-lhe a sua carta constitucional.

Depois, o seu génio arrebatado, o seu feitio voluntarioso, de verdadeiro ditador, tornaram-no um inadaptado na política do novo império, de tal modo que, em 7 de Abril de 1823, viu-se obrigado a abdicar. Realizára, no entanto, uma obra que ainda hoje é digna de agradecimento, quer da parte dos brasileiros, quer da parte dos portuguêses.

Tornando o Brasil independente, fez, porém, com que a pátria-irmã jamais se esquecesse de Portugal e do que lhe devia.

Quando, em 24 de Setembro de 1834, D. Pedro I do Brasil morreu em Queluz, no mesmo quarto onde nascera, desapareceu da vida um príncipe português que lográra ser um grande brasileiro.

A actuação do primogénito de D. João VI na política portuguêsa, precisamente porque não pertence à história do Brasil, ficaria deslocada nêste breve artigo e por isso mesmo a omitimos.

Como se vê, porém, três dos maiores e mais ilustres nomes da história da nação irmã são três estremenhos que souberam servir a Pátria naquilo que engrandeceram — o outro Portugal, a sempre querida terra brasileira.

Buscamos resolver os problemas da Nação com os nossos conceitos de autoridade, hierarquia, ordem, liberdade, trabalho, riqueza, tradição, honestidade.

SALAZAR.

O Teatro e a Estremadura



D. João da Câmara

A nossa história literária não assinala grande número de romancistas e dramaturgos. O romance e a peça de teatro, durante muito tempo, não se adaptaram ao temperamento literário dos portuguêses, e daí o dizer-se, com fundamento, que o luso é, em especial, poeta lírico ou panfletário.

O romance e a peça de teatro exigem qualidades construtivas, estão sujeitas a regras, obedecem a preceitos de técnica literária que o feitio, por assim dizer, passional dos nossos escritores, repele instintivamente. Haja em vista o caso de Fialho de Almeida, que não tentou o teatro, nem esboçou o romance, salvando-se apenas como artista, por conseguir, com a riqueza exuberante do seu estilo, dissimular, em parte, as suas mazelas de construção e a sua falta de poder imaginativo.

O público, e bem numeroso êle é, se tivermos em conta a percentagem elevada de analfabetos e as humildes condições da população rural, alimenta a sua paixão de leitura à custa do romance, em regra, francês, e o seu amor pelo teatro, mercê de peças quási sempre francesas e espanholas.

Em teatro, a crise é maior do que no romance. Nunca houve autores dramáticos em número suficiente para assegurarem o repertório das companhias teatrais.

A província que, contemporâneamente, maior número de autores deu ao teatro é, sem contestação, a Estremadura.

E não se pretenda explicar o facto com o argumento de que, sendo Lisboa a capital, e a única cidade com vida teatral intensa, se impunha, naturalmente, que o maior número de dramaturgos fôsse oriundo da Estremadura. A ser assim, teríamos de concluir que as figuras de maior relêvo da política eram, na sua maioria, desta província, quando se dá, precisamente, o contrário. E Lisboa foi sempre a capital política do país...

O primeiro autor dramático que assinalamos — Camilo Castelo Branco — é um lisboeta de gênio, que viveu quási sempre no norte do país, foi, acima de tudo, um grande prosador. Depois, romancista rico de emoção e pobre de técnica. E a sua obra teatral fica a grande distância do seu valor como romancista. As deficiências que se notam nos seus romances agravam-se nas suas peças. Das suas tentativas, fica apenas uma — *O Morgado de Fafe* — que, em sucessivas épocas, se representou.

Manuel Pinheiro Chagas serviu todos os géneros literários. E, ao contrário de Camilo, da sua obra destaca-se a teatral. Nenhum dos seus contos, qualquer dos seus romances, valem, literàriamente, a *Morgadinha de Valflor*, drama romântico, que ultrapassou as fronteiras.

Escreveu-a em plena mocidade, aos vinte e sete anos. Foi a sua primeira peça e, entre todas, incontestàvelmente, a melhor. Há-de figurar sempre na história da nossa literatura. E' um *momento* do nosso teatro, uma luz na escuridão, um oásis no deserto. E' romântica, ultra-romântica, mesmo. Chegou tàrdiamente, quási quarenta anos depois do nascimento da escola literária a que pertence. Nessa altura, o naturalismo já surgia no horizonte: Zola desencadeava as primeiras polémicas violentas, Eça de Queiroz ia bater-se, entre nós, por essa nova escola, de cujos exagêros se salvaria pelo elegância do seu estilo e pelo seu admirável temperamento artístico.

A *Morgadinha* vinha, com o sôpro da sua paixão romântica, dar réplica às tentativas da arte, baseada no estudo psico-fisiológico dos indivíduos e na análise, em regra, demolidora e áspera, às sociedades burguesas vindas após o 89. Era o coração humano, o arbitrário do sentimentalismo amoroso, que repelia as tendências analíticas. Êxito clamoroso. Correspondia ao temperamento sentimental do português. Havia nela os dois polos opostos do nosso gôsto literário: a ironia, vizinha do sarcasmo, e a emoção lírica. Era uma história de amor. Os protagonistas pertenciam a duas classes distintas, barreira forte oposta às suas aspirações amorosas, obstáculo quási intransponível à sua felicidade. Era tema em voga na época. Compreende-se porquê: a existência de castas prestava-se maravilhosamente aos efeitos dramáticos. As dificuldades e as *impossibilidades* tornavam aceitável o conflito que alimentava a acção.

O amor brotava impetuoso, mas infeliz. Fazia sofrer, provocava lágrimas, separações trágicas e, de quando em vez, a morte, desfecho fácil, pois tudo simplificava. A diferença de classes não era explorada como motivo revolucionário. O preconceito, no fundo, não sofria tratos de polé, pois a intenção não era revoltar, mas comover. O drama raro era social.

A *Morgadinha de Valflor* é uma peça romântica, dentro dos moldes que apontámos. Católico o seu autor, as idéias do protagonista, influenciadas pelos filósofos da Enciclopédia, ardem na labareda da paixão, elemento que tem, no drama romântico, o poder quási sobrenatural da fatalidade, na tragédia grega. E o discípulo de Voltaire arrepende-se, renega e ajoelha ao pé da Cruz.

A peça tem o mérito de representar uma escola e de aludir, embora sem conseqüências, nem profundidade, ao antagonismo de idéias que agitaram e transformaram o mundo.

O *Drama do Povo* não alcançou o mesmo êxito. Houve quem visse na peça intenções políticas e propósitos revolucionários, a que as próprias idéias do autor, figura de realce da política monárquica, serviam de desmentido. Em tôrno dêle, levantou-se discussão apaixonada, mas, a-pesar do ambiente de escândalo criado à sua volta, o êxito, que o teve, não foi excepcional.

Madalena, Helena, Roca de Hércules agradaram, também, mas a *Morgadinha de Val-Flor* foi de tôdas, a mais vezes representada.

Fernando Caldeira é ainda o romantismo. Mas entre êle e Manuel Pinheiro Chagas a distância é grande e as diferenças muito profundas. O autor da *Morgadinha* é veemente e retórico. Recorre às grandes frases, às longas tiradas declamatórias de efeito fácil, para um público amante de *eloqüência:* O seu drama tem quási tôdas as *violências* do romantismo. Apela ferverosamente para a comoção e a lágrima. Dos sentimentos fez brotar torrentes impetuosas e rios caudalosos; do amor, conflitos fortes, cenas lancinantes com o desfecho amargo em que a fatalidade ronda ciosa.



Eduardo Schwalbach

Fernando Caldeira afasta-se ainda mais da realidade das pessoas e das coisas. As suas personagens são mais arbitrárias, mas menos impetuosas. Convencionais, pela sua bondade, sofrem menos, discursam menos, amam menos. São mais tranqüilas. E mais poéticas. Falam mesmo em verso. Porque Fernando Caldeira é, acima de autor dramático, poeta. As suas peças valem principalmente pelos versos que as constituem.

Manuel Pinheiro Chagas foi um trabalhador excepcionalmente fecundo. Eram muitas as suas aptidões: romancista, historiador, novelista, crônista e crítico literário e, ainda, por cima, orador veemente, à clássica maneira peninsular. E as suas actividades várias e absorventes. O escritor teve de se repartir com o político — par do reino, deputado, ministro; o burocrata — presidente da Junta de Crédito Público; e o pedagogo — professor do Curso Superior de Letras.

Fernando Caldeira é o contemplativo. Escreveu pouco. O seu teatro reduz-se a algumas peças: o *Sapatinho de Setim*, a *Mantilha de Renda* e a *Madrugada*.

Esta sua última peça é a melhor de tôdas: a única que sobreviveu, que concitou o entusiásmo de sucessivas gerações, a que salvará do esquecimento Fernando Caldeira. Em regra, as peças envelhecem mais ràpidamente do que as mulheres. A *Madrugada* resistiu ao tempo e suportou, sem desprestígio, um artigo violentíssimo do excessivo Fialho de Almeida e algumas tolices recentes dum pateta inconsciente e atrevido.

A peça vale o que vale o seu autor. A beleza literária dos seus versos salva-a das incongruências e ingenuïdades do entrecho. E foi afortunado o autor com os seus intérpretes. Estreou-se numa época em que Portugal passou por ter artistas de mérito igual ao dos melhores da Europa; artistas que se respeitavam a si mesmos e que tinham na conta devida o valor dum têxto.

Teve público entusiasta. Agradou a todos: a velhos e a meninas. Hoje, ainda o suportariam os velhos mas as meninas voltar-lhe-iam as costas e iriam, em tropel, para o cinema.

D. João da Câmara, outro grande autor, que teve belos êxitos. O seu teatro, excepção feita a duas peças — *O Pântano* e *Meia Noite*, ambas incompreendidas pelo público e mal digeridas pelo sector mais amargo da crítica da época — era de molde a agradar às plateias, sem grandes transigências do seu autor que se afastava, sem dificuldade, dos problemas mais profundos e evitava, inteligentemente as complicações psicológicas das personagens.

O seu teatro histórico é obra dum artista sem espírito, crítico muito profundo, que aceita os factos segundo a versão mais generalizada. Não é contundente; não se compraz no exame das vilanias, nem se encarniça em descrever os aspectos peores das épocas históricas em que situou a acção dos seus dramas. *Alcácer-Kibir*, por exemplo, ocupa-se dum período triste, mas a peça não é desalentadora, derrotista, segundo a giria moderna. Este dramaturgo é também um poeta. Mas se, como poeta, não é inferior a Fernando Caldeira, como dramático está muito acima dêle. As suas peças têm maior consistência; são mais bem construídas. O conflito é mais forte, a acção desenha-se com vigor, as personagens têm a realidade teatral requerida.

Os Velhos foi a de maior êxito. E, contudo, a sua estreia não deixou prever o futuro da peça. A «noite» da *première* foi fria, sem estrêlas... Plateia um pouco desconcertada, sem desejo de reagir contra os maldizentes da época. Um dêles, o maior de todos, Fialho de Almeida, protestaria contra a sua falta de acção; clamaria, escutado sem irritação, contra o facto de se passar um acto inteiro em volta duma mesa, com a descrição minuciosa duma ceia da gordurosa cozinha alentejana. «Até enjôa o cheiro a comida», afirmava êle.

Pouco tempo depois, o Pôrto reabilitaria a plateia indiferente de Lisboa. Receberia a peça com o entusiásmo a que ela tinha direito e assegurar-lhe-ia o seu êxito. *Os Velhos* ficariam como a obra mais popular, a, entre tôdas, preferida; a que resistiria melhor ao tempo, o pior dos assassinos, visto que nada poupa.

O mérito dos *Velhos* não está em ser uma peça original. Sob êsse aspecto, vale pouco. Considerámo-la até como uma comédia falsamente regional. Passa-se no Alentejo a acção, mas não seria difícil transformá-la de maneira a localizá-la noutra província. Do Alentejo, tem, é certo, algumas exterioridades. Salvam-na, a êsse respeito, algumas sedutoras aparências.

Mas a linguagem é falsa, se a encararmos através do prisma das peças regionais. Falam bem as suas personagens, embora não excedam muito as suas preocupações e a sua maneira de pensar o meio restrito em que vivem. Mas, na cidade, em ambiente de humildes, a linguagem não seria diferente. As figuras são líricas, nasceram mais no coração de D. João da Câmara, do que no Alentejo.

O autor de *Alcácer Kibir* conhecia o meio. Entre êle e o protagonista, são conhecidas as analogias. Ambos foram para o Alentejo, para tratar do assentamento das linhas férreas. Ambos são forçados a conviver com gente simples e têm de andar de terra em terra, obrigados a abandonar pessoas com quem criaram relações amigáveis. E, não será exagerado afirmar-se que, a-pesar da simplificação imposta ao personagem, protagonista e autor falam pela mesma bôca e da mesma maneira, e pensam de forma oposta.



Gervásio Lobato

Os Velhos, em que há reminiscências da mocidade do autor, escritas a alguma distância da sua juventude, são, em parte, o produto da sua saüdade. D. João da Câmara descreveu um trecho, melhor, um episódio da vida alentejana, não como êle a viu, mas como a desejava ter visto, realizando, com a peça, o que lá fora se chamou, com propósitos diferentes, versos, teatro de evasão. A realidade está, simultâneamente, próxima e distante; respeitada e liricamente transfigurada; o que é água forte torna-se aguarela. *Os Velhos*, no fundo, são, no teatro, o que a *Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Denis, é no romance. Nos dois, a mesma lírica tendência para transformarem piteiras em rosas.

Os Velhos ficaram como uma das melhores peças do nosso teatro. E não lhe faltam motivos que expliquem o seu grande

êxito. A ternura, o amor e a saüdade são as suas três principais personagens e, até, as mais verdadeiras, contribuindo para dar a essa comédia encantadora o particularismo que a torna especificamente portuguêsa.

Em D. João da Câmara, como escritor de teatro, não se encontram conflitos violentos. A *Triste Viuvinha*, por exemplo, é uma peça elegíaca, cuja acção decorre sem truculências. E' a história da renúncia duma mulher ainda nova, que abdica de viver para não desgostar o sôgro, que a quere perpètuamente fiel à memória do filho. Uma onda de poesia e outra de emoção, ligeiros salpicos de pitoresco, sem arrebatamentos no diálogo, tais são as principais caracteristicas do teatro de D. João da Câmara.

Contemporâneo de D. João da Câmara, Eduardo Schwalbach não fez a obra que pretendeu, mas a que as circunstâncias da sua vida lhe permitiram. Excepcionalmente dotado para agradar ao público, algumas vezes escreveu mais para o êxito de bilheteira do que para corresponder às suas admiráveis qualidades de escritor. O seu talento salvava-o quási sempre das improvisações *heroicas:* os diálogos das suas peças eram duma linguagem impecável. Abordou, com facilidade, todos os géneros: fez teatro sério, teatro risonho e teatro hilare. O drama, a alta comédia, a baixa comédia, a opereta e a revista, tudo êle tentou. E, em regra, triunfalmente. As suas revistas do ano ficaram a ser, literàriamente, as melhores de todas. Algumas das suas comédias, como a *Bisbilhoteira*, são disso exemplo — são bem urdidas. Entre as suas operetas, *O Chico das Pegas* atingiu grande popularidade. O seu humorismo, menos espontâneo que o de Gervásio Lobato, era bem trabalhado, encontrava sempre, nas suas peças, as situações que o fariam ressaltar com felicidade. No teatro sério, teve êxitos incontestáveis. *Poema de amor. Os intimos* e *Cruz da Esmola* revelam o seu poder de expressão dramática. Schwalbach fez também teatro infantil. A sua *História da Carochinha* deliciou gerações de crianças. E, aos oitenta anos, a sua índole amorável foi ainda nelas que pensou, ao escrever, já retirado do jornalismo, *A Cigarra e a Formiga*.



Manuel Pinheiro Chagas

Conhecia bem a lingua que, com literária elegância, serviu. Poucos autores, como êle, a respeitaram.

Henrique Lopes de Mendonça foi um escritor cheio de probidade. Deixou um drama histórico: o *Duque de Viseu*, que foi um êxito. As suas outras peças — *A Morta*, *O Azebre*, por exemplo — não alcançaram triunfos excepcionais.

Nem sempre a sua técnica foi isenta de imperfeições e as suas qualidades de escritor estavam, algumas, acima do valor puramente teatral das suas peças.

Gervásio Lobato foi um dos nossos melhores comediógrafos. A sua graça era duma grande espontaneidade. Nunca rebuscada, raro produto de artifícios fáceis ou grosseiros. O seu humorismo, sem conteúdo filosófico, sem irreverências trascendentes, tinha o condão de agradar. Era um optimista; os seus comentários raro encerravam amargura. Havia nêle o trocista, mas a intenção das suas chalaças raro era maldosa. Uma das suas comédias, *Sua Excelência*, não teve o agrado merecido. Aquela história dum imbecil, muito insignificante, que chega a ministro, irritou, sem razão, a intolerância indígena. Viram na personagem, crítica irreverente aos politicos da monarquia, quando os próprios exagêros da peça a tornavam impessoal.

Nunca houve politico que dissesse tanta tolice e praticasse tantos disparates, a ponto de se descobrir, na gervasiana personagem, carapuça para qualquer dos que a politica fez ministros.

Das suas comédias, a melhor é o *Comissário de Policia*, espirituosíssima e plena de boas situações.

Com poucos anos de intervalo, a morte levou Bento Mântua, Rui Chianca, Vitoriano Braga e Chagas Roquete.

Bento Mântua inspirou-se nas idéias e intenções de muitas das peças que constituíram o reportório do Teatro Livre, do famoso Antoine, o antigo gasomista, duma intuïção genial, que renovou, em França, os processos de representar.

Bento Mântua fez teatro de tese e de idéias. Mas as suas melhores peças foram aquelas em que se colocou fora de todas as idéias, encarando a vida sob um aspecto puramente humano.

Gente Moça é um caso de amor exarcebado por barreiras morais e afectivas. *Má Sina* é um drama vigoroso, sem violências desnecessárias, passado entre campónios ribatejanos. Gira a acção em volta do conceito «um homem de bem nunca mata».

Rui Chianca celebrizou-se com a sua primeira peça: — *Aljubarrota*. A sua estreia foi uma apoteose. O nacionalismo daquela obra constituiu uma das condições do seu êxito, um dos maiores de todos os tempos.

Mas o sol apagou-se logo; a infelicidade perseguiu-o. *D. Francisco Manuel de Melo*, que não era inferior a *Aljubarrota*, não entusiasmou as plateias. E o público foi quási indiferente às outras: *Triste Feia*, *Nun'Alvares* e *Magriço*. O seu segundo êxito, *Rainha Santa*, foi póstumo.

Rui Chianca valia mais como poeta do que como autor dramático. O seu teatro, *Aljubarrota* incluída, era duma grande irregularidade técnica; os deslises e os desequilíbrios prejudicavam a unidade e a intensidade da acção.

Vitoriano Braga começou no Teatro Nacional. Superior, e em muito, a Rui Chianca, conhecia todos os segredos da técnica. E, contudo, nunca foi um homem de «cordelinhos.» O seu teatro é honesto. E' de artista e não de fazedor banal de peças ou de cínico fabricante de êxitos fáceis. *A Bi*, em colaboração com João de Vasconcelos e Sá, foi uma estreia fulgurante. *Octávio*, doentia história dum anormal, caiu em desagrado, a-pesar das qualidades literárias evidenciadas. *O Salon de Madame Xavier*, que data de 1918, e veio com a ovogenia do novo rico, crítica mordaz dos que se afortunaram ràpidamente, feita com sarcasmo romântico, agradou. E *A Casaca Encarnada*, que interessou as plateias, a-pesar da sua envergadura dramática, não conseguiu atingir a perfeição cénica e psicológica de *Inimigos*, a que o público não deu a importância devida. E com esta injustiça do público se encerrou a carreira do dramaturgo, que viveu os últimos anos da sua vida afastado do teatro.

Com Chagas Roquete, a comédia encontra um herdeiro digno de Gervásio Lobato. A *D. Perpètua que Deus Haja* e *Sherlock* são dignas da assinatura do autor de *O Comissário de Policia*.

* * *

Citámos só os principais autores contemporâneos. Mas êles bastam para assegurar à Estremadura, em matéria de teatro, uma grande e gloriosa primazia sôbre as outras províncias de Portugal.

CRISTIANO LIMA.

Estremadura artística e folclórica

O AZULEJO PORTUGUÊS

de GUILHERME FELGUEIRAS



Azulejo do átrio da escadaria dum prédio da rua Engenheiro Santos

O azulejo decorativo é das mais graciosas expressões da arte cerâmica nacional e a província estremenha bem pode gloriar-se de ter sido, no nosso país, um laborioso centro produtor de tão sugestiva indústria.

Foram os árabes e os mouros que introduziram na península a técnica de cobrir vitreamente os ladrilhos, assinalando-se a influência mudéjar em alguns dos nossos mosaicos e azulejos mais primitivos, em que os padrões geométricos dominam — a estrêla, o florão, o arabesco, o entrelaçado e a roseta. As olarias muçulmanas, segundo as opiniões autorizadas de Gabriel Pereira, Rocha Peixoto, José Queirós, Vergílio Correia e outros distintos ceramógrafos, estabeleceram-se, a partir dos séculos XIV e XV, nos barreiros ulissiponenses dos Anjos, de Santos e cercanias, onde oleiros e ladrilhadores mouros manufacturavam os produtos cerâmicos.

Conjectura-se que alguns dos azulejos de mais brilhante esmalte pudessem ter vindo, por essa época, de Granada.

São caracterizadamente árabes os preciosos e antiqüíssimos ladrilhos de alto relêvo e bom colorido, do Palácio da Pena, que circundam a pequena porta da Sala da Galé. Alguns edifícios religiosos do continente e até mesmo do nosso domínio insular (Ilha de S. Miguel, Açôres), conservam as paredes revestidas de azulejos hispano-mouriscos.

A *Escola dos noviços de Palmela* e as velhas fábricas do *Rato*, *Santo António do Vale da Piedade* e *Bica do Sapato*, a-par de outras oficinas de Lisboa e subúrbios, produziram quási sem cessar, durante anos consecutivos, frescos e curiosos ladrilhos vidrados, com que se engalanaram salas, átrios, sacadas, vestíbulos, alegretes de jardins, galerias e claustros.

Segundo elucida José Queirós, havia no século quinhentista vastas oficinas de azulejadores no circunscrito bairro de Jesus. Cristóvão Rodrigues de Oliveira, no *Sumário das Notícias de Lisboa*, indica, na lista das profissões exercidas na capital, em 1551, trinta e dois ladrilhadores, só na área da freguesia de Santa Justa.

Esta arte industrial foi evoluindo com os séculos. As descobertas marítimas impulsionaram-na, cingindo-se os pintores ceramistas às decorações inspiradas nas porcelanas chinesas e nos tecidos indianos.

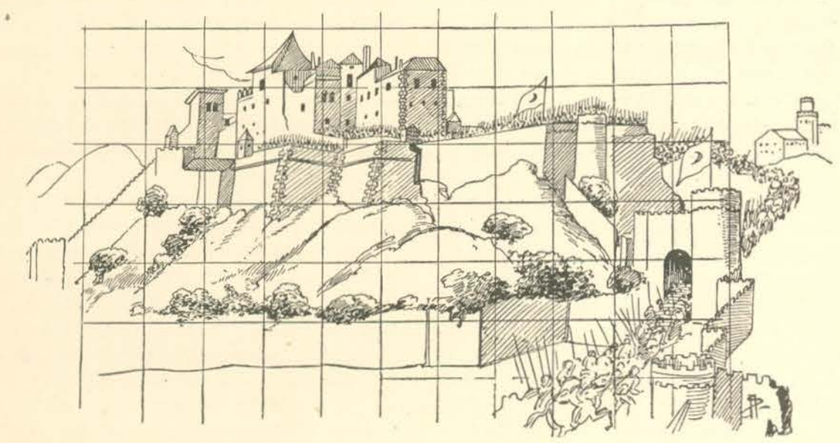
Sob a orientação do italiano Francesco Nicolo Pisano, imprime-se, no declínio do século XVI, nova técnica à faiança de revestimento. Os azulejadores portuguêses aperfeiçoam a composição das pastas argilosas: seleccionam côres que se não decompõem pela cozedura; esmaltes que não ennegrecem sob a acção do tempo e quási se tornam indestrutíveis. Um dos discípulos de Pisano, o nosso compatriota Francisco de Matos, desenha um dos admiráveis paineis cerâmicos que enriquecem os jardins do palácio dos Albuquerques, na *Bacalhôa*, retábulo êsse que se encontra acompanhado do cronograma 1563, e, vinte e um anos depois, assina os da capela de S. Roque (a terceira do lado da epístola), no Largo Trindade Coelho, em Lisboa.

Quim Martins, Matos Sequeira e outros estudiosos, admitem, com autoridade crítica, que os azulejos da *Bacalhôa* são de Talavera, assim como entrevêem autoria espanhola aos que ornamentam o Paço de Sintra e o palacete dos marqueses de Fronteira, em S. Domingos de Bemfica. Esta última vivenda palaciana é, pelo interêsse arquitectónico, e, principalmente, pelos pormenores das decorações cerâmicas, uma preciosa galeria de arte. Alguns dos seus quadros murais representam episódios históricos (os «Doze de Inglaterra», «A tomada de Ameixial»...) e personificações alegóricas das artes.

Gabriel del Barco, azulejador de nacionalidade espanhola, trabalha, em 1692, para a igreja de S. Tiago, de Evora; em 1693, para a de Santa Maria de Obidos; em 1697, para o palácio dos Condes da Ponte, em Lisboa e, em 1699, para a igreja de S. Bartolomeu da Charneca.

E' no século XVII que surge, entre nós, o azulejo com desenhos de personagens. Os ceramistas lusos, embora autónomos na ingenuïdade dos caprichos decorativos, sôfrem influência dos azulejadores holandeses. Aparecem então ladrilhos de «motivo solto» com tulipas, com moínhos e outros desenhos até então inexplorados.

Os pintores estrangeiros, muitos deles educados nas oficinas de Delft, tratam os assuntos menos fùtilmente, com mais maestria e minúcia. Dispersam por Lisboa e povoações arrabaldinas alguns dos seus produtos, como pode observar-se nos azulejos de *figura avulsa*, de coloração roxo-vinosa, que revestem em copioso número uma das enfermarias do Hospital de Santo António dos Capuchos, com episódios de figuração bíblica, enquadrados unitàriamente e ainda nos valiosos ladrilhos, assinados *J. Van Oort, Amst. fecit*, representando cenas da vida devota de Santa Teresa, que ornam a igreja do antigo convento dos Cardais. O predomínio italiano encontra-se bem frisante na decoração dos azulejos policromos (1600), procedentes da paroquial de Santo André, que se encontram, actualmente, decorando a Biblioteca Nacional de Lisboa.



Tomada de Lisboa, quadro de azulejo da portaria de S. Vicente de Fora

Entre os pintores portuguêses de azulejos, mais consagrados, do segundo quartel do século XVII, conta-se José de Avelar Rebêlo.

Mas foi, designadamente, nos reinados de D. João V e de D. José I que a indústria da faiança de revestimento floresceu, que maior laboriosidade e esmêro se dispensam a tão atraente sector da arqueologia artística. Era a época em que o azulejo, delicado de desenho e colorido, avassalava tôdas as moradias e ordens religiosas, como timbre de beleza e bom gôsto. Tinhamo-nos emancipado dos ceramistas talaverenses e sevilhanos, firmando os nossos azulejadores inconfundível personalidade e domínio absoluto de técnica.

São obras de compatriotas nossos, embora desconhecidos, as duas soberbas vistas panorâmicas, a azul, procedentes do palácio Tentugal, aos Lóios, integradas hoje no Museu de Arte Antiga. Dão-nos elas uma compreensível visão do que era Lisboa, anteriormente ao terramoto, entre as zonas de S. Paulo à Madre de Deus e de S. José de Ribamar à Boa Vista.

Constitue, hoje, um enlêvo para os espíritos insaciáveis de emoções artísticas, percorrer a província, numa romagem evocativa e investigadora. Quási não há vivenda seiscentista ou setecentista que não ostente maravilhosas decorações cerâmicas!

Nos azulejos, nota-se uma gradação de categorias e de classes, quási que uma hierarquia. As frontarias do casario humilde, nos aglomerados de Alfama, Bairro Alto, Mouraria e de outros burgos populares, não dispensavam a enternecedora gracilidade dos *registos* devotos, com santos padroeiros ou protectores das casas contra terramotos (S. Francisco de Sales), fogos (S. Marçal) e outros malefícios e inclemências. Por seu turno as edificações palacianas não dispensavam a sumptuosidade dos paineis ornamentais, entretendo-se os grandes senhores a olhar embevecidos para as pinturas em faiança, onde os faustos de suas nobrezas são realçados, bem como os devaneios das viagens e as acções históricas dos antepassados.

Nos revestimentos dos salões e escadarias nobres, das antigas moradias solarengas, perpassam, através das decorações dos azulejos, episódios de montarias e de pescas, animados jogos de ar livre, dansas e cenas risonhas de galanteio, onde damas trajando à

época, são cortejadas por faceiras e casquilhos de calções, casacas de riço, quitós, cabeleiras de mostachos e tricórnios premidos no ante-braço.

Os mosteiros e os templos recorriam, também, à cerâmica decorativa, sendo freqüente ver-se, tanto nas floreadas catedrais como nas cartuchas humildes, lambris, silhares e arquitraves, com cenas tradicionais da vida dos santos e representações místicas, muitos de considerável mérito artístico-religioso.

A' beira dos caminhos, espreitam-nos as *alminhas do Purgatório*, em convite a um instante de piedoso reconhecimento. Pode verificar-se ainda um dêstes toscos retábulos, na Estrada da Luz, não longe da embocadura da Azinhaga do Ramalhão, como que acenando saüdades ao caminheiro.

Muitos dos *registos* e painéis têm sido vítimas da ferocidade iconoclasta dos homens, achando-se alguns desmantelados, outros não se encontrando já na sua integridade primitiva. O miraculoso Sant'Antoninho que nos olhava do alto do seu painel devoto, num prédio recentemente demolido que tinha o n.º 148, na Rua da Penha de França, desapareceu entre a caliça e o entulho.

Era um precioso «registo» com a imagem do Santo em pintura azul, sendo o emolduramento policromo com decoração de motivos florais e de fantasia. Na parte inferior, lia-se a seguinte inscrição:

MOMPOSTEIRO
PREVELEGIADO
DA REAL CAZA
DE S.TO ANTONIO

A rasoira municipalista ou a unha rapace do amador de antiqualhas desfalcaram Lisboa dos ingénuos e humildes retabulozinhos que se admiravam: numa casa quinhentista da Rua dos Cegos, que tem o n.º 20 e no Outeirinho do Mirante, prédios n.os 13 e 17. Êstes dois últimos representavam, em pintura azul, Nossa Senhora da Conceição, sendo as molduras policromas. As datas eram, respectivamente, de 1797 e de 1794, e aos mesmos «registos» tínhamos feito referência, ainda no primeiro número dêste «Boletim.»

Os azulejos, no comentário expressivo de Raczynski, constituem em parte a fisionomia de Portugal.

Os pintores-ceramistas consagrados não limitavam as suas produções apenas a Lisboa; podem igualmente apreciar-se trabalhos de suas autorias, espalhados pelo resto do País.

Apoiando-nos nos valiosos estudos de Vergílio Correia, podemos coligir as seguintes notas sôbre faianças de revestimento, estremenhas:

Na ermidinha de Nossa Senhora do Monte, pertencente à Quinta da Ramada, em Frielas, cercanias de Lisboa, escaparam às injúrias do tempo e dos homens, alguns soberbos «panos» de azulejos, datados de 1686, e atribuídos ao ceramista trastagano António de Oliveira Bernardes, consagrado mestre nos fins do século XVII e princípios do XVIII, a sua vastíssima obra está patente em muitos templos religiosos dispersos pela Província da Estremadura — igreja de S. Domingos de Benfica; capela da Senhora da Piedade, da Casa Cadaval (entre Sintra e Colares); ermida de Pôrto-Salvo (Paço d'Arcos); igreja de Nossa Senhora dos Remédios (Peniche), além de muitos outros.

Policarpo de Oliveira Soares (1695-1778), foi um continuador da obra de seu pai, a quem excedeu em mérito. Na arruïnada capelinha do forte de S. Felipe de Setúbal, encontrou Vergílio Correia (o erudito crítico de arte de cuja obra nos estamos socorrendo), bons azulejos devidos aos seus pinceis, alusivos a episódios sacros.

Podem atribuir-se ainda à escola de Oliveira Bernardes: os frisos que revestem o interior da capela de Santiago de Outão, alguns do Mosteiro de S. Vicente e da portaria das trinas de Mocambo, em Lisboa e ainda os da capela-mór da igreja de Colares.

Da autoria de Nicolau de Freitas e de Bartolomeu Antunes, são os azulejos do final do segundo quartel do século XVIII, que a Sé de Lisboa ostenta como nota decorativa.

Desde o ladrilho vidrado policrómico, apresentando côres do *grande fogo* — (azul, amarelo, verde, chocolate ou rôxo-vinoso), isoladas ou combinadas, de forma a dar gradações variadas, até ao azulejo pintado a tinta azul-cobalto, com tons e meios tons, sob esmalte lácteo; desde os azulejos dos tipos designados *joalharia* (igreja de S. Domingos e de S. Roque), *de países, rótulos* e *pendurados* (igreja da Graça), *diamantes* (capela de Santo Amaro), *de caixilho* (Bucelas e Fanhões), *laçaria* e *rosas*, (capela da Pena), *tapete, jarras, grinaldas* (igreja da Estrêla e capela das Amoreiras) até aos azulejos *de motivo solto* ou *figura avulsa* (Senhor Roubado e Santo António do Estoril), que multiplicidade de padrões e de ornatos, que profusão de conceitos, de processos e de aspectos! Em todos êles, paira quási sempre a arte imaginosa — tocada por vezes dum realismo caricatural — dos nossos mágicos pintores azulejistas e vibra a sua alma romântica ou crente, apreciável na indisciplina decorativa e ingénuos anacronismos.

Como exemplo da maneira singular como os ceramistas atraiçoavam a verdade, basta visitar a igreja do antigo convento dos religiosos recoletos de S. Francisco, vulgarmente de Santo António do Estoril. O templo em referência conserva apreciáveis azulejos monocromos, representando as cenas de mais relêvo da vida devota do taumaturgo. Num dêsses painéis, surge Santo António ante o préstito que conduz seu pai (Martim de Bulhões) ao enforcamento e acham-se figurados irmãos da Misericórdia, com a respectiva bandeira, cerimónia que cronològicamente briga com os costumes da época a que o desenhador pretendeu referir-se.

Ainda nesta vetusta ermida se encontram valiosos azulejos de figura avulsa, datados de 1791.

Muitas são as composições cerâmicas, decorativas, com assuntos sacros ou profanos, dispersas pela província, em trechos de edifícios religiosos e civis.

Entre os azulejos figurados representando assuntos militares, destacam-se: os do *Palácio de Chavões*, entre Cartaxo e Santana, a que já nos referimos; os da *Quinta do Monteiro-Mór*, em Sacavém, com pinturas alusivas às batalhas de Alexandre, e os do *Palácio Calhariz*, em Azeitão, onde há belos silhares

de faiança, de 1645 e 1672, com guerrilhas terrestres e navais, em que os galeões em combate ostentam bandeiras portuguêsas e cruzes de Malta.

Não longe de Pinheiro de Loures, ergue-se o *Palácio do Correio-Mór*, magnífica vivenda, actualmente propriedade da ex.ma sr.ª D. Maria da Assunção Sousa Cunha. Êste antigo solar conserva ainda obras de arte de grande valia: bustos, esculturas, tanques de mármore de Carrara, medalhões, retábulos, obras de talha e, sobretudo, preciosos painéis cerâmicos.

Uma vez transposto o portal nobre, armoriado, que dá ingresso à ampla cêrca, logo se nos depara a porta de acesso à intimidade da senhorial residência, atribuída ao período joanino. No andar térreo, e à esquerda, uma cozinha fradesca, revestida de azulejos de factura ingénua, a azul-cobalto e côr de vinho, onde há cenas e motivos decorativos adequados ao aposento:

«Quatro figurantes trajando à época, dispondo em mesas as vitualhas; pelo chão, peças de caça e, num extremo, um gafarrão regalando-se gulosamente com restos do festim.»

Ainda nesta dependência e em cercadura, ladrilhos de «motivo solto» em pintura azul e frisos representando presuntos, paios, voláteis e peças de caça (lebres, patos, perdizes...), êstes desenhados a roxo-vinoso.

No outro tôpo da cozinha, um segundo painel figura «a matança do porco». O animal está suspenso ao chambaril pelas patas traseiras e é ladeado por um rústico, que esventra o cevado, preparando-se talvez para o esquartejar.

Subida a escadaria, podem percorrer-se os amplos salões, ornados de lambris com assuntos diversos, alguns havendo com tectos de trabalhados estuques, ou pinturas delicadas. A sala de jantar é enriquecida de azulejos figurados, onde estão representados, em paralelo, as histórias duma embarcação e duma vida.

Rocha Martins, numa interessante crónica jornalística, descreve dêste modo êsses painéis cerâmicos:

«Nasceu ao mesmo tempo uma criança no bêrço e um barco no seu estaleiro e, desde os brinquedos do menino ao cavername da nau, das aulas do infante ao lançamento à água do veleiro, tudo são belezas e primores, que se continuam nas duas viagens, a da existência humana e a da embarcação que parece sossobrar sob a procela.»

Uma das naus ostenta, na proa, o leão de Castela, porque o desenhador, pondo de parte o orgulho racial, cingiu-se à preponderância espanhola, na alusão. De facto, Felipe II foi quem doou pergaminhos e nomeou correio-mór do reino a Luís Gomes da Matta Coronel, um dos primitivos possuïdores de tão sumptuosa moradia.

Curiosas, ainda, a capela e as salas «de música», «de fumo», «das quatro estações» e «dos apóstolos», todas azulejadas com cintéis de bom desenho.

No átrio da capela, azulejos com figuras recortadas de servos de cabeleiras, calção e meia, como que reverenciando os crentes recém-chegados, conforme a pragmática da época.

Cêrca de dois quilómetros de Loures, na direcção de S. Roque, ergue-se, sobranceira à estrada, a *Quinta das Carrapoches*, denominada também *das Carrafunchas*, propriedade de boa arquitectura, pertencente hoje à veneranda senhora D. Maria Fortunata Canas.

A porta nobre, que dá acesso ao pátio principal, é sobrepujada por um brasão de armas, a afirmar os pergaminhos do antigo solar fidalgo. No pavimento superior da sumptuosa moradia, pode apreciar-se uma espaçosa varanda alpendrada, revestida por três grandes painéis de azulejos, dum desenho vigoroso a azul-cobalto, representando, dois dêles, «caçadas de montaria» e o terceiro, «um boi espavorido perseguido por um cavaleiro».

Tem capela privativa, edificada em 1714 e adornada, interiormente, com silhares de azulejos, de pintura azul, alusivos à «Vida de Cristo». Na quinta, divisa-se, ainda, um fontenário monumental, com painéis cerâmicos, em que há representação alegórica das «quatro estações do ano».

Não muito distante desta propriedade, na direcção de Santo Antão do Tojal, fica a *capelinha de S. Roque*, actualmente em ruína. Embora desmantelada, é digna ainda de atenção, pelos azulejos valiosos que revestem a frontaria do templo, a sacristia e a capela-mór. Vergílio Correia, na sua preciosa obra, *Azulejos Datados — Lx.ª 1922*, descreve desta forma os revestimentos cerâmicos da arruïnada ermidinha:

«... o pequeno templo interessa. E' todo, na sua nave singela, prolongada por uma capela-mór pequenina, revestido de azulejos: no corpo, de côres amarela e azul sôbre fundo branco, característicos do século XVII, e, na capela-mór, doutros só azues, onde se podem seguir duas cenas de vidas sagradas: — à, esquerda, o baptismo no Jordão; à direita, a morte dum santo frade que se mostra estendido entre velas, pegadas no chão, à maneira italiana...

«A sacristia, acanhada e colocada por detrás da capela-mór, é revestida de azulejos de figura avulsa, com os cantos marcados, característicos do comêço do século XVIII.

«Na frontaria, sôbre a porta e abrigada pela coberta do adro, está um painel de 24 azulejos (6×4) representando S. Roque com os atributos do estilo, policrómico, muito carregado de tons verdes. Envolvem o painel alguns ladrilhos de padrão diverso, porventura pertencentes ao mesmo lote com que revestiram parte do adro.» No painel, sob a figura do santo, lê-se:

ESTE . PAINEL . DEV . HVM
DEVOTO . A . SAM . ROQVE
1668

Em Santo Antão do Tojal, fica a opulenta e semi-arruïnada quinta dos Arcebispos de Lisboa, conhecida por *Palácio da Mitra*, que durante anos foi residência de veraneio dos prelados lisbonenses.

O edifício tem amplas salas, algumas decoradas ainda de silhares de azulejos do século XVII, muitos com grandes mutilações. Em uma das dependências, salva da fúria destruïdora, vêem-se painéis de pintura azul, com alegorias, em que a grafia das inscrições deixa aquilatar o grau de instrução do ceramista:

Eloquensia, Poizia, Escultura, Maquaniqua, Escultura, Muzica e *Optiqua*.

Causa desolação ver a ruína e abandôno de tanta preciosidade, em que a arte pairava com graciosidade e beleza. Desapareceram as riquíssimas estátuas de mármore de Carrara, os panos de Arrás, as pinturas dos tectos, as porcelanas da China e Japão, os painéis a óleo e os damascos e coiros de Moscóvia, que revestiam as paredes! Um autêntico «sacrilégio legalizado», no apropriado frasear do dr. José de Figueiredo.

Da antiga cozinha fradesca, outrora azulejada com graciosas decorações cerâmicas, representando: «um cozinheiro a escamar peixe», um outro «depenando um pato», «uma serviçal distribuindo milho a aves de capoeira», etc., nem um azulejo sequer escapou.

Estarão a bom recato da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais? Oxalá que sim.

Numa cêrca anexa, que em recuados tempos foi aprazível jardim, adornado com estátuas de mármore, renques de murta e alegretes revestidos de bons ladrilhos, pouco resta. Como testemunho duma passada riqueza e esplendor, existem ainda dois interessantes pombais, com frisos de azulejos policrómicos, medalhões e grinaldas, e um amplo e magnífico painel cerâmico, azul-cobalto, representando «Santo António e o Menino Jesus, constituído por cêrca de mil azulejos. O retábulo que com êle emparelhava, em que era figurada «Nossa Senhora da Conceição», aluíu há muito, estilhaçando-se tôda aquela preciosidade cerâmica.

Fomos informados de que os azulejos que revestiam a antiga Igreja Matriz, anexa ao Palácio da Mitra, e que eram, também, preciosos, foram destacados das paredes, após uma revolução iconoclasta, e postos em almoeda.

* * *

Ao estudo da faiança artística de revestimento, têm-se dedicado, com proficiência e entusismo, Sousa Viterbo, Gabriel Pereira, José Queirós, Joaquim de Vasconcelos, Rocha Peixoto, Adelino António das Neves e Melo, Conde de Sabugosa, Liberato Teles, Manuel Monteiro, Luís Augusto de Oliveira, Vergílio Correia, Feliciano Guimarãis, Matos Sequeira, Pedro Vitorino, Nogueira de Brito, Vasco Valente, Luís Keil e Catarino Simões, além de muitos outros.

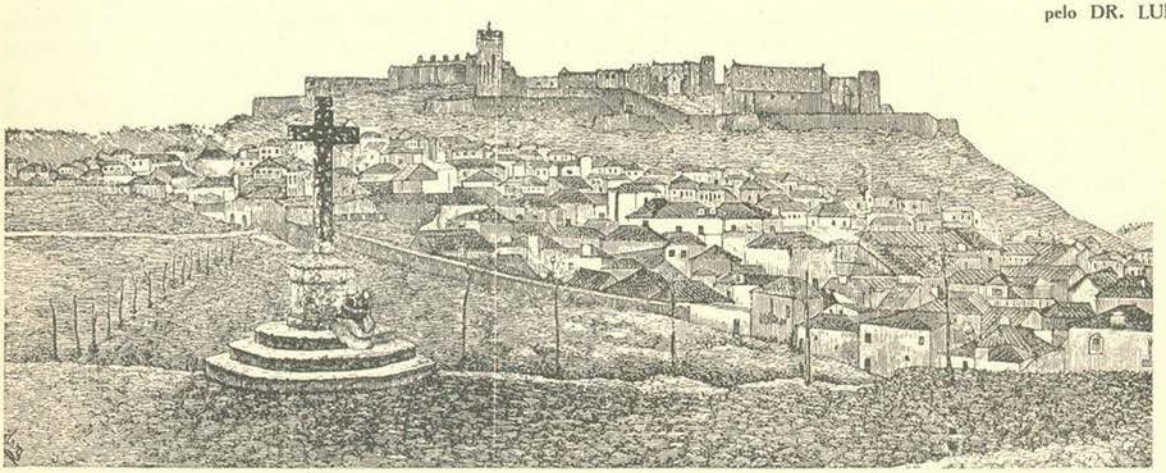
A-pesar-de tôda essa obra valiosa e persistente, estão ainda precàriamente inventariados muitíssimos azulejos decorativos da província da Estremadura, tão opulento é o património artístico, neste sector da arqueologia.

Estas ligeiras reflexões, traçadas ao correr da pena, não são mais que um passo vacilante no caminho desbravado por tão iruditos investigadores e críticos de arte.

GUILHERME FELGUEIRAS,
da Associação dos Arqueólogos de Lisboa.

O CASTELO DE PALMELA

pelo DR. LUÍS CHAVES



Vista do Castelo de Palmela (Gravura antiga)

Ao defrontar com o castelo de Palmela, dois factos se nos apresentam ao espírito: o *Castelo* — obra militar de defesa, — e a *Ordem de Santiago* ou *de Palmela*, ordem de freires militares, a quem coube ocupá-lo e defendê-lo durante séculos.

Um não depende do outro, é claro. Existia o castelo, antes de ser doado pelo rei à Ordem. Existia a Ordem, antes de lhe ser doado o castelo ou por D. Afonso Henriques, o que não está decisivamente provado, ou, ao certo, por D. Sancho I, em 1187, com Alcácer-do-Sal, Almada e Arruda. No caso de se provar sem dúvidas a doação do «Fundador», a de D. Sancho confirmá-la-ia, com ampliações, justificadas pelas circunstâncias do reino e pela serventia militar da Ordem. Poderia o castelo ter sido entregue, por iguais razões, à Ordem do Templo, senhora do castelo de Soure desde 1128, por doação de D. Teresa, e das terras que D. Afonso Henriques lhe deu, após a conquista de Santarém, com a sua colaboração. Nessas terras, ergueu o castelo de Tomar.

Foi porém aos Espatários, e não a outros, que Pal-

mela pertenceu, na partilha dos territórios a defender dos mouros, vencidos em Santarém e Lisboa, seus apoios principais. Por isso, ficaram indissolùvelmente ligados um ao outro — Palmela e os freires de Santiago, conhecidos de aí por *freires de Palmela*.

Palmela recorda os freires. Falar dêstes, logo se lhe associa Palmela, no espaço e no tempo.

* * *

Numa posição sobranceira, defensivamente capaz de dominar a margem esquerda do estuário do Tejo, é de supor que o morro agressivo de Palmela fôsse ocupado pelos romanos, a garantir a segurança do rio e das ligações fluviais.

Também os habitantes pre-romanos da região teriam aí construido um castro, como fizeram noutros lugares próximos, por aquelas serranias do núcleo orográfico da Arrábida.

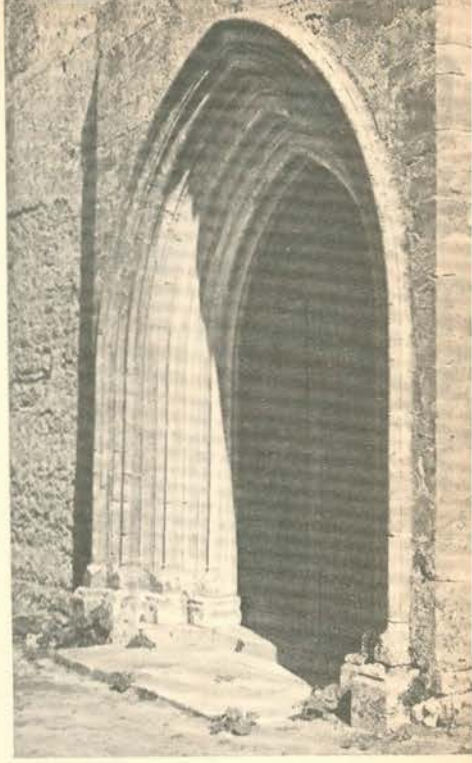
Os mouros reconheceram o valor militar do lugar, que formava, com Almada, à frente, e Alcácer, à rectaguarda, o sistema defensivo diante de Lisboa. A província de *Al-Kasar* entestava, pelo sul, com o Tejo; ao Tejo chegava pelo norte a província de *Belatha*, com as grandes cidades de Santarém, à beira do rio, e Lisboa, também defendida por êle, já no estuário.

Palmela e Almada serviam e defendiam Lisboa. O mesmo se dava com Santarém. Lisboa dependia destas praças. Em 1147, Março, Santarém foi tomada. Segue-se o ataque ao centro militar das defesas de Belatha. Lisboa cai no mesmo ano, em Outubro. Logo a rêde dos castelos estremenhos se desmorona, aquém e além do rio: Sintra, Almada e Palmela, abandonadas pelas guarnições ou atacadas com o ímpeto dos êxitos alcançados, passam para as mãos de D. Afonso Henriques.



Interior da igreja do castelo de Palmela

De Palmela, parte o impulso para a conquista do sul. Logo no ano imediato, 1148, o rei vai atacar o castelo de Alcácer, só conquistado em 1158, à quarta tentativa. Está aberto o caminho para o centro do Alentejo: Evora e Beja, tomadas em 1159, perdidas e retomadas em 1165 e 1162, respectivamente, para irradiarem dessas praças operações de conquista para nascente e sul até Silves (D. Sancho I, em 1189).



Portaria da igreja do castelo de Palmela

Não é ainda a posse definitiva dos territórios além do Tejo. Os mouros recuperam, em 1191, o que perderam, atingem o rio, pretendem dirigir-se a Santarém, cercam Tôrres Novas. E' a evidente pretensão de repetir a estratégia de D. Afonso.

Palmela e Alcácer sofreram a mesma sorte do Alentejo e do Algarve. O caminho da recuperação vai repetir-se: Palmela, primeiro, Alcácer, mais tarde.

Reintegrada no reino, teve D. Sancho I de repovoar e restaurar Palmela.

Se, como é lógico, D. Afonso Henriques reforçou o castelo, quando o tomou, D. Sancho por certo lhe facultou novos meios de defesa, tanto mais importava aos planos do rei, que insistia no repovoamento e fixação de núcleos populacionais, assegurar o êxito da sua política de soberania e incentivo económico.

Tal segurança, que permitisse o equilíbrio do desenvolvimento da acção política e da protecção dos territórios conquistados, apenas a conseguiria com a boa guarda dos castelos.

Quem mais firme que os freires das Ordens militares, ligados por voto religioso? Seguindo justificadamente a decisão paterna, D. Sancho entregava-lhes os castelos de maior responsabilidade. Em 1186, doou os castelos de Palmela, Almada, Alcácer e Arruda aos freires de Santiago.

Que estavam já em Portugal, no reinado de D. Afonso, parece deduzir-se da doação, que lhes fez da Arruda, em 1172.

Perdidas as praças da margem esquerda do Tejo em 1191, despovoadas e destruídas, D. Sancho teve de restaurá-las, repovoar-lhes as vilas, e reintegrá-las na Ordem. Com a prossecução das conquistas aos sarracenos, os soberanos acrescentavam novas terras ao património dos freires. O capítulo da Ordem foi em Palmela, já na posse dos cavaleiros de Santiago, em 1210.

Em 1217, colaboraram com os mestres do Templo

e do Hospital na expedição a Alcácer. Reconquistado, o castelo entrou de novo na Ordem, de que era importante comenda.

Mas a Ordem tinha vindo de Castela, onde a introduzira Afonso VIII, para Portugal. Nada havia de prejudicial aos bons serviços dos cavaleiros, que eram portuguêses, como aos que o não eram, enquanto se não levantasse o antagonismo de nacionalidades perante o inimigo comum a portuguêses e castelhanos.

Foi no reinado de D. Denís a primeira tentativa de nacionalizar a Ordem em Portugal. A bula do pontífice Nicolau IV, de 17 de Setembro de 1288, concedeu aos comendadores e cavaleiros que elegessem mestre provincial, entre os mais idóneos, por Portugal e Algarve. Cuidaria das pessoas e bens, no temporal e no espiritual, ficando ao mestre geral o direito de visitação e correição. Os nossos elegeram João Fernandes por seu mestre.

Reagiram os castelhanos, resistiram os Espatários portuguêses. Em 1319, o pontífice João XXII sujeitou novamente os nossos à obediência ao mestre geral. A contenda só findou em 1452, com a bula de Nicolau V. Por ela, a Ordem de Santiago, com o seu convento capital em Palmela, é independente.

* * *

De todas estas vicissitudes provém o castelo de Palmela.



Vista parcial de Palmela e seu castelo

Sem provas de origem anterior, o núcleo militar é árabe. O que existe dêle, mal se encontrará fóra dos fundamentos da parte mais antiga, só apurada em estudo cuidadoso.

Restaurações, reforçamentos defensivos de D. Afonso Henriques e D. Sancho, mais tarde de D. Fernando e D. João I, sobrepõem-se, intrometem-se, completam-se, quanto é possível das ruínas do tempo, do terramoto de 1755, e das obras de adaptação, no reinado de D. João IV e posteriores.

A tôrre de menagem, quadrada, com dois pavimentos abobadados, está, como em outros castelos, sôbre a cêrca de muralhas, e não no centro do sistema defensivo. Defendia simultâneamente a porta principal, a frente dêsse lado, e servia de último reduto da fortificação.

A linha directriz das duas cêrcas,— a medieval, dos séculos XII e XIII, e a do século XVII, da Restauração, com as obras de traçado no modêlo de Vauban, pode seguir-se.

No recinto limitado pela cêrca velha, o campo militar, ficam as ruínas das construções religiosas dos *freires de Palmela:* o mosteiro ampliado por D. João I, em 1482, e com construções de D. João II, quando príncipe, só concluídas no mestrado de D. Jorge de Melo, seu bastardo.

O claustro, a igreja de Santiago, de três naves, com arcadas ogivais, o côro manuelino, a porta magnífica na sua elegância, o monumento sepulcral do filho do *Príncipe Perfeito* e de Ana de Mendoça, a «mulher muito fidalga e moça formosa de mui nobre geração», na frase palaciana de Garcia de Resende, revelam, nos destroços do terramoto de 1755, e no abandono criminoso, os caracteres artísticos dos séculos da obra de pedraria. Não escasseiam os mármores; os revestimentos de azulejos estão reduzidos ao que, pela altura, os salteadores do monumento não puderam levar, na sua rapacidade feroz de corvos lançados à carnagem do património nacional. Séculos XV a XVIII.

A-par da tôrre de menagem, a igreja paroquial de Santa Maria, do padroado temporal e espiritual dos mestres da Ordem, está em ruínas.

Não esvoaçam os mantos brancos dos monges soldados, nas alturas do castelo, hoje caveira esburacada, entre païsagens de sonho grande, Tejo a um lado, a outro o Sado, mar e montanhas.

Vale Palmela uma romagem de história e de arte.

O QUE VIMOS OPERAR FOI A REACÇÃO DE ENERGIAS LATENTES A PROCURAR POR ENTRE ESCOMBROS CAMINHO SALVADOR

SALAZAR.

Como acabou a Escola Profissional da Paiã

III

TRANSMITIDAS as propriedades e as funções da Escola Profissional da Paiã, que terminava a sua brilhante existência, à nova administração e respectivo corpo docente da «Escola Prática de Agricultura de D. Denís», fica bem registarmos algumas palavras sôbre os valores que transitaram para o novo estabelecimento de ensino que, no momento em que escrevemos, conta já ano e meio de existência

A instituïção da nova escola *matou* duas outras, ambas com um passado digno e brilhantes fôlhas de bons serviços, prestados à nação. Tanto a «Escola Profissional da Paiã», como a «Escola Agrícola de Queluz», esta extinta por fôrça das importantes obras porque passou o valioso monumento nacional que é o histórico Palácio Nacional de Queluz, cumpriram garbosamente a sua missão. Da escola que findou a sua missão e que a Junta de Província da Estremadura tão desveladamente manteve, daremos, pouco a pouco, valiosos elementos para a sua interessante história.

Neste número — o terceiro de *da Estremadura*, concluímos a série «Como acabou a Escola Profissional de Paiã». Não tivemos, como poderia supôr-se, a pretensão de fazer a história da magnífica instituïção, mas tão sòmente assinalar o seu fim e, bem assim, o começo dêsse outro estabelecimento que tão prometedoramente se nos oferece, para bem da nação e proveito dos seus pupilos: a Escola Prática de Agricultura D. Denís.

Compete a entidades mais autorizadas do que nós, simples redactor do Boletim, inscrever aqui, com dados certos e apreciações técnicas, os elementos que constituem a doirada história da escola que findou.

Não queremos, porém, deixar de recolher, para que se não perca, o introito que, em 1929, Tude de Sousa escreveu para o «Regulamento da Escola Profissional de Paiã» e que, por si só, vale como tese em que se fundamentou a direcção escolar e moral do estabelecimento.

Eis o introito:

Os institutos de feição agrícola para acolhimento e amparo de menores, quer sob a forma pura e simples de assistência, de educação e de ensino para desamparados e sem família, quer sob a forma correcional para delinqüentes já no declive do crime, existem, desde há muito, em todos os países onde a sorte dos pequenos infelizes tem merecido as atenções dos governantes e da caridade particular.

Não podia, por isso, o nosso país, onde o sentimento e o coração entram em tanto e de todo o tempo nas obras de amor do próximo, deixar de compartilhar das idéias de piedade pelos desprotegidos da sorte nas várias modalidades em que um tal facto se dá.

E assim era que, na parte que nos interessa agora, nós vamos aqui e acolá um ou outro asilo, uma ou outra casa de recolha e ensino de menores de ambos os sexos, ensino literário e ensino de artes e ofícios, nenhuma havendo, porém, de feição essencialmente, digamos antes quási exclusivamente agrícola, como tanto se fazia mister num país como o nosso, que ao trabalho da terra dá uma boa parte da sua gente, e que à terra, generosa e boa, pede uma parte grande das suas produções e riquezas.

Há muito que o meu espírito se interessa e a minha acção tem colaborado, embora apagadamente, nos assuntos de assistência e de educação de menores, por mil formas desvalidos.

Já em 1903 — há 26 anos — num jornal do Alentejo, província onde ao tempo trabalhava, eu escrevia o seguinte, que ainda tem oportunidade:

«O problema da miséria é certo que tem, nas suas múltiplas fases, preocupado todos os espíritos e dominado todas as iniciativas que, num propósito humanitário e altruísta, se tem dedicado à investigação das soluções que é mister procurar-se-lhes.

«A miséria cresce prodigiosamente e o valer-lhe, dentro dos limites que o coração e o dever moral quási sempre impõem, aflora espontâneamente à razão de todos os espíritos bem formados.

«E nesta ordem de idéias e de sentimentos, nós vemos pròdigamente espalhados em todos os cantos do país, instituïções que, na sua maioria, a generosidade de almas de eleição fez erigir, para repartir ali com os pobres a fartura dos seus haveres, ou feitas e mantidas pelos legados dessas mesmas criaturas.

«Há, porém, uma fórmula não seguida ainda entre nós, e para a qual conviria fazer derivar as boas iniciativas, que as há sempre prontas nos domínios da caridade pelos necessitados: são os asilos agrícolas.

«A Suíça é, por excelência, o país modelar dêstes institutos.

. . . . . .

«Não é raro ver em muitas terras, a-par da mendicidade forçada de velhos e inválidos, uma nuvem de crianças que, desde a mais tenra idade, se vão educando na ociosidade, adquirindo hábitos negativos de trabalho, e que, à medida que se vão desenvolvendo e crescendo, mais fogem dêle, para se entregarem à prática de actos menos lícitos.

«Foi exactamente para evitar êste mal e para formar bons operários rurais, que a Suíça criou os seus asilos agrícolas.»

. . . . . .

A utilidade dos asilos agrícolas à moda dos da Suíça fôra já reconhecida, também, entre nós, e tanto que, em 1884, o agrónomo do distrito de Portalegre, que, por lei, era também o director da sua antiga quinta distrital, custeada pela Junta Geral, propusera à mesma, o que, aliás, não mereceu aprovação, que a referida quinta tivesse de preferência a feição de um asilo agrícola para expostos do distrito, com um número limitado de alunos, baseado no sistema de famílias.

Porém, como disse, tal proposta não teve o



Uma das visitas do falecido governador civil de Lisboa, tenente-coronel João Luis de Moura, à Escola Profissional da Paiã

andamento merecido, nem a idéia que ela representava viu noutra qualquer parte a sua efectivação prática.

Para resgatar amplamente esta falha, dando à assistência uma orientação nova por meio de um estabelecimento de natureza agrícola, que ao mesmo tempo que fôsse agasalho acolhedor, fôsse também a escola com rumo à terra, teve a Junta Geral do Distrito de Lisboa de 1917 a iniciativa generosa e feliz de criar a Escola Profissional de Agricultura de Paiã,

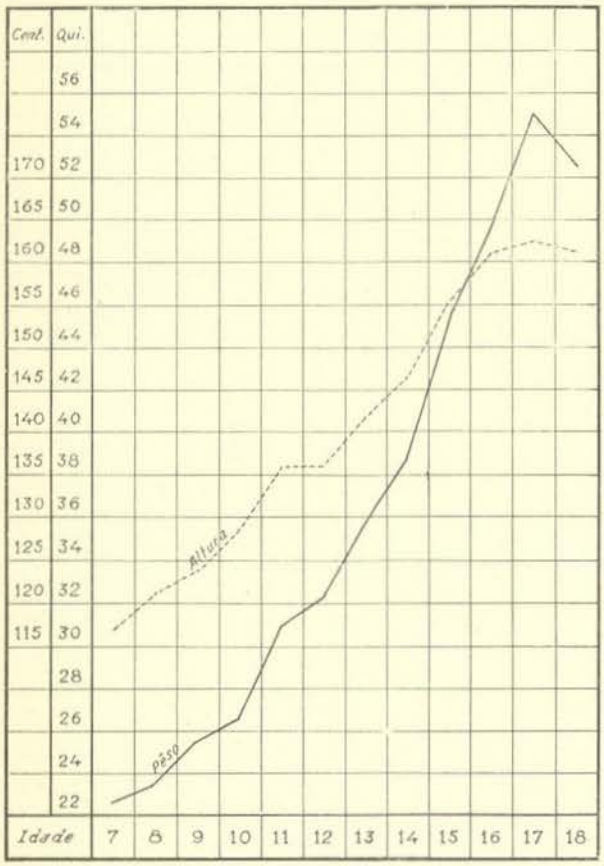


Gráfico n.º 1 — Ano lectivo de 1937-38. Altura e pêso

onde entrariam, primeiro do que quaisquer outros, os órfãos dos soldados da guerra e os órfãos de operários rurais ou de invalidados por desastre em trabalhos agrícolas.

E assim foi que a Escola Agrícola de Paiã pôde ser aberta sob bases em que desde então funcionou até à data recente, em que o Govêrno, pretendendo alargar-lhe a sua acção, a encerrou, para ser reorganizada sob novas bases e nova regulamentação.

E' êsse novo regulamento que a actual comissão administrativa da Junta Geral do Distrito de Lisboa apreciou, submetendo-o, depois de postas de acôrdo as idéias com que o delineámos e as suas idéias próprias, à aprovação de S. Ex.ª o Governador Civil.

Claro que não se deformou a índole fundamental do estabelecimento, cujo fim principal era e será o de criar operários e trabalhadores rurais mais educados e profissionalmente melhor preparados do que a maioria dos nossos trabalhadores do campo, para isso se dando ao ensino a feição quási exclusivamente prática, que dos livros tirará apenas o *quantum satis* indispensável à compreensão dos trabalhos realizados.

Mas, porque nos propósitos generosos de S. Ex.ª o Governador Civil e da Junta Geral estavam os desejos de alargar a acção benéficente da Escola, para mais acudir a tanta miséria trasbordante por Lisboa e seu distrito, alargadas foram as condições de admissão nela, criando-se uma secção nova para crianças de sete a dez anos, com passagem depois a uma outra secção já de mais adiantada idade, onde permanecerão até ser alcançada a maioridade, criando-se igualmente um núcleo de oficinas de utilidade imediata para o estabelecimento e de aprendizado para os recolhidos que não possam, pela sua constituïção física e outros motivos, seguir a vida do campo.

Na Secção Infantil, a educação das crianças terá, como o diz o regulamento, uma feição familiar de carinhos e dísvelos e no sentido da mais perfeita educação moral, por parte das pessoas a quem pertença acompanhá-las, incutindo-lhes hábitos de higiene e cuidados pessoais e bem assim sentimentos de generosidade e de justiça para com os companheiros e para com todos e de obediência e disciplina para com os seus superiores e educadores.

Ser-lhes-á dada a instrução primária e gimnástica e trabalhos manuais, sendo-lhes distribuídos ligeiros trabalhos domésticos e agrícolas compatíveis com as suas idades e constituïção física, sendo-lhes permitidos os jogos e divertimentos de ar livre, próprios para crianças.

Igualmente executarão por si, em tanto quanto o possam fazer e devidamente guiados, todos os serviços de arranjo pessoal que lhes disserem respeito, bem como vários trabalhos de arranjo e economia doméstica que possam auxiliar a sua preparação para a vida real.

Na Secção Profissional, dar-se-ão, além da instrução primária, gimnástica, música e trabalhos manuais, dois anos de ensino agrícola teórico, sem prejuízo dos trabalhos a realizar em todo o ano, nas dependências tecnológicas, nos estábulos, nos campos, etc., havendo diversas oficinas para aquêles que para o campo não forem encaminhados e que ficarão, como é natural, dispensados do aprendizado teórico e prático da agricultura, outro ensino não tendo, além do seu ofício, que não seja o da instrução primária, desenho e trabalhos manuais e música aquêles que para ela forem escolhidos.

Vencidos os dois anos de ensino teórico e de permanência na secção profissional, ficará ainda muito longe para alguns o têrmo em que pela fôrça da lei e do regulamento os alunos, terão de deixar a Escola.

Mas, porque naquela altura o seu estágio na mesma deverá entrar numa nova fase, estabelece o regulamento que, concluídos os três períodos escolares (instrução primária e dois anos de ensino agrícola) os alunos, formando uma secção independente, continuarão na Escola, ocupados nos diversos trabalhos fora de todo o tempo escolar, como se fôssem trabalhadores livres, mas sob o regime disciplinar da Escola e arbitrando-se-lhes uma remuneração pecuniária por cada dia de trabalho, fixada de harmonia com a valorização do mesmo, da qual metade reverterá a favor da Escola, como indemnização das despesas a que dão lugar, e a outra metade em seu favor, em cadernetas da Caixa Económica, que receberão no acto da saída e de que antes poderão dispôr em parte, com autorização e fiscalização do director.

Igual critério deve ser seguido, nêste particular, com os alunos de aprendizado oficinal, quando, passados pelo menos três anos na secção pro-

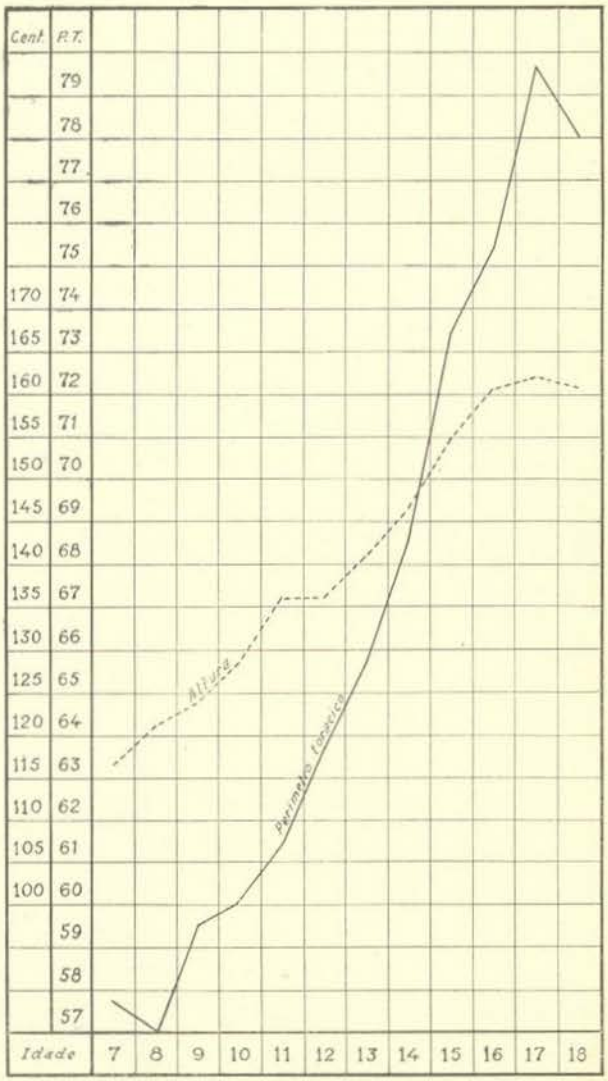


Gráfico n.º 2 — Ano lectivo, 1937-38. Altura e perimetro torácico

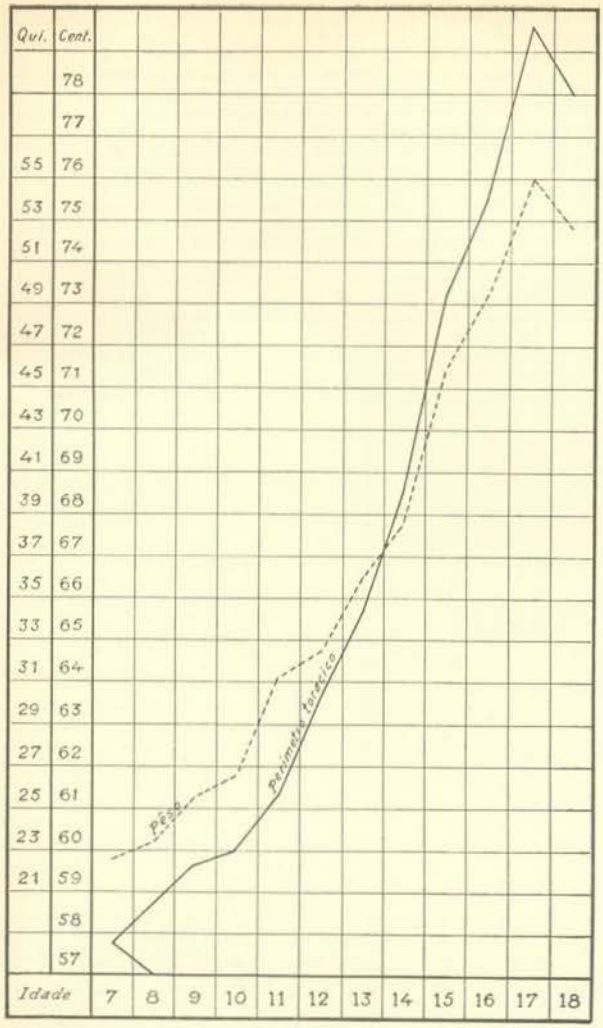


Gráfico n.º 3 — Ano lectivo 1937-38. Pêso e perímetro torácico

fissional, o Conselho Escolar entenda que o seu trabalho tem já valor bastante para merecer remuneração pecuniária apreciável.

E, terminado que seja o período até onde pode ir, em diversas circunstâncias, a conservação dos alunos na Escola, êles ingressarão na vida livre como elos da grande cadeia social, onde, com o seu trabalho, deverão prestar à colectividade a parcela útil que lhes couber no bem comum da terra e da gente portuguêsa.

Quanto ao funcionamento interno da Escola, restabeleu-se o Conselho Escolar e Disciplinar, para conhecer e deliberar em todos os assuntos que se relacionarem com o ensino e com a disciplina dos alunos e criou-se um Conselho Técnico e Administrativo, para resolver sôbre os assuntos da exploração rural e das oficinas e sôbre os negócios de administração, um e outro conselho funcionando sob a superintendência imediata da Junta Geral de Lisboa.

Uma preocupação houve, porém, ao confeccionar o novo instrumento por onde, de futuro, a Escola se regerá: foi o de assegurar ao director a autoridade e prestígio indispensáveis à sua alta função e a descriminação minuciosa das atribuïções que aos seus subordinados caberão, para que todos sejam, cada um dentro dos seus serviços, dedicados e valiosos colaboradores, para bem atingido ser o fim geral.

A execução alta do mando não comporta inconvenientes divisões, devendo centralizar-se numa só mão, para que não haja atrito de poderes e para que haja unidade e seqüência numa orientação única e sempre igual, nenhum outro poder devendo ombrear com o do director adentro do estabelecimento, embora a todos fique a indispensável independência de trabalho, à sua fiscalização subordinado.

* * *

Não sei se será bem alcançado o fim a que a Escola Profissional de Paiã foi destinada, entrando a funcionar agora sob a regulamentação nova que o Govêrno da República me encarregou de elaborar, pela portaria publicada em 3 de Setembro último; mas a isso só terei que dizer que para mais não deu a minha pouca competência, embora muito grande fôsse da minha parte a vontade de bem servir.

Votos sinceros faço, pois, para que dêste trabalho alguma coisa de proveitoso se tire para o bom futuro da Escola de Paiã e do dos pobres que ela acolher e ainda para que completa seja a satisfação de quem superiormente tanto por ela se interessa.

Novembro de 1929.

TUDE M. DE SOUSA

Director da Colónia Penal Agrícola de «António Macieira», em Sintra.

Um outro artigo, êste da autoria do sr. dr. António da Cunha Saraiva Oliveira Baptista, que foi, na Escola Profissional de Paiã o médico escolar, fica nas páginas dêste Boletim também como simples apontamento para a história. De grande oportunidade, êste artigo reflecte, além do estudo consciencioso dum aspecto escolar que constitue grave problema, o cuidado com que a escola se desempenhava da missão a que se impôs. Segue o artigo:

Não deixa de ser interessante, tem mesmo aqui cabimento, dizer alguma coisa, embora muito por alto, das condições em que os alunos da ex-Escola Profissional de Paiã eram ali recebidos, o seu estado sanitário durante o seu estágio na referida Escola, movimento de doentes, etc., etc., durante o longo espaço de tempo em que ali fui médico escolar, 1928-1939, pois que no presente momento tem alta importância tudo quanto se relaciona com a saúde, instrução e bem estar da criança.

A ex-Escola de Paiã, um dos serviços especiais mais importantes, que a Ex.ma Junta sempre tratou com muito carinho, era uma obra útil e necessária, onde ela instruía e mantinha perto de trezentos alunos pobres.

Felizmente que êste grande melhoramento, imprescindível no momento actual, se não perdeu, pois que continua com a utilíssima Escola Prática de Agricultura D. Denis (ex-Escola Prática de Agricultura de Queluz) indispensável num país agrícola como o nosso, já com uma finalidade prática.

E' conveniente pôr em relêvo tão útil melhoramento que a Ex.ma Junta ali mantinha, mostrando os grandes benefícios que os alunos ali recebiam e continuam a receber na Escola actual.

E' a instrução e, muito principalmente, a educação profissional, a base primordial duma sociedade bem organizada e talvez o único meio de evitar que se abracem idéias que só a ignorância permite.

A instrução, acompanhada duma boa educação da religião cristã, a aplicação ao trabalho, é absolutamente indispensável para fazer do homem um ser prestante a si e à sociedade.

Ao Estado Novo se deve ter pôsto de parte os velhos processos de ensino teórico e abstracto, modificando o espírito nacional, de modo a bem educar e ensinar pràticamente.

Não é só nêste século que o saber tem valimento, pois já os mais antigos povos cultivavam a ciência, ao lado das artes.

Os caldeus dedicavam-se à astrologia. Os gregos tinham a verdadeira intuïção de quási tôda a ciência, mas, como lhes faltassem os estudos positivos, só arquitectaram várias teorias e algumas bastante notáveis.

Encontramos na antiga Roma, nos escritos de Plínio, descrições admiráveis dos corpos celestes.

Os govêrnos da República, que se têm sucedido nas cadeiras do poder, desde a data gloriosa de 28 de Maio, têm procurado por todas as formas

Mapa comparativo da constituïção dos alunos segundo o índice Pignet, durante os anos lectivos de 1930 a 1938

Constituïção	Anos lectivos							
	1930-1931	1931-1932	1932-1933	1933-1934	1934-1935	1935-1936	1936-1937	1937-1938
Muito forte . . .	—	2	2	—	1	—	—	2
Forte	6	1	1	1	3	3	4	3
Boa	17	4	6	7	4	5	3	1
Boa (mediana). .	21	14	17	8	4	10	10	8
Regular	31	23	16	13	13	17	20	25
Fraca (suspeita).	42	41	39	21	32	41	40	41
Muito fraca . . .	128	165	168	171	185	170	170	166
	245	250	249	221	242	246	247	247

Mapa n.º 4

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

desenvolver a instrução no nosso país, quer criando um sem número de escolas primárias, escolas técnicas, etc., quer edificando casas próprias, quer dotando-as com o material mais indispensável, que até aí careciam.

O Estado Novo, continuando com a revolução nacional, tem, por esta forma, procurado pôr termo a essa situação degradante, reduzindo por todos os meios o número de analfabetos, que no nosso país, relativamente a outras nações, acusava uma percentagem para mais que deveras nos envergonhava.

Não basta, porém, a criação de escolas, para a instrução se desenvolver, é preciso também que todos se compenetrem dos deveres para consigo e para com a sociedade.

E' necessário que todos ajudem as iniciativas dos govêrnos, mandando os seus filhos e todos os que lhe estão confiados freqüentarem a escola com assiduidade e serem aplicados.

E' por meio da educação profissional em escolas práticas, com a respectiva orientação médico-pedagógica, que a raça portuguêsa há-de ressurgir da ignorância e da apatia em que por muito tempo esteve mergulhada.

Foi preciso acompanhar passo-a-passo os alunos internados na Escola, tanto mais que eram recrutados entre as classes mais pobres, mais miseráveis e quási todos descendentes de pessoas com as terríveis taras que constituem verdadeiros flagelos da humanidade, a tuberculose, a sífilis e o alcoolismo.

Todos sabem que a nossa raça está bastante degenerada e que a maioria das crianças são portadoras de certas taras, que, se não forem combatidas a tempo e horas, muito prejudiciais lhes serão de futuro.

Não só o aluno se prejudica com a falta de assistência médico-pedagógica, mas também a sociedade, porque, além de ficar um ser inútil, pode tornar-se um terrível propagador de doenças.

Mesmo para um povo ter qualidades de tenacidade e boa organização, é necessário, é indispensável a educação profissional bem orientada.

Vimos na grande guerra e está a ver-se na guerra actual, que a tenaz e admirável resistência do soldado é principalmente devido à sua óptima preparação para todo e qualquer trabalho.

Eram os alunos admitidos na ex-Escola de Paiã, por serem pobres, órfãos, ou estarem em perigo moral, nada importando para sua entrada, a robustez, sendo excluídos sòmente os que fôssem portadores de doenças contagiosas ou incuráveis, de modo que a população escolar era duma constituição que muito deixava a desejar.

A admissão dos alunos fazia-se na adolescência, desde os sete anos de idade, ou seja na fase peri-pubertária, idade em que a sua personalidade começa a esboçar-se.

Todos os higienistas concordam que é nesta fase que se prepara a transformação orgânica e psíquica, a idade crítica, o eixo do crescimento, que se realiza na puberdade, em que os mesmos higienistas atribuem todos os desequilíbrios biológicos e psíquicos, pode dizer-se pelo despertar do gérme vivo, incubado na criança.

E na escola se conservavam durante a puberdade e fins da nubilidade (20 anos).

Tomava-se, pois, conta da criança durante um dos períodos mais importantes e de maior responsabilidade: — o período de crescimento, que se efectua em virtude dum predomínio de assimilação funcional.

E' uma época construtiva, de aumento orgânico, que se obtém durante um têrço da nossa vida.

Para não ser muito extenso sôbre êste assunto, limito-me a apresentar os gráficos de crescimento, relativos ao ano lectivo de 1937-1938, pois que os dos anos lectivos anteriores iam ficando mais normais à medida que os alunos avançavam no seu estágio na escola.

O maior número de gráficos aqui juntos referem-se ao ano lectivo de 1937-1938, porque, como a Escola de Paiã acabou nos fins do ano lectivo de 1938-1939, nenhum trabalho mais se apresentou.



Gráfico elucidativo, proporcional, das várias e principais doenças (por agrupamentos) que passaram pela enfermaria, durante o ano lectivo (1937-1938)

Mapa n.º 5 — *Ano lectivo de 1937-1938.*

Os gráficos n.os 1, 2 e 3, dum grande valor médico-pedagógico, são indispensáveis para bem se observar o crescimento e a robustez dos alunos, nas fases principais que êles sofrem, dos sete aos dezóito anos.

Se pudessemos aqui apresentar os gráficos dos anos anteriores, veríamos as surprêsas e as alterações que dum ano para o outro estes gráficos sofrem e só assim faríamos uma idéia da importância que êste assunto tem sôbre a saúde dos alunos.

A medida do pêso, em circunstâncias normais, e também a da sua evolução é um óptimo meio de avaliar da saúde e do estado de nutrição do aluno.

O perímetro torácico, medida de valor apreciável, quando junto com outras medidas, pode já ter bastante valor.

Temos que seguir a orientação mais adoptada. Confrontando as medidas sintéticas, de que podemos dispor, vemos que o crescimento relativo do aluno segue a sua marcha normal, a que se alude em pedologia.

Comparando os gráficos n.os 1 e 2, a curva da altura com o pêso e com o perímetro torácico, constata-se que, no gráfico n.º 1, o pêso ultrapassa a altura aos quinze anos e no gráfico n.º 2, o perímetro torácico ultrapassa a altura aos catorze anos, perto já dos quinze anos.

Mais normais seriam êstes dois gráficos, se o pêso e o perímetro torácico ultrapassassem a altura depois dos quinze anos, pois é nesta época que as dimensões horizontais contribuem, mais que as verticais, para o crescimento do aluno, tendo em conta que a puberdade se dá normalmente dos catorze aos dezasseis anos.

O gráfico n.º 1 mostra-nos que o crescimento dos alunos se fez normalmente e que, a partir dos catorze anos se intensifica o aumento do pêso e que aos quinze anos a respectiva curva adquire sôbre a da altura uma ascendência bastante notável.

Nos gráficos n.os 2 e 3, o perímetro torácico mostra uma grande inflexão, nos alunos de sete e oito anos de idade, o que não admira, pois que existiam apenas sete alunos de sete anos e nove de oito anos.

Estes gráficos, tanto mais rigorosos são, quanto mais fôr o número de alunos medidos.

O gráfico n.º 2, mostra-nos que o aluno começando a engrossar numa certa progressão intensiva, dos quinze para os dezasseis anos, também aumenta de densidade.

O gráfico n.º 3, para confronto, inscreve as curvas de pêso e de perímetro torácico, mostrando que, depois dos doze anos, as duas curvas caminham, pode dizer-se, paralelamente, e que só aos dezassete anos atinge o máximo.

Vemos pois que o crescimento dos alunos se efectua quási normalmente, a-pesar do seu mau terreno e fraca constituição, devido às condições higiénicas escolares.

O mapa n.º 4, comparativo da constituïção (índice Pignet) dos alunos nos diferentes anos lectivos (1930-1938), mostra-nos ter havido várias alternativas, sendo a robustez muito precária, pois que prevalece a constituïção fraca e muito fraca.

Pelo mapa n.º 5, vê-se a variedade das principais doenças (por agrupamentos) que passaram pela enfermaria, no ano lectivo (1937-1938).

Nos mapas mensais, enviados à Ex.ma Junta, sôbre movimento de doenças na enfermaria da ex-Escola, durante o longo espaço de onze anos (1928 a 1939) consta a gravidade de algumas doenças, e tanto mais graves por se tratar de crianças desde os sete anos de idade, fracas, com péssimo terreno e quási todas com taras hereditárias.

A-pesar disso, tudo se levou a bom caminho, sem termos sofrido o mínimo desgôsto, pois que, durante aqueles largos onze anos, nenhum aluno faleceu na Escola.

Nos hospitais civis, foram internados apenas os alunos para operações de alta cirurgia e os portadores de doenças infecto-contagiosas, que na Escola se não podiam tratar, por os regulamentos o não permitirem.

Movimento da enfermaria desde Abril de 1928 até 30 de Setembro de 1939

(Anos lectivos de 1928 a 1939)

Alunos																				Empregados		
Enfermaria				Consultaram	Tratamentos	Curativos	Dias de d. t. p.	Dias em e. m.	Especialistas					Análises			Radiografias	Raios-ultra violetas	Falecimentos	Consultas	Tratamentos	Curativos
Existiam	Baixas	Altas	Continuam						Dentista	Olhos	Ouvidos	Nariz	Garganta	Expectoração	Sangue	Urina						
2	4.043	4.045	—	17.558	42.492	38.633	9.904	3.300	374	115	19	12	23	29	8	3	113	5	—	572	612	1.187

Mapa n.º 6

Durante êste largo tempo de onze anos (1928-1939) foram internados no Hospital do Rêgo, e ali faleceram, os seguintes sete alunos:

1932-1933, um aluno com tuberculose pulmonar e dois com meningite tuberculosa; 1933-1934, um aluno com mostoidite (septicémia); 1934-1935, um aluno com osteomielite (septicémia); 1935-1936, um aluno com tétano; 1936-1937, um aluno com tuberculose pulmonar.

Pelo mapa n.º 6, vemos o grande movimento da enfermaria, durante os anos lectivos (1928-1939).

Pelo exposto, conclue-se que a Ex.ma Junta de Província da Estremadura, tendo mantido aquela ex-Escola, e continuando com a actual Escola Prática de Agricultura D. Denís, presta um alto serviço à instrução e à Pátria e dignifica o Estado Novo.

O MÉDICO ESCOLAR.

Os nossos colaboradores

***da Estremadura**, 1940, sem sair do seu ritmo e aspecto normal, é, em grande parte, dedicada aos acontecimentos e factos que caracterizaram ou deram realce fortuito aos festejos das Comemorações Centenárias. Constitue, pois, nota predominante do nosso número presente, as jubilosas manifestações que, durante quási um ano, alvoroçaram o espírito patriótico de tôda a nação, pressurosamente presente em todas as cerimónias, exposições, cortejos, festas e paradas, que deram brilho a tôda a magistral manifestação de fé nos destinos de Portugal renovado e rehabilitado.*

Temos, no presente número, como peça principal, as Comemorações Centenárias na Província da Estremadura. Desta peça, destacam-se o magnífico relatório do sr. eng.º António Rodrigues dos Santos Pedroso, sôbre as «Festas oficiais da província», que com tanto brilho decorreram nas Caldas da Rainha. A abertura é feita pelo ilustre jornalista estremenho sr. Luís Teixeira, biógrafo de Salazar, e o oportuno artigo que segue, «Renovação», é da autoria do sr. eng.º Eduardo Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Um excelente artigo sôbre a instituição do Museu Provincial de José Malhoa, e uma nota àcêrca dessa elevada manifestação de arte e de enternecido amor patriótico, que foi o «Serão Medieval de Obidos», são ambos da autoria do sr. António Montês, animador das festas estremenhas e director do referido Museu. Oscar Paxeco, o jornalista que desde a primeira hora nos acompanha, com o seu trabalho brilhante e cheio de interêsse, deu boa parte de trabalho nessa e noutras secções, na qual colaboraram ainda, gentil e graciosamente, os srs.: José Domingues Trindade, de Alcobaça; Nicolau José Baptista, de Alcochete; Manuel Gonçalves, de Alenquer; Francisco José da Silva, de Almada; Mário Alexandre Leal, de Arruda dos Vinhos; João Inácio Nunes Júnior, do Barreiro; João Franco, do Bombarral; Francisco Mora Marques, do Cadaval; Guilherme Soromenho, de Loures; Manuel Rodrigues Môço, da Lourinhã; Manuel de Oliveira, de Mafra; Joaquim Domingues Carreira, da Marinha Grande; Aureliano Soares Paulino, de Obidos: António Marcelo de Carvalho, de Oeiras; Augusto Antão Real, de Palmela; João Assunção Bernardo Peturga, de Peniche; Júlio Marques Poças, de Pôrto de Mós; António Policarpo Alves Ferreira, do Seixal; eng.º Abel Gomes Pólvora e João da Luz, de Sesimbra; Guilherme Faria, de Setúbal, e José Gregório Lourenço Júnior, de Torres Vedras, pessoas que são crèdoras do nosso melhor agradecimento.

O sr. dr. Luís Chaves deu-nos o seu terceiro trabalho da série «Castelos da Estremadura», com um apontamento sôbre Palmela, e o distinto arqueólogo, sr. Guilherme Felgueiras, apresentou um magnífico estudo sôbre «Azulejos». A plaqueta de homenagem a S. E. o Senhor Cardial Patriarca de Lisboa, foi ainda obra de Oscar Paxeco. Nesta peça figura a tetracromia do magnífico óleo de Medina, retrato da predilecção de Sua Eminência, gravada nas oficinas do «Diário de Notícias», onde foi feito todo o trabalho de gravura. «Mulheres de Portugal» é o título duma conferência feita pela ex.ma sr.ª D. Maria José Saavedra, no salão de espectáculos do Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo Português, durante a sessão de enaltecimento da mulher portuguêsa, que ali se realizou. «O Teatro e a Estremadura» é da autoria do brilhante jornalista e dramaturgo, sr. Cristiano Lima, e o magnífico estudo dos «Correios, Telégrafos e Telefones, parte 3.ª da introdução ao «Problema das Comunicações, na província da Estremadura, que nos propomos estudar, é escrito pelo colaborador habitual desta secção e cuidadoso investigador dos assuntos referentes às comunicações em Portugal, sr. Eliseu Piteira de Almeida. Na terceira e última resenha de apontamentos sôbre «Como acabou a Escola Profissional de Paiã», o sr. dr. António da Cunha Saraiva Oliveira Baptista escreve um interessante estudo sôbre a sanidade escolar daquele estabelecimento, antecessor da actual Escola Prática de Agricultura de D. Denís. Por último, destacamos o interessantíssimo trabalho de investigação e estatística, feito pelo sr. eng.º Eduardo de Bettencourt, sôbre dados colhidos directamente pela Junta de Província da Estremadura e cujo valor se pode aquilatar pela sua leitura.

Grande parte dos apontamentos fotográficos são do repórter Jaime Santos e o magnífico ângulo da Caravela, que sai em tetracromia, é de Ferreira da Cunha, colorida por António Santos.

Tais são os trabalhos e autores que ilustram o Boletim — 1940, dos quais muitos elementos se oferecem aos estudiosos e curiosos dos assuntos da nossa querida província.

O problema das comunicações

Correios, Telégrafos e Telefones

Os Correios, Telégrafos e Telefones em Portugal foram inaugurados na Estremadura e por terem sido, igualmente, nesta Província, que se desenrolaram os factos mais importantes para o desenvolvimento dêstes ramos de serviço público, julgamos interessante e oportuno fazer uma exposição, embora resumida, das diversas fases porque têm passado êsses valiosos meios de comunicação, cujos assinalados serviços prestados ao país todos reconhecem, abrangendo o vasto período de 1520 até nossos dias.

A criação dos correios — O primeiro correio-mór e suas atribuïções

Os historiadores, que, no seu papel de investigação tratam de todos os factos, desde os mais insignificantes aos mais sensacionais, revelam-nos que por persas, fenícios, romanos e outros povos, e depois por gauleses e prussianos, foram encontrados, em antigas civilizações, e desde 4.700 anos antes de Cristo, indícios de organizações postais.

Os correios, nessas épocas, a-pesar-de terem carácter oficial, não obedeciam a qualquer princípio técnico ou administrativo e eram utilizados apenas pelo Estado e por aquêles que gozavam de certos privilégios, pela sua situação social. E, através dos séculos, foram os correios evolucionando, até que, na época dos descobrimentos, das temerárias emprêsas dos nossos navegadores, ao quererem devassar a ignota imensidade do mar — chegaram a ser instituídos em Portugal, onde o mais antigo documento que existe sôbre o serviço do correio no nosso país é a carta de lei de 6 de Novembro de 1520, pela qual o rei D. Manuel nomeou Luís Homem, cavaleiro da sua casa, correio-mór.

Nesse diploma, manifestou também o monarca o desejo de que o novo funcionário fôsse activo e diligente, tanto nos serviços oficiais, como nos particulares, e impôs-lhe, igualmente, o dever de residir sempre em Lisboa e de se fazer substituir quando estivesse ausente do exercício das suas funções. Mas a missão que lhe fôra confiada consistia principalmente no estabelecimento dos correios, considerados necessários para satisfazer as requisições formuladas pelas autoridades, pelo comércio e e por particulares que pretendessem corresponder-se com qualquer pessoa ou organismo, sendo os preços das viagens e dos portes combinados entre os interessados, conforme o tempo do percurso e os locais para onde se dirigissem os emissários.

Apenas ao correio-mór, que jurara cumprir os seus deveres na chancelaria régia, era facultado nomear os correios, aplicando-se a multa de 100 cruzados a quem desrespeitasse esta determinação. Contudo, permitia-se que qualquer pessoa mandasse por sua conta a correspondência ao ponto que lhe conviesse, não podendo o emissário desempenhar-se dessa missão com carácter oficial.

O correio-mór era ainda responsável pelas nove partes do lucro que coubesse aos seus subordinados e cumpria-lhe igualmente adoptar as providências necessárias para que êles fôssem convenientemente agasalhados e dirigidos.

Os honorários de Luís Homem eram limitados à décima parte de todos os rendimentos dos correios.

A-fim-de que o serviço postal não ficasse circunscrito sòmente a emissários a pé, determinou-se, na referida carta de lei, arquivada na Tôrre do Tombo, que, nos locais que o correio-mór julgasse mais convenientes, existissem cavalos de posta. E, nestas condições, foram atribuídos a cada posta dois homens para tratarem, por sua conta, dos animais julgados necessários para o serviço público e particular, tendo, porém, obrigação de os ceder, a título de empréstimo e pelo preço que se convencionasse, aos correios em trânsito e portadores de correspondência.

Segundo parece, anteriormente à publicação da carta de lei de 6 de Novembro de 1520, foram feitas algumas tentativas, mas sem êxito, para se instituir o correio entre nós.

De facto, no reinado de D. Manuel, deu-se começo à organização dos serviços do correio, mas esta iniciativa, a-pesar-de bem acolhida por todos os Govêrnos da Europa, não chegou, segundo parece, a converter-se em realidade, mais que na chancelaria de D. João III foi encontrado um documento, datado de 1525, pelo conteúdo do qual se chegou à conclusão de que o diploma que criara o correio ficara no esquecimento e que, portanto, o serviço postal não chegara a efectivar-se.

Por haver reconhecido ser de absoluta necessidade criar um meio prático de transmitir a correspondência oficial e particular, visto o comércio ter obtido nessa época um certo desenvolvimento, o rei Piedoso estabeleceu os correios e determinou que Luís Homem reassumisse o cargo de correio-mór. Este, por sua vez, nomeou logo os seus auxiliares, que lhe prestaram juramento, e fixou o serviço postal numa área de 25 quilómetros em volta da côrte.

Só o correio-mór podia nomear os cor-



Nova estação dos C. T. T. na Praça dos Restauradores, em Lisboa

reios e receber o dízimo das viagens e da condução da correspondência oficial e particular.

Aos correios procedentes de Espanha, ou de quaisquer outros países da Europa, não era permitido entregar a correspondência sem conhecimento do correio-mór. Os que vinham daquele país pagavam dois reais de prata e os outros um cruzado.

Verifica-se, assim, que o último documento é quási igual ao que D. Manuel publicara sôbre o mesmo assunto, o que também leva a concluir que não chegou a ser dada completa execução à carta de lei dêste monarca, pois que, se tal tivesse acontecido, não teria sido Luís Homem nomeado novamente para tal cargo.

O que parece mais certo é que os correios, criados por D. Manuel, só começaram a exercer a sua função no reinado de D. João III.

Sucessão do cargo de correio-mór — O primeiro regulamento postal — Como se vendeu o lugar de correio-mór.

Do casamento de Luís Homem, nasceu uma filha, que assegurou ao marido, Luís Afonso, a continuïdade dos rendimentos que pertenciam ao pai, pois, no dia 22 de Dezembro de 1532, expediu D. João III, de Evora, um diploma nomeando Luís Afonso, seu môço de estribeira, por falecimento de Luís Homem, mestre dos correios e correio-mór.

Ao novo funcionário, foi estabelecido, desde 1 de Janeiro de 1533, o ordenado de quinze mil reaes e, por o diploma de nomeação não regular a forma como êle devia cumprir os deveres do seu cargo, foram êstes consignados na carta de lei de 13 do mesmo mês, que o rei também mandara expedir daquela nobre cidade alentejana.

Esta carta de lei, considerada como o primeiro regimento postal, a-pesar-de não ter sido muito explícita e de não fixar as taxas que se deviam pagar pela condução das cartas e pelos recados, veio a servir de base a todas as leis que mais tarde contribuíram para o desenvolvimento dos serviços postais.

Segundo aquêle documento, os correios tinham obrigação de exercer os seus cargos com zêlo e honestidade, prestar juramento, guardar segrêdo profissional e pagar ao correio-mór direitos de apresentação, que importavam em dois reaes de prata ou um e três vinténs, conforme as circunstâncias em que êles se encontrassem.

Os correios de Lisboa e de vinte e cinco quilómetros em redor constituíam monopólio do Estado, regulando Luís Afonso, a seu belo talante, as viagens e os correios que partiam sem sua licença pagavam cem cruzados; metade desta importância revertia para o correio-mór e a outra parte para o acusador.

Qualquer pessoa podia enviar as correspondências que lhe pertencessem, mas só por um próprio.

O correio-mór recebia o dízimo dos portes e os lucros que tivessem os correios e só êle podia mandar entregar as cartas.

Era também responsável pelos proventos que pertenciam aos seus subordinados, aos quais exigia juramento de que as importâncias entregues correspondiam integralmente aos serviços prestados. Quando os correios deixavam, porventura, de cumprir o que se encontrava determinado, quanto a entrega de dinheiros, aplicava-lhes a multa de vinte cruzados.

Os empregados que faziam o serviço do correio usavam as armas reais no vestuário, podiam trazer espada e punhal, estavam isentos de prestar quaisquer outros serviços no concelho, não se lhes podia tirar as roupas da cama nem outra qualquer coisa e gozavam ainda da prerogativa de não serem prêsos por dívidas em viagem. Todas as autoridades tinham o dever de lhes facilitar mantimentos, gado cavalar, guias e tudo o mais de que necessitassem para o cabal desempenho da sua missão.

Parece que, no preenchimento do lugar de correio-mór, exerciam as mulheres grande influência, pois que, devido à filha primogénita de Luís Afonso ter casado com Francisco Coelho, que foi depois môço da câmara de D. Sebastião, o rei D. João III publicou um alvará, no qual lembrava que, por morte de Luís Afonso, devia ser concedido a seu genro o cargo de correio-mór, o que efectivamente sucedeu, por diploma elaborado por D. Sebastião, em Lisboa, e publicado em 6 de Setembro de 1572.

Das filhas de Francisco Coelho, foi Inês Guerra a primeira, e os cavaleiros da rua Nova começaram a oferecer-lhe os seus corações, pois dizia-se haver um alvará, datado de 10 de Junho de 1578, elaborado na capital e em que o cardial-rei, tendo em consideração os serviços prestados por Francisco Coelho e por seu sogro, dava ao indivíduo que casasse com uma das filhas de Francisco Coelho a sucessão do cargo de correio-mór, cujos rendimentos já então permitiam que se amealhassem avultadas somas.

Quem teve a ventura de conquistar o coração da jovem Inês Guerra foi um Manuel de Gouveia, que, por ter com ela contraído matrimónio, cerimónia que se realizou na igreja de S. Nicolau, conseguiu, por carta de lei de 10 de Setembro de 1579, ser nomeado mestre dos correios e correio-mór, cargo que exerceu até 1598 e com o vencimento de 20$000.

Ainda no fim do século XV, D. João II, por estar desejoso de receber, com a maior brevidade, a informação de se ter desposado em Sevilha seu filho, o príncipe D. Afonso, com a esbelta infanta castelhana D. Isabel, determinou que os escudeiros de sua casa, postados a cavalo pelo caminho, lhe transmitissem, de mão em mão, a certidão de casamento, o que, de facto, aconteceu.

Desde a sua criação, pertencera, pode dizer-se, por direito de hierarquia o lugar de correio-mór a uma família. E estava destinado a passar, por venda, para uma outra que, de tal lugar, havia de ser detentora durante cêrca de dois séculos.

De verdade, antes que morresse Manuel de Gouveia, Felipe II ordenou que se vendesse o lugar e, assim, por contrato de 19 de Julho de 1606, Luís Gomes da Mata comprou o cargo por 70.000 cruzados, com a condição dêste ser também para os seus sucessores, de poder nomear os estafetas, mestres de posta e assistentes e de ficar, até, sob o domínio do reino de Castela.

Nestas condições, entrou legitimamente o cargo e título de correio-mór, com todas as suas prerogativas, na posse duma família distinta, pois era Luís Gomes da Mata pessoa abastada, coronel, correio-mór e fidalgo da casa real.

Em 17 de Fevereiro de 1644, foi estabelecida uma nova organização postal, denominada «Regimento do correio-mór».

Por alvará de 1 de Junho de 1663, foram consignados os privilégios dos mestres de postas e seus postilhões e tomadas resoluções em harmonia com a extensão do serviço, que aumentava de dia para dia, tendo êste assunto sido regulado de novo por alvará de 15 de Dezembro de 1700.

Em 5 de Dezembro de 1707, proïbiu-se, também por meio de alvará, a cedência de cavalos para postas, sem a autorização do correio-mór. E, pela lei pombalina de 23 de Novembro de 1770, foram remodelados profundamente os serviços dos correios.

Extinção do cargo hereditário de correio-mór — Convénio com a Inglaterra

Por decreto de 18 de Janeiro de 1797, extinguíu-se o cargo hereditário de correio-mór. Ficou então o Estado de posse do lugar e concedeu-se, como indemnização, ao seu último proprietário, Manuel José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho, o título de conde de juro e herdade, com três vidas fóra da lei mental, a conservação da honra de criado real, uma renda permanente, que pudesse vincular em morgados, de 40.000 cruzados por ano, ou em encomendas, bens da coróa, ou, ainda, em renda do correio, pensões vitalícias de 400$000 cada uma, para a mãi, o irmão e as irmãs, pensões, no caso de sobrevivência, com a vantagem de que essas pensões o desobrigavam de dar o equivalente que, por acaso, devesse a sua mãi e irmãos, podendo até descontá-lo nas legítimas.

A extinção de tal cargo público, como propriedade duma família, foi uma medida de alto alcance e do facto ocuparam-se largamente a imprensa e o parlamento, em Janeiro de 1853.

A Luís Gomes da Mata, que se conservou no lugar até 1607, sucedeu António Gomes da Mata Coronel, de 1607 até 1641. A êste funcionário, seguíu-se Luís Gomes da Mata, desde 1641 a 1674, sendo substituído por Duarte de Sousa da Mata Coutinho, que desempenhou o cargo de 1674 a 1696.

Ao terminar o primeiro quarto do século XVI, os correios mantinham-se na mesma situação em que anteriormente se encontravam, pois uma carta continuava a levar de Lisboa ao Pôrto, transportada por um correio a pé, dez a doze dias, na melhor das hipóteses. O correio a cavalo, que, pelo Regulamento de 1644, tinha o dever de andar uma légua por hora, contribuíu para que houvesse mais regularidade na condução de correspondência; mas, quanto a rapidez, pouco se adiantou, em relação ao que anteriormente se encontrava determinado.

Em 1569, encontrando-se D. Sebastião em Obidos, por ocasião da peste que se manifestára na capital, ordenou que, no percurso de Lisboa àquela vila, se colocassem vários alabardeiros que pudessem comunicar ràpidamente entre si, de forma que lhe fôssem prestadas amiúdadas vezes informações da Câmara Municipal, àcêrca da evolução da epidemia e dos seus terríveis efeitos.

Segundo o testemunho de Frei Nicolau de Oliveira, por volta de 1620, tinha o correio-mór apenas doze correios a cavalo e trinta a pé, o que dava motivo a que o serviço não fôsse executado com a devida regularidade. E no meio do século XVII uma carta levava sete dias para chegar de Braga a Lisboa.

No ano de 1705, foi estabelecido um convénio entre o correio-mór, Luís Vitorino de Sousa da Mata Coutinho, que exerceu essas funções desde 1696 a 1735, e os cavaleiros Robert Cotton e Tomás Franklam, grão-mestre das postas inglêsas. Este convénio veio assinalar uma época brilhante na história do correio, visto ter sido o primeiro que se celebrou com o fim de estreitar as relações postais com o estrangeiro. A Inglaterra enviou logo ao nosso país um vapor com a correspondência de Londres. As malas foram entregues à pessoa que havia sido designada pelo correio-mór, que pagou por cada onça (28gr,6875) de cartas a importância de 600 réis.

No ano de 1753, José António da Mata de Sousa Coutinho, que desempenhou o cargo de correio-mór, desde 1735 a 1790, e os seus assistentes, solicitaram ao rei que lhes fôsse paga a importância correspondente a um por cento de todo o dinheiro do Estado que tivesse de ser transportado pelos correios, sendo o pedido atendido.

O último correio-mór — O bairro de S. Mamede, onde estiveram instalados os serviços dos correios — O palácio do Marquês de Penafiel e outras propriedades da família Mata.

No período de 1790 a 1797, foi o cargo de correio-mór exercido por Manuel José da Maternidade da Mata de Sousa Couti-

nho, último correio-mór da família Mata, os Matas Coronéis, e 1.º conde de Penafiel. Esta família esteve ininterruptamente da posse dêste lugar, desde 1606 até ao último daqueles anos.

Foi no palácio de Lisboa, residência habitual dos Matas, ou numa das suas dependências, que também desde 1606 se conservaram instalados os serviços dos correios.

Segundo se presume, era na rua da Lista do Correio, que ia dar ao largo da igreja de S. Mamede, que anteriormente a 1650 existia a casa onde se fazia a entrega aos destinatários das cartas inscritas na lista dos correios, única forma de distribuïção de correspondência então adoptada.

Julga-se, também, ter sido nessa mesma casa, a que António Gomes da Mata se referiu no testamento que fez em 1641, que funcionou a Repartição Postal.

Anteriormente ao terramoto de 1 de Novembro de 1755, uma planta elaborada pelos arquitectos Carlos Mardel e Eugénio Santos localizou as casas do correio-mór entre a calçada de S. Crispim, bêco de Martim Alho, largo do Correio-mór e a igreja de S. Mamede.

Em 1771 ou 1772, procedeu-se à construção do novo edifício, que ficou limitado pelas ruas das Pedras Negras, do Almada, de S. Mamede e calçada do Correio Velho e nêle se instalaram os serviços postais até 1797, em que findou o monopólio da família Mata, como ainda hoje se pode verificar pelo curioso letreiro que existe na porta n.º 19 daquela calçada, e que diz o seguinte: «Correyo Geral do Reino — MDCCLXXVI».

Quando se efectuavam os trabalhos de abertura dos alicerces para levantamento do palácio e reconstrução da sua parte nascente, a dos correios, foram encontradas as ruínas das famosas termas romanas dos Cássios, obra muito completa e em que se empregaram materiais de excelente qualidade. Ainda existiam as escadarias, tanque, piscina, nichos e uma lápide de tijolo que atestava claramente a natureza da descoberta.

E' igualmente interessante citar que, em 1798, na mesma rua de S. Mamede, próximo da rua da Saüdade, apareceram, também, as ruínas de um teatro romano, construído no ano 57 da era de Cristo. Segundo as inscrições nas pedras, fôra dedicado pelo flamen augustal Cáio Heio Primo ao imperador Lúcio Domitius Nero Claudius.

Do palácio do «Correio Velho», passaram os serviços postais para o Senhor Jesus da Boa Morte, próximo da Estrêla, onde, em 1761, residia o oficial do correio-mór do reino, Bento Luís de Morais, como consta do requerimento do seu processo de habilitação para familiar do Santo Ofício. Daí transitaram para o palácio dos marqueses de Olhão, no alto da calçada do Combro, ainda há poucos anos conhecido por «Correio Geral», tendo, em 1881, sido transferidos para parte do edifício da ala ocidental do Terreiro do Paço, onde se conservam. Porém, a administração geral continua na rua Alves Correia, até que se proceda à construção do novo e grande edifício projectado.

Em 1865, o penúltimo proprietário do tradicional palácio de S. Mamede, o 2.º conde e 1.º marquês de Penafiel modificou por completo o edifício, cuja entrada principal era feita pela rua das Pedras Negras, e mandou proceder ao desatêrro e aformoseamento do largo fronteiro. E, em Dezembro de 1866, foi êste titular autorizado, a seu pedido, a colocar o letreiro de largo do Correio-mór naquele local que, ainda hoje, tem o mesmo nome.

Depois de executadas as obras julgadas necessárias, ficou o palácio transformado em magnífica residência. O colorido da decoração e a pintura artística nas paredes e nos tectos davam um aspecto muito interessante às salas, que foram, também, luxuosamente mobiladas.

A aristocracia dêsses tempos passava ali horas deliciosas, no meio da mais requintada elegância e opulência, pois os marqueses de Penafiel, que eram gentilíssimos, deslumbravam sempre os seus convidados com vários banquetes e sumptuosos bailes. Algumas vezes, a família real assistiu, também, a essas luzidias festas mundanas.

Por exemplo: o baile que aquêles titulares ofereceram na noite de 11 de Fevereiro de 1865, foi um dos mais faustosos da época. A assistência era composta por mais de mil convidados e as salas encontravam-se lindamente ornamentadas com 1.600 camélias, que os marqueses adquiriram no Pôrto, expressamente para esta festa, pela quantia de 600$00!

Não era possível conceber nada mais luxuoso e fantástico, e seria necessário recuar uns anos para encontrar tanta grandiosidade. Percorrer as salas era mergulhar o espírito num antro de beleza e de prazer, porque o que ali ocorria era, em boa verdade, um acontecimento do mais esplendoroso brilho e da maior riqueza.

O salão em que foi servida a ceia estava forrado de sêda branca e vistosamente ornamentado de camélias. Do tecto, pendia um valioso e artístico lustre, que estava enfeitado por 2.560 daquelas flores.

Sôbre os aparadores, que haviam sido colocados nos vãos das janelas, reluzia a baixela de oiro e prata, e pompeavam por cima das mesas ricas louças de Sevres. A-par-de todo êste maravilhoso cenário, 418 velas iluminavam profusamente o encantado recinto.

Nos reposteiros, bordados a fio de oiro, alardeavam os proprietários da casa o brasão dos marqueses de Penafiel.

A marquesa, com o seu aspecto imponente, apresentou-se vestida da cambraia francesa e o corpete e a sobressaia eram de cetim escarlate, ostentando, também, ricos e variados brilhantes.

Como a música tem um lugar importante ao lado das outras artes e da ciência e serve para nos deliciar os órgãos da audição, fizeram-se ouvir duas orquestras, tendo, da uma às quatro horas, sido servida a magnífica ceia, com vinhos do Pôrto, Madeira, Tokai, Xerez, Reno, Bordeus, Chartreux, Kumel de Riga, etc.

E assim terminou a deslumbrante festa, cujo ambiente chegou a estontear alguns dos convivas, que eram forçados a reprimir os impulsos dos seus corações sedentos de amor.

Em 1867, realizaram-se ainda no palácio dos marqueses de Penafiel diversos e deslumbrante bailes, a que assistiram, como sempre, as mais belas mulheres de Lisboa, do romantismo aristocrático dêsse tempo das cabeleiras em anéis.

E, nestas condições, se esbanjou, em poucos anos, uma das maiores fortunas do nosso país, adquirida à custa dos esforços de muitas gerações dos Matas, que se haviam dedicado a tôda a espécie de negócios. Em 1871, todo o recheio do palácio foi à praça. Afinal, as festas dos marqueses de Penafiel, como tantas outras dos salões da capital, tinham acabado, instalando-se ali, decorridos alguns anos, a representação diplomática de Espanha no nosso país. Possuia, também, a família Mata, detentora durante séculos do cargo heriditário de correio-mór, da mesma forma que os príncipes de Thurn und Taxis, o foral do lugar de correio das postas feudais da Alemanha, uma esplêndida quinta, situada a 800 metros de Loures. O respectivo palácio, que pertenceu a Luís Gomes da Mata, correio-mór no tempo de Filipe II, tem uma vasta cozinha com azulejos de assuntos culinários; no alto do primeiro lanço de escada para o primeiro andar, existe uma fonte com estátua «Samaritana»; nas salas, vêm-se painéis de azulejos; na casa de entrada, policromos, assim como na sala de música; os azulejos das outras salas são azues e brancos; tem molduras com figuras em várias atitudes; numa das salas, as quatro estações do ano; a capela forrada de azulejos; jardim com lago, estátua, etc.

Além destas e outras propriedades, tinham ainda os Matas uma outra quinta em Carnide, que em 1634 pertencia a Luís Gomes. Ali nasceu, nesse ano, D. Margarida de Castro, filha daquele correio-mór e de D. Violante de Castro, e que chegou a ser uma poetisa muito apreciada.

Nesta quinta, que foi um aprazível retiro, considerado um dos melhores dos arredores de Lisboa, fundou-se, mais tarde, um mosteiro de carmelitas descalças.

Os marqueses de Penafiel, que ficaram com o seu nome assinalado na história do mundanismo da capital, acabaram por arruïnar-se. E, em 30 de Maio de 1913, o marquês, Manuel Maria António de Serra Freire Berford Gomes da Mata de Sousa Coutinho, ou simplesmente Manuel Gomes da Mata e sua espôsa D. Mariana Martens Ferrão Gomes da Mata, alugaram ao Estado, por contrato daquela data, o palácio situado na rua de S. Mamede, 63, com frentes também para a travessa do Almada, n.º 32, para a rua das Pedras Negras, 10, 12 e 14 e para a calçada do Correio Velho, n.ºs 17 e 19.

O arrendamento, feito por 2.700$00 anuais e pelo prazo de três anos renováveis, começou no dia 1 de Julho de 1913, pelo que os marqueses passaram a residir no rés-do-chão do lado esquerdo do edifício e, em Julho de 1919, alugaram mais o andar nobre e o sótão, por dois contos anuais. Até quási ao fim do mesmo ano, esteve o palácio ocupado pelo seu proprietário, pela Emprêsa de Sacos de Papel, pela Companhia Nacional de Carruagens, por Alexandre Leutzinger e ainda pela Administração Geral dos Caminhos de Ferro do Estado e pela Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, que pagava anualmente a renda de 6.500$00 pelo aluguer da parte principal do edifício.

Em 7 de Outubro de 1919, por lhe haver cabido em partilha, nos termos da escritura de 14 de Janeiro de 1893, por morte dos seus pais António José da Serra Gomes e D. Maria de Assunção da Mata Sousa Coutinho, o marquês de Penafiel vendeu o palácio ao Estado, por 225 contos, por escritura lavrada no cartório do notário Tavares de Carvalho. Em face da transacção, aquêles titulares desocuparam, em 31 de Dezembro de 1919, a parte em que habitavam. E ali se instalaram definitivamente a Administração Geral dos Caminhos de Ferro do Estado e a Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

Este hoje soturno palácio, que fôra um dos maiores centros de festas e reüniões elegantes de Lisboa, não passa de um repositório de recordações dos tempos em que ali pontificavam, com todo o esplendor, os marqueses de Penafiel. E nêle funcionam as repartições da Direcção Geral de Caminhos de Ferro e do Conselho Superior de Obras Públicas.

O regresso dos correios à Administração do Estado — Estabelecimento de correios marítimos e de diligências — Nomeação do primeiro superintendente geral do correio e posta do reino.

O desenvolvimento sucessivo dos correios no período de 1797 a 1852 e as exigências constantes do comércio e da indústria durante aquela época levaram o Govêrno a reconsiderar que um serviço de tal importância não devia manter-se jamais na posse de um particular. E, assim, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha, foi incumbido pelo Chefe do Estado de propôr ao correio-mór que pusesse o lugar à disposição do Govêrno, mediante o pagamento duma avultada indemnização. Este funcionário aceitou a proposta e desta forma o serviço dos correios voltou de novo à administração do Estado. E, segundo o alvará de 16 de Março de 1797, ficou a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros a gerência das postas, correios e diligências de terra e mar, em harmonia com os regula-

mentos existentes e até que outros fôssem elaborados.

Em 1799, foi nomeado o primeiro superintendente geral dos Correios e Posta do Reino, lugar que coube ao afamado jurisconsulto José Diogo de Mascarenhas Neto.

Pelo regulamento de 1 de Abril de 1799, começaram os correios e postas a ser de facto administrados pelo Estado e mudaram por completo os serviços, não obstante as comunicações com as províncias serem um pouco mais regulares do que até essa data.

Os correios marítimos, que haviam começado em 1738, para o Brasil, passaram, anos depois, a fazer-se com pontualidade, tendo a Repartição de Marinha ordenado que, de dois em dois meses, partissem sempre igual número de vapores com correio: um para Assu, servindo Pernambuco, Parahiba, Rauhy e Pará e que, depois de ir às Solinas, devia regressar a Portugal; outro para a Baía e capital do Brasil. No dia 5 de Janeiro de 1799, chegou ao Rio de Janeiro a embarcação «Vigilante», conduzindo uma mala com oitocentos e setenta e duas cartas procedentes de Lisboa e no dia 28 do mesmo mês entrou ali outra embarcação, denominada «Africana», com cento e sessenta e sete cartas de Angola.

Não só os correios preocupavam a atenção do Govêrno, mas também as instruções indispensáveis para o estabelecimento de diligências entre Lisboa e Coimbra e, ainda, o regulamento dos serviços do correio nos carros da mala-posta. E com a efectivação destas medidas, ficaram completas, no fim do século XVIII, todas as organizações que haviam sido projectadas, no sentido de se dar desenvolvimento ao serviço postal.

Em cumprimento do que fôra estabelecido, procedeu-se à nomeação do administrador das diligências, que ficou a residir em Lisboa. Este funcionário, ou o seu delegado em Coimbra, foi autorizado a alugar cada um dos quatro lugares da carruagem de posta por 9$600 a qualquer passageiro, que podia transportar bagagem com o pêso até vinte arráteis, sendo o preço excedente de 120 réis por unidade.

A diligência partia de Lisboa às segundas, quartas e sextas-feiras, às cinco horas da manhã e nos mesmos dias e horas, de Coimbra. Pernoitava nos Carvalhos até às cinco horas da manhã e nos dias seguintes às nove horas, também da manhã, devia entrar nas mesmas cidades.

Depois da marcação antecipada das paragens, de não haver esquecido a gorgeta do cocheiro, a bacia de brasas da estalagem oficial, a importância para pagamento das refeições de mesa redonda, para patrões e criados e de terem sido cumpridas outras determinações governativas, as malas eram colocadas numa caixa fechada, à rectaguarda da diligência e os passageiros distribuídos por bilhetes, cujas importâncias eram arrecadadas no Correio Geral, num cofre com duas chaves.

O pessoal das diligências era composto por um administrador, um comissário, um fiel, um feitor, cocheiro e sotas.

O regulamento de 1 de Abril de 1799, e as instruções práticas para os serviços dos correios, publicadas em 6 de Junho do mesmo ano, demonstram claramente a situação dos mesmos serviços nessa época.

O correio geral nos Paulistas — Taxas e horário do serviço postal — Organização do serviço das postas — Violação de correspondência.

No correio geral, que fôra transferido, como já atrás deixámos dito, para o palácio dos Paulistas, era o serviço distribuído por três administrações: seguro, cartas do reino, cartas do Ultramar e do estrangeiro. Esta última administração tinha também a seu cargo as diligências e postas.

As taxas postais eram as seguintes: de 20 réis até quatro oitavas e de 30 réis até seis oitavas. Uma onça (28g., 6875) pagava 40 réis, e assim progressivamente, para todas as cartas do país e de Espanha.

O correio, cujo pessoal interno era composto por um assistente ou administrador central, um fiel e escriturários, estava aberto desde 1 de Maio até 30 de Setembro, das sete ao meio dia, das três ao sol pôsto, e desde 1 de Outubro até 30 de Abril, das oito horas ao meio dia e das duas horas ao sol pôsto.

Além do cumprimento de outras formalidades, o estafeta entregava a mala, cujo estado de inviolabilidade era examinado convenientemente e, após a sua abertura, eram escrupulosamente elaboradas as listas da correspondência, que ficavam expostas ao público, havendo igualmente o máximo cuidado na entrega das correspondências aos seus destinatários.

O correio só se incumbia da transmissão de dinheiro, depois da respectiva importância ter sido afiançada por escritura pública.

A regulamentação de todos êstes serviços contribuiu extraordinàriamente para um importante progresso nos assuntos postais e pena foi que o país começasse a atravessar um período de desventuras.

O príncipe regente, D. João, movido pelo seu espírito piedoso, isentou as cartas de várias Ordens religiosas do porte (20 réis) e outras instruções se seguiram sôbre o transporte nas carruagens da posta.

Era tal a regularidade com que funcionavam os serviços das postas, instituídas em França por Henrique IV, que, tendo o príncipe regente necessidade de ir para Mafra, foi determinado aos mestres de postas de Aldegalega, actualmente Montijo, Pegões, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Venda do Duque, Estremôz, Ourada e Elvas, para aprontarem quatro ou seis cavalos e competentes postilhões. A ordem pôde ser logo cumprida, visto tudo se encontrar em condições, tendo a cada um dos referidos servidores sido mandada entregar a importância de 24$000.

O superintendente geral dos correios, José Diogo de Mascarenhas Neto, deixou, pela forma como decorriam os serviços a seu cargo, quatro anos antes do fim da sua gerência, uma prova bem evidente da maneira como tomara a peito a reforma dos correios, tendo a 7 de Maio de 1800 regulado o estabelecimento da pequena posta da capital, cidades e vilas de maior população e comércio, em obediência à ordem régia de 12 de Fevereiro daquele mesmo ano.

Assim, o serviço da pequena posta organizou-se de forma que se dividiu a capital em dezassete distritos, sendo o Beato, a ponte de Pedrouços e a margem do Tejo os limites da nova circunscrição postal.

A correspondência para os assinantes ou para as pessoas que requeriam que ela lhes fôsse entregue na residência, era distribuída por um portador.

A criação da pequena posta, em harmonia com o alvará de 7 de Maio de 1800, foi um facto que representou o maior progresso postal no país, desde a instituição dos correios.

Em 16 de Março de 1797, o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo de Azevedo, foi nomeado inspector do correio e, no dia 8 de Abril de 1805, expediu-se de Salvaterra de Magos, em nome do príncipe regente, um diploma substituindo as instruções e o regulamento a que nos temos referido.

Aquêle diploma foi considerado como prejudicial para os correios, visto afectar deveras os serviços postais.

Depois de diversas transformações na organização dos serviços, em 1818, já havia correio em cento e vinte e três localidades, e, decorridos alguns anos, apareceu um importante diploma sôbre o seguro e violação de correspondência, a-fim-de pôr côbro a diversos abusos que vinham sendo cometidos.

Por proposta, feita pelo deputado A. Vasconcelos, em 23 de Junho de 1821, começaram, no dia 1 de Agôsto seguinte, os correios marítimos entre o continente e as ilhas da Madeira e dos Açôres, por meio das embarcaçõees «Nimpha» e «Glória».

O Govêrno de 1820 começou os seus actos, com referência aos correios, por nomear uma comissão para os administrar. Assim, o marquês de Palmela expediu, do Paço da Bemposta, um decreto, acompanhado de um regulamento, no qual eram defendidos os interêsses dos empregados postais, cujos vencimentos, gratificações e aposentações haviam sido prejudicados.

Os indivíduos que desejassem ser colocados no correio deviam saber ler, escrever e contar, e ter bom comportamento moral e civil, sendo preferidos os que tivessem habilitações comerciais.

O livro n.º 1 de registos da Repartição do Correio Geral, e referente a 1825, demonstra bem a situação postal no período de 21 de Novembro do mesmo ano a 5 de Dezembro de 1834, em que as retaliações políticas chegavam ao ponto de se alterar profundamente e mesmo com aspectos graves, o ritmo normal dos serviços.

Em 22 de Julho de 1826, o conde de Barbacena ordenou, em nome do rei, que fôssem abertas perante o juiz do bairro todas as cartas dirigidas ao prior-mór da Ordem de Cristo, tendo, em 22 de Maio de 1828, redobrado as medidas excepcionais. O próprio pessoal também não passou indemne durante êste período de grande agitação política.

Os empregados postais que haviam jurado fidelidade ao govêrno de D. Miguel tiveram que ratificar êsse juramento, em 9 de Junho de 1832, pondo-se incondicionalmente à disposição do Govêrno, quando se preparava a expedição de D. Pedro.

Modificações na Sub-Inspecção do Correio — Correios para a India, Africa, e ilhas — Estabelecimento da segunda diligência — Correios extraordinários para o Pôrto e Alentejo — Reforma dos serviços postais e os primeiros selos

A sub-inspecção do correio sofreu várias modificações, desde Diogo de Mascarenhas Neto, que foi colocado à testa dêsse organismo por decreto de 20 de Janeiro de 1799 e exonerado em 16 de Janeiro de 1805, sendo substituído por António Joaquim de Morais, que se manteve no lugar até 11 de Dezembro de 1807. Depois, o conselho de regência determinou que o cargo fôsse exercido interinamente por José Barreto Gomes, tendo, desde Abril a Agôsto de 1808, desempenhado as funções de sub-inspector, em nome do duque de Abrantes, o francês Jovin.

Por portaria de 5 de Setembro de 1810, foi nomeado Lourenço António de Araújo para o referido lugar, que desempenhou até 11 de Julho de 1827, data do seu falecimento, sendo investido interinamente nas mesmas funções o contador Manuel Ferreira Barbas. A infante regente nomeou, em 1 de Outubro de 1827, o conselheiro José Basílio Rademaker, oficial maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, sub-inspector, e, em 9 de Dezembro de 1828, foi êste funcionário substituído por António Xavier Castelo Branco, também oficial daquela secretaria de Estado, visto a fidelidade de Rademaker não ter correspondido à confiança que nêle havia sido depositada, segundo o decreto daquela nomeação, que foi assinado pelo visconde de Santarém.

A administração de Xavier Castelo Branco manteve-se até 19 de Julho de 1833, tendo o visconde de Vilarinho de S. Romão dirigido, durante dois dias, a sub-inspecção, até que foi nomeado, por portaria do fim de Julho de 1833, o dr. João de Sousa Pinto de Magalhãis, que se conservou no desempenho do cargo de sub-inspector até 1853. Nêste mesmo ano, foi nomeado director geral dos correios o conselheiro Eduardo Lessa, que exerceu o lugar até 1877.

Em conformidade com a convenção de

20 de Fevereiro de 1705, os vapores com correio continuavam a sulcar os mares, tendo o bergantim «Glória» saído em 22 de Dezembro de 1825 para Angola, Benguela, e ilhas de S. Tomé e Príncipe, e o «Amazona» partido em 18 de Dezembro de 1826, com o mesmo destino. Nos dias 12 de Maio de 1825 e 17 de Fevereiro de 1827, partiu para a Madeira e Açôres a embarcação «Treze de Maio», também empregada no transporte do correio. Em 26 de Maio dêste último ano, saíu o navio-correio «Infante D. Sebastião», igualmente com destino às referidas ilhas. Também partiram sucessivamente para a India, Africa e ilhas adjacentes, além dos barcos-correios, outros navios, que transportavam igualmente malas com correspondência.

No fim do ano de 1825, foi estabelecida a segunda carruagem de posta no país, entre Vila Nova e Caldas da Raínha, por contrato celebrado com Sir João Milley Doile, que obtivera, durante catorze anos, o exclusivo dêsse meio de transporte, sob a condição de conduzir gratuïtamente as malas cujo pêso não excedesse trinta quilos e de cobrar 300 réis por cada quinze quilos a mais.

As diligências circulavam seis vezes por semana, de 13 de Maio a 13 de Outubro e apenas três vezes no resto do ano, gastando nove horas no trajecto.

O passageiro pagava no vapor a Vila Nova 400 ou 800 réis, conforme a classe, e na diligência o bilhete importava em 5$600, incluindo a gorgeta e a escolta de cavalaria. Esta diligência foi a segunda que se estabeleceu, pois a primeira, como já dissemos, criou-se em 1798.

Pelo conde de Pôrto Santo, em cumprimento duma ordem do rei, foram mandados organizar correios extraordinários para o Pôrto e Alentejo, tendo também passado a ser extensivo a todos os impressos o pagamento da quarta parte do porte concedido aos jornais, por decreto de 28 de Abril de 1825.

A-pesar-de limitado, o serviço postal era muito dispendioso, chegando, em 1830, a gastar-se a importância de 6.994$560 com as fôlhas de viagens, gado cavalar e cartas corográficas e só com os animais das postas do Alentejo fazia-se uma despesa de 7.958$400.

Em 18 de Agôsto de 1833, foram demitidos vinte e três funcionários, por terem sido nomeados pelo Govêrno de D. Miguel.

No edifício do convento dos Marianos, estavam instalados os serviços do correio da divisão da esquerda, sendo êste o segundo sistema adoptado para a divisão da capital em secções postais.

Também as postas militares prestavam bons serviços, como sucedeu durante a Guerra Peninsular e noutras ocasiões, por exemplo, quando o conde de Vila Flor partiu a debelar a sedição do general Silveira em 1826 e o general Póvoas avançou sôbre o Pôrto, a sufocar o movimento liberal.

A correspondência era conduzida por postilhões que saíam de Lisboa às 6 e 30 da manhã, um dos quais ia até Castanheira e dois seguiam desta localidade para outros pontos.

Existiam em duas linhas nove casas de posta, servidas por trinta e oito cavalos para um trajecto de cento e vinte e cinco quilómetros.

Não obstante as lutas intestinas, o tempo decorrido de 1824 a 1837 foi um período que marcou na vida dos correios, cujos assuntos mais importantes foram regulados por decretos de 28 de Abril de 1825, 31 de Maio de 1826, 19 de Julho de 1828, 15 de Fevereiro e 7 de Maio de 1836.

Foi a Inglaterra o primeiro país que instituiu o sêlo postal, que fôra idealizado por Sir Rowland Hill, grande reformador do Correio Universal.

A grande reforma postal inglêsa foi posta em vigor no dia 10 de Janeiro de 1840 e o sêlo, adoptado em 17 de Abril do mesmo ano, entrou em circulação no mês seguinte, sendo de comêço a taxa uniforme, de um «penny».

A estampilha foi sugerida por aquêle homem público inglês em 1837 e desde a data da idéia à experiência da realização mediaram quási quatro anos de resistências administrativas.

O desenho do sêlo foi feito por um artista chamado Mulready, e o original, pintado a óleo, encontra-se em Londres.

A inovação do porte das cartas foi acolhida com ironia. Um jornal inglês chamava emplastro à estampinha, e escarnecia de quem acreditava que a moda pegasse. Outro jornal tomava o elefante que se via no desenho da estampilha como um símbolo e dizia-se: «A nossa correspondência vai caminhar com a velocidade do elefante de Mulready».

Não obstante ter sido pôsto em dúvida o sentido prático de Rowland Hill, o que é certo é que, um ano depois, se desenvolviam os serviços dos correios e se multiplicavam os selos, a ponto de, desde 1840 até 1 de Janeiro de 1926, se terem emitido em todo o mundo 46.990 tipos de selos, não contando nêste número as variedades, as cambiantes e os erros. De 1840 a 1915, criaram-se 26.860 tipos e depois da Grande Guerra, até 1926, 20.130. Só no ano de 1925, apareceram 1.830 selos!

O exemplo da Gran-Bretanha foi logo seguido por outras nações civilizadas, que trataram de reorganizar os seus correios. Coube depois ao Brasil a primazia na adopção do sêlo postal e alguns anos mais tarde era êsse país seguido pela França, por Portugal e pelos Estados Unidos.

No Brasil e no nosso país, o sêlo postal entrou em circulação, respectivamente, em 21 de Dezembro de 1844 e, como já dissemos, em 1852.

Os resultados dos trabalhos duma comissão que havia sido nomeada para propôr a grande reforma do correio deram motivo ao decreto-lei de 27 de Outubro de 1852 e ao Regulamento de 4 de Maio do ano seguinte.

Em conseqüência do referido diploma, o número de carteiros passou de quarenta a setenta.

O ano de 1846 foi assinalado na história pelo comêço duma luta sangrenta, que durante quási dois anos deu aso a que corresse muito sangue e paralizasse o fomento nacional.

Estas lutas intestinas reflectiram-se nos correios e, como a seguir à tempestade vem a bonança, D. Maria II estabeleceu várias modificações nos serviços postais. Assim, tornou-se obrigatório o uso de selos nas correspondências da pequena posta, sendo a franquia, no continente e ilhas, para três oitavas, de 25 réis, e por cada duas oitavas a mais colocava-se na correspondência um outro sêlo da mesma importância. Os impressos pagavam 20 réis por onça.

O correio passou a ser diário para todas as capitais de distrito e três vezes por semana para todos os concelhos. Em Lisboa, havia quatro distribuïções de correspondência e a tiragem fazia-se às 6 e 10 horas da manhã, e às 2 e 4 horas da tarde. Duas horas depois, começava a distribuïção.

Entrega da correspondência ao domicílio — Condução de malas — Terceira tentativa para o estabelecimento da mala posta

Em 1853, Agostinho José Freire estabeleceu a entrega da correspondência ao domicílio.

Depois da reorganização dos correios naquele ano, e por iniciativa dos Estados Unidos, efectuou-se em Paris um congresso postal, em que o nosso país foi representado pelo conselheiro Dantas, então secretário da embaixada naquela cidade.

Em 1856, a estrada entre Lisboa e Coimbra encontrava-se quási concluída e o primeiro caminho de ferro chegava ao Carregado e, por isso, havia sido posta em praça a condução das malas do correio entre essa vila e Caldas da Raínha. Só apareceu um arrematante, José de Santa Clara, e por sua proposta não ter sido aceite, o Govêrno resolveu estabelecer êste serviço por conta do Estado.

A mala-posta começou o serviço em Janeiro seguinte e o seu percurso dividia-se em três secções: do Carregado às Caldas, das Caldas a Leiria e de Leiria a Coimbra.

A substituïção de gado efectuava-se no Carregado, Ota, Cercal, Sancheira, Caldas da Raínha, Alfeizerão, Alcobaça, S. Jorge, Leiria, Barracão da Madalena, Pombal, Redinha, Condeixa e Coimbra. Cada estação tinha doze cavalos, sendo empregados cento e vinte dêsses animais no serviço da mala-posta. No Carregado e em Coimbra, havia duas carruagens de reserva.

O regulamento para o serviço da mala-posta entre estas duas localidades apareceu em 1855, com o título de provisório e sem qualquer data, nem assinatura.

As carruagens tinham sete lugares e quem delas desejasse utilizar-se era obrigado a apresentar passaporte legal e a pagar, querendo viajar dentro do veículo, 45 réis por quilómetro. Quando o passageiro seguisse da parte de fóra, pagava 35 réis e tanto nêste caso como naquele podia o viajante levar gratuïtamente quinze quilos de bagagem e por cada sete quilos e meio a mais pagava 5 réis por quilómetro e 10 réis até dezasseis quilos.

Foi esta a terceira tentativa, feita em Portugal, para o estabelecimento de carruagens de correio, pois as duas primeiras, conforme já relatámos, realizaram-se nos últimos dias do século XVIII e princípios do século XIX.

As primeiras linhas telegráficas — O correio nos C. F. — Convenções e organizações postais — Vales do correio e bilhetes postais — Fusão dos C. T.

Em 26 de Abril de 1855, entre o ministro interino das Obras Públicas, Comércio e Indústria e Alfred Breguet, como representante da firma M. Breguet & C.ª, construtora de linhas e aparelhos telegráficos, com sede em Paris, foram estabelecidas as condições para o estabelecimento dos serviços telegráficos no nosso país.

Assim, ficou aquela firma encarregada de pôr em comunicação os seguintes pontos: Terreiro do Paço, Palácio das Côrtes, (S. Bento), Palácio das Necessidades, Sintra, Mafra, Carregado, Caldas da Raínha, Alcobaça, Leiria, Coimbra, Eixo, Aveiro, Pôrto, Aldegalega, actualmente Montijo, Barreiro, Setúbal, Montemor-o-Novo, Evora, Estremôz e Elvas.

A' extensão destas linhas, calculada em 600 quilómetros, aproximadamente, juntaram-se mais 32 quilómetros, visto terem sido projectadas duas linhas de Lisboa ao Carregado. A partir da data do comêço dos respectivos trabalhos, foi estipulado um ano, sob várias penalidades, para as linhas telegráficas acima designadas ficarem em condições de funcionar.

Depois de ter sido montado e começado a funcionar êste maravilhoso sistema de comunicações, em 1856, foram publicados vários diplomas e instruções, regulando o serviço das linhas e estações.

A organização militar, dada em 1807 ao corpo telegráfico, foi, com pequenas alterações, a única lei que regeu o pessoal empregado nos telégrafos, até 30 de Julho de 1856, data em que foi publicada a primeira carta de lei sôbre os serviços electro-telegráficos.

Anteriormente, em 1 de Janeiro do mesmo ano, foram publicadas as instruções gerais sôbre a construção de linhas telegráficas e novas instruções apareceram em 10 de Novembro seguinte.

Por decreto de 26 de Novembro de 1863, adquiriram-se oito carruagens e cinqüenta caixas de ferro, para receber as correspondências naqueles veículos, destinados a fazer o serviço do correio para as estações ferroviárias e, assim, criaram-se no caminho de ferro os postos julgados necessários para a mais pronta e directa transmissão de correspondência, tendo o duque de Loulé estabelecido as ambulâncias postais.

Em 1864, celebrou-se uma convenção postal com a Prússia e em 31 de Dezembro dêste ano foi publicada a primeira organização dos telégrafos.

Por decreto de 17 de Janeiro de 1866, aprovou-se o regulamento provisório para o serviço telegráfico, seguindo-se, em 19 de Junho de 1867, uma outra organização dos telégrafos.

Em 31 de Dezembro de 1868 e 18 de Abril de 1869, novas organizações dos telégrafos se publicaram e no ano seguinte foi assinada uma convenção postal com a Itália.

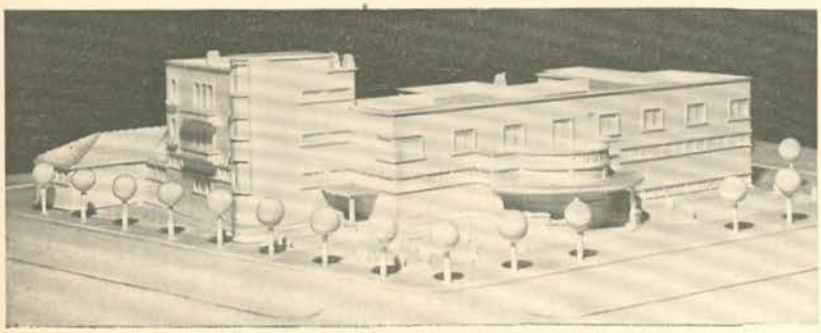
Em 1870, procedeu-se à inauguração do primeiro cabo submarino amarrado em território português.

Em 1871, foram criados os vales do correio, tendo desde êste ano a 1877 sido emitidos 477.282 vales, na importância de 5.704.939$236. Como é natural, Lisboa emitiu maior soma e o maior número de quantias mais ou menos importantes.

Em 1874, por iniciativa da Alemanha, realizou-se a Convenção de Berne, a que aderiram vinte países, entre os quais Portugal, e formou-se então a União Postal Universal. Dêste organismo, faziam parte, em Janeiro de 1926, oitenta e três nações, que representavam uma área de 126.338.412 quilómetros quadrados, e uma população de 1.792.630.173 habitantes!

Naquele mesmo ano, a 19 de Agôsto, foi publicado um regulamento disciplinar e em 1877 instituiu-se o uso dos bilhetes postais.





Os magníficos edifícios dos C.T.T. inaugurados pelo Estado Novo na Província da Estremadura.

De cima para baixo:

Alenquer, Setúbal, Alcobaça e Caldas da Rainha.





Em 1878, criaram-se carreiras de condução de malas entre Aldegalega e Moita, Aldegalega e Lisboa, Alenquer e Carregado (combóio misto), Alhandra e o caminho de ferro (combóio misto), Alhos Vedros e o caminho de ferro (combóio misto), Azambuja e Aveiras de Cima, Azambuja e o caminho de ferro (combóio misto), Benavente e Santo Estêvão, Carregado e Lisboa, Carregado e Caldas da Raínha, Cartaxo e a estação de Santana (combóio misto), Lavradio e o caminho de ferro (combóio misto), Mafra, Gradil e Livramento; Mafra, Sobral de Abelheira e Encarnação; Sacavém e a estação (combóio misto), Seixal e Paio Pires; Setúbal e Alcácer (por mar); Tojal e Fanhões; Vila Franca de Xira e a estação (combóio misto).

Foram postas em arrematação, além dos que já existiam, os transportes de malas em carruagem, no círculo postal de Lisboa, entre Alenquer e Carregado, entre Alhandra e a sua estação ferroviária, e entre Carregado e Caldas da Raínha.

Estabeleceram-se ambulâncias na linha do Leste, em 1 de Janeiro de 1878, na linha do Norte, em 4 do mesmo mês, e no caminho de ferro do Sueste, em 17 de Março seguinte e nos combóios mistos do Norte e Leste, em 5 de Fevereiro, ainda do mesmo ano. Outros melhoramentos postais se seguiram.

Em 1877, o Govêrno escolheu Guilhermino Augusto de Barros para director dos correios. Representou a nação no Congresso Postal de Paris e, em 1879, foi nomeado presidente da comissão encarregada de fundir os serviços postais e telegráficos que estavam sob duas direcções distintas e independentes, fusão que foi decretada no ano seguinte e de que resultou ser aquele funcionário nomeado director geral dos correios, telégrafos e farois, cargo que exerceu até 1893 e de 1899 a 16 de Abril de 1900, data em que faleceu.

Em 1 de Junho de 1878, foi assinada em Paris uma convenção para a união postal entre Portugal e as suas colónias, e os seguintes países: Austria-Hungria, Bélgica, Brasil, Dinamarca, Egipto, Espanha, Estados Unidos da América do Norte, França, Gran-Bretanha, Canadá, Grécia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Montenegro, Noruega, Países Baixos e colónias neerlandesas, Peru, Pérsia, Roménia, Rússia, Sérvia, Salvador, Suécia, Suíça e Turquia.

Em 14 de Março de 1880, assinou-se também em Paris uma convenção telegráfica entre Portugal, Espanha e França; por lei de 7 de Julho seguinte, foi aprovada a organização do serviço telégrafo-postal e de farois; por decreto de 23 de Setembro do mesmo ano aprovou-se o regulamento geral provisório dos serviços telégrafo-postais e dos farois.

Em 7 de Março de 1883, foi celebrado entre o Govêrno e Jean André de Braam um contrato para o lançamento e exploração de um cabo telegráfico do continente aos Açores e daí para a América e outros países.

Em 22 de Outubro de 1884, foi aprovada uma nova reforma dos serviços telégrafo-postais e em 1885 reüniu-se em Lisboa o III Congresso da União Postal Universal.

Novas reformas dos aludidos serviços foram aprovadas, por decretos de 29 de Julho de 1886, 1 de Dezembro de 1892 e 28 de Dezembro de 1899, encontrando-se a última anexa à organização do Ministério das Obras Públicas.

Desde 1893 a 1899, exerceu o cargo de director geral dos correios e telégrafos o conselheiro Ernesto Madeira Pinto.

Por decreto-lei de 24 de Dezembro de 1901, foi aprovada a organização dos serviços dos telégrafos, correios e fiscalização das indústrias eléctricas e em 30 dêsse mês publicou-se a organização do pessoal dos mesmos serviços. Por decreto de 14 de Junho de 1902, aprovou-se o regulamento para o serviço dos correios e por decreto de 28 do mesmo mês foi também aprovada a organização do ensino profissional dos empregados dos correios e telégrafos. Seguidamente, foi aprovada uma outra organização dos C. T., em 21 de Janeiro de 1903.

Em 5 de Janeiro de 1904 foi criado um sêlo porteado da taxa de 20 réis, para as correspondências não franqueadas ou com insuficiente franquia. Em 18 de Abril, foi publicada a tabela da nomenclatura das estações telegráficas e telégrafo-postais. Em 2 de Maio, foi aprovado e mandado pôr em execução, a partir de 1 de Julho também daquele ano, o regulamento do serviço telegráfico internacional, revisto em Londres em Julho de 1903. Em 17 de Setembro, publicou-se um decreto substituindo algumas disposições do regulamento de admissões e promoções dos empregados telegráficos. Por decreto de 7 de Dezembro, ainda de 1904, foram revogadas várias modificações que haviam sido introduzidas no regulamento de admissões e promoções do pessoal dos telégrafos, correios e fiscalização das indústrias eléctricas, na parte referente ao pessoal auxiliar empregado naquela fiscalização.

Em 28 de Janeiro de 1905, foram mandados retirar da circulação os selos de franquia das taxas de 15, 65, 80, 115, 130 e 180 réis e os cartões postais da taxa de 65 réis, tendo na mesma data sido determinada a substituïção de bilhetes postais simples e de resposta paga e da taxa de 25 réis por outros de 20 réis. Em 1 de Fevereiro de 1905, determinou-se o estabelecimento da venda de cadernetas de selos postais das taxas de 5, 25 e 50 réis. Por portaria de 24 de Abril seguinte, introduziram-se várias alterações no regulamento para o serviço dos correios, aprovado por decreto de 14 de Junho de 1902, e, por portaria de 20 de Junho do citado ano, foi aprovada uma tabela descritiva das repartições, autoridades e funcionários que podiam expedir correspondência oficial. Em 10 de Agôsto, também de 1905, foi ratificado o acôrdo assinado em Lisboa, no dia 28 de Julho anterior, entre Portugal e o Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, para a permuta directa de encomendas postais. Em 1908, realizou-se em Lisboa um congresso da União Telegráfica Internacional.

De 1900 a 1910, foi o cargo de director geral dos correios e telégrafos exercido pelo conselheiro Alfredo Pereira.

Há cêrca de quarenta anos, os serviços telégrafo-postais portuguêses atingiram uma completa regularidade na sua execução, sendo justamente considerados entre os melhores da Europa.

Desde essa época, os referidos serviços constituíam uma direcção geral dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a qual se manteve até 1911, em que foi publicada uma nova organização que lhes concedeu mais larga autonomia. Desde então, passaram a constituir uma administração geral, sob a autoridade do ministro do Fomento.

Aquela organização desenvolveu extraordinàriamente os serviços, alargou as suas funções, criou outros e desenvolveu as dotações do pessoal.

Por decretos n.os 4.602, 5.001 e 5.786, de 13 de Julho e 31 de Outubro de 1918 e 10 de Maio de 1919, respectivamente, aprovaram-se três reorganizações de serviços, e por decreto n.º 7.917, de 11 de Dezembro de 1921, foram introduzidas várias alterações à organização anexa ao decreto n.º 5.786, de 10 de Maio de 1919.

Pela lei n.º 1.574, de 2 de Abril de 1924, ficou o Govêrno autorizado a reorganizar os serviços telégrafo-postais, da qual resultou apenas o decreto n.º 10.204, de 22 de Outubro de 1924, que estabeleceu uma reforma geral de vencimentos do pessoal e uma nova nomenclatura e categorias para os quadros do funcionalismo.

Desde 1910 a 1917 e de 1919 a 1932, foi quarto director geral e primeiro administrador geral dos correios e telégrafos o engenheiro António Maria da Silva; em 1926, exerceu o cargo de administrador geral o engenheiro Henrique Jacinto Ferreira de Carvalho; nos anos de 1927 e 1928, exerceu êste cargo o capitão de engenharia, Ricardo Pereira Dias; de 1928 a 1930, foi o cargo exercido pelo tenente-coronel de engenharia, Artur Arsénio de Oliveira Moreira; e, em 1930, começou a desempenhar o lugar o major de engenharia Miguel Vaz Duarte Bacelar, que mais tarde foi substituído, seguindo-se a nomeação de outros funcionários da mesma categoria.

O telefone e a sua introdução em Portugal

Um jovem monge, de nome D. Gauthey, apresentou, em 1772, à Academia de Ciências de Paris, um processo prático de transmitir a voz humana a distância, por meio de longos tubos metálicos.

Não obstante as experiências terem dado bons resultados, o inventor do porta-voz, como era designado o aparelho, recusou-se a explorá-lo, alegando que isso acarretava muita despesa.

Decorridos 82 anos, isto é, em 1854, Froment expôs o princípio do telefone eléctrico, que só foi pôsto em prática no último quartel do século XIX, quando o mundo gozava de perfeita tranqüilidade e a maldade dos homens não era tão perversa, por um simples trabalhador chamado Alexandre Graham Bell.

Em 10 de Março de 1876, o telefone era um facto consumado, tendo-se efectuado a primeira experiência no sótão de uma casa, em Boston. Num quarto próximo, Watson, falecido há apenas seis anos e que era um valioso auxiliar de Bell, ouviu perfeitamente, através dos fios, a voz do grande realizador. E as experiências públicas foram feitas em Junho do mesmo ano, na Exposição Internacional da Filadelfia, por ocasião do centenário da independência da América, dando os melhores resultados. Passados seis anos, depois de Bell e o seu cooperador terem introduzido vários melhoramentos no telefone, êste obteve, em Paris, uma medalha de prata, devendo-se também muito a Tomás Edison, o maior inventor de todos os tempos, o aperfeiçoamento de tal aparelho de comunicação acústica.

Como, segundo dizia Shakespeare, a história de um homem é sempre admirável, aqui deixamos um ligeiro esbôço da obra gloriosa de grandes figuras que, a-pesar-de condição humilde, conseguiram com a sua inteligência revolucionar o mundo no campo científico e imortalizar os seus nomes, o que bem demonstra quanto é certo não constituir essa qualidade exclusivo de qualquer mortal, mesmo dos mais cultos.

Decorridos cinco anos após a sua invenção, o telefone foi introduzido em Portugal, o que deu motivo a grande entusiasmo, tanto mais que êle só existia na França, América, Inglaterra, Alemanha e Espanha.

E, assim, em 13 de Janeiro de 1882, na Direcção Geral dos Correios, Telégrafos e Farois, foi celebrado entre o Govêrno, representado pelo director geral daquele organismo, Guilhermino Augusto de Barros, e a Companhia «The Edison Gower Bell Telephone Company of Europe Limited», de Londres, representada por Henry Samuel, um contrato para o estabelecimento e exploração de rêdes telefónicas nas cidades de Lisboa e Pôrto, durante vinte anos.

Aquela Companhia ficou, além de outros, com o encargo de ligar as suas estações com as residências ou estabelecimentos dos seus clientes, com as estações telégrafo-postais e com as repartições e outros estabelecimentos do Estado e das Corporações Administrativas da localidade, sendo-lhe também permitido fundir-se, em qualquer ocasião, com outra emprêsa telegráfica ou telefónica, ou trespassar os seus direitos mediante autorização do Govêrno.

Nestas condições, a Companhia instalou os escritórios na rua do Alecrim, 10, e começou logo a exercer a sua actividade. Em 27 de Janeiro do citado ano de 1882, chegou o primeiro material para a nova linha e a sua montagem não se fêz demorar. Vieram depois os primeiros engenheiros e técnicos e os jornais publicaram colunas de prosa, a enaltecer em termos calorosos e entusiásticos os benefícios que adviriam para todos do estabelecimento do telefone no nosso país.

Concluída a montagem, realizaram-se as primeiras experiências, para o que havia sido colocado um pôsto telefónico no largo do Pelourinho e outro nos escritórios da referida companhia, na rua do Alecrim. Um engenheiro da companhia conversou durante longo espaço de tempo com a estação do Pelourinho, tendo o êxito das experiências causado a mais viva sensação na capital.

Em 1 de Março seguinte, a companhia abriu os seus escritórios no Pôrto, instalados provisòriamente numa dependência do Grande Hotel.

Em 26 de Abril, foi inaugurada, oficialmente, a sede da companhia, em Lisboa.

Ao acto, que decorreu com todo o brilhantismo, presidiu o director geral dos correios, telégrafos e farois, conselheiro Guilhermino Barros, e assistiram também o corpo diplomático e consular, jornalistas, escritores, funcionários dos correios e telégrafos, negociantes, industriais, etc. Pronunciaram-se eloqüentes discursos, a enaltecer a importância de tão grande melhoramento e no dia seguinte a imprensa referia-se largamente à cerimónia.

No dia da inauguração, já a companhia se encontrava instalada noutra casa, na rua Nova do Carmo, fizeram-se retransmissões de vários trechos de música, para deliciar as entidades oficiais, tendo esta iniciativa sido acolhida com as maiores manifestações de assombro e alegria. Ouviu-se a conhecida artista Belmira Mendes, do Teatro da Trindade, cantar parte da opereta «A Noite e o Dia», de Lecocq.

Causaram tal sensação estas experiências que houve quem inocentemente as classificasse de bruxaria.

Decorridos dois anos, a Companhia estabeleceu um outro interessante serviço de retransmissões e, por a família real se encontrar de luto, procedeu à instalação de linhas especiais entre o teatro de S. Carlos e o palácio da Ajuda, para que o rei D. Luís pudesse ouvir as óperas que ali se cantavam. E foi tal o êxito obtido que a companhia, por volta de 1885, resolveu fazer assinaturas para audições musicais.

Em Maio de 1882, publicou-se a primeira lista dos subscritores, com os números dos telefones que lhes cabiam, da qual constavam o rei D. Luís, D. Fernando e D. Augusto; Abecassis & Irmão, telefone n.º 73; Moisés Abecassis, 14; Administração da Fazenda da Casa Real, 704; Alfredo A. Alcobia, 49; Carlos Maria Eugénio de Almeida, 11; Almoxarifado da Ajuda, 705; Alfredo Alcobia, 184; Banco Comercial, 159; Banco Insulano, 165; Banco Lisboa & Açôres, 155.

A Estação Garrett abria todos os dias, desde as oito da manhã às nove da noite. Este horário estava, todavia, sujeito ao que vigorava na Casa Havanesa.

As estações da Alfândega Grande, Alfândega do Consumo e Jardim do Tabaco abriam todos os dias em que não havia feriados nêstes postos aduaneiros, às nove horas da manhã e fechavam às três horas da tarde.

Os subscritores que perdessem os seus bilhetes de admissão nas estações eram responsáveis pela importância de 1$00, com que a companhia gratificava quem os encontrasse.

Um mês depois da inauguração da rêde, os subscritores podiam já utilizar-se, à noite, do telefone, mas sòmente para chamar a polícia, os bombeiros ou os médicos.

Pouco tempo decorrido após a publicação da primeira lista telefónica, havia já trinta e cinco assinantes e à medida que êstes iam aumentando novas listas eram editadas.

Os jornalistas Casimiro Dantas, Beldemónio e Rafael referiram-se em termos calorosos às audições musicais. O primeiro chegou a publicar um artigo, em que disse ter ouvido tão distintamente o «Guilherme Tell» que se cantava em S. Carlos, como se estivesse a ouvir a deliciosa ópera de Rossini na estação central dos telefones. Assistiram também a essas audições, juntamente com aquêle jornalista, Rafael Bordalo Pinheiro, António Enes, visconde de Daupias, Acácio Antunes, João Dumas, Caetano Alberto e Cristóvão Aires.

Não deixa de ser curioso transcrever a descrição de Casimiro Dantas, a respeito dos concertos musicais: «Todos os ouvintes aplicavam aos ouvidos o par de tubos maravilhosos, arqueando os ante-braços e apoiando os cotovelos sôbre a mesa. Parecíamos todos uns monstros fantásticos e fabulosos, com faïscações satânicas no olhar e sorrisos diabólicos dançando-nos à flor dos lábios. Aquêles longos canudos de *cautchou*, estreitamente colados às nossas orelhas, davam-nos o aspecto de paquidermes ante-diluvianos.»

Em 25 de Agôsto de 1887, foi por Emídio Navarro autorizada a Companhia «The Edison Gower Bell Telephone Company of Europa, Limited, a trespassar, a seu pedido, para a Companhia «The Anglo-Portuguese Telephone Company, Limited» as concessões que lhe haviam sido feitas por contrato de 13 de Janeiro de 1882.

Antes de terminar o século XIX, encontrava-se a companhia instalada na rua de Santa Justa, à esquina da rua Augusta e, em 1901, transferiu a sua sede para a rua da Conceição.

Durante o período de 1900 a 1915, a companhia aumentou constantemente a rêde telefónica e introduziu-lhe vários melhoramentos, tendo montado no edifício da rua da Conceição a primeira estação de sistema CB. Como o edifício fôsse pequeno para comportar todos os assinantes que ali se dirigiam, aumentou a capacidade das estações urbanas e pôs outras em exploração, extra-urbanas. E, à semelhança do que fizera em 1884, abrindo a estação de Belém para satisfazer os pedidos dos freqüentadores daquela praia, estabeleceu, em 1901, a nova estação do Campo Grande e depois as de Sintra, Queluz, Poço do Bispo e Carcavelos.

Em 10 de Março de 1904, foi aprovado o regulamento do serviço da linha telefónica entre Lisboa e Pôrto. E, assim, aquela linha foi estabelecida por conta do Estado, nos termos do contrato celebrado em 15 de Abril de 1901, entre o Govêrno e «The Anglo-Portuguese Telephone Company» e exclusivamente destinada a comunicações telefónicas entre os subscritores e os postos das rêdes telefónicas públicas, pertencentes àquela emprêsa, e os postos estabelecidos por conta do Estado naquelas cidades.

O serviço telefónico era permanente de dia e de noite e foram admitidas cinco categorias de comunicações, a saber: oficiais, urgentes, de serviço, ordinárias, por assinatura a horas fixas e de serviço da companhia.

A duração de cada conversação limitava-se a três minutos, cuja taxa era de 500 réis, e podia prolongar-se por novos períodos de igual espaço de tempo.

Em 1904, por decreto de 17 de Setembro, foi aprovado o regulamento das rêdes telefónicas do Estado; por portaria de 19 do mesmo mês, estabeleceram-se as tarifas a aplicar às rêdes de Coimbra e Braga e por portaria ainda da mesma data foram fixados os jornais a abonar ao pessoal das estações centrais telefónicas do Estado; por portaria de 28 de Junho de 1905, determinou-se que os serviços de construção e conservação da rêde de Coimbra ficassem adstritos à 1.ª circunscrição telegráfica e os da exploração a cargo de um funcionário do quadro telégrafo-postal; por decreto de 22 de Julho do aludido ano, foram substituídas algumas disposições do regulamento das rêdes do Estado, aprovado por decreto de 17 de Setembro de 1904.

Em 1906, a companhia abriu as estações de Alhandra, Almada, Barreiro, Sesimbra, Cruz Quebrada e Sacavém, e em 1910 funcionavam já em Lisboa 54 postos telefónicos.

Em 1915, procedeu-se em Lisboa à inauguração da Estação Norte, instalada num magnífico edifício da rua Andrade Côrvo, construído para o fim a que se destinava e com capacidade para dez mil assinantes. Assistiram à cerimónia o Govêrno da presidência do dr. Afonso Costa, o embaixador de Inglaterra e outras entidades oficiais e particulares, etc.

Actualmente, está ali instalada, em vastas salas, a vária aparelhagem do telefone automático.

A-fim-de servir a área central da cidade, a companhia adquiriu, em 1920, os edifícios do antigo Teatro e Salão da Trindade e em 20 de Dezembro de 1923 procedeu ao lançamento da primeira pedra para a nova estação, sendo a Estação Norte inaugurada decorridos dez anos.

Inauguraram-se depois as estações de Póvoa, Azeitão, Montijo, Bucelas, Cacém, Caparica, Loures, Odivelas, Colares, Montachique, Pero Pinheiro, Malveira, Moita, Seixal, Algueirão, Cascais, Oeiras, Palmela, Parede, Praia das Maçãs, Alcochete, Algés, Amadora, Pinhal Novo e Terrugem.

Em 30 de Agôsto de 1930, foi inaugurada pelo venerando Chefe do Estado a nova estação automática da Trindade, onde o sr. Presidente da República anteriormente, isto é, no dia 20 do mesmo mês, pelas 17 horas, já havia feito a primeira chamada, na presença do administrador geral dos C. T. T., de representantes de colectividades económicas e da imprensa, etc.

No novo edifício, ficaram reünidos os serviços da velha central da rua da Conceição e os da própria estação manual da Trindade.

Por terem também prosseguido os trabalhos necessários ao desenvolvimento da rêde, não só em Lisboa como nos seus arredores, tornou-se possível inaugurar, pouco tempo depois, as novas estações em Alverca, Venda Nova, Sabugo, Trafaria, Corroios, Arrábida, Outão, Marinha, Alfarim, Fanhões, Alhos Vedros, Rosairinho, Alvarinhos, Tôrre da Marinha, Belas, S. Pedro, Almargem do Bispo, Galamares, Via Longa, Moscavide, Alcabideche, Rio de Mouro, Sabugo, S. João das Lapas, A-do-Barriga, Tojal, Póvoa da Galega, Lousa, Manique e Palhais, sendo igualmente inaugurada, num magnífico e moderno edifício, a estação do Estoril.

Em 20 de Outubro de 1934, foram inaugurados pelo sr. Presidente da República os serviços automáticos da Estação Norte, que, com a sua moderna aparelhagem, ficou a ser uma das mais aperfeiçoadas do mundo.

Em 25 de Setembro de 1937, inaugurou-se a nova estação da Estrêla, cujo edifício custou 600 contos e a importância do material utilizado foi superior a 6 mil contos.

Foram também inauguradas, nesse ano, além da estação de Sintra, que ficou instalada num bom edifício, as de Barcarena, Venda do Pinheiro, Cheleiros, Negrais, Arneiros, Algeruz, Olhos de Água, Rasca, Santa Eulália, Roussada, Praia Grande (Sintra) e Cacém.

No mesmo ano de 1937, a extensão dos fios condutores da companhia, em Lisboa, era de 184.104 quilómetros, e a extensão dos traçados de 1.158 quilómetros.

Hoje, as tarifas do serviço da companhia são estabecidas em harmonia com os decretos-leis n.ºs 23.715 e 26.716, respectivamente, de 28 de Março de 1934 e 23 de Junho de 1936.

Diversos e importantes melhoramentos têm sido introduzidos até agora nos serviços telefónicos e só assim se explica que, em 31 de Dezembro de 1940, existissem em Lisboa cêrca de cinqüenta mil assinantes.

O Estado Novo e os serviços dos C. T. T.

Por se haver reconhecido a necessidade de realizar uma profunda modificação nos serviços e métodos de trabalho da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, o Govêrno resolveu promulgar várias medidas nesse sentido. E, assim, publicou os decretos n.ºs 12.435, 12.479, 13.270, 16.445 e 17.040, respectivamente, de 7 de Março de 1926, 22 de Novembro do mesmo ano, 10 de Março de 1927, 1 de Fevereiro de 1929 e 27 de Junho seguinte, a-fim-de obter os meios financeiros necessários para execução de diversos trabalhos de construções telefónicas.

Em conseqüência de ter melhorado sensìvelmente a situação financeira, foram revistos alguns pormenores das organizações aprovadas pelos decretos n.ºs 23.555 e 23.961 de 7 de Fevereiro e 4 de Junho de 1934, respectivamente, sendo introduzidos importantes melhoramentos nos serviços.

Em 1934, foi inaugurada oficialmente a Emissora Nacional e reuniu-se em Lisboa o comité consultivo internacional de radiocomunicações.

Pela lei n.º 1.959, de 3 de Agôsto de 1937, foi aprovado o programa geral de remodelação do material e instalações da Administração Geral dos C. T. T., compreendendo o plano geral de construções telefónicas e telegráficas, a realizar no prazo de quinze anos, no total de 326.000 contos; um plano de edificações, a levar a efeito no prazo de cinco anos, no total de 65.000 contos; um plano de aquisição de material, incluindo mobiliário para as estações e serviços, automóveis, máquinas, etc., a efectivar também no prazo de cinco anos, na importância de 21.800 contos.

Ao abrigo desta lei, e do decreto n.º 24.890, de 9 de Janeiro de 1935, vários e importantes melhoramentos têm sido efectuados, tais como modernização de diversas estações telégrafo-postais, construção de novos edifícios próprios para os serviços dos correios e telégrafos em muitas localidades, e reparação de carruagens-ambulâncias do correio. Têm-se procedido igualmente à construção de novas centrais telefónicas, à automatização de algumas das existentes e à montagem de novas linhas e rêdes, e algumas destas passaram a cabos submarinos, pensando-se actualmente na aquisição de um cabo para o estabelecimento da linha telefónica subterrânea entre Lisboa e Pôrto.

E, com a efectivação do programa de trabalhos, aprovado pela referida lei n.º 1.959, foi liquidada, segundo uma nota fornecida à imprensa pela Administração Geral dos C. C. T., até Agôsto de 1940, por instalações telefónicas e telegráficas, edifícios, máquinas e material diverso, a importância de 8.422 contos, tendo sido concedidos cabimentos para êsses trabalhos até ao fim de Setembro seguinte, no total de 19.075 contos. E' nas instalações telefónicas e telegráficas que se tem trabalhado mais aturadamente e despendido maiores quantias.

Em 13 de Janeiro de 1938, ratificaram-se a Convenção Postal Universal e o respectivo regulamento, assinados no Cairo, em 20 de Março de 1934, e bem assim vários acordos complementares e regulamentos. E em 19 de Outubro daquele ano, foi autorizada a Administração Geral dos C. T. T. a celebrar contrato com as firmas Automatic Telephone and Electric Company Limited, e Engineering Company of Portugal, Limited, com sede, respectivamente, em Londres e Lisboa, para o fornecimento e instalação dos grupos de rêdes e fornecimento de aparelhagem diversa associada.

Os serviços, quadros e vencimentos do pessoal da citada administração geral são hoje regulados pelo decreto-lei n.º 29.225, de 7 de Dezembro de 1938, no qual foram introduzidas várias modificações, pelo decreto-lei n.º 29.816, de 11 de Agôsto do ano seguinte.

E' o referido organismo dirigido por um administrador geral, coadjuvado por dois administradores adjuntos e compreende os serviços de exploração, técnicos, industriais, financeiros; serviços centrais, radioeléctricos, edifícios e mobiliário; e serviços de inspecção.

Está à testa dos servicos o eng.º Couto dos Santos, que, em boa verdade, e sem lisonja, tem dado o melhor do seu esfôrço para completa realização de todo o plano concebido pelo Govêrno, na parte referente ao desenvolvimento dos serviços dos correios, telégrafos e telefones.

Em 13 de Março de 1940, foi publicado o regulamento telegráfico, telefónico geral das rádiocomunicações e adicional das rádiocomunicações, aprovado pelo decreto n.º 29.433; por decreto n.º 30.752, de 14 de Setembro imediato, aprovou-se a organização dos serviços da Emissora Nacional de Rádiodifusão e por decreto n.º 30.753, da mesma data, foi igualmente aprovado o regulamento das instalações rádioeléctricas receptoras de rádiodifusão.

Em 22 de Outubro, ainda de 1940, foi criado no continente e ilhas adjacentes o serviço de correspondência postal, com a designação de «resposta sem franquia», a-fim-de se transferir do expedidor respondente para o destinatário da resposta o encargo relativo ao porte desta. Muitos outros e importantes diplomas têm sido publicados sôbre todos êstes serviços.

Para melhor se avaliar do desenvolvimento atingido pelos serviços dos correios, telégrafos e telefones, basta citar o seguinte:

Em 1937, a correspondência recebida e expedida do continente, ilhas, império colonial e estrangeiro, foi a seguinte: recebida, 167.412.422 unidades, assim distribuídas: continente e ilhas, 154.784.398; império colonial, 822.334; estrangeiro, 11.805.690. Expedida, 167.949.317 unidades, divididas desta forma: continente e ilhas, 159.170.524; império colonial, 2.377.467; estrangeiro, 6.401.326.

As linhas telegráficas, que primitivamente contavam 632 quilómetros de comprimento, tinham, em 1937, no continente e ilhas, a seguinte extensão, em quilómetros: de traçados: aéreos, 8.565.552; subterrâneos, 3.421; sub-fluviais, 6.620. Fios condutores: aéreos, 23.063.450; subterrâneos, 154.189; sub-fluviais, 38.080. O número de estações era de 745 e foram expedidos 2.171.284 telegramas e recebidos 2.495.305.

A extensão total da rêde telefónica no continente e ilhas, também no referido ano, era a seguinte, em quilómetros, de traçados: linhas urbanas aéreas, 3.955; linhas urbanas subterrâneas, 508. Linhas inter-urbanas aéreas, 5.302, linhas inter-urbanas subterrâneas, 8; linhas inter-urbanas sub-fluviais, 9. Fios condutores: linhas urbanas aéreas, 39.017; linhas urbanas subterrâneas, 207.319; linhas inter-urbanas aéreas, 32.976; linhas inter-urbanas subterrâneas, 4.286; linhas inter-urbanas sub-fluviais, 285. Número de postos: públicos, 2.117; de assinantes, 48.179; outros, 961, tendo sido feitas 109.911.000 chamadas.

As comunicações internacionais estão estabelecidas entre todas as localidades portuguêsas onde se executa o serviço telefónico de quási todos os países do mundo.

Além dêstes serviços, há os da Companhia Portuguêsa Rádio Marconi, The Eastern Telegraph Company Limited, Companhia Italiana Italcable, etc.

Pelo que fica exposto, é lógico deduzir que, a-pesar do notável desenvolvimento já atingido, no nosso país, por todos êstes meios de comunicação, o que nos coloca a par de outras nações, êles estão ainda destinados a um futuro mais brilhante.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1940.

E. PITEIRA DE ALMEIDA.

Figuras & Factos

1940

A nobilíssima mensagem do Chefe do Estado

à Nação, no ano jubiloso de 1940



Como Chefe da Nação Portuguêsa, saúdo comovidamente, no limiar do Ano Novo, a todos os portuguêses. Onde quer que se encontrem e exerçam a sua actividade — no continente, nas ilhas, nos domínios ultramarinos ou em países estrangeiros — sinto que a todos une o mesmo afecto a Portugal, todos vibram com o puro amor da nossa Pátria, todos estão empenhados na mesma tarefa de engrandecimento nacional.

Em 1940, vamos celebrar o VIII Centenário da nossa existência de nação livre, e êste facto, raro no concêrto dos povos, se é motivo de grande alegria para os portuguêses, também a todos impõe especiais responsabilidades. Somos, na verdade, os herdeiros de uma grande tradição, os depositários de uma riqueza inapreciável, constituída pelos sacrifícios, feitos heroicos, empreendimentos de tôda a ordem, descobertas, conquistas de gerações sucessivas. Ao seu esfôrço devemos a existência e independência da Nação, a grandeza da sua história. A nós cabe continuar essa história gloriosa com o sacrifício e esforços que bem podem não ser inferiores, embora dispendidos em muito diversos empreendimentos.

As solenidades que preparamos para 1940, como a grande festa da família portuguêsa, tem o confessado intuito de nos afervorar no nosso patriotismo, com a contemplação do passado, e encorajar-nos para tudo quanto êsse passado exige das gerações presentes. Espero que os portuguêses que não puderem visitar a Mãi-Pátria, neste ano das Comemorações Centenárias, celebrem, não obstante, onde se encontrem, as festivas datas aqui solenizadas e se associem de todo o coração às manifestações do verdadeiro júbilo patriótico, despertadas por tão notável acontecimento.

Celebramos a nossa festa quando a guerra aflige muitos povos e sôbre todos se fazem sentir as graves repercussões do conflito. Não pode o facto deixar de comover-nos profundamente e de pôr entre as nossas alegrias a tristeza e o amargor da paz que a outros falha. Mas nós fazemos votos por que a Providência inspire os chefes e governos de todo o mundo com sentimentos de justiça e de amor dos homens, de modo que encontrem solução para as terríveis dificuldades do momento e possam chegar à paz que, certamente, todos desejarão.

Incumbe-nos desejá-la ardentemente, trabalhar por ela com afinco, e com tôdas as nossas fôrças, mas ter o ânimo preparado para as dificuldades, perigos ou sacrifícios que podem ser-nos impostos pelas circunstâncias. Ousamos, entretanto, esperar que estas nos sejam propícias e que o novo ano seja, para todos, Bom e Feliz Ano.

Contas públicas

ANUNCIOU-SE, nos primeiros dias do ano, o orçamento geral do Estado para 1940. Parcimonioso, como sempre, nas suas previsões, o sr. dr. Oliveira Salazar, que sobraçava ainda a pasta das Finanças, não deixou que o saldo positivo ultrapassasse a modesta quantia de 1.400 contos. Mas do importante documento administrativo ressalta, com evidência, as preocupações que as circunstâncias anormais do mundo criaram no espírito do ilustre homem de Estado e que se traduzem no cuidado pôsto nas medidas adoptadas para que o equilíbrio das contas do novo ano económico não fôssem afectadas. O sr. Presidente do Conselho justifica a sua política administrativa com vários e concludentes considerandos, dando-nos, a certa altura, um quadro comparativo das situações orçamentais de 1914 a 1918, para delas se servir como pedra de toque da sua diferença com a situação actual.

Diz, a certa altura:

«Sem injustiça para ninguém, se pode dizer que (naquele tempo) foram as coisas abandonadas a si próprias, sem quaisquer medidas especiais que conduzissem os acontecimentos ou amortecessem as suas piores repercussões».

Outro período:

«Só em 1918-1919, se aprovaram e actualizaram alguns impostos e só em 1922 se operou uma reforma tributária com certa largueza».

Noutro lugar:

«Tentou-se, em 1918, já quási no fim da guerra, lançar imposto do mesmo tipo (lucros excepcionais) mas a disposição que o estabeleceu veio a ser revogada logo em Outubro do mesmo ano (sob a presidência do dr. Sidónio Pais)».

Ainda êste período:

«São muito diversas as condições de hoje e, embora não sejam maiores as dificuldades financeiras, é diferente a sensibilidade pública, diferente, também a moral do Estado — e estas não permitem enriquecimentos sem algum benefício para a colectividade».

No seu cálculo, o sr. dr. Oliveira Salazar prevê uma diminuïção no rendimento de 100 a 120.000 contos, além de certa quebra no que se refere às importações. Pelo que respeita a exportações, o Chefe não previu qualquer modificação no respectivo rendimento. Consigna 10.000 contos a lucros derivados da guerra e cria o imposto de salvação pública, a ser pago pelo funcionalismo.

Dois novos períodos do relatório orçamental justificam as medidas tomadas. Um deles diz:

«Para não sobrecarregar os contribuintes além do estritamente necessário e reservar a capacidade tributária do País para esforços mais sérios que possamos ser ainda obrigados a fazer, entendeu-se razoável aproveitar algumas reservas orçamentais, constituídas pela prudente avaliação das receitas sistemàticamente praticada nos nossos orçamentos».

O outro reza assim:

«Creio que o mundo tem interêsse em compensar os desperdícios das guerras com mais trabalho, produção abundante, troca mais intensa de riquezas. E não é favorecer esta sobrecarregá-la em demasia.

«Mas neste domínio há muito de reciprocidade e, por êste motivo, não devemos comprometer-nos a não fazer em nossa defesa o que outros se julguem autorizados a fazer, mesmo que não seja directamente contra nós».

∿

A "Obra das Mãis"

NO dia 1 de Janeiro, a «Obra das Mãis pela Educação Nacional», prestimosa instituïção oficial que tantos e tão valiosos serviços tem prestado às famílias pobres e numerosas de Portugal, fez larga distribuïção de donativos de 500$00 a muitos chefes de família de tôdas as freguesias de Lisboa. Esta distribuïção foi feita em obediência a uma oferta feita para tal fim, pelo sr. comendador Peixoto da Fonseca, português residente, há muitos anos, no Rio de Janeiro.

Assistiram ao bodo, as sr.ªs dirigentes da O. M. E. N., à frente das quais se encontra a sr.ª Condessa de Rilvas, a grande animadora da importante obra social. Esta senhora aproveitou a oportunidade para dirigir às mãis presentes confortáveis palavras de ânimo e carinho, e incentivos à nobre missão da mãi portuguêsa.

O sr. dr. António Luís Gomes, que também assistiu à tocante cerimónia, proferiu algumas frases de cumprimento às senhoras da O. M. E. N., felicitando-as pela bela realização em marcha.

O orador fez depois o elogio do doador que, mesmo longe da Pátria, não esquece os seus compatriotas e lhes manda a carinhosa consoada do ano novo.

∿

Desempregados

O Comissariado do Desemprêgo, que, além de procurar ocupação para portuguêses sem trabalho por diferentes motivos, tem uma obra de valor no plano de realizações, principalmente no que diz respeito à valorização dos bens próprios nacionais, participando nas obras de construção e reconstrução de estradas, edifícios e monumentos, não deixa passar as festas tradicionais sem brindar os pequeninos, filhos de operários desocupados, a quem proporciona um pouco de alegria e alguns dias de bem-estar.

No dia 8 de Janeiro, o Comissariado reüniu no Coliseu dos Recreios 4.100 crianças suas protegidas, às quais deu um lanche e um espectáculo de cinema e de circo. Na festa, estiveram presentes, além de outras personalidades, os srs. Ministro das Obras Públicas e Comunicações; capitão Arrochela Lôbo e Comissário Geral do Desemprêgo, tendo êste proferido um pequeno discurso, para saüdar o Ministro e dar realce à acção do Estado na sua benemérita intervenção junto dos que trabalham e dos desprotegidos da sorte.

Um operário falou, agradecendo o carinho com que o Estado Novo vela pelos trabalhadores e a pequenada aplaudiu, entusiàsticamente, o espectáculo, o lanche e os oradores.

∿

Paços do Concelho de Setúbal

EM correspondência do redactor regionalista de *A Voz*, datada de Setúbal, recorda-se a reconstrução do edifício dos Paços do Concelho daquela cidade e publicam-se elementos que valorizam o notável melhoramento, levado a efeito por iniciativa do sr. dr. Carlos Botelho Monis, director dêste Boletim e, então, presidente da Câmara Municipal da capital sadina.

A Voz faz a história da reconstrução, que se efectuou não sem sérias dificuldades, vencidas pela tenacidade dos bons setubalenses.

O primitivo projecto de adaptação do edifício, incendiado pela revolução de 5 de Outubro, era da autoria do sr. eng.º Manitto Tôrres, hoje governador civil substituto. O projecto definitivo fê-lo o arquitecto Raúl Lino e a obra, depois de adjudicada a Júlio Alves Correia, passou à administração da Câmara, sob a direcção do falecido chefe de repartição, depois presidente da Câmara, sr. capitão António Nunes Correia.

Em 4 de Maio de 1939, como já tivemos ocasião de registar, foi o edifício entregue à Câmara Municipal. E *A Voz* fez do novo imóvel a seguinte descrição:

«O novo edifício compõe-se de quatro frentes, tendo-se aberto, por motivo da reconstrução, uma nova artéria, pelo que se procedeu às expropriações necessárias.

«O tipo de fachadas foi baseado no estilo do edifício, tendo-se rectificado devidamente a descentralização existente na antiga fachada principal (Praça do Bocage), na parte que diz respeito aos arcos em relação aos vãos que deitavam sôbre o terraço.

«A disposição dada às diferentes casas satisfaz as necessidades municipais, tendo em atenção os seus variados serviços.

«O átrio de entrada e escadaria nobre de acesso ao primeiro andar; gabinete de porteiro e polícia municipal; instalações para a comissão de turismo; repartição de contabilidade; tesouraria, biblioteca, serviços municipalizados (êstes ocupando tôda a fachada que deita sôbre a rua Luís de Camões) e arrecadações.

«No primeiro andar existem: — O salão de honra, uma ante-câmara, gabinete do presidente, gabinete do chefe de secretaria, secretaria, sala de sessões, sala de visitas, sala de desenho, gabinete do chefe dos serviços de viação e obras, sala de contínuos, arrecadações, e mais três salas onde há pouco se procedeu à inauguração do Museu Olga de Morais Sarmento, distinta setubalense, que ao município deu grande parte das suas colecções artísticas, de que fazem parte quadros de pintores célebres, autógrafos (colecção importante), fotografias, bustos, uma biblioteca de aproximadamente 30.000 volumes, etc.

«Na sobre-loja, estão instalados os serviços de viação e obras, biblioteca e arrecadações.

«No sótão, está instalado o arquivo geral.

«Está montado o serviço de telefones e todo o edifício tem uma boa iluminação.

«A notar, ainda, no salão nobre, a existência de belos guarnecimentos de vãos a cantaria da Arrábida».

Os farois

O *Diário de Notícias* publicou, em 15 de Janeiro, um interessante artigo sôbre a farolagem na nossa costa, sinalização marítima que tantos benefícios presta à navegação mundial. Nesse artigo, que é um hino ao espírito de sacrifício dêsses verdadeiros lobos do mar, que são os nossos faroleiros, uma coisa se acentua: é que foi na nossa Província estremenha que nasceu a organização da sinalização marítima, como princípio de reacção contra uma situação deprimente para o País, que nos encorporava nas legendas de terror e pirataria de que está repleta a história marítima das nações.

Para dar nota de realce àcêrca do interessante assunto, nada mais temos a fazer do que transcrever alguns períodos do referido artigo:

«A costa de Portugal era amaldiçoada e temida da navegação. Fugia-se dela. Receavam-na como uma ameaça. Originava naufrágios. Provocava catástrofes. Descontado o exagêro, ainda havia que oferecer, com a palma aberta, resignadamente, a mão à palmatória. E o que era mais grave, por ser mais triste e humilhante: tinha de se aceitar em silêncio, com humilhação, pela inutilidade do protesto, o nome por que a designavam — nome que era um labeu e espalhava pavor: Costa Negra.

«Era assim ontem. Hoje, não. A Costa Negra iluminou-se com os relâmpagos de muitos e bons farois que sulcam, da praia, as águas do Atlântico. A Costa Negra — dizêmo-lo com verdade, afirmâmo-lo com orgulho, gritámo-lo com alegria — é, actualmente, a Costa da Luz.»

Vem, depois, um breve resumo histórico do farol: primeiro, facho de fogueira, desinteressada e humanitàriamente aceso e mantido por comunidades religiosas e logo aproveitado, como expediente, por criminosos, para atrair, atacar e segurar as embarcações. Daí a má fama que nos vilipendiou. Segue um período que dá lugar de honra à Estremadura:

«1761 é uma data que fica na história da Costa de Portugal. Pode dizer-se que é uma data luminosa, pois é a dum primeiro farol: o da Guia. Quatro anos depois, surgem mais dois: o do Bugio e o de S. Julião da Barra. A sua localização revela o propósito inteligente e sensato de cuidar, primeiro, do pôrto de Lisboa, ontem, como hoje, o primeiro do continente.»

Depois, a partir de 1790, sistematizou-se o serviço, estabelecendo-se uma farolagem alimentada a azeite — o combustível da época.

«O clarão era, naturalmente, fraco. A luz quási lívida, débil, projectava-se, como hoje, em relâmpagos, com intermitências, portanto.

«O faroleiro dêsse tempo tornou-se personagem de novelas; o farol local, a sua acção. A literatura — o romance — povoou-se de faroleiros, criminosos e mártires; cínicos e românticos; vítimas de algozes.

«O faroleiro era, na realidade, um humilde, honesto e capaz dos sacrifícios que a sua profissão exigia. Tècnicamente, é que não se lhe pedia quási nada: bastava saber acender uma candeia. E todos os homens dêsse tempo, em todo o Mundo, mesmo os mais rudimentares, estavam, portanto, habilitados para faroleiros.»

Surge mais tarde o nome saüdoso do almirante Schultz, um homem que tem ligado a si a história moderna da farolagem em Portugal.

O farol de petróleo apareceu há cinqüenta anos: candeeiro, primeiro, incandescência, depois, ambos a petróleo; depois o acetilene, gás de óleo, gás B. B. T. e, por fim, a electricidade.

O primeiro farol iluminado a electricidade foi ainda o farol estremenho do Cabo da Roca. Sucedeu isto em 1896. E, durante vinte e sete anos, houve um período de marasmo, em seguida ao que, em 1923, surgiram, iluminados da mesma maneira, os farois de alinhamento, espalhando já não só a sua luz mas, também, a sinalização acústica até alguns quilómetros da costa.

Espraia-se o articulista em descrições e considerações acêrca da farolagem, apontando sempre os mesmos lugares da Estremadura: a Guia, o Cabo da Roca, as Berlengas, o Cabo Sardão, S. Lourenço... E, depois de tecer o elogio do faroleiro, acrescenta:

«A vida do faroleiro é dignissima. Serve de exemplo moral. E' bom pai, bom marido, bom companheiro de trabalho. A sua existência de isolamento é uma escola de fraternidade. Na escassíssima população do farol — os faroleiros e as famílias — não há dissídios, não há vergonhas, não há dramas.»

E alvitrando:

«Um problema que já foi meditado certamente e que não deixará um dia, talvez próximo, de ser resolvido: o dos filhos dos faroleiros. O seu futuro é incerto e triste. Não podem, em virtude da distância longa que separa o farol das povoações, freqüentar a escola. Privados de instrução e de aprender qualquer ofício, não se lhes vislumbra maioridade feliz, embora modesta. E se de raparigas se trata, pior ainda, porque o recurso do casamento e a possibilidade de constituir família são precários, quási inexistentes.»

Propõe o articulista a criação da «Casa dos filhos dos faroleiros» e termina o artigo:

«Os que do País estiveram muitos anos afastados, se a êle chegaram de barco e de noite, nunca esquecerão o farol. Com grande emoção, no «deck» dos navios, encostados à amurada, sentiram a vista ennevoar-se-lhes de lágrimas ao verem, ao longe, sulcar o oceano, uma fita clara, luminosa, intermitente. E' que essa luz, para êles, era o primeiro sorriso acolhedor — era Portugal!...»

Junta de Província da Estremadura

Foi no dia 15 de Janeiro que a Junta de Província da Estremadura, pelo seu Conselho Provincial, resolveu adquirir o palacete onde hoje se encontra instalada, para sua séde. A medida dignificou êste Corpo Administrativo, o primeiro entre os seus iguais do País e, por isso, merecedor de instalação apropriada à sua classe. Além disso, o crescente aumento dos seus complexos serviços exigia mais larga e cuidada instalação, facto verificado e resolvido sem a menor hesitação pelo digno Conselho Provincial.

Do facto damos o merecido lugar de destaque, em capítulo especial nêste número do nosso Boletim, e onde se relata, embora resumidamente, o que foi a importante sessão do Conselho e o acto inaugural que se realizou alguns mêses depois, com a honrosa assistência do sr. Presidente da República.

Além dessa importante deliberação, o sr. eng.º Santos Pedroso apresentou ao Conselho a distribuição das verbas do orçamento aprovado no prazo legal e o sr. Dario Canas, procurador ao Conselho pela Câmara de Loures, informou, como presidente da Federação Eléctrica dos Concelhos de Oeste, que os trabalhos começados por êste organismo, para a electrifica-

ção em conjunto dos concelhos de aquém-Tejo da Província da Estremadura, se tornara impossível de continuar, por dificuldades surgidas à última hora, a-pesar-de terem sido acompanhados de perto pelas instâncias técnicas, que lhe tinham dado completo apoio.

∿

As águas de Lisboa

A exposição do Aqueduto, que se realizou no Palácio das Galveias, e que tão grande êxito obteve entre os curiosos e amantes das coisas de Lisboa, pode considerar-se um dos mais curiosos documentários culturais que até hoje se patenteou ao público.

A Exposição do Aqueduto englobou uma colecção de documentos e fotografias que, postos por ordem, revelou a história completa das águas de Lisboa.

De sentido verdadeiramente cultural e dando-nos à primeira vista todo o plano da remodelação que actualizou o sistema do fornecimento da água à capital portuguêsa, a exposição evoca o passado dos chafarizes típicos que embelezavam Lisboa; detem-se na obra monumental do aqueduto das Aguas Livres que fornece copiosa e agradabilíssima matéria para os coleccionadores e estudiosos.

Plantas e alçados; gravuras, litografias, pinturas e desenhos constituem riquíssima colecção que foi dado admirar e ofereceu horas de verdadeiro prazer à curiosidade dos que, em assuntos lisboetas, buscam sustento para a sua sêde de cultura.

O assunto merece referência especial e dêle faremos trabalho de maior realce, em ocasião oportuna.

∿

Estabilidade governamental

No dia 18 de Janeiro, perfez quatro anos o govêrno que, sob a presidência do sr. dr. Oliveira Salazar, se constituiu, para suceder ao que anteriormente dirigia os negócios do Estado, também sob a orientação e presidência do Chefe. O govêrno ficou constituído da seguinte forma:

Interior, dr. Mário Pais de Sousa; Marinha, comandante Ortins de Bettencourt; Colónias, dr. Vieira Machado; Instrução Pública — depois Educação Nacional — dr. Carneiro Pacheco; Agricultura, dr. Rafael Duque; sub-secretário de Estado das Corporações, dr. Rebêlo de Andrade. Eram já sub-secretário de Estado das Finanças o sr. dr. Costa Leite (Lumbrales), depois ministro do Comércio e Indústria, em substituïção do sr. dr. Pedro Teotónio Pereira, que partiu para ocupar o seu lugar de Embaixador de Portugal em Madrid; Ministro da Justiça o sr. dr. Manuel Rodrigues, que já o era no gabinete anterior. As pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, de que foram titulares os srs. coronel Passos e Sousa e dr. Armindo Monteiro, passaram às mãos do sr. Presidente do Conselho, que depois criou o sub-secretariado de Estado da Guerra, entregue ao sr. capitão Santos Costa, atribuindo a pasta das Obras Públicas e Comunicações ao sr. eng.º Duarte Pacheco, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Referindo-se ao aniversário, o *Diário da Manhã* escreve o seguinte:

«Nesta hora trágica do Mundo, o espírito de ordem deve animar todos os portuguêses e guiar-lhes os passos no caminho da mais larga colaboração com o Govêrno, na obra da Paz e do ressurgimento nacional.»

Estas palavras escritas há quatro anos, no *Diário da Manhã*, devem hoje repetir-se e entender-se com a mais profunda e sincera convicção.

O que era naquele tempo séria ameaça, é agora uma triste realidade: o Mundo atravessa, de facto, uma hora trágica — uma guerra mais extensa na amplitude da sua zona do que a de 1914-18 abrasa a Europa e põe em risco a segurança de outros continentes. E, se na Península temos, e desejamos ter, uma zona de Paz, ninguém ignora quanto isso se deve à acção firme, serêna e esclarecida do govêrno português, do govêrno de Salazar, que tornou possível, com sua correcção e sua nobreza *sans peur et sans reproche*, o esmagamento das fôrças da demagogia e do bolchevismo, pelo Exército Nacional de Espanha e por tôda a nação espanhola, com o seu glorioso caudilho, o generalíssimo Franco.

Este govêrno português, que há quatro anos assumiu a gerência dos negócios públicos; que enfrentou a tempestade desencadeada no país vizinho; que suportou as dificuldades do deflagrar da guerra europeia; que inscreve no seu activo a realização de factos históricos como as duas viagens presidenciais à Africa, ninguém deixará de reconhecer que tem servido a bem da Nação. É assim se justificam plenamente as gratas saüdações que todos os portuguêses dirigem, no dia de hoje, ao sr. Presidente do Conselho e aos seus ilustres colaboradores.

∿

Dinheiro para melhoramentos

Numa lista de verbas consignadas em Janeiro, para melhoramentos públicos, figuram, nos concelhos de: Lisboa, 275.566$00, para pavimentação dos arruamentos da Encarnação à Avenida Almirante Reis; Cadaval, 10.096$94, para construção do arquivo e muro num anexo do município; Arruda dos Vinhos, 6.917$00, para abastecimento de águas à vila.

∿

O ilhéu da foz do Alcabrichel

Uma questão judicial, com fundamento comercial, desvendou ao sr. dr. Augusto Pais de Almeida e Silva, digno procurador da República em Tôrres Vedras, que o ilhéu da foz do Alcabrichel, daquele concelho, não só era pertença do Estado, como, também, encerrava valor histórico, visto que ali desembarcaram Welington e as suas tropas que, mais tarde, deveriam derrotar as hostes napoleónicas invasoras da Península.

A acção tem um significado dignificante, que muito eleva o digno magistrado e é motivo de felicitações para o laborioso concelho de Tôrres Vedras, que viu inopinada e agradàvelmente enriquecido o seu já valioso património histórico.

O acontecimento teve outras repercussões de benefício público e económico. Livre o ilhéu de mãos impróprias, foi o pitoresco território considerado logradouro popular e livre ponto de apoio dos pescadores, que, anteriormente, só por favor podiam acolher-se às suas enseadas, para o exercício da sua indústria árdua e perigosa.

O debate para a posse legal da propriedade foi desenvolvido nos termos da lei, como se de simples particulares se tratasse, e dados aos presumíveis proprietários todos os direitos jurídicos de reivindicação.

Venceu o Estado, porque a razão e o direito jurídico estavam a seu favor. E, contentes com a decisão do Tribunal e, sobretudo, com a oportuna intervenção do sr. dr. Augusto Pais de Almeida e Silva, que tão inesperadamente os beneficiou, os pescadores do concelho resolveram homenagear aquêle magistrado com uma manifestação, tão simples e sincera como absolutamente justa.

∿

Câmara Municipal de Mafra

Na segunda quinzena de Janeiro, o sr. Governador Civil de Lisboa deu posse do lugar de presidente da Câmara Municipal de Mafra ao sr. capitão João Lopes, em substituïção do sr. dr. António Neves Martinha. Pessoa bemquista, senhor de grandes virtudes, dentre as quais se destacam nobreza de alma e uma bondade reconhecida por quantos com êle privam, a sua escolha foi aceite com júbilo por todo o concelho, que, logo de princípio, sentiu a benéfica influência da sua administração.

No acto da posse, o sr. dr. Carlos Galvão acentuou o que afirmamos acima e disse mais que o empossado reünia todas as qualidades que se recomendam para o cargo que lhe foi imposto.

O sr. Governador Civil falou a seguir, referindo-se ao presidente cessante do Município e atribuindo ao sr. capitão João Lopes os requisitos necessários à responsabilidade do seu novo cargo.

O sr. capitão João Lopes, respondendo aos oradores, afirmou que procuraria desempenhar o seu lugar a contento e não desmerecer da confiança que nêle depositavam, correspondendo, na medida do possível, às aspirações do concelho e inteiramente aos objectivos do Govêrno e dos Chefe dos portuguêses.

Agradeceu as palavras elogiosas que lhe foram dirigidas e prestou homenagem ao sr. coronel Lôbo da Costa, chefe do distrito.

∿

"Filmagens de Alcobaça"

COM êste título, o distinto jornalista sr. Adelino Mendes publicou, no jornal *O Século* do dia 24 de Janeiro, a seguinte e interessante crónica:

«E' preciso vir de Sêrro Ventoso, ter atravessado numa doce manhã de inverno a serrania tisnada, que de Pôrto de Moz se precipita para o mar; é imprescindível ter bebido essa luz subtil, dum azul tenuíssimo, que desenha os horizontes e põe um não sei quê de sonho e de quimera nos píncaros longínquos, nas quebradas a hibernar, nos olivedos acinzentados, nos matos maninhos por onde as perdizes fazem seus ninhos, para se sentir em tôda a sua lusa grandeza o mosteiro bernardo de Alcobaça.

«E é necessário ressuscitar do passado, tentador como um poço tenebroso, no fundo do qual gorgoleje a água límpida e fresca, as hostes esfarrapadas de Afonso Henriques, percorrendo essas lombas toucadas de velhos alecrins e de carrascos agressivos, com o seu rei ruivo e temerário à frente, para se compreender a salutar, a misericordiosa obra de reintegração e de limpeza, a que o grandioso mosteiro e, sobretudo, a sua igreja sumptuosa, têm estado sujeitos, como se sôbre aquelas pedras sagradas, aquelas naves sombrias e aquelas colunas robustas e inabaláveis, tivesse desabado, enfim, como glória redentora, a inesgotável piedade dos homens.

«Tudo o que era demais, tudo o que se agarrava àquelas paredes enormes para lhe diminuir a simplicidade, símbolos grosseiros dum culto que anda nas almas como luz imortal, oiros falsos maculando a alvura do macio calcário, madeiras roídas pelo caruncho, florescências artificiais, desbotadas pela humidade: tábuas a desprenderem-se dos retábulos antigos, motivos alegóricos e fantasias ornamentais, levadas para ali por inúmeras gerações de levitas e de crentes, num ataque multi-secular à grave imponência do recinto maravilhoso, tudo isso foi removido como incompatível com lugar de tanta santidade.

«E o monumento sumptuoso, duas vezes, pelo menos, ligado à existência da Pátria, revela-se assim, purificado e liberto, desnudo e claro, em tôda a sua gloriosa majestade. Ficou sendo agora, na realidade, a materialização do voto do fundador, cuja chama patriótica, a erguer-se para o céu em acção de graças, soube talhar uma nação e dar-lhe ainda por cima o sacrário em que ela poderia orar pela sua imortalidade. Alcobaça mudou de fisionomia. E' de crer que, pelas noites geladas, quando o silêncio como que amortalha a vida e a imobiliza, a alma do Fundador, alegre como um trilo de rouxinol, venha errar pelas naves rejuvenescidas e louvar quem soube restituir tanta maravilha à sua graça e à sua simplicidade primitivas.»

∿

Correios, Telégrafos e Telefones

DEU-SE a Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones à dignificante tarefa de dotar os seus serviços nas várias terras da província com magníficos edifícios, para nêles instalar as respectivas estações. São já numerosas, talvez centenas, as novas estações inauguradas. São edifícios mais ou menos próximos em carácter com o peculiar de cada região: casais de linhas moiriscas, telha portuguêsa; casinha senhorial com influências do Joanino ou semelhanças do «monte» alentejano, ou, ainda o prédio recortado por terraços sobrepostos, como é do carácter algarvio.

Na Estremadura, as novas estações têm o tipo próprio da nossa Província. O edifício que se inaugurou no dia 27 de Janeiro, na Merceana, Alenquer, bem demonstra o cuidado e bom gôsto arquitectónico desta louvável e necessária iniciativa.

∿

Comissão Central das Juntas de Freguesia para 1940

NO dia 31 de Janeiro de 1940, houve, no Govêrno Civil, a sessão anual ordinária das Juntas de Freguesia de Lisboa, para votação das contas da Comissão Central e para eleição do novo Corpo Central daqueles corpos administrativos.

Desta reünião, que decorreu com a elevação habitual que se caracteriza por uma firme disposição de produzir obra útil, ressaltaram vários factos de grande relêvo e que bem atestam o papel de evidente valor social, produzido por aquêle organismo. Destaca-se a apresentação do projecto do novo edifício para a «Colónia balnear infantil» para as crianças pobres de Lisboa. E uma construção moderna, com todos os requisitos necessários ao fim em vista e capacidade para turnos de 500 crianças, dependências bem expostas ao sol e um bem conduzido serviço de profilaxia, de cuidados médicos e de orientação infantil. O custo da obra orça por 700 contos e o local ainda não estava determinado, crendo-se que ficaria próximo de S. Julião da Barra.

O sr. eng.º Carlos Santos, tesoureiro da Comisão, afirmou que a colaboração das Juntas nesta e noutras obras muito tem contribuído para o êxito da missão da Comissão Central, e o sr. dr. Formozinho Sanches noticiou que a Câmara Municipal de Lisboa resolvera aumentar o subsídio que, por fôrça de lei, concede às Juntas de freguesia.

Por proposta da Junta de freguesia de S. José, foi resolvido reconduzir aos seus lugares os membros da Comissão, o que se fez com uma salva de palmas unânime. A seguir, foi eleito um vogal para o preenchimento duma vaga, ficando a Comissão constituída pela forma seguinte:

Coronel Lôbo da Costa, presidente de direito; eng.º Carlos Santos, dr. Formozinho Sanches, Albertino Henriques e dr. João Bruges de Oliveira.

∿

Fé imperecível

NO dia 4 de Fevereiro, os jornais assinalam o dispêndio de mais de 10.000 contos a favor de indemnizações pela expropriação de propriedades alienadas forçadamente em favor do alargamento e embelezamento da capital.

O facto não merece já qualquer destaque, tantas e tão surpreendentes têm sido as obras que o Estado Novo realizou em favor da valorização do património nacional e do interêsse público. Registamos apenas o facto de, em plena guerra, que, se por ora nos não atingiu, se mantém como uma ameaça premente, pelo menos nos seus efeitos, o ritmo do nosso viver não foi alterado, como alterada não foi a fé inquebrantável de quem nos dirige no futuro das terras portuguêsas que formam a secular e formosa comunidade lusitana.

∿

A L. P. e a Acção Social

A Legião Portuguêsa de Setúbal instituiu, pelos seus serviços da Acção Social, uma cantina que está dando os melhores resultados. Esta cantina funciona com tôdas as características

de «cozinha económica», de cuja utilidade prática é eloqüente exemplo a magnífica organização criada em Lisboa pelo formoso coração da nobilíssima dama que Portugal conheceu e a quem guarda merecida homenagem: a sr.ª duquesa de Palmela.

As «Cozinhas económicas» de Lisboa continuam ainda hoje a prestar à população de poucas posses um auxílio importante, com o fornecimento de refeições a preço baixo, embora a sua administração passasse para a Misericórdia de Lisboa.

Em Setúbal, o serviço da Acção Social da L. P., ao instituir a sua cantina, ou seja uma cozinha económica, fê-lo com o intuito de beneficiar as classes operárias, ali sujeitas às crueis alternativas da falta ou abundância de trabalho, que andam muito ao sabor dos caprichos do mar. E, ao distribuir êste benefício, a L. P. não destingue os beneficiados: sejam ou não legionários, todos se podem sentar às mesas da cantina e as famílias podem ali fornecer-se de refeições para as comerem em casa. O que se exige é que sejam todos bons trabalhadores, o que quere dizer, bons portuguêses.

São animadores da obra os srs. capitão Emiliano Rêgo e tenente Manuel Rosa, ambos de Infantaria 11 que, à sagrada missão de defensores da Pátria, juntam a graciosa flor da caridade cristã, colaborando na obra de pacificação da família portuguêsa, por meio da Acção Social.

Uma grande obra de fomento

Os jornalistas visitaram, por convite especial, em 13 de Fevereiro, as magníficas instalações da «Sacor» em Cabo Ruivo, uma das mais interessantes realizações nacionais dos últimos tempos e cuja efectivação, diga-se de passagem, nunca seria possível sem a modificação que o «28 de Maio» introduziu na estrutura política do nosso País.

De facto, tempo houve em que qualquer pretenção de carácter industrial de tão larga repercussão nacional como esta da refinaria de petróleo, morria no Parlamento, entre «questões» políticas suscitadas adrede, apenas com o intuito de apear ou erguer govêrnos. Podia a proposta ou pretenção representar factos da mais alta valia para os altos interêsses do Estado mas, consoante a «côr» política do pretendente ou proponente, assim se levantava, imediatamente a oposição, para fazer «questão política» impeditiva da mais nobre ou valiosa intenção. Foi assim durante muitos anos, com as questões dos tabacos, dos «eléctricos», das companhias coloniais e tantas outras.

A «Sacor» fez de Portugal um centro de redistribuïção dum dos mais valiosos produtos internacionais e, portanto, um armazém que, em emergências graves, como a que ora atravessamos, muito contribue para o equilíbrio económico da Nação e até para a defesa da Pátria.

E' já conhecido o valor da importante iniciativa, o que nos dispensa de entrar em pormenores. Mas, dentre os benefícios que a «Sacor» trouxe ao nosso País, basta destacar dois números para se ver até que ponto ela veio enriquecer a economia nacional: em pouco mais de dois anos, foram pagos 4.300 contos a operários portuguêses e foram concentrados valores reais na importância de 10.900 contos.

Ao fim de vinte anos, tôdas as instalações, no valor de centenas de milhares de contos, passarão para a posse do Estado que, entretanto, receberá a parte nos lucros e nos direitos de importação que lhe pertence.

Lisboa moderna

Os jornais diários da capital anunciaram, em 21 de Fevereiro, que Lisboa está a beneficiar de grandes modificações. O *Século* intitula uma reportagem com os seguintes dizeres: «Finalmente, Lisboa começa a desenvolver-se no sentido do rio Tejo. Na serra de Monsanto, que será dentro em breve um pulmão da cidade, três miradouros permitem ver um enorme e maravilhoso panorama».

No dia anterior, o mesmo jornal anunciava: «Está quási concluída a ponte que substituïrá a perigosa passagem de nível existente no Arieiro» e o *Diário de Notícias*, dois dias depois, dizia: «Os Jardins de Lisboa vão ser embelezados».

Foi deveras notável a obra realizada em favor da cidade de Lisboa, pela Câmara Municipal e pelo ministério das Obras Públicas e Comunicações. Ela resplandece aos olhos do lisboeta pouco habituado a inovações de tão grande monta e que, aos domingos, se regala fazendo, a pé, os largos percursos que constituem algumas dessas obras novas e importantes.

Destacam-se, dentre os melhoramentos, a arborização da serra de Monsanto, onde centenas de milhares de árvores foram plantadas e já hoje se patenteiam aos olhos do visitante no franco desenvolvimento da sua fronde e altura. Centenas de operários procedem ao aproveitamento dos acidentes de terreno, uns aproveitados para magníficos miradouros, outros em retiros discretos e acolhedores. Onde existe um barranco, far-se-á uma lagoa e várias estradas e caminhos pitorescos facilitam a penetração nêste lugar verdadeiramente edénico, onde a frescura e o aroma das milhares de espécies de flores constituïrão o nosso prazer na velhice e o encanto dos nossos filhos.

Através de Monsanto, uma auto-estrada, majestosa e construída com todos os requisitos modernos, em que o cimento armado é base principal, leva o automobilista do centro da cidade ao Estádio da Cruz Quebrada, em poucos minutos e numa velocidade proïbida noutros percursos. A sua linha quási recta e as largas faixas de rodagem de mais de dez metros cada, permitem uma aceleração que fará a delícia dos amigos da velocidade.

Com esta uma outra estrada constitue, agora, a mais linda entrada da capital: é a estrada do Arieiro, que substituiu a perigosa e enfastiadora estrada de Entre-Muros, conhecida por «de Sacavém» e onde só por verdadeiro milagre se não verificaram desastres mortais, tal era o estado dos muros que ladeavam a perigosa via.

Transformação digna de nota é também a que sofreram os jardins de Lisboa, graças à intervenção carinhosa e proficiente do chefe da respectiva repartição municipal, sr. eng.º Gomes de Amorim, a quem a estética citadina muito fica devendo. São notáveis as transformações por que passaram os parques das Necessidades e da Ajuda; os jardins da Estrêla, do Parque Eduardo VII e o do Campo 28 de Maio, o famoso Campo Grande que outras transformações aguardam, para recreio dos amadores do magnífico parque.

Comandante Quirino da Fonseca

Na sessão da Câmara Municipal, realizada no dia 23 de Fevereiro de 1940, o vereador sr. prof. Ivo Cruz alvitrou que se desse o nome do sr. comandante Quirino da Fonseca a uma das artérias da capital, justificando a sua proposta da forma seguinte:

«Foi o comandante Quirino da Fonseca, recentemente falecido, uma nobilíssima figura de português e de militar que, durante mais de cinqüenta anos, sem um desfalecimento, soube servir a Nação duma forma superiormente rara, distinguindo-se em tôdas as numerosas missões de que foi incumbido, tanto na Metrópole como nas províncias do Ultramar, cobrindo-se de glória no combate do Rovuma, nas operações navais de Maio de 1916.

«Deve-se ao comandante Quirino da Fonseca, como escritor e como erudito, uma obra vasta, desde a literatura à cartografia, e desde a gramática à arqueologia naval, obra de mérito incontestável, reconhecido por individualidades da categoria incontestável do sábio professor Leite de Vasconcelos, do escritor Henrique Lopes de Mendonça, que o proclamava mestre da arqueologia naval; do presidente da Academia de Ciências, dr. Júlio Dantas, que o apontava como «um dos espíritos mais interessantes, mais cultos, mais universais, na expressão da sua curiosidade intelectual» e como uma autoridade que os entendidos reconhecem e respeitam; do eminente arqueólogo historiador naval francês Guilleux la Roeri, autor de trabalhos notabilíssi-

mos, que escrevia recentemente, referindo-se ao comandante Quirino da Fonseca: «A perda do sábio é para mim tão irreparável como a do amigo. Há grande parte de trabalhos, nos quais eu prosseguia lentamente, que sem a sua preciosa colaboração, torna-se quási impossível levar a cabo. E' agora necessário o tempo duma geração para que alguém o possa substituir em Portugal».

«Considerando que o seu nome, na actividade cultural a que mais se dedicava, se impôs de tal forma no estrangeiro que o Museu de Marinha de Paris prepara expontâneamente a publicação da sua biografia, entre as biografias dos sábios que se ocuparam da história naval;

«Considerando que, pela sua vida, pelo seu patriotismo e pela sua obra, o comandante Quirino da Fonseca mereceu, entre outras, as condecorações do Grande Oficialato da Ordem de Aviz, Cruz de Guerra de 1.ª Classe, Grande Oficialato da Ordem de Sant'Iago da Espada, medalha de oiro de comportamento exemplar, Grande Oficialato da Ordem de Cristo, duas medalhas de oiro das Campanhas do Exército Português, palmas académicas de 1.ª classe, — o que indica suficientemente o valor duma personalidade que, aliás, ainda há dias foi homenageada na Assembléia Nacional com a proposta de que o seu nome fôsse dado ao Museu de Marinha;

«Considerando ainda a competência e a energia que o comandante Quirino da Fonseca demonstrou nos seis anos que dirigiu o pelouro de engenharia desta Câmara Municipal, rompendo com rotinas e abrindo novas possibilidades à cidade de Lisboa;

«Considerando que nesse cargo realizou uma obra enorme e difícil, de que destacaremos os primeiros trabalhos do prolongamento da Avenida Almirante Reis, os do Parque Eduardo VII e da Estufa Fria, os dos miradouros de Santa Luzia e do Monte; o desaparecimento do vergonhoso mercado da Ribeira Nova e o acabamento e construção de novos mercados, a aquisição do Palácio das Galveias, a criação de bibliotecas públicas municipais, a construção de novos bairros, o alargamento de artérias, a abertura de novos arruamentos, os trabalhos de saneamento, sacudindo o marasmo da cidade num ritmo novo de trabalhos e realizações;

«Tenho a honra de sugerir à presidência para que a uma das artérias da capital seja dado, no momento oportuno, o nome do comandante Quirino da Fonseca, em homenagem ao patriota, ao militar, ao colonialista, ao erudito, ao olissiponense ilustre e apaixonado.»

A proposta foi aprovada.

∿

O Estado e as "Casas do Povo"

No mês de Fevereiro, o sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações mandou distribuir às «Casas do Povo» a quantia de 1.612 contos, importância proveniente da taxa sôbre organismos corporativos e destinada a ser aplicada em socorros de assistência aos trabalhadores rurais, abertura de obras, de colaboração com entidades públicas ou particulares e realização de melhoramentos de interêsse local que empreguem os rurais desocupados, quási periòdicamente atingidos por falta de trabalho.

Da importância distribuida, coube à Província da Estremadura, pelo distrito de Lisboa, 18.000$00, atribuidas a três «Casas do Povo»; ao de Setúbal, 57.000$00 para dez daqueles organismos e ao de Leiria, a mesma importância para igual número de beneficiários.

∿

Brasão de Lisboa

Foi atribuída à Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portuguêses a função de determinar o desenho do novo brasão e bandeira a adoptar pela cidade de Lisboa. Nenhuma entidade oferece, de facto, maiores garantias para êsse fim, visto que aquela instituïção se compõe de ilustres investigadores que permanente e pacientemente se entregam à laboriosa tarefa de descobrir tôda a preciosa colecção heráldica dos oito séculos da nossa existência nacional.

Em conformidade com o douto parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos, o sr. ministro do Interior fêz publicar a seguinte portaria, que resolve o interessante assunto:

«Atendendo ao que foi solicitado pela Câmara Municipal de Lisboa, e tendo em consideração o parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portuguêses:

«Manda o Govêrno da República Portuguêsa, pelo ministro do Interior, aprovar, nos termos do parágrafo único do artigo 13.º do Código Administrativo, a constituïção heráldica das armas, sêlo e bandeira daquele município, que é a seguinte:

«**Armas** — De oiro, com um barco exteriormente de negro, realçado de prata, e interiormente de prata realçado de negro, com uma vela ferrada de cinco bôlsas de prata. A pôpa e proa rematadas por dois corvos de negro afrontados. Leme de negro realçado de prata. O barco assente num mar de sete faixas ondadas, quatro de verde e três de prata. Coroa mural de oiro de cinco tôrres. Colar da Tôrre e Espada. Listel branco, com os dizeres «Mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa», de negro.

«**Sêlo** — Circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, o Colar da Tôrre e Espada e, exteriormente, entre círculos concêntricos, os dizeres «Câmara Municipal de Lisboa.

«**Bandeira** — Quarteada de quatro peças de branco e quatro de negro. Cordões e borlas de prata e de negro. Haste e lança doiradas.»

∿

Salazar diz aos portuguêses:

"Temos um mandato da Nação; auscultamos sem prevenções as suas necessidades e anseios; realizamos, pelo melhor, os seus interêsses superiores"

O sr. Presidente do Conselho falou ao País, no dia 25 de Fevereiro, quando emergências graves, originadas na situação política internacional criada pela guerra, começavam a perturbar a opinião pública e, porventura, quando o sangrento conflito poderia causar no espírito da Nação uma atmosfera de dúvida sôbre a marcha da política interna, plena de realizações e naturalmente percursora dum grande e lisonjeiro futuro.

O sr. dr. Oliveira Salazar falou como chefe do Partido da Pátria, a todos os portuguêses e, especialmente, às comissões políticas da União Nacional. Como sempre, falou claro e das suas palavras, definidas e verdadeiras, resultou o alivio de tôdas as dúvidas e o renascimento da fé e da confiança que, no espírito de alguns, a gravidade do momento poderia ter abalado.

Eis o discurso reproduzido na íntegra:

A Comissão Concelhia da União Nacional, que havia deliberado promover séries de reuniões políticas nas freguesias da capital, consultou, há dias, a comissão executiva sôbre a propaganda em momento considerado impróprio para a execução do plano. Na verdade, parece que às próprias comissões de freguesia «faltava a decisão necessária para enfrentar a opinião pública» desorientada «por um estado doentio de crítica». E terminava-se por pedir ao govêrno os elementos necessários para rebater a condenável maledicência.

Proponho-me eu próprio responder à consulta, e entro sem rodeios na matéria.

Entendamo-nos, primeiro, sôbre o significado ou conteúdo da propaganda que se encontra na base de tôda a actividade política.

Muitos a confundirão com uma espécie de máquina de elogios, sistemáticos e banais, aos homens e às coisas, donde foi banido o sentido das proporções e as exigências da verdade. Ainda que aos homens devotados à causa pública se não possa negar a justiça devida a todos nem o confôrto do aprêço geral, se o merecem, por sua competência e trabalhos, em boa verdade não é só louvá-los a propaganda.

Muitos outros ajuïzarão dela ser como poderoso veículo que rola pelas estradas da vida social a converter o dinheiro da Nação em pó e barulho — barulho para que se não ouçam as queixas, os protestos, as vozes a clamar justiça; pó para que olhos não vejam as insuficiências, as misérias, os favoritismos ou a corrupção do poder. E embora certa exaltação dos sentidos e dos espíritos seja necessária à formação de ambientes heróicos e aos sôbre-humanos esforços tantas vezes exigidos às nações para viver ou até para morrer bem, não é de facto só embriagá-las a propaganda.

Alguns ainda considerarão a propaganda como o instrumento subtil que, recolhendo todos os contributos da ciência e da arte, tôdas as fascinações da vida, tôdas as perversões dos sentidos, tôdas as fraquezas da alma humana, transmuda as côres, desfigura os factos, inverte o sentido dos movimentos, faz do atropêlo razão e da violência justiça, inventa uma história, formula um direito, cria uma verdade, *tão clara, tão incisiva, tão evidente, que todos a hão-de julgar verdadeira. E, embora também para o ódio que cegamente nos acusa, seja o corvo branco e o cisne negro, segundo a imagem de Vieira, não é isso para nós a propaganda.*

O que é, pois?

Sempre que abordei êste assunto, tenho ligado a propaganda à educação política do povo português e lhe tenho atribuído duas funções — informação, primeiro, formação política, depois.

Em ocasiões diversas devo ter proferido duas frases que uma à outra se completam e traduzem o que àcêrca do primeiro ponto poderia dizer: «Politicamente só existe o que se sabe que existe»; «politicamente, o que parece, é». Podeis lançar estradas, galgar com pontes os rios, erguer edifícios, reparar monumentos, estender os fios telefónicos, construir os portos, levantar barragens, irrigar os campos, e tudo isso se ignora? Não existe. Criam-se novas indústrias, descobre-se o subsolo, intensifica-se a cultura, conseguem-se novos mercados, acredita-se a qualidade dos produtos, protege-se por várias formas a economia nacional: assim será, mas para quem o ignora é como não ser. Acarinha-se, organiza-se, protege-se o trabalhador e o fruto do seu trabalho; proporciona-se-lhe em bairros alegres e higiénicos a sua casa; difunde-se a instrução; morigeram-se os costumes, eleva-se a vida sempre dentro da modicidade das condições locais; aformoseiam-se as aldeias; multiplicam-se os melhoramentos para atractivo da vida, umas vezes, e instrumento de trabalho, outras; minora-se a sorte dos infelizes; frutificam as obras de assistência particular e pública, mas tudo isso se desconhece? Nem ao menos ter sido pedido e satisfeito lhe dará o ser: existe como activo nacional; não existe nos espíritos como activo da situação política.

Está justificada a primeira frase, isto é, verificado por muitos modos o primeiro facto. Agora o segundo.

Para a formação da consciência pública, para a criação de determinado ambiente, dada a ausência de espírito crítico ou a dificuldade de averiguação individual, a aparência vale a realidade, ou seja: a aparência é uma realidade política. E êste errado conhecimento das coisas é pior que a ignorância delas. Por êste motivo, o cuidado de cercar os actos do govêrno ou da administração daquelas aparências que se ajustam aos interêsses regulados ou defendidos, à honestidade das intenções, à justiça das causas, constitue o primeiro acto de defesa; rectificar cada desvio do conceito geral, repôr, a cada momento, os actos na sua realidade perante as deformações da ignorância ou da má fé, é dever e é necessidade que se impõe aos governantes e àqueles a quem incumbe auxiliá-los no desempenho da sua missão.

Quantos acontecimentos da vida política se regulam só pelas aparências! Quantas construções se erguem sôbre aparências de inteligência, de iniciativa, de lealdade, de valor pessoal, de conhecimento dos problemas! Quantas reputações se fazem e desfazem, quantos valores se destróem, quantos empreendimentos ficaram em começo, só porque os envolveu o véu duma aparência enganosa e os olhos não puderam ver à luz da sinceridade o que êle lhes ocultava!

Simples gracejos podem ter a aparência de acerada crítica; palavras de desânimo em momento de cansaço podem ter a aparência da falta de fé; a legítima ansiedade de perfeição e progresso pode dar a aparência do desgôsto ou da revolta, por que nada se fizesse ainda ou nada se fizesse bem. O que ouve e passa supõe esfriado o entusiasmo, perdida a fé, desaparecido o espírito de luta, abandonado o campo ao inimigo, e isso deu-lhe atrevimento e aumentou-lhe as fôrças. No entanto, no fundo das inteligências e dos corações, nada há mudado — nada há mudado senão as aparências; mas essa mudança é, às vezes, enorme.

No processo de revisão crítica a que devem estar permanentemente sujeitos os nossos princípios, os nossos métodos, os resultados da acção para garantia do seu aperfeiçoamento e segurança da sua eficácia, não podemos contar com os que desejam destruir-nos e não melhorar-nos. Mas ao fazer apêlo à plena independência do espírito que julga a própria obra, não pode nunca esquecer-se que o fazemos para bem da Nação e não para gáudio de inimigos dela. Cuidado com as aparências! porque «politicamente, o que parece é».

Esta definição de propaganda, ao mesmo tempo que lhe precisou a finalidade, o objecto e o modo de executar-se, deixou já antever alguns aspectos da necessidade com que se está impondo para tornar conhecidos os princípios e os factos e para formar politicamente os portugueses. Mas o último ponto reclama mais um momento de atenção.

A poucos homens públicos terá sido dado, como a mim, tocar mais fundo múltiplas manifestações de uma decadência nacional, sentir mais vivamente o que pode chamar-se a desordem, o nada, o zero das coisas de que geralmente se fala com exactidão mas sem a consciência plena dessa triste realidade. Muitos anos à frente de negócios do Estado, tendo passado por vários sectores da administração, onde melhor me podia aperceber das deficiências, das necessidades, das misérias materiais e morais da Nação, onde melhor podia auscultar os seus anseios e revoltas contra o imerecido abatimento; sem paixões, compromissos ou responsabilidades no passado; sem vaidade ou ambições pessoais a satisfazer agora ou no futuro — êsses muitos anos de govêrno, cheios de dificuldades e perigos mas também de prestígio e vitalidade nacional, criaram em mim a consciência da utilidade do esfôrço realizado em prol da Pátria Portuguêsa. Não falemos no mérito ou glória de quem quer que seja: desde a arrancada do exército em 26, a criar as condições fundamentais para a governação do País, até às anónimas dedicações de cada momento e aos sacrifícios espontâneamente consentidos por todos, podem avultar alguns nomes, mas se há obra que tenha obedecido a um impulso colectivo da Nação — é esta. Por isso é obra nacional.

Os que verdadeiramente o sentem hão-de julgar indigno restringir à sua vida e ao seu nome os benefícios e o mérito dêste renascimento. Seria vil pretender aumentar o brilho duma época com o apagamento da vindoura. Não é de patriota nem de político abandonar o futuro às contingências da sorte, não criar para uma obra condições de duração e de estabilidade. Por definição, só fica feito o que perdura.

E quais serão as garantias máximas de obra nacional estável? Não vejo outras diferentes da consciência dos portuguêses. Nem a lembrança das glórias ou misérias do passado, nem a memória do esfôrço ou sacrifícios do presente, nem a simpatia ou o apoio alheio, nem rivalidades estranhas, nem a mesma fôrça das instituições políticas — nada poderá suprir essa formação da consciência nacional encarregada de conservar, aumentar e transmitir de geração para geração aquêle património comum que as excede no decorrer dos tempos. — E aqui se põe o problema da formação política.

Ainda que todos os esforços da educação na família e na escola convirjam hoje para a mesma finalidade geral da cultura do patriotismo, alguma coisa mais se exige, que é necessária, a cargo de organismo próprio, que, pela propaganda e actividade específica, crie e alimente a consciência pública e forme o escol político capaz de conduzir e realizar os imperativos nacionais. Não fujo a apreciar uma das dificuldades.

A geração que principalmente tem arrostado com o pêso do ressurgimento pátrio alimentava-a mais um sentimento de revolta do que um pensamento político definido. Sem desconhecer o que se deva como elemento reconstrutivo a alguma doutrinação nacionalista anterior, parece poder afirmar-se que da cultura intelectualizada de poucos não passara nem a sentimento geral nem a móbil de acção. O que vimos operar foi a reacção de energias latentes a procurar por entre escombros caminho salvador. A aglutinação fez-se contra o que estava — e era desordem, miséria, aviltamento, risco de perdas irreparáveis em grave conjuntura. A coesão posterior deve-se, além da nossa doutrina já feita, à facilidade de comparação, isto é, a resultados fecundos à vista de todos.

A nova geração, porém, já não viu ou não se lembra do que nós vimos ou sofremos. Não assistiu ao descalabro das finanças e da moeda, à ruína da economia, ao assalto da propriedade, à desordem da rua e dos espíritos, aos assassínios dos inimigos políticos e dos militares de prestígio, aos insultos e vexames da gente honesta nas praças e nas cadeias, às campanhas anti-religiosas, à «justiça popular», à instabilidade governativa, à indisciplina e afundamento dos órgãos do Estado, ao riso escarninho do mundo perante uma gloriosa Nação multi-secular que, parecendo não querer viver em paz, não fazia ao menos revoluções mas sangrentos motins. Isto sentimos e tivemos ontem, sem que hoje quási se lhe note o rasto; mas a viveza das reacções que em nós desperta não pode existir na mocidade como factor determinante duma atitude política; e exemplos de fóra estão longe e vêem-se mal.

Isto quere dizer que a formação política das novas gerações — e ainda bem! — não podemos teimar em fazê-la no sentido negativista e crítico, mas à volta de um pensamento construtivo do Portugal de amanhã. Se é mais difícil aos nossos hábitos e à velha mentalidade, é por outro lado mais conforme com os princípios da Revolução Nacional.

Tenho aduzido razões de ordem interna para justificar a necessidade de intensa e bem ordenada propaganda; e posso acrescentar-lhes agora duas razões derivadas da ordem internacional — a primeira das quais é o preço da guerra que havemos de pagar, outra é o dever de mantermos sempre a liberdade das nossas decisões. Começarei pela última.

A posição de Portugal no actual conflito foi definida pelo Govêrno no começo da guerra e permanece hoje ainda tal como foi definida. O país sentiu-a tão conforme aos seus melhores e maiores interêsses, que não hesitou em aplaudi-la e em aderir-lhe firmemente. Mas enquanto o Govêrno espera que a Providência lhe permita manter, sem quebra de compromissos nacionais, o bem inigualável da paz, alguns que precisamente não combateram em Espanha nem desejarão lutar pela Finlândia batem-se por aí com ardor... Eu sei que não se trata de uma verdadeira discrepância de política internacional mas simples pretexto para um arranjo interno.

Com muito pouca prudência, aliás, muito pouca exactidão e muito fraca visão do futuro se apregoa lá por fóra ser a luta actual a luta das democracias contra os estados autoritários; e sem medirem o valor das palavras nem a diferença dos tempos, a alguns entre nós se afigurou possível que a vitória das «grandes

democracias» os ajudasse a repôr donde a justiça da Pátria para sempre os escorraçou. E' talvez cruel desfazer as ilusões das crianças... e dos políticos, mas esta toca tão de perto o aprumo das pessoas e a dignidade da Nação que é nosso dever, velando por ela, não deixar que mesmo no domínio da fantasia nos possa deminuir.

Estes trabalham de dentro para fóra; mas há também os que trabalham de fóra para dentro. Nêstes conturbados tempos, o comunismo sobretudo esforça-se por constituir frentes suas à retaguarda dos inimigos; e se pela vigilância ou escassez de meios não pode constituí-las, tenta infiltrar-se nas linhas para desmoralização dos adversários. Processo conhecido é apenas meio perigo: basta prevenir os ingénuos e estar alerta nas fileiras.

Não se estranha que, encontrando-se pendentes dos conflitos internacionais soluções económicas e políticas que respeitam não só ao prestígio mas à própria vida e história das nações, não se estranha que cada qual busque o tribunal do mundo — homenagem da fôrça à consciência moral — para aduzir suas razões, apresentar sua defesa, legitimar seus actos e processos de guerra, captar simpatias e adesões, ao menos no terreno sentimental. Deixam-se multiplicar as peças do processo, produzir testemunhos de um e outro lado, decorrer os debates, mas, se me é permitido continuar com o simile judiciário, seria pelo menos estranho que já não digo os juízes mas o público manifestasse tomar partido pelos contendores. Seria o alvoroço que perturba, seria a divisão que enfraquece, pior ainda, seria a paixão que turva o pensamento e pode desviar do recto caminho a vontade. Não obstante afinidades, simpatias, ligações políticas, várias vezes afirmadas e sinceramente mantidas, o Govêrno tem a legítima pretensão de que se mantenham as condições de em cada momento se poder livremente determinar conforme os mais altos e claros interêsses da Nacão.

E passemos ao preço da guerra.

Receio que me acusem de apresentar um paradoxo, quando julgo exprimir simplesmente a verdade: só as pequenas nações fazem as guerras inteiramente à sua custa; as grandes potências não têm meios para custeá-las só por si, recaindo sôbre as mais uma parte das despesas. Quere dizer, nós, em paz, também pagaremos a nossa contribuição de guerra.

A outra — a última — pagámo-la em sangue, em miséria, na desordem financeira, no afundamento da moeda, na perda dos capitais circulantes. A da Alemanha pagou-a ela em primeiro lugar e depois nós e muitos outros com os marcos desvalorizados, as reparações em género, a perda dos valores mobiliários estrangeiros. Os destroços da revolução russa pagou-os a França e depois a Alemanha e a Inglaterra, em grossos financiamentos incobrados. A guerra da França e da Inglaterra pagou-a a formidável capacidade financeira dos dois países, mas também os neutros, com as frotas que perderam, os negócios que não fizeram, os capitais que se desvalorizaram. E quási tudo o mais o pagaram os Estados Unidos. Muito poucas nações terão enriquecido; quási tôdas ficaram mais pobres.

Tem a guerra tal capacidade de desperdiçar, é tal o volume das riquezas que consome, que mesmo a produção febril e centuplicada dos países em luta lhe não pode fazer face. E seja por fôrça de política intencional, seja por fatal solidaridade económica, todos haveremos de pagar a nossa parte de despesas. Ou em novas desvalorizações de moedas e de títulos que possuamos de outros Estados, ou no acréscimo dos fretes, ou no aumento de preços dos artigos que importamos, ou na sua falta no mercado, ou nas restrições inevitáveis de alguns consumos, e em muitos outros sacrifícios e incómodos, é necessário que os portuguêses tenham sempre clara no seu espírito esta triste realidade — que não podemos eximir-nos a suportar uma quota-parte do custo da guerra que não fazemos.

E se me preguntarem qual a melhor forma de satisfazermos o inevitável acréscimo de encargos, direi que a mais fácil, mais barata e mais cómoda está em produzir mais, está em trabalhar mais e em que o nosso trabalho tenha maior rendimento. E aqui pode bem o patriotismo iluminar e tornar abençoado o que as circunstâncias venham a impôr como a extrema necessidade.

Tenho quási concluída a minha resposta: havendo aludido às várias razões de ordem interna e externa que justificam da nossa parte maior actividade e intensa propaganda, parece-me não me haver referido ainda à razão de inoportunidade apresentada na consulta. Viram-se as comissões enleadas em tal teia de intrigas, maledicências e boatos, que julgaram difícil arrostar com o estado doentio da opinião. Há nesta suposição dois equívocos que não hesito em pôr claramente a nu.

O primeiro é julgar-se que os papeis clandestinos que os sovietes pagam e os ingénuos lêem têm alguma coisa que ver com o verdadeiro estado da consciência nacional. Senhores, não! A' parte as reclamações e queixas, justificadas ou não, mas sérias e que é preciso considerar atentamente, o Govêrno tem meios de saber quem são muitos dos descontentes: os que havendo perdido a fortuna esperam que o Estado lha reconstitua; os que tendo já dois lugares não obtiveram o terceiro que ambicionavam; os que empregando trabalho alheio pretendem que êste dê tudo e êles nada; os que vertem lágrimas por misérias para que bem podem ter contribuído e não ajudam com os seus meios a minorar, os que não encontram peixe nas águas claras e por isso as turvam quando podem; os que não têm Pátria, porque a venderam e a si próprios se vendem, se alguém os paga: em suma, os descontentes de todos os tempos, os inadaptados de tôdas as latitudes, os incompreendidos candidatos a salvadores de tôdas as revoluções, lesados no mérito ou glória alheia. Nós não vamos amesquinhar o País com tão lamentável confusão.

Como não são êstes os que merecem atenção, também não são os seus ditos os que hão-de ter resposta em primeiro lugar, porque muito mais fácilmente se inventam cem mentiras do que se comprova uma só verdade; depois, porque nos tornaríamos responsáveis de baixar o nível da vida pública portuguêsa à inferioridade de que tanto tem custado arrancá-la. Perda de tempo útil, péssimos resultados.

Quando miasmas invadem a atmosfera e tornam doentio o ar que se respira, convém sobretudo atacar os focos de infecção, varrer com rajadas de ar fresco o ar apodrecido, fazer entrar o sol a jorros nos lúgubres lugares. E falar, erguer a voz serêna e vibrante da razão: notareis que deixará logo de ouvir-se o zumbido dos moscardos.

E que se requere para esta acção? Duas qualidades ou virtudes que não se inventam nem pedem emprestadas — ou se têm ou não se têm: fé e coragem.

Fé nos princípios e nos homens: nos princípios que estão na base da Revolução Nacional e por fôrça dos quais se pôde operar o renascimento dêste País; e nos homens em cada momento escolhidos para os executar e fazerem viver. Fé nos princípios que consubstanciam a alma, tradições e aspirações da Nação Portuguêsa, e não podemos por isso, no que têm de mais sagrado, nem postergar nem pôr em discussão; fé nos homens cuja obra os acredite, cujo passado os imponha, cujo sacrifício e honra podem dispensar o reconhecimento mas não podem dispensar a justiça.

E é também precisa a coragem — a coragem do que se pensa, do que se pretende, do que se realiza. Que importa que as nossas idéias choquem o pensar cristalizado no espírito de alguns, se é em nome delas que governamos, se para executá-las somos Poder? Buscamos resolver os problemas da Nação com os nossos conceitos de autoridade, hierarquia, ordem, liberdade, trabalho, riqueza, tradição, honestidade; como estranhar que façamos o que outros pretenderiam que não fizéssemos e não façamos o que êsses achariam melhor?

Temos um mandato da Nação: auscultamos sem prevenções as suas necessidades e anseios; realizamos pelo melhor meio os seus interêsses superiores. No desenvolvimento duma obra que não é ficção do nosso espírito mas realidade tangível em benefício da colectividade, e exige rasgo, decisão e urgência, não podemos ter o ar hesitante e comprometido de quem há-de a cada momento pedir licença ou pedir desculpa.

Seria não ter consciência nem do passado nem do presente estar perturbado e tímido e não se apresentar diante de todos com a firmeza e a alegria de quem ajudou a salvar Portugal.

∿

Petróleo em Tôrres Vedras?

EM fins de Fevereiro, uma notícia estonteante entusiasmou principalmente o centro do País e especialmente Tôrres Vedras onde a população verdadeiramente desvairada, entrou a queimar foguetes e a dar largas a mais franca alegria. E' que, no decurso dumas buscas, tinha-se verificado a presença de petróleo em certas propriedades onde uma emprêsa se abalançou a pesquisá-lo.

O caso não é novo. Já há uns bons quarenta anos, outras entidades financeiras tentaram as buscas, então com processos mais rudimentares dos que hoje se usam, e tiveram de desistir, depois de terem deixado encravada uma broca a cêrca de 500 metros de profundidade.

A convicção de que Tôrres Vedras é uma região fartamente petrolífera resulta do facto do rio Sizandro apresentar, quási permanentemente, largas manchas de óleo e nalguns pontos do concelho se notar um forte odôr a petróleo.

As buscas agora efectuadas, a-pesar-de terem perfurado nalguns pontos muitas centenas de metros, nada mais alcançaram, porém, do que lamas petrolíferas, sem quaisquer condições industriais. Mas a convicção permanece forte, sendo os próprios técnicos de parecer que o filão de ramas puras deve existir, a maior ou menor profundidade, se bem que se desconheça por enquanto a sua localização.

∿

Deslocação de terras em Alenquer e Sesimbra

DEPOIS do estranho fenómeno da deslocação de terras próximo do Oulão, Setúbal, verificaram-se, também, importantes escorregamentos na Serra do Amaral, freguesia de Santo Estê-

vão, a cêrca de uma légua de Alenquer e na parte norte da estrada marginal no sitio da Prainha, Sesimbra.

Ambos os desabamentos foram motivados pela prolongada invernia, tendo em Alenquer o fenómeno causado perdas importantes na agricultura, visto ter abrangido uma extensão de alguns quilómetros, situação que foi ainda agravada com a deslocação do rio que corre no sopé da Serra e cujas águas se espalharam pelas vinhas marginais.

Em Sesimbra, o desabamento da estrada cortou as comunicações desta vila com o pôrto de abrigo.

∿

Santo André, de Mafra

VÍTIMA de vandalismos de vária espécie e das irreverências do tempo, a magnífica igreja de Santo André, de Mafra, recebeu as beneficiações necessárias, que remeteram o primoroso monumento à sua grandeza inicial.

Embora os seus túmulos tivessem sido violados e, por isso, sèriamente danificados, bem como primorosos altares, a Direcção dos Edifícios Nacionais conseguiu fazer reviver aquela jóia de arquitectura medieval, na beleza dos seus portais e janelas góticas e maravilhosos capitéis de artística lavra, dando motivo de justificado júbilo a tôda a população crente de Mafra, que muito amava as veneráveis e históricas ruínas de Santo André.

∿

Escola Industrial e Comercial João Vaz

NOTA-SE que a Escola Industrial e Comercial João Vaz, de Setúbal, foi transferida do seu antigo edifício para um lindo palacete ajardinado e com terreno onde se instalaram campos de jogos e recreio para os alunos.

O edifício está localizado na Avenida Luisa Todi, no sítio denominado de Saboaria e reúne todas as condições necessárias ao seu fim, podendo fazer-se ali melhor arrumação dos serviços como há muito tempo era necessário.

Primitivamente denominado «Escola de Desenho Industrial de D. Amélia» recebeu, mais tarde, certa transformação que a melhorou e, com ela, o nome de «Escola Industrial de Gil Vicente». Tinha então uma freqüência de 179 alunos.

Em 1914, foi a orientação pedagógica novamente modificada, criando-se ali uma oficina de serralharia e a especialidade comercial passando a denominar-se com o título que conserva e a ter uma freqüência de cêrca de 170 estudantes, número que foi aumentando, até atingir, em 1940, o de 633.

Este acréscimo de população criou novas necessidades que se procura resolver junto de quem de direito.

Há alguns professores do ensino técnico que foram alunos daquela escola, entre os quais o sr. Luciano dos Santos, premiado pelo Chefe do Estado com o «Prémio Nacional»; dr. Carlos Barreira, da Direcção Técnica da Junta Nacional dos Combustíveis, e Celestino Alves, artista pintor e professor naquela escola.

∿

A boa política

A vila da Lourinhã foi, em 2 de Março, visitada pelos srs. eng.os Botelho da Costa, prof. André Navarro e Teles de Vasconcelos, funcionários superiores do Ministério de Agricultura, para fazer a oferta de 8.000 pés de árvores fruteiras a 122 agricultores inscritos no concelho como futuros produtores de frutas.

O facto deu lugar a algumas cerimónias e manifestações de alegria, por parte do povo. O sr. Manuel Lourenço da Luz, presidente da Câmara Municipal, vereadores e individualidades de destaque político e particular do concelho aguardaram os visitantes à entrada da vila e deram-lhes as boas-vindas no edifício dos Paços do Concelho. Realizou-se, depois, uma sessão de propaganda agrícola, no Club Recreativo 14 de Julho, onde no final se projectaram filmes de cultura agrícola, que muito agradaram à numerosa assistência.

A distribuïção das árvores — pereiras e pessegueiros de casta seleccionada — no valor de 40.000$00, fez-se na praça do Município, entre entusiásticas manifestações de alegria.

∿

O valioso Castelo de Pôrto de Mós

ANUNCIOU-SE em Março de 1940 que ia começar a reconstrução do famoso Castelo de Pôrto de Mós. Este monumento, um dos mais belos da Estremadura, data do século IX, que foi quando os mouros o construíram para defender a povoação que lhe ficava perto e ainda porque o local constituia um ponto estratégico de certo valor.

Já enunciada a formação da nossa nacionalidade, ainda os mouros saíam das suas muralhas para fazer sangrentas surtidas nas povoações cristãs mais próximas, até que D. Afonso Henriques tomou a fortaleza, num súbito golpe de audácia, instituindo-a praça forte portuguêsa, sob o mando do lendário D. Fuas Roupinho.

Entre os vai-vens da sorte das armas terçadas com os mouros, e porque êstes davam grande importância ao seu antigo castelo, veio êle a ser cercado pela mourama, quarenta anos mais tarde, por valorosa investida dum rei mouro da Estremadura espanhola, de nome Gamir. Os portuguêses cercados, certa noite, pela calada, saíram a combate em pleno campo e, com tanto jeito o fizeram, que conseguiram pôr em debandada os infiéis, aprisionando o rei Gamir e outros emires que D. Fuas apresentou ao rei português, em Coimbra.

Foram duros e cruentos os embates de D. Fuas com os serracenos que, durante anos a fio, lhe disputaram a posse do valioso bastião. O valente alcaide morreu coberto de glória e êste facto alentou os mouros a novas e temerárias investidas, às quais não resistiram as velhas muralhas. Anos de luta porfiada reduziram-nas a ruínas, a tal ponto que delas se desinteressaram cristãos e serracenos.

Dez anos esteve o monumento em situação deplorável, até que D. Sancho I, mais livre da pressão mourisca, o mandou reedificar, remetendo-o à sua antiga nobreza e valor militar.

O tempo foi minando os vetustos paredões e dependências de tão gloriosa memória, que se apresentavam em nossos dias prestes a perderem-se. As reparações, que serão feitas sob o traçado original do edifício, de que, de resto, existem grandes troços ainda de pé, dar-nos-ão, dentro de pouco tempo, a visão magnífica do velho e respeitável reduto estremenho.

∿

As juntas de freguesia perante o novo Código

TODA a imprensa se ocupou com a maior largueza e interêsse do novo Código Administrativo e da experiência a que o mesmo importante problema foi praticamente sujeito. *As Novidades*, importante órgão da imprensa da capital, em artigo firmado pelas iniciais F. R. M., ocupa-se do importante diploma, falando do papel que pode e deve vir a ser desempenhado pelas juntas de freguesia, que podem, em grande parte, ajudar a revolver o problema rural.

∿

Os miradouros de Lisboa

GRANDES elementos do desenvolvimento turístico da capital! Matos Sequeira, o ilustre olissipógrafo publica no *Século* uma interessante reportagem sôbre os miradouros da capital e lembra a necessidade de acarinhar especialmente o da Serra de

Monsanto, por ser aquêle donde se disputa o mais belo panorama sôbre a capital.

O ilustre homem de letras fala, de caminho, no grande interêsse que podem ter, para o desenvolvimento do turismo, os miradouros alfacinhas, aspecto dum problema que merece ser olhado com o mais vivo carinho e interêsse por quem de direito.

∿

Setúbal e as comemorações centenárias

NA cidade do Sado, reüniu-se pela primeira vez, em 25 de Março, a comissão encarregada de promover as comemorações centenárias, tendo sido enviados telegramas ao sr. Ministro da Educação Nacional e também aprovado o programa das respectivas comemorações.

∿

As armas da vila do Barreiro

O Ministério do Interior enviou para o *Diário do Govêrno* um decreto, modificando as armas da vila do Barreiro, atendendo ao pedido que lhe foi feito pela Câmara Municipal da mesma vila e depois de ouvida a Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos.

Pela nova modificação, ficam sendo:

As armas — De prata, com uma muleta de pesca de negro, realçada de oiro, vestida de vermelho, mastreada e encordoada de negro, vogando em rio de quatro faixas ondeadas de azul e de três de prata. Em chefe, uma cruz de Santiago, de púrpura, acompanhada de dois cachos de uvas, do mesmo esmalte e folhada de verde. Coroa mural de quatro tôrres. Listel branco com os dizeres: «Vila do Barreiro».

O Sêlo — Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres «Câmara Municipal do Barreiro».

A bandeira — Esquartelada de vermelho e de negro. Cordões e borlas dos mesmos esmaltes. Haste e lança doiradas.

∿

A fabricação de ferro-gusa

EM Alhandra, segundo notícias publicadas na imprensa, continua a fabricação de ferro-gusa.

A nova indústria, além de fornecer ao País um produto vital de que êle carecia em absoluto, veio valorizar um sub-produto que estava quási desprezado: as piritas sestuladas. A produção de Alhandra deve cobrir largamente as necessidades nacionais.

A poucos dias de produção, tinham já sido fabricadas cêrca de cinqüenta toneladas de lingotes de superior qualidade.

∿

Os corvos da Sé de Lisboa

O jornal *A Voz*, em artigo assinado por A. F. E., lembra que a Câmara Municipal reate a tradição da existência dos característicos corvos na Sé de Lisboa.

E escreve:

«Os corvos, aves graciosas que, uma vez domesticadas, são duma docilidade encantadora, eram, na velha Sé de Lisboa, um atractivo para todos os turistas estrangeiros, que os viam citados nos seus guias e não abandonavam o antigo monumento sagrado sem os terem visto primeiro.

«Diz a tradição que os corvos acompanharam a Lisboa o corpo de S. Vicente e por isso figuram nas armas da cidade.

«A Câmara Municipal de Lisboa — continua o articulista — que por lei tem o encargo de proteger as aves, poderia aproveitar a oportunidade dos centenários para oferecer à Sé de Lisboa um ou mais casais de corvos, que passariam a viver nos claustros. Além das aves de S. Vicente, seriam os corvos dos Centenários o que não é título vulgar.»

∿

A aquisição de mobiliário para os edifícios do Estado

PELO Ministério das Obras Públicas, foi enviado para o *Diário do Govêrno* um decreto, criando uma comissão especial, à qual de futuro será cometido o encargo de adquirir o mobiliário necessário para os edifícios do Estado.

A referida comissão passará a funcionar junto da Direcção Geral dos Edifícios e monumentos nacionais, no Ministério das Obras Públicas.

∿

A reabertura da Maternidade de Santa Bárbara, no hospital de S. José

SOB a presidência do enfermeiro-mór dos Hospitais e com a assistência de muitos médicos e alguns professores da Faculdade de Medicina de Lisboa, realizou-se, no hospital de S. José, a reabertura da Maternidade de Santa Bárbara, encerrada havia anos.

Para comemorar o acontecimento, realizou-se uma sessão solene, em que usaram da palavra os srs. dr. Costa Sacadura, director da Maternidade, e Prof. dr. Celestino da Costa, que fizeram o elogio do Estado Novo e do sr. enfermeiro-mór dos hospitais.

A Maternidade de Santa Bárbara fica com a capacidade de cinqüenta leitos e com todas as condições de confôrto e higiene, necessárias à sua missão.

∿

Câmara Municipal de Lisboa

EM sessão da Câmara Municipal, realizada em 28 de Março, foram presentes e aprovadas as contas de gerência do município de Lisboa.

Na mesma sessão, além do costumado expediente, foi também aprovado um novo Título do Regulamento dos Sapadores Bombeiros.

∿

Descoberta de ferro no Bombarral

TORNOU-SE pública a notícia da existência de ferro no Bombarral. Em escavações mandadas fazer naquela vila, pelo comerciante local sr. Francisco Luís Marques, foram achadas algumas pedras que depois foram analisadas no Instituto Superior Técnico. A análise acusou 53,94 por cento de ferro e 7,05 por cento de sílica.

∿

Abastecimento de águas

FOI publicado no *Diário do Govêrno* de 30 de Março um decreto-lei, providenciando no sentido de permitir o abastecimento de águas às localidades situadas na zona do trajecto dos canais do Tejo e do Alviela, na zona suburbana de Lisboa, incluindo os Estoris, Sintra e Cascais.

Albergue Nocturno de Setúbal

EM Setúbal, numa reünião magna a que presidiu o Governador Civil, foi tratada a situação em que se encontra o Albergue Nocturno, pondo-se a idéia de o mesmo, que funciona no Hospital da Misericórdia, passar para a Comissão Central da Assistência.

∿

Uma exposição de fotografias na Imprensa Nacional

PROMOVIDA pelo Grupo Desportivo e Recreativo do Pessoal da Imprensa Nacional, realizou-se, com a assistência do sr. ministro do Interior e doutras entidades oficiais, a inauguração, em 30 de Março, duma interessante Exposição de fotografias, a 3.ª, promovida por aquele grupo. A Exposição, que foi muito visitada, encerrou-se a 7 de Abril.

∿

Inauguração duma escola e dum pôsto clínico, em Via Longa

EM Via Longa, Alpiatre, com a assistência do sr. ministro da Educação Nacional, tenente-coronel Lôbo da Costa, Governador Civil de Lisboa, e major Santos Pedroso, presidente da Junta da Província da Estremadura, foi inaugurada uma escola e um pôsto clínico.

Houve uma luzida sessão solene, a que presidiu aquele membro do Govêrno e em que usaram da palavra o sr. dr. Carneiro Pacheco, tenente-coronel Lôbo da Costa, Francisco Gonçalves, presidente da Câmara, a professora D. Judite Sales, Luciano Nunes Resende, José Pereira Palha e eng.º Alves Nunes.

Todos os oradores, sob os mais vibrantes aplausos, elogiaram a obra do Estado Novo e saüdaram Carmona e Salazar.

O povo da localidade prestou ao sr. dr. Carneiro Pacheco uma grande e calorosa manifestação de simpatia, de que compartilharam as demais autoridades presentes.

∿

A inauguração da primeira cantina Escolar da O. M. E. N. em Lisboa

NA escola primária da rua de D. Maria Pia, em Alcântara, foi inaugurada em 2 de Abril a primeira das cantinas escolares instituídas em Lisboa pela O. M. E. N.

Na referida escola, que funciona na sede da Sociedade «Amigos da Infância» e onde em dois turnos sucessivos têm ambas cêrca de cem crianças de ambos os sexos, compareceram as duas senhoras especialmente encarregadas da sua organização como delegadas da Obra das Mães, D. Maria Júlia Carreiro da Mota, espôsa do director geral do Ensino Liceal, e D. Maria Emília Soares da Costa, espôsa do inspector do Ensino Particular.

Compareceram, também, a directora técnica da Obra, dr.ª D. Maria Luísa Vanzeller, e a visitadora D. Maria do Carmo Santos. Estas senhoras eram aguardadas pelo director da escola, professor Luís Cajeira e pela professora D. Maria da Conceição Pinto.

Foi com o maior entusiasmo que as crianças acolheram a refeição, que consta todos os dias duma nutritiva sopa, um quarto de pão e fruta, sempre que possível.

As cantinas, modelarmente instaladas, têm permanentemente um aspecto da maior e mais esmerada higiene.

Valiosíssima oferta

A sr.ª D. Maria do Espírito Santo de Melo, viúva do ilustre homem de ciência que foi o Prof. Carlos de Melo, ofereceu à Junta da Província da Estremadura, para a sua clínica de otoringolaringologia, no Dispensário Central, a colecção de instrumentos cirúrgicos que pertenceu àquele médico.

Assim, aquela clínica, a cargo dos srs. drs. Roberto de Almeida e Cordeiro Lobato, ficou sendo uma das melhores do País.

A valiosa oferta deu aso aos maiores agradecimentos, por parte da J. P. E., à sr.ª D. Maria do Espírito Santo de Melo.

∿

Melhoramento necessário

EM 4 de Abril, começaram os trabalhos do prolongamento da linha de eléctricos do Dafundo até ao Estádio Nacional.

E' um melhoramento de maior interêsse que se tornava indispensável para o regular acesso ao novo campo de jogos.

∿

O monumento a D. Maria I

NA Câmara Municipal, sob a presidência do eng.º Rodrigues de Carvalho, reüniu-se a comissão promotora do monumento à Rainha D. Maria I, que será levantado em local ainda a escolher.

Trata-se duma homenagem, a todo o ponto merecida, à memória da Rainha Piedosa, com a qual Lisboa saldará a dívida de gratidão que o País tem para com a primogénita de D. José I.

∿

O "9 de Abril" na Escola da Paiã

NA Escola Prática de Agricultura da Paiã, foi comemorada, condignamente, a data de 9 de Abril, fazendo uma palestra alusiva o seu director, o eng.º agrónomo Manuel Alves da Silva.

A mesma Escola enviou também à Batalha uma delegação, composta de dezasseis alunos, um professor e um regente do Instituto, que foi portadora de oitenta litros de azeite, oferecidos pela Junta da Província da Estremadura e destinados ao «Lampadário da Pátria».

∿

Monumento aos mortos da guerra em Oeiras

A 7 de Abril, foi inaugurado em Oeiras o monumento aos mortos da Grande Guerra, projecto do escultor Alvaro de Brée e do arquitecto Veloso Reis.

Ao acto, assistiram os srs. generais Peixoto e Cunha, governador militar de Lisboa, representando o sr. sub-secretário de Estado da Guerra; Daniel de Sousa, presidente da Comissão Central da Liga dos Combatentes da Grande Guerra; Ferreira Martins; Couceiro de Albuquerque; brigadeiro Penalva da Rocha; coronéis Castelo Branco e Carvalho Meneses; major Monteiro do Amaral, chefe de gabinete do Ministério da Guerra; presidente e vereadores da Câmara Municipal de Oeiras; tenente Jorge da Fonseca, representando o governador civil de Lisboa; juntas de freguesia de Oeiras, professorado primário, etc.

Sob a presidência do sr. general Peixoto e Cunha, ladeado pelos outros oficiais-generais presentes e pelos srs. coronel Castelo Branco e major Monteiro do Amaral, realizou-se uma ses-

são solene, em que usaram da palavra os srs. Pedro Marques da Silva, presidente da Liga dos Interêsses de Oeiras; dr. Boto de Carvalho, deputado à Assembléia Nacional; general Daniel de Sousa e tenente Pereira Coentro, em nome do município de Oeiras.

∿

A vinda a Lisboa duma esquadra espanhola

O sr. Embaixador de Espanha, aproveitando a estada em Lisboa duma esquadra espanhola, sob o comando do almirante Moreu, ofereceu, no dia 13 de Abril, no Palácio da Palhavã, um banquete em honra da mesma e do sr. ministro da Marinha, ao qual assistiram, além do almirante Moreu e dos oficiais superiores da esquadra, as nossas autoridades superiores da marinha.

Aos brindes, usou da palavra o sr. D. Nicolau Franco, que bebeu por Carmona, Salazar e Portugal, respondendo-lhe o sr. comandante Ortins de Bettencourt, que levantou o seu copo pela Espanha e pelo generalíssimo Franco.

No dia seguinte, o almirante espanhol foi ao Alto de S. João, prestar homenagem aos portuguêses mortos na guerra de Espanha.

∿

A inauguração da nova base aérea da Ota

COM a presença dos srs. Presidentes da República e do Conselho, ministro da Marinha, sub-secretários de Estado da Guerra e das Obras Públicas, general Morais Sarmento, major-general do Exército; general Tasso de Miranda Cabral, chefe do Estado Maior do Exército; general Peixoto e Cunha, general Silva Bastos, brigadeiro Ribeiro da Fonseca, director da Aeronáutica Militar; eng.º Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal; capitão Pereira Lourenço, director da P. V. D. S.; comandante Henrique Tenreiro, comandante da Brigada Naval da L. P.; aviador civil Jorge Novais, da Brigada Aérea da L. P., etc., realizou-se a 13 de Abril a inauguração da base aérea da Ota.

Enquanto o sr. Presidente da República, acompanhado pelo Chefe do Govêrno, abria o portão do novo aquartelamento, percorrendo, depois, todas as dependências dêste, uma formação de trinta aparelhos voava sôbre a nova base, ouvindo-se ao mesmo tempo uma marcha militar, executada pela banda de infanteria 1, que fazia parte da fôrça da guarda de honra ao Chefe do Estado.

O comandante da nova base, tenente-coronel Pires Correia, em nome de todos os oficiais, saüdou os srs. Presidentes da República e do Conselho, tendo para um e outro palavras de louvor e agradecimento.

Referiu-se ao que eram os antigos aquartelamentos, sem confôrto nem higiene, sem nenhuma das condições essenciais para o bom desempenho da sua missão.

Recordou a época heróica da nossa aviação, com material que nos envergonhava, e lembrou os nomes de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que criaram os métodos de navegação científica. Agradeceu, por último, ao Sub-Secretário da Guerra a acção que desenvolveu para que a base da Ota tivesse as instalações condignas que possue. Terminou por afirmar poder o Govêrno contar com a lealdade de todos os oficiais que servem sôbre as suas ordens.

Respondeu-lhe o sr. Presidente da República, que se congratulou com quanto estava vendo, fazendo a comparação dos aquartelamentos construídos pelo Estado Novo com os que existiam antigamente.

Afirmou que tem confiança na coragem e competência técnica e militar dos aviadores portuguêses, desde que lhes dêem meios de acção. Mesmo nêste capítulo e de acôrdo com a legislação que últimamente tem sido publicada sôbre o assunto, tem a certeza de que a base área da Ota será notada. Referiu-se ao momento grave que o mundo atravessa, tão grave que ninguém pode assegurar o que será o dia de amanhã, para depois dizer que é indispensável que os nossos aviadores tenham a prática necessária e a preparação técnica precisa. Uma e outra está certo, não faltarão.

Terminou por saüdar os srs. Presidente do Conselho e Sub-Secretário da Guerra, por obra tão útil e patriótica.

O sr. General Carmona fez ainda a entrega da bandeira à nova unidade que formara, na sua máxima fôrça, na parada, depois do que retirou.

∿

Expressiva manifestação ao Chefe do Estado

NO dia 15 de Abril, aniversário da posse do sr. general Carmona da Presidência da República, a Legião Portuguêsa e a Mocidade Portuguêsa, para celebrar condignamente a passagem de tal data, promoveram uma manifestação patriótica, que se realizou, no mesmo dia e à mesma hora, não só em Lisboa como em todas as capitais do Distrito.

Em Lisboa, o sr. general Carmona recebeu cumprimentos do Govêrno, membros do Corpo diplomático e demais entidades oficiais, no Palácio de Belém. Em nome da oficialidade da guarnição da capital, usou da palavra, para saüdar o venerando Chefe do Estado, o sr. general Peixoto e Cunha, a quem o sr. Presidente da República agradeceu.

A' tarde, da janela principal do Palácio das Necessidades, o sr. general Carmona assistiu ao desfile da M. P. e da L. P. que assim se reüniram à volta do chefe supremo da Nação para, mais uma vez, consagrarem justamente as virtudes e os serviços do egrégio homem público.

Portugal, de Norte a Sul, aclamou com entusiástico patriotismo o sr. Presidente da República.

Razão tinha, pois, o *Diário da Manhã*, quando, escrevendo a propósito da manifestação, sublinhava muito acertadamente:

«Não se pode esquecer que não basta que o Estado Novo tenha uma doutrina: é necessário que haja quem do alto do Poder a siga com a sua acção e exemplo. O sr. general Carmona tem, desde a primeira hora mostrado pràticamente o valor desta regra. Já ao tomar posse, em Novembro de 1926, êle deixara o traço do seu carácter e da sua alta compreensão do dever de governar nestas palavras simples e despretenciosas: «Fui sempre um simples soldado, e um simples soldado habituado ao cumprimento do seu dever e que outra coisa não fez na vida senão cumprir... Posso garantir que tenho procedido sempre integrado no espírito nobre e patriótico do 28 de Maio. O programa dêsse movimento não é de vinganças nem de retaliações. E' de paz e de concórdia. Cumpri-lo ou poder fazer cumprir é uma honra, tanto para mim como para o Govêrno.»

«Ao cabo de catorze anos, o sr. Presidente da República pode, com legítimo orgulho, dizer que nunca faltou ao cumprimento do seu dever de soldado, nem deixou de cumprir e fazer cumprir o programa nobre e patriótico do 28 de Maio. O seu exemplo é o dum chefe íntegro, de quem Salazar traçou o perfil moral nesta síntese perfeita: «reüne todas as condições para o exercício do seu alto cargo: inteligência, ponderação, delicadeza, aprumo, correcção e bondade, que não excluem a necessária energia, uma energia sóbria e discreta.

«A homenagem da «Mocidade Portuguêsa» e da «Legião Portuguêsa» é, por assim dizer, o reconhecimento público destas excelsas virtudes e, ao mesmo tempo, manifestação de regozijo nacional, por vê-las consagradas pela estima e admiração do povo, pelo tempo e pela obra do Estado Novo, cuja vida recebeu o maior alento do espírito nobre e recto do sr. Presidente da República. E é uma homenagem justa e, também, muito oportuna, a que nos associamos com o maior prazer.»

Nestas palavras do órgão da União Nacional está, de facto, pôsto em justo e certo relêvo o valor da homenagem.

Nova cantina escolar

PROSSEGUINDO na sua acção, a todos os títulos benemérita, a O. M. E. N. inaugurou, em Abril, uma nova cantina escolar, no Bairro da Liberdade.

No acto inaugural, usou da palavra o sr. Luís Chaves, presidente da Assembléia Geral do Grupo «Educação Popular», ao qual a nova cantina foi entregue, que pronunciou um brilhante discurso, saüdando a O. M. E. N.

Agradeceu-lhe, com palavras de marcado reconhecimento, a sr.ª condessa de Almoster, depois do que o inspector escolar sr. António Leal elogiou, também, a criação da nova cantina.

∿

A largada dos lugres bacalhoeiros

EM 23 de Abril, os lugres bacalhoeiros, que iam partir para a Terra Nova, receberam a bênção ritual, que lhes foi dada pelo sr. Bispo de Macau, D. José da Costa Nunes, que também fêz uma empolgante alocução.

A cerimónia, que se revestiu de comovedora grandiosidade, constou de missa celebrada pelo Venerando Prelado, num altar improvisado, que se erguia na muralha de Alcântara.

Assistiram ao impressionante acto os srs.: ministros da Marinha e do Comércio, sub-secretário do Estado das Corporações, almirante Mata e Oliveira, major-general da Armada; almirante Marcelino Carlos, eng.º Sebastião Ramires, comandante Henrique Tenreiro, eng.º Higino Queirós, dr. Novais de Ataíde, pelo ministro das Obras Públicas; dr. Azevedo Soares, pelo sub-secretário das Obras Públicas; dr. Jaime Lopes Dias, pela Câmara Municipal; dr. Perry de Linde, pelo governador civil; dr. Francisco Avilez, pelo S. P. N.; Vasco de Orey e Carlos Testa, pelo Grémio dos Armadores; capitão de fragata Lopes Alves, etc.

A' missa assistiram, além de muitos fieis, todos os pescadores dos lugres.

Durante a missa, à elevação, foi feita uma espectaculosa largada de quatro mil pombos.

∿

A procissão de Nossa Senhora da Saúde

DEPOIS dum interrégno de trinta anos, voltou a sair a tradicional procissão de Nossa Senhora da Saúde, padroeira dos artilheiros, que percorreu o bairro da Mouraria e ruas circunvizinhas, sob o maior respeito da grande multidão que se agrupava em todo o trajecto.

∿

O novo navio-hidrográfico D. João de Castro foi lançado á água

NO dia 22 de Abril, foi lançado à água o novo navio-hidrográfico «D. João de Castro», o primeiro barco construído no novo arsenal do Alfeite.

A' cerimónia, que revestiu a maior solenidade, presidiu o Chefe do Estado, tendo assistido o sr. ministro da Marinha e todas as autoridades superiores da Armada.

No final, o sr. general Carmona abraçou alguns operários que trabalharam na construção do barco.

A inauguração da nova sede do «Diário de Notícias»

A 24 de Abril, inaugurou-se em Lisboa, a nova sede do *Diário de Notícias*, na Avenida da Liberdade. As novas instalações do primeiro jornal do país ficam sendo não só um grande melhoramento para Lisboa como para todo o Portugal, certo como é que a nova sede do Diário fica sendo uma das primeiras da Europa.

Enquanto o sr. Presidente da República percorria o novo edifício, era escrito, composto e impresso um suplemento do jornal, relatando a visita do Chefe do Estado, suplemento que o sr. general Carmona e todos os convidados puderam ler, antes de se retirarem.

∿

Carta da Província da Estremadura

FOI dada por concluída a Carta da Província da Estremadura, mandada executar pela J. P. E. ao Instituto Geográfico e Cadastral.

A nova carta, feita pelos modernos processos de fotogonometria aérea, é perfeitíssima, registando as vias de comunicação, divisão administrativa distrital, concelhia e de freguesia e respectivas sedes, bem como vilas e aldeias, rios e linhas de água, etc.

Foi a primeira carta de Província executada depois da publicação do novo Código Administrativo, e destina-se aos diferentes estudos em curso na J. P. E., tendo servido para a sua execução as respectivas folhas da Carta Corográfica de Portugal, na escala de 1 : 50.000, depois de fotogràficamente serem transportadas à escala de 1.200, por que está desenhada.

Na mesma carta, está incluído o mapa exacto da cidade de Lisboa, com todas as novas artérias e bairros concluídos até à data.

∿

A conversão do Externo

NO dia 25 de Abril, Salazar fez, ao microfone da E. N., uma interessante palestra sôbre a conversão do Externo.

A certa altura, afirmou:

«Não podemos perder nenhuma ocasião de afirmar a vitalidade nacional nos interêsses, nos sentimentos, na política, na administração.»

Depois de afirmar que o Estado assegura ao portador um rendimento estabilizado em escudos, Salazar falou largamente sôbre a conveniência da repatriação da Dívida Externa e, por último, das vantagens da conversão, à qual devem acorrer todos os portadores de títulos.

As afirmações de Salazar foram escutadas por todo o País, com o maior interêsse e aplauso.

∿

Aniversário de Salazar

A passagem, a 27 de Abril, de mais um aniversário natalício de Salazar foi pretexto para de novo o País e, principalmente, Lisboa, afirmar a sua muita admiração pela figura egrégia do Presidente do Conselho.

A deixar cartões de cumprimentos, estiveram no Palácio de S. Bento muitas centenas de pessoas. Também ali foram recebidos numerosos telegramas, vindos de todos os pontos do País.

Os alunos do liceu de Camões fizeram entrega, ao Chefe do Govêrno, duma mensagem de felicitações. Também no salão nobre do liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, fez uma con-

ferência sôbre «A obra de Salazar» a prof.ª sr.ª dr.ª D. Maria Alexandra Florindo.

No quartel do Carmo foram descerrados os retratos de Carmona e Salazar.

A' noite, sob a presidência do sr. ministro do Interior, realizou-se uma sessão solene de homenagem a Salazar, na Liga Nacional de 28 de Maio.

No mesmo dia, no Vimeiro, terra da naturalidade do sr. Presidente do Conselho, foi inaugurada, pelo sr. ministro da Educação Nacional, a Cantina-Escolar Doutor Oliveira Salazar.

∿

Jogos Florais da E. N.

O sr. Presidente da República, a 28 de Abril, encerrou solenemente, no Teatro da Trindade, os Jogos Florais da Emissora Nacional, distribuindo os prémios aos concorrentes distinguidos.

∿

Centenário de Júlio de Castilho

PARA comemorar o centenário do nascimento de Júlio de Castilho, ocorrido em 30 de Abril, realizaram-se em Lisboa várias solenidades, entre as quais uma sessão solene, nos Paços do Concelho, sob a presidência do Chefe do Estado, e uma exposição iconográfica, bibliográfica e documental, referente ao grande olissipógrafo.

∿

Salazar — o primeiro trabalhador

O 1.º de Maio, outróra sempre assinalado por motins e balbúrdias, obra de agitadores e *meneurs*, atribuída falsamente às classes trabalhadoras, foi êste ano comemorado com uma grande manifestação a Salazar — o primeiro trabalhador de Portugal, promovida pelos dirigentes e lusitos da M. P.

Ao Chefe do Govêrno, foi entregue uma mensagem, concebida nos seguintes termos:

«Senhor Presidente do Conselho
Excelência:
O dia 1 de Maio, consagrado à dignificação do Trabalho, escolheu-o a Mocidade Portuguesa para o «Dia do Lusito» e aos lusitos confiou a missão de trazer a V. Ex.ª, Senhor Presidente do Conselho — como o maior trabalhador de Portugal — a colecção das assinaturas de todos os dirigentes da organização, a exprimir com o maior respeito o seu consciente reconhecimento.»

Embora seja curto o seu texto, a simplicidade que o caracteriza exprime bem alto o significado da homenagem que se presta.

A' saüdação dos lusitos, que em número de muitos milhares desfilaram perante o sr. Presidente do Conselho, juntou-se também muito povo, que frenèticamente aclamou Salazar.

∿

Linha aérea Lisboa-Madrid

NO dia 3 de Maio, foi inaugurada a linha aérea Lisboa-Madrid, que passou a ter ligação com Barcelona e Roma. O aparelho que fez a primeira viagem foi o «Vara de Rey», que partiu do aeródromo de Sintra, às 9 e 15, levando a bordo os srs.: D. Nicolau Franco, embaixador de Espanha em Portugal, general Anacleto dos Santos, chefe da extinta missão militar portuguêsa em Espanha; dr. João de Mendonça, representante do ministério dos Negócios Estrangeiros; tenente-coronel Esmeraldo Carvalhais, do Protocolo do Estado; Gil de Castro (Nova Gôa) representando o ministério do Comércio; tenente-coronel Viladerbó, segundo comandante da Base aérea n.º 1; capitão Câmara Pestana, director geral das Alfândegas; eng.º Eduardo Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; João Pereira da Rosa, director do *Século;* dr. João Moreira de Almeida, chefe da redacção do *Diário da Manhã;* José Augusto, redactor do *Diário de Notícias;* eng.º Sebastião Ramires, antigo ministro do Comércio, capitão Pessoa de Amorim, da Polícia Internacional; marquês do Faial; e D. Nuno de Siqueira (S. Martinho), representante em Lisboa do tráfico aéreo espanhol.

Em Madrid, no aeródromo de Barajas, eram as individualidades portuguêsas aguardadas pelos srs. coronel Beigdeber, ministro dos Negócios Estrangeiros, general Yague, ministro do Ar; dr. Teotónio Pereira, embaixador de Portugal; coronel Gallarza, chefe do Estado Maior; tenente-coronel Vara de Rey, ajudante de campo do ministro do Ar; cônsul de Portugal, funcionários da nossa embaixada e do nosso consulado e muitas outras individualidades.

No hotel Ritz, houve, depois, um almôço oferecido às individualidades portuguêsas, ao qual presidiu o ministro dos Negócios Estrangeiros e durante o qual foram feitas interessantes afirmações de amizade luso-espanhola.

∿

Assistência aos pobres

EM Algés, constituiu-se uma comissão de assistência aos pobres da freguesia de Carnaxide. Fazem parte da referida comissão, além do pároco da freguesia, a junta de freguesia, a conferência de S. Vicente de Paula e a Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés.

A nova comissão passou a distribuir sopa diária aos pobres, consultas médicas gratuitas, respectivo receituário, etc. Sustenta também: uma crêche, uma maternidade e um lactário.

A' inauguração dêstes melhoramentos, presidiu o sr. Arcebispo de Mitilene.

∿

Homenagem a Frei Agostinho da Cruz

NO eremitério da Arrábida, onde viveu Frei Agostinho da Cruz, foi erguido, a 3 de Maio, um cruzeiro comemorativo do quarto centenário do Monge-Poeta.

Foi no velho convento dos franciscanos celebrada uma missa, pelo bispo de Limira, D. Rafael da Assunção, fazendo uma prática, ao Evangelho, o rev. Frei Diogo Crespo.

Realizou-se, depois, uma sessão solene, sob a presidência daquele Prelado, tendo usado da palavra vários oradores.

Nas solenidades, tomou parte o orfeão do Liceu de Bocage, de Setúbal.

A cela do célebre eremita foi reconstituída, a expensas da sr.ª duqueza de Palmela.

∿

O prémio "A melhor seara"

NA Federação Nacional dos Produtores de Trigo, sob a presidência do venerando Chefe do Estado, foi feita a distribuïção do prémio «A melhor seara» aos lavradores e feitores contemplados. Os prémios, respectivamente, 30.000$00, 20.000$00

e 10.000$00, tinham os nomes de «General Carmona», «Dr. Oliveira Salazar» e «Ministro da Agricultura».

Ao acto assistiram, além do Chefe do Estado, os srs. ministro da Agricultura, funcionários superiores do Ministério da Agricultura, directores da Federação dos Produtores de Trigo, muitos lavradores, etc.

Na sessão solene, que se realizou para a distribuïção dêstes prémios, usaram da palavra os srs. José Andrade Lopes, presidente da Federação; eng.º Botelho da Costa, secretário geral do Ministério da Agricultura, e dr. Rafael Duque, ministro desta pasta.

∿

Um interessante melhoramento em Carnaxide

NA freguesia de Carnaxide, inaugurou-se, no dia 5 de Maio «A Assistência aos Pobres da Freguesia», interessante iniciativa que tem por fim acabar com a mendicidade local.

Para isso, realizou-se uma sessão solene, a que presidiu o sr. arcebispo de Mitilene, em representação do sr. Cardial Patriarca, e durante a qual usaram da palavra os srs. Brás Nogueira, dr. Silva Pinheiro, em nome do Chefe do Distrito; reverendo António Duarte Patuleia, dr. Oliveira Charria e, por último, o sr. dr. Ernesto Serra de Oliveira, que fez o elogio da interessante obra.

∿

Novo director geral de Assistência

NO Ministério do Interior tomou posse, que foi conferida pelo respectivo ministro, do lugar de director geral da Assistência, o sr. dr. Braga Paixão, antigo director geral do Ensino Primário.

O acto, que teve grande concorrência, revestiu excepcional importância, sendo o novo director geral muito cumprimentado.

∿

A Concordata com a Santa Sé

EM Lisboa, foi publicada a notícia de que no dia 7 de Maio, de manhã, seria assinada, no Vaticano, nos aposentos do Cardial Secretário de Estado, a Concordata com a Santa Sé.

Estiveram presentes, pela Santa Sé, o cardial Maglione, mons. Pardenie e mons. Montini. Por Portugal, assinaram os srs. general Eduardo Marques, prof. dr. Mário de Figueiredo e o ministro Vasco de Quevedo, representante de Portugal junto da Santa Sé.

O texto da Concordata foi publicado, no dia seguinte, nos jornais portuguêses.

∿

A Concordata e o Acôrdo Missionário com a Santa Sé

A 7 de Maio, o sr. Presidente do Conselho recebeu, no Palácio de S. Bento, os directores dos jornais de Lisboa e Pôrto, para lhes dar conhecimento dos termos da Concordata, nesse dia assinada em Roma, entre Portugal e a Santa Sé.

O sr. dr. Oliveira Salazar pôs em relêvo o altíssimo valor dêsse importante documento, que vem dar a Portugal, principalmente através do Acôrdo Missionário, aquele lugar histórico que desde sempre lhe pertenceu e do qual, nos últimos anos, com flagrante prejuízo do País e da nossa acção colonizadora, se tinha afastado.

O Chefe do Govêrno pôs, também, em relêvo o quanto o notável instrumento diplomático vinha dar satisfação às aspirações dos católicos, que constituem a maioria da Nação.

∿

A Conversão da Dívida Externa

A 7 de Maio, o sr. dr. Joaquim Denis da Fonseca, presidente da Junta do Crédito Público, fez uma palestra ao microfone da E. N. sôbre a Dívida Externa, tendo como tema: «A posição dos aceitantes da conversão, com relação aos rendimentos e garantias.»

∿

Melhoramentos na estação do Rossio

NA estação do Rossio, fez a C. P. novos melhoramentos. Assim, em todas as linhas, foram colocados postes luminosos indicadores, para o público, das horas das partidas e das chegadas dos comboios.

No local do antigo depósito de locomotivas, que ficava perto do túnel, foi construída uma linha de resguardo.

Foi também substituída tôda a cobertura de zinco da *gare* por chapas de «Luzalite».

∿

Assistência de Cascais

NO domingo, 19 de Maio, realizou-se em Cascais uma interessante e concorrida Batalha de Flores, cujo produto reverteu para a assistência local.

∿

Fábrica de Material de Guerra, em Braço de Prata

O sr. Presidente da República, acompanhado pelo sr. sub-secretário de Estado da Guerra, visitou a Fábrica de Material de Guerra, em Braço de Prata, tomando conhecimento dos muitos e importantes melhoramentos recentemente introduzidos naquele estabelecimento do Estado.

∿

As novas carruagens da C. P.

NO dia 21 de Maio, o sr. eng.º Duarte Pacheco, ilustre ministro das Obras Públicas, visitou, em Alcântara, as novas e modernas carruagens da C. P., sendo recebido e acompanhado na visita pelos directores daquela emprêsa ferroviária.

∿

Os túmulos de Garrett e de João de Deus

OS jornais noticiam que foram depositadas, na sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos, as urnas contendo os restos mortais de João de Deus e Garrett, que se encontravam em confessionários da igreja.

O novo mercado da Amadora

COM a presença do Chefe do Distrito e autoridades locais, foi inaugurado, solenemente, na Amadora, o novo mercado municipal.

Na sede da junta da freguesia, foi servido um copo de água, durante o qual se trocaram interessantes brindes.

∿

Novos melhoramentos no Bairro da Quinta da Calçada

NO dia 26, com a presença dos srs. Presidente da República, Cardial Patriarca, ministros das Obras Públicas e Educação Nacional, sub-secretário das Corporações, Governador Civil, presidente da Câmara Municipal, presidente da J. P. E., director geral da Assistência, etc., foi benzida, solenemente, a elegante capela em «lusalite» do Bairro Económico da Quinta da Calçada.

As ilustres personalidades visitaram, também, o pôsto de Puericultura, instalado pela J. P. E.

∿

As comemorações do 28 de Maio

PARA comemorar a passagem da data do 28 de Maio, realizaram-se várias festas em tôda a província. Em Lisboa, houve uma missa em S. Domingos, por alma dos que morreram em defesa da causa nacionalista, a que assistiram alguns membros do Govêrno e autoridades civis e militares, membros da U. N., da L. P., da M. P. e muito povo.

No liceu de Camões, pelas 11 e 30 da manhã, houve a proclamação de novos graduados da M. P. e à tarde, no Palácio das Exposições, uma sessão solene, a que presidiu o Chefe do Estado e assistiram o sr. Presidente do Conselho, todos os membros do Govêrno, autoridades civis e militares, L. P., M. P., U. N., etc.

Durante a sessão solene, à qual assistiu a delegação espanhola que, presidida pelo general Moscardó, que foi condecorado com a medalha de oiro do Valor Militar, veio ao nosso País tomar parte nas comemorações. Usaram da palavra os srs. general Anacleto dos Santos e majores Carlos Afonso dos Santos e Jorge Botelho Monis.

Durante a sessão, foram condecorados vários «viriatos» que se bateram na guerra civil de Espanha.

Também no dia 28 de Maio foi inaugurada, no Museu Militar, a Sala de Espanha. A seguir, no Clube Militar, o sr. ministro da Guerra ofereceu um «Pôrto de Honra» à delegação espanhola.

A' noite, no Teatro da Trindade, sob a presidência do sr. dr. Costa Leite, ilustre ministro do Comércio e Indústria, realizou-se uma sessão solene, em que usaram da palavra os srs. major Santos Pedroso, Horácio Gonçalves, dr. Soares Franco, dr. Castro Fernandes, dr. José António Marques e dr. Albino dos Reis.

Em Setúbal, também se efectuou uma entusiástica manifestação ao Exército, durante a qual usaram da palavra diversos oradores.

∿

O Chefe do Estado visita Almada

ACOMPANHADO pelo sr. ministro da Educação Nacional, o sr. Presidente da República visitou a vizinha vila de Almada.

Foi a primeira vez que um Chefe do Estado, do regime republicano, visitou a linda vila.

O sr. general Carmona foi recebido com um entusiasmo verdadeiramente apoteótico, por parte de tôda a população, que não se cansou de vitoriar a pessoa veneranda e ilustre do sr. Presidente da República.

∿

Uma amnistia

PARA comemorar a passagem da data de 28 de Maio, o Govêrno resolveu conceder uma ampla amnistia a diversos crimes, como infracções militares, abuso de autoridade, abuso da liberdade de imprensa, etc.

∿

O 40.º aniversário da Assistência Nacional aos Tuberculosos

A 6 de Junho, sob a presidência do sr. ministro do Interior, efectuou-se, na Assistência Geral aos Tuberculosos, uma sessão solene, para comemorar o 40.º aniversário da fundação da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

Usaram da palavra os srs. drs. Mendes Dordio, Cassiano Neves e Ladislau Patrício e, por último, o sr. dr. Mário Pais de Sousa, que mais uma vez felicitou a prestante instituïção, pela obra benemérita que tem vindo a realizar.

∿

A amizade luso-espanhola

NO dia 8 de Junho, partiu para Madrid uma embaixada extraordinária, composta pelos srs. almirante Ramalho Ortigão, general Anacleto dos Santos, coronel Barros Rodrigues, capitão de mar e guerra Alvaro Marta, major Faria Pereira e 2.º tenente da Armada Ferreira Bastos, com o fim de entregar ao generalíssimo Franco o grande colar da Tôrre e Espada, com que foi agraciado pelo Govêrno português.

∿

Um antigo aluno da Escola da Paiã

O *Século* publicou a notícia de que tinha assumido as funções de médico-veterinário da Escola Agrícola da Paiã o sr. dr. Rui Guerreiro, antigo aluno daquele estabelecimento de ensino.

O sr. dr. Rui Guerreiro, que tirou o curso de capataz rural e da Escola de Regentes Agrícolas de Santarém, fez, depois, subsidiado pela J. P. E., o curso de médico-veterinário. O novo diplomado é natural de Viseu, conta 27 anos e é filho da sr.ª D. Beatris Tomás da Costa Ribeiro e do sr. Joaquim Guerreiro.

∿

A chegada dos Duques de Windsor a Lisboa

A 3 de Julho, chegou a Lisboa, acompanhado por sua espôsa, o Duque de Windsor, que foi Rei de Inglaterra, com o nome de Eduardo VIII.

O filho primogénito de Jorge V visitou a nossa capital pela segunda vez e Portugal pela terceira, visto ter estado no Pôrto, quando da Exposição Colonial realizada naquela cidade.

As novas instalações dos C. T. T. no Terreiro do Paço

COM a assistência do sr. sub-secretário de Estado das Obras Públicas, que foi recebido pelos srs. eng.os Couto dos Santos, administrador geral dos Correios e Telégrafos, e Duarte Calheiros e Carlos Ribeiro, administradores adjuntos, e também do sr. eng.º Sarsfield, que teve importante interferência nas respectivas obras, foram inauguradas no dia 2 de Julho as novas instalações dos C. T. T. no Terreiro do Paço, sendo o auto de inauguração lido pelo sr. eng.º Couto dos Santos, que também pronunciou um pequeno discurso, saüdando o representante do Govêrno.

∿

Bibliotecas municipais

POR uma notícia publicada a 7 de Julho, nos jornais, soube-se que, no primeiro semestre de 1940, o número de leitores das bibliotecas municipais de Lisboa foi de 116.563, número sobremodo apreciável e digno de registo.

∿

O novo Bairro Económico da Boa Vista

A 9 de Julho, foi entregue à Câmara Municipal, pela respectiva sociedade construtora, o novo Bairro Económico da Boa Vista, próximo do Calhariz de Bemfica e que, como o da Quinta da Calçada, é construido em lusalite.

São 488 moradias, duas escolas de ensino primário, um pôsto de policia, um mercado, um lavadouro, dois amplos edifícios de assistência social, onde funcionarão os serviços da Creche e assistência médica e o dispensário, e a capela, com dois altares e côro.

O novo bairro pode ser habitado por 2.000 pessoas.

∿

Inventário da propriedade nacional

A 11 de Julho, os jornais publicaram a informação de que deveria fazer-se, por todo o referido mês, o inventário da propriedade nacional, como acto preparatório do recenseamento geral da população.

∿

A obra do Comissariado do Desemprêgo

O Comissariado do Desemprêgo vestiu e calçou, por medida, 7.400 crianças pobres de Lisboa, Pôrto e Coimbra, filhas de desempregados destas três cidades.

Trata-se duma benemérita inicialiva que tôda a imprensa registou com o maior aplauso.

∿

Casa dos Pescadores da Caparica

EM 14 de Julho, inaugurou-se, na Costa da Caparica, a nova Casa dos Pescadores.

Ao acto, assistiram várias entidades oficiais, tendo-se realizado, na sala do Refeitório da nova instituïção, uma sessão solene, durante a qual usaram da palavra os srs. coronel Baptista de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Almada; padre Baltazar de Carvalho, Diogo Lima Júnior, presidente da Junta de Freguesia, em nome dos pescadores; 2.º tenente João Antunes, delegado marítimo na Trafaria, Vasco Cabral, pela Liga dos Amigos da Costa da Caparica, e Mário Campos Lôbo, em nome do jornal *1.º de Maio*.

Todos os oradores elogiaram o grande benefício que é a Casa dos Pescadores.

∿

A inauguração da «Sacor»

EM Cabo Ruivo, sob a presidência do Chefe do Estado e com a presença dos srs. ministro do Comércio e sub-secretário de Estado das Corporações, realizou-se, em 19 de Junho, a inauguração das instalações da companhia concessionária da Refinação de Petróleos «Sacor».

No discurso que pronunciou, o sr. ministro do Comércio pôs em relêvo o grande valor económico da nova emprêsa.

∿

Novo material ferroviário

O sr. ministro das Obras Públicas e os corpos directivos da C. P., a convite do sr. eng.º Vasconcelos Correia, visitaram as novas carruagens adquiridas na América do Norte e que são do melhor e mais moderno material ferroviário.

∿

A carta da Província

O Instituto Geográfico e Cadastral editou uma carta da Província da Estremadura, que é um útil e perfeitíssimo trabalho nêste género, que muito honra os serviços técnicos daquele departamento do Estado, superiormente dirigidos pelo sr. dr. Luís de Pina Manique. A carta da Província, que tem a divisão administrativa por concelhos e é um primoroso trabalho de cartografia, tem uma capa original do artista José Félix e no verso uma marca editorial do pintor Carlos Pinto Ramos.

∿

Assistência Pública

EM 30 de Julho, o *Diário do Govêrno* publicou a distribuïção dos donativos concedidos às misericórdias de todo o País, pelo Ministério do Interior, e que atingiram a verba de 4.900 contos.

∿

Um interessante melhoramento em Queluz

EM Queluz, no Jardim do Conde Almeida Araújo, foram instalados, em 4 de Agôsto, um interessante parque infantil e uma biblioteca também dedicada às crianças.

O parque infantil está apetrechado de vários brinquedos e outros instrumentos de recreio para as crianças.

O acto de inauguração do interessante melhoramento revestiu a maior solenidade.

∿

O parque florestal de Monsanto

OS jornais noticiaram que vão muito adiantados os trabalhos do parque florestal de Monsanto, onde foram plantadas mais de duzentas mil árvores. Lisboa ficará dentro de anos com um dos melhoramentos de que mais carecia.

Uma ponte sôbre o Tejo

O sr. ministro das Obras Públicas tornou pública a decisão de fazer construir sôbre o Tejo, entre Vila Franca e o sítio denominado Carril do Camarão, uma ponte de madeira, que, embora provisória, será feita com a maior segurança e para ter uma duração de dez anos.

A notícia foi recebida com geral aplauso e grande contentamento, por parte dos povos beneficiados pelo interessante melhoramento.

∿

O reabastecimento do país

A 23 de Agôsto, terminaram, no ministério da Agricultura, os trabalhos dos técnicos encarregados de executar o plano de acção para prover ao completo reabastecimento do país.

O sr. Rafael Duque, ilustre ministro da Agricultura, presidiu ao encerramento dos trabalhos e pôs em foco o interêsse como os vários problemas foram estudados, principalmente na parte respeitante ao aproveitamento e defesa da terra e a produção do alcool carburante.

O sr. ministro da Agricultura, ao terminar as suas oportunas considerações, declarou ser preciso tomar o passo a essa espécie de derrotismo suïcida que conduz ao desalento e levaria êste povo a não procurar na terra o necessário à vida, no preciso momento em que o não pode obter doutra fonte.

∿

O novo edifício da Alfândega de Lisboa

A 8 de Setembro, ficaram instalados, no Terreiro do Paço, no antigo Mercado Central de Produtos Agrícolas e Bôlsa Agrícola, os serviços da Alfândega de Lisboa.

O edifício, cuja construção vem de 1766, sofreu importantes modificações, para que Lisboa ficasse com uma Alfândega que estivesse de acôrdo com a importância do movimento do nosso primeiro pôrto.

O pavimento térreo do edifício, dividido por uma espécie de naves de arcos abatidos, foi aproveitado para a sala de despachantes, Museu Técnico, depósito de impressos, laboratório de ensaio do Ministério das Obras Públicas e para o destacamento marítimo da Guarda Fiscal.

No segundo pavimento, ficaram instalados os gabinetes e anexos do director e sub-director e dos três chefes de secção, além das salas e outros gabinetes de expediente e da conferência geral, contabilidade, tesouraria, etc.

No terceiro pavimento, ficam o contencioso administrativo, o tribunal do contencioso, a comissão administrativa, as secretarias do tráfego e fiscalização marítima e ainda a 3.ª repartição da direcção geral, com o seu laboratório e museu, e três amplos salões destinados às reüniões do conselho e comissões.

Na decoração e embelezamento das dependências da nova Alfândega, procurou-se aliar ao confôrto necessário à eficiência do trabalho dos empregados, um pouco de modernismo que acompanhe de perto o que no estrangeiro se tem feito nêste capítulo.

∿

O novo edifício dos C. T. T. nas Caldas da Raínha

NAS Caldas da Rainha, inaugurou o sr. eng.º Almeida e Brito, chefe de gabinete do sr. ministro das Obras Públicas, o o novo edifício dos C. T. T.

Ao acto, assistiram, além dêste senhor, que representava o sr. eng.º Duarte Pacheco, os srs. eng.os Couto dos Santos, administrador geral dos Correios e Telégrafos; Godofredo Ferreira, chefe da repartição dos Serviços de Construções dos Correios; dr. Francisco Pinto, eng.º José Espregueira Mendes, chefe da comissão de construção dos Edifícios dos C. T. T.; dr. Botelho Monis, chefe da secretaria da J. P. E. e director de *da Estremadura*, representante do sr. Governador Civil de Leiria; comandante e oficialidade do regimento de infantaria n.º 5; Júlio Lopes, pela Câmara Municipal, representantes de todas as colectividades locais, etc.

O sr. eng.º Couto dos Santos, usando da palavra, descreveu a acção do Estado Novo nêste capítulo.

Respondeu-lhe, agradecendo o sr. dr. Júlio Lopes, presidente do município.

Por último, o sr. eng.º Almeida e Brito historiou a orientação do Ministério das Obras Públicas, no alargamento da rêde telégrafo-postal, e agradeceu à Câmara das Caldas a cedência do terreno onde aquele edifício foi construído.

∿

A reorganização da Emissora Nacional

O *Diário do Governo* de 14 de Setembro publicou um importante decreto, reorganizando os serviços da Emissora Nacional em novas e mais perfeitas bases. O completo diploma regulamenta, em todos os sectores, principalmente no técnico e administrativo, a vida daquele importante organismo da Nação.

∿

Câmara do Bombarral

A Câmara Municipal do Bombarral comprou o magnífico palacete dos Camilos e a esplêndida mata do parque anexo, para ali instalar os Paços do Concelho e várias repartições públicas.

A aquisição tem a maior importância para a linda vila estremenha.

O Bombarral, que não tinha um único jardim, fica agora com uma esplêndida mata, com parque de diversões, mesmo no centro da vila.

∿

Eleições administrativas

FOI enviado para o *Diário do Governo* o decreto que adia para 1941 as eleições dos corpos administrativos, em todo o país, ilhas e colónias.

∿

A remodelação do jardim da Estrêla

DEPOIS de ter passado por várias e importantes obras, o lindo jardim da Estrêla, de Lisboa, apareceu, de novo, ao público, admirâvelmente remodelado. A Câmara Municipal da nossa primeira cidade é, por êste grande e interessante melhoramento, crêdora dos maiores agradecimentos.

∿

O aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional

PARA comemorar mais um aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional, os representantes dos sessenta e oito sindicatos nacionais, existentes em Lisboa, cumprimentaram o sr. dr. Trigo de Negreiros, ilustre sub-secretário de Estado das Corporações.

Os palácios da Junqueira e das Laranjeiras adquiridos pelo Estado

Foi tornada pública a notícia de que o Estado resolveu adquirir os palácios da Junqueira e das Laranjeiras, para nêles instalar os serviços e organismos do Ministério das Colónias.

Ambos os palácios são duas casas de Lisboa que maior história possuem. Antigas residências fidalgas, ambas recordam alguns passos dos mais interessantes da história-pátria.

∿

O novo parque municipal de Cascais

O sr. Presidente da República, acompanhado pelo sr. ministro das Obras Públicas e autoridades de Cascais, inaugurou, no dia 6 de Setembro, o Parque da Gandarinha, situado no centro daquela vila.

Trata-se dum melhoramento da maior importância para o desenvolvimento da linda vila.

∿

A indústria da criação de ostras

O *Diário de Lisboa* publicou, no dia 12 de Setembro, uma entrevista com o industrial de pesca sr. Henrique Samuel da Silva, em que êste senhor anuncia a instalação dum parque de depuração de ostras, no sítio do Moinho Novo, junto do Rio Sado, em Alcácer do Sal.

∿

O Jardim Zoológico

A 17 de Outubro, foram inaugurados, no Jardim Zoológico, vários melhoramentos, que muito e muito vêm contribuir para o embelezamento e progresso daquele parque de diversões.

∿

Melhoramentos públicos

A 24 de Outubro, começou a distribuïção da verba de 20.000 contos, destinada pelo Govêrno a intensificar os trabalhos públicos em todo o país. A primeira distribuïção foi de 3.992 contos, dos quais 2.500 são para trabalhos hidráulicos.

∿

Homenagem corporativa

O S. N. dos Operários da Indústria de Lanifícios inaugurou, com grande solenidade, a sua nova séde. Realizou-se uma sessão solene, em que usaram da palavra vários oradores e foram descerrados os retratos dos srs. Presidente da República e do Conselho e drs. Pedro Teotónio Pereira, Rebêlo de Andrade e Trigo de Negreiros.

∿

Novos edifícios escolares

O sr. coronel Lôbo da Costa, governador civil de Lisboa, inaugurou os novos edifícios escolares da Póvoa de Santa Iria, Castanheira e Alverca do Ribatejo.

A assistência social, através das Casas do Povo

No dia 4 de Novembro, num discurso que pronunciou perante os delegados distritais do I. N. T. P., o sr. dr. Trigo de Negreiros, ilustre sub-secretário das Corporações, afirmou que, dentro em breve, será prestada, através das Casas do Povo, assistência a cêrca de dois milhões de trabalhadores rurais de todo o país.

∿

A nova Estação Agronómica Nacional

Os jornais referem-se largamente às admiráveis instalações da Estação Agronómica Nacional, na Quinta da Aldeia, às Portas de Sacavém.

O projecto do novo edifício é do arquitecto Carlos Rebêlo de Andrade, que realizou uma obra de autêntica expressão nacional.

Constituído por três corpos, ao meio sôbre um largo adro, com silharia de pedra, levanta-se uma galeria alpendrada, com colunas, tendo por cima um frontão truncado, onde se esculpe o pavilhão nacional, rodeado de espigas, numa expressiva estilização.

O corpo central é flanqueado, à esquerda, por uma tôrre de vinte e dois metros de altura, tôda em pedra de Cambiz. A' esquerda, com o mesmo aspecto rude da tôrre, em pedra cinzenta desbastada, grosseiramente, um grande botaréu com a sua inclinação saliente, cujo ângulo encosta à varanda nobre.

O conjunto do admirável edifício é magnífico e honra os serviços técnicos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pelos quais foi completamente realizado.

∿

Casa de Saúde e de Repouso de Lousa de Cima

Com a assistência dos srs. Arcebispo de Mitilene, que representava o sr. Cardial Patriarca; dr. Albino dos Reis, vice-presidente da Assembléia Nacional; coronel-médico dr. Damas Mora e dr. Xavier da Silva, director do Instituto Clínico da J. P. E.; eng.º Carlos Santos, Joaquim Lança e numerosos médicos, foi inaugurada, no dia 10 de Novembro, a Casa de Saúde e de Repouso de Lousa de Cima, de que é director o sr. Mário Damas Mora, que recebeu todos os visitantes com a maior gentileza.

∿

O 8.º Recenseamento da População

Os jornais anunciam, largamente, a realização, em Dezembro, do 8.º Recenseamento da População, que será realizado sob a direcção do Instituto Nacional de Estatística, que mais uma vez irá pôr em relêvo o valor da sua modelar organização.

∿

Serviços municipais

Em sessão magna e sob a presidência do sr. eng.º Rodrigues de Carvalho, aprovou a Câmara Municipal de Lisboa a nova organização dos serviços municipais.

Pôsto de Protecção à Infância de Lisboa

(Dispensário de Puericultura n.º 2)

ORGULHA-SE, muito legitimamente, o «Pôsto de Protecção à Infância de Lisboa», dependência da Direcção Geral de Saúde Pública, instalado na Praça do Brasil, de produzir obra puericola de vulto e com largos proveitos para as quatrocentas crianças que, diàriamente, ali recebem tratamento, alimentação e outros benefícios.

Motivo de orgulho é, também, para a Junta de Província da Estremadura ter enquadrado na sua organização de assistência infantil aquêle magnífico estabelecimento, colaborando com êle com a dotação dum importante activo em géneros, que representa uma das mais avultadas dotações dos seus dispensários. E por isso classificou-o de «Dispensário n.º 2», dentro do programa de que são Dispensários da Junta não só o que pesam completamente no seu orçamento, mas também todos os que recebem colaboração material ou simplesmente moral de quaisquer organismos que ofereçam à obra da Junta o seu apoio.

A obra produzida pelo Dispensário n.º 2 é de relêvo. Os números que damos a seguir são prova evidente do seu progresso. São do relatório privativo, que se refere ao ano de 1939, os seguintes elementos:

Visitas domiciliárias, 23.147; freqüência de crianças durante o ano, 27.675; consultas médicas, 21.413; tratamentos profiláticos de raquitismo, 7.956; vacinações, 2.298; revacinações, 1.419; crianças alimentadas diàriamente, 280, o que se traduz em cêrca de 4.500 quilos de leite, representando cêrca 35.000 litros; 1.617 quilos de farinhas lácteas e 1.388 quilos de farinhas simples. O maior número de crianças que, num só dia, acorreram ao Dispensário, foi de 433, o que forçou à adaptação dum saguão para sala de consulta.

Pelo mesmo relatório, verifica-se que a Junta de Província da Estremadura forneceu a êste dispensário, desde Julho de 1930 até Dezembro de 1939, as seguintes quantidades:

Refeições de leite em pó	2.296.319
As mesmas em quilos	30.571
Farinhas lácteas, quilos	10.424
Farinhas naturais, quilos	10.423

E' director dêste Dispensário o sr. dr. A. Pina Júnior, que é auxiliado pelos srs. drs. Shearman de Macedo e D. Pedro da Cunha e por vinte e três empregadas e visitadoras.

Todos os anos, o «Dispensário n.º 2» distribue, também, centenas de enxovais e agasalhos aos seus protegidos. Essas roupas são oferecidas e confeccionadas pelas empregadas e por senhoras protectoras da obra.

No Natal de 1940, deram-se quatrocentos enxovais de boa malha de lã e o facto constituiu, como de costume, uma festa para as mães protegidas.

∿

O Dispensário de Puericultura de Almada e os seus protegidos

ALMADA correspondeu cabalmente à prontidão com que a Junta de Província da Estremadura satisfez o seu desejo de auxiliar a montagem de um dispensário de puericultura na séde do concelho. De facto, os benefícios distribuídos abrangem já algumas centenas de crianças, embora, na data em que escrevemos, ainda o «Dispensário» não tenha um ano de existência.

Deve-se esta magnífica acção social não só às autoridades locais e à Misericórdia, mas especialmente às pessoas que tomaram sôbre si o encargo de dirigir e executar o melindroso serviço e de entre as quais se destacam o sr. dr. Eduardo Vilarinho, director do «Dispensário» e a sr.ª D. Vitória Viegas, visitadora.

Na época festiva de Dezembro, fez-se ali uma pequena festa, dedicada às crianças, por iniciativa da visitadora e dum grupo de senhoras bemfeitoras que, desde a primeira hora, muito e eficazmente têm colaborado com a obra. Foram distribuídos casaquinhos, abafos e enxovais a algumas das protegidas mais pobres e baptizadas vinte que não tinham recebido êste sacramento.

Assistiram à interessante festa, por parte da J. P. E., os srs. D. Pedro Escórcio da Câmara, inspector dos serviços de puericultura da junta, e Artur Pinho Costa, chefe dos serviços administrativos.

∿

A obra do govêrno civil de Lisboa

NÃO se desconhece na província da Estremadura e, principalmente, no distrito de Lisboa, a acção benéficente de grande relêvo do govêrno civil da capital, a cuja administração preside o sr. coronel Lôbo da Costa, digno sucessor, nos seus actos e obra, do falecido governador João Luís de Moura, de saüdosa memória. O nobilíssimo espírito de humanidade cristianíssima da preclara autoridade administrativa resistiu, valorosamente, a contrariedades várias, surgidas de directrizes regularizadoras dos métodos de assistência, por virtude dos quais se viu diminuído na sua capacidade material para a santa cruzada de bem-fazer.

Mas, nem assim o sr. coronel Lôbo da Costa desistiu da sua campanha benemérita. E, recorrendo a novos meios, tem conseguido manter auxílios e socorros instantes que dispensa, na medida do possível, a quem ao seu coração recorre em solicitações prementes.

Despido de recursos legais, que o Código Administrativo encaminhou por caminhos bem ordenados, o sr. governador civil recorre à generosidade voluntária da capital e obtém, com grande felicidade, somas que, por não serem suficientes para a larga acção que desejaria desenvolver, nem por isso deixam de ser consideráveis. E senão, vejamos o rápido relatório com que o ilustre chefe do distrito justifica o apêlo do final de 1940.

«O govêrno civil de Lisboa, aos donativos que recebeu de Novembro de 1939 a Dezembro de 1940 (doze meses), oferecidos espontâneamente e solicitados e ao produto de festas realizadas, etc., deu a seguinte aplicação:

Subsídios mensais e donativos de uma só vez a pobres e indigentes	472.818$50
Idem, a estudantes	23.439$80
Natal dos pobres em 1939-40, fatos completos e calçado a 5.000 crianças	150.000$00
Natal dos pobres em 1939-40, 6.000 requisições de géneros alimentícios, de 20$00 cada . .	120.000$00
Idem, 1.000 do valor de 10$00 cada	10.000$00

«Distribuiu cobertores, chales, casacos de lã, géneros alimentícios, roupas, leitos, enxêrgas, etc.

«Colocou 28 ex-educandas de asilos particulares nas melhores emprêsas comerciais e em outras actividades da província e Lisboa, entre as quais: Avenida Palace, *Jornal do Comércio e Colónias*, Farmácia Barral, Casa Benard, Manuel B. Vivas, L.da, Colégio de D. Inês de Castro, Ramiro Leão, Casa Terenas, Kurf Porst, Grandela e Francisco Miguel, L.da.

«Em asilos e instituïções particulares de beneficência, albergou, nos doze meses, 102 crianças e adultos inválidos.

«Pelo seu cofre privativo, distribuiu 878.892$75 a escolas, cantinas e instituïções de beneficência e de utilidade pública e pagou 10.849$05 de repatriações de indigentes e 10.246$55 de alimentos e transportes a doentes.»

O singelo relatório e seus números são o mais eloqüente testemunho de quanto pode a generosa boa-vontade de quem sabe ocupar, com honra e consciência, o seu lugar de chefe.

Marinha de guerra portuguêsa

No fim do ano de 1940, o efectivo da Marinha de Guerra Portuguêsa apresentava o seguinte e lisongeiro aspecto:

Avisos de 1.ª classe: *Afonso de Albuquerque* e *Bartolomeu Dias;* de 2.ª classe: *Gonçalo Velho, Gonçalves Zarco, Pedro Nunes, João de Lisboa* e *República.*

Contra-torpedeiros: *Douro, Vouga, Lima, Tejo, Dão* e *Tâmega.*

Submersíveis: *Espadarte, Delfim* e *Golfinho.*

Canhoneiras: *Ibo, Mandovy, Zaire, Diu, Faro, Lagos* e *Limpopo.*

Lanchas-canhoneiras: *Tete, Rio Minho* e *Macau.*

Navios hidrográficos: *Carvalho Araújo, Beira* e *Bérrio.*

Unidades diversas: *Gil Eanes* (transporte), *Vulcano* (caça-minas), *Lidador* (fiscalização), *Almirante Schultz* (balizador). *Lince* (navio auxiliar), fragata *D. Fernando* e *Sagres* (escola).

Totaliza trinta e seis unidades em serviço, quási todas construídas e as restantes beneficiadas, segundo o plano de reconstrução da marinha de guerra. A acrescentar a esta relação, temos mais as seguintes unidades em construção: duas lanchas para fiscalização da costa, um navio-tanque e um navio hidrográfico.

Estão, ainda, previstas para inclusão no programa naval e cuja construção está para breve, mais as seguintes unidades: três contra-torpedeiros, três submersíveis, seis vedetas-torpedeiras e quatro lanchas de fiscalização da costa.

Potência colonial, temos necessidade de manter marinha de guerra, menos com propósitos ofensivos do que representativos, e que estabeleça entre a Metrópole e as provinciais imperiais de além-mar o elo que torne curtas as longas distâncias que separam da sede êsses queridos torrões de terra portuguêsa. Não se pode deixar de classificar de óptima esta realização, levada a efeito como outras, custosas também, e tendo como fundo o legado miserável duma situação económica negativa e, mais francamente, catastrófica.

Portugal ressurge em pouco mais de dez anos do caos financeiro, equilibrando as suas contas. Mas faz-se mais: guardam-se saldos que, embora pequenos, servem para milagrosas realizações, que enchem de alegria os corações portuguêses e de espanto os potentados estrangeiros.

A VIDA dos Concelhos

Pode bem classificar-se de excepcional a actividade da Câmara Municipal de Lisboa, durante o ano de 1940 — o ano jubiloso das Comemorações Centenárias.

A data memorável forçou a capital a uma larga participação nos festejos comemorativos e, por isso, foi intensa a sua actuação, que se caracterizou por extraordinário dinamismo, demonstrativo dum poder de execução evidente.

Damos a seguir alguns períodos do extenso e bem elaborado relatório da gerência de 1940, lamentando não poder publicá-lo na íntegra, como merecia.



O ano de 1940, a todos os títulos digno de persistir na nossa lembrança de portuguêses, pelo brilho excepcional das Comemorações do Duplo Centenário durante êle promovidas, foi, também, o terceiro do nosso mandato.

A íntima colaboração da vereação com o presidente da Câmara — nota que mais salientei nos dois relatórios que antes tive a honra de subscrever — manteve-se, animando-nos, a todos, o mesmo desejo de bem servir a causa que há três anos nos foi confiada.

Com ela foi possível fazer-se o que já está realizado; tornar-se-á possível enfrentar com coragem e decisão o que se encontra planeado, e que, lenta mas firmemente, se irá transformando em factos palpáveis, que desfarão as últimas ilusões aos «velhos do Restelo» que, porventura, ainda pretendam não querer ver. Bem hajam, pois, pela sua atitude, através da qual, fiquem V. Ex.as disso convictos, altos serviços vêm prestando à boa e nobre causa em prol da nossa bela capital!

O ano decorrido não desmereceu dos anteriores, em actividade dos serviços, antes pelo contrário. As Comemorações do Duplo Centenário impuseram à Câmara um tal ritmo nas realizações que lhe incumbiam, dentro do programa geral aprovado pelo Govêrno, que dificilmente se poderia tê-lo ultrapassado. A boa vontade de todos os serventuários municipais, desde o mais alto ao mais modesto, o vivo desejo, que a todos animou, de bem cumprir o seu dever e de trabalhar com ardor e fé para a realização da obra ingente que fôra delineada por quem tão inteligentemente preside ao Govêrno da Nação, operou o necessário milagre de fazer surgir do nada, em curto prazo, aquilo que, em condições normais, levaria o duplo ou o triplo do tempo a realizar. Tanto labôr, só uma grande inteligência, uma invulgarissima capacidade de trabalho, um poder realizador e uma insistente persuação — tornada inquebrável firmeza, quando necessário — que são atributos pessoais do eng.º Duarte Pacheco (o ministro do Govêrno Salazar, cuja obra formidável teve já projecção além fronteiras), poderiam ter impulsionado, despertando, com a sua certíssima visão das nossas possibilidades e o seu optimismo, as qualidades intrínsecas da nossa raça, adormecidas durante largo espaço e que êle soube galvanizar para a grande tarefa realizada em 1940.

Esquecido, pois, o trabalho insano de conceber e realizar tudo quanto surgiu no decorrer do *ano áureo*, tornadas longínqua recordação as longas noites ocupadas nas necessárias locubrações — visto que as horas normais de trabalho já não eram suficientes para manter o necessário ritmo aos estudos a efectuar — uma satisfação profunda nos deve a todos confortar: a intervenção da Câmara não desmereceu dos serviços do Estado, envolvidos na grande labuta. Tudo quanto nos foi atribuído no programa realizado, tudo quanto nos foi solicitado de colaboração e esfôrço, foi dado em condições de nos deixar tranqüila a consciência com o cumprimento do nosso dever. Cerimónias em que a Câmara interveio, obras que realizou, serviços prestados, por vezes em condições de fazer surgir a dúvida quanto às possibilidades de cumprir, e bem, dentro dos prazos fixados, tudo foi de molde a dever deixar-nos satisfeitos quanto ao modo como se exerceu a nossa actividade dentro da grande obra planeada e realizada pelo Govêrno.

Mal nos ficaria a nós encarecer os próprios actos; não é êsse o nosso propósito, ao escrever estas linhas. Pretendemos apenas, com elas, animar os serviços do município e dar-lhes a conhecer o aprêço que mereceu à Câmara a forma como se comportaram no tão laborioso transe em que foram chamados a cumprir o seu dever. De resto, o Govêrno serviu-nos de exemplo de fazer justiça a quem trabalha, tornando público, em palavras proferidas na sessão inaugural da Exposição Histórica do Mundo Português, o seu agrado pela actuação da Câmara e, mais tarde, concedendo condecorações a alguns dos serventuários municipais que mais se distinguiram no esfôrço realizado.

Parece, portanto, indubitável, srs. vereadores, que temos fartos motivos para nos sentirmos satisfeitos, pois o bom nome do município de Lisboa mateve-se, no decorrer das comemorações, em condições que muito nos devem desvanecer e dar-nos a esperança — e porque não a certeza? — de que um espírito novo vivifica a grande família dos serventuários municipais, e de que com êles se poderá sempre contar, quando as circunstâncias lhes imponham esfôrço anormal ou sacrifício em prol dum alto objectivo de interêsse nacional.

Mas, abstraindo mesmo da projecção que as comemorações tiveram sôbre os nossos serviços, no decorrer de 1940, não julgo que tenhamos motivos para nos sentirmos descontentes com a máquina municipal.

Se não houve fundas transformações na organização dos serviços municipais e se o seu funcionamento não deu motivo a reparos ou elogios dignos de citação especial, nem por isso cessou o cuidado pôsto desde a primeira hora da nossa gerência, em os aperfeiçoar, melhorar e simplificar, tornando-os mais aptos a bem servir o público e colhendo dêles melhor rendimento.

A publicação da lei n.º 1.980, em que a Assembléia Nacional converteu o decreto n.º 29.389, que reorganizou em começos de 1939 os serviços do município, impôs uma revisão dos princípios consignados no decreto, permitindo, a cêrca de dois anos da sua publicação, fazer alguns ligeiros ajustamentos na orgânica em vigor, impostos pelos ensinamentos colhidos e pela constante evolução do complexo organismo que é a Câmara de Lisboa. E assim surgiu a nova organização dos serviços, aprovada na reünião de Novembro e que, tendo merecido a concordância de S. Ex.ª o Ministro do Interior, conforme portaria de 25 de Novembro de 1940, entrou em vigor em Dezembro findo.

Quere, portanto, dizer que, pràticamente, a orgânica pela qual nos rege-

mos em 1940 foi a mesma de 1939; nada há, assim, que acrescentar ao que em sua apreciação expus no anterior relatório e que, salvo raras excepções, foi de plena concordância com a medida votada pela Câmara, base do Decreto n.º 29.389, cujas críticas são já do domínio do passado. O tempo decorrido deverá já ter feito meditar os seus comentadores, quanto à justiça com que o apreciaram.

Do capítulo «Polícia Administrativa» — Vem aqui bem a propósito citar a valiosa colaboração prestada pela P. M. à Comissão Administrativa dos Bairros de Casas Desmontáveis, e muito especialmente a acção meritória do falecido comandante Eduardo de Brito Galhardo, que sabia conciliar a firmeza inerente à função exercida com excepcionais dotes de coração, temperando em grande parte a dureza aparente do cumprimento do seu dever em tão difícil matéria. Os humildes que êle atingia, quando necessário, não se iludiam a seu respeito e bem lho patenteavam, na estima que lhe consagravam e no preito de sincera homenagem à sua memória, com que o acompanharam à sua última morada.

Serviços Centrais — No respeitante às Comemorações do Duplo Centenário, os serviços desta Direcção intervieram, não só preparando algumas das cerimónias e manifestações, como, também, proporcionando documentos preciosos do valioso Arquivo Municipal, destinados a figurar na Exposição do Mundo Português. A sessão inaugural do período das Comemorações, em 2 de Junho, nos Paços do Concelho, sob a presidência do Chefe do Estado, com a assistência do Govêrno e alto funcionalismo civil e militar, e a entrega à cidade de Lisboa, na reünião da Vereação de 18 de Julho, do medalhão de Olavo Bilac, pela Embaixada Especial do Brasil, evidenciaram preparo cuidadoso e digno de nota, por parte dos Serviços, prestigiando-os e à Câmara. A última constituiu ainda pretexto para ser prestada uma homenagem à grande nação irmã, traduzida não só nas palavras afectuosas dos discursos pronunciados, como na deliberação que a vereação tomou, de conceder a medalha de ouro da cidade ao eminente Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Devo aqui destacar, também, a deliberação tomada nessa mesma reünião, de se conferir a referida medalha a S. Ex.ª o Presidente da República, ex.mo sr. general Carmona, decisão que, honrando a Câmara, permitiu que fôsse prestado ao primeiro magistrado da Nação o preito respeitoso de apreço da cidade pelas suas excelsas virtudes e pela forma devotada como se tem consagrado aos espinhosos deveres do seu alto cargo.

A *Repartição do pessoal*, além de coligir os necessários elementos para o estudo da organização de serviços, votada em Novembro, iniciou a elaboração da lista de antiguidades de todo o pessoal do município, trabalho êsse demorado pelo número de serventuários a que respeita (mais de 4.800) e pela deficiência de elementos, resultante do modo como os processos individuais eram organizados até à criação desta repartição. Completou-se a organização dos serviços de registo e estatística de doentes e sinistrados e da situação do pessoal entregue à Assistência aos Funcionários Civis Tuberculosos, e continuou com a normalidade o serviço de assistência médica, através do qual se fizeram mais de 21.200 tratamentos e se deram umas 8.000 consultas, sendo perto de 1.100 nos domicílios dos doentes. A repartição interveio ainda na organização dos espectáculos para o pessoal, no 1.º de Maio e pelo Natal, fornecendo elementos imprescindíveis para uma criteriosa distribuïção dos bilhetes de entrada.

Em matéria *cultural*, também não nos mantivemos inactivos, no decorrer do ano findo. Nas bibliotecas prosseguiu a catalogação, selagem e arrumação das novas espécies, aumentadas em quási 45.000 volumes, e o apuramento de umas 1.800 obras do fundo antigo que, com as 1.700 já seleccionadas em 1939, dão um total de mais de 3.500 obras aproveitadas. Simultâneamente, organizaram-se 20.000 verbetes. O número de leitores nas bibliotecas ultrapassou 125.000, dos quais mais de dois terços na leitura diurna; nas dos jardins, foi além de 110.000, tendo-se aumentado o número das suas espécies com 270 volumes. As itinerantes funcionaram em diversas freguesias, segundo indicações dadas pela Comissão Central das Juntas de Freguesia.

Nos museus, preparou-se a abertura, para o corrente ano, das novas instalações do da Cidade, na Mitra, e no de Bordalo Pinheiro fizeram-se bastantes melhoramentos. O número de espécies continuou aumentando por compra, oferta ou encorporação: gravuras, aguarelas, óleos, desenhos, plantas, objectos, etc. Para estimular o gôsto pelas visitas, tornou-se gratuita a entrada de visitantes.

Ainda no campo cultural, há que salientar a continuïdade de realização de idéia feliz, posta em prática nos anos anteriores, de promover exposições de carácter temporário, sôbre assuntos de interêsse citadino. Além da colaboração dada à primeira Exposição Nacional de Floricultura — a que adiante me referirei mais pormenorizadamente — realizaram-se as exposições: do *Aqueduto das Águas Livres*, a cuja inauguração se dignou assistir S. Ex.ª o Presidente da República e que foi encerrada com uma conferência do ilustre eng.º João Carlos Alves, presidida por S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, a de *Júlio de Castilho*, inaugurada por S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional e integrada no programa de comemoração do I Centenário daquele erudito escritor ulissiponense, e, finalmente, a de *Arte e Bibliografia Infantil*, de âmbito mais restrito, mas marcando a primeira tentativa no género entre nós realizada, e cuja inauguração coincidiu com uma distribuïção de livros às crianças das escolas e aos mais pequenos filiados da Mocidade Portuguêsa.

Também, no decorrer do ano, se comemoraram duas datas célebres: a do centenário do nascimento de Júlio de Castilho e a do aniversário da tomada de Lisboa aos mouros. Numa e noutra, além de várias solenidades a que a Câmara assistiu ou se fez representar, realizaram-se sessões solenes nos Passos do Concelho, a que nos deu a honra de assistir S. Ex.ª o Presidente da República e em que usaram brilhante e proficientemente da palavra, versando assunto em correlação com as datas a memorar, o olissipógrafo Matos Sequeira e o erudito prof. dr. Agostinho de Campos. Na primeira dessas sessões, procedeu-se à entrega do prémio Júlio de Castilho ao escritor Noberto de Araújo, autor das *Peregrinações em Lisboa;* a segunda foi aproveitada, como é já tradição, para nela se fazer distribuïção de medalhas de assiduïdade e comportamento a funcionários e operários do município, atribuídas de harmonia com o respectivo regulamento.

Publicaram-se os primeiros volumes da *Ribeira de Lisboa* e das *Muralhas da Ribeira de Lisboa*, as duas belas conferências proferidas no decorrer da Exposição de Floricultura pelo prof. Teles Palhinha e pelo eng. agrónomo Caldeira Cabral, e editaram-se, finalmente, os catálogos das três exposições a que anteriormente aludi.

Ainda no respeitante à actuação dos serviços em matéria cultural, citarei os espectáculos para operários e seus filhos, realizados no 1.º de Maio, a que acorreram cêrca de 35.000 pessoas, e a um dos quais, o do Teatro D. Maria II, se dignou assistir S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, e o de circo, realizado pelo Natal, em que se fez larga distribuïção de lanches, brinquedos e livros aos filhos dos serventuários municipais. Um e outro, embora não tendo um cunho vincado de carácter cultural, tiveram contudo um alto objectivo, que não pode deixar de ser compreendido e apreciado por aquêles a quem, especialmente, foram dedicados.

Pelo que respeita a *propaganda e turismo*, os serviços mantiveram a sua actividade normal que, em todo o caso, no segundo semestre, se ressentiu do afastamento do seu Chefe, o Dr. Tomás Ribeiro Colaço, pessoa cujas qualidades de espírito e cultura conseguiam suprir as falhas e dificuldades inerentes a um serviço incipiente, ingrato e deficiente de elementos para actuar e progredir. O dr. Ribeiro Colaço foi um leal colaborador da presidência, durante o período da sua estada no município, e é com espírito de justiça que aqui se consigna o pesar de o ver afastado da função que sempre procurou exercer com brio e honestidade.

Editaram-se com regularidade várias publicações municipais: além das periódicas — *Diário Municipal* e *Revista Municipal*, esta última continuándo a despertar o mesmo interêsse que no primeiro número — os *Anais* correspondentes a 1939 e o *Anuário* de 1937.

Em matéria de turismo, pouco podemos fazer, e pouco se fará enquanto não fôr definido, — o que certamente não demorará — o campo de actividade da Câmara neste assunto.

Serviços de Urbanização e Obras — Citarei como mais importantes, entre os estudos de conjunto realizados em 1940, o da urbanização da Encosta da Ajuda, o da zona que abrange o novo Manicómio e o novo Sanatório Distrital, o da zona compreendida entre o Areeiro e a futura Avenida de Roma, e a ampliação, para poente, do estudo referente ao Vale Escuro.

Quanto a estudos de pormenor, muitos foram realizados, dentre os quais citarei:

Alteração ao projecto do Bairro de Casas Económicas do Vale de Alcântara, prolongamento da Rua de Luciano Cordeiro até ao Campo dos Mártires da Pátria, arranjo do Campo Mártires da Pátria, arranjo da zona compreendida entre as ruas de Gomes Freire e Luciano Cordeiro, alteração ao estudo de urbanização da Rua do Telhal e Miradouro do Torel, prolongamento da Rua do Marquês de Ponte de Lima, arranjo da Rua Nova do Desterro, planta geral e perfis longitudinais do arranjo do Largo do Andaluz, novo arranjo do cruzamento da Avenida do Duque de Loulé e Rua de Camilo Castelo Branco, arranjo, planta geral e perfis longitudinais dos prolongamentos da Avenida do Visconde Valmor e Rua de D. Estefânia, arranjo da Travessa das Freiras, planta geral e perfis longitudinais dos arruamentos do Bairro de Casas Económicas da Encarnação, planta geral e perfis longitudinais dos arruamentos circundantes do novo Manicómio de Lisboa, arranjo da Calçada da Palma de Baixo e acesso ao Colégio do Infante de Sagres, arranjo da Rua das Amoreiras, junto ao Arco das Águas Livres, arruamento de ligação da Avenida de Álvares Cabral à Rua de Saraiva de Carvalho, planta e perfis longitudinais da ligação dos dois tróços da Rua de Pereira e Sousa, rectificação do alinhamento da Avenida 24 de Julho, junto à Rocha do Conde de Óbidos, solução provisória do cruzamento da Avenida da Índia com a Rua dos Cais de Alcântara, estudo de localização do Novo Mercado de Belém, arranjo da zona de protecção ao Palácio da Ajuda, diversas divisões em lotes de terrenos municipais e particulares.

Como elementos necessários à construção das grandes artérias radiais e circulares, constituindo a rêde fundamental do Plano de Urbanização da da Cidade, estudaram-se os seguintes arruamentos:

Avenida de Ceuta, 1.º tróço (Largo de Alcântara-Senhora de Santa Ana), prolongamento da Avenida da Liberdade e arruamentos da Escola de Palhavã, arruamento Campo 28 de Maio-Lumiar, arruamento Novo Matadouro-Moscavide, arruamento Moscavide-Encarnação, arruamento Encarnação-Charneca, arruamento Charneca-Lumiar, arruamento Moscavide-Aeroporto, arruamento Portela-Campo 28 de Maio.

Dentre êstes têm especial interêsse: o da Avenida de Ceuta, pela importância da ligação que irá estabelecer entre zonas da cidade ao presente completamente separadas, e pela obra de saneamento (cobertura do Caneiro) cuja execução prévia é indispensável, e a do prolongamento da Avenida da Liberdade, por dar satisfação a uma velha aspiração citadina.

Iniciaram-se, continuando em curso em 1941, outros importantes estudos, dos quais destacarei:

Avenida Marginal Oriental, arruamento Portela-Avenida Marginal, Avenida de Ceuta, 2.º tróço (Senhora de Santana-Portas de Benfica), Avenida dos Estados Unidos da América, prolongamento da Avenida de António Augusto de Aguiar, arruamento Campo 28 de Maio-Avenida de Ceuta, zona industrial da Cidade, acesso da Calçada da Ajuda ao Parque Florestal da Cidade, acesso ao Parque Florestal pela Rua do Alvito, arruamentos do Bairro de Casas Económicas de Campolide, arruamentos do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda e Cemitério do Parque Florestal da Cidade.

Dentro da orientação seguida desde o início pela Câmara, prosseguiram no ano findo as expropriações necessárias à execução dos melhoramentos que se efectuaram e daqueles cuja realização se prevê para breve. A acção incidiu sobretudo na zona da Encosta da Ajuda, onde está quási assegurada a posse de todos os grandes prédios rústicos ali situados. Também se expropriaram algumas propriedades na zona marginal do rio, entre Belém e Algés, e completaram-se os processos respeitantes às dos Bairros de Casas Económicas da Encarnação e Madre de Deus, do acesso a Lisboa pela Encarnação — para a praça neste último local, e no tróço entre a Portela e o Areeiro — e continuaram em larga escala as respeitantes ao Parque Florestal de Monsanto e ao arruamento de acesso à auto-estrada Lisboa-Cascais. Prosseguiram as destinadas a completar a área expropriada pelo Estado na zona do Sanatório Distrital-Novo Manicómio e na dos Novos Edifícios Universitários, fez-se grande parte das respeitantes ao

Bairro de Casas Económicas de Campolide, tratou-se de algumas das que interessam à Avenida de Ceuta (sobretudo junto ao grande viaduto da auto-estrada), concluíram-se problemas que há muitos anos se arrastavam, como os referentes ao prolongamento da Rua de Pinheiro Chagas, ao arranjo da Avenida Alvares Cabral, etc. Enfrentaram-se e resolveram-se alguns casos complicados de antigas concessões incompatíveis com o Plano Geral de Urbanização, das quais o mais importante, pelos incidentes surgidos, foi a aquisição dos terrenos de Teixeira & Albuquerque, no alto da Avenida Almirante Reis.

Passarei agora a ocupar-me das *obras realizadas* no ano findo. A actividade dos serviços manteve-se sempre em alto grau, como o impunham os condicionamentos de prazos estabelecidos, de acôrdo com o programa das Comemorações Centenárias. Procurou-se cumpri-los, mas nem sempre, por circunstâncias resultantes da guerra, foi possível atingir-se o desejado objectivo.

Uma das obras não concluídas foi a do Aeropôrto terrestre, a-pesar-de tudo se ter tentado para o conseguir. No decorrer do ano, completaram-se as terraplanagens, escavando ainda cêrca de 450.000^{m3} de terras, para que pudesse completar-se o volume previsto: 1.450.000^{m3}; ultimaram-se cêrca de 150 quilómetros de tubos e construíram-se 448 caixas de inspecção; executou-se o macadame de fundação das pistas numa área de 226.500^{m2} (equivalente a cêrca de 45 quilómetros de estrada com 5^{m} de faixa de rolagem); iniciou-se a camada de desgaste das pistas, feita de betão asfáltico; executaram-se os trabalhos preparatórios do arrelvamento, adquirindo-se na América as respectivas sementes. A verba dispendida no Aeropôrto orçou por 8.700 contos, além de 6.100 com os acessos.

Seguiram-se activamente os trabalhos de plantação e urbanização já iniciados anteriormente no Parque Florestal de Monsanto. Fez-se a sementeira de 30 Ha. de pinhal e prepararam-se outros 30 para a sementeira da primavera de 1941; plantaram-se mais de 60.000 árvores; fez-se o arranjo dos miradouros construídos; melhoraram-se os viveiros, preparando-os para fornecer determinadas espécies, procurando assim dar satisfação às doutrinas expendidas em relatórios e conferências, de fazer predominar no Parque as plantas da flora local ou, pelo menos, as de melhores condições de adaptação; construíram-se ou repararam-se cêrca de 10 quilómetros de arruamentos, que permitem já hoje a circulação de veículos pela quási totalidade da zona a sul da auto-estrada e em extensão importante da zona a norte, e para cuja execução, bem como da das terraplanagens de alguns campos de jogos, se removeram cêrca de 190.000^{m3} de terra, se fizeram 166.400^{m2} de camada de fundação com macadame, e 188.700^{m2} de camada de desgaste; e construíram-se ainda dois quilómetros de caminhos para peões.

Em execução do programa de dar a Lisboa acessos condignos, prosseguiram no ano findo as obras do arruamento de acesso à auto-estrada e respectivo viaduto no Arco de Carvalhão; ficaram quási concluídos o arruamento Encarnação-Portela-Almirante Reis e os acessos ao Aeropôrto pelo sul e nascente (êste um pouco mais atrasado, mas já com a camada de fundação); e fez-se finalmente a completa remodelação da Avenida da India, desde Santo Amaro a Pedrouços, dotando assim a Exposição do Mundo Português com um esplêndido e rápido acesso e estabelecendo a continuidade com a estrada marginal Lisboa-Cascais, executada pelo Govêrno até Pedrouços.

Cumprindo as disposições legais vigentes, respeitantes à urbanização dos bairros de Casas Económicas, concluíram-se em 1940 as terraplanagens do da Madre de Deus, avançou-se bastante nas do da Encarnação, e pavimentou-se o acesso ao Bairro do Alto da Ajuda (continuação da actual Calçada da Ajuda).

Outra obra de largo alcance concluída no ano findo foi a do Bairro de casas desmontáveis da Boa Vista, executado no género do da Quinta da Calçada, mas com ligeiros melhoramentos que a prática aconselhou, e que se destina a receber os ocupantes das barracas demolidas na Baixa dos Sete Moinhos (em conseqüência da execução do arruamento de acesso à auto-estrada) e no Parque Florestal, em virtude das obras e plantações que ali se vêm realizando. A ausência dum colector que pudesse servir o Bairro impôs a construção duma pequena estação depuradora, a primeira existente em Lisboa, e cujo plano e condições de funcionamento no futuro têm sido seguidas com grande interêsse pelos serviços competentes das Direcções Gerais de Saúde e dos Serviços Hidráulicos, além de constituir também campo experimental para o Plano Geral de Esgotos, em estudo.

No Bairro da Quinta da Calçada, completaram-se os edifícios previstos no projecto inicial.

As obras em ligação com a Exposição do Mundo Português foram executadas dentro do programa traçado. Além da transformação da Avenida da India, fez-se o alargamento da Calçada do Galvão até ao Largo da Memória, transformou-se a Praça de Afonso de Albuquerque, construíram-se as Praças do Império e dos Jerónimos e vários arruamentos no recinto da Exposição, concluíram-se três das avenidas principais do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, reconstruíram-se as alas cortadas no edifício da Cordoaria, à Junqueira, e fez-se um extenso trabalho de transplantações e ajardinamentos, em tôda esta zona, que mereceram as mais elogiosas referências dos muitos milhares de visitantes da Exposição.

No que respeita a *arborização e jardinagem*, também muito se fez, e bem, em 1940, e o resultado está à vista: os jardins da Cidade, racionalmente transformados, têm agora um agradável aspecto.

Só na Praça do Império e na Praça Afonso de Albuquerque, foram empregadas cêrca de 200.000 plantas de estação, todas preparadas nos viveiros municipais. Os restantes jardins sofreram também beneficiações de maior ou menor monta, e em todos se colocaram bancos completamente reparados e pintados. A dominante preocupação, em relação às plantações foi a de assegurar uma floração permanente de Junho a Novembro, o que se conseguiu. No que diz respeito a jardins novos, há a citar o de Santo António dos Capuchos e o do Palácio da Mitra.

A realização da I Exposição Nacional de Floricultura na Tapada da Ajuda, para isso gentilmente cedida pelo Instituto Superior de Agronomia, constituiu iniciativa feliz que obteve êxito absoluto. A ela concorreram inúmeros expositores, que capricharam em apresentar valiosos mostruários. A exposição também foi bem compreendida pelo público, como o indica o número de pessoas que a visitaram: 26.000. Bem recompensado foi o esfôrço dispendido, com a atribuição à Câmara, por S. Ex.ª o ministro da Educação Nacional, da Taça destinada a premiar a câmara municipal que mais se tivesse distinguido em matéria de floricultura. Iniciou-se, assim, a realização, que deverá ser periódica, de exposições desta natureza, um dos melhores meios de estimular os produtores e de mostrar ao público os progressos realizados. Terminarei êste assunto, referindo-me ao curso de jardinagem que, por proposta da Câmara, foi criado pelo Ministério da Educação Nacional, e que já funciona na Escola Agrícola de D. Denis. Desnecessário se torna salientar as suas vantagens, pois dêle saírão os jardineiros de amanhã, que, instruídos segundo a nova orientação, serão a garantia segura da continuidade da obra iniciada.

Quanto a *edificações urbanas*, persistiu com intensidade a acção disciplinadora do Município, anteriormente começada.

Em matéria de *arquitectura*, notou-se melhoria acentuada na elaboração dos projectos submetidos à apreciação da Câmara, verificando-se que já não constituem excepção os que se apresentam com plantas lògicamente estudadas e com fachadas de linhas correctas. Na grande maioria dos casos, esta acção camarária tem sido compreendida e até acompanhada pelos autores dos projectos, que, salvo raras excepções, cada vez em menor número, têm sido diligentes colaboradores do Município.

Serviços Técnicos-Especiais — Como nos demais, também neste sector do Município a actividade desenvolvida no ano findo foi intensa, dada a correlação dos respectivos serviços com as obras e outras realizações impostas à Câmara pelas Comemorações do Duplo Centenário. Trabalhou-se interessadamente, produziu-se quanto foi possível, e sempre dentro dos prazos impostos, a-pesar das inúmeras dificuldades, conseqüência da guerra, que em certos casos, como na mudança da fábrica do gás para a Matinha e nas instalações de iluminação, sinalização e radiocomunicações do Aeropôrto, retardaram até ao corrente ano o que se previa estivesse ultimado em meados de 1940, e noutros, como por exemplo nas instalações de iluminação nos novos arruamentos e nas de iluminação exterior de edifícios, obrigou a substituições do que fôra projectado, com prejuízo do efeito que se pretendia obter. A boa vontade, o manifesto interêsse de todos, procurou sempre suprir — e a tempo — as dificuldades que iam surgindo, de modo a não se notar prejuízo visível em relação ao programa a satisfazer.

A Organização dos Serviços de 25 de Novembro de 1940 modificou a orgânica da Direcção, fazendo um novo reagrupamento dos serviços das antigas 2.ª e 3.ª Rep. E assim, a actual Rep. passou a tratar apenas dos transportes mecânicos do Município.

Examinando mais pormenorizadamente o que respeita a cada um dos serviços, verifica-se que, em matéria de *iluminação pública*, a situação internacional e o excesso de trabalhos exigidos aos serviços, durante o ano de 1940, não permitiram ainda que se fixassem os sistemas a adoptar nas diversas artérias da cidade, para se obter uma iluminação eficiente e económica, reduzindo ao mínimo os tipos de candeeiros e focos luminosos usados.

Em matéria de *transportes mecânicos* do Município, de há muito se vinha impondo a sua centralização, com as respectivas oficinas, numa única repartição, para se obter o melhor aproveitamento económico do material circulante existente, organizando a exploração em bases eficientes e económicas, e permitindo uma boa manutenção e conservação do material.

O utilizado nos serviços de Limpeza Urbana aumentou sensìvelmente, embora a elevação dos preços dos materiais, em virtude da guerra, tenha atrasado consideràvelmente a realização do programa de modernização que foi traçado. A-pesar-de tudo, ainda se adquiriu material no valor de 1.034 contos.

Sôbre o problema do *trânsito* na cidade, já nos anteriores relatórios tive ocasião de indicar as dificuldades que se opõem a dar-lhe soluções tão rápidas como todos desejaríamos. Conhecemos as causas, sabemos indicar alguns dos remédios, mas o que é facto é que, quanto aos casos de maior acuidade, nada se pôde avançar em 1940. E' certo que o estabelecimento de parques de estacionamento, principalmente no centro da cidade; a facilidade de escoante rápido da circulação que converge à Praça de D. Pedro IV pela resolução dos problemas de urbanização que se prendem com o prolongamento da Avenida Almirante Reis para sul, e com o estabelecimento de fáceis ligações da referida Praça com o Cais do Sodré e Caminhos de Ferro; o acabamento de algumas artérias e a publicação do novo Código da Estrada darão forte contributo para o desaparecimento das principais dificuldades observadas. As condições actuais criadas pela guerra não permitiram, porém, encarar, como mais de uma vez afirmámos, a resolução dêste e outros problemas de interêsse municipal, com a urgência que seria para desejar.

Passando agora a ocupar-nos dos *transportes colectivos gerais*, é indiscutível que a evolução traduzida no aparecimento do carro eléctrico, que eliminou os antigos veículos hipomóveis e os elevadores de longo curso, satisfez durante muito tempo em absoluto as exigências dos munícipes. Quando, porém, apareceu o automóvel, que veio dar à cidade um ritmo de vida mais acelerado, habituando a velocidades sucessivamente crescentes, e, ao mesmo tempo, o aumento de passageiros nos eléctricos, lhes veio reduzindo, de ano para ano, a velocidade horária, criou-se a impressão de que o carro eléctrico, no momento actual, já não corresponde às exigências do público, como único meio de transporte colectivo.

Impõe-se cada vez mais o estabelecimento urgente de carreiras de auto-carros para, juntamente com o serviço dos eléctricos, garantirem os transportes colectivos dos munícipes, em condições de satisfazer as necessidades da vida citadina actual. O problema a todos os títulos interes-

sante, está sendo objecto das necessárias negociações e espera-se encontrar para êle, dentro em breve, solução conveniente.

A afluência de visitantes à Exposição do Mundo Português e às festas realizadas no período das Comemorações Centenárias mais evidenciou a necessidade da transformação do actual sistema de transportes colectivos. A instância da Câmara, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa estabeleceu, com início na Praça de D. Pedro IV, carreiras directas de auto-carros para transporte de visitantes à Exposição, experiência esta que foi recebida com aplauso e aceitação geral, por se tratar de um meio de transporte rápido e cómodo, e a preço que, embora mais caro que o dos eléctricos, foi considerado suportável pelos utilizantes.

Já anteriormente me referi às dificuldades surgidas na *mudança das instalações da Fábrica de Gás* para a Matinha. As peças acessórias de tubagem de aço para transporte de gás aos centros de distribuição, e o material destinado aos postos compressor e depressores, ainda não chegaram a Lisboa, por dificuldades resultantes da situação internacional, pelo que não foi possível até hoje libertar a Tôrre de Belém da péssima visinhança que a rodeia.

No decorrer de 1940, na fábrica da Matinha, além de se ter ultimado a construção dos edifícios destinados a desbensolagem e a escritórios, concluiu-se a montagem do gasómetro, das aparelhagens do tratamento de gás e depuração química e da de alta tensão na sub-estação eléctrica; fizeram-se os principais colectores de esgôto e a ponte-cais. Encontra-se em curso a montagem dos fornos de distilação (para a sua conclusão, apenas se aguardam os aparelhos de manutenção e pequenos trabalhos acessórios), os postos de compressão e depressão de gás, e a instalação da tubagem de ligação da fábrica com os centros de distribuição, cuja conclusão está dependente da chegada de material, a importar da França e da Bélgica.

A eficiência dos serviços do *B. S. B.* manteve-se no mesmo alto grau, no decorrer do ano findo. A apreciação do seu Regulamento Geral, constituído por nove títulos, que regem os preceitos de admissão e promoção de pessoal, uniformes, aulas, instrução disciplinar, vida interna e serviços exteriores a prestar, iniciada em 1939, completou-se em 1940. Aguarda apenas as pequenas alterações necessárias para o integrar dentro do espírito das doutrinas fixadas na nova redacção do Código Administrativo, publicado em 31 de Dezembro de 1940, para seguidamente ser submetido à apreciação superior.

Embora o material de incêndios corresponda às exigências actuais, convém iniciar-se o estudo dum plano para a sua substituição gradual, logo que a situação internacional o permita, pois não é possível fazer-se a sua renovação num só ano. Em 1940, entraram em circulação uma auto-ambulância, um carro de pessoal (modificado), dois grupos moto-bombas rebocáveis (modificados), três motos com carro lateral e um pronto-socorro reboque de dez toneladas.

A pouco e pouco se vem continuando a melhoria das condições dos aquartelamentos existentes, tendo-se realizado obras no Quartel do Comando (Avenida Presidente Wilson), no da 4.ª Companhia (Graça), no da 2.ª Companhia (Rua Filinto Elíseo), e montado instalações de aquecimento de água para banhos, nos Quarteis das 1.ª, 3.ª e 4.ª Companhias.

Os serviços prestados traduziram-se pela intervenção em 679 fogos — dos quais apenas 14 médios e 6 grandes — e em 3.921 outros sinistros. A pequena percentagem dos acidentes com importância deve-se às condições em que se produziram, e à pronta e eficiente actuação, que não permitiu que atingissem grande desenvolvimento.

Em colaboração com os diferentes organismos do Estado e do Município, efectuaram-se, durante o ano, 1.000 vistorias, tendentes a melhorar gradualmente as condições de segurança da cidade contra incêndios, e foram prestados os serviços normais de prevenção nos edifícios públicos e casas de espectáculos. Nestas, o número de espectáculos em 1940 atingiu 18.627, quando, em 1930, foram apenas 12.000.

Reparam-se e puseram-se novamente a funcionar gratuitamente, durante o ano, 2.251 bôcas de incêndio dos prédios, originando uma melhoria no serviço de abastecimento de água.

E' de justiça salientar mais uma vez o espírito de classe dêste organismo, criado pelo exemplo, abnegação e muita competência do seu comandante e dos oficiais que nêle prestam serviço.

Serviços de Salubridade — Foi despendida a verba de 1.034.328$90 em viaturas, figurando no orçamento para 1941 a de 830.000$00. Havia, em fins de 1940, 60 viaturas e estavam em curso de execução mais 15.

Adoptou-se o sistema dos recipientes metálicos para o lixo, tendo os munícipes adquirido 39.426 dêstes utensílios.

A receita proveniente da venda dos lixos atingiu a soma de 131.000$00.

No decurso de 1940, realizaram-se 13.103 enterramentos nos cemitérios da capital, verificando-se a necessidade de se construírem mais cemitérios, estando em estudo a construção de um, no Parque Florestal de Monsanto.

Oportunamente prosseguirá o estudo dos restantes cemitérios — Pontinha, Portela e ampliação do dos Olivais — previstos no Plano Geral de Urbanização, devendo o problema ficar resolvido por muito tempo com o cemitério do Parque Florestal, cuja construção trará um aumento de cêrca de 60,000^{m2} na área actualmente disponível para enterramentos. No ano findo, conseguiu-se uma pequena ampliação — cêrca de 4.000^{m2} — no de Benfica, com anexação de uma parcela do terreno da estação de limpeza que com êle confina.

Durante o ano, fizeram-se 5.101 visitas sanitárias, do que resultou a receita de 174.014$00. O ficheiro sanitário conta actualmente cêrca de 20.000 fichas.

Foi publicado o regulamento das escadas e porteiros e continuou a profilaxia da raiva, tendo sido apanhados 2.694 cães e 6.863 gatos. Fizeram-se 8.369 vacinações em animais e foram concedidas 10.750 licenças para cães.

Serviços de abastecimentos — Sofreram grande e útil reorganização, cujos benefícios se estão sentindo. Criou-se uma apertada fiscalização sôbre os talhos e mercados, nos produtos de origem animal.

O encargo do abastecimento de carnes à cidade passou a ser atribuído à Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Cessou assim a responsabilidade e preocupação constante para a Câmara, da falta de carne em Lisboa.

Dos serviços que anteriormente se exerciam no Matadouro, ficaram para o município:

a) A inspecção em vida e *post-mortem* do gado;
b) A matança e operações subseqüentes para a preparação da carne;
c) A preparação dos produtos e sub-produtos de consumo ou entrega imediata, em fresco;
d) A industrialização dos sub-produtos e despojos não entregues ou utilizados em fresco;
e) A entrega da carne, produtos e sub-produtos;
f) O transporte da carne;
g) O licenceamento de talhos e locais de venda, preparação e consumo;
h) A fiscalização sanitária dêsses locais;
i) A inutilização da carne e produtos impróprios para o consumo, e a fiscalização do seu aproveitamento industrial.

Para a Junta passaram as seguintes funções, que lhe são atribuídas no seu diploma orgânico, isto é, as em relação com a economia pecuária do País e que de facto exerce:

a) A fixação dos preços de compra do gado;
b) O fornecimenro de gado bovino e, no futuro, do das outras espécies;
c) A sua classificação em categorias, para efeito de valorização de compra;
d) A classificação da carne, por categorias, com idêntico fim;
e) A atribuïção da carne e produtos aos vendedores;
g) A organização e manutenção do seguro do gado;
h) Os pareceres sôbre abertura e suspensão de talhos.

O Grémio Concelhio dos Comerciantes de Carnes passou a funcionar sob a superintendência da Junta, de quem é, por assim dizer, o agente distribuïdor, sem prejuízo das relações que necessita continuar a manter com o matadouro.

As receitas do Matadouro totalizam 10.020.000$00 e as despesas, assim divididas, receita ordinária, 4.630.000$00; sobretaxa para o novo Matadouro, 3.610.000$00; imposto indirecto sôbre carnes, 1.780.000$00. As despesas atingiram 4.930.000$00.

Em 1940, saíram do Matadouro para consumo da cidade, 17.736.700 quilos de tôdas as espécies.

CONTAS MUNICIPAIS

Saldo de 1939	2.217.162$89
Receitas arrecadadas	159.460.600$19
Total . . .	161.677.763$08
Despesas pagas	160.070.845$50
Saldo para 1941 . . .	1.606.917$58

Receitas:

a) A *receita ordinária* orçou-se em 79.784.596$20, mas cobraram-se 106.416.763$24, verificando-se assim um excesso de 26.631.763$07 sôbre a previsão orçamental.

Esta receita proveio de:

	Contos
Capítulo 1.º — Impostos directos	65.562
Capítulo 2.º — Impostos indirectos	5.080
Capítulo 3.º — Taxas-Rendimento de diversos serviços	30.910
Capítulo 4.º — Rendimentos de bens próprios . . .	1.381
Capítulo 5.º — Reembolsos e reposições	3.483
	106.416

g) A *receita extraordinária* foi de 31.837 contos, assim descriminada:

a) Produto de empréstimo:

	Contos
Parte utilizada do de 100.000 contos, de 15/11/939, para o "Plano de obras e melhoramentos de 1939 e 1950"	26.000
Levantado do empréstimo de 40.000 contos, de 30/6/937, para a construção do novo Matadouro	1.624

b) Comparticipações do Estado:

— Pelo Fundo de Casas Económicas	3.313
— Pelo Fundo de Desemprêgo	1.100
Soma . . .	31.837

No orçamento, previa-se a utilização de 55.000 contos do empréstimo para a execução do plano de obras e melhoramentos em curso, mas afinal só se levantaram 26.000 contos.

A utilização dêste empréstimo tem sido a seguinte:

	Contos
Creditado em 1939	30.000
» em 1940	26.000
Disponível para 1941	44.000

No ano findo, apenas se empregaram 1.624 contos do empréstimo de 40.000 contos, para a construção do Novo Matadouro. Em cumprimento das obrigações assumidas no contrato dêste empréstimo, depositaram-se durante o ano, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, 3.654 contos, provenientes da sobretaxa de $20 em cada quilo de carne abatida.

Despesas:

a) A despesa global em 1940 foi de 160.071 contos, contra 190.000 contos em 1939; mas, enquanto nesse ano, a parte correspondente a consignação de receitas foi de 62.000 contos, no ano corrente, tendo cessado o serviço de abastecimento de carnes, houve apenas 22.000 contos pagos nas despesas consignadas.

b) A *despesa ordinária*, prevista em 79.785 contos, foi rectificada nos dois orçamentos suplementares para 80.071; e, como se despenderam 74.038 contos, houve um saldo orçamental de 6.033 contos, assim descriminado:

Classes da despesa	Orçado	Efectuado	Saldo
Pessoal	32.214,9	31.308,9	906
Material	19.564,5	17.318,1	2.246,4
Pagamento de serviços e diversos encargos	27.891,8	25.055	2.836,8
Anos económicos findos	400	356	44
Soma	80.071,2	74.038	6.033,2

A descriminação da despesa, relativamente aos diferentes capítulos do orçamento, é a seguinte:

Designação	Pessoal	Despesas com o material	Pagamento de serviços e diversos encargos	Total
Despesa ordinária:				
Dívida Municipal	—	—	8.027.345$40	8.027.345$40
Presidência	96.754$40	2.156$45	20.380$43	119.291$28
Representação Municipal	—	—	10.524$80	10.524$80
Pensões e Reformas	—	—	2.857.731$10	2.857.731$10
Polícia Municipal	1.081.704$88	12.188$45	3.500$00	1.097.393$33
Direcção dos Serviços de Finanças	1.575.908$23	390.995$55	11.704.977$18	13.621.880$96
Direcção dos Serviços Centrais	1.908.150$84	446.682$12	559.863$61	2.914.696$57
Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras	6.456.997$95	9.175.561$03	442.116$79	16.074.675$77
Direcção dos Serviços Técnicos-Especiais	7.329.012$28	5.338.655$14	711.169$95	13.378.837$37
Direcção dos Serviços de Salubridade	7.507.330$55	1.405.599$50	161.567$20	9.074.497$25
Direcção dos Serviços de Abastecimento	4.497.712$70	546.262$35	555.799$15	5.599.774$20
Quadro de Reserva e Pessoal fóra dos Quadros	905.288$45	—	—	905.288$45
Soma	31.308.860$28	17.318.100$59	25.051.975$61	73.681.936$48
Despesa de anos económicos findos	—	—	—	356.051$96
Total	—	—	—	74.037.988$44

c) A despesa com o *pessoal*, nos diferentes quadros, descrimina-se do seguinte modo:

	Contos
Pessoal de direcção	1.401
» técnico	2.199,2
» contabilista	1.105,2
» administrativo	3.931,2
» auxiliar	3.096,3
» menor	7.582,7
» operário	5.047,6
Pessoal militarizado:	
Polícia	1.001,3
Bombeiros	3.715
Pessoal de reserva	635,9
» fora dos quadros	269,4
Soma	30.584,8
Remunerações acidentais	282,8
Outras depesas com o pessoal	441,2
Total	31.308,8

a que há a acrescer a despesa com o pessoal aposentado.

d) Em *material*, a despesa ordinária (17.318 contos) teve o seguinte destino.

	Contos	
Construções e obras novas	5.944	
Aquisições de utilização permanente	1.785	7.729
Despesas de conservação e aproveitamento do material		7.303
Material de consumo corrente		2.286
		17.318

donde se verifica que 7.729 contos foram despendidos em simples transformação de valores, pois representam aumento de bens do património municipal.

d) Em *pagamento de serviços e diversos encargos*, as despesas foram:

	Contos
Encargos da dívida municipal	8.027,4
Pensões e reformas	2.857,7
Higiene, saúde e confôrto	432,5
Despesas de comunicações	251,9
Rendas	7,9
Encargos das instalações	500,3
Encargos administrativos	9.961,3
Outros encargos	7.016
	29.055

Na verba de «Pensões e Reformas» incluem-se 2.800 contos de subsídio do município, os quais, juntos aos restantes rendimentos do serviço de aposentações, constituíram a receita que fez face ao pagamento dos encargos com as pensões e reformas (4.346 contos); na de «Encargos administrativos» há 2.961 contos de encargos extra-municipais (obrigatórios e facultativos), que não constituem despesa própria do município mas são por êle custeados; na de «Outros encargos» incluem-se 6.070 contos despendidos na aquisição e expropriação de prédios rústicos ou urbanos, que não representam encargo efectivo, mas simples transformação de valores, mais tarde compensada pela venda dos terrenos sobrantes dos melhoramentos realizados.

f) Como elemento de comparação das despesas ordinárias do município, efectuadas nos últimos três anos, apresento o seguinte quadro:

Classes da despesa	1938	1939	1940
Pessoal	37.018,8	31.965,2	31.308,9
Material	10.874,7	13.342,2	17.318,1
Pagamento de serviços e diversos encargos	14.924,9	19.095,9	25.055
Despesas de anos económicos findos	—	650,9	356
Soma	62.818,4	65.054,2	74.038

A redução na classe de «Pessoal», de 1939 para 1940, resulta em parte da diminuïção de despesa com o pessoal do «Quadro de reserva» e «Fora dos quadros».

g) Na *Despesa extraordinária*, prevista de início em 75.000 contos, despenderam-se, durante o ano, 64.361, o que bem demonstra a extraordinária actividade exercida pela Câmara.

A despesa efectuada excedeu em 32.524 contos a receita extraordinária cobrada (31.837 contos), o que se realizou à custa, como já disse, do excesso da receita ordinária sôbre a despesa ordinária.

A descriminação da despesa extraordinária pelos artigos orçamentais é a seguinte:

	Contos
Parque Florestal	7.429
Aeroporto e seus acessos	14.833,5
Prolongamento da Avenida da Liberdade	717
Obras relacionadas com a Exposição do Mundo Português	19.027,7
Avenida Almirante Reis	1.417,8
Arruamento de acesso à auto-estrada	5.608,3
Casas económicas	2.498,2
Casas desmontáveis	2.033,8
Novo matadouro	1.623,5
Trabalhos de grande urbanização	1.405,5
Transferência da fábrica do Gás	5.846,3
Aquisição de material automóvel	722,5
Trabalhos de iluminação e decorações	1.189,3
Total	64.352,5

A comparticipação do Estado para todos êstes trabalhos limitou-se a 4.213 contos — 3.313 pelo Fundo de Casas Económicas e 1.100 pelo Fundo de Desemprêgo.

h) A disposição do Código Administrativo, alterando de 5 para 15 de Janeiro o prazo para liquidação de contas do ano económico, facilita grandemente a redução dos saldos de encerramento, no capítulo das *Consignações*, visto permitir escriturar como movimento próprio do ano a entrega das receitas do Estado respeitantes a Dezembro. O movimento dêste capítulo foi o seguinte:

Saldo de 1939	2.070.561$14
Receita cobrada em 1940	21.207.317$52
Soma	23.287.878$66
Pagamentos efectuados em 1940	21.671.939$49
Saldo para 1941	1.605.939$17

corresponde a:

	Contos
Descontos para instituïções de previdência	190
Participações cobradas por conta de diversas entidades	39
Receitas cobradas para pagamento de serviços	20
Depósitos para cauções de alvarás	405
Em conta do empréstimo do Matadouro	363
Fundos especiais	1
Outras consignações	498
Soma	1.606

O relatório termina com as seguintes palavras:

«Sumariada, assim, a análise dos principais actos da gerência de 1940, tenho como dever não fechar êste relatório sem duas referências especiais: uma aos directores de Serviços, sem dúvida os melhores obreiros da actividade camarária, que a uma comprovada competência aliam a mais escrupulosa lealdade e dedicação pelos serviços, e outra à Imprensa, sempre pronta a divulgar a nossa actuação e a estimular o nosso constante propósito de transformação, para melhor, da nossa linda Capital.»

Setúbal

VOLTA a animar-se a laboriosa e lealíssima cidade de Setúbal. As suas fábricas agitam-se na faina cotidiana da produção, agora intensa, pelas exigências da guerra, e a vagarosa mas segura política de reconstrução da economia local, fortemente abalada por um largo período de decadência, vai restituindo à cidade o seu aspecto dos dias de progresso, que fazia de Setúbal a primeira cidade industrial do país.

A composição da Câmara Municipal, em 1940, era a seguinte: dr. António Barreiros Cardoso, delegado do govêrno; dr. António Pedroso Pires de Lima, presidente; drs. Joaquim Augusto de Barros e Augusto César Teixeira, vogais; dr. António Inácio Greek Tôrres, chefe da secretaria.

Conselho municipal — Presidente, o presidente da Câmara Municipal; vogais, os srs. Abel Mesquita, dr. António Maria de Sousa, eng.º António Pôrto Soares Franco, dr. António Soares Franco Júnior, Henrique Augusto Alves Braga, dr. Jacinto Fernandes Rodrigues Bastos, dr. Joaquim Ferreira de Sousa Júnior, eng.º Jorge de Sequeira, dr. José Almeida Barreiros de Magalhães, dr. Júlio Manito Tôrres, Manuel Xavier dos Santor Jacob e Mariano Augusto Coelho.

Aguarda-se a substituïção dos srs. eng.º Carlos Areias Caldeira e Felipe Bruno Alves, como representantes das Juntas de Freguesia, conforme solicitação já feita às mesmas Juntas.

Mercê do inquérito directo a que procedemos, obtivemos os seguintes dados de importância local:

Orgãos na imprensa — Diário *O Setubalense;* semanário *A Indústria;* quinzenários *O Sado* e *Mocidade.*

Organização corporativa — Casa dos Pescadores de Setúbal; casas do povo da Secil e de Azeitão; sindicatos nacionais dos Operários da Indústria de Conservas, dos Estivadores, dos Manipuladores de Pão, da Construção Civil, dos Motoristas, dos Empregados no Comércio, dos Apanhadores de Peixe, dos Descarregadores de Terra e Mar; grémios patronais dos Fabricantes de Conservas, do Comércio de Setúbal, e delegação do de Panificação.

Instrução — Escolas primárias de S. Sebastião, Santa Maria, S. Julião e Anunciada; estão instaladas na cidade, com aulas para os sexos masculino e feminino, o que totaliza em oito o número efectivo das escolas. O *Anuário Comercial* regista, além destas, mais 24 escolas particulares para o ensino primário, na cidade, e uma para o ensino secundário. Há mais, em Setúbal, o Liceu Bocage, a Escola Comercial e Industrial João Vaz, o Colégio da Apresentação de Maria, e, ainda, a escola primária de Vila Fresca de Azeitão, e a de Vila Nogueira de Azeitão.

Assistência — Infância Desvalida, Orfanato «Presidente Sidónio Pais», asilos «Bocage» e «Acácio Barradas», Florinhas de Setúbal, Misericórdias de Setúbal e de Vila Nogueira de Azeitão, Associação Setubalense de Caridade e o Dispensário de Puericultura n.º 10, da Junta de Província da Estremadura.

Sociedades recreativas — Club Setubalense, Ateneu Comercial, Club Naval, Vitória Foot-ball Club, filarmónicas União Setubalense, Capricho Setubalense, Providência Azeitonense e Perpétua Azeitonense, e Club-Teatro Azeitonense.

NOTA ADMINISTRATIVA

Terminou o seu mandato, no final do ano de 1940, a Câmara Municipal que, até então dirigiu, sob a presidência do sr. major Alfredo Augusto Xavier Perestrelo da Conceição, os destinos dêste concelho, gerência dificílima, dadas as circunstâncias gravosas dos últimos anos, e cujos aspectos a nova vereação encarou com coragem, prestando justiça aos seus colegas cessantes e demonstrando enfrentá-los conscientemente, e consoante a emergência.

Não vai o momento propício a esperançosas perspectivas em matéria de administração pública e, se bem que tenhamos de nos regozijar e até de orgulhar com as condições financeiras e económicas em que vivemos e que marcam um estranho e prodigioso contraste com a situação geral da Europa, o certo é que, desde há muito tempo, o fulcro de tôda a economia do laborioso concelho sofre as conseqüências duma espécie de colapso, de que não somos culpados. E, quando tudo fazia supôr que rápida melhoria das condições industriais permitiriam remeter à velha prosperidade os labores de Setúbal, eis que deflagra o maior conflito da História, a cujos trâmites está ligada a sorte das classes trabalhadoras — e, em reflexo a de todas as outras — dêste e de outros centros piscatórios do país.

O documento oficial que se segue, refere eloqüentemente e com a verdade que caracteriza todos os actos de govêrno do Estado Novo, a situação municipal e as esperanças do futuro:

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO PARA 1941

Nomeada por portaria publicada em 10 do corrente, a Câmara Municipal da minha presidência entrou no dia seguinte e consegue, ao cabo de vinte dias de trabalho intenso, aprovar o orçamento ordinário para 1941.

A situação financeira municipal é excepcionalmente grave, conforme se vê pela nota publicada na imprensa local e transcrita na acta da primeira reünião ordinária da Câmara: apuraram-se 4.328.162$37 de dívidas passivas, embora não se tivesse examinado ainda a legitimidade de todas, mas falta averiguer com exactidão o montante das dívidas referentes a 1940, e não se acham incluídas naquela importância as dívidas do ano corrente, provenientes de tratamentos de doentes pobres nos hospitais, visto não nos terem ainda fornecido todas as respectivas facturas.

O saldo em dinheiro era, em 11 de Dezembro, de 341.748$55. Mas deve notar-se que, nesta quantia, se acham abrangidos 111.318$51, consignados a despesas de natureza turística, 18.413$91 e 2.020$90 que constituem produto de remissão de foros e de venda de bens do Município, efectuados em 1940, ao qual deverá dar-se a aplicação referida no decreto n.º 19.020, de 8 de Novembro de 1930 (construções escolares) e no art. 302.º do Código Administrativo, e que havia ainda, incluída naquele saldo, a importância de 2.007$12, destinada a pagamentos a diversas entidades por consignação de receitas. Proveniente de remissão de foros e venda de bens durante os anos anteriores a 1940, e destinado, também, por consequência, a construções escolares, existe, confundido no saldo referido, a importância de 78.000$00. Finalmente, a Câmara recebeu dos Serviços Municipalizados, em 1939, a parte que lhe competia no pagamento da 2.ª prestação do empréstimo de 8.305.956$25, no montante de 80.246$04, pagamento êsse que não chegou a efectuar-se. Isto é, rigorosamente, o saldo disponível em 11 de Dezembro era apenas de 49.335$07 — diferença entre as importâncias indicadas e o saldo em dinheiro constante do balancete do dia 11 de Dezembro.

Dispensam-se comentários para mostrar o desequilíbrio das finanças municipais.

Perante a situação que resulta de tão avultado passivo, sem possibilidade, no espaço de tempo disponível, de tomarmos contacto com os serviços e obter, prèviamente, solução para alguns problemas que têm contribuído, notàvelmente, para a crise, são inevitáveis as deficiências que se notam no trabalho realizado, e que seremos os primeiros a indicar nêste relatório.

Por um lado, vimo-nos forçados a admitir como certas algumas providências legais sugeridas no Govêrno, cujo estudo não era possível concluir-se até 31 de Dezembro corrente. Supomos, no entanto, que não houve fantasia nesta maneira de proceder, plenamente justificada, aliás, pela fôrça das circunstâncias.

Por outro lado, tivemos de ser prudentes na previsão de economias, que só poderão decidir-se seguramente quando houver inteiro conhecimento dos serviços e das suas necessidades.

No entanto, a acção municipal, no ano próximo, em nada ficará comprometida pelas deficiências do presente orçamento. Efectivamente, tudo será estudado sem demora, e hão-de fazer-se as remodelações que porventura se julguem necessárias. Assim, o par de verbas que o estudo e a experiência nos levem a considerar exíguas, outras haverá que se tornem exageradas em face das medidas que forem tomadas. Teremos, ao elaborar o orçamento suplementar, o ensejo de rever o trabalho agora realizado.

Passamos a expôr o critério que presidiu à elaboração do orçamento. Quanto à

Receita — Sem considerar a receita dos Serviços Municipalizados, a previsão para 1941 atinge 5.248.946$00, em vez de 6.451.570$96, que acusava o orçamento para 1940. O certo, porém, é que, até 11 de Dezembro corrente, a cobrança foi apenas de 3.759.445$47, o que basta para demonstrar que não procedemos com pessimismo ao prever, para 1941, a cobrança de menos 1.202.624$00 do que a importância que se previu cobrar durante o ano de 1940.

Excluídas as receitas consignadas e extraordinárias, os números para 1940 e 1941 são, respectivamente, 5.353.890$89 e 4.725.825$00, ou seja, menos 630.065$89 para o ano de 1941.

Na previsão, salvo o caso do imposto de consumo sôbre vinhos, que rendeu no ano corrente 8.222$85, atendemos às regras legais, tendo, no entanto, em consideração, as diferenças, para mais ou para menos, que, provàvelmente, resultarão de providências legais decretadas no ano corrente, e das deliberações que a Câmara actual já tomou, acêrca das taxas e do sistema de cobrança de alguns impostos.

Relativamente aos *impostos directos*, prevê-se a cobrança de menos 830.722$11 do que a importância constante do orçamento anterior. Para esta diferença concorre, principalmente, o facto de termos entendido que não devia figurar nêste capítulo a importância a receber da Delegação Aduaneira e da Alfândega de Lisboa, proveniente do impôsto *ad valorem* e de pescado, cobrado em 1940.

Afigura-se-nos certo que o impôsto não muda de natureza pela simples razão de ter sido cobrado no ano anterior àquele em que é pago à Câmara. Assim, embora se mencione como dívida activa, desde que foi cobrado pela Alfândega, em 1940, a respectiva verba vai inscrita no capítulo próprio — Impostos indirectos. E', como se vê, um simples caso técnico orçamental. Deve notar-se, entretanto, que deixamos de incluir no orçamento cêrca de 650.000$00 de conhecimentos em dívida, referentes ao imposto de consumo sôbre vinhos lançado nos anos anteriores a 1940. É isto, porque a legalidade dessas dívidas está

a discutir-se nos tribunais e entendemos, a-pesar, é claro, de não renunciarmos ao direito que a Câmara possua à sua cobrança, que seria de boa prudência não contar senão com receitas de cobrança assegurada.

Quanto aos *Impostos indirectos*, prevê-se a cobrança de 2.478.214$06 em vez de 2.203.100$00, previstos para 1940, ou seja mais 275.114$06. Não deve estranhar-se o excesso da previsão relativamente à de 1940, atendendo ao que dissemos acêrca das dívidas activas. Efectivamente, figuram nêste capítulo 512.614$06 a receber da Delegação Aduaneira e da Alfândega de Lisboa, proveniente do imposto *ad-valorem* e de pescado, cobrado em 1940, que, pelo critério adoptado até aqui, figuraria no capítulo Impostos Directos. A referida importância de 512.614$06 acha-se confirmada pela nota que nos forneceu a Delegação Aduaneira de Setúbal, em 30 do corrente, e corresponde precisamente ao imposto que foi cobrado em 1940 pela mesma Delegação e só será entregue à Câmara em Janeiro próximo. Deixou de inscrever-se o imposto em dívida, cobrado pela Alfândega de Lisboa por falta de elementos acêrca do seu quantitativo.

O imposto indirecto sôbre bebidas alcoólicas e seus derivados, cuja cobrança esperamos nos seja garantida brevemente, calcula-se em 900.000$00, em vez de 1.100.000$00, previstos para 1940.

Relativamente ao imposto indirecto sôbre carnes verdes, prevê-se cobrança um pouco superior à dos anos anteriores, visto ter sido, dentro dos limites legais, elevada ligeiramente a respectiva taxa, para obter compensação do prejuízo causado, por ter sido reduzida a taxa de utilização dos matadouros, em virtude da publicação da portaria n.º 9.708, de 23 de Dezembro corrente. Também influirá no aumento a deliberação sôbre o processo de cobrança dêste imposto. Até aqui, a cobrança fazia-se por meio de avença. Passará a fazer-se por manifesto. Estando a proceder-se já à liquidação dos quilos de carne abatida para efeito da cobrança da taxa de utilização dos matadouros, o novo sistema não implica qualquer despesa de fiscalização, nem sequer aumento de trabalho, e produzirá a elevação da receita em cêrca de 10.000$00.

No capítulo *taxas*, a cobrança prevista é de 737.174$00, isto é, menos 36.841$00 do que no orçamento para 1940. A diferença provém, sobretudo, da redução já mencionada da taxa de utilização dos matadouros.

No capítulo *Rendimento de bens próprios, dos serviços municipais e municipalizados*, excluída a receita dos serviços municipalizados, orçamentaram-se 367.991$72, em vez de 392.491$72, orçamentados para 1940. A razão principal da diferença encontra-se na verba de lucros dos serviços municipalizados, que é de 350.000$00 e foi prevista em 370.000$00, no orçamento para 1940.

No capítulo *Reembolsos e reposições*, não há diferença sensível que mereça referência especial.

Não interesso também a diferença de 83.620$80, verificada no capítulo *Consignação de receitas*. Deve-se, especialmente, ao facto de ter deixado de se cobrar o adicional de 30 por cento para o Estado, sôbre taxas cuja liquidação se não faça por meio de licenças, e o sêlo de licença referido no art. 106.º da Tabela Geral do Imposto do Sêlo.

Finalmente, quanto às *Receitas extraordinárias*: — Ao passo que no orçamento para 1940 se previa a cobrança de 460.700$00 do saldo do empréstimo de 600.000$00 para realização, pelos serviços municipalizados, da primeira fase do projecto de abastecimento de água à cidade, 345.829$24 de comparticipação do Estado, pelo Fundo do Desemprêgo, para a mesma obra e o subsídio do Estado, de 16.403$00, para reparação da Rua Jorge de Sousa, inscreveu-se apenas esta última verba, visto a obra não ter sido efectuada em 1940, e o saldo da comparticipação referida para a obra de águas, no montante de 317.548$90. A importância do empréstimo de 600.000$00 foi já integralmente recebida.

A comparticipação para reparação da Rua Jorge de Sousa, como outras concedidas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, caducou durante o ano de 1940. No entanto, atendendo à urgência da obra, e porque o seu custo é relativamente pequeno, esperamos poder obter que seja novamente concedido, de modo a executar-se a mencionada reparação no decorrer do próximo ano.

Despesas — Para boa compreensão do orçamento da despesa tornam-se necessários alguns esclarecimentos.

Já frizámos que as dotações agora estabelecidas têm, em muitos casos, carácter provisório. Se, por um lado, haverá verbas que tenham de vir a ser reforçadas, esperamos que, na maioria dos casos, suceda o inverso, depois de estudados os serviços e de se ter procedido às remodelações que se justificarem. O saldo que provàvelmente se obterá com as medidas que referimos há-de encontrar boa aplicação no reforço das verbas destinadas a amortizar as dívidas passivas, que comprometem actualmente as mais úteis e necessárias realizações municipais.

Para melhor sistematização, vamos aludir às dotações dos vários capítulos que mais estranheza possam causar.

Encargos de empréstimos — Para pagamento das prestações do empréstimo de 8.305.956$25, contraído na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, vencidas no segundo semestre de 1939 e em 1940 e a vencer em 1941, acrescidas as primeiras de juros de mora, e ainda das prestações do empréstimo de 600.000$00, contraído na mesma Caixa, deveria inscrever-se importância superior a 1.500.000$00.

Conhecidas, porém, as circunstâncias financeiras do município, e atendendo à impossibilidade de prevermos em orçamento parte importante das economias que serão possíveis, todos reconhecerão que não poderia dotar-se a respectiva verba com tão avultada quantia — cêrca de um têrço das receitas ordinárias e próprias da Câmara! A solução que adoptamos, inscrevendo, para já, a totalidade das prestações referentes ao empréstimo de 600.000$00 e apenas parte da importância referente ao empréstimo de 8.305.956$25 é uma triste solução de emergência, que não significa, entretanto, o propósito de deixar de cumprir o contrato celebrado com a Caixa. Efectivamente, foram já iniciadas diligências no sentido de procurar resolver o problema em boa harmonia e tendo em vista as críticas circunstâncias financeiras do município.

Reservar-nos-emos para rectificar a dotação actual em orçamento suplementar, nas bases acordadas entre a Câmara e o Conselho de Administração da Caixa Geral.

Secretaria — O capítulo *Secretaria* vai dotado com menos cêrca de 27.000$00 do que em 1940, não obstante nêle se incluir a despesa com serviços forenses que figurava até aqui em capítulo àparte.

Para esta diferença concorre, especialmente, a verba destinada a aquisição de mobiliário e despesas de instalação dos serviços nos Paços do Concelho — 1.000$00, em vez de 70.000$00.

Deixam de figurar neste capítulo verbas para as comemorações centenárias, levadas a efeito no ano corrente, para o recenseamento da população, além de outras de menor importância. Também não se inscreve subsídio para a Caixa de Reformas e Previdência do Pessoal da Câmara, que aliás, deixou de ser pago nos dois últimos anos. O assunto está a ser objecto de estudo e procurará solucionar-se pela forma mais razoável e legal.

De modo geral, foram reduzidas, relativamente ao orçado para 1940, as dotações das verbas que não constituem encargo obrigatório, tendo-se em consideração, por vezes, que não foram despendidas integralmente, sem que daí resultasse inconveniente, algumas das verbas do orçamento em vigor.

Nas bases do orçamento para 1941, oportunamente aprovadas, previu-se a criação de um lugar de arquivista, que — dizia — seria preenchido pelo actual encarregado do mercado, cujo lugar seria extinto. Não se executará esta resolução, não só porque, a criar-se o lugar, teria de ser provido por concurso entre pessoas aptas para exercer as funções especializadas de arquivista, mas, sobretudo, porque não julgamos necessária a sua criação.

Dívidas passivas — Neste capítulo, bem como no capítulo *encargos de empréstimos*, inscreveu-se tudo o que foi possível, depois de estabelecidas as dotações dos vários serviços.

Além da quinta parte dos adicionais às contribuições directas do Estado, deduzida a favor dos hospitais, por conta dos seus créditos — que atingirão no final dêste ano cêrca de 1.250 contos — inscreve-se verba superior a 686.000$00 para amortização de dívidas passivas. Estamos certos de que, em orçamento suplementar, a dotação actual será consideràvelmente reforçada.

Uma coisa podemos garantir. E' que, a cobrar-se o imposto de consumo sôbre vinhos, o seu rendimento há-de ser integralmente aplicado no pagamento de dívidas passivas.

Água e luz — Sem considerar o orçamento dos serviços municipalizados, a despesa prevista é superior, em mais de 110.000$00 àquela que se achava orçamentada para 1940, a-pesar-de se terem reduzido algumas dotações, especialmente as que se destinavam a despesas de conservação e aproveitamento do material. E' que a verba do ano de 1940, para despesas de iluminação e água a cargo do município, não era bastante. Torna-se necessário, dotando suficientemente estas verbas, evitar que se agrave o crédito dos serviços municipalizados sôbre a Câmara — 845.693$54, em 11 de Dezembro corrente.

Pelo contrário, êste crédito tenderá a desaparecer.

Matadouros — A despesa com os matadouros aparece reduzida em cêrca de 27.000$00. Cerceado o direito à cobrança da taxa de utilização dos matadouros, procurará obter-se economia correspondente nos serviços, com o menor prejuízo possível. Tendo em vista o disposto no art. 2.º do decreto n.º 29.930, de 14 de Setembro de 1939, não tardaremos a estudar a possibilidade de remediar as actuais instalações do matadouro de Setúbal.

Obras — Prevê-se o dispêndio de 615.000$00, números redondos, em vez dos 916.000$00, inscritos para 1940. E isto sem considerar economias várias que, embora não se prevejam, hão-de executar-se.

Há dois pontos a considerar nêste capítulo.

Em primeiro lugar, e de modo geral, previu-se apenas realizar aquilo que, destinando-se a satisfazer necessidades públicas urgentes, não prejudique o plano de restauração das finanças que vai traçar-se e terá de cumprir-se através de tudo.

Nesta ordem de idéias, pusemos de parte algumas obras incluídas no plano de actividade para 1941, que encontramos aprovado. Este procedimento foi adoptado com pleno acôrdo do Conselho Municipal.

Além das inevitáveis despesas de conservação e pequena reparação, previmos ùnicamente, conforme referimos ao aludir às receitas extraordinárias, a grande reparação da Rua Jorge de Sousa, que se acha em deplorável estado, visto tratar-se de obra orçada em pouco mais de 47.000$00, cuja comparticipação pelo Fundo do Desemprêgo, pedida em virtude de ter caducado em 30 de Maio de 1940 o prazo para se concluirem os trabalhos, esperamos obter de novo.

A segunda observação a fazer respeita à verba de 98.443$81, destinada a construções escolares.

Trata-se de importância igual ao produto da alienação de títulos de crédito e remissão de fôros, que, nos termos do decreto n.º 19.020, de 8 de Novembro de 1930, se acha consignada a êste fim. Desde que não se trata de dinheiro livremente disponível, e considerando que parte das escolas do concelho estão muito deficientemente instaladas e é grande o encargo da Câmara com o pagamento das respectivas rendas, cêrca de 30.000$00 anualmente — parece-nos que não havia que hesitar. Para mais, traçado pelo Govêrno o plano de construções escolares dos Centenários, a executar no próximo ano, é êste o melhor ensejo para obter auxílio do Estado que nos permita resolver o problema, e conseguir com a sua resolução, uma economia permanente de rendas de casa.

Sôbre outras e importantes obras, de reconhecida necessidade e urgência, esperemos que chegue a oportunidade da sua previsão a curto prazo. Entretanto, com pulso firme, tem de procurar-se criar ao município condições de vida independente. Nada nos fará desviar do caminho traçado nesse sentido.

Serviços de incêndios — A dotação dos serviços de incêndios foi reduzida à despesa autorizada pelo decreto-lei n.º 25.795, de 25 de Abril de 1934.

Quanto aos restantes serviços, previram-se desde já economias importantes. Nos serviços de aferição, designadamente, eliminou-se a verba para pessoal jornaleiro. Ou os serviços exigem que seja aumentado o número de aferidores e, então, assim teria de proceder-se, passando as percentagens pelos serviços externos a ser divididas pelos vários aferidores, ou tem de reconhecer-se que basta um aferidor para desempenho da função. Nesta última hipótese, que nos parece acei-

tável, pode suceder que, em certas ocasiões de trabalho mais intenso, seja indispensável um auxiliar. Se assim fôr, o aferidor deverá recorrer a qualquer aprendiz, que se irá habilitando para o respectivo exame, a troco do serviço prestado e de uma pequena remuneração, que bem pode admitir-se seja paga pelo próprio aferidor.

Turismo — Incluimos a receita de turismo no capítulo *Secretaria*, do orçamento da Câmara, e as despesas de turismo figuram em capítulo especial.

Ao passo que as receitas estão orçadas em 123.340$00, as despesas de turismo foram apenas dotadas com 67.062$00. Não se elaborou orçamento de turismo em separado, para figurar anexo ao orçamento municipal.

Isto é, deixou de se respeitar o disposto no artigo 104.º do Código Administrativo.

E' que esperamos poder adoptar, no próximo ano e nos seguintes, a orientação preconizada, em 1934, por S. Ex.ª o Presidente do Conselho, segundo a qual as receitas de turismo deixarão, pelo tempo julgado necessário, de ficar consignadas às respectivas despesas.

No verdade, mal se compreende, perante a situação financeira em que se debate o município, que se despendam quantias avultadas para fins turísticos. Nesta altura, a melhor propaganda de Setúbal resultará do equilíbrio das suas finanças. Obtido êsse equilíbrio, ao cabo de alguns anos de acção persistente, poderá cuidar-se das belezas locais e da sua propaganda, sem receio de escandalizar os crêdores do município.

Calculadas as receitas com prudência e dispostos, como estamos, a impôr em todos os serviços as severas economias exigidas pelas circunstâncias, esperamos que não sejam iludidas as previsões.

Não obstante a incerteza de um dos principais rendimentos do município — o imposto de pescado — cremos na possibilidade de se obter em prazo relativamente curto, o equilíbrio das finanças locais, pela solvência dos compromissos referentes a gerências anteriores.

De resto — e repetindo as palavras proferidas ao iniciarmos os nossos trabalhos — com a *Lição de Salazar* presente, lição de fé e de vontade, não será possível admitir que haja problemas insolúveis.

Setúbal, 31 de Dezembro de 1940. — O Presidente da Câmara, (a) *António Pedrosa Pires de Lima*.

Alcobaça



A Câmara Municipal dêste florescente concelho continua com a mesma composição: Manuel da Silva Carolino, presidente e delegado do govêrno; José Ferreira da Silva, tio, vice-presidente; Bernardo Correia de Almeida, João Marques Trindade e tenente Francisco Nunes. Desempenha o cargo de chefe da secretaria o sr. Eurico Pereira de Araújo Rosa.

O Conselho Municipal é composto da forma seguinte: Manuel da Silva Carolino, presidente; dr. Mário de Pina Cabral e dr. João Vieira Pereira, secretários; António Vitorino Rosa, António Henriques Domingues, João Soares Júnior, João Antunes Dias, João Augusto Ferreira, Francisco da Silva Laureano, Adelino Augusto Ferreira e José Pereira de Sousa, vogais.

Conforme a resposta aos nossos «Questionários 1940», o concelho de Alcobaça tem um **órgão na Imprensa** de grande reputação regional, *Ecos de Alcobaça*.

Possue duas **Casas do Povo** — a de Alfeizerão e da Benedita; e é sede de um **Sindicato Nacional** dos Operários da Indústria Textil do Distrito de Leiria.

A **Instrução** primária é ministrada em 37 escolas, nas seguintes localidades: Alcobaça, Alfeizerão, Acipreste, Aljubarrota, Alpedriz, Azambujeira, Barrio, Benedita, Burinhosa, Candeeiros, Capuchos, Casais de Santa Teresa, Casal do Amaro, Casal do Pardo, Cela, Chouriço, Chigueda, Cós, Covões, Evora, Frei Domingues, Gaio, Lagôa do Frei João, Maiorga, Martingança, Mina do Azeiche, Moita, Montes, Pataias, Pisões, S. Martinho do Pôrto, Turquel, Valado de Santa Quitéria, Valbom, Vale de Maceira, Vestiaria e Vimeiro.

A **assistência** é prestada pelo Asilo de Mendicidade, Asilo da Infância Desvalida «Dr. Alvaro Parrolo», Asilo de Velhinhos «Maria e Oliveira», Misericórdia de Alcobaça, Misericórdia de Aljubarrota, Sopa dos Pobres, Creche da Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça e delegação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Há corporações de **Bombeiros Voluntários** em Alcobaça e S. Martinho do Pôrto, e as seguintes **sociedades recreativas e desportivas** e **bandas musicais**: Club Alcobacense, União Operária Alcobacense, Club Desportivo Comércio e Indústria, Grémio Recreativo Alcobacense, Salão Recreativo Alcobacense, Club de S. Martinho do Pôrto e Banda de Alcobaça; filarmónicas de: Maiorga, Vestiaria, Turquel e Cela; ranchos do Alcôa e infantil «Os Serraninhos», ambos de Alcobaça.

Nota da vida administrativa e política durante 1940 — Sob o ponto de vista administrativo, fez-se quanto possível, adentro das disponibilidades da Câmara, desenvolvendo-se a nossa acção principalmente em favor de tudo o que se relacionava com escolas, estradas, caminhos, fontes, e tudo o que era de mais necessidade para o concelho. Sob o ponto de vista político, a nossa actividade desenvolveu-se sempre o mais possível e sempre com o mesmo entusiasmo e devoção em favor do Estado Novo.

Nota das realizações efectuadas em 1940 — Além de muitos melhoramentos de menor monta, em todas as freguesias do concelho, temos a indicar a construção da estrada do Casal Pardo, acabamento da estrada dos Candeeiros, construção da estrada do Silval, continuação da construção da estrada dos Carris, continuação da estrada para a Lagôa das Talas, construção de um tróço de estrada para as Pedras e continuação de uma estrada para o Gaio, grande reparação da estrada do Vimeiro, continuação da estrada das Barrias, construção de uma fonte na Junqueira, construção de um lavadouro na Pirueira, construção de muros nas escolas de Casal Pardo e Casal do Amaro, grande reparação na escola da Lagôa de Frei João.

Nota dos trabalhos em trânsito e projectos para 1941 — Em trânsito, pequenas reparações; projectos para 1941, por enquanto, estrada da Azambujeira, estrada dos Casais de Santa Teresa, reconstrução da estrada do Vimeiro, águas de Evora e escola de Evora.

•

Alcochete



A Câmara Municipal de Alcochete, à semelhança de algumas outras, limitou-se a reenviar-nos, devidamente preenchido, um questionário, do qual extraímos os dados que publicamos a seguir. Não nos foram enviados nem dados administrativos nem quaisquer comentários à vida do concelho durante o ano de 1940, motivo por que não os podemos publicar

A Câmara continua constituída pelos srs. Francisco José Pereira Coutinho, Faco Leite da Cunha, presidente; dr. José Nunes Pereira, vice-presidente; Manuel Marques Serra e Manuel Ferreira da Costa, vogais. Chefe da secretaria o sr. Antônio Cardoso Vaz

O Conselho Muuicipal, que funciona sob a presidência do presidente da Câmara, é constituído pelos srs. Manuel Rodrigues Vieira, José Luís Fencarades Ervedoso, Rosendo Sampaio de Oliveira e João Lopes de Figueiredo.

Imprensa concelhia — Não há.

Sindicatos Nacionais — Dos Carregadores e Descarregadores das Margens do Tejo.

Grémios Patronais — Grémio da Lavoura (em formação).

Instrução — Escolas primárias, masculina e feminina (cinco lugares).

Assistência — Asilo Barão de Samora Correia e Santa Casa da Misericórdia.

Sociedades de Recreio — Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, Imparcial Foot-Ball Club de Alcochete, Grupo Desportivo Alcochete e Clube de Alcochete.

•

Alenquer



O concelho de Alenquer, que tão brilhantemente tomou parte nas comemorações centenárias, continua a sua vida normal de trabalho e progresso franco.

A' frente dos seus destinos, mantêm-se os srs. Jaime Augusto Ferreira, presidente da Câmara e delegado do govêrno; António da Cunha Mascarenhas, vice-presidente; Graciano Felner Garcês Palha, Isidoro de Castro Guerra, Jaime Matias Cordeiro e Jorge da Cunha e Carmo, vogais. Chefe da secretaria, o sr. Januário Bento Ferreira.

O Conselho Municipal é constituído pelos srs. António Domingues, Francisco Cardoso Baptista, Francisco Pedro Carvalhosa Júnior, José de Almeida Oliveira Malta, José de Lacerda Pinto Barreiros, Manuel Arsénio Pereira, D. Manuel da Silveira Vasconcelos e Sousa (marquês de Ponte de Lima), D. Vasco Maria Figueiredo Cabral da Câmara e Vasco Rocha Correia, sob a presidência do sr. Jaime Augusto Ferreira.

Dos elementos enviados êste ano para o Boletim extraímos os seguintes dados:

Orgão na Imprensa — Semanário *A Verdade*.

Casas do Povo — De Santo Estêvão.

Instrução primária — Quarenta e oito escolas em todo o concelho.

Assistência — Misericórdia, com hospital, Hospital, em Charnais, Asilo «Dr. José Luís Guerra».

Corporação de Bombeiros — Voluntários de Alenquer.

Sociedades de recreio — União Musical Alenquerense.

Clubes desportivos — Sporting Club Alenquer.

Resenha administrativa de 1940

Não houve quaisquer alterações na constituïção dos elementos que compõem os corpos e corporações administrativas, e autoridades locais, nem houve quaisquer incidentes que perturbassem a vida normal da população, que, na maior parte, vive da agricultura e da indústria. As obras mais importantes efectuadas em 1940 foram: Construção dum novo cemitério na freguesia de Aldeiagavinha, calcetamento a paralelipípedos em ruas da vila; início das obras de pavimentação e construção de ruas, em macadame alcatroado, no novo bairro do Carregado; início da construção duma estrada de ligação entre Carnota e Alenquer, com um lanço desde Antas a Venda; construção de jardins na vila e continuação do prolongamento das rêdes de distribuïção de águas, electricidade e esgotos.

Esta Câmara continua a subsidiar o Sporting Club de Alenquer, para a manutenção do seu campo atlético e de jogos e seu professor de educação física. Subsidia ainda outras sociedades de recreio e o colégio municipal Damião de Góis de ensino liceal.

Fez-se representar com seu pavilhão próprio na exposição comemorativa dos centenários nas Caldas da Rainha, onde obteve um apreciável êxito. Ainda por motivo das Comemorações Centenárias e em cumprimento do programa oficial se efectuaram as solenidades de abertura e encerramento das festas, e se realizaram notáveis conferências no salão nobre dos Paços do Concelho, em que foram oradores, entre outros, os ex.mos srs. drs. Luciano Ribeiro, Oliveira Martins e Gustavo Barroso; da Embaixada Brasileira às Comemorações, Magnus Bergstrom, etc., tendo-se realizado, também, uma conferência sôbre a semana das colónias, acompanhada de filmes, em que foi orador o sr. deputado Francisco Cardoso de Melo Machado.

•

Almada



Trabalhosa a administração dêste concelho, a sua Câmara Municipal, presidida em 1940 pelo sr. coronel António Baptista de Carvalho, marcou mais um ano de franco progresso, no caminho das realizações a favor da densa e laboriosa população. A constituïção da Câmara nesse ano era a seguinte: presidente, coronel António Baptista de Carvalho; vice-presidente e delegado do govêrno, tenente Armando Afonso Barreira; vogais, João Baptista Pais Pinto e António Rodrigues Miranda. No lugar de chefe da secretaria, continua o sr. João Luís da Cruz.

Do Conselho Municipal, fizeram parte os srs. coronel António Baptista de Carvalho, presidente; Joaquim Pires de Oliveira, António Martins Ramos, Diogo Mendes Lima Júnior, António de Moura e Silva, António Maria Ribeiro, Domingos da Costa Almeida, Joaquim Ferreira Branco, José Rodrigues Combóio, Adelino de Campos Abranches, Possidónio Soares, drs. José Ribeiro Pessoa e Augusto Amado de Aguilar, vogais.

Do relatório da gerência administrativa, destaca-se a preocupação máxima da questão da distribuïção das águas, cujos trabalhos de estudo para captações e canalizações tomaram, em 1940, forma definitiva.

Aparecem, também, na longa lista de melhoramentos introduzidos em todo o concelho, os seguintes:

Edifício da Escola Feminina de Almada; Miradouro do Campo de S. Paulo; Dispensário de Puericultura n.º 14 da Junta de Província da Estremadura, de colaboração com a Misericórdia; Escola de Feijo (Cova da Piedade); Casa para pescadores pobres na Costa da Caparica; colectores do Bairro da Quinta dos Frades (Cova da Piedade); aquisição da Quinta da Bomba, para abastecimento de água a Almada e Cova de Piedade; urbanização do Campo de S. Paulo, reparação de vários caminhos; doação do terreno da Quinta dos Frades, para construção do mercado da Cova da Piedade.

Durante a gerência, foi aprovada a interessante proposta seguinte:

Considerando que a medalha do Concelho de Almada foi instituída, por proposta-regulamento de 27 de Julho de 1938, para *premiar actos de relêvo, valor profissional, assiduidade, amor ao trabalho, e virtudes cívicas e morais dos indivíduos e colectividades que tenham bem servido o concelho*;

Considerando que concedê-la com liberalidade seria desprestigiá-la e não a conceder por sistema seria trair a sua altíssima missão;

Considerando que o cidadão Luís de Queirós, ao cabo de uma vida inteira de trabalho sério e desinteressado, no estudo das coisas e dos factos, dos costumes e das gentes desta terra, conseguiu tornar-se o guia indispensável para quem deseja conhecer o que foi, o que é e o que pode vir a ser Almada e o seu concelho, como parte integrante da Pátria Portuguesa;

Considerando que o cidadão António Baptista de Carvalho, na sua tríplice qualidade de presidente da Câmara Municipal, de presidente dêste Conselho e de provedor da Misericórdia desta terra, lançou, com sábia dedicação, público desinterêsse e notório sacrifício, os caboucos de uma era nova, tendente a colocar Almada e o seu concelho no elevado lugar que lhe compete entre os demais concelhos e respectivas sedes do país;

Considerando que, assim, tais cidadãos se encontram indiscutìvelmente na situação definida no art. 1.º da citada proposta-regulamento e, portanto, com inegável direito à recompensa moral que por ela se institui;

Considerando que, pelo art. 2.º do mesmo regulamento, é a êste Conselho Municipal que compete deliberar sôbre a concessão da sobredita medalha do Concelho de Almada;

Propomos: — Que com a medalha do Concelho de Almada, instituída pela proposta-regulamento aprovado em 27 de Julho de 1938, sejam galardoados os muitos e bons serviços prestados a Almada e seu concelho pelos verdadeiros homens de bem Luís de Queirós e António Baptista de Carvalho, fixando-se dia e hora para o acto solene da respectiva entrega, se não dever seguir-se a regra do art. 5.º do mesmo regulamento.

Almada e sala das sessões do Conselho Municipal, aos 15 de Março de 1940. — (a) *Amado de Aguilar.*

O relatório da gerência municipal fecha com os seguintes períodos:

. . . . . .

«Sofre êste concelho a moléstia contagiosa, e sem remédio, de estar próximo de Lisboa. Fala com a pronúncia da capital, mas vive ainda como uma grande aldeia, à espera do seu foral novo.

«Tem receitas apreciáveis para o optimismo alheio; mas tem encargos inalienáveis, impostos pela importância topográfica da região em que enquadra e da economia das respectivas povoações, facto digno de atento olhar!

«Muito tem feito pelo concelho o Govêrno da Nação — através do esfôrço das câmaras e dos senhores governadores civis dêste distrito, devendo sublinhar-se o nome do actual, tão dedicado a quanto interessa moral e materialmente a êste município, que a nossa admiração por S. Ex.ª é um elogio para os seus antecessores.

«No corrente ano, a actividade municipal foi, como já se disse, um tanto sacrificada, em relação a algumas povoações do concelho, por causa das circunstâncias apontadas e ainda por um imperativo categórico: a necessidade de dotar Almada com um edifício escolar para o sexo feminino, o que se levou a cabo, com titânico esfôrço, no campo de S. Paulo, recinto cujo estado de miserável abandono há muito reclamava os cuidados da Vereação.

«A esta obra, a cuja inauguração solene deu a honra da sua presença S. Ex.ª o Presidente da República, corresponderam ao local outros melhoramentos complementares, como foram o da vedação do edifício da referida escola; o da pavimentação da rua Manuel de Sousa Coutinho; o da construção duma elegante pérgola, e actualmente a pavimentação em curso da rua do Conde de Ferreira — melhoramentos que deram àquele bairro escolar um aspecto limpo e agradável.

«No mesmo bairro, demoliu-se e reconstruiu-se um anexo à Escola Conde de Ferreira.

«Fizeram-se também obras de pavimentação de diversas casas do mercado desta vila.

«Na charneca da Caparica, reparou-se o edifício da escola, dotando-a com mais uma aula.

«Na Costa da Caparica, cedeu-se terreno para a Casa dos Pescadores e subsidiou-se a construção da fossa destinada aos respectivos esgotos.

«Expropriou-se também, ali, terreno para placas ajardinadas, já construídas a expensas da Câmara, sob a direcção da Liga dos Amigos da Costa da Caparica.

«Na Trafaria, pavimentou-se a rua Tenente Maia, como se pavimentou a rua Sacadura Cabral, onde se construíram também os respectivos passeios.

«Outro assunto de alta importância para o concelho tem prendido a atenção da Câmara — o do abastecimento de águas às povoações de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal, resultando dos esforços empregados a compra ao Estado duma parte da Quinta da Bomba, por detrás do Alfeite, onde já se está procedendo, com extraordinário êxito, à captação do precioso líquido, sendo convicção nossa que, dentro em pouco, o problema ficará resolvido.

«Também, com o mesmo pensamento, se pediu já, superiormente o estudo do manancial da Quinta da Rosa — Caparica — para abastecimento da Costa de Caparica e doutras povoações.

«Não queremos concluir, sem referir a V. Ex.as que, estando o problema da salubridade pública ligado ao da urbanização, temos já conseguido que esteja pronto o levantamento topográfico da freguesia de Almada, com seu natural prolongamento na da Cova da Piedade.

«Outros se lhe sucederão.

«Eis, em resumo, o que foi possível fazer, quanto ao principal, durante o ano, neste concelho.

«No ano que sucede, impõem-se outras realizações, devendo atender-se àquelas localidades que as vêm reclamando e as aguardam com o direito que todos lhes reconhecemos; mas isso é matéria para ser apreciada no momento em que se discutirem o plano da actividade municipal e as bases para a elaboração do orçamento ordinário, destinado à gerência do ano económico de 1941.

«Submetendo êste modesto relatório à apreciação de V. Ex.as, esperamos que V. Ex.as se dignarão conceder-lhe a sua aprovação.

«Paços do Concelho de Almada, 14 de Novembro de 1940. — O presidente da Câmara, substituto, em exercício (a) *Armando Afonso Barreira.*»

O relatório foi aprovado em sessão do Conselho Municipal, efectuada em 14 de Novembro de 1940.

CONTA GERAL DE 1940

Receita:

Impostos directos	409.351$37
Impostos indirectos	205.386$06
Rendimento de diversos serviços	382.180$15
Serviços industriais	8.370$00
Bens próprios	2.099$65
Reembolsos e reposições	26.355$25
Consignação de receitas	106.322$00
Receita extraordinária	334.302$69
Receita não orçamentada	13.321$70
	1.488.292$47

Despesa:

Encargos de empréstimos	50.158$30
Pensões e aposentações	38.616$70
Secretaria	305.373$30
Dívidas passivas	3.062$20
Tesouraria	12.000$00
Serviços de saúde	26.745$50
Sanidade pecuária	10.800$00
Higiene e limpeza	177.688$60
Água e luz	37.488$26
Cemitérios	17.118$90
Matadouro	14.967$00
Mercados e feiras	23.602$00
Obras	317.730$12
Turismo	50.914$14
Jardins e arborização	14.673$30
Cadeias	4.247$70
Polícia municipal	61.392$20
Aferição	5.518$50
Serviço de incêndios	18.098$10
Instrução	50.090$15
Biblioteca e arquivo	563$00
Consignação de receitas	106.104$50
Despesas extraordinárias	94.004$11
	1.440.956$58
Saldo	47.335$89
	1.488.292$47

ORÇAMENTO PARA 1941

Receita:

Impostos directos	431.670$00
Impostos indirectos	217.000$00
Rendimentos diversos (taxas)	394.900$00
Indústrias da Câmara	10.000$00
Rendimento de bens próprios	2.490$00
Reembolsos e reposições	28.500$00
Consignação de receitas	118.280$00
Receita extraordinária	712.831$14
	1.915.671$14

Despesa:

Encargo do empreiteiro	53.528$30
Pensões de aposentação	53.891$88
Secretaria (despesas com pessoal, materiais, pagamentos de diversos encargos, etc.)	330.269$00
Dívidas passivas	1.025$00
Tesouraria	19.200$00
Serviços de saúde	36.250$00
Sanidade pecuária	24.507$00
Serviços de higiene e limpeza	184.688$00
Serviços de água e luz	34.331$50
Cemitérios	18.307$00
Matadouro municipal	23.907$00
Mercados e feiras	32.970$00
Obras	539.764$40
Serviços de turismo	53.920$00
Jardins e arborização	19.050$00
Cadeias	5.200$00
Polícia municipal	61.260$00
Serviços de aferição	5.400$00
Serviços de incêndio	23.100$00
Instrução	34.854$40
Biblioteca e Arquivo	1.000$00
Pagamentos a diversas entidades por consignação de receitas	118.280$00
Despesa extraordinária:	
Diversos	240.955$64
	1.915.671$14

•

Barreiro



MANTEVE-SE no ano de 1940 a composição municipal, que é a seguinte: Joaquim José Fernandes, presidente; Joaquim da Silva Simplício Júnior, Joaquim Vicente França, Firmino Lopes Moreira e Jacinto Nicola Covacich, vogais. O lugar de chefe da secretaria é desempenhado pelo sr. José Alves Esteves.

O Conselho Municipal é constituído pelos srs.: Isaías Gomes Gautier, Manuel da Silva Cóxo Júnior, Celestino Horácio Rodrigues Felizardo, Dagoberto António Leal Branco, Henrique José Andrade Evans, Mateus Gregório da Cruz, João da Rosa Limpo, dr. Manuel Alberto Ruela de Almeida e Adelino da Silva Mateus, sob a presidência do sr. Joaquim José Fernandes.

Dos resultados do nosso inquérito-1940, extraímos os seguintes e interessantes elementos:

Orgão na imprensa — Semanário *O Barreiro*.

Casas do Povo — Não há.

Sindicatos Nacionais — Dos Ferroviários do Sul de Portugal, secções dos Manipuladores de Pão, da Construção Civil, dos Operários Corticeiros, dos Descarregadores de Mar e Terra.

Grémios Patronais — Do Comércio e Indústria do Barreiro e Moita, secção do dos Industriais de Padaria, do Grémio da Lavoura de Moita e Barreiro.

Instrução — Dez escolas primárias e oito postos de ensino.

Assistência — Asilo de D. Pedro V, semi-internato com catorze pupilos e uma escola primária; Dispensário anti-tuberculoso da A. N. T.; Misericórdia, com o seu pôsto de socorros e hospital; Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste, com vinte e cinco pupilos órfãos de ferroviários, duas escolas primárias oficializadas, aulas de ensino técnico e profissional; Sopa dos pobres, custeada pela Câmara, Companhia União Fabril e subscritores mensais, e Sopa dos desempregados, custeada pelo Comissariado do Desemprêgo.

Corporações de Voluntários — Corpo de Salvação Pública, Corpo de Bombeiros da C. U. F. e Bombeiros Voluntários dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

Sociedades de recreio — Sociedade Democrática União Barreirense, Sociedade Instrução e Recreio Barreirense, Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense, Sociedade Filarmónica Agrícola 1.º de Dezembro, Liga de Instrução e Recreio C. U. F., Club 22 de Novembro, Grupo Sport Chinquilho, União 9 de Abril Lavradiense, Grupo Dramático e Recreativo do Alto dos Silveiros, Club Dramático Instrução e Recreio 31 de Janeiro, Sociedade Columbófila Barreirense.

Clubes desportivos — Club Naval Barreirense, Foot-Ball Club Barreirense, Luso Foot-Ball Club, Sporting Club Lavradiense, Grupo Desportivo da C. U. F., Fianense Foot-Ball Club, Santo Antoniense Foot-Ball Club, Sport Lisboa e Barreiro, Grupo Desportivo «Os Celtas», União Foot-Ball Club, Grupo Desportivo dos Ferroviários do Barreiro e Club dos Caçadores (Delegação n.º 8).

A densidade da população desta vila — mais de 20.000 habitantes e cêrca de 27.000 em todo o concelho — e a variedade e importância das suas actividades, fazem com que a administração pública e govêrno moral, político e social da sua jurisdição revistam um carácter extremamente difícil. De facto, com pouco mais de 2.000 contos, que a tanto sobe o montante das receitas municipais, não é possível atender a um centro urbano que cada ano mais se amplia e mais exige, como é natural.

Filia-se nesta circunstância a instabilidade administrativa verificada até há pouco tempo. Situações tão delicadas pedem vigor especial na direcção da economia local e da administração política que, evidentemente, se ressente das dificuldades financeiras.

O Barreiro parece ter encontrado na personalidade forte do seu presidente municipal, o sr. Joaquim José Fernandes, o elemento de que carecia para que os poucos recursos de que dispõe pudessem ser aplicados de forma eficiente, sem perdas e com o máximo aproveitamento.

Já no anterior número dêste boletim tivemos o prazer de registar um resumo do relatório da gerência do município e por êle se conclue que o Barreiro entrou definitivamente numa fase de administração que, não podendo deixar de ser modesta, operou uma distribuïção orçamental da qual se concluíam as criteriosas normas que haviam de conduzir ao equilíbrio financeiro, sem descurar os interêsses e exigências do laborioso concelho. Melhor do que nós, falam o relatório especial para êste Boletim e os números da conta geral que se seguem e que são demonstração bastante da razão destas considerações.

Vida administrativa e política do concelho em 1940

As receitas camarárias tiveram, no ano de 1940, uma redução importante, por motivo de se terem fixado taxas pelo uso do matadouro, inferiores não só às cobradas no ano de 1939, como até nos gastos da exploração do matadouro. Essa redução foi de 81.383$75, relativamente ao cobrado em 1939. Outras receitas sofreram redução, como conseqüência da crise que o comércio de retalho atravessa, pela diminuïção do trabalho em certas indústrias, especialmente a corticeira.

O resumo da conta geral de 1940 é o seguinte:

Receitas camarárias em 1940	2.390.571$05
Despesas no mesmo ano	2.306.911$05
Saldo para 1941	84.660$00

Das despesas, destacamos:

Pagas — dívidas passivas	332.815$07
Obras e melhoramentos	342.371$34
Comemorações centenárias	14.212$04
Construção de escolas e despesas de instrução	97.507$07
Assistência hospitalar, sopa dos pobres, medicamentos, etc.	117.204$75
Assistência, reformas e fardamentos do pessoal da Câmara	65.291$16
Amortização e juros de empréstimos	310.299$00

Serviços municipalizados:

Receita em 1940	614.816$85
Despesa em 1940	611.771$79
Saldo efectivo	3.045$06

Nêste ano, puderam ser pagas as dívidas passivas herdadas de 1939 e a Câmara passou a pagar em dia os fornecimentos e outras despesas, reconquistando o crédito de que há muitos anos gozava e que fôra um tanto abalado pelos atrasos dos pagamentos, durante 1939.

As comemorações centenárias, levadas a efeito nêste concelho, tiveram um grande efeito político, pois que, levantando o sentimento e orgulho nacional, afirmaram mais os benefícios que à Nação tem trazido o Estado Novo. Entre as comemorações realizadas, contaram-se visitas às novas oficinas dos Caminhos de Ferro do Estado, em plena laboração, e à grandiosa obra de captação, adução e distribuïção de águas ao concelho, realizações do Estado Novo, que muitos dos habitantes não conheciam em detalhe e que marcaram no espírito dos visitantes como obras que o honram.

Nota das realizações efectuadas em 1940

Por dificuldades financeiras, poucas obras se puderam efectuar no ano referido. Levaram-se, contudo, a efeito as seguintes:

Construiu-se um edifício com duas salas para escola primária feminina, na séde do concelho e um outro para escola primária, na séde da freguesia de Palhais.

A Câmara adquiriu, por compra, um edifício com terreno e várias construções anexas, com cêrca de 7.000 metros quadrados de superfície total, onde vai instalar as abegoarias, garagem, oficinas, quartel da Legião Portuguêsa e onde já funcionam as sopas dos pobres e dos desempregados.

Deu início à construção de um ossário, no cemitério municipal.

Construiu colectores em duas ruas, com 160 metros de comprimento, melhorando ao mesmo tempo a sua pavimentação. Melho-

rou as ruas do Parque Dr. Oliveira Salazar, construindo esgotos das águas pluviais e os seus pavimentos. Acabou a retrete subterrânea, no mesmo parque. Melhorou o edifício onde está instalado o pôsto policial. Construiu um ossário, no cemitério municipal, com 48 gavetões. Quanto a projectos para 1941, conta a Câmara obter um empréstimo na Caixa Geral de Depósitos que lhe permita construir:

A rêde de esgotos no bairro da Praia, abrangendo as ruas Joaquim António de Aguiar, Marquês de Pombal, da Prata e sete travessas convergentes a esta. Prolongar o colector de esgotos do novo trôço da rua Miguel Bombarda, com cêrca de quatrocentos metros. Pavimentar as ruas Heliodoro Salgado, Marechal Gomes da Costa e Miguel Pais. Adaptar a quartel da Legião Portuguêsa parte do edifício comprado à firma Dias, Dias & Carvalho, Ltd.ª Construir o trôço da estrada municipal da Verderena à Paiva e perfil da estrada de Santo António da Charneca

Pelas fôrças do seu orçamento, construiu as terraplanagens da estrada de Coina à Penalva.

Orçamento para 1941

O orçamento de 1941 prevê receitas da importância de 2.635.662$12, sendo:

Receitas próprias	2.439.332$24
Consignações de receitas	142.280$00
Comparticipações do Estado	54.049$88
	2.635.662$12

As despesas presumíveis dividem-se da seguinte forma:

A' assistência hospitalar	88.462$00
A' assistência ao pessoal	41.957$76
A Bombeiros	11.500$00
A obras de beneficência	24.500$00
A' instrução	61.940$00
A' higiene e limpeza	293.717$00
Ao serviço de águas	642.450$00
A' iluminação pública	137.003$00

Êste concelho tem progredido muito desde os últimos vinte anos. A sua população tem aumentado fortemente, pois, sendo em 1930 de 21.042 habitantes, o último censo da população, realizado em Dezembro do ano findo, deu ao concelho uma população de 26.633 habitantes.

O maior aumento deu-se na sede do concelho, que contando, em 1930, 16.133 habitantes, tinha em Dezembro findo 20.480.

Infelizmente, à grande expansão desta vila não tem podido corresponder a actividade municipal, no respeitante a obras de urbanização, tais como: pavimentos, esgotos, serviços de assistência, nas suas várias modalidades. A necessidade dessas obras é óbvia, mas melhor se focará, se dissermos que a maioria do aumento de população tem sido devida a operários e suas famílias, que vêm exercer a sua actividade nas progressivas indústrias locais.

Ora, êsses operários e suas famílias exigem maior assistência, não só hospitalar como higiénica e social, do que seria necessário, se o acréscimo da população fôsse devida a classes mais abastadas.

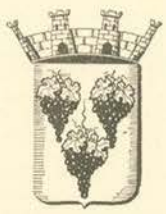
O problema da habitação higiénica e de aspecto conveniente agravou-se fortemente e assim temos na vila bairros que exigiam pavimentação e esgotos inadiáveis. Calcula-se que, «grosso modo», só para êste capítulo de obras municipais, são necessários mais de 8.500 contos. Mas a Câmara só pode consagrar-lhe verbas reduzidas, por carência de receitas. Assim, no ano corrente, só pôde incluir no seu orçamento, para pavimentos e esgotos, 18.500$00.

A assistência hospitalar é outro problema grave. A Misericórdia desta vila só possue vinte camas, mas não tem receitas que permitam mantê-las ocupadas. A Câmara auxilia-a com subsídios e outros auxílios, no máximo que cabe no seu orçamento. Assim, o débito à Câmara pelos hospitais de Lisboa atinge cêrca de trezentos contos anuais, pelo tratamento de doentes pobres.

Se a disposição legal que manda pagar nos concelhos das suas sédes as contribuïções industriais das sociedades anónimas fôsse modificada, por forma que essa centribuïção fôsse paga nos concelhos em que os estabelecimentos industriais funcionam, teria esta Câmara um importante acréscimo de receitas e assim melhor poderíamos fazer face aos vários problemas expostos e entre êles o pagamento dos gastos com a assistência hospitalar.

•

Bombarral



Como todos os concelhos bem administrados, o do Bombarral prima por ter em dia todos os seus assuntos municipais, não descurando, também, os de ordem espiritual, como abaixo se pode verificar.

Dos elementos que nos foram enviados, de entre os quais faltaram os de carácter administrativo, publicamos os seguintes:

Imprensa — Não há jornais no concelho. Houve os semanários *O Clamor*, *O Concelho do Bombarral*, *A Voz do Bombarral*, *A Tesoura* e o *Bezouro*.

Casas do Povo — Existe a do Bombarral.

Sindicatos Nacionais — Delegações dos Empregados no Comércio, Empregados de Escritório e Bancários, Barbeiros, Tanoeiros e Motoristas.

Grémios Patronais — Grémio do Comércio e, em organização, Grémio da Lavoura.

Outras colectividades — No Bombarral: Sport Club Bombarrelense, Club de Gimnástica Olímpica e Centro Nacionalista do Bombarral. Em Vale de Côvo: União Progressiva do Vale de Côvo. Na Delgada: Club Recreativo Delgadense. Em Sobral do Parelhão: Club Recreativo Sobralense.

Em sessão do Conselho Municipal, realizada no dia 2 de Novembro de 1940, foi apresentado o relatório das actividades municipais, relativas ao período que vai de 1 de Janeiro a 30 de Outubro. O sr. João Franco, dignissimo chefe da secretaria desta Câmara Municipal, enviou-nos o seguinte relato sôbre os trabalhos realizados:

«Achamos interessante transcrever o relatório no qual se mostra a actividade da Câmara Municipal, de 1 de Janeiro a 30 de Outubro, e que foi apresentado ao Conselho Municipal, em 2 de Novembro de 1940. A publicação dêste documento só nos foi possível devido à extrema amabilidade da Vereação, de que é presidente o ex.mo sr. Américo Monteiro, que no-lo facultou, e cujo texto foi, naquela sessão, aprovado por unanimidade.»

Ex.mos senhores:

No cumprimento da Lei, é com a satisfação, na certeza em que estamos, do dever cumprido, que vimos à presença de V. Ex.as relatar os actos desta Câmara Municipal durante o ano que vai decorrendo.

Era desejo nosso apresentar trabalhos de maior valia, mas V. Ex.as conhecem, tão bem como nós, os magros recursos do Município e as dificuldades com que houve de lutar-se. Dentro das possibilidades, julgamos ter cumprido, não a contento de todos, talvez, mas com o fito no bem comum, que pomos sempre ao diante e acima de tudo, como V. Ex.as poderão avaliar.

Principiaremos por declarar que, aliás com o consentimento de V. Ex.as, liquidámos completamente as dívidas passivas da gerência de 1937. A última verba paga foi de 5.910$24, respeitante à estrada de Pero Monis. Infelizmente, os parcos rendimentos desta Câmara não permitem conservar convenientemente esta importante via de comunicação. O seu demasiado trânsito tem-na arruinado e alguns lanços estão já quási intransitáveis. Tentámos já entregá-la ao Estado, o que não foi possível conseguir ainda.

Executámos a terraplanagem da estrada de A dos Ruivos ao Barrocalvo. Para esta obra, o Estado contribuiu com a quantia de 33.004$00, embora se tivesse recebido, até agora, só 22.387$75. Já nos foi comunicada a comparticipação de mais 32.767$00 para a sua conclusão. Esta estrada, como todos nós sabemos, representa um melhoramento importantíssimo, não só para os lugares que serve, mas para todo o concelho. Para os trabalhos já realizados, não podemos deixar de nos referir, com a maior gratidão, ao precioso auxílio daqueles povos e não queremos nem devemos deixar de especializar o incansável trabalho e a dedicação extrema dos srs. Viriato Marques de Abreu e José Manuel Gomes, para quem vão, assim como para todos os seus colaboradores, os nossos mais sinceros agradecimentos.

Trazemos em reparação e já está quási concluída, a estrada da Tôrre Bela ao Carvalhal e fizemos uns leves consêrtos na do Carvalhal à A dos Ruivos.

Concluímos e liquidámos a Calçada do Sobral do Parelhão, obra iniciada pela Câmara cessante.

No Sanguinhal, construiu-se, com a auxílio particular, um cano de esgôto, que terminou com um fôco de infecção e, com a comparticipação do Estado, um trôço de calçada, que, além de acabar com um lamaçal, aformoseou o largo principal do lugar.

No Bairro dos Matinhos, desta vila, com a comparticipação dos seus moradores, estão a construir-se algumas centenas de metros de canos de esgotos, acabando assim, com perigosos focos de infecção. Foram iniciados êstes serviços nesta quadra do ano, pela necessidade instante de, na opinião do Ex.mo Delegado de Saúde, se debelar uma grave epidemia de febre tifóide, que principiou a grassar com aspecto assustador. Felizmente, parece ter já desaparecido o perigo. Devemos aqui gastar cêrca de 5.000$00.

Concluiu-se a fonte de A dos Ruivos. Foi calcetada uma rua nos Baraçais e reparada outra, com o auxílio do povo. Auxiliou-se a terraplanagem da estrada das Gamelas. Reparou-se a estrada do Paúl à Delgada. Vai proceder-se a uma leve reparação na estrada do Pó. Estamos reparando o caminho dos Fiéis de Deus — vulgo calçadinha — no Carvalhal. Auxiliámos a reparação de uma fonte, no Salgueiro. Conseguimos a criação do apeadeiro do Camarão, que, brevemente, deve ser inaugurado. Criámos o pôsto escolar do Casalinho e adquirimos um mobiliário escolar completo, além de outros mais que foram distribuídos a várias escolas.

Aos serviços municipalizados de electricidade, entregámos, com a vossa aprovação, 50.000$00 para amortização dos motores.

Diligenciámos que o nosso concelho se representasse convenientemente na Exposição de Leiria, o que, nos parece, conseguimos. Colaborámos, também, na Exposição da Estremadura e lamentamos que os nossos recursos nos não permitissem uma melhor representação. Demos o nosso concurso, na medida em que nos foi pedido e as nossas possibilidades o permitiram, às Comemorações Centenárias.

Com o dispêndio a que tudo nos forçou, ficámos inibidos de realizar as nossas festas do concelho, mas, em compensação, teve esta Câmara a felicidade de realizar a mais remota aspiração do Bombarral, adquirindo o Palácio e Mata Camilo, com todos os seus anexos, reservando para a sua inaugura-

ção oficial as festas que condignamente solenizem tal melhoramento.

Procedemos à nomenclatura das ruas e numeração das portas, serviços que se impunham. Mandámos executar o mapa do concelho, falta que se fazia sentir. Aos hospitais e casas de saúde, devemos pagar cêrca de vinte e cinco contos. A' Misericórdia, destinámos um subsídio, pequeno, na verdade, de três contos, que, na nossa opinião, deve ser aumentado. Aos bombeiros, demos igual quantia, com destino à compra de uma bomba para ser adaptada ao pronto socorro. Mantemos o subsídio de 150$00 mensais para a cabine telefónica e um igual à banda Bombarralense. Estamos tratando do estudo de abastecimentos de águas à vila. Estamos procedendo à reparação do matadouro e à cobertura da parte nova, que se achava há anos por concluir. Fizemos muitas pequenas coisas, que seria fastidioso enumerar, além das que acabamos de expôr.

Para todas estas realizações, foi preciosíssima a leal e valiosa colaboração de V. Ex.as que, em nome da Câmara e no meu pessoal, com os mais cordeais cumprimentos, reconhecido agradeço. A Bem da Nação. Bombarral, 2 de Novembro de 1940. O Presidente, (a) Américo Monteiro.

Mas, voltando atrás, não quero, não posso, nem devo deixar no esquecimento um melhoramento que é, sem dúvida, o mais importante desta gerência.

Trata-se da compra do Palácio Camilo, anexos e mata. Nesta propriedade, pensou a Câmara instalar todos os serviços públicos, um parque municipal e um jardim infantil.

Sôbre o assunto, foi presente à sessão extraordinária do Conselho Municipal, em 20 de Junho, a seguinte exposição:

Ex.mos senhores:

Ninguém ignora e V. Ex.as muito principalmente, que a aspiração máxima do povo do Bombarral seria a aquisição do Palácio Camilo, para nêle se instalarem os futuros Paços do Concelho.

Pois bem!

Essa aspiração encontra-se quási satisfeita. E dizemos quási, porque já não depende de nós, mas sim de V. Ex.as, a sua compra.

Esta aquisição tem sido objecto de vários estudos e diligências da maioria das pessoas que nestas cadeiras têm tomado assento.

Quando assumimos as funções que hoje desempenhamos, incluímos no nosso programa a continuação do trabalho já anteriormente encetado, como acima dissemos.

Temos procedido a várias diligências e, em Agôsto do ano findo, oferecemos 250 contos, e como não tenhamos conseguido o fim em vista, voltámos, oferecendo mais cinqüenta.

Ultimamente, fomos informados pelos interessados de que nos entregavam o Palácio Camilo, seus anexos e mata, pela referida quantia de 300 contos.

Porém, essa compra depende de V. Ex.as e, nêste caso, vimos submeter à vossa apreciação esta deliberação.

Se V. Ex.as nos derem hoje autorização legal para efectivar a compra, como já em consulta particular o fizeram, então tornar-se-á em realidade a velha aspiração dos Bombarralenses e nós poderemos chamar já ao referido Palácio «os nossos Paços do Concelho».

No entanto, uma dificuldade grande nos surge. E' que o município não tem dinheiro, nem para a sua compra, nem para as indispensáveis obras de adaptação. Estas, segundo os melhores cálculos, devem custar-nos perto de duas centenas de contos, a-fim-de ali poderem funcionar todos os serviços públicos e sem vergonha, como hoje sucede com as actuais instalações.

Assim, precisamos também da vossa autorização para contrair, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, um ou mais empréstimos, até à importância total de 750 contos, por 15 ou 20 anos, à taxa de 5 %.

E' claro que estas importâncias levantar-se-ão só quando forem necessárias, destinando-se o restante a obras de vulto que pretendemos executar, como sejam: a construção das estradas do Carvalhal ao Salgueiro, do Paúl à Delgada, lavadouro de S. Mamede e a outros melhoramentos.

Postos ao corrente dos assuntos da convocação desta reünião, esperamos agora que V. Ex.as se pronunciem em definitivo sôbre esta exposição.

Apresentamos os nossos cumprimentos e subscrevemo-nos, etc.

Foi aprovado por unanimidade o pedido do empréstimo, e a Câmara, que imediatamente tratou do assunto, tão bem se houve, que, em 21 de Agôsto, assinava, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, a escritura do empréstimo e, em 18 de Setembro, a da compra do Palácio.

Satisfeita esta aspiração, lançou-se a Câmara numa obra, talvez de maior vulto, a adaptação dêsse Palácio, de cujo projecto está encarregado o arquitecto Raúl Tojal e cujo orçamento, segundo os melhores cálculos, deve andar à roda de 600 contos.

De facto, para comemorar a festa dos Centenários, não podia surgir melhor obra que a compra de um edifício onde se possam instalar condignamente os Paços do Concelho.

Projectadas as festas das Bódas de Prata do Concelho, estas tiveram de ficar sem efeito, pois os grandes gastos a que a Câmara se viu forçada a efectuar pelas circunstâncias do momento, impossibilitaram-na de dar realização aos seus desejos e dos munícipes. Ficarão para as Bódas de Ouro...»

•

Cadaval



Constituïção da Câmara Municipal: major Alfredo Horácio da Cunha Nery, presidente; José Soares Siopa, vice-presidente; Pedro Filipe, vogal; chefe da secretaria, José Pereira dos Reis.

Conselho Municipal: Alfredo Horácio da Cunha Nery, presidente; Júlio Máximo Pereira da Silva, Joaquim Ribeiro, Maximiano Namorado Grilo, Mapril Fogaça de Carvalho Santos, Graciano Siopa, Augusto Aguiar Moreira, padre Manuel dos Santos Bento e José Morais Marçal, vogais.

Orgão na imprensa — Não tem.

Casa do Povo — Uma, em organização, no lugar da freguesia de Figueiros.

Grémios patronais — Em organização, um Grémio da Lavoura.

Instrução — 22 escolas de instrução primária, em Cadaval (2), Alguber, Adão Lôbo, Cercal, Figueiros, Chão do Sapo, Rocha Forte, Ventosa, Murteira, Pragança, Painho, Peral, Barreiras, Sobrena, Pero Monis, Martins Joanes, Vermelha (2), Dagorda, Vilar e Palhais.

Assistência — Misericórdia e Hospital de Nossa Senhora da Conceição.

Corpos de Salvação — Bombeiros Voluntários do Cadaval.

Sociedades e filarmónicas — Club dos Caçadores e Banda dos Bombeiros Voluntários.

Vida administrativa em 1940

O orçamento ordinário atingiu o montante 634.400$62, dos quais foram realizados 454.756$70, passando em saldo 19.922$94.

Principais realizações efectuadas — Conclusão do edifício escolar da Vermelha; idem, do Vilar; construção dos arquivos e muro num anexo do edifício dos Paços do Concelho; construção do caminho vicinal da Corrieira-Ventosa, terraplanagens, obras de arte e acessórias; construção de uma rua, dentro da povoação do Avenal; construção da estrada de acesso ao cemitério do lugar do Vilar; obras de adaptação do edifício destinado às repartições de afilamentos, delegação de saúde conservatória do Registo Civil, etc.; compra de terrenos e barracas anexas, para construção do edifício escolar desta vila; reparação e conservação da rêde de estradas municipais (cêrca de 30 km.); reparação de fontes, tanques, poços e lavadouros públicos, nas quais foram gastos 100.390$90.

Assistência — Tratamento de doentes pobres nos hospitais, subsídios e esmolas, 62.432$74.

Dotações às Juntas de Freguesia para obras e melhoramentos nas mesmas — 22.500$00.

Subsídios concedidos pelo Estado para obras — 54.802$08.

Trabalhos em trânsito e projectos para 1941 — Empedramento do caminho vicinal da Corrieira-Ventosa, empedramento da estrada de acesso ao cemitério do lugar do Vilar, grande reparação da estrada municipal de Vila Nova à E. N. 68-2.ª, grande reparação da estrada da Murteira à Quinta do Brigadeiro, construção da estrada que liga a Quinta do Brigadeiro à E. M. Dom Durão-Chão do Sapo, construção do edifício escolar do Cadaval.

Dados sôbre o orçamento para 1941 — A receita está orçada em 516.568$16, distribuída pela seguinte despesa:

Encargos de empréstimos	3.943$50
Pensões de aposentação	16.191$60
Secretaria — Despesas com o pessoal	32.400$00
» — Outras despesas	108.882$60
Tesouraria	3.600$00
Serviços de saúde	14.800$00
Sanidade pecuária	10.900$00
Serviços de higiene e limpeza	15.100$00
Serviços de água e luz	34.072$10
Cemitério	1.700$00
Matadouro	4.100$00
Obras	203.024$54
Jardins e arborização	3.800$00
Cadeia	709$44
Polícia municipal	1.200$00
Serviços de aferição	4.200$00
Instrução	12.175$00
Biblioteca e Museu	500$00
Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas	45.269$38
Total	516.568$16

Nota da vida política durante o ano de 1940 — A'parte reüniões habituais com a União Nacional, para mais perfeita ligação entre as autoridades e os elementos que constituem as comissões políticas, nada de interêssante a assinalar.

Algumas considerações sôbre questões de interêsse para o concelho — Constituindo há muito aspiração a construção do edifício escolar na vila do Cadaval, foi incluída no orçamento ordinário do corrente ano uma verba de 30.000$00 para início das obras, em local já adquirido pela Câmara.

Outra aspiração é o abastecimento de água ao Cadaval, e, àparte o estudo hidro-geológico, que já se encontra feito, a Câmara aguarda que lhe seja dada a assistência técnica, para serem iniciadas as pesquisas de água, também já previstas no respectivo relatório.

Cascais



Do extracto do magnífico relatório da gerência de 1940, que nos foi enviado, pode fàcilmente deduzir-se o superior critério, que presidiu à administração do importante concelho da zona turística da margem-norte do Tejo.

A Câmara Municipal é constituída pelos srs. capitão José Roberto Raposo Pessoa, presidente; coronel Júlio Garcez de Lencastre, vice-presidente; João António Gaspar, Franklin Lamas, António Maria Pinto Coelho, António Duarte Martins, João da Cruz Viegas e Manuel Eduardo Correia Júnior. E' chefe de secretaria o sr. José Augusto Gonçalves Costa.

O Conselho Municipal é constituído pelos srs.: capitão Raposo Pessoa, presidente; vogais Carlos Duarte de Sousa, Joaquim do Nascimento Gourinho, António Gonçalves Prata, D. Vasco Manuel da Câmara, Armando Pereira Gomes Vilar, D. José de Avilez, Henrique José Cardoso de Meneses, Francisco Freire Cabral, Joaquim Nunes Ereira, António Alves Gouveia, capitão-tenente José Pereira da Silva Costa e Guilherme Cardim.

Dos elementos que nos foram fornecidos êste ano, recortamos os seguintes dados:

Imprensa — Semanários *Cascais* e *Estoril*.

Casas do Povo — Casa do Povo de Cascais.

Sindicatos Nacionais — Delegações dos Empregados da Indústria Hoteleira, dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Lisboa e Secção de Cascais do S. N. Feminino de Moda e Costura do Distrito de Lisboa.

Grémios patronais — Grémio do Comércio dos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra, com séde em Algés, e Grémio da Lavoura de Cascais.

Instrução — Escolas primárias, em Cascais (3), Birre, Aldeia do Juzo, Alcabideche (2), Malveira, Manique, Abóbada, Tires, S. Domingos de Rana, Sassoeiros, Carcavelos, Parede, Murtal, S. João do Estoril, Galiza e postos escolares em Talaíde, Caparide, S. Pedro do Estoril, Amoreira (2), Alvide, Cascais (Casa dos Pescadores) e Santa Casa da Misericórdia (Cascais).

Assistência — Asilo de Santo António, Estoril; Casas dos Pobres, de Cascais; Instituto de Cegos de Branco Rodrigues; Sanatório Marítimo, de Carcavelos; Casa de Trabalhos, de Cascais; Casa de Trabalhos, da Parede; Casa de Trabalhos, do Estoril; Casa de Trabalhos, de Carcavelos; Sanatório Santana, da Parede.

Sociedades Musicais e Recreativas — Sociedade Musical de Cascais, Sociedade Musical União Paredense, Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos, Club Recreativo Almeida Garrett, de Cascais; Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, Grupo Desportivo Estoril-Praia, Parede Foot-Ball Club e Grupo Sportivo de Carcavelos.

Bombeiros Voluntários — Associação de Bombeiros Voluntários de Cascais, Associação de Bombeiros Voluntários de Alcabideche, Associação de Bombeiros Voluntários do Estoril, Associação de Bombeiros Voluntários da Parede, Associação de Bombeiros Voluntários de Carcavelos.

Resumo do Relatório da Gerência de 1940

Podemos considerar verdadeiramente excepcional êste ano de 1940. As receitas da Câmara, incluindo as consignações, atingiram quási 10.000 contos e esta verba, que demonstra por si só o enorme desenvolvimento dos nossos serviços de secretaria, deu-nos margem a realizarmos importantes obras, em que ocupámos grande número de operários. Esta receita de 10.000 contos inclue a verba referente ao movimento das carnes (4.126 contos).

Concorreu para o aumento das receitas camarárias a extraordinária afluência de refugiados estrangeiros, cujo número oscilou, durante meses, entre 1.000 e 1.200. A afluência de nacionais, durante a época balnear, pode também considerar-se notável.

Mercê da nossa desafogada situação financeira, durante o ano de 1940, pudemos iniciar diversas obras de grande vulto, sendo a maior de todas o saneamento da parte baixa da vila de Cascais.

Para êste efeito e outros, negociou a Câmara com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a concessão de um empréstimo de 1.150 contos, pelo prazo de quinze anos e ao juro de 5 %, empréstimo êste que será considerado uma abertura de créditos durante os três primeiros anos, passando no fim dêste prazo ao regime de amortizações e sendo o saldo do capital liquidado nos doze anos restantes.

Para a obra de saneamento da parte baixa de Cascais, destina-se a importância de 900 contos, para a compra de terrenos para urbanização, 100 contos e para a aquisição do Parque Gandarinha, 150 contos.

A Câmara adjudicou por concurso à firma Jaime da Costa, Ltd.ª, representante de uma casa inglêsa mundialmente conhecida, o fornecimento e montagem da central elevatória de esgôtos da vila de Cascais, pela importância de 520 contos. Esta operação foi rodeada de todas as cautelas e, quer a firma Jaime da Costa, Ltd.ª, quer a firma sua representada, ofereceram todas as garantias de uma perfeita conclusão do trabalho que lhe foi adjudicado. Entretanto, devido à guerra e às condições apertadas de bloqueio, criadas pela mesma, a Câmara tem sérias apreensões, quanto ao fornecimento das máquinas necessárias.

Além de dar início às obras de saneamento da vila de Cascais, velha aspiração enfim realizada pôde ainda a Câmara, em comparticipação com a Junta de Turismo, adquirir o Parque Gandarinha, outra das maiores aspirações do concelho.

A festa de inauguração do Parque Municipal — antigo Parque Gandarinha — realizada em 5 de Outubro, dignaram-se assistir, juntamente com S. Ex.ª o Presidente da República, os ex.mos Ministro das Obras Públicas e Comunicações e Sub-Secretário da Agricultura; e, tanto o maior magistrado da Nação, como os membros do Govêrno foram unânimes nos elogios dirigidos à Junta de Turismo e à Câmara, cuja acção deveu a Suas Excelências palavras de muito apreço, que nos desvaneceram profundamente.

Na mesma ordem de idéias, de dar satisfação às mais instantes necessidades concelhias, em conjunto com o desejo de realizar uma obra digna das datas comemoradas no presente ano, adquiriu a Câmara à sr.ª D. Maria Wilhermina Johanna Van der Liet, pela quantia de 120 contos, um terreno (em grande parte pinhal), com a área de 176.388 m2, situado ao norte do Matadouro Municipal, onde tenciona instalar as suas oficinas e proceder à edificação dum bairro para operários, instalando igualmente os seus viveiros junto à Ribeira dos Mochos, que atravessa a referida propriedade.

Ainda sôbre saneamento, temos a satisfação de poder dizer que se completou êste ano o de S. João do Estoril e Carcavelos, tendo-se realizado importantes obras com o mesmo fim na zona mais densa da povoação de Parede.

Quanto a estradas, concluímos a grande reparação e alargamento da estrada do cemitério de Cascais, por Tôrre e Birre, à estrada da Malveira, (tendo sido alcatroado o tróço entre o cemitério e a estrada da Guia), e procedemos ao alargamento e grande reparação da estrada do cemitério de Alcabideche e da estrada do Murtal à Parede, esta última num tempo «record». Efectuaram-se bastantes alcatroamentos em Cascais, Estoril, Monte Estoril e Parede.

Numa propriedade adquirida ao sr. Raúl Florêncio Canas, junto ao Matadouro Municipal, construíram-se as Abegoarias Municipais e Armazéns, o que tornou possível abandonar alguns dos velhos barracões da Parada, que estavam em ruínas e que serviram de cavalariças durante muitos anos.

De acôrdo com o que já expusemos no Relatório de 1939, prosseguimos as obras de adaptação do palácio Conde da Guarda, onde instalámos *ad hoc* todos os serviços que funcionavam no velho edifício da Câmara, menos os de Tesouraria, que aguardam a conclusão das instalações definitivas. Entretanto, demos início às obras dos antigos Paços do Concelho, onde ficarão instaladas a Secção de Finanças e a Tesouraria da Fazenda Pública, repartições que passarão a estar em harmonia com a categoria do concelho.

Com respeito ao mercado de Cascais, a Câmara, tendo tido conhecimento que o ex.mo Ministro das Obras Públicas manifestará o desejo do mesmo ser imediatamente demolido, logo iniciou diligências no sentido de se obter terreno para a localização do novo mercado.

Propositadamente, deixámos para o fim dêste preâmbulo a devida referência às Festas Centenárias, em que a Câmara colaborou e que, neste concelho, atingiram certo brilho. Tanto a sessão de abertura como a sessão de encerramento das festas, esta última efectuada na sala nobre dos novos Paços do Concelho (inaugurada com êsse acto), a que concorreram as entidades mais gradas da região, constituíram dois grandes êxitos, o mesmo tendo acontecido com o desfile militar efectuado em 4 de Junho, perante uma tribuna especialmente armada para êsse fim e cuja construção, tanto pela rapidez com que foi levada a cabo, como pela beleza e sobriedade das suas linhas, mereceu a todos os maiores elogios.

E, para terminar estas considerações, a Câmara leva ao conhecimento dos senhores conselheiros municipais que, numa reünião havida no gabinete de S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas, em que o presidente desta Câmara tomou parte, ficou assente o prolongamento da estrada marginal através da vila, procurando-se que o tróço final contorne a cidadela, bem como a localização dos seguintes edifícios, a construir pelo Govêrno: Estação dos C. T. T., Capitania do Pôrto, Quartel da Companhia da Guarda Fiscal, Casa dos Pescadores e Lota. Na construção dêstes edifícios, ter-se-á em conta o valor turístico da estrada marginal, a importância da vila como sede do concelho e o maravilhoso cenário da formosa baía de Cascais.

A S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, a quem o município de Cascais já tanto deve, a Câmara desta vila, certa de interpretar o sentimento unânime de todos os habitantes do concelho, apresenta, com as suas homenagens, a expressão sincera do seu agradecimento e da sua admiração pelas brilhantes qualidades do ilustre homem público.

Secretaria e Tesouraria

Foram adquiridos os seguintes bens imóveis:

Uma casa para ser incorporada nos novos Paços do Concelho, pela importância de esc. 18.000$00; dois prédios rústicos para arruamentos, ampliação do Matadouro e construção de um bairro e de um lavadouro, etc., pela importância de esc. 120.000$00; uma casa para alinhamento da rua do Poço Novo, pela importância de esc. 7.500$00; um terreno no Alto do Moínho Velho, em Cascais, destinado a arruamentos e miradouro, pela importância de esc. 20.000$00; um terreno para abertura da rua Basílio Teles, em Parede, pela importância de esc. 3.700$00; um terreno para alargamento da estrada do cemitério da Guia à Tôrre, pela importância de esc. 1.000$00.

Pelo conselheiro municipal sr. Joaquim Nunes Ereira, foi doada à Câmara uma casa para alinhamento e alargamento da rua do Poço Novo.

Serviços de turismo

Por êstes serviços, efectuaram-se 528 visitas de fiscalização aos hotéis, pensões e restaurantes. Registaram-se e informaram-se 614 declarações de casas alugadas e processaram-se 1.105 documentos de receita, no valor global de esc. 421.582$65, o que representa 50 % mais do que no ano anterior.

As taxas de turismo cobradas durante êste ano, referentes às despesas efectuadas em hotéis, pensões e restaurantes, incidiram sôbre uma receita de esc. 16.476.808$50; e as referentes às rendas das casas alugadas correspondem a uma receita de escudos 1.285.800$00.

Reduzindo à taxa actual de 3 % o imposto de 5 % cobrado em 1936, até aqui considerado o ano de maior cobrança de taxas de turismo, poderemos dizer que o rendimento dêstes serviços atingiu neste ano, devido à grande afluência de refugiados, o seu maior volume, pois as verbas arrecadadas em 1940 excedem as de 1936, depois de reduzidas a 3 %, em esc. 26.231$50.

Falando de turismo, não podemos deixar de referir-nos à receita que o Estado arrecada, pelo exercício da indústria de jôgo no concelho de Cascais. A verba liquidada pela emprêsa concessionária deve ter andado à roda de 2.700 contos e a Câmara não teve nela a mais ligeira comparticipação.

Das zonas de jôgo concedidas, só dois concelhos — Cascais e Espinho — não recebem directa ou indirectamente qualquer comparticipação nos respectivos impostos.

A Câmara de Cascais dirigiu ao ex.mo Ministro do Interior uma longa exposição sôbre êste assunto, em que pormenoriza os direitos que lhe assistem a uma percentagem sôbre os impostos de jôgo, de acôrdo com o decreto n.º 14.643, que regulamentou o exercício da respectiva indústria e que não tem sido cumprido neste ponto.

Serviços de engenharia

Estudos — Por esta divisão prestaram-se, além de inúmeras informações verbais, 1.184 informações escritas. Enviaram-se 963 ordens de serviço e rediguiram-se 1.003 ofícios. Passaram-se 4.362 ordens de serviço de águas, assim divididas: Zona de Cascais, 1.442; zona do Estoril, 1.388; zona de Parede e Carcavelos, 1.532. Registaram-se 1.443 ofícios recebidos e elaboraram-se 1.432 fôlhas de férias, na totalidade de esc. 1.004.890$15, a que correspondem 83.740 salários a 12$00, ou seja uma média diária de 279 — mais 23 % que no ano anterior.

Estudaram-se, entre outros, os seguintes projectos:

Saneamento da povoação de Parede; revestimento asfáltico da estrada que liga as povoações de Rebelva e S. Domingos de Rana; alargamento da rua Marquês de Pombal, em Parede; W. C. no Parque Marais, em Parede.

Obras — Em nenhum ano se efectuaram obras tão volumosas como no presente.

O seu montante atingiu a verba de escudos 2.320.225$80.

Em obras comparticipadas, executou-se a reparação dos pavimentos e a construção de esgôtos pluviais nas ruas José de Carvalho Araújo e João Luís de Moura, em Cascais, e, no mesmo regime, iniciou-se a construção da rua de acesso ao novo hospital de Cascais, cuja primeira parte — alvenarias, obras de arte e aterros — já está concluída.

Ainda em comparticipação com o Estado, reparou-se a estrada de Parede ao Murtal, obra que foi executada em pouco mais de sete semanas, para ficar concluída nêste ano económico.

No presente ano, concluiu-se o alargamento da estrada de acesso ao cemitério de Alcabideche.

Dentro das obras não comparticipadas, construiu-se a rua António Granjo, em Paredes, grande aspiração dos seus moradores, e efectuou-se igualmente a respectiva rêde de esgotos domésticos e pluviais.

Entre as obras de grande utilidade, podemos incluir a construção das estradas para as povoações do Cobre e Zambujeiro, que até aqui não tinham sequer caminho para automóveis.

Resumindo, diremos que, em alcatroamentos, reparação e construção de pavimentos e esgotos pluviais e reparação de estradas, se dispendeu a verba de esc. 648.274805.

Em continuação das novas instalações camarárias, prosseguiram-se as obras de adaptação do palácio Conde da Guarda, conseguindo-se inaugurar nêste ano a sala das sessões, ante-câmara e gabinete do presidente. Nesta e noutras reparações em diversos edifícios públicos, dispendeu-se a quantia de esc. 218.127835.

Começaram-se ainda no presente ano as obras de adaptação do antigo edifício da Câmara para Repartição de Finanças.

Em obras de ampliação da rêde de esgotos e ligação de edifícios à nova e antiga rêde dispenderam-se esc. 348.988885.

O aumento da rêde foi de 995 metros de comprimento total; o das ligações foi de 4.816 metros.

Em 6 de Dezembro, iniciaram-se os trabalhos de assentamento das canalizações de esgotos na parte baixa da vila de Cascais, pelo que se espera pôr em serviço no próximo ano grande parte da rêde.

Águas — Como já dissemos, ainda não foi êste ano que chegou ao concelho a água de Lisboa; porém, mesmo assim, sem se terem aumentado os caudais captados e tendo subido o consumo, a escassez de água foi menor que nos anos anteriores. Na zona urbana, há apenas a registar o encargo que coube à Câmara, com a colocação da nova conduta, ao longo da estrada marginal, e também, finamente, a construção da conduta de Carcavelos aos Lombos.

A despesa com êstes serviços, em captação de águas, reparação de lavadouros e bombas de poços, consumo e reparações dos motores de Queneva, oficinas de águas e canalizações, reparações de rupturas e construção de canalizações e linhas gerais, foi de esc. 474.451855.

A receita foi de esc. 1.064.312880, incluindo nêste total a quantia de esc. 39.886870, referente a trabalhos de oficinas.

Iniciou-se nêste ano a substituição da conduta que parte do reservatório de Cascais, para abastecimento da vila, por se ter reconhecido que a linha anterior era insuficiente — obra que se pode computar em esc. 250.000800. Na nova conduta, empregou-se parte do material retirado da estrada marginal.

Além da água vendida ao preço corrente, tem a Câmara feito várias concessões, vendendo água a preços inferiores ou dando dotações gratuitas.

A água vendida com descontos totaliza 61.701 m. c e a água fornecida gratuitamente 24.613 m. c., sendo de esc. 134.996810 a importância que a Câmara deixou de receber por êstes motivos. Descontando os 10.164 m. c. do consumo municipal, teremos mesmo assim uma diminuição de receita de esc. 106.530890, ou seja 10 % da receita total do serviço de águas.

Oficinas e transportes — As instalações das oficinas municipais são deficientíssimas. As barracas em que êstes serviços têm funcionado não oferecem as condições necessárias, e, além disso, o ferramental de que se dispõe é também deficiente e em pequena quantidade. Entretanto, tem-se suprido êstes grandes inconvenientes, à fôrça de muito boa vontade, esperando a Câmara remediar dentro em pouco êste estado de coisas.

Quanto ao material de transporte automóvel, a Câmara continuou a servir-se do existente, que, mais cansado e necessitando de maior assistência, absorveu por completo durante o ano a actividade de um mecânico e um ajudante.

O número total de quilómetros percorridos foi de 101.063 e o consumo de óleos e gasolina foi, respectivamente, de 614 e 27.042 litros, o que representa uma despesa de esc. 86.203850.

Em reparações gastou-se a quantia de escudos 37.793805. O valor de outros trabalhos realizados importou em esc. 19.985810.

O cilindro mecânico trabalhou durante 130 dias.

Limpeza de fossas — Por esta divisão, efectuaram-se 3.637 serviços, sendo 2.957 pagos (1.011 avençados), 396 isentos e serviços municipais e 284 gratuitos.

O rendimento foi de esc. 72.059820 e a despesa de esc. 84.358860. Como o valor dos serviços prestados foi de esc. 106.064860, a percentagem dos serviços não remunerados atinge 27 %.

Armazém — Por esta divisão, efectuaram-se compras no valor de esc. 1.034.425865, correspondentes a 2.114 requisições. As requisições das secções ao armazém elevaram-se a 10.295.

Valor do material existente em 31 de Dezembro de 1940: esc. 391.995840.

Jardins e limpeza de ruas — Com a aquisição do Parque Gandarinha, a que já nos referimos, a Câmara, além de satisfazer um dos maiores desejos da população, dotou o concelho com um lindíssimo logradouro que, juntamente com o parque do museu Conde de Castro Guimarães e com futuras aquisições que se projectam, deve tornar-se um dos melhores parques do país.

Embelezaram-se os jardins existentes, que foram enriquecidos com novas espécies, tendo sido plantadas mais de 1.000 árvores.

Com êste serviço, dispendeu-se a verba de esc. 127.900850, incluindo nesta quantia a construção de duas estufas.

Na parte de receita, houve melhor aproveitamento na venda de flôres.

No serviço de recolha de lixos e limpeza de ruas, notaram-se as mesmas deficiências do ano anterior. Entretanto, dentro dos limites da insuficiência numérica do pessoal e do modo de transporte, procurou-se executar o serviço com a rapidez possível, por forma a não provocar reclamações — como sucedeu, de facto.

Os lixos foram recolhidos a horas convenientes, salvo em S. Pedro do Estoril, onde a recolha se efectuou tardiamente, durante a época de maior movimento.

Dispendeu-se com êste serviço a quantia de esc. 202.100880, tendo-se adquirido uma muar.

Matadouro

Por êstes serviços, adquiriram-se 13.969 cabeças de gado, com o pêso de 764.308,5 quilos, pelo valor global de esc. 4.009.144806, tendo-se procedido à preparação de 13.518 quilos de miúdezas.

Para curtumes, pela salga, prepararam-se 1.634 couros de rêzes adultas, 2.487 peles de vitela e 5.722 de carneiro.

Em consequência do mau estado sanitário, foram rejeitados nas inspecções *post mortem* 13 bois, 83 carneiros, 3 porcos e 30 borrêgos, o que representa um prejuízo para os fornecedores, de cêrca de 28 contos. Além destas rejeições, inutilizaram-se 4.064,5 quilos de carne e miúdezas, com um valor excedente a 22 contos — prejuízo suportado pela Câmara, em defesa da saúde dos munícipes.

Nas inspecções em vida, rejeitaram-se 580 rêzes adultas, 760 rêzes adolescentes, 200 carneiros, 140 borrêgos e 20 porcos.

Profilaxia da raiva

Foram apanhados na via pública 189 cães; 34 foram restituídos aos donos, tendo sido abatidos os restantes, por não terem sido reclamados.

Por suspeita, deram entrada no canil municipal 17 cães, 12 dos quais foram restituídos. Não se registaram casos de raiva. Efectuaram-se 1.429 vacinações anti-rábicas.

Sanidade

Por êstes serviços, fizeram-se 14.513 visitas de inspecção, durante as quais foram inutilizadas, por não se ter verificado má fé por parte dos proprietários, géneros alimentícios impróprios para consumo.

Realizaram-se 327 visitas de inspecção pecuária.

A Câmara estuda com cuidado o problema de higienização dos leites, procurando que o público possa beber em boas condições êste elemento indispensável da alimentação cotidiana.

Assistência

Como no ano anterior, dispendeu-se em assistência uma quantia importante: esc. 452.056855. Nesta verba, está incluída a importância de esc. 92.288805, valor de vários donativos e das cotizações dos subscritores permanentes da Casa dos Pobres.

Auxiliámos a Misericórdia de Cascais com esc. 66.000800; gastámos esc. 119.426800 com a hospitalização de doentes em várias hospitais, maternidades e institutos; o concedemos os seguintes subsídios: postos de socorros dos bombeiros das diversas corporações do concelho, 34.800800; Casas de Trabalho, 27.000800; Casa dos Pescadores, 3.000800; Pôsto de Puericultura, 3.000800; Creche José Luís, 18.000800; diversas, 6.192850.

Para a compra de uma auto-maca para a corporação dos bombeiros da vila, com o fim de transportar doentes de urgência do hospital da Misericórdia aos hospitais civis de Lisboa, concedemos um donativo de esc. 18.000800, e concorremos para a manutenção do Albergue dos Pobres de Cascais com a importância de esc. 64.350800.

Serviços de saúde

De acôrdo com os elementos estatísticos dêstes serviços, verifica-se terem ocorrido no concelho 448 óbitos (240 de varões e 248 de fêmeas) 10 % dos quais devidos à tuberculose — doença a que urge dar o devido combate, criando imediatamente um dispensário anti-tuberculoso, para a construção do qual a Câmara tem empregado os seus esforços, junto da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

Com respeito a doenças contagiosas, observa-se que não é possível apresentar quaisquer números, devido ao facto dos médicos do concelho não entregarem a tempo e horas as respectivas participações, do que advêm diversos prejuízos, sendo o maior de todos a impossibilidade de adoptar as medidas profiláticas recomendadas para cada caso.

Dedicou a Delegação de Saúde a sua atenção a importantes trabalhos de higiene urbana, como sejam a campanha das môscas e mosquitos e a modernização dos serviços de limpeza, tendo ainda efectuado o estudo dum importante elemento da salubridade das habitações.

O problema dos lixos merece a atenção e estudo dêstes serviços, porque é, sem dúvida, dos mais importantes problemas sanitários a resolver neste concelho. Não faz sentido que a colheita, condução e destruição dos lixos se continue a fazer por métodos antiquados.

Depois de aturado estudo, a que não foi estranha a conciliação da higiene com a economia, chegou-se à conclusão de que o processo de colheita de lixos que mais se adapta ao nosso meio é o usado pela municipalidade de Amsterdão.

A Câmara considera do maior interêsse sanitário a solução do problema da colheita, condução e eliminação dos resíduos urbanos.

Foram feitos inquéritos sôbre o mal rubro humano, a poliomielite e a difteria; e, não obstante o concelho ter sido visitado por milhares de estrangeiros e de ter sido igualmente grande a afluência de nacionais durante o veraneio, o equilíbrio sanitário desta região não foi abalado.

No pôsto médico instalado na antiga administração do concelho, foram efectuadas 4.583 consultas, pensos, injecções e outros tratamentos.

Instrução

Nêste capítulo, houco há a acrescentar ao que foi dito no ano anterior. Apenas foi desdobrado o pôsto escolar da Amoreira.

Os postos escolares e escolas oficiais existentes no concelho continuam sendo insuficientes, em face do progressivo aumento da população escolar; mas, como o Govêrno deve iniciar em 1941 a execução do Plano Geral de Construções de Escolas, a Câmara confia que o concelho de Cascais não será esquecido, por ser, nêste ponto, um dos mais necessitados.

Iluminação

A guerra europeia veio complicar a situação anterior.

A iluminação pública não beneficiou o aumento de um só foco e, até pelo contrário, na zona afectada pela construção da estrada marginal, foram retiradas muitas lâmpadas; mas conseguiu-se que algumas destas, em virtude das reclamações da Câmara, tivessem sido novamente colocadas, já no fim do verão.

As C. R. G. E. prometeram à Câmara melhorar as condições de iluminação entre o Monte Estoril e Cascais e na Avenida Saboia, e colocar alguns focos no jardim Visconde da Luz; mas, até agora, temos esperado em vão pelo cumprimento desta promessa.

A Câmara lamenta o ter de registar, neste relatório, o pouco ou nenhum interêsse com que as C. R. G. E. acompanham o desenvolvimento desta região, que, verdadeiramente, tem sido prejudicado pela atitude de uma emprêsa que dificulta extraordinàriamente a sua própria missão — o fornecimento de energia eléctrica.

Divisão administrativa

De acôrdo com o n.º 1.º do § 1.º do art. 3.º do Novo Código Administrativo, o concelho de Cascais ficou classificado urbano de 1.ª ordem, a par com as cidades de Braga, Coimbra, Évora e Setúbal, e as vilas de Matozinhos e Vila Nova de Gaia.

Para completar êste novo arranjo administrativo, em que se faz justiça à incontestável importância do nosso concelho, outras medidas se impõem, em reforço das quais apresentamos, no fim dêste trabalho, vários dados estatísticos que põem em foco a nossa posição perante os outros concelho do país.

Na verdade, não se justifica que os aglomerados populacionais da zona marginal — Monte Estoril, Estoril, S. João do Estoril, S. Pedro do Estoril, Parede e Carcavelos — ainda conservem a designação de lugares ou povoações, sendo alguns dêles bem mais importantes que muitas vilas.

E Cascais, não só pela sua situação de cabeça de concelho, como também por ser centro duma zona de turismo que é a primeira do país e das melhores de todo o mundo, o ainda por muitas outras razões que seria ocioso enumerar, merece sem favor fôros de cidade.

Esperamos que o Govêrno da Nação não deixará de considerar êste assunto num futuro próximo, dando satisfação às nossas fundamentadas aspirações

MAPA DA RECEITA E DESPESA, RESPEITANTE AO ANO DE 1940

Receita:

Impostos directos	589.795$57
Impostos indirectos	419.636$15
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	6.978.178$42
Rendimentos de bens próprios	221.240$57
Reembolsos e reposições	36.001$00
Consignações de receita	702.568$07
Receitas extraordinárias	290.630$70
	9.238.050$66
Saldo do ano anterior	389.397$48
	9.627.448$14

Despesa:

Encargos de empréstimos	160.477$70
Outros encargos municipais	118.821$90
Secretaria	842.470$31
Tesouraria	22.611$95
Serviços de saúde	27.687$66
Sanidade pecuária	11.965$65
Serviços de higiene e limpeza	284.703$77
Saneamento geral do concelho	424.576$92
Serviço de águas	415.259$52
Oficinas gerais	140.142$65
Armazém geral de materiais	46.014$38
Cemitérios	21.942$15
Matadouro	4.359.512$93
Mercados	30.529$46
Obras	272.220$02
Jardins e arborização	1.105.898$03
Polícia municipal	174.974$08
Serviços de aferição	4.031$00
Serviços de incêndios	34.280$00
Instrução	51.333$11
Pagamentos por consignação de receitas	702.568$07
	9.252.022$46
Saldo para o ano de 1941	375.425$68
	9.627.448$14

O orçamento ordinário para 1941 foi computado em 7.597.981$50.

loures



A região saloia abrangida pelo fértil concelho de Loures é das que maior importância oferece para a vida da capital, pelo alto papel que desempenha na sua subsistência. O florescente concelho continuou, em 1940, administrado conscienciosamente pela vereação seguinte: Dario Canas, presidente; Marcos Romão dos Reis, vice-presidente; Francisco dos Santos e Júlio Jacinto Gomes, vogais. O chefe da secretaria é o sr. Guilherme Henrique Soromenho.

O Conselho Municipal é constituído pelos srs. Dario Canas, presidente; dr. Sebastião José de Carvalho e Jerónimo da Silva Pinto, secretários; António Saraiva, Casimiro Valentim, Francisco Martins, João da Costa, João Nunes Rezende, José Marques Razo e eng.º Manuel Alves da Silva, vogais.

Outros elementos oferecidos para a monografia do concelho:

Orgão na imprensa — Não tem actualmente.

Organização corporativa — Grémio da Lavoura de Loures, União Vinícola, Grémio de Vinicultores e União Patronal, todos de Bucelas.

Instrução — Vinte escolas primárias nas seguintes localidades: Loures, Apelação, Bucelas, Freixial, Bemposta, Camarate, Caneças, Fanhões, Frielas, Moscavide, Odivelas (2), Ameixoeira, Póvoa de Santo Adrião, Sacavém (2), Santo Antão do Tojal, S. Julião do Tojal, Talha, Pinheiro de Loures e um pôsto em Tojalinho.

Em Odivelas, o Instituto Feminino de Educação e Trabalho e na Paiã a Escola Profissional de Agricultura D. Denis, da Junta de Província da Estremadura.

Assistência — Associação de Assistência e Beneficência de Loures «Luís Pereira Mota» e Pôsto de Socorros dos Bombeiros Voluntários de Loures.

Bombeiros Voluntários de Loures, Zambujal, Sacavém, Odivelas, Moscavide, Fanhões, Camarate e Bucelas.

Sociedades Filarmónicas e de Recreio — Sociedade Filarmónica Pinheirense, Grémio de Santa Iria, Academia Recreio Musical de Sacavém, Sociedade Musical de Frielas, bandas dos Bombeiros Voluntários de Fanhões, Camarate e de Loures, Banda Recreio de Bucelas e Grupo Apelacense; Club Sacavense, Club Desportivo de Caneças, Club Desportivo de Camarate e Grupo Desportivo de Loures.

Resenha administrativa de 1940

Concluiu a Câmara em 1940 e inaugurou no período das Comemorações Centenárias um importante edifício escolar, na séde do concelho, e ainda um mercado coberto e um edifício onde pensa instalar, no presente ano, um pôsto de puericultura.

Deu também por terminado, em Moscavide, outro edifício para escola primária, devendo inaugurar-se brevemente.

Reparou alguns caminhos nas freguesias e lugares do concelho, projectou o novo edifício para quartel da Guarda Nacional Republicana, em Sacavém, para substituir o que foi demolido, em consequência do plano de urbanização daquela vila.

Tem a Câmara para resolver em 1941 o problema dos cemitérios em Moscavide-Sacavém e Camarate, que se tornaram acanhados para as necessidades da população.

Não pôde a Câmara em 1940, como o não poderá talvez em 1941, dar andamento aos pedidos de construções, em determinados pontos do concelho, como Sacavém, Moscavide, Olival Basto e Pontinha, em virtude de se aguardar a conclusão do estudo empreendido pelo sr. ministro das Obras Públicas e Comunicações, para as convenientes entradas na cidade.

O orçamento para 1941 não nos dá infelizmente margem para grandes empreendimentos, pois encargos anteriores absorvem grande parte das receitas.

E' pensamento da Câmara contrair um empréstimo que lhe permita a liquidação de certos débitos e lhe dê a possibilidade de obter a comparticipação do Estado para obras.

•

lourinhã



Concelho de 3.ª ordem e fiscal de 3.ª classe. Julgado municipal. Comarca de Tôrres Vedras, com as freguesias de Lourinhã, Miragaia e Vimeiro. Comarca de Caldas da Rainha, com as freguesias de Moita dos Ferreiros, Moledo, Reguengo Grande e S. Bartolomeu. Dissolvida e declarada em regime de tutela a Câmara Municipal do concelho da Lourinhã, por decreto n.º 30,353, de 4 de Abril de 1940, foi nomeada a seguinte comissão administrativa: presidente, José Eduardo Moreira Sales; vogais, António Luís Pedroso Marques e João Gomes da Silva. Esta comissão tomou posse em 8 de Abril de 1940.

Chefe da secretaria, Carlos Alberto da Cunha Pessoa.

Conselho Municipal: José Angelo do Rosário e Silva, Alfredo Manuel Candeira, José Luís dos Santos, José da Silva Prazeres, José Fernandes Martins, João Gomes da Silva, Elísio Pena, António Emídio da Cruz e Silva e José Maria de Carvalho.

Não há imprensa local nem organização corporativa.

Instrução — Escolas primárias em Lourinhã, Sobral, Seixal, Atalaia, Taxofal de Baixo, Zambujeira, Miragaia, Casal do Azeite, Marteleira, Moledo, Moita dos Ferreiros, Reguengo Grande, S. Bartolomeu e Vimeiro.

Assistência — Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, Associação de Socorros Mútuos 1.º de Maio, Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Sociedades Recreativas—Club Recreativo «14 de Julho».

O concelho *de Lourinhã*, situado no extremo N. do distrito de Lisboa, a uma hora de automóvel da capital, encontra-se em situação privilegiada, dentro da zona de turismo do litoral estremenho.

O seu limite ocidental, em recortes graciosos, oferece lindas enseadas, plenas de encanto, servindo de abrigo aos pescadores, tais como Pôrto Dinheiro, Pôrto de Barcas e Paimogo, onde florescem os mais ricos viveiros de lagostas.

Entre as suas praias, há que realçar a formosa *Praia de Areia Branca*.

Há pouco ainda desconhecida, conta, hoje, graças ao seu progresso incessante, numerosos admiradores. Do alto da Vigia, desvendam-se soberbos panoramas, de terra e mar, de apreciável beleza, quási de magia.

Bem servida de carreiras de caminhetas, as excursões às zonas de turismo vizinhas de Peniche, Caldas da Raínha e de Tôrres Vedras são cómodas, práticas e agradáveis.

Dispõe esta praia de casas de bom gôsto, de água finíssima, sendo bem abastecida de tudo, em especial, de excelentes frutos, visto que êste concelho da Lourinhã é justamente considerado como importante região frutícola. A sua extensa praia é limpa, a areia fina, duma brancura incomparável.

E' verdadeiro encanto dos banhistas e visitantes.

Neste ano, a Câmara Municipal, Junta de Turismo e amigos da praia realizaram, ali, importantes melhoramentos, entre os quais merece especial referência o esplêndido *Parque de Jogos*.

Neste se acham organizados um interessante *Parque Infantil*, o *Basket-Ball*, *Wolley-Ball*, *Croquet* e *Tennis* e, a cingi-los, o *Golf* de parque.

Tão inexcediveis privilégios de clima, distracção e encanto prendem de tal forma o banhista que, ao partir, pensa, sòmente, em voltar, no ano seguinte.

A crise e as contas — Em 1938, demorado inquérito, realizado pela Inspecção de Finanças, apurou tais irregularidades na administração do município que lhe foi decretada a sanção do regime de tutela.

Nesse inquérito, se mencionou «que as dívidas e encargos de empréstimos, contraídos pela Câmara, atingiam importante soma que as receitas ordinárias não comportavam fôssem pagas dentro de limitado prazo de tempo».

Quando a actual comissão administrativa tomou posse, em 9 de Abril de 1940, a situação agravara-se pelo acréscimo de novas dívidas.

O orçamento ordinário aprovado reflectia, sugestivamente, a maior falta de probidade administrativa.

Encontravam-se, ali, dívidas inexistentes e receitas, no valor de algumas centenas de contos, incobráveis.

O orçamento suplementar já tinha sido aprovado em Fevereiro dêsse ano de 1940.

Foi nesta conjuntura que nos determinaram a resolução de tão intrincado como difícil e complexo problema administrativo.

Para êste efeito, não sendo de aconselhar o equilíbrio financeiro pelo aumento de novas receitas, procurámo-lo na redução de todas as despesas que não afectassem, em demasia, os serviços do município.

E, com perseverança, fé e intransigência, conseguimo-lo, com notável felicidade, ao fim de dezoito mêses.

Restauraram-se os créditos desta Câmara, de excelentes tradições de probidade administrativa, com a liquidação integral de todas as dívidas, comprovadas e verdadeiras.

Hoje, a Câmara de Lourinhã deve, sòmente, aos hospitais civis e à C. G. D., encontrado-se as suas prestações regularizadas e em dia.

Ressurgimento do concelho. — A' medida que se restabelecia o equilíbrio das contas, realizavam-se melhoramentos de certa importância, em todo o concelho, do que vamos dar sucinto relato.

A Lourinhã foi beneficiada com a macadamização e o novo colector da rua de Santo André e seu prolongamento até aos Casais das Pedreiras, com o calcetamento de várias ruas, pinturas no coreto e candeeiros e, presentemente, com a reconstrução de importante trôço de muro no cemitério.

Adquiriu-se um depósito de ferro zincado, cuja capacidade garante uma quantidade de gasóil para dez mêses de iluminação pública.

Na Praia da Areia Branca, além da construção do Parque de Jogos, a que já se fez referência, construiu-se sólida ponte, sôbre a foz do Rio Grande, e traçaram-se novos arruamentos.

Construíram-se seis estradas, ligando Vale de Lobos à Marteleira, Vale de Viga, Feiteira, Fontelas, Casais da Galharda a outras estradas e Reguengo Grande ao seu cemitério. Nesta freguesia, estão em curso importantes obras de abastecimento de águas.

Encontram-se traçadas novas estradas, cujos aterros já se encontram feitos, que

ligam as povoações do Seixal à Areia Branca, Serra do Calvo à Zambujeira do Mar e Abelheira a S. Bartolomeu.

Dotaram-se as localidades de Atalaia, Toxofal, Sobral e Casal Moínho com novos arruamentos, aquedutos, jardins, fontes e lavadouros.

Todas estas obras, à excepção das do Reguengo Grande, as únicas que receberam comparticipação do Estado, tiveram a necessária cooperação das populações que se orgulham de prestar valioso auxílio às suas aldeias.

Os habitantes, concorrendo para o progresso da sua terra, e dispondo de mais confôrto, ficam-lhe presos por uma afeição mais profunda.

Eis, em breves traços, como se procurou estabelecer o ressurgimento do concelho.

Nota administrativa

Dentro de um orçamento desequilibrado, onerado com encargos de 283 contos de dívidas passivas, a Comissão Administrativa, cuja principal preocupação foi a liquidação de todos os débitos, devidamente comprovados, saldou dívidas num montante de 186.834$00, e conseguiu fazer obra útil e de fomento local.

Realizaram-se em 1940, além de outros já citados, importantes melhoramentos de verdadeiro interêsse público, a saber: Conclusão dos edifícios escolares da Moita dos Ferreiros, Toxofal de Baixo e Ribamar; construção de um colector na rua de Santo André, na Lourinhã; reparação de pavimentos e calçadas; novos arruamentos na Praia da Areia Branca; construção de aquedutos e estradas em Atalaia de Baixo, Toxofal de Baixo, Sobral e Feiteira; repararam-se cêrca de quinze quilómetros de caminhos vicinais; construiram-se duas pontes caídas em 1939, no sítio do Castelo e na Areia Branca.

Atendendo às necessidades locais, traçaram-se novas estradas da Zambujeira do Mar para a Serra do Calvo e ligação da estrada de S. Bartolomeu-Reguengo Grande com os Casais da Galharda, estando já construídos os respectivos aterros.

Em 1941, serão realizadas as seguintes obras: Captação de águas para abastecimento dos Casais da Cezareda e do Reguengo Pequeno; construção da estrada de Reguengo Grande ao cemitério; abastecimento de água à povoação de Reguengo Grande; pavimentação de uma rua de Toledo; construção de um lavadouro em Miragaia; construção de um caminho das Capelas à E. N. 69-2.ª; construção de um parque na Praia da Areia Branca; construção de uma ponte sôbre a Foz do Rio Grande, na Praia da Areia Branca; canalização de água, na Praia da Areia Branca e conclusão da estrada; conclusão das escolas do Seixal, da Marquiteira, do Nadrupe e das Capelas.

ORÇAMENTO PARA 1941

Receita:

Impostos indirectos	265.423$55
Impostos indirectos	60.000$00
Taxas e rendimentos	113.450$00
Indústrias da Câmara	48.000$00
Rendimento de bens próprios	13.500$00
Reembolsos e reposições	60.650$00
Receita extraordinária	66.568$25
Total	627.591$80

Despesa:

Encargos de empréstimos	40.534$28
Pensões de aposentação	12.942$00
Secretaria	127.152$55
Tesouraria	10.550$00
Serviços de saúde	23.550$00
Sanidade pecuária	15.360$00
Serviços de higiene e limpeza	18.600$00
Serviço de água e luz	45.500$00
Cemitérios	4.800$00
Matadouro	12.000$00
Obras	190.442$47
Jardim e arborização	5.850$00
Cadeia	4.260$00
Polícia municipal	14.961$70
Serviços de aferição	4.300$00
Serviços de incêndios	800$00
Instrução	20.570$00
Biblioteca	1.500$00
Dívidas passivas	73.918$80
Total	627.591$80

Mafra



Pelo magnífico relatório que nêste lugar publicamos, se pode verificar a excelente administração que a Câmara Municipal de Mafra tem desenvolvido, sob a presidência do sr. capitão João Lopes. São vereadores os srs. Luís Maria Rodrigues, Manuel Alves Mateus, Sérgio Tomás Teixeira Rodrigues e Amadeu Pinheiro Rolim. O sr. António Duarte Resina Júnior continua a exercer o seu lugar de chefe da secretaria.

O Conselho Municipal é constituído pelos srs.: dr. Domingos Machado Pereira, Joaquim Manuel de Oliveira, Eduardo Paulo, Amadeu Paulino Rolim, Sérgio Tomás Teixeira Rodrigues, Francisco Augusto, João Jorge da Silva, Manuel José Monteiro, Silvio Lucas da Silva e Francisco Rodrigues Mota, presididos pelo sr. capitão João Lopes.

Elementos recebidos para o Boletim:

Imprensa — Semanário *O Concelho de Mafra*.

Organização corporativa — Casa dos Pescadores da Ericeira e Grémio de Lavoura de Mafra.

Instrução — Escolas primárias nas seguintes localidades: Mafra, Livramento, Carvoeira, Chelúrios, Encarnação, Enxara do Bispo, Vila Franca do Rosário, Ericeira, Gradil, Igreja Nova, Malveira, Póvoa da Galega, Santo Isidoro, Picanceira, Rogel, Sobral de Abelheira, Sobreiro e Venda do Pinheiro.

Assistência — Asilo de Jorge Fialho, na Ericeira; Misericórdia da Ericeira, Hospital de Nossa Senhora das Dores, em Mafra; Comissão de Assistência Pública, de Mafra; Casa de Trabalho, de Mafra; Sopa de Pobres, em Mafra e Ericeira, e Montepio Mafrense.

Sociedades e clubes — Mafra Recreio Club, Livramento Sporting Club, Grupo Desportivo da Ericeira e Atlético Club Malveirense.

Actuação da Câmara na gerência de 1940

Do relatório da gerência de 1940, apresentado ao Conselho Municipal, na data própria, damos o elucidativo resumo seguinte:

«Em conseqüência do pedido de exoneração do ex.mo sr. dr. Neves Martinha do lugar de presidente da Câmara e delegado do Govêrno nêste concelho, assumi estas funções no dia 20 de Janeiro do presente ano, e, como é natural, uma das minhas primeiras preocupações foi inteirar-me do verdadeiro estado em que se encontrava o concelho. Assim, juntamente com os ex.mos vereadores, visitei as principais localidades, chegando à conclusão de que, se é certo que dentro da situação muito se tem já feito, também é verdade que muitíssimo há ainda a fazer.»

A seguir o sr. presidente refere, ponto por ponto, o estado em que encontrou os vários serviços municipais e o que sôbre a situação projecta realizar.

Água — Principia o relatório por dizer que o sistema de distribuição das águas é tudo quanto há mais primitivo. As fontes de chafurdo, charcos e poços, todos êles estão mais ou menos inquinados, pois que os dejectos correm em canais abertos através da vila.

A Câmara procura resolver o assunto com a maior eficácia e possível economia, tendo feito uma sondagem e aberto dois poços, no lugar do Brejo, onde se encontrou água superior em qualidade e quantidade. É preciso, agora, canalizá-la para a vila e fazer a respectiva rêde de distribuição.

A captação que estava prevista, no sítio da Carapinheira, não deu resultado. Cabe justo elogio ao sr. eng.º Ressano Garcia que, com muita competência e dedicação, se dispôs a resolver o assunto.

Acrescenta o relatório que a Ericeira está bem provida de águas, que chegam directamente a todos os domicílios.

Higiene — Não é animador o estado sanitário da vila, nêstes serviços. A Câmara promete os melhores esforços para remediar a situação.

Estradas e caminhos — Os caminhos vicinais são maus e de difícil conservação.

Em compensação, as estradas têm sido muito beneficiadas, tendo, contudo, sofrido imenso com o rigor da invernia. Torna-se urgente tratar da rêde de comunicação com várias localidades, que estão privadas de promover a sua economia, por falta de estradas e caminhos, outro tanto sucedendo com as ruas, em todo o concelho, exceptuando a Ericeira.

Estado social — Não se pode classificar muito bom. Neste capítulo, o relatório acrescenta, textualmente:

«A Concordata veio proporcionar um certo número de facilidades, o assim já muitos casais, em número assás avultado, têm consentido que se legalizem as suas situações.

«Nesta cruzada do Bem, muito se tem evidenciado a ex.ma sr.ª D. Fernanda Ivens Ferraz Jardim, que, auxiliada por seu ex.mo marido, o sr. eng.º Luís Hintze Ribeiro Jardim, e seus pais, o ex.mo almirante Ivens Ferraz e a ex.ma sr.ª D. Laura Ivens Ferraz, conseguiu que, no dia 13 de Outubro findo, se realizassem, na pitoresca localidade da Asseiceira Grande, 90 casamentos e 240 baptizados, do que resultou a perfilhação de 90 crianças.

«É necessário, portanto, que outras pessoas caridosas imitem o gesto nobre e humanitário de tão caritativa senhora, auxiliando o presidente da Câmara, que está envidando o melhor dos seus esforços para acabar com tão penosos costumes, integrando-os nos sãos princípios da moral.

«É necessário olhar-se também, com interêsse, para o estado de promiscuidade em que a maioria da população está vivendo. Há, especialmente, aldeias em que casais paupérrimos, com 7, 8 e até 12 e 13 crianças, estão vivendo nas condições mais precárias, devido à falta de habitações e estão condenados a uma situação degradante, na adolescência de seus filhos. É um problema de grande acuidade, que convém ser estudado de forma a ser resolvido convenientemente.»

Assistência — Muito fraca, no concelho. Funciona, na vila, uma «Sopa dos Pobres» e, sob a direcção do rev. José dos Ramos Pereira, com a colaboração de algumas senhoras, existe uma «Casa de Trabalho» para meninas. Mais não faz, porque lhe faltam recursos.

A Ericeira mantém um pavilhão para internamento de vèlhinhas, instalado pela Misericórdia, e fornece sopa diária a 100 pobres, nos mêses de Dezembro a Abril, e leite a muitos doentes, durante todo o ano.

A «Casa dos Pescadores», daquela vila, também faz assistência aos seus associados.

A administração do concelho distribue vários donativos mensais, de 10$00 a 40$00, e dinheiro e géneros a várias casas de beneficência.

Encara-se a possibilidade de criar um asilo para velhos, de todo o concelho, e uma casa para menores em perigo moral.

Hospitais — Na sede, o hospital de Nossa Senhora das Dores, que necessita de novas instalações. Pelo seu último relatório, sabe-se que tratou 550 doentes, 113 dos quais foram hospitalizados; e concedeu 2.296$15 de medicamentos grátis. O hospital da Ericeira vive em melhores condições económicas.

O tratamento de doentes do concelho, nos hospitais de Lisboa, custa à Câmara cêrca de esc. 50.000$00 por ano.

Projectos, plantas e urbanização — Desta parte, extractamos os seguintes períodos:

«O levantamento topográfico da vila de Mafra, entregue à S. P. L. A. L., em 22 de Junho de 1938, estará possìvelmente concluído no fim do presente ano, devendo custar, aproximadamente, esc. 30.000$00.

«O plano de urbanização já havia sido iniciado, mas houve que se mandar suspender, até que o assunto seja convenientemente estudado.

«Também haviam sido encomendados dois projectos, sendo um relativo ao mercado da vila de Mafra e outro para o edifício dos bombeiros da mesma vila, cujos orçamentos, são, respectivamente, de 412.000$00 e 397.000$00, e pelos quais foi apresentada uma conta de honorários de 26.266$00.

«Obras grandiosas, é certo, mas de difícil execução, por falta de recursos.

«Recentemente, apresentou-se à Câmara um engenheiro da Fiscalização dos Levantamentos Topográficos, a-fim-de fazer a demarcação da Malveira e da vila da Ericeira, por ter sido requerido o levantamento topográfico em 2 de Novembro de 1938. Ficámos, como é bem de ver, verdadeiramente aterrados, porquanto é trabalho que nos não deve custar menos de 60.000$00, e por esta razão solicitámos, superiormente, para que tal pedido ficasse sem efeito, mas, a-pesar-de todos os esforços, foi-nos últimamente respondido que os levantamentos sempre teriam de efectuar-se.

«Também tinha sido encomendado um projecto de electrificação do concelho ao sr. eng.º Henrique Peyssonneau, trabalho que S. Ex.ª apresentou, e de que já se pagou a quantia de 30.000$00, faltando a de 18.600$00, que terá de ser liquidada quando a obra se completar.

«Enfim, todos êstes projectos, mandados fazer antes de nos ser entregue o govêrno do município, custaram-nos a quantia de 82.866$00, dos quais já se pagaram 40.500$00, faltando 42.366$00, que serão liquidados possìvelmente no próximo ano.»

Festas dos Centenários — Desistiu a Câmara da Caçada na Tapada e festa na Basílica, que tinha projectado, resolvendo colaborar com a Junta de Província nas festas oficiais.

Congresso Eucarístico — Resolveu-se dar o maior brilhantismo ao Congresso Eucarístico que se realizou no ano seguinte.

Desportos — O assunto foi devidamente tratado, animando carinhosamente as organizações desportivas do concelho. Na sede, está a construir-se um excelente campo de jogos e na Ericeira foi inaugurado um outro.

Também na Malveira, Livramento e Vila Franca do Rosário, êste assunto está sendo tratado com carinho.

Miradouro da Vila Velha — O vandalismo destruiu o castelo de Mafra, tomado aos mouros por D. Afonso Henriques, na sua marcha sôbre Lisboa. Construiu-se ali um miradouro, para assinalar a existência do nobre monumento e defender a velha igreja de Santo André, preciosa jóia arquitectónica.

Biblioteca de Mafra — Foi criada por deliberação camarária e ficará funcionando nas antigas salas do Turismo.

Sôbre o assunto, o relatório diz mais o seguinte:

«É um melhoramento de grande alcance e que será tanto mais útil quanto maior fôr o seu recheio, sendo do nosso dever dar conhecimento, nêste lugar, de que alguns beneméritos, tais como os ex.mos srs. drs. Carlos Galrão e Santos Coelho, director de *O Concelho de Mafra* e da Biblioteca do Palácio Nacional, e Francisco Rodrigues Mota, digno comerciante de Vila Franca do Rosário, já a dotaram com livros de merecimento. Temos ainda a promessa de alguns que constituíam a biblioteca do extinto Grémio Mafrense.»

Museu regional — Foi instituído nas salas do Turismo, onde se expõem as produções regionais.

Empregados do município — Foram seleccionados e reorganizados os quadros do funcionalismo e empregados municipais e louvado o chefe da secretaria, sr. António Resina.

Código de Posturas — Vai proceder-se à sua actualização.

Paços do Concelho — Torna-se indispensável encarar o assunto de forma a poder dispensar-se a situação de favor e má instalação em que a Câmara se encontra.

Concertos de carrilhões — Foi, pelo Ministério das Finanças, contratado o sr. Hernani Caldeira para concertista, solução que muito agradou à Câmara Municipal.

Instrução Pública — E o seguinte o texto do relatório:

«É um assunto que à Câmara está merecendo especial atenção, pois o reputa dos mais importantes, e nesta conformidade criou já êste ano um pôsto escolar no Jeromelo, um nas Azenhas e outro no Barril, os quais foram dotados do material necessário, procedendo-se de igual maneira com os postos do Zambujal, Barras, Codeçal, Choutaria, Estação de Mafra e outros, que funcionavam sem material algum.

«Em virtude de ordens superiores, foi mandada instalar em outro edifício a escola que funcionava numa dependência da igreja da Ericeira.

«Está pedida a criação de postos escolares para a Murgeira, Enxara do Bispo, Quintal e Casal da Serra; de escolas para Mafra e Santo Isidoro; e a transformação em escola do pôsto de Monte Bom, sendo intenção da Câmara dotar com escolas e postos escolares todo o concelho, de forma a que, em 1941, todas as crianças possam receber instrução.

«Temos no concelho uma população escolar de 2.179 crianças, sendo 1.173 do sexo masculino e 1.006 do sexo feminino, 27 escolas e 22 postos escolares, dos quais apenas quatro funcionam em edifício próprio e pertencente ao Município. Duas destas escolas estavam em completa ruína: a da sede do concelho e a da Igreja Nova, que estão já quási reparadas, carecendo também a da Póvoa da Galega de iguais melhoramentos.

«É nosso desejo proceder à construção de alguns edifícios escolares, principiando pelas localidades onde a sua falta mais se faça sentir, porque os que são presentemente utilizados não têm, em geral, as condições pedagógicas e higiénicas necessárias.»

Estatística — Elaborou-se o cadastro dos prédios e fogos e o difícil censo da população.

Mocidade Portuguêsa — Mercê de tôda a boa vontade e dedicação do sr. capitão Taveira Pereira, conseguiu-se um apreciável desenvolvimento desta organização no concelho.

Jardim da Alameda — Depois de várias contestações, parece ter-se chegado à conclusão de que o jardim da Alameda e o terreno conhecido pelo Bico do Pato são pertença da Câmara, em cuja posse sempre esteve.

Cemitérios — O relatório diz o seguinte:

«Existem sete freguesias que carecem de cemitérios novos ou da ampliação dos que têm. Há grande necessidade que sejam ampliados os da vila de Mafra, Milharado e Enxara do Bispo, que são insuficientes.

«É necessário construir novos em Vila Franca do Rosário, Encarnação, Santo Isidoro e Cheleiros, mas estas obras só gradualmente poderão ser efectuadas, visto o orçamento as não comportar de uma só vez.»

O que foi a gerência de 1940

A) *Pelo Pelouro dos Serviços Municipais, Finanças e Polícia* — *a)* Segurararam-se os bombeiros das corporações de Mafra e Ericeira; *b)* Concederam-se subsídios a todas as Juntas de Freguesia, para melhoramentos; *c)* Segurou-se o pessoal da Câmara contra todos os desastres no trabalho; *d)* Liquidaram-se, completamente, os empréstimos contraídos em 1881 e 1882, na Companhia Geral de Crédito Predial Português; *e)* Adquiriu-se mobília para as diferentes repartições públicas; *f)* Requisitou-se um sub-chefe para o Pôsto Policial e substituíram-se três guardas, por conveniência de serviço; *g)* Procedeu-se ao pagamento de vários projectos, incluindo o da electrificação do concelho; *h)* Procedeu-se ao estudo do novo contrato com as Companhias Reünidas Gás e Electricidade; *i)* Tomou-se conhecimento da prorrogação do mandato dos corpos administrativos; *j)* Procedeu-se à municipalização dos serviços de água e luz; *k)* Identificaram-se inúmeros fóros atrasados, procedendo-se à sua cobrança; *l)* Castigaram-se por irregularidades e indiferenças pelo serviço alguns empregados; *m)* Procedeu-se a várias diligências para a criação de uma central leiteira, na vila de Mafra; *n)* Colocaram-se novos candeeiros para iluminação pública no Jardim da Alameda; *o)* Adquiriu-se vário material para iluminação pública, como contadores e lâmpadas e beneficiaram-se as linhas; *p)* Compraram-se várias balanças; *q)* Apetrecharam-se os matadouros municipais com algum material; *r)* Ofereceram-se uma máquina de escrever e duas secretárias ao Têrço Independente da Legião Portuguêsa, desta vila; *s)* Deram-se fatos aos contínuos da Câmara e ao pessoal da limpeza e dos jardins.

Temos a grande satisfação de comunicar que os serviços municipais decorrem com a maior normalidade e disciplina, e que o saldo no presente ano deve exceder a quantia de 190.000$00, a-pesar-de se ter desenvolvido a maior actividade em todos os serviços.

B) *Pelo Pelouro das obras municipais* — *a)* Abriu-se, no sítio da Carapinheira, conforme o respectivo projecto, um poço até à profundidade de 30m, mas, como a água encontrada não excedesse uns 6 m. c. por cada período de 24 horas, voltámo-nos para o sítio do Brejo, onde se abriram dois poços, tendo um 9m e o outro 10m de profundidade, e, porque o líquido ali encontrado oscila por uns 220 m. c. por cada dia, está a proceder-se à elaboração do projecto respectivo, a-fim-de se pedir a devida comparticipação; *b)* Repararam-se já, de tôdas as estradas que as águas do último inverno destruíram ou danificaram, as seguintes: Vila Franca do Rosário à Enxara dos Cavaleiros e ramal de S. Sebastião, Livramento à Freiria, Carrascal ao Sobral, estrada antiga do Sobral, Cabeços aos Gorcinhos, Vila Velha ao cemitério e parte da estrada do Carvalhal; *c)* Concluiu-se a reparação de três troços de estrada que convergem na vila da Ericeira; *d)* Procedeu-se ao calcetamento das seguintes ruas, na vila da Ericeira: Alves Crespo, do Casino, de S. Sebastião, da Ericeira e de Jorge Fialho; *e)* Empedrou-se o troço entre Gorcinhos e Zambujal, da estrada de Matra à Carvoeira; *f)* Está a proceder-se à construção de uma rua em Santo Isidoro, estabelecendo a ligação da estrada municipal dessa localidade com a de Ribamar; *g)* Começou-se também o empedramento da estrada da Asseiceira Grande ao Milharado; *h)* Construíu-se uma rua que liga a porta de entrada na Tapada de Mafra à entrada norte da Escola Prática de Infantaria; *i)* Empedrou-se a Travessa José Soares, em Mafra; *j)* Construíram-se canos de esgôto em três ruas da vila de Mafra, um colector, que liga o que vem do Depósito de Remonta ao colector geral, e um outro na Malveira, na extensão de 300m, tendo-se procedido à reparação de mais alguns; *k)* Procede-se, presentemente, à construção do último tróço da estrada do Sobral de Abelheira; *l)* Fizeram-se obras na escola da vila de Mafra; repararam-se os telhados, foram renovados os rebôcos exteriores e bem assim os interiores de algumas salas. Adquiriu-se uma casa contígua, que foi demolida e transformada em recreio das crianças, melhorando-se, assim, as condições higiénicas da escola; *m)* Adquiriu-se um terreno na Vila Velha, onde existiu o antigo castelo, e em cujo local se está construindo um miradouro; *n)* Adaptou-se a Pôsto Escolar a antiga capela do Espírito Santo, de Alcainça Grande, cujas obras se fazem de modo a proteger um pórtico manuelino de grande valor, que ali existe; *o)* Cortou-se a aresta de uma casa, na Enxara do Bispo, para alargamento da estrada, e procedeu-se no calcetamento de ruas; *p)* Fizeram-se obras nas fontes da Murgeira, Almeirinho do Clemente, Carvalhal e Picanceira, de forma a acabar com o antiquado sistema, ficando as três primeiras com torneiras e as da Murgeira e Almeirinho, também, com bebedouros para gado e lavadouros cobertos; *q)* Está a proceder-se à reparação das pontes da Vermoeira, Ribeira de Ilhas, Bocal de Baixo e Picanceira; *r)* Liquidou-se a última prestação da empreitada de electrificação da Venda do Pinheiro; *s)* Iniciou-se a construção da rua do Livramento à Azueira; *t)* Fizeram-se pequenas obras para a conservação de edifícios municipais; *u)* Tem-se providenciado para que se construa um pôrto de abrigo na Ericeira; *v)* Procedeu-se à construção de passeios num tróço da rua de Serpa Pinto; *x)* Compraram-se ferramentas para as brigadas de trabalhadores, fizeram-se reparações no cilindro, nas camionetas e carro da Câmara, e adquiriu-se uma moto-bomba.

C) *Pelo Pelouro de urbanização, cultura e turismo* — *a)* Afformoseram-se o largo Conde de S. Januário, os largos norte, sul e oeste do edifício e a entrada para as repartições públicas, vedando-se os terrenos da Alameda, cujo ajardinamento ficará a cargo da Escola Prática de Infantaria; *b)* Adquiriram-se terrenos no sítio do Mirante, para efeitos de urbanização; *c)* Procedeu-se ao estudo de um novo brasão de armas, de harmonia com a lei e de colaboração com a Associação dos Arqueólogos; *d)* Criou-se a Biblioteca Municipal, que funcionará numa das salas do Turismo; *e)* Organizou-se a «Mocidade Portuguêsa» e procurou-se dar-lhe o maior desenvolvimento; *f)* Fizeram-se diligências para que fôsse melhorado o serviço telefónico em todo o concelho, e concedeu-se um subsídio para que em Mafra e Ericeira houvesse serviço telefónico domiciliário até à meia noite, durante o verão; *g)* Concederam-se subsídios a vários grupos desportivos; *h)* Adquiriram-se fotografias de S. Ex.as os Presidentes da República e do Conselho, procedendo-se à sua colocação na sala das sessões; *i)* Realizaram-se duas sessões solenes, durante as festas centenárias: uma no dia 2 de Junho, data da sua inauguração, e outra, em 2 de Dezembro, por ocasião do seu encerramento, e o concelho fez-se representar na Exposição da Estremadura, nas Caldas da Raínha, para onde enviou o maior número de produtos regionais que lhe foi possível; *j)* Realizou-se uma sessão solene, por ocasião da «Semana das Colónias», sendo conferente o ex.mo sr. major Maçãs Fernandes; *k)* Concederam-se prémios a professores e alunos de instrução primária e subsídios a estudantes pobres; *l)* Criaram-se postos escolares no Jeromelo, Azenhas e Barril, e pediu-se a criação de mais alguns; *m)* Adquiriu-se material escolar: carteiras, mapas, secretárias, etc.; *n)* Procedeu-se a várias diligências para a realização, em 1941, do Congresso Eucarístico; *o)* Empregaram-se os meios necessários para o funcionamento dos carrilhões, serviço êste que passou para o Ministério das Finanças; *p)* Concederam-se subsídios, pelo orçamento do Turismo, a várias Juntas de Freguesia e iniciou-se a construção do campo de jogos municipal, em Mafra; *q)* Demoliram-se vários muros dos terrenos do Mirante e marcaram-se alguns arruamentos; *r)* Iniciaram-se trabalhos para o embelezamento do Largo do Sequeira, na Vila Velha; *s)* Adquiriram-se várias árvores e arbustos para alindamento dos jardins e ruas de Mafra e Igreja Nova; *t)* Continuou-se o levantamento fotogramétrico da vila de Mafra e iniciaram-se os trabalhos para o levantamento, pelo mesmo processo, da Malveira e Ericeira, conforme havia sido solicitado já há alguns anos; *u)* Realizou-se uma interessante gincana no largo General Conde de S. Januário, promovida pelo Club dos 100 à Hora, à qual se deu tôda a colaboração, oferecendo-se uma taça; *v)* De colaboração com o Atlético Club da Malveira e Club Desportivo de Mafra, realizaram-se duas interessantes provas desportivas de bicicleta e pedestres, para as quais foram concedidos vários prémios; *x)* Manteve-se o subsídio, para a carreira de camionetas entre Mafra e Mafra-Gare, à Emprêsa de Viação Mafrense, e mandou-se proceder à edição da Monografia de Mafra.

Com o fim de se elaborar uma monografia de todas as freguesias do concelho, estamos já de posse de várias fotografias e outros elementos, esperando concluí-la com tôda a brevidade possível.

D) *Pelo Pelouro de saúde pública e assistência* — *a)* Protegeram-se os vários organismos de assistência do concelho, concedendo-se-lhes subsídios: *b)* Fizeram-se avultadas despesas com o tratamento de doentes pobres: *c)* Concederam-se subsídios às corporações dos Bombeiros Voluntários de Mafra e Ericeira, para compra de material: *d)* Solicitou-se autorização para continuar o funcionamento do Cinema Mafrense, que foi concedida, sob condição do seu rendimento reverter para a assistência local: *e)* Fizeram-se vários trabalhos para saneamento da vila de Mafra e da Malveira, tais como, construção de colectores, remoção de estrumeiras e de cortes de porcos: *f)* Empregaram-se vários meios para que, das proximidades de muitas fontes, fôssem afastadas monteiras e charcos, que prejudicavam a pureza das águas: *g)* Dispenderam-se, com tratamento de doentes pobres, as seguintes importâncias:

Hospitais civis de Lisboa	57.463$50
Hospital Escolar de Lisboa	2.614$60
Outros estabelecimentos hospitalares	12.000$00

h) Concederam-se os seguintes subsídios:

Hospitais civis de Mafra e Ericeira	5 182$00
Associação do Patronato das Prisões	100$00
Assistência Nacional aos Tuberculosos	250$00
Sociedade Portuguêsa da Cruz Vermelha	250$00
Comissão de Assistência Pública de Mafra	6.000$00
Sopa dos Pobres da Ericeira	2 000$00
Casa de Trabalho	1.200$00
Casa dos Pescadores da Ericeira	1.200$00
Instituto de Cegos A. F. de Castilho	200$00
Colónia Balnear Infantil de *O Século*	100$00
Legião Portuguêsa	2.000$00
Mocidade Portuguêsa	5.000$00

CONTA DE GERÊNCIA DE 1940

Receita:

Saldo de 1939	253.057$63
Impostos directos	388.807$43
Impostos indirectos	187.563$77
Taxas de rendimento	387.939$22
Indústrias da Câmara	265.149$05
Bens próprios	3.545$53
Reembolsos e reposições	46 280$00
Zona de turismo	59.699$90
Consignação de receitas	135.364$60
Receita extraordinária	79.914$17
	1.812.321$30

Despesa:

Encargos de empréstimos	52.867$08
Pensões de aposentação	19.120$32
Secretaria	292.603$47
Tesouraria	13.195$40
Serviços de saúde	40.115$70
Sanidade pecuária	11.205$00
Serviços de higiene e limpeza	36.286$30
Serviços de luz	258.593$95
Cemitério	3.952$00
Matadouros	19.592$30
Mercados e feiras	4.163$50
Obras	514.427$39
Jardins e arborização	10.319$35
Cadeia	6.291$45
Polícia municipal	52.622$45
Serviços de aferição	4.497$70
Serviços de incêndios	37.263$40
Instrução	41.416$25
Zona de turismo	50.753$10
Dívidas passivas	20.622$06
Consignação de receitas	132.314$60
Saldo para o ano económico de 1941	190.098$53
Total	1.812.321$30

Plano anual de actividade camarária para o ano de 1941

1.º, conclusão dos trabalhos de captação, condução e rêde de distribuição de água na vila de Mafra; 2.º, construção de um barracão para garagem e várias arrecadações; 3.º, idem de um mercado coberto na vila de Mafra e outro na Malveira; 4.º, continuação da aquisição de propriedades em Mafra, para urbanização, para o campo de jogos, construção de ruas e canalizações respectivas; 5.º, levar a efeito, metódica e gradualmente, o plano de electrificação do concelho; 6.º, cedência gratuita de terrenos para construção de edifícios dos Correios, Telégrafos e Telefones e da Agência da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência; 7.º, continuação da terraplanagem da estrada do Zambujal à Foz da Carvoeira e ligação com esta localidade; 8.º, reparação dos ramais de estrada que ligam o cemitério de Mafra à estrada dos Gorcinhos e Caneira Nova a Santo Isidoro; 9.º, conclusão dos trabalhos de arruamentos nos lugares do Livramento e Azueira; 10.º, abrir concurso para a execução do plano de urbanização da vila de Mafra; 11.º, levantamento topográfico da Malveira e vila da Ericeira; 12.º, arranjo do Campo da Feira e da Avenida José Baptista Antunes, na Malveira, alcatroamento desta avenida e da estrada que atravessa o Campo da Feira; 13.º, construção de uma retrete, junto à passagem de nível, e de um troço de colector na curva da estrada nacional, na Malveira; 14.º, idem de 10 fontes com bebedouros e lavadouros cobertos; 15.º, idem de uma rêde de distribuição de água na vila da Ericeira; 16.º, idem de uma retrete, com talheário e vestiário, junto à praia da Baleia, na Ericeira; 17.º, conclusão do miradouro na vila de Mafra; 18.º, idem de uma rua em Santo Isidoro; 19.º, idem das obras da escola de Mafra; 20.º, idem da casa para a escola no lugar da Venda do Pinheiro; 21.º, idem da estrada do Milharado; 22.º, idem das pontes do Bocal e de Santa Margarida (Picanceira); 23.º, continuação do auxílio às corporações dos Bombeiros, Legião Portuguêsa, Mocidade e clubes desportivos; 24.º, aquisição de um estandarte municipal; 25.º, construção de um matadouro e lavadouro público na vila de Mafra; 26.º, construção do Chafariz das Barras; 27.º, idem das estradas de Santo Estêvão, Torreal, Vermoeira e Azenhas; 28.º, empedramento da estrada dos Gonçalvinhos; 29.º, construção da estrada das Vilas; 30.º, alargamento do cemitério da Enxara do Bispo; 31.º, empedramento e alcatroamento da estrada do Carrascal ao Livramento; 32.º, conclusão e alcatroamento das ruas Serpa Pinto, Elias Garcia e do Meio, na vila de Mafra; 33.º, abastecimento de água a Vila Franca do Rosário, Gradil, Avessada e Encarnação; 34.º, reparação de ruas na Enxara dos Cavaleiros, Enxara do Bispo, Cheleiros e Vila Franca do Rosário; 35.º, construção e alargamento do caminho do Casal dos Moinhos; 36.º, conclusão da estrada do Sobral da Abelheira; 37.º, construção de uma escola na vila da Ericeira; 38.º, estudo da estrada para o lugar das Antas.

É propósito da Câmara manter a Brigada de Obras, mandar fazer canalizações em diferentes locais, conservar a Brigada de Estradas, mandar fazer arranjos em caminhos vicinais, executar pequenas obras que julgue úteis ao progresso do concelho, continuar com o apetrechamento de vários estabelecimentos e serviços municipais, manter e ampliar, na medida do possível, as verbas para assistência e outros organismos de utilidade pública e patriótica.

É também propósito da Câmara continuar o pagamento de vários projectos, empregar os meios indispensáveis para que melhorem as condições sociais e para que o Congresso Eucarístico tenha o maior relêvo e auxiliar as Juntas de Freguesia e outros organismos para que realizem o maior número de melhoramentos.

Plano anual de actividade turística para o ano de 1941

É propósito da Câmara Municipal, no próximo ano de 1941, e pela Zona de Turismo, não abandonar e antes intensificar, dentro do possível, a propaganda de Mafra e da área que constitue a Zona de Turismo, levando a efeito essa propaganda por meio da publicação de artigos e fotografias em monografias, revistas e jornais.

Mandará também proceder a uma nova edição de brochuras de propaganda.

Continuará a Câmara a dotar a Zona de Turismo com subsídios para melhoramentos de ordem turística, principalmente visando o aperfeiçoamento de vias de acesso, pois dêsse aperfeiçoamento depende, em grande parte, o desenvolvimento do turismo.

Será mantido o subsídio para a carreira de camionetas entre Mafra e o caminho de ferro, em ligação com a Companhia Portuguêsa dos Caminhos de Ferro, para o que se inscreverá no orçamento a verba respectiva.

A Câmara promoverá e subsidiará quaisquer festejos ou provas desportivas a realizar em Mafra e em outros pontos da Zona de Turismo.

Igualmente se ocorrerá às despesas que o orçamento privativo da zona comporte, e que visem o seu desenvolvimento turístico.

Merecerá também à Câmara atenção especial a obtenção de terrenos e sua adaptação para campos exclusivamente destinados ao desporto e seu desenvolvimento.

ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA 1941

Receita:

Impostos directos	368.046$43
Impostos indirectos	182.000$00
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	385.040$00
Rendimento de bens próprios	7.155$40
A transportar	942.241$83
Transporte	942.241$83
Reembolsos e reposições	47.746$00
Zona de turismo	55.100$00
Consignação de receitas	156.340$00
Receita extraordinária	304.040$35
Soma	1.505.468$18
Serviços municipalizados	322.100$00
	1.827.568$18

Despesa:

Encargos de empréstimos	49.826$00
Pensões de aposentação	19.120$32
Secretaria	264.386$30
Tesouraria	13.550$00
Serviços de saúde	42.500$00
Sanidade pecuária	10.800$00
Serviços de higiene e limpeza	37.250$00
Serviços de luz	45.720$00
Cemitério	4.550$00
Matadouros	19.980$00
Mercados e feiras	4.805$00
Obras	623.159$66
Jardins e arborização	10.770$00
Cadeia	5.800$00
Polícia municipal	58.840$00
Serviços de aferição	4.550$00
Serviços de incêndios	30.000$00
Instrução	48.420$00
Zona de turismo	55.100$00
Consignação de receitas	156.340$00
Soma	1.505.468$18
Serviços municipalizados	322.100$00
Total	1.827.568$18

•

Nazaré



O pitoresco e laborioso concelho da Nazaré, cujo centro nervoso é a sede, de grande actividade piscatória e encanto dos amigos das praias, atrai anualmente milhares de pessoas, que dão à ampla e vistosa praia nota alacre de côr e movimento só igual à dos grandes centros de turismo.

Nazaré tem exigências naturais e a sua administração é difícil, pelo muito que requerem e merecem as gentes do mar, crèdoras e usufrutuárias de grandes e carinhosas simpatias.

A Câmara Municipal é composta pelos srs. José Maria Lúcio Codinha, presidente; António Amaro Sales e Eleutério de Sousa Neves, vogais. Chefe da Secretaria, Serafim de Castro e Silva.

Conselho Municipal: José Maria Lúcio Codinha, presidente; Júlio Trindade de Oliveira e Alberto da Cruz Caria, secretários; José Lúcio de Castro Codinha, José Clemente de Sousa, Pedro Anastácio Bem, Alvaro Marques Pereira e Joaquim Custódio, vogais.

Não há jornais, nem organização corporativa, além duma «Casa dos Pescadores».

Instrução — Doze escolas primárias e dois postos de ensino, a saber: quatro na Nazaré, duas no Sítio, uma na Pederneira, uma na povoação de Fanhais, duas e um pôsto escolar em Famalicôa e duas e um pôsto escolar em Valado.

Assistência — Hospital de N.ª S.ª da Nazaré; um patronato, a cargo da Confraria de N.ª S.ª da Nazaré; Casa dos Pobres.

Bombeiros Voluntários da Nazaré.

Sociedades, Clubes e Filarmónicas — Club Recreativo «Estrêla do Norte», Sociedade Recreativa e Beneficente 1.º de Maio e Banda Musical da Nazaré, todos na Nazaré. Club Recreativo Beneficente Valadense, Salão Familiar, Biblioteca Instrução e Recreio e Filarmónica Valadense, todos em Valado de Frades.

Nota administrativa

Neste concelho, há os serviços municipalizados, com autonomia administrativa. Há zona de turismo, directamente administrada pela Câmara e, conseqüentemente, existe a Comissão Municipal de Turismo, como órgão consultivo, nos termos da lei.

O orçamento camarário para 1941 atinge a verba de 660.000$00, incluindo a parte que respeita aos serviços de turismo, na importância de 38.250$00, e a que se refere a receitas consignadas na totalidade de 26.325$70

As receitas dos serviços municipalizados são assim constituídas:

Fornecimento da luz	170.000$00
Fornecimento da água	73.000$00
Rendimento do ascensor	75.000$00
	318.000$00

As receitas provenientes do imposto do pescado atinge mais de 100.000$00.

Realizações em 1940 — Foi criado um pôsto escolar na freguesia de Valado de Frades; ficou pronta a funcionar uma nova escola do sexo feminino, em Nazaré, e estão a ser concluídas as obras para uma escola feminina, na Pederneira.

Fez-se a entrega da importância de 36.974$00 à Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, para efeitos da fundação da «Casa dos Pobres», cujos desígnios em breve terão seu início.

Fez-se uma grande reparação no pavimento da Avenida da República, obra que montou a milhares de escudos.

Beneficiaram-se as instalações do matadouro, construindo-se novas dependências do mesmo edifício.

Calcetou-se uma parte da Praça da República, no Sítio da Nazaré, e mais uma rua, a ligar à mesma Praça com o Largo da Fonte.

Calcetou-se uma rua, na Pederneira.

Fez-se um caminho de acesso ao «Fôrno de Orca» e Praia do Norte.

Beneficiou-se o Largo do Matadouro e proximidades do Parque da Pedralva.

Beneficiou-se a nomenclatura das ruas da Nazaré com placas em mármore.

Completou-se o calcetamento da rua do Alecrim.

Nota dos trabalhos em trânsito e projectos para 1941 — Nova pavimentação da rua Adrião Batalha, em Nazaré.

Idem, idem, de um trôço da Avenida da República e ruas de acesso ao Elevador da Praia ao Sítio da Nazaré.

(Estas obras irão a efeito com a comparticipação do Estado).

Ampliação do cemitério municipal.

Subsídio de uns milhares de escudos ao dispensário anti-tuberculoso, com o objectivo de ser feita a abertura dêste estabelecimento, cujo edifício foi há muitos anos construído.

•

Óbidos



O ano de 1940 distinguiu Obidos com uma brilhante participação nas Comemorações Centenárias, executando o inolvidável «Serão medieval», primoroso número do programa oficial da Província da Estremadura.

A sua actividade administrativa desenvolveu-se, também, no mesmo ritmo de entusiasmo, justificado pelo manancial renovador de energias, despertado pela celebração das Festas Centenárias.

A municipalidade continua a ser constituida pelos srs. D. José de Siqueira, presidente; José Ferreira Pinto Basto, vice-presidente; Joaquim Filipe Ribeiro, José António Faria, vogais efectivos; João Car-

los Domingos e João Maria Gomes, substitutos. O cargo de chefe da secretaria é desempenhado pelo P. António Rodrigues de Sousa, sendo o Conselho Municipal, sob a presidência do sr. D. José de Siqueira, constituído pelos srs. Faustino Luz Gama, José Ribeiro Lopes, Cristiano Cardote, Cândido de Avelar, João Maria Gomes, José Miguel Ferreira de Moura, José Miguel Pereira, Luís Xavier da Gama e Manuel Maria Garcês Garcia.

O concelho não tem imprensa nem qualquer organismo corporativo.

Instrução — Escolas primárias em Olho Marinho (2), Amoreira (2), Zau, Sobral (2), Dagarda, Óbidos (3), Gaeiras, A dos Negros, Sancheira Grande; postos de ensino em Arelho e Trás do Oiteiro.

Assistência — Hospital da Santa Casa da Misericórdia.

Sociedades de recreio — Filarmónica Obidense.

Bombeiros Voluntários — Associação dos Bombeiros Voluntários de Óbidos.

RESUMO DA CONTA GERAL DE 1940

Receita:

Impostos directos	148.815$32
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	63.512$06
Rendimentos de bens próprios	5.563$56
Reembolsos e reposições	18.648$75
Consignação de receitas	26.042$01
Receitas extraordinárias	36.637$80
Zona de turismo	16.910$93
Saldo para o ano de 1941	1.037$06
Soma total	317.158$69

Despesa:

Secretaria	109.610$25
Tesouraria	8.800$00
Serviços de saúde	8.699$75
Serviços de higiene e limpeza	2.099$00
Serviços de luz	38.183$35
Cemitério	4.410$50
Matadouro	11.451$30
Obras	70.780$55
Cadeia	3.256$00
Aferições	1.726$30
Serviços de incêndios	3.100$00
Instrução	10.845$85
Pagamentos a diversas entidades por consignação de receita	35.171$48
Zona de turismo	8.742$40
Saldo para o ano de 1941	181$96
Soma total	317.158$69

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1941

Receita:

Impostos directos	143.250$00
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	61.100$00
Indústrias da Câmara e lucros	12.000$00
Rendimentos de bens próprios	6.200$00
Reembolsos e reposições	26.388$20
Consignação de receitas	33.100$00
Receitas extraordinárias	115.462$80
Soma total	397.501$00

Despesa:

Secretaria	106.341$00
Tesouraria	8.800$00
Serviços de saúde	10.300$00
Serviços de higiene e limpeza	14.600$00
Serviços de luz	43.250$00
Cemitério	5.345$00
Matadouro municipal	15.700$00
Obras	144.735$00
Cadeia	1.600$00
Polícia municipal	1.000$00
Aferições	1.980$00
Serviços de incêndios	1.000$00
Instrução	10.350$00
Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas	33.100$00
Soma total	397.501$00

Zona de turismo

Receita	21.750$00
Despesa	21.750$00

Oeiras



Constituïção da Câmara Municipal: capitão José António de Saldanha Oliveira e Sousa (conde de Rio Maior), presidente; tenente Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, vice-presidente; Agostinho Maria Cabral da Costa Macedo e Jaime Athias, vogais; chefe da secretaria, dr. Mário Rodrigues.

Conselho Municipal — Alberto da Costa Malagueta, Alberto Teles de Utra Machado, dr. António Estêvão Simões Alves, dr. Brás de Jesus Nogueira, Felipe Nogueira, João Agostinho de Sousa Matoso, Manuel Gonçalves, Manuel Vasco, Pedro Marques da Silva e Virgílio Cardoso de Figueiredo, vogais.

Orgão na imprensa — Não há.

Instrução — Vinte e cinco escolas primárias e três postos de ensino.

Assistência — Misericórdia de Oeiras e Institutos Paroquiais de Oeiras.

Sociedades de recreio, clubes e filarmónicas — Quarenta e uma, em todo o concelho.

Nota das realizações efectuadas em 1940 — Inauguração dos novos Paços do Concelho, inauguração do mercado municipal da Amadora, reparação betuminosa em quási todos os pavimentos de Algés e tratamento da rêde de esgôtos no concelho.

Trabalhos em trânsito e projectos para 1941 — Construção de três troços de ruas, em Santo Amaro de Oeiras, reparação total da estrada de Oeiras a Pôrto Salvo, arranjo do Parque de Santo Amaro de Oeiras, reparação betuminosa de ruas em Paço de Arcos, reparação betuminosa de ruas na Amadora, construção do jardim-escola «João de Deus», em Oeiras e bem assim do futuro parque municipal desta vila, fornecimento de água à vila da Amadora, abertura da nova avenida de Pedro Alvares Cabral, em Santo Amaro de Oeiras, e abertura da Avenida Oeiras — Carcavelos.

ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA 1941

Total do orçamento	4.163.916$19

Importâncias a despender com:

Serviços de saúde	129.500$00
Serviços de higiene e limpeza	230.800$00
Cemitérios	10.810$00
Mercados e feiras	91.000$00
Obras *(a)*	2.450.601$15
Jardins e arborização	86.550$00
Polícia municipal	128.120$40
Instrução	88.346$20

(a) No capítulo, «Obras» está incluída a despesa de 800.000$00 a efectuar com o abastecimento de água à Amadora e é custeada com o produto de empréstimo a contrair na C. G. D.

No mesmo capítulo, está, também, prevista a despesa de 881.953$00 com várias obras que serão custeadas com a receita proveniente das comparticipações do Estado.

As principais obras previstas são — Construção de arruamentos em Santo Amaro de Oeiras (Bataria de Santo Amaro), reparação da estrada Oeiras-Pôrto Salvo, abastecimento de água à Amadora, arranjo do Parque de Santo Amaro de Oeiras, reparação de pavimentos em Paço de Arcos, construção da Avenida Pedro Alvares Cabral (antiga rua Consiglieri Pedroso), reparação da estrada Barcarena a Queluz de Baixo e construção de um trôço da rua paralela à linha férrea, Oeiras-Carcavelos.

Ainda no mesmo capítulo, está prevista a despesa de 444.073$97 com obras de interêsse geral do concelho, assim discriminada:

Expropriações	100.000$00
Freguesia de Oeiras	105.000$00
» » Amadora	55.000$00
» » Barcarena	50.000$00
» » Carnaxide	34.073$97
» » Paço de Arcos	100.000$00
	444.073$97

O total das receitas próprias da Câmara, previstas para 1941, é de 2.215.695$00.

Os serviços municipalizados de águas e carnes contribuem para esta receita com 350.000$00.

•

Palmela



O florescente concelho de Palmela continua administrado pela Câmara Municipal constituída pelos srs. Venâncio da Costa Lima, presidente; José Augusto de Almeida, vice-presidente; Xavier Santana e João da Costa Xavier, vogais. Chefe da secretaria, o sr. Henrique Bernardino Graça.

O Conselho Municipal é constituído pelos srs. Venâncio da Costa Lima, presidente; Manuel Machado de Oliveira, Manuel de Sousa Lopes, Afonso Ramos Reynaud, Rodrigo Rosa, Manuel João de Lima Simões, Carlos da Costa Frescata, José Luís Cipriano, José Augusto da Costa Xavier, Henrique da Cruz Perinas, António Francisco Bento e Francisco Silva.

Desempenha as funções de delegado do govêrno nêste concelho o sr. capitão José Augusto de Almeida.

Dos elementos que nos foram enviados, extraímos os seguintes dados:

Organização corporativa — Casa do Povo da Quinta do Anjo.

Instrução — Escolas primárias, em Palmela (4), Quinta do Anjo (2), Pinhal Novo (2), Cabanas, Aguas de Moura, e dez postos escolares por todo o concelho.

Assistência — Santa Casa da Misericórdia de Palmela.

Bombeiros Voluntários — Associação dos Bombeiros Voluntários de Palmela.

Sociedades recreativas — Sociedade Filarmónica Humanitária «Independente», Sociedade Filarmónica de Palmela «Loureiros», Sociedade Instrução Musical e Recreativa da Quinta do Anjo, Sociedade União Agrícola Pinhalnovense, Sociedade Recreativa Literária e Musical do Pinhal Novo e Grupo Popular Cabanense.

Clubes desportivos — Palmelense Foot-Ball Club e Quintazense Foot-Ball Club.

CONTA GERAL DE 1940

Receita:

Impostos directos	291.529$21
Impostos indirectos	81.177$80
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	197.246$78
Reembolsos e reposições	21.518$90
Consignação de receitas	74.483$95
Receita extraordinária	55.010$99
Receita não orçamentada	6.616$60
Receita da zona de turismo	39.314$26
	766.898$49

Despesa:

Pensões de aposentação	6.999$60
Secretaria e hospitais	209.506$20
Tesouraria	4.462$35
Serviços de saúde	15.850$00
Sanidade pecuária	11.614$50
Higiene e limpeza	58.977$60
Serviços de água e luz	18.197$80
A transportar	325.608$05

Transporte	325.668$05
Cemitérios	6.199$50
Matadouros	12.447$60
Obras	173.287$29
Jardins e arvoredos	3.133$50
Cadeia	1.975$00
Polícia municipal	12.000$00
Serviço de aferições	5.128$30
Instrução	47.259$50
Pagamentos a diversas entidades por consignação de receitas	74.733$15
Despesa não orçamentada	5.900$10
Despesa da zona de turismo	56.764$60
Saldo para a gerência de 1941	15.493$10
	700.990$49

Peniche



Na sua simplicidade, os elementos fornecidos pela Câmara Municipal de Peniche, para o Boletim oficial da provincia estremenha, demonstram que o município trabalha produtivamente em prol dêste concelho, contribuindo, dia a dia, para o o seu progresso e desenvolvimento económico.

A Câmara era constituída pelos srs. Luis Pedroso da Silva Campos, presidente; Carlos Alberto de Barros e Vasconcelos da Cruz Sobral, vice-presidente; Ramiro de Matos Bilbau e António Guilherme de Faria, vogais. Chefe de secretaria, José Acúrsio Vidal de Carvalho.

O Conselho Municipal é composto pelos srs. Luis Pedroso da Silva Campos, presidente da Câmara; João Baptista Conceição e António da Conceição Bento, secretários; dr. José Bonifácio da Silva, José Pereira de Barros, Mário Dias Franco, Luis de Deus Chaves, Artur do Rosário Dias, João da Costa Rosa, Ricardo Costa e Francisco Vito Monteiro Rodrigues, vogais.

Dentre os elementos pedidos, registamos os seguintes:

Casas do Povo — Casa do Povo de Peniche e, em organização, a de Atouguia da Baleia.

Sindicatos nacionais — Sindicato Nacional dos Operários da Indústria das Conservas do Distrito de Leiria.

Grémios Patronais — Grémio da Lavoura e Grémio do Comércio do Concelho de Peniche.

Instrução primária — Peniche, Atouguia da Baleia, Serra de El-Rei, S. Bernardino, Ribafria, Ferrel e Geraldes. Postos de ensino, Casais Branco, Casais de Mestre Mendo, Estrada, Bufarda e Casais do Júlio. Escola Industrial de Rendeiras «Josefa de Óbidos» e Instituto D. Luis de Ataíde.

Sociedades recreativas — Associação Recreativa Penichense, Club Recreativo Penichense, Sociedade Filarmónica Penichense e Grupo Desportivo de Peniche.

Gerência do ano de 1940

Receita:

Pelo exame das contas e documentos, verifica-se que a receita total, no periodo decorrido de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, foi de 906.173$06.

Despesa:

Foram pagas duas prestações do empréstimo de 1.200 contos, na importância de 103.269$70; idem, do empréstimo de 200 contos, na importância de 19.111$00; despendeu-se pelo capitulo das obras a importância de 246.549$52, merecendo mais especial atenção as seguintes: construção da rêde de esgotos da vila (em curso), 119.705$90; construção do C. V. de Serra de El-Rei aos Casais de Mestre Mendo, 31.533$10; idem, do C. V. de Ribrafria à Bufarda, 21.665$95; idem, do C. V. de Reinaldes à Estrada Nacional N.º 16-1.ª, 6.944$80; estudos e projectos, 18.607$50; tratamento de doentes pobres em hospitais, 49.589$00; subsidios concedidos, 36.099$60; pessoal do quadro e outros, 228.564$00; diversas despesas com os serviços de energia eléctrica, 56.074$84; idem, com serviços de turismo, 40.649$05. Total da despesa nêste ano, 906.961$20.

ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA 1941

Foram inscritos nos capítulos abaixo as seguintes importâncias:

Encargos de empréstimos	192.380$00
Pensões de aposentação	6.494$40
Secretaria	445.006$50
Tesouraria	9.300$00
Serviços de Saúde	24.100$00
Assistência Pecuária	13.050$00
Serviços de higiene e limpeza	79.200$40
Serviços de águas e luz	120.660$35
Cemitérios	8.811$60
Matadouro	14.920$00
Mercados e feiras	1.380$00
Obras	322.609$35
Jardins e arborização	9.695$00
Polícia Municipal	14.440$00
Serviços de aferição	4.000$00
Serviços de incêndios	7.500$00
Instrução	18.381$20

Pôrto de Mós



Vila. Concelho de 3.ª ordem. Distrito de Leiria, provincia da Estremadura. A 120 quilómts. de Lisboa. 16.374 habitantes em todo o concelho. Compõe-se de treze freguesias: S. João Baptista e S. Pedro, na séde e Alcaria, Alqueidão da Serra, Alvados, Arrimal, Calvaria de Cima, Juncal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, S. Bento e Serro Ventoso.

Composição da Câmara Municipal: dr. Afonso de Carvalho Baptista, presidente; José de Sousa Júnior, vice-presidente; José Cláudio da Silva e Alfredo Ramos da Silva Meneses, vogais. Chefe da secretaria, Artur Faustino dos Santos Crespo.

Conselho Municipal, dr. Afonso de Carvalho Baptista, presidente; padre Manuel Carreira Poças, José dos Santos Moleiro, Abel Pinto Ferreira, José Coelho da Silva, Afonso Augusto Calado, João Capaz Ramos, José Lavado Ramos, José Maria Valada e Joaquim Augusto Lito.

Instrução — Pelos elementos imprecisos fornecidos a êste Boletim, supõe-se que funcionam, em todo o concelho, cêrca de vinte escolas, havendo noticia de que outras estão em construção ou organização.

Assistência — Misericórdia de Pôrto de Mós.

Bombeiros Voluntários — De Pôrto de Mós.

Sociedades de recreio — Sociedade Filarmónica de Mira de Aire.

O concelho não tem jornal, organização corporativa, nem clubes desportivos, segundo o resultado do nosso inquérito directo.

Como nota da vida administrativa, foram fornecidos a êste Boletim os seguintes dados:

«Êste município tem levado a efeito nêstes últimos anos obras importantes, para os seus fracos recursos. Entre elas, citaremos as seguintes: abastecimento de águas à vila de Pôrto de Mós, cujo custo é superior a 500 contos; construção de 30 quilómts. de estradas novas e reparação de 40 quilómts.; construção de 27 aulas de ensino primário elementar, sendo 15 de comparticipação com o Estado; construção de um jardim, na vila de Pôrto de Mós, em comparticipação com o Estado. Concederam-se subsidios a todas as freguesias, para melhoramentos, cujo valor sobe a centenas de contos».

Outra nota diz o seguinte:

«Receitas ordinárias orçadas para 1941 — 326.873$90, com igual soma para despesas. Trabalhos para 1941: Com um empréstimo que a Câmara vai realizar na C. G. D. C. P. e o subsidio do Estado, vai ser construida a nova cadeia comarcã, obra orçada em cêrca de 300.000$00. Com a comparticipação do Estado, vai ser construida uma estrada de ligação, entre o Asidam e a freguesia do Juncal. Também está incluida no plano dêste ano a construção de uma escadaria de acesso ao Monte de Santo António, para a qual o Estado deu um subsidio de cêrca de 29 contos.»

Sobral do Monte Agraço



Espileira o concelho do Sobral do Monte Agraço entre aqueles onde a ordem e a boa administração constituem o mais seguro penhor do seu progresso. Continuam fazendo parte da Câmara Municipal os srs. Joaquim Marceano dos Santos Franco, presidente; Zeferino da Silva, vice-presidente; João Simões Costa e Francisco José Máximo, vogais. Chefe de secretaria, o sr. José Carlos Ferreira Dias.

O Conselho Municipal é constituido pelos srs. Adolfo Rodrigues das Neves, Alvaro Mendonça Duarte Pedro, António Joaquim Baptista, Joaquim Hilário da Silva Cruz, Joaquim Pipa, Joaquim da Silva Faria, Matias Brás e Tomé Lourenço, sob a presidência do sr. presidente da Câmara.

Durante o ano de 1940, entre outras actividades de importância desenvolvidas, das quais se destaca a instituição dum Dispensário de Puericultura, com a colaboração da Junta de Provincia da Estremadura, avulta a que se realizou no capitulo de estradas. Reconstruiu-se quási tôda a rêde de estradas do concelho, encontrando-se bastantes já concluidas e outras em via de conclusão. Estas obras foram possiveis, mercê das comparticipações do Estado, pelo Fundo de Melhoramentos Rurais, e do produto de empréstimos realizados na C. G. D. C. P.

De outros dados fornecidos ao nosso Boletim, podemos registar os seguintes:

Instrução — Escolas primárias no Sobral de Monte Agraço, quatro; em S. Quintino, duas e dois postos escolares; na Sapataria, duas e um pôsto escolar.

Assistência — Comissão de Assistência Concelhia.

Bombeiros Voluntários — Associação dos Bombeiros Voluntários do Sobral de Monte Agraço

Sociedade recreativa — Instalada na séde dos Bombeiros Voluntários.

Relatório da gerência, referente ao ano de 1940

Conforme estipula o novo Código Administrativo, na sua redacção definitiva e no art. 29.º e seu § 3.º, é nesta reünião ordinária, convocada durante a primeira quinzena do corrente mês, que cumpre à Câmara Municipal apresentar ao Conselho Municipal o relatório da gerência do ano anterior; assim, tenho a honra de submeter à apreciação do Conselho o presente relatório, começando por apresentar o mapa das receitas e despesas, referente ao ano de 1940.

Receitas:

Impostos directos	147.930$03
Impostos indirectos	45.972$05
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	104.366$72
Água e Luz	42.572$05
Rendimentos de bens próprios, capitais, acções e obrigações de Bancos e Companhias	3.135$15
Reembolsos e reposições	3.126$00
Consignação de receitas	38.602$49
Receita extraordinária	101.660$62
	491.600$11

Despesas:

Encargos de empréstimos	24.366$60
Secretaria	109.281$40
Tesouraria	8.520$00
Saúde Pública	14.650$00
Sanidade Pecuária	6.106$50
Serviços de higiene e limpeza	6.102$45
Serviço de água e luz	42.210$41
Matadouro	414$90
Obras	207.115$65
Jardins e arborização	3.528$50
Cadeia	360$00
Polícia Municipal	3.990$30
Serviço de aferições	3.089$05
Serviço de incêndios	2.455$10
Instrução	8.207$70
Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas	26.326$49
	527.707$05

Como no ano anterior, as principais obras foram a conclusão das obras de abastecimento de águas à vila e a construção do novo matadouro municipal.

Na primeira destas obras, despendeu-se a quantia de 39.267$45, e na segunda 105.421$50, o que eleva o custo destas obras, até ao fim de 1940, respectivamente a 434.031$68 e a 266.155$30.

Fez-se a escritura definitiva da compra da Quinta do Braga, e o pagamento dos restantes 60.000$00, bem como um muro de vedação da mesma quinta, com gradeamento, que custou aproximadamente 10.180$00.

Pagaram-se aos hospitais, por tratamento de doentes pobres, 22.362$28, devendo ficar liquidada tôda a antiga dívida, durante o 1.º semestre de 1941.

Instalou-se um pôsto de Puericultura em comparticipação com a Junta da Província da Estremadura, ficando a cargo desta Câmara a assistência médica, renda de casa, água e luz e a cargo da Junta todas as outras despesas.

Merece referência especial o oferecimento desinteressado dos dois ex.mos facultativos municipais para prestarem os seus serviços neste pôsto.

Nas festas anuais e outras solenidades, incluindo as Comemorações Centenárias, despendeu-se a verba de 11.491$85.

Em subsídios para beneficência, despendeu-se 5.580$00; no recenseamento geral da população, 2.134$00.

Pagou-se mais uma prestação do cabo condutor de energia eléctrica para esta vila, de 10.000$00; e de energia eléctrica consumida, a quantia de 15.828$06.

Despenderam-se em estudos de abastecimentos de águas e estradas, respectivamente, 374$25 e 2.859$00.

Fizeram-se vários trabalhos de reparação e construção de estradas, tendo-se despendido as seguintes verbas: — estrada da Zibreira da Fé, 27.027$50; estrada da Serreira, 15.500$00.

Fizeram-se pequenas reparações em caminhos, nas ruas da vila, e plantaram-se bastantes árvores.

Montou-se um pôsto escolar, em Pé do Monte, e adaptou-se uma casa para um pôsto, em Fetais. Ambos aguardam, sòmente, a nomeação de regentes.

Adquiriu-se uma estação sonora com *parleurs*, montados em vários locais da vila, para efeito de propaganda e instrução.

Fizeram-se estudos e foi concedida pelo Estado, por intermédio dos Melhoramentos Rurais, comparticipação para as grandes reparações das seguintes estradas:

Da E. N. 74-2.ª, no Pinheiro, ao lugar da Chã; e na Adega ao lugar de Monfalim; do ramal da 68-2.ª ao Carregado, no lugar da Calçada, ao lugar de Fetais; da E. N. 68-2.ª, no lugar da Seramena ao Almargem; e no lugar dos Cachimbos, por Cabeda, à Gosundeira; da E. N. 76-2.ª, no lugar da Sapataria à Moita; e à Zibreira da Fé; reparações estas para cuja execução foi deliberado contrair um empréstimo que o Conselho autorizou e cujas reparações estão já em parte a efectuar-se.

Por êste resumido relato, poderá o Conselho avaliar o que se fez na gerência do ano de 1940 e tenho a honra de, de acôrdo com o n.º 3.º do art. 77.º do Código Administrativo, submetê-lo à aprovação. O presidente da Câmara, (a) ***Joaquim Marceano dos Santos Franco.***

Plano administrativo para o ano de 1941 — Realizaram-se durante o corrente ano de 1940 algumas das obras incluídas no Plano Administrativo, elaborado para êste ano e outras em curso, poderão possìvelmente ser ainda concluídas.

Continuarão por isso incluídas na lista dos melhoramentos a efectuar no concelho todas as obras não concluídas e as que ainda não puderam ser iniciadas.

Abastecimento de águas — A' vila do Sobral (quási concluída); aos lugares da Serreira, das Pontes e dos Casais (estudo em elaboração); aos lugares da Seramena, (marco fontenário); de Pero-Negro (limpeza da mina e canalização); do Paço, da Chã e do Casal Barqueiro (pequenas obras); da Sapataria (bomba na fonte e bebedouro para animais); da Bica, dos Molhados, de A-dos-Galegos e da Fetelaria, reparar as fontes e lavadouros.

Estradas, caminhos e ruas — Para os lugares dos Casais (empedramento e conclusão); da Serreira (em via de conclusão); da Zibreira da Fé (em via de conclusão); da Moita (comparticipada); da Respeira (estudo concluído); do Pinheiro à Chã, da Calçada a Fetais, da Adega a Monfalim e da Seramena ao Almargem (comparticipações concedidas e aguardando-se que haja verba para realização); dos Cachimbos à E. N. 76-2.ª (aguarda comparticipação); Caminhos para Alcareia (reparação) e de S. Quintino a Monfalim (reparação); Pavimentação das ruas de Pero-Negro e ampliação da rêde de esgotos.

Construções—Matadouro Municipal (conclusão), Mercado Municipal e Bairro Municipal (projectados), edifício para a Assistência Concelhia, edifício para o quartel da G. N. R. e cadeia e Nitreira Municipal (em estudo); edifícios escolares nos lugares (aguardando deliberação do Estado) e mictórios, balneários e sentinas (em estudo).

Outras obras — Electrificação do concelho, cobertura do lavadouro da Patameira, construção de uma ponte sôbre o Sizandro, na Gosundeira; construção de aposentos para arrecadações da Câmara Municipal, levantar plantas de urbanização, de caminhos e estradas do concelho e de cadastro de baldios; nomenclatura das ruas da vila e alargamento da serventia do adro da igreja ao cemitério de S. Quintino.

Aquisições — Compra do prédio onde estão instalados os serviços dos Correios, pertencente aos srs. José Félix Rocha, José Luís Comprido e António Simões Duarte Júnior.

Tôrres Vedras



A Câmara Municipal dêste importante concelho, centro de grande actividade agrícola e comercial e ponto turístico dos mais atraentes dos concelhos da Estremadura Central, não nos enviou quaisquer elementos para a «Vida dos Concelhos» do nosso Boletim. Em seu lugar, o nosso amável colaborador torrejano, sr. José Gregório Lourenço Júnior, teve a amabilidade de nos enviar alguns dados, dos quais extraímos notas suficientes para não deixar ficar fora da secção o progressivo concelho.

As notas enviadas dizem o seguinte.

Imprensa — *A Voz do Concelho.*

Casas do Povo — Casa do Povo do Turcifal.

Sindicato Nacional — Secção dos Tanoeiros.

Grémios Patronais — Não há.

Sociedades de Recreio — Casino de Tôrres Vedras, Grémio Artístico e Comercial, Tuna Comercial Torreense.

A acção da Comissão Administrativa da Câmara Municipal

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal dêste concelho, da presidência do sr. eng.º D. José Maria Teles da Silva, tem realizado os seguintes melhoramentos:

Edifícios escolares reparados (rebocos, pinturas e caiação) — Turcifal, S. Mamede, Fernandinho, S. Pedro da Cadeira, Ponte do Rol — sexo masculino, Ponte do Rol — sexo feminino, Coutada, Runa, Monte Redondo, Ramalhal, Outeiro da Cabeça, Sobreiro Curvo e Assenta.

Edifícios escolares concluídos — Freiria: muro de vedação, gradeamento, retretes e pinturas: A-dos-Cunhados: muro de vedação, gradeamento e pinturas.

Edifícios públicos reparados — Edifício da Graça: madeiramento do telhado, pinturas, caiação e construção de retretes nas dependências da Guarda Nacional Republicana: escola da Vila: estuques em três salas e construção de retretes.

Edifícios públicos em construção — novo hospital da Vila: continuação da construção; matadouro: idem.

Fontes e lavadouros construídos — Lapas Grandes: reconstrução da fonte, construção da mina e lavadouro; Gondruzeira: construção da mina, depósito e chafariz.

Fontes reparadas — Vila Séca: reconstrução da fonte, canalização e chafariz; Zibreira: reparação da fonte, colocação de torneira, porta e lavadouro; Monte Redondo: reparação da fonte, colocação de porta e torneira; Paúl: reconstrução da fonte, colocação de porta, bomba, construção de tanque e lavadouro; Casaias da Orjariça: reparação do poço, cobertura, colocação de porta e bomba; Outeiro da Zibreira: reparação da fonte, colocação de porta e bomba; Escravilheira: reparação do poço; Azenha-Velha: reparação do poço, cobertura e colocação de bomba; Runa: construção de um poço coberto e colocação de bomba; Matacães: reparação da fonte e chafariz.

Estradas construídas e em construção — — estrada do Bonabal à E. N. 75-2.ª (concluída); da Lobagueira á Ermigeira (em construção).

Estradas reparadas — estrada n.º 1, Caparosa; n.º 2, Freiria; n.º 3, Paio Correia à Macieira; n.º 6, Carvoeira-Carreiras; n.º 7, Zibreira; n.º 9, Barro; n.º 10, Cadriceira; n.º 11, Varatôjo; n.º 14, Ribaldeira-Furadouro; n.º 15, Monte Redondo a Matacães.

O BOLETIM DA J. P. E.

e as Câmaras Municipais da Estremadura

Quando, em 1939, a Junta de Província da Estremadura resolveu editar o seu Boletim, pensou que esta publicação, que até hoje tem saído anualmente, seria recebida pelos corpos administrativos, organizações corporativas e todas as instituïções que compõem a grande família política e moral da Estremadura, com certa satisfação e interêsse, uma vez que nas suas páginas poderiam ter voz activa as fôrças provinciais, no estudo e até na defesa dos seus problemas locais.

Deu-se à *da Estremadura* certo carácter literário e de vulgarização histórica, artística, política, etc., pretendendo-se ir, assim, ao encontro da necessidade cultural e espiritual, não só da população curiosa das coisas da sua província, mas, também, daquela, que, por falta de meios, não pode adquirir as mais rudimentares publicações, especialmente aquelas que falam da terra em que nasceram.

Tornava-se necessário, para atingir o nosso objectivo, que de todos os concelhos nos fôssem enviados os elementos necessários, a principiar pelos que, oficialmente, reproduzem a vida, progresso e anseios de cada uma das regiões estremenhas.

Sucede, porém, que, publicados já três anuários oficiais da J. P. E., ainda certas Câmaras Municipais parece não terem aceitado como boa a necessidade de colaborarem nesta obra, que é função da Junta, não nos tendo enviado os elementos pedidos que, na maioria dos casos consistem, apenas, numas simples cópias.

Ao traçarmos estas linhas, não queremos deixar de endereçar o nosso agradecimento às Câmaras Municipais que corresponderam desde a primeira hora aos objectivos de *da Estremadura*, enviando-nos preciosa colaboração e, muitas, interessantes comentários.

Dos vinte e nove concelhos da Província, responderam às nossas preguntas, inquéritos e solicitações, as seguintes Câmaras Municipais:

Para o Boletim de 1938, as de Lisboa, Setúbal, Caldas da Raínha, Alcobaça, Alcochete, Almada, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Cascais, Loures, Montijo, Palmela, Peniche, Seixal, Sintra e Sobral do Monte Agraço. Não nos responderam ou enviaram elementos incompletos as de Alenquer, Barreiro, Lourinhã, Mafra, Moita, Marinha Grande, Nazaré, Obidos, Oeiras, Pôrto de Mós, Sesimbra e Tôrres Vedras.

Para o Boletim de 1939, colaboraram as de Lisboa, Setúbal, Caldas da Raínha, Alcobaça, Alcochete, Alenquer, Almada, Arruda dos Vinhos, Barreiro, Bombarral, Cadaval, Cascais, Loures, Lourinhã, Mafra, Montijo, Marinha Grande, Nazaré, Obidos, Oeiras, Palmela, Peniche, Seixal, Sesimbra, Sintra, Sobral do Monte Agraço e Tôrres Vedras. Não satisfizeram as nossas solicitações apenas as de Moita e Pôrto de Mós.

Para o Boletim de 1940, presente número, colaboraram as de Lisboa, Setúbal, Alcobaça, Almada, Alcochete, Alenquer, Barreiro, Bombarral, Cadaval, Cascais, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Obidos, Oeiras, Palmela, Peniche, Pôrto de Mós, Sobral do Monte Agraço e Tôrres Vedras. Não nos enviaram as notas pedidas ou fizeram-no incompletamente as de Caldas da Raínha, Arruda dos Vinhos, Montijo, Moita, Marinha Grande, Seixal, Sesimbra e Sintra.

Câmaras Municipais houve que publicaram os seus excelentes relatórios e comentários à vida administrativa do respectivo concelho em folhetos, dos quais tiveram a amabilidade de nos enviar alguns exemplares. São as Câmaras que puderam inscrever nos seus orçamentos a verba necessária para essa despesa.

Outras Câmaras, porém, não podem dispôr da importância necessária para tal dispêndio e maior razão há para que publiquem em *da Estremadura* a nota da sua gerência, o que fazemos sem qualquer encargo para os tesouros municipais. Parece-nos que se presta assim um serviço aos concelhos estremenhos, não se explicando o silêncio com que, há três anos, alguns municípios respondem às nossas solicitações.

da Estremadura de 1940 — o ano jubiloso dos centenários — sái ainda incompleto na sua secção «Vida dos Concelhos», facto que profundamente contraria a direcção dêste Boletim e o espírito que preside à sua publicação.

Aguardemos que o número de 1941 saia mais completo nesta utilíssima secção, que constitue um dos principais motivos da existência do Boletim.

Estudos & relatórios

1940

U.P.E.
EDIÇÕES

Gerência da J. P. E.,

BALANÇO DO ANO

1940



Dos três anos de gerência da J. P. E., em plena execução das novas disposições do Código Administrativo, foi o de 1940 aquele que maior movimento exigiu, o que sucedeu especialmente por motivo da passagem das gloriosas datas do Duplo Centenário, em cujas comemorações a J. P. E. colaborou, o mais largamente que pôde, dentro da sua reduzida esfera de acção.

Viveu-se, nos serviços da Junta, uma atmosfera de justificado entusiasmo e, quer nas sessões, quer no decurso dos trabalhos, desde o seu alto Conselho até à secção mais primária dos laboriosos serviços internos, tudo foi acção, dinamismo, dedicação e esfôrço, desenvolvidos com fervor.

Pràticamente, o exercício de 1940 da Junta de Província da Estremadura resultou de grande proveito, nomeadamente para a cruzada a que se devotou a favor dos pequeninos seres estremenhos, protegidos por intermédio dos dezoito Dispensários de Puericultura e que se estão constituindo em esperançoso campo experimental, para o estabelecimento de obra de maior vulto, para o cumprimento duma das mais nobres missões do Estado Novo: a preparação duma raça forte, a cujo espírito se entregará o futuro de Portugal e o cumprimento dos seus destinos históricos.

O desenvolvimento dado a êste importante e patriótico serviço, no ano de 1940, foi propositadamente alargado, com intenção de o oferecer às Comemorações Centenárias, como melhor dádiva da J. P. E.

O programa oficial da Província que, como é do conhecimento público, se cumpriu com brilhantismo nas Caldas da Rainha, resultou inesquecível manifestação de vitalidade e ardor patriótico de grande significado nacionalista.

O exercício, cujo balanço fazemos, registou ainda certa actividade, de colaboração com várias instituïções de assistência moral e material aos necessitados, sendo de destacar, especialmente, o notável estreitamento de relações entre a Junta de Província da Estremadura e a «Obra das Mães pela Educação Nacional», «Organização da Defesa da Família», «Assistência Pública», «Misericórdia de Lisboa» e quási todas as instituïções dos vinte e nove concelhos de que se compõe a nossa Província.

Foi notável, também, o espírito de coesão e espontânea solicitude, manifestado por todos os concelhos, para a realização das Comemorações Centenárias, a que noutro lugar damos o devido realce, cumprindo-nos registar que todas as Câmaras Municipais ofereceram o mais e melhor que puderam, na parte que lhes competia na sagrada obrigação.

O ano de 1940 foi assinalado, ainda, pelo primeiro exercício escolar completo da nova «Escola Prática de Agricultura de D. Denis», que substituiu a Antiga Escola Profissio-















COMPOSIÇÃO DA JUNTA DE PROVÍNCIA DA ESTREMADURA EM 1940

Presidente: Eng.º António Rodrigues dos Santos Pedroso. Da esquerda para a direita; Vitor Eduardo Manuel Bueno Tôrres, Conde de Carnide, António de Sousa Madeira Pinto (vice-presidente), dr. António Soares Franco, Carlos Farinha, Carlos Hidalgo Gomes Loureiro e Albino Honorato da Silveira Sepúlveda





PROCURADORES AO CONSELHO PROVINCIAL

Profs. drs. Ruy Enes Ulrich, Celestino da Costa, Móses Amzalak e João Alberto Azevedo Neves

nal de Paiã, de gloriosas tradições. E' esta mais uma obra da Junta de Província da Estremadura, de cujos resultados pode êste organismo orgulhar-se muito justificadamente.

A compra da propriedade para a nova sede não é um acto vulgar de administração e êle merece, como noutro lugar destacamos, ser registado pelo seu significado, tanto moral como económico.

Neste exercício, reassumiu as suas funções na J. P. E. o vogal sr. Vitor Tôrres, companheiro desde as primeiras horas da transformação dêste corpo administrativo e que se afastara com licença de alguns mêses, para um merecido repouso depois de anos de trabalho contínuo, persistente e desinteressado, a Bem da Nação.



Dr. José Saraiva

O fecho de 1940 trouxe graves apreensões sôbre o futuro incerto de tôda a actividade nacional, perante o temporal das paixões humanas que, com tantos e tão crueis resultados, se desencadeou na Europa. Portugal continua a sua obra reconstrutora, no meio das dificuldades sem número que se levantam a todo o momento e que, como não pode deixar de ser, afectam, de algum modo, as intenções e planos da J. P. E.

Com firmeza e uma inquebrantável fé nos destinos imorredoiros de Portugal, a Junta e todos quantos a servem continuam serenos, confiantes e — porque não dizê-lo? — com imperecível entusiasmo, cumprindo a missão a que se impôs, sob as directivas estabelecidas no bem urdido diploma legal que é o novo Código Administrativo, agora em plena e definitiva execução.

Um ano de actividade

Como em todos os anos, o livro de actas de 1940 oferece elementos curiosos para a história da vida e acção da Junta de Província da Estremadura. Do volumoso traslado, recortamos o seguinte extracto:

Dia 3 de Janeiro — Resolveu aplicar os preços da tabela mínima do Dispensário Policlínico Central, para os trabalhos de radiografias solicitados pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguêsa Feminina, quando destinadas às suas filiadas que, não sendo absolutamente pobres, estejam em condições de pagar a preços reduzidos.

— Deliberou criar um Dispensário de Puericultura em Almada, de colaboração com a Provedoria da Misericórdia daquela Vila.

— Distribuiu os Serviços da Junta por pelouros, respectivamente a cargo dos seguintes vogais: «Serviços Clínicos-Dispensário Policlínico Central» — dr. António Soares Franco Júnior. — «Escola Prática de Agricultura D. Denis» — eng.º José Street de Arriaga e Cunha (Conde de Carnide). — «Serviços de Puericultura» — Carlos Farinha. — Os restantes serviços: «Secretaria e Finanças», «Contencioso e Contas», «Coordenanação Económica, Cultura e Propaganda» — o presidente, coadjuvado pelo vice-presidente.



— Regulamentou a concessão do subsídio mensal de 100$00 aos antigos pupilos da Junta, que estavam freqüentando a Escola Profissional e não transitaram para a nova Escola Prática de Agricultura D. Denis, por não possuirem as condições regulamentares necessárias, os quais foram entregues às famílias, por motivo da sua permanência na escola estar prejudicando o regular funcionamento do ensino.



Prof. Manuel José da Costa Rêgo

— Deliberou abrir concurso documental para o preenchimento do lugar de médico neurologista do Dispensário Policlínico Central.

— Autorizou o sr. presidente da Junta a prosseguir nas diligências para a compra do prédio sito na rua Pascoal de Melo, n.º 25, para funcionamento da sua sede e secretarias dos serviços e ainda para negociar, na Caixa Geral de Depósitos, a realização dum empréstimo de 700 contos, destinado à referida aquisição, instalação dos serviços e compra do respectivo mobiliário.

Dia 10 de Janeiro — Deliberou criar um Dispensário de Puericultura no Centro Maternal Infantil — Fundação Júlia Moreira, ao Alto de Varejão.

— Procedeu à nomeação, para os Dispensários de Puericultura últimamente criados, dos seguintes médicos: drs. Manuel Vicente Moreira, Salvador José da Cunha e Meneses e Carlos Maria Appleton Figueira, respectivamente, para os Dispensários n.os 13, 12 e 1; e dr.ª Georgette Martins Gomes, para o Dispensário n.º 10, em Setúbal.

Dia 30 de Janeiro — Resolveu criar um pomar industrial na Escola Prática de Agricultura D. Denis e instalar na mesma escola um pôsto ecológico-agrícola, idênticos dos que existem noutros estabelecimentos de ensino agrícola do País.






Prof. António José Escarameia, dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, Alvaro Baptista Jacquet e Custódio da Cunha Leite Costa



Procuradores srs. Manuel da Silva Carolino, José Nunes Pereira, Graciano Felder Garces Palha, tenente-coronel António Baptista de Carvalho, Celestino Augusto da Costa, Joaquim José Fernandes e Américo Oliveira Monteiro. Em baixo — Major Alfredo da Cunha Nery, dr. Júlio Lopes, António Duarte Martins, Manuel Espírito Santos Silva, Darío Canas, coronel José Eduardo Moreira Sales e capitão João Lopes

— Aceitou a proposta de venda à Junta do prédio urbano situado na rua Pascoal de Melo, n.º 25, apresentada pelo dr. Ramiro Seixas, em nome do seu constituinte, sr. Manuel António Monteiro Filipe.

— Autoriza o sr. presidente da Junta a outorgar na escritura do empréstimo de 700.000$00, a contrair na Caixa Geral de Depósitos, destinado à compra da nova sede e despesas de instalação.

Dia 14 de Fevereiro — Aprovou o esbôço do programa das Comemorações Centenárias na Província da Estremadura.

— Autorizou a compra dum tractor para a Escola Prática de Agricultura D. Denis.

— Concedeu bôlsas de estudo a estudantes pobres e subsídios a diversas instituições de assistência.

— Aprovou a conta de gerência da Junta, relativa ao ano de 1939.

— Nomeou médico neurologista do Dispensário Policlínico Central o dr. Jorge Leitão Baeta Neves.

— Criou Dispensários de Puericultura em Almada e Sobral de Monte Agraço.

Dia 28 de Fevereiro — Autorizou que as famílias de reclusos, que sejam indigentes, tirem gratuitamente radiografias no Dispensário Policlínico Central, quando sejam tratados no pôsto clínico do Patronato das Prisões. Idêntica concessão aos sócios da Caixa Sindical do Comércio de Exportação e Consumo de Vinhos.

— Autorizou a ida duma missão de Estudo e Trabalho, composta dos alunos dos últimos anos da Escola Prática de Agricultura D. Denis, à sua congénere «Vieira Natividade», em Alcobaça.

— Deliberou criar, na Escola Prática da Agricultura D. Denis, uma secção que permita diplomar os futuros jardineiros municipais.

Dia 27 de Março — Deliberou criar um Dispensário de Puericultura na Casa dos Pescadores (Junta Central) e criou, em princípio, outro, em Obidos.

Dia 10 de Abril — Determinou a remessa, para o Secretariado da Propaganda Nacional, das publicações oficiais ou oficiosas desta Junta.

— Deliberou criar um Dispensário de Puericultura na Quinta da Calçada, em cooperação com a Obra das Mães pela Educação Nacional.

— Deliberou abrir concurso para provimento de lugares de médicos do Dispensário Policlínico Central para as clínicas de Análises Clínicas, Radiologia e Agentes Físicos.

Dia 24 de Abril — Exarou na acta um voto de sentimento pelo falecimento do pai do ex.mo vogal da Junta, sr. Vítor Tôrres. Êste vogal reassumiu, nêste mesmo dia, o seu lugar na Junta, depois do gôzo da sua licença temporária. Por êste motivo, deixou o lugar interino o vogal substituto sr. Carlos Farinha.



Dr. Coleres Pereira

Dia 19 de Junho — Deu a sua concordância ao parecer da Comissão criada para dar destino aos bens da extinta Junta Geral do Distrito de Lisboa.

— Aprovou orçamentos para a construção de pavilhões nas Caldas da Rainha.

Dia 3 de Julho — Autorizou que os protegidos da Associação do Patronato das Prisões tirem radiografias no Dispensário Policlínico Central.

Dia 14 de Agôsto — Deliberou proceder ao leilão do mobiliário antigo da Junta.

— Deliberou recorrer a juízo para fazer valer os direitos da Junta, no caso de demolição de muros da vedação do Jardim da Junta.

— Fixou a lotação dos alunos da Escola Prática de Agricultura D. Denis.

— Aprovou o plano cultural da Escola Prática de Agricultura D. Denis, para o ano corrente.

Dia 23 de Outubro — Resolveu abrir concurso para o provimento de lugares de médicos do Dispensário Policlínico Central.





Procuradores srs. Isidro Conceiro Neto, capitão Luís Costa, António Joaquim Martins, Eleutério Sousa Nunes, D. José de Siqueira, Agostinho da Costa Cabral Macedo e Venâncio da Costa Lima. Em baixo — Artur do Rosário Dias, dr. Afonso Carvalho Baptista, Cosme Narciso Lopes, major Alfredo Xavier Perestrelo da Conceição, ex.mo Joaquim Mateus Prêto Chagas, Mário da Costa Ferreira Lima e Joaquim Marciano dos Santos Franco

Dia 4 de Dezembro — Nomeou para médicos do Dispensário Policlínico, precedendo concurso, os drs. João Vasco de Almeida e Sá, para agentes físicos, António Alberto Côrado, para análises clínicas, Carlos Artur de Paiva Raposo, para radiografia.

Dia 18 de Dezembro — Nomeou os seguintes médicos para o Dispensário Policlínico Central, drs. Manuel Vicente da Silva Moreira, Roberto de Almeida, João Rafael Casqueiro Belo de Morais, Benjamim Jorge Fiel Mendonça Santos, Mário Damas Mora, Jaime Ribeiro de Almeida Leal, Mário Rodrigues Cardoso, Manuel Vergílio dos Santos Aguiar Frasão, Fernando Van Zeller Pessoa, Joaquim José da Costa Simas, Fernando de Vilhena de Vasconcelos, Amadeu Viegas Baptista, Amadeu Faria Costa, Joaquim Cordeiro Lobato, Eduardo Rodolfo de Oliveira Botelho de Gusmão, Anacleto Bernardino de Miranda, João Anabory Perry, Fernando Afonso Marques, João António da Silva Santos, Samuel Swart, Mário Tomás da Costa Roque, Guilherme Pinto Rodrigues da Costa, Mário Jerónimo Caetano Quintiliano Cordeiro, Álvaro Serra Negrão e Rosinda dos Santos Silva.



Eng.º José Maria Teles da Silva

Orçamentos suplementares

Houve que votar, durante o ano, dois Orçamentos Suplementares Especiais, o primeiro dos quais se destinou a registar a receita e respectivas despesas, previstas para aquisição da nova sede da J. P. E. e respectiva instalação. Este orçamento foi aprovado em sessão ordinária, realizada em 13 de Março, e é do teor seguinte:

Receita extraordinária:

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência:

Pela cobrança proveniente do empréstimo a contrair, de harmonia com o despacho do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, datado de 5 do corrente mês, amortizável em quinze anos, ao juro de 5 % ao ano; operação financeira autorizada por S. Ex.ª o Ministro das Finanças, por portaria de 14 de Fevereiro último, publicada no *Diário do Govêrno* n.º 39, 2.ª série, de 17 daquêle mês, e bem assim autorizado pelo Ex.mo Conselho Provincial, reünido em sessão extraordinária de 15 de Janeiro do corrente ano, conforme o preceituado no artigo 264.º, n.º 3, em referência ao artigo 265.º, n.º 3, do Código Administrativo . . . . . 700.000$00

Bens móveis e imóveis:

Para compra de uma propriedade sita na rua José Estêvão, n.º 137, tornejando para a rua Pascoal de Melo, n.os 25 e 27, desta cidade, destinada à instalação da sede desta Junta e da sua Secretaria e Tesouraria, e das dos Serviços Especiais, e ainda para compra do respectivo mobiliário . . . . . 700.000$00

A importância dêste acto da vida administrativa da Junta de Província da Estremadura é incontestável. Com a aquisição do palacete da rua Pascoal de Melo, a J. P. E. não só dotou o importante Corpo Administrativo do Estado com uma sede digna da sua alta função, como também enriqueceu o patrimó-



nio nacional com um imóvel valioso e adaptável a qualquer outro serviço, quando, porventura, um dia se lhe queira dar diferente aplicação. Com esta operação, a J. P. E. confirma a sua tradição de valorizar os seus bens, tradição tão bem demarcada com a compra das magníficas propriedades da Paiã.

O segundo Orçamento Suplementar Especial foi votado em sessão ordinária de 3 de Julho e teve em vista criar fundos para a participação da Junta nas Comemorações Centenárias. Eis o seu resumo:

Receita:

Parte do saldo que transitou do fecho de contas de gerência de 1939	65.857$83
Anulações de várias verbas orçamentadas	34.142$17
	100.000$00

Despesa:

Serviços Especiais de Coordenação Económica, Cultura e Propagada:	
Com a Comemoração do Duplo Centenário e outros.	100.000$00

Conselho da J. P. E.

Cumprindo o preceituado pelo Código Administrativo, no dia 3 de Dezembro, reüniu-se, na sede da Junta de Província da Estremadura, o seu Conselho, para tomar conhecimento dos actos administrativos, votar algumas deliberações importantes e as bases orçamentais para o ano de 1941.

Presidiu à sessão o presidente da Junta, sr. eng.º António Rodrigues dos Santos Pedroso, secretariado pelos srs. Dário Canas, presidente da Câmara Municipal de Loures e procurador ao Conselho da J. P. E. por aquêle concelho, e Joaquim Marceano dos Santos Franco, presidente da Câmara Municipal de Sobral do Monte Agraço e procurador pelo seu concelho à J. P. E.

Antes da Ordem dos Trabalhos, o sr. Dário Canas chamou a atenção do Conselho para a inauguração da nova sede da Câmara Municipal de Oeiras, magníficos Paços de Concelho que honram, sobremaneira, a Câmara que o edificou e, por conseqüência, a Província da Estremadura. Por êste facto, o orador manifestou grande satisfação, e propôs um voto de congratulação, que foi aprovado por unanimidade.

O sr. presidente perfilhou, inteira e entusiàsticamente, o voto aprovado pelo Conselho, acrescentando algumas palavras de homenagem às pessoas que compõem a referida Câmara Municipal, da qual destacou o nome do sr. tenente Ferreira Coentro. Em seguida, o sr. eng.º Santos Pedroso referiu-se às Comemorações Centenárias e à parte que nelas tomou a Junta de Província da Estremadura. Disse que a grande manifestação nacionalista resultou a maior e mais grandiosa expressão de patriotismo dos últimos tempos e que a maravilhosa homenagem prestada aos nossos maiores significa o fervoroso culto que tôda a Nação rendeu, respeitosa e comovidamente, ao Passado e a oito gloriosos séculos de História. Comentou, depois, a parte que a J. P. E. e a Província da Estremadura tomou nos festejos, não como certamente desejaria e mesmo como de princípio esteve projectada, mas pelo brilhantismo e entusiasmo patriótico que se lhe imprimiu e conseguiu fazer ressaltar.

De facto, se às festas das Caldas da Rainha faltou a magnificente Exposição Agro-Pecuária, que nem a escassez do tempo, nem outras possibilidades permitiram realizar, nem por isso o programa deixou de atingir o objectivo visado, quer pela cuidadosa organização dada, quer pelo unânime apoio e concorrência dispensados, quer, ainda, pelo alto significado de que se revestiram. E desejando que a memorável data e a sua comemoração na Província da Estremadura ficassem indelèvelmente fixados, foi resolvido, num momento de feliz inspiração, que na cidade das Caldas da Rainha se fundasse o Museu de José Malhôa, cujos encargos a Junta chamou a si, como muito bem o Conselho da J. P. E. entendeu.

Entrando em trabalhos administrativos, o sr. presidente pediu autorização para que, pelos cofres da Junta, fôssem pagos todos os compromissos resultantes da participação dêste Corpo Administrativo nas festas das Caldas da Rainha, na parte que diz respeito ao saldo em dívida.

Depois de dadas várias explicações, o Conselho deu à J. P. E. as autorizações pedidas.

A seguir, o sr. presidente destacou a honrosa visita dos srs. Presidente da República, ministro da Educação Nacional e outras entidades, no dia da inauguração da nova sede da J. P. E., congratulando-se com a boa impressão causada no espírito do venerando Chefe do Estado.

Acêrca das novas instalações, o sr. presidente acrescentou que a aquisição duma séde própria era uma necessidade que se impunha, ficando assim a J. P. E. dignamente instalada. Restava solver os compromissos derivados da operação, para o que pedia as necessárias autorizações.

O sr. presidente fez depois um relatório sucinto da actividade da Junta, durante o exercício de 1940, do qual destacou, como nota predominante, a inauguração de mais oito Dispensários de Puericultura, a saber: n.º 10, em Setúbal; n.º 11, em Peniche; n.º 12, na séde da Liga 28 de Maio, em Lisboa; n.º 13, na Fundação «Júlia Moreira», ao Alto do Varejão; n.º 14, em Almada; n.º 15, Sobral do Monte Agraço; n.º 16, Casa dos Pescadores, em Lisboa; n.º 18, Bairro da Quinta da Calçada.

O sr. presidente da Junta disse que contava inaugurar brevemente outros dispensários, em Loures, Mafra, Barreiro e Obidos.

Referiu, depois, que as receitas de 1940 excederam as previsões, circunstância que dava uma prometedora perspectiva para a gerência futura.

Citando a Escola Prática de Agricultura D. Denís, informou que as respectivas receitas foram reduzidas, por virtude do mau ano agrícola e, àcêrca do Dispensário Policlínico, informou que se obtiveram excelentes resultados, por meio da nova orientação que lhe foi dada, sob indicações recebidas do sr. sub-secretário de Estado da Assistência Social, das quais aquele estabelecimento beneficiou com o alargamento dos serviços de que se serve, largamente, a população da capital.

Depois de produzir algumas considerações em referência ao novo ano económico, o sr. eng.º Santos Pedroso leu as bases do Orçamento Ordinário para 1941, que são as seguintes:

Base 1.ª — *Fica a Junta de Província da Estremadura autorizada a cobrar, durante o ano de 1941, o adicional de 2 % sôbre as colectas das contribuições predial e industrial e do imposto profissional, referentes à província, as receitas dos serviços actualmente a seu cargo e quaisquer outras a que legalmente tenha direito e a aplicar o seu produto às despesas a que por lei é obrigada e outras inscritas no orçamento para o mesmo ano.*

Base 2.ª — *A Junta inscreverá no seu orçamento de despesa para o próximo ano a verba necessária para satisfazer os encargos resultantes do empréstimo contraído no corrente ano, para aquisição e instalação da sua séde.*

Base 3.ª — *A Junta continuará os seus actuais serviços até resolução definitiva do Govêrno sôbre o destino a dar aos estabelecimentos que estavam a cargo da extinta Junta Geral do Distrito de Lisboa, para o que inscreverá no orçamento as verbas necessárias. (Este preceito não se refere à Escola Prática de Agricultura D. Denís, cuja situação se considera definitivamente regulada pelo Decreto n.º 29.808).*

Base 4.ª — *Enquanto subsistir a autorização concedida pelo ex.mo ministro do Interior, a Junta procurará manter os subsídios concedidos pelas extintas Juntas Gerais dos Distritos de Lisboa, Leiria e Setúbal, fazendo inscrever no orçamento as verbas necessárias para tal fim.*

Base 5.ª — *A Junta inscreverá no orçamento de despesa para 1941 as verbas necessárias para aquisição de um edifício destinado à instalação, nas Caldas da Rainha, do Museu de José Malhôa, beneficiações dêste e sua manutenção.*

Base 6.ª — *Se a previsão das receitas o permitir, fica igualmente a Junta autorizada a inscrever no orçamento as verbas necessárias para dar cumprimento, no todo ou em parte,*

às atribuïções que lhe são conferidas pelo art. 258.º e seguintes do Código Administrativo.

Lisboa e Sala das Sessões da Junta de Província da Estremadura, em 3 de Dezembro de 1940. — O presidente da Junta, António Pedroso.

Finda a leitura dêste documento, o sr. presidente da Junta disse que deveria ser êste o último ano da gerência trienal dos membros da J. P. E. Uma disposição legal adiou, porém, o acto eleitoral e, por êsse motivo, foi a gerência prolongada por mais um ano.

O sr. dr. Macedo e Castro, procurador ao Conselho por Setúbal, apresentou cumprimentos à Junta de Província da Estremadura, pelo trabalho realizado, e referiu-se à publicação do boletim, órgão da mesma, classificando-o elogiosamente e enaltecendo a orientação que lhe imprimiu o seu director, sr. dr. Carlos Botelho Monís. E, atendendo ao papel sobretudo cultural e de propaganda da Província da Estremadura, que está desenvolvendo, julga conveniente a sua continuação.

Respondendo, o sr. presidente da Junta agradeceu as referências feitas ao trabalho da Junta e ao seu Boletim; afirmou a sua concordância com as palavras do orador, no que refere ao Boletim que — disse — não servia apenas a Junta, mas, também todos os concelhos da Província, motivo por que todos êles deveriam colaborar cada vez mais estreitamente para o seu desenvolvimento.

Todas as propostas e autorizações foram aprovadas por unanimidade, bem como um voto de louvor à J. P. E. pelo trabalho realizado durante o exercício, com a obrigação de transmitir-se êste último voto ao sr. ministro do Interior.

E, depois de mais algumas palavras de agradecimento, proferidas pelo presidente da Junta, foi encerrada a sessão.

A lista dos Procuradores ao Conselho Provincial da J. P. E. sofreu ligeiras alterações, no ano de 1940. Assim, houve as seguintes substituições:

Dr. Lima de Albuquerque, do Barreiro; José Pinheiro de Andrade, da Lourinhã; dr. António das Neves Martinha, de Mafra; Alípio Pereira Pinto, da Nazaré; António Manuel Viana Baptista, do Seixal; José Ferreira Pinto Bastos, de Obidos; António dos Reis Matos Serrano, do distrito escolar de Lisboa; Jonatas Matoso, do distrito escolar de Setúbal; substituídos, respectivamente, pelos srs. Joaquim José Fernandes, Eduardo Moreira Sales, capitão João Lopes, Eleutério Sousa Nines, Cosme Narciso Lopes, D. José de Siqueira, José António Escarameias e Manuel José da Costa Rêgo.

A lista completa de 1940 ficou, portanto, constituída da seguinte forma:

Manuel da Silva Carolino, Alcobaça; José Nunes Pereira, Alcochete; Graciano Garcês Palha, Alenquer; coronel António R. Baptista de Carvalho, Almada; Celestino Augusto da Costa, Arruda dos Vinhos; Joaquim José Fernandes, Barreiro; Américo de Oliveira Monteiro, Bombarral; Alfredo da Cunha Nery, Cadaval; Júlio Lopes, Caldas da Rainha; António Duarte Martins, Cascais; dr. Manuel Espírito Santo Silva, Lisboa; Dário Canas, Loures; Eduardo Moreira Sales, Lourinhã; capitão João Lopes, Mafra; Isidoro Couceiro Neto, Marinha Grande; Luís da Costa, Moita; António Joaquim Marques, Montijo; Eleutério Sousa Nunes, Nazaré; D. José de Siqueira, Obidos; Agostinho M. da Costa Macedo, Oeiras; Venâncio da Costa Lima, Palmela; Artur do Rosário Dias, Peniche; dr. Afonso de Carvalho Baptista, Pôrto de Mós; Cosme Narciso Lopes, Seixal; major Alfredo Perestrelo da Conceição, Setúbal; major Joaquim Mateus Preto Chagas, Sesimbra; Mário Costa Lima, Sintra; Joaquim Marceano dos Santos Franco, Sobral do Monte Agraço; eng.º José Maria Teles da Silva, Tôrres Vedras; dr. Manuel Colares Pereira, Grémio dos Industriais de Lanifícios do Sul; Alvaro Baptista Jacquet, Federação Nacional da Indústria de Moagem; Albino Honorato da Silveira Sepúlveda, Federação Nacional dos Produtores de Trigo; eng.º António Rodrigues dos Santos Pedroso, dr. António de Sousa Madeira Pinto e dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, representantes das Associações e Instituïções de utilidade local; drs. Augusto Pires Celestino da Costa e Ruy Enes Ulrich, representantes da Universidade Clássica; drs. João Alberto de Azevedo Neves e Moisés Bensabat Amzalak, representantes da Universidade Técnica; dr. José Saraiva, Liceu Passos Manuel; José António Escarameias, distrito escolar de Lisboa; Manuel José Costa Rêgo, distrito escolar de Setúbal; Custódio da Cunha Leite da Costa, distrito escolar de Leiria.

No decurso do ano de 1940, a Junta de Província da Estremadura teve de lamentar, com muito desgôsto, a morte do sr. Alvaro Baptista Jacquet, cujo lugar no Conselho Provincial não foi preenchido até ao final do ano.

Conta geral — 1940

Conforme consta do extracto das actas de 1940, sessão do dia 14 de Fevereiro, foram presentes à Junta as contas relativas ao exercício findo e que são as seguintes:

Receitas efectuadas:

Saldo de 1939:		
Em cofre	63.945$85	
Vários depósitos	51.911$98	115.857$83
Rendimentos pela secretaria		3.972.778$63
Empréstimo contraído na Caixa Geral dos Depósitos e Previdência		700.000$00
Rendimento da Escola D. Denis		212.980$25
Idem, Dispensário Policlínico Central		276.726$95
Idem, Serviços de Puericultura		28.854$50
Gerências anteriores:		
Secretaria	280.980$41	
Escola D. Denis	1.606$50	
Serviços de Puericultura	270$00	282.856$91
Consignação de receitas		91.506$54
		5.681.561$61

Despesas da gerência:

Encargos de empréstimos		53.329$30
Bens móveis e imóveis — Compra da propriedade para a nova séde, respectivo mobiliário, etc.		749.468$92
Pagamento da 1.ª prestação pela rubrica de bens imóveis		33.444$35
Pela secretaria		557.559$50
Encargos legais		264.897$46
Cultura e assistência:		
Bôlsas de estudo	64.569$55	
Subsídios	214.366$60	278.936$15
Contencioso e contas		81.164$85
Coordenação económica, cultura e propaganda		229.041$40
Serviços especiais:		
Escola Prática de Agricultura D. Denis	1.240.230$78	
Dispensário Policlínico Central	847.102$86	
Serviços de Puericultura e Jardim Infantil	1.053.752$82	3.141.086$46
Consignação de receitas		91.506$54
		5.480.434$93
Saldo para 1941:		
Em cofre	92.021$30	
Depósitos	109.105$38	201.126$68
		5.681.561$61

JUNTA DE PROVÍNCIA DA ESTREMADURA

EXERCÍCIO DE 1940

Mapa comparativo das receitas nos exercícios de 1938, 1939 e 1940

RUBRICA	1938	1939	1940
Séde — Secretaria:			
Percentagens adicionais às contribuïções e impostos do Estado; Ministério da Educação Nacional: Sua comparticipação nas despesas da Escola Prática de Agricultura D. Denis e outras receitas da Junta	3.108.843$96	3.238.903$69	3.972.778$63
Receitas extraordinárias:			
Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Produto do empréstimo contraído para a compra do edificio sede desta Junta	—	—	700.000$00
Escola Profissional de Paiã	412.543$35	316.523$62	—
Escola Prática de Agricultura D. Denis	—	11.000$00	212.980$25
Dispensário Policlínico Central	249.246$70	230.796$45	276.726$95
Serviços de Puericultura	21.993$60	27.921$80	28.854$50
Gerências anteriores:			
Percentagens adicionais às contribuïções e impostos do Estado; Ministério da Educação Nacional: Sua comparticipação nas despesas da Escola Prática de Agricultura D. Denis e outras receitas da Junta	145.853$48	104.605$01	282.856$91
Consignação de receitas	42.644$81	46.299$10	91.506$54
Total . . .	3.981.125$90	3.976.049$67	5.565.703$78

JUNTA DE PROVÍNCIA DA ESTREMADURA

EXERCÍCIO DE 1940

Mapa comparativo das despesas nos exercícios de 1938, 1939 e 1940

RUBRICA	1938	1939	1940
Encargos de empréstimos	—	—	53.329$30
Bens móveis e imóveis	—	—	749.468$92
Bens imóveis	—	—	16.555$65
Séde — Secretaria	221.083$31	269.872$27	557.559$50
Encargos legais	243.168$21	246.699$75	264.897$46
Cultura e assistência	328.077$07	275.361$50	278.936$15
Contencioso	18.201$00	12.280$70	—
Contencioso e contas	—	24.000$00	81.164$85
Coordenação económica, cultura e propaganda	—	17.966$66	229.041$40
Escola Profissional de Paiã	1.306.177$65	1.390.348$39	—
Escola Prática de Agricultura D. Denis	—	123.270$00	1.240.230$78
Dispensário Policlínico Central	883.188$54	920.241$61	847.102$86
Serviços de puericultura	829.932$22	1.089.118$45	1.053.752$82
Gerências anteriores	5.083$75	—	—
Pagamentos por consignação de receitas	42.644$81	46.292$20	91.506$54
Total . . .	4.077.556$56	4.415.451$53	5.480.434$93

Orçamento ordinário para 1941

Acentua-se no orçamento ordinário para 1941 — o primeiro ano do segundo exercício trienal, conforme as disposições do Código administrativo — a curva de aplicações práticas, resultantes do plano construtivo, paciente e metòdicamente concebido e executado e do qual ressaltam a organização da Escola Prática de Agricultura de D. Denis, o aperfeiçoamento dos Serviços Policlínicos do Dispensário Policlínico Central e o alargamento dos Serviços de Puericultura, com o estabelecimento de mais oito dispensários.

Os números que se seguem evidenciam a política da Junta de Província da Estremadura, no desempenho das suas atribuïções. Segue-se o orçamento para 1941, que foi apresentado ao Conselho Provincial, na sua sessão de 29 de Dezembro.

Receitas (resumos):

Produto da venda de uma propriedade rústica . .		16.555$65
Pela secretaria:		
Percentagens adicionais às contribuïções e impostos do Estado . . .	3.400.615$45	
Ministério da Educação Nacional:		
Importância a cobrar, conforme a lei	485.000$00	
Caixa de Aposentações:		
Contribuïção do pessoal .	41.000$00	
Outros rendimentos consignados por lei a constituir receita da Junta . . .	6.600$00	3.933.215$45
Serviços especiais:		
Escola Prática de Agricultura de D. Denis:		
Administração geral . .	9.800$00	
Colégio	91.800$00	
Exploração zootécnica .	151.000$00	
Exploração agrícola . .	180.500$00	433.100$00
Dispensário Policlínico Central:		
Várias		301.000$00
Serviços de puericultura:		
Vários subsídios e outras.		28.000$00
Cultura e propaganda:		
Museu de José Malhoa (Caldas da Raínha):		
Produto de entradas, venda de livros, postais, estampas e outras publicações turísticas e culturais .	5.000$00	
Outras receitas não especificadas	500$00	5.500$00
Comemorações do Duplo Centenário:		
Subsídios, produto de vendas, liquidações e outras receitas eventuais . .		40.000$00
Gerências anteriores:		
Secretaria	65.050$00	
Escola D. Denis . . .	41.100$00	
Dispensário Policlínico e de Puericultura . .	200$00	106.350$00
A transportar . .		4.863.721$10

Transporte . .		4.863.721$10
Consignação de receitas:		
Fundos permanentes . .	33.000$00	
Liquidações várias, imposições legais, fundos de capitalização e depósitos	90.500$00	131.600$00
		4.995.321$10

Despesas (resumos):

Bens imóveis:		
Para pagamento da 2.ª e 3.ª prestações e respectivos juros, do empréstimo contraído na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, para a compra, que se efectuou em 25 de Março de 1940, do palacete sito na Rua Pascoal de Melo, n.º 25, sede desta Junta	66.888$70	
Para aquisição do edifício do Museu de José Malhoa, sito nas Caldas da Raínha	280.000$000	346.888$70
Secretaria:		
Despesas com pessoal .	182.718$20	
Despesas com material, mobiliário, expediente, biblioteca, publicidade e propaganda, etc. . .	154.100$00	
Prestação de serviços, despesas gerais e vários encargos	51.800$00	388.618$20
Encargos legais:		
Despesas com repartições distritais, inspecções escolares, tribunais de trabalho e outros encargos		291.370$00
Cultura e assistência:		
Bôlsas de estudos . .	71.550$00	
Subsídios a instituïções, a ex-alunos da Escola Profissional de Paiã e várias	240.760$00	
Museu José Malhoa . .	8.800$00	321.110$00
Serviços especiais:		
Contencioso e contas:		
Remunerações ao pessoal	91.800$00	
Despesas forenses . .	600$00	92.400$00
Coordenação económica, cultura e propaganda:		
Despesas com pessoal .	63.600$00	
Outras despesas e encargos	15.500$00	79.100$00
Escola Prática de Agricultura D. Denis:		
Remunerações ao pessoal	383.520$00	
Outras despesas com pessoal	6.600$00	
Despesa com material e pagamento de serviços.	66.200$00	456.320$00
A transportar . .		1.975.806$90

Transporte . .		1.975.806$90
Diversos encargos . .	357.500$00	
Exploração zootécnica: aquisições de utilização permanente, despesas de conservação, reparação e outros encargos, exploração agrícola e jardinagem	428.000$00	785.500$00
Dispensário Policlínico Central:		
Remunerações certas ao pessoal	642.100$00	
Despesas com material .	27.300$00	
Pagamento de serviços .	36.600$00	
Outros encargos . . .	197.300$00	903.300$00
Serviços de Puericultura:		
Remunerações certas ao pessoal	346.800$00	
Outras despesas com pessoal	5.500$00	
Despesas com material .	22.000$00	
Pagamento de serviços, despesas gerais, telefones, transportes, medicamentos, etc. . . .	47.600$00	
Despesas com alimentação, prémios de amamentação, etc.	517.000$00	
Medicamentos e pensos .	35.000$00	
Rendas, roupas, etc. . .	27.574$20	
Instalação e manutenção de novos dispensários .	90.000$00	1.091.474$20
Jardim infantil:		
Remunerações certas ao pessoal		17.040$00
A transportar . .		4.773.121.10

Transporte . .		4.773.121$10
Despesas gerais, medicamentos, alimentação, conservação, luz e outros encargos . . .	42.600$00	59.640$00
Serviços a filiados:		
Participação nas despesas de manutenção do Centro Maternal Infantil (Fundação Júlia Moreira)	36.000$00	
Idem, da Associação Preventiva da Tuberculose na Infância — Colares .	12.000$00	48.000$00
Pagamentos por consignação de receitas:		
Fundos permanentes:		
Secretaria	5.000$00	
Escola Prática de Agricultura de D. Denis .	15.000$00	
Dispensário Policlínico Central	5.000$00	
Serviços de puericultura .	5.000$00	
Nos diversos dispensários de puericultura e Jardim Infantil	3.000$00	
Liquidação e imposições legais	76.600$00	
Fundo de capitalização dos pupilos da Escola Prática de Agricultura de D. Denis . . .	2.000$00	
Depósitos de garantia de contratos e empreitadas	20.000$00	131.600$00
		4.995.321$10

Serviços de Puericultura

Damos nota desenvolvida, noutro lugar, do que foi o ano de 1940, em referência ao desenvolvimento dos Serviços de Puericultura da J. P. E. Nêste lugar cabem, apenas, alguns números elucidativos, quanto ao que se fez e o que resultou. Alguns mapas falam melhor do que as palavras e, por êles, se deduz que, de ano para ano, maiores benefícios os Serviços de Puericultura distribuem, já não só na capital como nalguns concelhos da província estremenha.

Dentre os resultados obtidos, figura o da percentagem de mortalidade, que pode considerar-se insignificante, comparada com o nível normal atingido entre as populações desprotegidas. Mesmo assim, a maior parte das mortes registadas deve-se quási exclusivamente ao descuido das mãis, algumas das quais abandonam as indicações médicas, não seguindo as prescrições que lhes são determinadas nas respectivas consultas.

Segue a relação das causas dos óbitos e sua quantidade:

Atrépsia	3
Amnésia	1
Anemia	2
Bronco-pneumonia	62
Bronquite	4
Bronquite capilar	10
Causa ignorada	25
Caquexia	1
Convulsões	3
Coqueluche	7
A transportar	118
Transporte	118
Debilidade congénita	10
Difteria	7
Deformidade congénita	2
Enterite	40
Fleimão do pescoço	2
Gangrena bucal	1
Gastro-enterite	7
Hemorragia cerebral	1
Hidrocefalia	1
Hipertrofia	1
Insuficiência circulatória	2
Meningite	9
Meningite tuberculosa	12
Otite	4
Paralisia infantil	2
Rotura angioma da cabeça	1
Sarampo	11
Septicemia	1
Sífilis	2
Toxicose	4
Tuberculose pulmonar	20
Varíola	1
Totais	258

Conforme se poderá verificar, pelo mapa que segue, as quantidades de refeições diárias distribuídas em 1940 atingiram o número total de 2.893:121, constituídas por leites e farinhas, no total de cêrca de 63 toneladas, cujo custo orçou por cêrca de 630 contos:

Movimento geral dos serviços prestados e consumo de leite e farinhas nos 17 dispensários de puericultura, durante o ano de 1940

Dispensários	Visitas domiciliárias	Pesagens	Ginástica (sessões)	Observações médicas	Presenças das crianças inscritas	Tratamentos de agentes físicos	Tratamentos diversos	Vacinações	Injecções	Refeições distribuídas	Leite em pó consumido (quilos)	Farinhas e outros preparados consumidos (quilos)
Dispensário n.º 1	4.448	7.052	533	3.691	13.686	905	—	149	4.501	404,350	3.126,729	4.971,298
Dispensário n.º 2	—	—	—	—	14.324	—	—	—	—	416,909	4.291,630	3.586,900
Dispensário n.º 3	5.097	7.310	780	2.517	10.160	972	—	190	926	288,877	3.115,670	4.798,070
Dispensário n.º 4	5.091	6.360	577	1.632	9.291	628	474	164	4.174	284,091	3.408,010	4.011,670
Dispensário n.º 5	1.517	1.893	58	63	2.019	—	—	—	8	92,957	735,305	1.424,650
Dispensário n.º 6	606	4.651	—	825	5.297	813	13	180	257	296,368	2.948,690	2.653,280
Dispensário n.º 7	—	3.035	—	501	3.696	410	—	17	16	79,134	1.324,244	1.126,920
Dispensário n.º 8	300	9.182	—	671	10.594	1.354	161	91	1.368	334,039	4.042,018	5.199,175
Dispensário n.º 9	729	1.473	—	360	1.621	—	117	24	416	54,105	810,456	540,085
Dispensário n.º 10	3.119	3.559	—	1.445	5.201	502	703	137	683	217,777	1.795,026	1.601,965
Dispensário n.º 11	894	2.077	—	355	2.309	186	109	104	26	73,856	979,919	590,685
Dispensário n.º 12	1.056	3.930	91	2.186	5.222	623	160	119	748	214,429	2.084,190	1.257,416
Dispensário n.º 13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dispensário n.º 14	626	972	—	652	1.250	149	23	67	81	44,582	445,088	309,459
Dispensário n.º 15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dispensário n.º 16	143	450	—	25	452	—	—	6	48	20,923	239,545	124,658
Dispensário n.º 17	535	1.704	—	474	1.770	—	119	22	307	70,724	708,535	640,037
Totais	24.161	53.648	2.039	15.397	86.892	6.542	1.879	1.270	13.559	2.893,121	30.055,055	32.836,268

N. B. Os dispensários n.os 13 e 15 ainda não estavam a funcionar nesta data.

Despesa em leite, farinhas e outros preparados, nos 17 dispensários de Puericultura, durante o ano de 1940

DISPENSÁRIOS	Leite em pó	Farinha Cistèr	Farinha lacto-fosfatada	Farinha de trigo	Farinha de sémola	Farinha de araruta	Farinha de Tapioca	Farinha de aveia	Farinha de maisena	Farinha de fava	Farinha de arroz	Farinha Néstlé	Babeurre	Arroz de veneza	TOTAL
Dispensário n.º 1	41.172$15	25.375$90	105$90	2.937$50	1.454$50	25$50	1.533$85	61$75	2.189$75	131$45	385$55	—	2.288$90	—	77.622$70
Dispensário n.º 2	56.711$25	9.364$15	3.980$55	1.896$00	1.849$20	—	1.311$85	—	2.360$45	—	513$90	2.978$90	—	—	80.966$25
Dispensário n.º 3	41.036$70	14.916$70	—	3.176$00	3.582$00	—	1.890$00	—	3.208$75	482$00	880$80	290$60	524$80	—	69.988$35
Dispensário n.º 4	44.716$50	14.883$90	50$60	1.555$60	3.691$20	—	1.995$90	—	2.073$55	180$35	919$50	179$35	499$90	—	70.746$35
Dispensário n.º 5	9.703$05	8.214$25	—	423$90	749$95	—	505$30	5$75	377$45	—	176$75	—	142$00	—	20.298$40
Dispensário n.º 6	38.898$00	14.415$15	477$95	1.860$55	122$10	—	1.735$70	33$20	83$40	4$05	427$35	—	966$65	—	58.791$45
Dispensário n.º 7	17.537$85	1.111$45	2.148$25	336$80	1.354$30	—	348$70	—	795$55	—	61$80	1.453$50	966$65	—	26.114$85
Dispensário n.º 8	53.396$05	10.983$65	—	238$45	3.661$65	200$10	39$70	—	2.012$20	—	110$60	15.170$50	1.151$35	2.704$15	89.668$40
Dispensário n.º 9	10.711$40	1.467$75	3$05	278$40	122$40	27$95	343$35	—	92$60	9$60	115$20	1.300$30	166$00	—	14.638$00
Dispensário n.º 10	23.799$60	347$75	1.282$65	1.156$80	607$50	—	1.603$60	92$30	302$65	179$05	108$10	5.168$80	1.390$60	—	36.039$40
Dispensário n.º 11	13.027$60	4.352$75	—	88$80	67$20	—	108$00	—	115$45	-	194$00	34$80	—	—	17.988$60
Dispensário n.º 12	27.713$40	3.695$95	1.136$20	412$95	915$10	—	375$15	246$95	590$40	43$05	292$30	252$85	3.620$90	—	39.295$20
Dispensário n.º 13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dispensário n.º 14	5.919$05	—	100$00	150$60	107$55	—	340$80	175$60	222$45	30$50	90$90	509$70	526$65	—	8.174$40
Dispensário n.º 15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dispensário n.º 16	3.185$95	441$30	—	60$00	128$60	—	32$75	—	84$40	5$85	11$40	—	—	—	4.138$55
Dispensário n.º 17	9.423$55	—	623$40	231$70	711$10	—	141$40	21$85	311$45	54$85	1.017$30	86$55	1.950$70	—	14.573$85
Total . . .	396.952$70	109.570$65	9.908$55	14.804$05	19.124$35	253$55	12.306$05	637$40	14.820$50	1.120$75	13.411$35	4.215$50	29.255$20	2.704$15	629.084$75

Como habitualmente, publicamos a seguir o interessante mapa comparativo, que nos mostra, com clareza, a linha progressiva dos Serviços de Puericultura, desde a sua fundação, em 1931. Por êste mapa, verificamos que, principiando por consumir cêrca de 13 toneladas de produtos, chegamos ao ano de 1940 com um gasto de quási 63 toneladas, e que o consumo total, desde o princípio, atinge a cifra assombrosa de 352 toneladas, equivalente a mais de 17 milhões e meio de refeições.

Mapa comparativo dos serviços prestados e consumo de leite e farinhas nos dispensários de Puericultura, desde o ano de 1931 a 1940

ANOS	Visitas domiciliárias	Pesagens	Ginástica (sessões)	Observações médicas	Presenças das crianças inscritas	Tratamentos de agentes físicos	Tratamentos diversos	Vacinações	Injecções	Número de refeições	Leite em pó consumido (quilos)	Farinha e outros preparados (quilos)
1931	4.852	15.891	—	6.096	19.356	1.890	530	175	80	571.455	8.099,687	4.609,116
1932	8.584	27.167	—	7.547	38.466	2.439	513	328	73	1.291.175	14.430,893	11.699,215
1933	10.823	27.293	—	7.435	43.800	3.048	640	507	—	1.826.054	20.987,305	15.454,426
1934	13.107	19.798	—	6.860	34.738	3.191	139	652	—	1.230.345	12.399,704	12.644,142
1935	11.288	26.096	—	7.676	30.305	3.534	213	623	1.211	1.372.379	12.885,536	10.146,687
1936	11.968	35.609	—	8.032	42.987	4.776	2.064	812	316	2.057.514	19.430,792	17.720,009
1937	13.226	35.076	—	7.436	46.087	4.157	497	647	4.161	2.069.155	16.680,000	24.127,000
1938	15.083	33.417	—	8.139	43.319	3.329	8.215	1.397	260	1.754.371	16.216,459	18.072,887
1939	18.857	49.697	—	11.338	67.436	8.911	12.928	1.456	429	2.583.295	28.445,984	25.062,268
1940	24.161	53.648	2.039	15.397	86.892	6.542	1.879	1.270	13.559	2.893.121	30.055,055	32.836,268
Total . . .	131.949	323.692	2.039	85.956	453.386	41.817	27.618	7.867	20.089	17.648.864	179.631,415	172.372,018

No final do ano de 1940, o quadro clínico dos Serviços de Puericultura da J. P. E. estava constituído da seguinte forma:

Drs.: Carlos Maria Appleton Figueira, «Dispensário n.º 1»; António de Oliveira Pina Júnior, n.º 2; Jorge Frederico de Aguiar Saldanha, n.º 3; José Júlio Feio Terenas Champalimaud, n.º 4; D. Isabel Pereira, n.º 5; José Alves Gomes Leal, n.º 6; Artur de Azevedo Rua, n.º 7; Mário Quina, n.º 8; Francisco Gonçalves de Oliveira Júnior, n.º 9; D. Georgette Adelaide Martins Gomes, n.º 10; Ernesto Moreira, n.º 11; Salvador J. Cunha Meneses, n.ºs 12 e 17; Manuel Vicente Moreira Júnior, n.º 13; Eduardo Rocha Rodrigues Vilarinho, n.º 14; Adriano Brandão Vasconcelos, n.º 15; Brito e Abreu, n.º 16.

Durante o ano de 1940, funcionou, adstrito aos Serviços de Puericultura um outro de gimnástica infantil, que tomou o nome de «Cinesiterapia», e que se destina a provocar o desenvolvimento físico do recém-nascido. O sistema tem dado os melhores resultados, tendo o director dêste novo serviço, sr. dr. Luís Cláudio de Oliveira Pimentel Júnior, adestrado o pessoal de todos os «Dispensários» nesta utilíssima intervenção médica. A seu tempo, será publicada nêste Boletim uma memória especial, dedicada a tão importante assunto.

Dispensário Policlínico Central

Os números apresentados pelas estatísticas do Dispensário Policlínico Central, referentes ao exercício de 1940, confirmam com larga evidência a utilidade dêste estabelecimento de assistência médica.

Chamamos-lhe «de assistência» porque o é, na realidade. De facto, torna-se difícil, se não absolutamente proibitivo para as classes médias, recorrer ao serviço médico, imprescindível em todos os casos de saúde, quer como tratamento quer como simples preventivo. O nível económico dos funcionários públicos, dos caixeiros, dos empregados de escritório e, mesmo, de certas profissões liberais, tais como jornalistas, desenhadores, etc., não lhes permite recorrer ao médico, sempre que dêle necessitam e, daí, o agravamento de males que muito bem podiam ser evitados, uma vez tratados a tempo.

Pelos números que se seguem, poderá verificar-se que numerosas classes da sociedade estremenha beneficiaram dos serviços do Dispensário Policlínico Central e que não só as classes médias dêles se serviram, mas também numerosos pobres, que obtiveram igual assistência e completamente gratuita.

A relação que se segue divide as 10.278 inscrições nas referentes clínicas por indivíduos das diferentes profissões:

PROFISSÕES DE DOENTES INSCRITOS

durante o ano de 1940

Agentes, guardas cívicos e bombeiros	238
Agricultores, hortelões e jardineiros	4
Ajuntadeiras, correeiros e sapateiros	78
Alfaiates, bordadores, costureiras e modistas	195
Amassadores, caiadores, calceteiros, canteiros e pedreiros	36
Aprendizes	51
Artistas de teatro	2
Asilados	17
Barbeiros e cabeleireiros	62
Caixeiros, empregados de escritório e escriturários	752
Caldeireiros, funileiros, latoeiros e fundidores	32
Cantoneiros e varredores	7
Carniceiros e cortadores	12
Carpinteiros, calafates, marceneiros, serradores, tanoeiros, entalhadores	112
Carregadores e descarregadores	12
Carreiros, carroceiros, cocheiros, motoristas e condutores	138
Carteiros, recebedores e cobradores	53
Carvoeiros, fogueiros, forneiros e maquinistas	19
Chapeleiros	1
Colchoeiros, decoradores e estofadores	9
Confeiteiros, cozinheiros, empregados no fabrico e padeiros	61
Contínuos, serventes, porteiros e fiscais	212
Cordoeiros, sirgueiros e tecelões	8
Corticeiros	7
Criados e serviçais	309
Douradores, estucadores, pintores, polidores e desenhadores	74
Electricistas, mecânicos, canalizadores e vulcanizadores	118
Empregados de hotéis e casas de comidas	7
Empregados públicos, pensionistas, reformados e professores oficiais	497
Empregados de trâmueis, ferroviários e agulheiros	73
Encadernadores e papeleiros	10
Engraxadores	7
Estudantes	424
A transportar	3.637

Transporte	3.637
Feirantes e vendedores ambulantes	16
Ferradores, ferreiros, serralheiros, soldadores e torneiros	321
Impressores, litógrafos, tipógrafos e fotógrafos	85
Jornaleiros e trabalhadores	200
Jornalistas	3
Lavadeiras	3
Leiteiros	1
Luveiros, peleiros e surradores	1
Marinheiros, marítimos, pescadores e estivadores	141
Médicos, farmacêuticos, parteiras e enfermeiros	12
Militares de terra (praças de pré)	75
Militares de terra (oficiais)	4
Moços de fretes	34
Músicos	11
Oficiais de ourives, relojoeiros e gravadores	13
Peixeiras	2
Sem profissão { maiores	129
Sem profissão { menores	2.005
Serviços domésticos	3.242
Telefonistas e telegrafistas	22
Vendedores de jornais	11
Vigilantes e visitadoras	11
Outras profissões	299
Total	10.278

Dá bem idéia do alargamento da esfera de acção do Dispensário a numeração das freguesias de Lisboa e concelhos da Província da Estremadura, onde os inscritos residem:

NÚMERO DE DOENTES ADMITIDOS EM 1940

segundo os concelhos e freguesias e em relação às suas residências

Ajuda	166
Alcântara	343
Ameixoeira	7
Anjos	463
Arroios	468
Beato	164
Belém	152
Benfica	111
Bom Sucesso	12
Camões	169
Campo Grande	74
Campo de Ourique	12
Carnaxide	83
Carnide	20
Castelo	79
Charneca	11
Conceição-Nova	49
Encarnação	400
Escolas Gerais	124
Graça	109
Lapa	259
Lumiar	32
Madalena	43
A transportar	3.350

Transporte . . .	3.350
Marquês de Pombal	283
Mártires	178
Mercês	343
Monte Pedral	565
Moscavide	18
Nossa Senhora de Fátima	39
Olivais	119
Penha	137
Penha de França	482
Restauradores	81
Sacramento	182
Santa Catarina	515
Santa Isabel	996
Santa Justa	1
Santo Condestável	3
Santo Estêvão	131
Santos	83
Santos-o-Novo	11
Santos-o-Velho	338
S. Cristóvão	148
S. Domingos	6
S. João Baptista	6
S. João da Praça	53
S. José	218
S. Julião	41
S. Lourenço	35
S. Mamede	153
S. Miguel	99
S. Nicolau	111
S. Sebastião da Pedreira	593
S. Tiago	47
S. Vicente	41
Sé	132
A transportar . . .	9.538

Transporte . . .	9.538
Socorro	158
Xabregas	1
Concelho de Alenquer	6
Concelho de Arruda dos Vinhos	1
Concelho de Azambuja	7
Concelho de Cascais	35
Concelho de Loures	86
Concelho da Lourinhã	4
Concelho de Mafra	2
Concelho de Oeiras	96
Concelho de Sintra	93
Concelho de Sobral de Monte Agraço	6
Concelho de Tôrres Vedras	1
Concelho da Marinha Grande	2
Concelho de Alcochete	3
Concelho de Almada	128
Concelho do Barreiro	20
Concelho da Moita	7
Concelho de Montijo	4
Concelho de Palmela	8
Concelho do Seixal	24
Concelho de Setúbal	14
Concelho de Cezimbra	1
	10.245
Fóra da província da Estremadura	33
	10.278

Como se verifica, ainda se aceitou a inscrição de doentes de fóra da província da Estremadura. Estes 33 inscritos residem, na sua maior parte, no concelho de Vila Franca de Xira.

Vejamos agora um outro mapa, o n.º 1, curioso por determinar o estado civil, sexo e idades de cada um dos inscritos.

DOENTES ADMITIDOS EM 1940

segundo o estado civil, em cada sexo e idade

Mapa n.º 1

IDADES	Sexo masculino				Sexo feminino			
	Solteiros	Casados	Viúvos e divorciados	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas e divorciadas	Total
91 a 100	—	—	—	—	—	—	—	—
81 a 90	—	3	2	5	1	2	10	13
71 a 80	2	20	20	42	8	11	52	71
61 a 70	11	104	29	144	32	63	113	208
51 a 60	42	248	25	315	80	213	164	457
41 a 50	91	442	29	562	165	424	125	714
31 a 40	266	659	25	950	267	584	78	929
21 a 30	813	498	10	1.321	563	499	20	1.082
11 a 20	702	102	—	804	743	73	1	817
6 a 10	347	—	—	347	357	—	—	357
0 a 5	577	—	—	577	563	—	—	563
	2.851	2.076	140	5.067	2.779	1.869	563	5.211

O número de consultas dadas aos doentes inscritos foram, conforme o mapa que segue (N.º 2), de 120.438, divididos por indivíduos de três classes definidas.

CONSULTAS

Número de consultas prestadas durante o ano civil de 1940

Mapa n.º 2

MESES	Indigentes	Classes pobres	Funcionários	Total
Janeiro	2.675	5.619	266	8.560
Fevereiro	3.274	5.762	195	9.231
Março	4.102	6.611	262	10.975
Abril	4.775	7.244	294	12.313
Maio	4.775	7.006	302	12.083
Junho	4.124	5.957	278	10.359
Julho	4.423	6.704	366	11.493
Agôsto	3.582	5.428	248	9.258
Setembro	3.059	4.904	272	8.235
Outubro	3.252	5.760	320	9.332
Novembro	3.687	6.141	289	10.117
Dezembro	2.778	5.419	285	8.482
Totais	44.506	72.555	3.377	120.438

Destas 120.438 consultas, 18.838 foram dadas a inscritos, inicialmente, quando da sua admissão.

Vemos, portanto, que os 10.278 doentes inscritos durante o ano se serviram de cada clínica, inicialmente, conforme a relação que segue:

NÚMERO DE DOENTES

Serviços prestados durante o ano de 1940, em relação a cada consulta

Agentes físicos	738
Bôca e dentes 1.ª	609
Bôca e dentes 2.ª	1.041
Cirurgia	529
Clínica geral 1.ª	658
Clínica geral 2.ª	611
Clínica geral 3.ª	884
Clínica geral 4.ª	1.113
Coração e pulmões 1.ª	770
Coração e pulmões 2.ª	826
Doenças das crianças 1.ª	364
Doenças das crianças 2.ª	610
Doenças das crianças 3.ª	597
Doenças do estômago 1.ª	418
Doenças do estômago 2.ª	663
Doenças nervosas	297
A transportar . . .	10.728

Transporte . . .	10.728
Doenças dos olhos 1.ª	1.115
Doenças dos olhos 2.ª	1.001
Oto-Rino-Laringologia 1.ª	952
Oto-Rino-Laringologia 2.ª	1.614
Pele e sífilis 1.ª	620
Pele e sífilis 2.ª	476
Pele e sífilis 3.ª	754
Rins e vias urinárias 1.ª	154
Rins e vias urinárias 2.ª	424
Rins e vias urinárias 3.ª	510
Doenças de senhoras	490
Total . . .	18.838

Vejamos o rendimento de duas das mais importantes clínicas do Dispensário:

OPERAÇÕES

efectuadas durante o ano de 1940 e nome dos operadores

Odontologia 2.ª	1	Dr. José A. Leite Perry
Cirurgia geral	106	Dr. Amadeu Faria e Costa
Pleurotomias e toracenteses	117	Dr. B. Mendonça Santos
Oftalmologia 1.ª	10	Dr. Fernando V. Lacerda
Oftalmologia 2.ª	9	Dr. Anacleto B. Miranda
Oto-Rino-Laringologia 1.ª	70	Dr. Roberto de Almeida
Oto-Rino-Laringologia 2.ª	27	Dr. J. Cordeiro Lobato
Total . . .	340	

AGENTES FÍSICOS

Número e descriminação dos tratamentos efectuados durante o ano de 1940

Alta freqüência	91
Ar quente	81
Banhos de luz	214
Correntes galvânicas	3.047
Diatermia	4.157
Diatermia (ondas curtas)	5.607
Eflúvios eléctricos	204
Ionização	1.050
Massagens	4.020
Mecanoterapia	7
Raios infra-vermelhos	627
Raios ultra-violetas	3.384
Total . . .	22.489

Se a estas duas especialidades que somam 22.829 serviços prestados, juntarmos mais 22.280 tratamentos diversos, 6.150 intervenções odontológicas e, ainda, as 120.438 consultas iniciais de cada doente em cada caso, acharemos o número de 171.697 serviços prestados, conforme o mapa que segue (N.º 3):

NÚMERO DE SERVIÇOS PRESTADOS EM CADA CLÍNICA

durante o ano de 1940

Mapa n.º 3

CLÍNICA	Consultas	Extracções dentárias	Tratamentos dentários	Tratamentos agentes físicos	Operações	Tratamentos diversos. Pensos	Total de serviços
Agentes físicos	3.326	—	—	22.489	—	—	25.815
Bôca e dentes — 1.ª	3.496	792	3.100	—	—	—	7.388
Bôca e dentes — 2.ª	2.819	670	1.588	—	1	—	5.078
Cirurgia	2.325	—	—	—	106	417	2.848
Clínica geral — 1.ª	2.453	—	—	—	—	1.152	3.605
Clínica geral — 2.ª	1.945	—	—	—	—	596	2.541
Clínica geral — 3.ª	4.111	—	—	—	—	1.440	5.551
Clínica geral — 4.ª	3.602	—	—	—	—	1.289	4.891
Coração e pulmões — 1.ª	6.107	—	—	—	117	2.867	9.091
Coração e pulmões — 2.ª	7.500	—	—	—	—	749	8.249
Doenças das crianças — 1.ª	2.683	—	—	—	—	5	2.688
Doenças das crianças — 2.ª	5.118	—	—	—	—	1	5.119
Doenças das crianças — 3.ª	5.789	—	—	—	—	—	5.789
Doenças do estômago, figado e intestinos — 1.ª	1.762	—	—	—	—	1.522	3.284
Doenças do estômago, figado e intestinos — 2.ª	3.479	—	—	—	—	2.620	6.099
Doenças nervosas	2.034	—	—	—	—	686	2.720
Doenças dos olhos — 1.ª	8.485	—	—	—	10	3.614	12.109
Doenças dos olhos — 2.ª	5.819	—	—	—	9	2.100	7.928
Oto-rino-laringologia — 1.ª	4.499	—	—	—	70	12	4.581
Oto-rino-laringologia — 2.ª	3.990	—	—	—	27	13	4.030
Pele e sífilis — 1.ª	3.358	—	—	—	—	1.644	5.202
Pele e sífilis — 2.ª	3.851	—	—	—	—	1.221	5.072
Pele e sífilis — 3.ª	5.764	—	—	—	—	332	6.096
Rins e vias urinárias — 1.ª	2.297	—	—	—	—	—	2.297
Rins e vias urinárias — 2.ª	9.236	—	—	—	—	—	9.236
Rins e vias urinárias — 3.ª	11.673	—	—	—	—	—	11.673
Doenças das senhoras	2.717	—	—	—	—	—	2.717
Totais . . .	120.438	1.462	4.688	22.489	340	22.280	171.697

E ainda não é tudo. Sôbre êste último número, deveremos acrescentar 2.811 radiografias, 4.255 análises clínicas e 11 banhos — o que perfaz o número de **178.774 serviços prestados** durante o ano de 1940.

Rematamos esta parte do relatório relativo a 1940, sucinto mas elucidativo, dando, a seguir, o mapa n.º 4, referente ao número de serviços prestados, pagos e gratuitos:

NÚMERO DE SERVIÇOS PRESTADOS GRATUITOS E REMUNERADOS

em relação ao movimento geral de doentes durante o ano civil de 1940

Mapa n.º 4

DESIGNAÇÃO DE SERVIÇOS	Serviços grátis	Serviços remunerados	Total
Consultas	44.506	75.932	120.438
Extracções dentárias	344	1.118	1.462
Tratamentos dentários	4.236	452	4.688
Tratamentos pelos agentes físicos	12.505	9.984	22.489
Tratamentos diversos	21.875	405	22.280
Operações	142	198	340
Radiografias	806	2.005	2.811
Análises clínicas	1.193	3.062	4.255
Banhos	—	11	11
Totais	85.607	93.167	178.774

Porque julgamos curioso e ainda, seguindo um princípio usado nos anteriores números dêste Boletim, damos, agora, números globais sôbre serviços prestados desde a fundação dêste estabelecimento de assistência médica, isto é, desde 17 de Dezembro de 1928 até 31 de Dezembro de 1940.

Seguem-se os mapas e relações, que dispensam comentários:

PROFISSÕES DOS DOENTES INSCRITOS

desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1940

Adelos e trapeiros	13
Agentes, guardas cívicos, bombeiros e informadores	2.519
Agricultores, hortelões e jardineiros	69
Ajuntadeiras, correeiros e sapateiros	1.063
Alfaiates, bordadoras, costureiras e modistas	6.174
Amassadores, caiadores, calceteiros, canteiros e pedreiros	618
Aprendizes	109
Artistas de teatro	73
Asilados	413
Barbeiros e cabeleireiros	631
Caixeiros, empregados de escritório e escriturários	11.394
Caldeireiros, funileiros, latoeiros e fundidores	419
Cantoneiros e varredores	71
Carniceiros e cortadores	201
Carpinteiros, calafates, marceneiros, serradores, tanoeiros e entalhadores	1.393
Carregadores e descarregadores	178
Carreiros, carroceiros, cocheiros, motoristas e condutores	1.668
Carteiros, recebedores e cobradores	609
Carvoeiros, fogueiros, forneiros e maquinistas	381
Chapeleiros	54
Colchoeiros, decoradores e estofadores	186
Confeiteiros, cozinheiros, empregados no fabrico e padeiros	1.005
Contínuos, serventes, porteiros e fiscais	2.460
Cordoeiros, sirgueiros e tecelões	79
Corticeiros	97
Criados e serviçais	5.145
Douradores, estucadores, pintores, polidores e desenhadores	731
Electricistas, mecânicos, canalizadores e vulcanizadores	877
Empregados de hotéis e casas de comidas	167
Empregados públicos, pensionistas, reformados e professores oficiais	5.522
Empregados de trâmueis, ferroviários e agulheiros	417
Encadernadores e papeleiros	149
Engraxadores	94
Estampadores de tecidos e tintureiros	118
Estudantes	3.734
Feirantes e vendedores ambulantes	230
Ferradores, ferreiros, serralheiros, soldadores e torneiros	2.505
Floristas	18
Impressores, litógrafos, tipógrafos e fotógrafos	1.264
A transportar	52.848

Transporte	52.848
Jornaleiros e trabalhadores	2.025
Jornalistas	75
Lavadeiras	67
Leiteiros	60
Luveiros, peleiros e surradores	30
Marinheiros, marítimos, pescadores e estivadores	1.964
Médicos, farmacêuticos, parteiras e enfermeiros	243
Militares de terra (praças de pré)	521
Militares de terra (oficiais)	105
Missionários	5
Moços de fretes	355
Músicos	127
Oficiais de ourives, relojoeiros e gravadores	260
Outras profissões	1.047
Peixeiras	99
Profissões ignoradas	494
Prostitutas	18
Sacristãis	4
Sem profissão menores	26.527
Sem profissão maiores	3.253
Serviços domésticos	31.425
Telefonistas e telegrafistas	305
Vendedores de jornais	229
Vigilantes e visitadoras	121
Total	122.207

NÚMERO DE DOENTES ADMITIDOS

segundo os distritos, concelhos e freguesias e em relação às suas residências

(desde 1 de Janeiro de 1938 a 31 de Dezembro de 1940)

Ajuda	645
Alcântara	1.045
Ameixoeira	21
Anjos	1.994
Arroios	1.957
Beato	633
Belém	498
Benfica	349
Bom Sucesso	56
Camões	652
Campo Grande	320
Campo de Ourique	15
Carnaxide	295
Carnide	76
Castelo	212
Charneca	52
Conceição-Nova	189
Encarnação	1.853
Escolas gerais	431
Graça	437
Lapa	856
Lumiar	185
Madalena	213
Marquês de Pombal	1.217
Mártires	684
Mercês	1.603
Monte Pedral	2.112
Moscavide	52
Nossa Senhora de Fátima	74
Olivais	450
Pampulha	—
Pena	618
Penha de França	1.760
Restauradores	395
Sacramento	711
Santa Apolónia	—
Santa Catarina	2.206
Santa Isabel	3.966
Santa Justa	4
Santo Condestável	9
Santo Estêvão	442
Santos	299
Santos-o-Novo	21
Santos-o-Velho	1.305
S. Cristóvão	549
S. Domingos	27
S. João Baptista	8
S. João da Praça	144
S. José	964
S. Julião	204
S. Lourenço	133
S. Mamede	649
S. Miguel	326
S. Nicolau	441
S. Sebastião da Pedreira	2.430
A transportar	36.787

Transporte . . .	36.787
S. Tiago	242
S. Vicente	165
Sé	538
Socorro	747
Xabregas	4
Concelho de Alenquer	16
Concelho de Arruda dos Vinhos	1
Concelho de Azambuja	12
Concelho de Cascais	107
Concelho de Loures	277
A transportar . . .	38.896

Transporte . . .	38.896
Concelho da Lourinhã	10
Concelho de Mafra	17
Concelho de Oeiras	338
Concelho de Sintra	419
Concelho de Sobral do Monte Agraço	8
Concelho de Tôrres Vedras	8
Distrito de Leiria	6
Distrito de Setúbal	715
	40.417
Fóra da província da Estremadura	81
	40.498

DOENTES ADMITIDOS

segundo o estado civil, em cada sexo e idade, desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1940

Mapa n.º 5

IDADES	Sexo feminino				Sexo masculino				Total geral
	Solteiras	Casadas	Viúvas e divorciadas	Total	Viúvos e divorciados	Casados	Solteiros	Total	
91 a 100 . . .	—	—	—	—	—	2	—	2	2
81 a 90 . . .	16	11	62	89	25	30	4	59	148
71 a 80 . . .	108	126	508	742	152	304	50	506	1.248
61 a 70 . . .	366	771	1.338	2.475	342	1.398	171	1.911	4.386
51 a 60 . . .	863	2.468	1.641	4.972	391	3.000	438	3.829	8.801
41 a 50 . . .	1.685	4.897	1.335	7.917	456	5.394	1.059	6.909	14.826
31 a 40 . . .	3.103	7.268	931	11.302	431	7.493	2.795	10.719	22.021
21 a 30 . . .	6.943	6.986	260	14.189	131	5.274	9.644	15.049	29.238
11 a 20 . . .	8.179	552	3	8.734	—	178	8.014	8.192	16.926
6 a 10 . . .	4.132	—	—	4.132	—	—	3.589	3.589	7.721
0 a 5 . . .	8.400	—	—	8.400	—	—	8.490	8.490	16.890
	33.795	23.079	6.078	62.952	1.928	23.073	34.254	59.255	122.207

NÚMERO DE SERVIÇOS PRESTADOS EM CADA CLÍNICA

desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1940

Mapa n.º 6

CLÍNICAS	Consultas	Extracções dentárias	Tratamentos dentários	Tratamentos agentes físicos	Operações	Tratamentos diversos. Pensos	Total de serviços
Agentes físicos	44.713	—	—	250.204	—	—	294.917
Bôca e dentes — 1.ª	59.889	18.359	40.987	—	608	—	119.843
Bôca e dentes — 2.ª	2.819	670	1.588	—	1	—	5.078
Cirurgia	33.463	—	—	—	798	14.661	48.922
Clínica geral — 1.ª	39.259	—	—	—	99	10.395	49.753
Clínica geral — 2.ª	72.083	—	—	—	50	10.073	82.206
Clínica geral — 3.ª	4.111	—	—	—	—	1.440	5.551
Clínica geral — 4.ª	3.602	—	—	—	—	1.289	4.891
Coração e pulmões — 1.ª	107.720	—	—	—	1.068	14.103	122.891
Coração e pulmões — 2.ª	7.500	—	—	—	—	749	8.249
Crianças — 1.ª	37.112	—	—	—	390	9.310	46.812
Crianças — 2.ª	70.851	—	—	—	859	17.664	89.374
Crianças — 3.ª	5.789	—	—	—	—	—	5.789
Estômago, fígado e intestinos — 1.ª . . .	33.145	—	—	—	—	9.401	42.546
Estômago, fígado e intestinos — 2.ª . . .	3.479	—	—	—	—	2.620	6.099
Doenças nervosas	18.866	—	—	—	—	6.117	24.983
Doença dos olhos — 1.ª	144.540	—	—	—	718	24.911	170.169
Doença dos olhos — 2.ª	5.819	—	—	—	9	2.100	7.928
Oto-rino-laringologia — 1.ª	94.209	—	—	—	8.281	11.491	113.981
Oto-rino-laringologia — 2.ª	3.990	—	—	—	27	13	4.030
Pele e sífilis — 1.ª	61.460	—	—	—	—	10.150	71.610
Pele e sífilis — 2.ª	94.911	—	—	—	4	14.946	109.861
Pele e sífilis — 3.ª	5.764	—	—	—	—	332	6.096
Rins e vias urinárias — 1.ª	19.354	—	—	—	11	5.992	25.357
Rins e vias urinárias — 2.ª	121.844	—	—	—	809	21.688	144.341
Rins e vias urinárias — 3.ª	45.635	—	—	—	380	14.853	60.868
Doenças de senhoras	2.717	—	—	—	—	—	2.717
Doenças tropicais	39.361	—	—	—	48	7.469	46.878
Totais . . .	1.184.005	19.029	42.575	250.204	14.160	211.767	1.721.740

Além dêstes serviços, foram ainda executadas, no Gabinete de Raios X, 13.974 radiografias, no Laboratório de Análises Clínicas, 21.534 análises, no Laboratório de Histopatologia, 129 análises. Foram ainda ministrados 3.499 banhos no Balneário.

AGENTES FÍSICOS

Número e descriminação dos tratamentos efectuados desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1940

Alta freqüência	4.333
Ar quente	1.090
Banhos de luz	2.459
Correntes galvânicas	49.245
Diatermia	67.805
Diatermia (ondas curtas)	11.442
Eflúvios eléctricos	1.573
Ionização	3.827
Massagens	46.797
Mecanoterapia	2.246
Raios infra-vermelhos	10.665
Raios ultra-violetas	48.404
Raios X	318
Total	250.204

OPERAÇÕES

efectuadas desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1940

Oto-Rino-Laringologia	8.308
Cirurgia infantil	947
Oftalmologia	727
Urologia	790
Odontologia	609
Pleurotomias e toracenteses	1.068
Ginecologia	152
Cirurgia geral	1.149
Exames citoscópicos e cromocitocospias	410
Total	14.160

DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS RADIOLÓGICOS

1929	770
1930	485
1931	671
1932	807
1933	1.100
1934	1.190
1935	1.010
1936	1.276
1937	1.288
1938	1.611
1939	1.655
1940	2.811
	13.974

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

1928	11
1929	701
1930	843
1931	1.006
1932	1.198
1933	1.432
1934	1.605
1935	1.565
1936	1.849
1937	1.869
1938	2.448
1939	2.752
1940	4.255
	21.534

LABORATÓRIO DE ALÁLISES HISTOPATOLÓGICAS

1937	51
1938	35
1939	43
	129

MOVIMENTO GERAL DE DOENTES E SERVIÇOS PRESTADOS

desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1940 — *Mapa n.º 7*

ANOS	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	Total
Doentes inscritos	107	5.633	6.568	8.481	10.311	10.718	10.648	10.194	9.798	9.251	18.803	11.417	10.278	122.207
Consultas	216	30.262	57.539	74.624	93.511	104.752	111.043	110.745	112.851	137.341	123.265	107.418	120.438	1.184.005
Operações	2	189	231	465	780	1.291	1.232	1.474	1.687	2.193	2.446	1.830	340	14.160
Trat. pelos ag. físicos	—	1.466	3.251	4.012	14.357	24.204	25.805	29.169	29.455	29.570	31.031	35.395	22.489	250.204
Trat. dent. e extrações	8	1.794	2.920	2.840	1.698	4.128	6.197	6.769	6.542	8.504	7.531	6.523	6.150	61 604
Trat. div. e vacinações	—	310	785	942	2.064	2.090	1.626	2.036	2.961	40.427	67.235	69.011	22.280	211.767
Rad. e radioscopias	—	70	485	671	807	1.100	1.190	1.010	1.276	1.288	1.611	1.655	2.811	13.974
Análises clínicas	11	701	843	1.006	1.198	1.432	1.605	1.565	1.849	1.869	2.448	2.752	4.255	21.534
Anál. histopatológicas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	51	35	43	—	129
Banhos e duches	—	90	98	381	276	290	301	455	647	318	620	12	11	3.499
Totais	237	34.882	66.152	84.941	114.691	139.287	148.999	153.223	157.268	221.561	236.222	224.639	178.774	1.760.876

SERVIÇOS GRATUITOS

prestados desde 17 de Dezembro de 1928 a 31 de Dezembro de 1940 — *Mapa n.º 8*

DESIGNAÇÃO DE SERVIÇOS	17/12/928 a 31/12/932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	Total
Consultas	35.921	23.655	32.444	32.990	37.066	61.100	53.151	40.178	44.506	361.011
Operações	778	414	460	503	859	1.459	1.787	1.161	142	7.563
Tratamentos pelos agentes físicos	10.238	14.152	14.881	18.710	19.733	19.765	18.733	22.471	12.505	151.188
Tratamentos dentários e extracções	4.748	1.093	1.649	1.580	1.128	1.849	3.047	4.766	4.580	24.440
Tratamentos diversos e vacinações	3.563	1.073	1.041	1.265	2.284	40.178	66.517	68.709	21.875	206.505
Radiografias e radioscopias	818	331	377	324	397	312	338	486	806	4.189
Análises clínicas	1.284	343	485	529	624	575	733	687	1.193	6.453
Análises histopatológicas	—	—	—	—	—	12	8	10	—	30
Banhos e duches	493	268	295	413	639	390	610	—	—	3.018
Totais	57.843	41.329	51.632	56.314	62.730	125.550	144.924	138.468	85.607	764.397

Pelos mapas globais se concluem os seguintes números interessantíssimos:

Doentes inscritos	122.207

Serviços prestados:

Mapa (consultas e tratamentos)	1.721.740	
Radiografias	13.974	
Análises	21.663	
Banhos	3.499	
		1.760.876

Finalmente encerramos êste relatório com uma nota da cerimónia realizada no dia 31 de Dezembro de 1940, em que foi dada a posse aos clínicos que concorreram para ocupar definitivamente os cargos das várias clínicas do «Dispensário Policlínico Central».

Os médicos aprovados compareceram na séde da Junta, cêrca das 12 horas. Estavam presentes os srs. eng.º Santos Pedroso, presidente da Junta de Província da Estremadura; os vogais srs. conde de Carnide e dr. Soares Franco; o sr. dr. Botelho Moniz, chefe da Secretaria e director dêste Boletim, e dr. Rodolfo Xavier da Silva, director do Dispensário Policlínico Central.

O sr. eng.º Santos Pedroso cumprimentou, em seu nome e no da Junta, os empossados e exprimiu o seu desejo de que os novos funcionários desempenhassem os cargos de que iam tomar posse, com a dedicação exigida por um serviço que, além da sua finalidade humanitária, encerra um sentido social de alta importância. É que o Dispensário Policlínico Central foi criado pela Junta para acudir a doentes pobres e, portanto, de recursos escassos, situação que deve merecer a quem desempenha tão nobre magistério, o maior carinho e, até, a maior devoção. É larga a acção do Dispensário pois que, além de servir a pobreza de Lisboa, êle se destina a socorrer, também, os doentes de tôda a província estremenha. Este facto exige grande espírito de sacrifício e isso tem sido o cunho de todos quantos têm desempenhado tão espinhoso encargo.

Os médicos prestaram, depois, o compromisso de honra regulamentar, em seguida ao que o sr. Presidente da Junta voltou a falar, desta vez para prestar homenagem ao director do Dispensário, cuja dedicação ao serviço a seu cargo, e zêlo profissional constituem grande exemplo para os que trabalham sob a sua direcção.

O sr. dr. Xavier da Silva agradeceu os cumprimentos do sr. Presidente da Junta, em seu nome e no de todos os seus colegas presentes, pelos quais afirmou assumir o compromisso do bom desempenho e do zêlo nas funções que lhes foram confiadas.

Os novos funcionários da Junta de Província da Estremadura assinaram depois os respectivos termos de posse.

A lista completa do corpo clínico do «Dispensário Policlínico Central» ficou assim constituída:

Álvaro de Serra Negrão Fernando Vanzeller Pessoa João da Silva Santos João Rafael Casqueiro Bello de Morais	Clínica geral
Benjamim Jorge Fiel de Mendonça Santos Mário Damas Mora	Coração e pulmões
Amadeu Viegas Baptista José Anahory Leite Perry	Bôca e dentes
Roberto d'Almeida Joaquim Cordeiro Lobato	Oto-Rino-Laringologia
Fernando Araújo Vaz de Lacerda Anacleto Bernardino Miranda	Doenças de olhos
Jaime Ribeiro de Almeida Leal Eduardo Rodolfo de Oliveira Gusmão Fernando Afonso Marques	Rins e vias urinárias
Fernando de Vilhena e Vasconcelos Joaquim José da Costa Simas Samuel Swart	Pele e sífilis
Manuel Vergílio de Aguiar Frazão Mário Quintiliano Cordeiro Rosinda dos Santos Silva	Doenças das crianças
Mário Rodrigues Cardoso	Doenças das senhoras
Guilherme Pinto Rodrigues da Costa Mário Tomás da Costa Roque	Doenças de estômago
Amadeu Faria Costa	Cirurgia
Carlos Paiva Raposo	Raios X
António Alberto Corado	Análises clínicas
João Vasconcelos de Almeida e Sá	Agentes físicos
Jorge Leitão Baeta Neves	Doenças nervosas e mentais



Dr. António Soares Franco Júnior

No decurso do 1.º semestre do ano de 1941, já quando estava terminado o plano do presente número do nosso Boletim, fomos surpreendidos pela triste notícia do falecimento do sr. dr. António Soares Franco Júnior, vogal da Junta de Província da Estremadura e dedicado e activo elemento político dos mais apaixonados admiradores de Salazar e da sua obra.

O sr. dr. Soares Franco foi escolhido para fazer parte da J. P. E., quando o novo Código Administrativo criou êste corpo administrativo, tendo, por isso, completado três anos, quatro mêses e vinte cinco dias do primeiro exercício da Junta.

Colaborador assíduo e interessado de tudo quanto se referia à Junta e ao bem da Província Estremenha, que serviu com superior inteligência, o ilustre vogal deixa funda saüdade no coração dos que com êle trabalharam e que se habituaram ao seu gentilíssimo espírito, cheio de bondade e paternal bom humor.

Nasceu em Fronteira o saüdoso extinto, em 10 de Maio de 1876, finando-se no dia 25 de Maio de 1941, na sua casa da Junqueira, em Lisboa. Faleceu, portanto, com 65 anos, quando ainda muito havia a esperar do seu extraordinário amor ao trabalho.

Era bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo completado o curso em 1903. Três anos depois, já elemento activo da política, pois militou no partido de João Franco, foi eleito deputado da nação.

Em Setúbal, distrito onde se tornou conhecido pela sua actividade, foi presidente da Junta Geral do Distrito e, por mais de uma vez, provedor da Santa Casa da Misericórdia.

Desempenhou as funções de cônsul do Luxemburgo em Portugal, pelo que foi galardoado com o grau de Cavaleiro da Ordem do Carvalho, daquele país, sendo também distinguido pelo govêrno português com a Comenda da Ordem de Mérito Agrícola.

Foi prodigiosa a sua acção como industrial, agricultor e comerciante. A êle deve a firma José Maria da Fonseca, Suc., L.da, de Azeitão, tôda a sua expansão e engrandecimento actuais, e graças aos seus esforços, esta casa possue uma das mais completas instalações industriais e agrícolas do Sul do País. O comércio de vinhos deve-lhe muito do seu incremento, especialmente no que se refere aos afamados Moscatéis de Setúbal, cuja marca e especialidade demarcou, dando-lhe a categoria de que desfruta.

A sua actividade comercial, também notável, caracterizou-se com boa colaboração em todos os movimentos associativos dos organismos económicos.

Foi membro das direcções das Associações Comercial de Lisboa e Central da Agricultura.

Foi presidente da Associação Portuguêsa dos Exportadores para o Brasil e, mais tarde, da Secção de Exportadores para o mesmo país, onde foi várias vezes.

Era, também, presidente da assembléia geral do Grémio do Comércio de Exportadores de Vinho e foi eleito para os corpos directivos do Banco de Portugal, dos quais fez parte.

Durante as suas viagens ao Brasil, a sua acção fez-se sentir na defesa dos interêsses comerciais luso-brasileiros e contribuiu grandemente para o estreitamento comercial e económico com aquêle país.

No meio de todo êste trabalho de ordem económica, de extrema utilidade para a nação, o ilustre finado não despreocupou os interêsses dos trabalhadores, tendo um activo relevante de benemerência e dedicando, também, a sua atenção ao aspecto social do distrito de Setúbal e especialmente da região de Azeitão, onde fundou a «Casa do Povo», protegendo ali várias colectividades de grande interêsse social.

O ilustre finado deixou viúva a ex.ma sr.ª D. Maria Ana de Vilas Boas Porto Franco e era pai extremoso dos srs. dr. José Porto Soares Franco, comissário nacional adjunto da Mocidade Portuguêsa, e António Porto Soares Franco.

ENSAIO DE

Estatística e Coordenação Económica da Província da Estremadura

I — Considerações gerais

Uma das tarefas primordiais que, consoante a orgânica do Estado Novo, incumbe aos dirigentes da Nação, consiste na auscultação directa e permanente da vida da Grei, nas suas múltiplas formas e anseios.

Sòmente êste estudo pode permitir aos que governam o conhecimento leal das necessidades do Povo, e sòmente êle, portanto, também lhes pode fornecer a base indispensável para a resolução dos problemas materiais e espirituais que tais necessidades comportam e constituem, no seu conjunto, afinal, o próprio processo evolutivo da vida da Nação.

À medida que o progresso humano vai diferenciando, cada vez mais complexamente, as funções do indivíduo-cidadão, as disciplinas sociais aparecem inevitàvelmente mais numerosas e severas, e esta circunstância impõe a satisfação rápida das necessidades da Grei, de modo a poder ajustá-la à evolução, também cada vez mais rápida, que a orgânica social do mundo moderno manifesta, no desejo natural de conseguir o bem-estar geral.

Nesta ordem de idéias, e plenamente consciente da missão que lhe compete, a J. P. E. planeou, em 1939, levar a efeito um inquérito-sumário à situação geral das suas freguesias, numa primeira tentativa de estudo, visando apenas a obter algumas informações concretas, dentre as mais essenciais.

Circunstâncias de diversa ordem não permitiram que êste primeiro inquérito se estendesse à totalidade das freguesias da Província da Estremadura, e, em conseqüência, no decurso do ano de 1940, foi resolvido renovar essa tentativa, de uma forma mais completa, com a remessa, a todas as Juntas de Freguesia, de um novo questionário, suficientemente desenvolvido, mas fácil de satisfazer, e comportando os elementos essenciais, cujo conhecimento mais importava obter.

Este novo questionário enviado foi dividido em cinco partes, a saber: — 1) Elementos demo-geográficos; 2) Elementos religiosos e culturais; 3) Elementos administrativos, sociais e políticos; 4) Elementos económicos; 5) Elementos gerais (aspirações e melhoramentos da freguesia).

Não ignorava, porém, a J. P. E., ao levar a efeito esta tentativa, que ela sòmente poderia constituir um primeiro passo a dar em semelhante senda, certo como é que, mormente no nosso País, e dado o seu nível cultural actual, de muito maior volume e alcance seriam os resultados colhidos, uma vez efectuado *in loco* o inquérito em questão, por meio de agentes e técnicos especializados. Assim planeada, todavia, uma tal tarefa, saïria já nìtidamente para além da missão da J. P. E., necessitando por demais a criação de órgãos técnicos especiais, ainda existentes, e dispondo de indispensáveis meios materiais de acção.

À falta imediata de tais organismos, e relegando aliás apenas para mais tarde a realização de visitas de estudo às freguesias, e conseqüente exame *sur place* da situação geral e aspirações das mesmas, pensou-se e esperou-se que alguma coisa de interessante se poderia, sem dúvida, obter, como primeiro resultado de semelhante tentativa, com o questionário pormenorizado e enviado, desde que se facilitassem as respostas ao mesmo, para tanto prèviamente se contando ao menos com a boa vontade dos componentes das Juntas de Freguesia.

Não foi, de modo algum, vã, tal esperança, visto como do resultado global do inquérito — comportando 115 respostas, dentre as 201 freguesias rurais que compõem a província da Estremadura — ficou iniludìvelmente bem manifestada, pelo teor das referidas respostas, essa desejada boa vontade — além de uma clara compreensão dos fins em vista.

Assim, animadoramente encorajada na sua iniciativa, a J. P. E. poderá oportunamente completar esta primeira colheita de resultados, com os estudos locais que, dentro da sua missão, a sua orgânica e os seus meios de acção lhe permitem e condicionam.

E finalizando estas breves considerações de apresentação do seu trabalho, antes da entrada em matéria, muito apraz à J. P. E. registar neste lugar o seu profundo agradecimento a todas as Juntas de Freguesia que cooperaram patriòticamente na sua iniciativa, fornecendo-lhe com desinterêsse e sinceridade as informações pedidas — material de muito valor, representando um esfôrço já notável e, sob todos os aspectos, meritório.

II — Situação demográfica

A província da Estremadura, tal como a delimita na hora actual a organização administrativa da Nação portuguesa, corresponde muito aproximadamente a uma região de *facies* geográfico característico e abrange uma área de, em números redondos, 5.400 qm.2 (incluindo a superfície ocupada pela capital, 87 qm.2).

Compõe administrativamente a Estremadura portuguesa três fracções importantes dos distritos de Lisboa, Leiria e Setúbal, comportando 11 concelhos de 1.ª, 8 de 2.ª, 9 de 3.ª; ou seja um total de 28 concelhos, a saber:

Distrito de Lisboa — Concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Cascais, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço e Tôrres Vedras.

Distrito de Leiria — Concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Raínha, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Peniche e Pôrto de Moz.

Distrito de Setúbal — Concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Setúbal e Sezimbra.

Por sua vez, êstes 28 concelhos são formados por 201 freguesias, as quais se adicionam outras 43, de Lisboa, constituídas pelos 4 bairros da capital. Ao todo, portanto, compõem a província da Estremadura 224 freguesias.

Consoante os algarismos fornecidos pelo censo da população de 1930, as 211 freguesias rurais da província da Estremadura, representavam um agregado de 145.915 «famílias» ou 586.467 indivíduos. A cidade de Lisboa, sòmente, com as suas 43 freguesias urbanas constituirá um outro agregado de 152.952 «famílias», ou 591.939 indivíduos (população de residência habitual). No total, a província da Estremadura comportava, nesta época, por conseguinte, 298.867 «famílias», ou um milhão cento e setenta e oito mil quatrocentos e seis indivíduos.

Estes algarismos correspondiam, para a parte rural da província (com a superfície de 5.310 qm.2), a uma densidade média de 114,4 habitantes por qm.2 (1); e para a capital, abarcando uma área de cêrca de 90 qm.2, a uma densidade média de 6.577,1 habitantes por qm.2 (2).

Se admitirmos, como possível e provável para o decénio de 1930-1940, um acréscimo natural de população de 12 %, teremos, para a parte rural da província da Estremadura, um aumento de 70.376 indivíduos, o que levará a elevar a população total de residência habitual a 656.843 habitantes.

---

(1) A densidade média, para o conjunto populacional da província (isto é, incluindo nela a área da população da capital), seria de 218,2 habitantes por km². Mas êste número nada significa na realidade, pois que se sabe que nada menos de metade da população total da província se encontra confinada na área de Lisboa, em cêrca de 90 km², ao passo que a restante metade está dessiminada numa superfície de 5.310 km², quási, portanto, 60 vezes superior à primeira.

(2) Na realidade, a densidade média da população, na capital, deve ser superior ao duplo dêste algarismo, porquanto a área efectivamente urbanizada em Lisboa, não excede da superfície total indicada.

POPULAÇÃO DA ESTREMADURA

População de residência habitual em 1930

CONCELHOS	Famílias	População
Distrito de Lisboa:		
Alenquer	7.596	30.015
Arruda dos Vinhos	1.744	7.670
Cadaval	3.616	14.728
Cascais	6.557	22.932
Loures	7.229	29.101
Lourinhã	4 054	29.750
Oeiras	8.019	29.440
Sintra	9.175	37.986
Sobral do Monte Agraço	1.986	6.845
Tôrres Vedras	11.142	47.717
Totais	68.628	273.917
Distrito de Leiria:		
Alcobaça	9.512	38.462
Bombarral	3.014	12.669
Caldas da Rainha	7.575	29.207
Marinha Grande	3.200	11.888
Nazaré	2.870	10.406
Obidos	2.564	9.877
Peniche	3.837	16.019
Porto de Mós	4.242	16.296
Totais	36.814	144.824
Distrito de Setúbal:		
Alcochete	1.869	6.566
Almada	6.512	23.694
Barreiro	4.828	21.030
Moita	1.970	9.486
Montijo	4.728	14.832
Palmela	4.061	18.692
Seixal	2.509	10.088
Setúbal	11.058	50.456
Sezimbra	2.938	13.276
Totais	40.473	168.210
Lisboa (Capital) (4 bairros)	152.952	591.939
Totais gerais	298.867	1.178.406

Sendo assim, a densidade média da parte rural seria elevada para 123,6 indivíduos por qm.2

Quando à capital, a taxa de acréscimo 12 %, doze por cento, para o decénio de 1930-1940, talvez tenha sido excedida; mas admitindo-a como possível, senão como provável, Lisboa teria então, na hora presente (como população de residência habitual), não menos de 622.972 habitantes — algarismo êste que talvez não esteja muito longe da verdade, ainda que a muitos se afigure, por motivos de diversas ordens, inferior à realidade. Com semelhante cifra, a densidade média aparente da população da capital subiria para 7.366,3 por qm.2, ou seja na realidade mais do dôbro dêste algarismo (vide nota 2 da página 3).

Se considerarmos agora, ainda consoante os dados publicados do censo de 1930, o agrupamento da população, na parte rural da província da Estremadura, vemos que os cinco concelhos mais povoados são, por ordem decrescente, os seguintes:

Setúbal	50.456	habitantes
Tôrres Vedras	47.917	»
Alcobaça	38.462	»
Sintra	37.986	»
Alenquer	30.015	»

III — Situação material

1 — Comunicações

Se examinarmos com alguma atenção uma carta suficientemente pormenorizada da província de Estremadura, conclue-se, logo após o primeiro golpe de vista, que a rêde geral de vias de comunicação principais (estradas nacionais e municipais e caminhos de ferro), particularmente na região do norte do Tejo, é uma das mais densas do País — senão mesmo a mais densa.

Importa, portanto, desde logo verificar que a província da Estremadura se encontra já hoje bem servida de «traçados», no tocante a vias de comunicação principais (estradas e caminhos de ferro), o mesmo se podendo dizer já também da rêde telegráfica e telefónica — esta última tendo sido estendida, nos últimos anos, a numerosas localidades e zonas que dêsse meio de comunicação ainda não gozavam.

O vasto estuário do Tejo, que divide em duas partes a província de Estremadura, constitue, de per si só, igualmente uma artéria de primeira categoria, no tocante às comunicações entre as duas margens do rio, e ao longo delas.

Há, porém, que estudar detidamente a utilização geral, actualmente feita, dessa vasta e já densa rêde existente de vias de comunicação, nas suas diversas fórmas (camionagem, exploração das linhas férreas, carreiras fluviais e serviços dos correios, telégrafos e telefones); e do mesmo modo teremos de examinar a completagem da mesma rêde, em tôdas as zonas, ou serviços, que se torna necessário acrescentar ou melhorar, e nos seus diferentes aspectos de utilização, completagem esta que já hoje se impõe, e necessita ser acelerada, dadas as exigências determinadas pelo crescimento rápido e progresso material das povoações interessadas — numerosas, na província da Estremadura.

Vamos, pois, tentar resumir, separadamente, em relação a cada um dos sistemas, modos de comunicação e serviços inerentes aos mesmos, a situação actual, na província de Estremadura — à luz dos informes colhidos no inquérito realizado pela J. P. E., completados pelos estudos e esclarecimentos respeitantes, a que procedemos, junto das estações oficiais competentes e dos diversos organismos (públicos e particulares) a cargo dos quais se encontram os referidos serviços.

a) Estradas

Presentemente, pode dizer-se que, na província de Estremadura, a rêde de estradas nacionais de 1.ª e 2.ª classe, na parte que a serve, se encontra, de um modo geral, em perfeito estado, certo como é que algumas delas, mesmo, constituem já hoje, como artérias de 1.ª ordem do País, que são, magníficas vias de comunicação, desempenhando até um papel turístico de relêvo, nesta região, como sejam, por exemplo, a estrada n.º 10-1.ª (Lisboa-Pôrto, passando por Tôrres Vedras e Caldas da Raínha), a n.º 12-1.ª (Lisboa-Pôrto, passando por Vila Franca, Santarém, etc.); a n.º 77-2.ª (Lisboa-Sintra) e outras.

A par destas artérias de 1.ª ordem, quási todas comportando revestimento betuminoso, na sua extensão total, duas outras novas e magníficas vias de 1.ª categoria se encontram hoje, na Estremadura portuguesa, já em via de conclusão, uma e outra em adiantado estado de construção: a Avenida Marginal Lisboa-Cascais e Auto-Estrada Lisboa-Cascais, destinadas ambas a desempenhar um papel de primeira importância no desenvolvimento da «Riviera» nacional e região limítrofe, constituindo a zona natural de expansão urbana da capital.

Os antigos traçados e até os perfis transversais-tipos destas vias de comunicação de 1.ª ordem (estradas nacionais de 1.ª e 2.ª), foram, em muitos pontos e casos, modificados e melhorados, de forma racional; e se algumas imperfeições êles ainda hoje comportam, isso resulta das circunstâncias que o tráfego moderno impõe — como, por exemplo, o problema das passagens de nível — as quais, portanto, só pouco a pouco podem ir recebendo soluções definitivas e apropriadas, muitas vezes, embora, de elevado custo.

Citemos, todavia, no tocante às estradas desta categoria, e adentro da província de Estremadura (ou servindo-a, em parte), as que se encontram assinaladas, para próxima beneficiação, em vista do seu mau estado actual, e que são:

— a *n.º 68-2.ª* (trôço entre Cadafais e Carnoia) (Concelho de Alenquer);

— a *n.º 74-2.ª* (trôço entre Vila Franca de Xira e Sobral do Monte Agraço (Concelhos de Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos e Sobral do Monte Agraço);

— a *n.º 69-2.ª (ramal)* (trôço de S. Bartolomeu dos Galegos à Roliça) (Concelhos da Lourinhã e Bombarral);

— a *n.º 69-2.ª (ramal)* (trôço próximo de Reguengo Grande ao Bombarral) (Concelhos da Lourinhã e Bombarral);

— a *n.º 64-2.ª* (trôço entre Benedita e Évora de Alcobaça) (Concelho de Alcobaça);

— a *n.º 64-2.ª (ramal)* (trôço entre Coto e Salis de Matos) (Concelho das Caldas da Raínha);

— a *n.º 65-2.ª* (troços entre Mendiga e Serro Ventoso e entre Pôrto de Moz e Batalha) (Concelhos de Pôrto de Moz e Batalha);

— a *n.º 13-1.ª (ramal)* (trôço, na extensão aproximada de 10 quilóms., a partir do cruzamento com a n.º 13-1.ª e em direcção a Marateca) (Concelhos de Montijo, Alcochete e Palmela);

— a *n.º 18-1.ª* (trôço na extensão aproximada de 5 quilóms., a cêrca de meia distância entre a Senhora da Atalaia e Pègões) (Concelho de Palmela).

Se é certo, como acabámos de ver que, na província de Estremadura, a rêde geral de *estradas nacionais* se encontra já hoje pràticamente completa, e em bom estado, salvo os pequenos tròços citados, ou outros de menor importância (e aliás beneficiando normalmente dos trabalhos gerais e constantes de conservação, realizados pelo Estado), já o mesmo se não poderá, infelizmente, dizer da rêde de estradas e caminhos municipais, servindo de principal comunicação entre numerosas pequenas povoações de cada concelho, ou até, subsidiàriamente, entre concelhos vizinhos.

A insuficiência de recursos das Câmaras municipais é a razão principal — senão talvez única — do mau estado da maior parte das estradas e caminhos municipais a seu cargo, o que, aliás, é, por assim dizer, geral, em todo o País, exceptuados, evidentemente, aquêles concelhos onde, a-par de maiores recursos, há organismos técnicos tendo por incumbência velar pela conservação das vias de comunicação respectivas.

A acção da «Repartição dos Melhoramentos Rurais» tem-se exercido, neste campo da construção e reparação de estradas e caminhos municipais, de uma forma que é justo apontar como notável, e a ela se deve o estudo e a execução de um sem número de pequenas obras de grande interêsse local, em tal capítulo. Por outro lado, o Estado tem permitido, com o auxílio financeiro, dado em regime de comparticipação, por intermédio do «Comissariado do Desemprêgo», a realização de inúmeros, pequenos, e até grandes trabalhos dêste género, que a insuficiência dos recursos locais não comportava e não deixava, pois, levar a cabo.

Assim classificadas, temos, portanto, que, das 115 respostas recebidas,

48, acusam comunicações *boas;*
14, » » *regulares;*
53, » » *más.*

115

As percentagens respectivas são, por conseqüência:

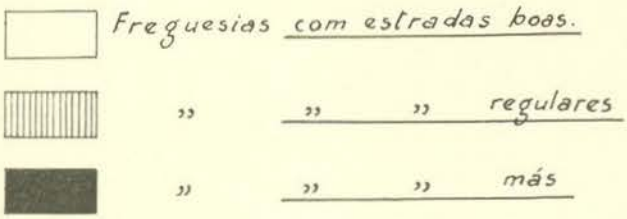
Com comunicações *boas* — 41,7 %
» » *regulares* — 12,2 %
» » *más* — 46,1 %

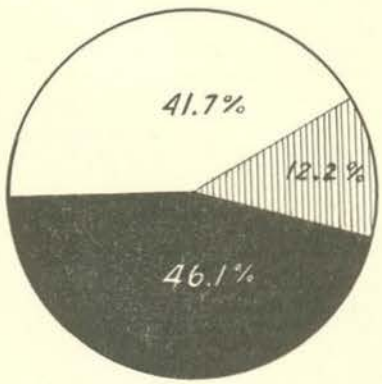
100,0 %

b) **Caminhos de ferro**

A província da Estremadura é servida com cêrca de 312 quilóms. de *via larga,* (dos quais 66 quilóms. em *via dupla),* da rêde ferroviária do País, aos quais se juntam, em *via estreita,* os do pequeno caminho de ferro mineiro do Lena de Martingança à Batalha, (22 quilóms.), e a linha eléctrica de Sintra às Azenhas do Mar (14 quilóms.).

Dada a superfície da província, de 5.400 qm.2, (números redondos), êstes algarismos representam, no tocante à *via larga* uma *densidade média* de 5,600 por 100 qm.2





Esta dupla acção, técnica e financeira, apesar de persistente, parece todavia não corresponder ainda às exigências do problema, já pelo volume da obra que havia a efectuar, já ainda porque, com o aumento da população, e, conseqüentemente, do ritmo das comunicações, determinando novas necessidades, a conservação das estradas e caminhos, de tempo a tempo embora reparados, não é feita com aquela constância que se torna indispensável para corresponder a essas necessidades. Além disto, a conservação de tais obras, nos tempos modernos, exige novos e persistentes métodos e cuidados, devido também à evolução dos sistemas de tracção, dada a lenta mas constante substituïção dos veículos de tracção animal pelos de tracção mecânica, os quais mal se adaptam até aos velhos processos de pavimentação, ainda em uso quási geral nas vias secundárias do Estado e municipais.

Há, portanto, que enfrentar êste importante problema nacional, encarando uma solução de conjunto, de modo não sòmente a permitir a realização gradual, mas rápida, do vasto e dispendioso plano de obras que êle comporta, mas ainda, (o que não é menos importante), a manter em satisfatório estado de conservação essa rêde secundária de vias de comunicação que desempenha, na economia das autarquias locais, primacial papel, e, conseqüentemente também, afinal, na economia nacional.

Sem a resolução dêste magno assunto, não se extinguirão jamais os queixumes da população provincial, que um pouco de tôda a parte chegam, e que não é possível atender na medida do necessário.

No tocante à província da Estremadura, é forçoso, todavia, reconhecer que o estado das vias municipais, não é, nesta região do País, dos piores, embora bastante deixe, ainda, a desejar.

É esta pelo menos a conclusão justa a que se chega, com os elementos colhidos no inquérito efectuado pela J. P. E. e que controlámos por todos os meios ao nosso alcance.

Para melhor definirmos esta situação, agrupámos os elementos colhidos, dividindo em três grupos as freguesias da província da Estremadura que responderam ao inquérito, a saber:

1.º Freguesias que têm a sua rêde de comunicações principais em *bom ou satisfatório estado;*

2.º Freguesias que têm a sua rêde de comunicações em *estado regular,* ou comportando, ao menos, uma *boa,* com a sede da mesma;

3.º Freguesias que têm a sua rêde de vias de comunicação em *mau estado,* ou, em parte, em *estado regular,* mas com faltas numerosas de ligações com as principais povoações.

Ao *norte do Tejo,* a província é servida:

Pela Linha do Norte (até a Póvoa de Santa Iria);

Pela Linha de Oeste (até próximo de Leiria) e seu ramal de Sintra;

Pela Linha de Cascais (electrificada).

Ao *sul do Tejo,* temos:

A Linha do Sul (do Barreiro até próximo de Vendas Novas), com os seus ramais de Setúbal, Montijo e Seixal;

A Linha do Vale do Sado (de Setúbal até ao outeiro de Palma).

Dentro dêste esquema, pode dizer-se que a linha férrea de Oeste é a mais importante de todas as que servem a província da Estremadura, devendo constituir como que a «espinha dorsal» da rêde de comunicações, nesta região portuguêsa, já pelo seu desenvolvimento, de cêrca de 162 quilóms. (de Lisboa até próximo de Leiria), já ainda por atravessar a região de mais densa população (1) e maior desenvolvimento económico da província, incluindo uma parte importante da zona natural de expansão urbana da própria capital.

Infelizmente, e não obstante estas circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento do tráfego, a exploração desta importante artéria ferroviária deixa muito a desejar — como aliás sucede em quási todas as outras, no nosso País — encontrando-se ao presente grandemente prejudicada pela concorrência da camionagem.

Se é certo, porém, que tal concorrência, dado o desenvolvimento da indústria da camionagem — que no nosso País coincidiu com a reparação e melhoramento geral da rêde de estradas — constitui um factor muito importante, de entre os vários determinantes da crise da indústria ferroviária, verificada um pouco por tôda a parte, não é menos certo, quanto ao que se passa em Portugal, que os métodos técnicos de exploração das linhas de caminho de ferro não evoluíram em termos de poderem acompanhar o crescimento rápido da população e das novas necessidades criadas pelo progresso económico e aumento de bem estar geral. Pode dizer-se, sem exagêro, que tal exploração, excepção feita da linha de Cascais e à parte as comunicações entre Lisboa e Pôrto, é efectuada, ainda hoje, na maioria das restantes linhas, quási como há 50 anos — os pequenos progressos e melhorias introduzidos no material e tracção mal podendo ser apreciados pelo público, em face e em comparação das enormes vantagens que já hoje lhes oferece a ca-

(1) Ao norte do Tejo, incluindo Lisboa, *1.010.196 habitantes,* segundo o censo de 1930; em 1940, provàvelmente, cêrca de *1.150.000.*

mionagem, quer em comodidade de horários e número de viagens, quer mesmo em confôrto e celeridade.

As características técnicas das nossas linhas férreas, quási todas comportando, no todo ou em parte, perfis longitudinais acidentados, além de traçados de sujeições antiquados, são, sem dúvida, obstáculos sérios que se têm opôsto à melhoria das condições da sua exploração; mas nem assim mesmo deixa de ser digno de considerar o contraste com o que se passa em muitos países estrangeiros, em tal matéria, dado o incessante esfôrço revelado no domínio dêsses e doutros obstáculos e dificuldades, existentes um pouco por tôda a parte, e contrariando a expansão e desenvolvimento da indústria ferroviária.

Assim, por exemplo, dentro dêste capítulo, é interessante constatar que a exploração dos caminhos de ferro por auto-motoras, tendo sido pela primeira vez focada oficialmente em Portugal, em 1934, com a nomeação de uma comissão de técnicos encarregada de estudar o assunto, a referida comissão se deslocou até ao estrangeiro, percorrendo vários países da Europa, concluindo, expressamente, em resultado do seu estudo, e conforme o relatório apresentado a sua ex.ª o Ministro das Obras Públicas, e subscrito pelo eng.º Rogério V. Ramalho, que: «... *a auto-motora entrou no domínio da prática corrente na maioria dos países visitados*», acrescentando ainda que «*todos os engenheiros consultados são de opinião que êste sistema representa, para o serviço de passageiros, uma vantagem real sôbre a exploração a vapor*».

Posteriormente, em 1935, a Comissão Permanente da Associação Internacional do Congresso de Caminhos de Ferro estudou o assunto, e os delegados portugueses que tomaram parte na realização dêsse estudo, no seu relatório também apresentado ao ex.mo Ministro das Obras Públicas, concluíram que «*as auto-motoras têm imediata aplicação nas linhas férreas do nosso País, na resolução dos dois problemas característicos de exploração: 1) o problema das linhas de fraco movimento, realizando uma economia na despesa que pode ir de 50 a 75 %; 2) o problema das linhas fortemente batidas pela camionagem, onde, aumentando o número de circulações, se pode recuperar o tráfego de passageiros perdido, sem aumento de despesa*».

«*Num e noutro dos casos apontados — acrescentava-se — podemos obter velocidades comerciais mais elevadas, que, em muitos casos, poderão ir a cêrca do dôbro do que actualmente se está fazendo, nos nossos caminhos de ferro.*»

Não obstante tão peremptórias afirmações de técnicos oficiais categorizados, há que constatar que o emprêgo das auto-motoras não foi, até hoje, sequer ensaiado — àparte a linha de Cascais, especialmente electrificada — em qualquer artéria da rêde ferroviária do nosso País. Todavia, no tocante à parte desta rêde, servindo a província de Estremadura, e particularmente aos troços — como a parte principal da linha de Oeste e seu ramal de Sintra — interessando a regiões que são das de maior densidade de população, no País, seria de prever êxito completo, e remunerador, na adopção dêste novo sistema de exploração ferroviária, já hoje consagrado.

Seja, porém, por meio da utilização dêste novo método, seja por meio de outro, e quer pela execução de antigos projectos, já debuxados, quer pela de outros, ainda a planear, é fóra de dúvida que a exploração das linhas férreas, da rêde da C. P., na zona que interessa à província de Estremadura, em especial no que respeita à linha de Oeste e ramal de Sintra, insistimos, carece grande e urgentemente de ser melhorada e modernizada, para benefício desta produtiva e populosa região portuguêsa.

O desenvolvimento rápido da camionagem, em todo o País, e portanto também na região estremenha, não é, nem pode ser, um obstáculo à realização dos melhoramentos desejados, pois que a função ferroviária, a despeito da concorrência dos outros meios de transporte, mantem-se afinal integralmente por tôda a parte, conforme se verifica, sendo indispensável tão sòmente que essa indústria evolua e acompanhe as necessidades reais da população que serve, e elas se adaptando progressivamente.

c) Carreiras de barcos

O rio Tejo constitui uma das grandes vias fluviais da Península Ibérica, e, através de tempos imemoriais, tem desempenhado o papel de grande estrada líquida e caminho natural de penetração — não, todavia, tão aproveitado quanto seria para desejar.

Circunstâncias de ordem geo-hidrográfica, de complexa explicação, têm obstado, até ao presente, ao desenvolvimento, normal, progressivo, e adaptado à técnica moderna, das comunicações por meio do nosso grande rio peninsular, as quais ainda hoje são feitas, na maioria dos casos, como desde há centenas de anos: com barcos à vela, de maiores ou menores dimensões, mas sempre de pequeno calado.

No que interessa especialmente à província da Estremadura, há que encarar em particular as comunicações entre as duas margens do rio, em face de Lisboa, ligando a capital aos concelhos vizinhos da zona sul.

Estas comunicações (no tocante, principalmente, a transporte de passageiros) é hoje na totalidade exploradas por emprêsas particulares, ao abrigo de concessões ou licenças especiais, consistem nas carreiras seguintes (1):

Lisboa (Terreiro do Paço — Est. Sul e Sueste) — Alcochete
» (Cais da Ribeira Nova) — Montijo
» (Terreiro do Paço — Est. Sul e Sueste) — Barreiro
» (Cais da Ribeira Nova) — Seixal
» (Terreiro do Paço, Cais das Colunas e Cais do Sodré) — Cacilhas
» (Cais de Belém) — Pôrto Brandão
» (» » ») — Trafaria

De entre estas carreiras fluviais, devem justamente destacar-se, como sendo as de mais perfeita exploração, as do Barreiro, a cargo da C. P., e as de Cacilhas, (partindo do Cais do Sodré), efectuadas pela «Parceria dos Vapores Lisbonenses», ainda que estas mesmas, sob alguns aspectos, deixam a desejar. Seguem-se, em ordem descrescente, de segurança e comodidade para o público, as carreiras do Montijo e Seixal.

Em último lugar, permanecem ainda hoje as carreiras de Alcochete, Cacilhas (partindo do Terreiro do Paço — Cais das Colunas), Pôrto Brandão e Trafaria, efectuadas com inseguros, pequenos e desconfortáveis barcos, e com horários que tantas vezes não são observados, por exclusiva conveniência das emprêsas.

É conseqüentemente de aconselhar, para ir ao encontro das reclamações bem expressas e freqüentes dos numerosos habitantes da margem sul do Tejo, e com o objectivo final da melhoria de comunicações — base essencial do desenvolvimento e progresso material dessa extensa e rica zona estremenha — o agrupamento e classificação dêstes serviços, para o efeito de outorga das respectivas concessões às emprêsas que, em concurso público, melhores garantias oferecessem de uma exploração a um tempo segura, regular e confortável.

Com êste agrupamento se evitaria a confusão de serviços e a execução temporária de carreiras, sòmente durante a época balnear, feita pelas emprêsas mais poderosas em detrimento das menos importantes, dando lugar a que, durante o resto do ano, estas últimas não possam obter a compensação e remuneração condigna para os seus serviços, prestados com carácter permanente. Dêste modo, também a dispersão da fiscalização dos serviços, das diferentes carreiras exploradas, deixaria de ter lugar, com economia para o Estado e benefício para o público, visto assim a fiscalização se poder efectuar de maneira incomparàvelmente profícua.

No que respeita ao transporte de mercadorias, seja entre as duas margens do Tejo, seja ao longo do rio, há igualmente que providenciar, no sentido de promover o seu desenvolvimento.

Àparte o serviço prestado, neste capítulo, (e no que respeita às relações entre as duas margens, ùnicamente), pela C. P. e pela «Parceria de Vapores Lisbonense», respectivamente, nas carreiras entre Lisboa e Barreiro e entre Lisboa e Cacilhas, os restantes transportes de mercadorias são efectuados, no geral, como desde tempos remotos, em barcos à vela, e em viagens de ocasião. Há, é certo, algumas emprêsas particulares, quási todas de pequena importância que se dedicam aos transportes fluviais, mas os seus serviços carecem de aperfeiçoamento material, de coordenação e de estímulo, para que possam contribuir, na medida do necessário, para o melhor aproveitamento dessa grande estrada líquida que é o rio Tejo, e conseqüentemente para a economia da região estremenha, e da Nação, em geral.

d) Camionagem

A província da Estremadura encontra-se já hoje bem servida por uma extensa rêde de 152 carreiras de camionagem, totalizando, aproximadamente, *1.700 quilóms.* de estradas nacionais de 1.ª e 2.ª classes e municipais, utilizadas pelas mesmas, no todo ou em parte, dentro dos seus limites administrativos. Tal extensão representa, em relação à área total da província (cêrca de 5.400 qm.²), uma forte *densidade média* de 31,400 quilóms. por 100 qm.² (1).

As principais carreiras de transporte de passageiros e mercadorias, algumas de longo curso, utilizam, particularmente, na zona do norte do Tejo, as estradas Lisboa-Pôrto (por Loures, Tôrres Vedras, Bombarral, Caldas da Rainha, Alcobaça, Leiria, etc., n.º 10-1.ª; e por Vila Franca de Xira, Santarém, etc., n.º 12-1.ª), e a de Lisboa-Sintra (n.º 77-2.ª); e, ao sul do Tejo, a estrada do Alentejo e Algarve (por Almada, Azeitão, Setúbal, etc., n.º 19-1.ª). Mas, além destas, encontram-se em permanente funcionamento, nos termos das concessões efectuadas, numerosas carreiras, que aproveitam outras estradas e vias públicas importantes, auxiliando os transportes realizados pelas principais citadas, ou constituindo ramificações e ligações transversais, servindo muitas povoações secundárias, algumas até distantes das vias férreas, e, portanto, dêste modo gozando de comunicações freqüentes e rápidas, seja com as principais povoações próximas, seja mesmo com a capital.

O desenvolvimento da indústria da camionagem, em Portugal, como é do conhecimento de todos, acompanhou de par e perto a grandiosa obra da reconstrução e reparação da rêde geral das estradas do País, empreendida pelo Estado Novo, na qual se dispendeu de 1926 a 1940 (em 14 anos), *muitos milhares de contos*.

Sem semelhante obra, nem mesmo tal indústria poderia nascer, certo como é que, até 1926, as pequenas e raras carreiras existentes só à custa de muita persistência e sacrifício se manti-

(1) Além destas carreiras, de serviço permanente, outras se estabelecem de Lisboa (Terreiro do Paço e Cais de Sodré) à Trafaria e Cova do Vapor, durante a época balnear (de Junho a Setembro, normalmente).

(1) Ou seja, cêrca de *seis vezes* superior à *densidade média de linhas férreas*

nham, dado o elevado custo dos transportes e dificuldades sem número e de tôda a ordem, motivadas pelo vergonhoso estado a que tinham chegado quási todas as estradas do País, inclusivé as principais.

No que respeita à província da Estremadura, e não obstante a proximidade da capital (e as maiores facilidades por tal facto determinadas), as comunicações por estrada com todas ou quási todas as povoações não situadas ao longo da estreita faixa servida pelas linhas férreas, seja ao norte, seja ao sul do Tejo, eram cada vez mais difíceis e precárias, algumas vezes, mesmo, durante parte do inverno, impossíveis, para todo o género de veículos.

Em poucos anos, a brilhantíssima obra levada a cabo pela «Junta Autónoma de Estradas», criada pelo distintíssimo eng.º Júlio de Carvalho Teixeira, transformou radicalmente a situação, porquanto há já hoje no nosso País cêrca de 800 carreiras regulares de camionagem (1) (para mercadorias e passageiros), utilizando 11.600 quilóms., tendo transportado, no total, em 1939, não menos de 21.591.000 pessoas, com um óptimo coeficiente de utilização, pois que, sendo o número global de *passageiros-quilómetros transportáveis* de *584.509.060*, o número de *passageiros-quilómetros transportados* se elevou a *390.549.449*.

Com a melhoria rápida do estado geral da rêde de estradas, o número de automóveis existentes começou, por outro lado, evidentemente, a aumentar, em crescendo acelerado e constante, e há já hoje circulando, em Portugal, não menos de 66.000 veículos (automóveis e motociclos) (2); e, dêste modo, as receitas arrecadadas pelo Estado por motivo da circulação, nas vias de comunicação terrestre ordinárias, subiram já, no ano de 1939, a muito perto de 120.000 contos.

O desenvolvimento da camionagem, em Portugal, quer em serviços públicos, quer em particulares, apresenta, todavia, uma sombra negra, no quadro da economia nacional, qual é a do aumento muito considerável da importação de gasolina, óleos lubrificantes e outros artigos (3), na sua maior parte, não produzidos no nosso País, indispensáveis à circulação e conservação dos veículos.

Pensamos que êste inconveniente, sem dúvida grave, póde contudo ser em grande parte minorado, no tocante, em especial, à gasolina, pela substituição, ao menos parcial, dêste combustível por outros caracterizadamente nacionais, como, por exemplo, a lenha, o carvão de madeira e até o alcool vínico.

A utilização dêstes combustíveis em gasogénios apropriados, a que a economia de guerra de certos países (em França, especialmente) obrigou, devido à impossibilidade de renovação dos *stocks* de combustíveis de importação, está hoje sendo feita em larga escala, com resultados não apenas satisfatórios, mas até brilhantes.

Em algumas cidades importantes, e até capitais (como Roma, por exemplo), já antes da guerra, em cumprimento das disposições oficialmente decretadas (4), o uso de combustíveis nacionais começava a generalizar-se, e já hoje se fazem, na capital italiana, todos os transportes urbanos, em sistema «auto-omnibus», empregando-se como combustíveis, o gás pobre de lenha ou de carvão vegetal, de tal emprêgo se tendo obtido excelentes resultados.

Em Portugal, não há motivo algum, ou razão de pêso, que obste a que êste salutar exemplo se implante e frutifique, nada mesmo de original se tendo a fazer, neste capítulo, pois que há simplesmente apenas que imitar.

(1) Das quais as citadas 152 servindo a Província da Estremadura, no todo ou em parte.

(2) Os serviços estatísticos da Direcção Geral de Viação acusam, em 1939, no Continente Português e Ilhas Adjacentes, *60.747* automóveis ligeiros e pesados e 5.435 motociclos, ou seja um total 66 182 veículos.

(3) Sòmente de gasolina, em 1939, importaram-se não menos de 73.000 toneladas, representando um valor de cêrca 110.000 contos.

(4) Em Itália, o real decreto n.º 2.234, de 21 de Novembro de 1935, impõe, a *todos* os concessionários de serviços públicos de transportes, a transformação e adaptação de gasogénios, em todos os seus veículos, de modo a que êles pudessem empregar combustíveis nacionais.

e) Correios, Telégrafos e Telefones

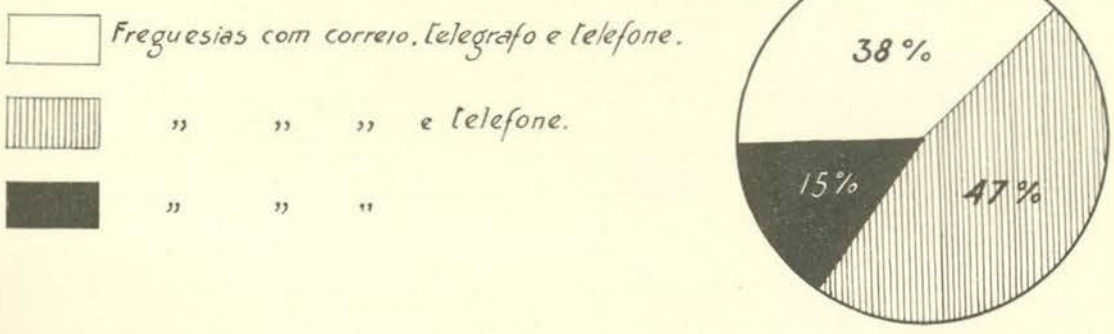
As comunicações postais, telegráficas e telefónicas, na província da Estremadura, se ainda hoje não atingiram o regime de perfectibilidade, que seria de desejar, constituem já presentemente um conjunto de serviços que se póde classificar razoàvelmente como bom. É o primeiro resultado geral que legitimamente se póde deduzir, neste capítulo, das pormenorizadas informações colhidas no inquérito levado a efeito pela J. P. E.

Sem dúvida, no tocante, em especial aos serviços do correio, e parte do telegráfico, há ainda imperfeições e demoras não eliminadas, provenientes, em grande parte dos casos, de deficiências dos serviços ferroviários e das dificuldades de trânsito nas estradas e caminhos municipais, ainda por reparar; mas não se póde contudo deixar de reconhecer que a organização postal cumpre bem, no geral, a sua missão, e pois que, afinal, chegando a tôda a parte, apenas é de desejar a aceleração de alguns dos seus serviços.

Consoante os informes colhidos nas 115 respostas recebidas ao questionário remetido pela J. P. E. a todas as Juntas de Freguesia, podemos agrupar, no tocante a comunicações postais, telegráficas e telefónicas, como segue, as povoações interessadas (1):

Freguesias com serviço de correio, telégrafo e telefone	44
Idem com serviço de correio e telefone	54
Idem sòmente com serviço de correio	17
Total	115

Estes organismos correspondem, em números redondos, às percentagens respectivas de 38 %, 47 % e 15 %.



2 — Higiene pública

(Abastecimento de água potável e esgotos)

É um facto incontroverso que as condições gerais de salubridade e de higiene pública, em Portugal, melhoraram notàvelmente no último decénio (1930-1940) e isso o comprova exuberantemente o último «Anuário Demográfico», publicado pelo «Instituto Nacional de Estatística».

Sòmente, com efeito, com a melhoria geral das condições de higiene, e, portanto, de salubridade — nelas se compreendendo, evidentemente, o melhor *combate à doença*, completando a mais porfiada luta contra as *causas de doença* — é possível também explicar a melhoria lenta e gradual, mas nítida e firme, dos números estatísticos que caracterizam a vida biológica da população portuguêsa, em geral.

A diminuïção global e geral do número de óbitos e das respectivas taxas de mortalidade, por grupos de idades; a forte diminuïção das taxas índices da mortalidade infantil; a evolução das taxas de mortalidade consoante as causas de morte, acusando diminuïção geral e, em particular, nas que respeitam às doenças infecciosas, ou de propagação relacionada com as condições de higiene (2);

(1) Nêste agrupamento não se faz menção de um certo número de freguesias que não têm ainda qualquer estação do correio ou caixa postal próprios, mas às quais, todavia, o correio chega, por intermédio de estações ou postos próximos, ou de outra qualquer maneira, casos êstes cujo número exacto não foi possível apurar, em conseqüência das indicações omissas ou confusas, contidas em algumas respostas ao questionário referente ao nosso inquérito.

(2) De 1930 para 1938, a diminuïção verificada das taxas de mortalidade, consoante as idades, e para ambos os sexos, varia de 5 a 20 %, em números redondos, dos seus valores absolutos (expressos no número de óbitos por 1.000 habitantes); assim, por exemplo, a taxa respectiva, para as idades de 0 a 5 anos, que era, em 1930, de 47,14, caiu, em 1938, para 36,51, o que representa uma diminuïção de 22 %, muito importante. No tocante à *taxa média de mortalidade*, se considerarmos os distritos de Leiria, Lisboa e Setúbal, que interessam mais particularmente à Província da Estremadura, verificamos que

tudo se conjuga, no sentido apontado, e demonstrando à sociedade a melhoria geral das condições higiénicas de vida, no País.

Todavia, não nos devemos orgulhar demasiadamente com semelhantes resultados, porquanto, a despeito da eloqüência dos números estatísticos, que manifestam claramente a existência de uma acção benéfica e contínua — qual é a do progresso material e conseqüente aumento de higiene e de bem-estar, proporcionados pelos numerosos melhoramentos, de diversas ordens, que por todo o País se vêm realizando, desde há anos — ainda assim, êsses números ficam, em muitos casos, bastante aquém do que seria para desejar, sôbretudo se os compararmos com os correspondentes, em grande número de outros países da Europa, América e até de África.

Há que prosseguir sistemática e persistentemente na obra geral iniciada, e, em particular, no que toca às condições de higiene pública, urge continuar melhorando, em todo o País, ao menos, os dois factores basilares, indispensáveis à salubridade dos aglomerados humanos: *o abastecimento de água potável (canalizada)* e o *saneamento urbano*.

Ora, neste campo, e não obstante o que foi já efectuado, muito existe ainda a fazer, em todo o País, e portanto também na província de Estremadura — embora precisamente, nesta última, concorram não poucas condições favoráveis ao pleno desenvolvimento da salubridade e higiene geral.

Há, pois, que, aproveitando estas condições, enfrentar êste magno e basilar problema, efectuando, em primeiro lugar, o estudo técnico das obras (captagem, adução das águas, despejo e tratamento de esgôtos) e, em segundo, o da financiação e administração das mesmas.

É sabido que a máxima parte das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia não possuem nem as organizações técnicas nem os recursos financeiros indispensáveis à execução de obras desta natureza. Por outro lado, mesmo que em tal campo alguma coisa de importante ainda pudesse ser esperada, num ou noutro caso, em que se preveja boa remuneração ao capital empenhado, não é já hoje, pensamos, admissível, perante a moderna organização social, que obras e serviços de tal género, colidindo de perto com a saúde pública, como são, em particular, as distribuïções de água, sejam executados, dirigidos e administrados por entidades particulares, tendo basilarmente que velar, antes de tudo, pelos seus interêsses materiais.

É ao Estado que incumbe, portanto, o estudo e resolução dêste duplo problema técnico e financeiro, de tão grande alcance social.

Pelo que respeita à província da Estremadura, e não obstante o concurso de circunstâncias favoráveis à salubridade pública, que nela se congregam, nem por isso a acuïdade dêste problema deixa de ser bem manifesta.

É a conclusão que legìtimamente se tira dos resultados conseguidos neste campo, pelo inquérito levado a efeito pela J. P. E.

Com efeito, e conforme os dados obtidos, das *115* freguesias rurais que forneceram elementos, apenas *19* (ou 16,5 %) têm água canalizada a domicílio; e apenas *31* (ou 27 %) têm canalizações de esgotos; havendo a notar que em ambos os números se incluem algumas povoações que possuem sòmente, em serviço, parte das respectivas rêdes de distribuïção de água ou de esgôtos.

Se congregarmos os dois elementos sanitários — água potável, canalizada a domicílio e esgôtos — verificamos que, das 115 freguesias citadas, apenas *16*, ou 14 %, os possuem, em conjunto.

Todavia, e ainda consoante os dados fornecidos, a maior parte das freguesias consultadas possui água potável em abundância, algumas mesmo dispondo de abundantes mananciais, que, ainda na hora presente, por deficientemente captados — ou até totalmente desprezados — não são utilizados pràticamente pela população. Também, no tocante aos despejos de esgôtos, não poucas freguesias manifestam possuir topografia favorável ao estabelecimento de rêdes de canalização, e até estações de tratamento elementares — além de outras circunstâncias favoráveis.



3 — Iluminação

É notável o progresso da iluminação pública, nos últimos anos, na província de Estremadura. A proximidade da capital e o desenvolvimento rápido da rêde explorada, pelas «Companhias Reünidas Gás e Electricidade», nos arredores de Lisboa, além da formação de uma nova emprêsa congénere — a «Sociedade de Electrificação Urbana e Rural» — para a margem sul do Tejo e regiões circunvizinhas, explica-o em grande parte suficientemente.

É assim que, na hora actual, das *115* freguesias que forneceram elementos, a êste respeito, há:

— *52* (ou 45 %) que têm iluminação eléctrica;

— *10* (ou 9 %) têm iluminação a petróleo;

— *53* (ou 46 %) não têm iluminação alguma.

A máxima parte das freguesias iluminadas consomem a energia fornecida pelas duas grandes emprêsas distribuïdoras acima citadas; as que não pertencem a êsse número — apenas 11 (?) — produzem a energia em pequenas instalações próprias, na maior parte geridas pelas Câmaras municipais respectivas.

O preço da energia, na Estremadura portuguêsa, é, de um modo geral, caro, e bastante mais elevado que na capital — oscilando, actualmente, em volta de *2$50*, o *kilowatt-hora;* e embora as principais emprêsas produtoras consintam, como se sabe, diminuïções ou descontos, que constam das tarifas especiais, aplicáveis à indústria e ao comércio, em geral, é fóra de dúvida que o preço-base da energia é, nesta região, como quási por tôda a parte, no nosso País, demasiado alto para permitir o franco e rápido desenvolvimento das aplicações e utilizações da electricidade, além da iluminação pública e particular, e, particularmente, portanto, da electrificação rural — a agricultura sendo, justamente, de todas as indústrias, a que menos pode pagar energia a bom preço.

O problema da produção de energia barata, em Portugal, é, porém, não uma questão de ordem local, mas, bem ao contrário, interessando a todo o País, porquanto de há muito se sabe que tal produção, em termos económicos, sòmente é hoje possível com a construção de instalações de muito elevada potência, tais instalações, sobretudo no campo dos aproveitamentos hidro-eléctricos, exigindo estudos prévios e preparatórios muito minuciosos, dada a sua elevadíssima despesa. Sai, portanto, fóra do nosso campo a apreciação dêste magno assunto, mas, no que respeita e interessa, particularmente, à província da Estremadura, e enquanto uma solução de ordem geral não fôr estudada e posta em execução, para servir a todo o País, seja-nos lícito focar uma importante iniciativa criada, ao abrigo da orgânica corporativa do Estado Novo, para conseguir, ao menos a título provisório, o alvejado objectivo do barateamento da energia, nesta região portuguêsa.

Referimo-nos à «Federação Eléctrica dos Municípios de Oeste» cujas bases foram aprovadas em Agosto de 1937, constituindo como que uma sociedade cooperativa de grandes consumidores de fluído eléctrico, e a cuja fundação largamente se referiu o Boletim da J. P. E., no seu número de 1938 (1).

A acção dêste novo organismo será decerto oportunamente integrada no quadro geral, ainda em estudo, do problema hidro-eléc-

ela era, respectivamente, para cada um dêles, em 1926-27, 17,0; 25,63 e 18,4; e, em 1938, 14,0; 16,8; e 14,5; — o que corresponde às percentagens de diminuïção de, em números redondos *17*, 33 e 23 %. As taxas de mortalidade infantil acusam, igualmente, de 1930 para 1938, um forte descrescimento geral, atingindo, em valor absoluto (nas idades de 1 a 2 anos), cêrca de 40 % (46,15 para 26,96, por 1.000 indivíduos). Finalmente, no tocante às taxas de mortalidade para as principais causas de morte, a diminuïção observada, em igual período, é, do mesmo modo geral, com a única excepção da pneumonia, que mostra tendência nítida para aumento — fenómeno êste algo estranho; em compensação, por exemplo, as febres tifóides e a tuberculose respiratória passaram, respectivamente, de 0,19 e 1,75 para 0,16 e 1,28 (por 1.000 habitantes), ou sejam diminuïções de 16 % e 30 %, em valor absoluto.

(1) Vide Boletim da J. P. E. — 1938 — págs. 19 a 21.

trico português e da electrificação geral do País. Todavia, atendendo à situação actual, derivada do conflito internacional, que póde delongar a realização do plano que finalmente foi adoptado, é de esperar que o início da actuação da «F. E. M. O.» seja em breve superiormente autorizado, embora dentro de novas bases, e a título provisório, de forma a não embaraçar quaisquer realizações futuras, de maior ou mais vasto alcance nacional.

IV — Agricultura

A província da Estremadura é, sem dúvida alguma, uma das mais férteis regiões, não sòmente de Portugal, mas também da Península Ibérica.

Congregam-se nela, com efeito, um grande número de factores extremamente favoráveis à produção agrícola, dentre os quais se destacam o clima, de notável suavidade, e a natureza do solo, em extremo variado, dada a diversidade das formações geológicas, que lhe constituem o substratum.

A êstes factores, de ordem fisiográfica, há ainda a acrescentar os da formação histórica e orgânica social da população humana desta região portuguêsa, uma das mais densas do País.

Tal formação permitiu, com parcelamento notável, mas não exagerado da propriedade rústica, o crescimento constante da população, e essa circunstância, combinada com os muitos favoráveis factores climáticos e geo-agrológicos, favorece uma produção agrícola ao mesmo tempo grande e variada, isto a despeito do atraso cultural que na indústria agrária, como em quási todas em geral, se manifesta e que aliás sòmente pode ser debelado com uma lenta actuação, através de gerações sucessivas.

Trigo — O trigo é uma das mais importantes produções da província da Estremadura — ainda que esta não constitua a principal região cerealífera do País. Conforme os elementos colhidos de 83 freguesias, a última produção conhecida (de 1940), seria, nestas, um total, de trigo de várias espécies, de 26.273 toneladas; o que, na mesma proporção e em relação ao total das freguesias, que constituem a província, atingiria um total global de 63.624 toneladas — algarismo êste, sem dúvida, exagerado. Se nos reportarmos, porém, aos últimos cômputos apurados pela «Federação Nacional dos Produtores de Trigo», em relação aos anos de 1938 e 1939, obtemos, respectivamente, os números de

45.358 toneladas
40.214 »

algarismos tão merecedores de confiança.

A sementeira e colheita do trigo é, contudo, extremamente variável, em todo o País, e, por conseguinte, também na província da Estremadura; e, assim, para obtermos uma cifra de maior confiança, convém antes referirmo-nos a uma média tirada de período de certa importância, dentro do qual se tenham observado variações notáveis, senão máximas.

Dêste modo, se tomarmos da estatística agrícola os elementos do quinqüénio de 1926/1930, apuramos que, para a área actualmente abrangida pela província da Estremadura, tal como esta se encontra definida administrativamente, a produção média de trigo é, nêste período, de 25.979 toneladas, para uma superfície cultivada, média de 40.012 hectares, ou, seja, com *um rendimento médio por hectares de 6,5 quintais métricos*.

Este último algarismo é, em valor absoluto, baixo, mas é conveniente notar que êle representa, ainda assim, cêrca de metade da cifra representativa do *rendimento médio geral* da cultura de trigo no nosso País, que ocupa um «pôsto» também bastante baixo, na escala dêstes valores, na Europa, pelo menos (1).

Se quisermos levar mais longe a nossa investigação, neste capítulo, podemos ainda utilizar os elementos de estudo que nos foram obsequiosamente comunicados pelo Instituto Nacional de Estatística, referentes a cultura e produção de trigos, na província da Estremadura, no último decénio 1930/1940. Com os dados desta década, podemos assim determinar a produção média neste período, que se eleva a 44.576 toneladas, correspondente a 10,8 quintais métricos por hectare. Atendendo às variações atrás apontadas, é ainda prudente ficar um pouco abaixo de semelhante avaliação, e, desta forma, fixamos o número redondo de 40.000 toneladas como representativo do contributo médio da província da Estremadura na produção de trigo, em Portugal.

Vinho — O vinho é outra das mais importantes — senão talvez a mais importante — das produções agrícolas da Estremadura portuguêsa. A extensão da cultura vitícola nesta região do sul do País, assim como a variedade notável de tipos de vinhos por ela obtidos, faz que ela constitua, com a sua produção, uma das consideráveis fontes de riqueza, não sòmente da província, como da própria Nação. Vejamos em quanto se pode computar em média, esta produção.

Como se sabe, a viticultura, em uma dada região, nos seus resultados, é grandemente influenciada, de um ano para o outro, não sòmente pelas circunstâncias meteorológicas, mas ainda por outros factores, como, por exemplo, o ataque das plantas por insectos de diversas espécies, e desenvolvido em menor ou maior grau; dêste modo, e a não se possuírem dados estatísticos referentes a um grande número de anos, só aproximadamente é possível determinar cifras médias representativas da produção.

Se nos reportarmos aos resultados do inquérito efectuado pela Junta de Província da Estremadura em 1940, concluímos, desde logo, que os algarismos obtidos são manifestamente exagerados. Com efeito, em 82 freguesias, cujas respostas ao inquérito puderam ser consideradas, a produção é composta de 1.110.605 hectolitros.

Na mesma produção, consoante a proporção, para as 201 freguesias rurais que compõem a Junta de Província da Estremadura, teríamos, assim, uma produção total de *2.277.336* hectolitros, cifra esta que parece, à primeira vista, um tanto exagerada (se a quiséssemos tomar como média, sôbretudo).

Consoante os apuramentos da produção de 1938, 1939 e 1940, realizados pela Junta Nacional dos Vinhos, instituïção que se encontra cientificamente estudada e organizada, merecendo, portanto, os seus trabalhos os maiores louvores e confiança, os dados obtidos para a província da Estremadura foram os seguintes:

Distritos	em 1938	em 1939	em 1940
Leiria . .	580.685 hec.os	438.480 hec.os	458.751 hec.os
Lisboa . .	1.787.448 »	1.458.485 »	1.172.420 »
Setúbal . .	249.062 »	226.869 »	147.325 »
Totais .	2.617.195 »	2.123.834 »	1.778.496 »

A média dêstes três anos — 1938, 1939 e 1940 — seria, portanto, de 2.173.175 hectolitros, que é talvez uma cifra elevada, em vista da produtividade notável dos anos em referência.

Se tirarmos, porém, a média do quinqüénio 1930-1940, apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, teremos como produção anual global, na província da Estremadura, 1.934.288 hectolitros.

Pensamos que esta última cifra é a que deve aproximar-se mais da realidade, como número expressivo, médio, da produção de vinhos, na província da Estremadura (dentro dos seus limites administrativos actuais), ou seja um quantitativo andando à roda de 1.500.000 hectolitros.

Azeite — É relativamente importante a produção de azeite de oliveira, na província da Estremadura — ainda que muito influenciada, de ano para ano. Assim o mostram os dados oficiais mais recentes colhidos, relativos às produções dos anos de 1937, 1938 e 1939, que são os que seguem:

	1937	1938	1939
Distrito de Leiria .	2.711.250 litros	30 litros	2.002.430 litros
Distrito de Lisboa .	1.638.590 »	37.120 »	1.413.340 »
Distrito de Setúbal .	1.193.960 »	21.030 »	873.230 »
Totais . . .	5.543.800 »	58.180 »	4.289.000 »

O ano de 1938 evidencia-se excepcionalmente fraco, nesta produção; ao contrário, os anos de 1937 e 1939 dão produções que se podem considerar muito boas. Dêste modo, a estatística oficial mostra, claramente, que a variação de produção de azeite, nesta região do país, mesmo em curtos períodos, pode ir do simples ao décuplo, aproximadamente.

I

Reportando-nos, porém, aos números apurados pelo Instituto Nacional de Estatística, referentes ao período de 1931/1939 (9 anos) o algarismo médio representativo da produção global de azeite da província da Estremadura, eleva-se a 2.490.940 litros.

Pode, assim, admitir-se, embora como visto um pouco teòricamente, que a referida produção média andará à roda de 2.500.000 litros.

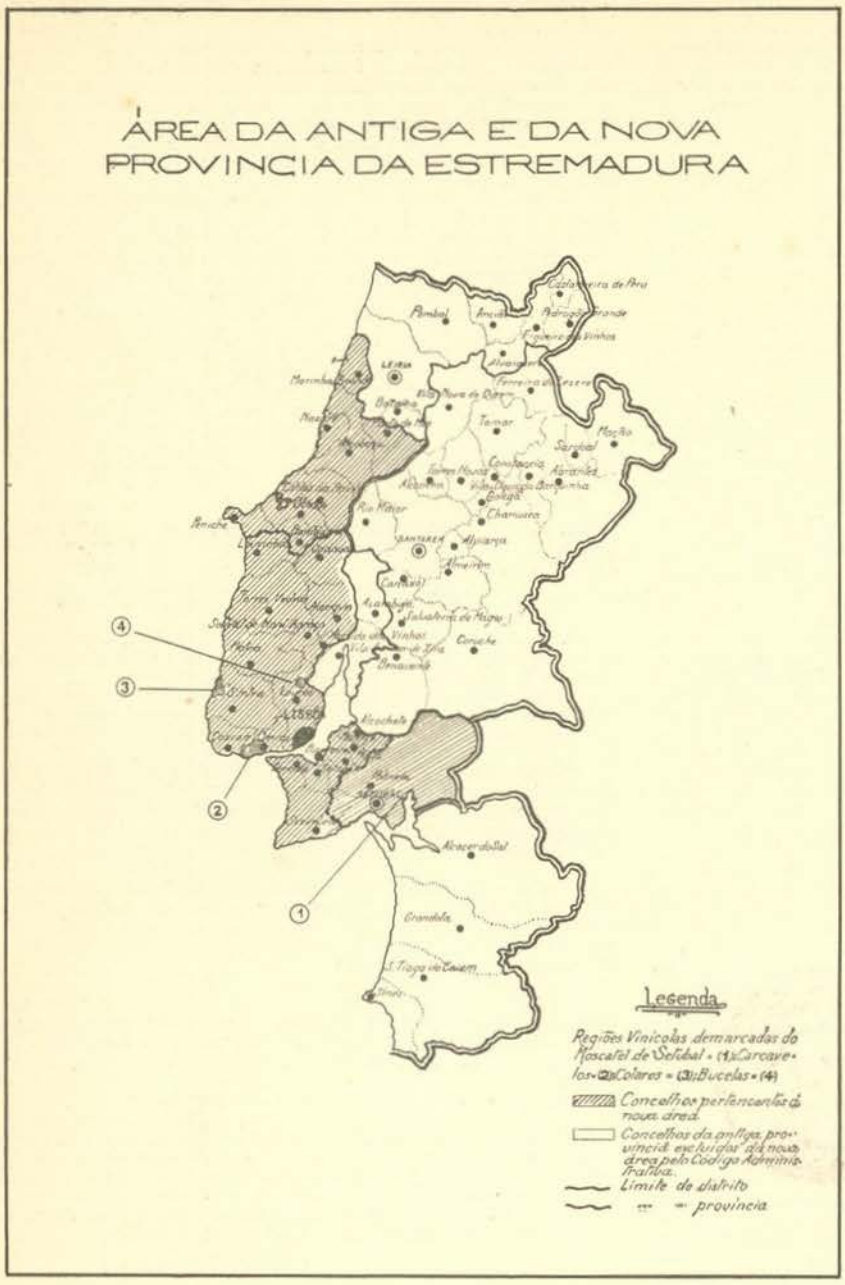
Produtos hortícolas — Incluímos nesta categoria todas as diversas produções agrícolas, obtidas das culturas chamadas de regadio ou predominantemente do regadio, tais como hortaliças, batatas, milho, favas, ervilha, feijão, grão, etc.

É importante semelhante produção, na província da Estremadura. Pelos dados colhidos no inquérito provincial de 1940, a produção anual dêstes géneros, em ano mèdiamente favorável, seria, na província da Estremadura, de perto de 150.000 toneladas.

Dentro dêste capítulo, os números oficiais indicam, como média do quinqüénio 1926/1930, sòmente em relação ao milho e à batata, as seguintes produções:

	Milho	Batata
Distrito de Leiria	10.392.000 litros	14.151 litros
Distrito de Lisboa	10.628.220 »	16.908 »
Distrito de Setúbal	3.787.300 »	18.659 »
Totais . . .	24.807.520 »	49.718 »

(1) A colheita de trigo, em 1934, em Portugal, por exemplo, mostra-nos que o nosso País, nêste ano, tem apenas abaixo da sua quota (de 12,35 quintais por hectare da superfície cultivada), a Grécia, a Espanha, a Polónia, a Bulgária, a Iugoslávia, e a Roménia. Nêste ano, o mais alto pôsto coube à Holanda, com o rendimento de 32,27 quintais por hectare.



Citemos, todavia, como averiguadamente de mais elevada produção frutícola, a dentro da província da Estremadura, e ao norte do Tejo, os concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Tôrres Vedras, Sintra, Arruda dos Vinhos, Alenquer e Loures; e, ao sul do Tejo, os de Almada, Seixal, Palmela e Setúbal. No total, esta produção pode cifrar-se anualmente e em média, em alguns milhares de toneladas, nelas se incluindo um mínimo de 2.000 toneladas de uva, colhida para exportação.

Citemos igualmente, por ser interessante, neste capítulo, que o último manifesto de árvores de fruto, de 1932, indicou, para a província da Estremadura, a existência de 848.745 unidades, assim distribuídas:

Distrito de Leiria .	438.161
Distrito de Lisboa .	152.344
Distrito de Setúbal .	258.240
Total . .	848.745

Esta cifra, já então abaixo da realidade, deve hoje, sem dúvida também, encontrar-se notàvelmente excedida.

Se computarmos, assim, hoje, êste número em 1.000.000 (cifra redonda), e atribuírmos a cada árvore uma produção mínima de 6 quilos de fruta e uma superfície ocupada de 10m2, teríamos, actualmente, portanto, na província da Estremadura, uma produção anual mínima de 6.000 toneladas de fruta e uma área empregada na fruticultura de *apenas 1.000 hectares,* ou *10 qm.2*

Estas cifras, que, julgamos, devem aproximar-se da verdade, indicam, de forma bem nítida, o muitíssimo que há a fazer, no que toca ao desenvolvimento da cultura frutícola em Portugal, e nomeadamente em uma das regiões portuguêsas onde todas as condições mesológicas se congregam favoràvelmente para facilitar êsse desenvolvimento.

Outros produtos — Citamos ainda, especialmente, nesta rúbrica, a produção de *cortiça,* que anda à roda, na província da Estremadura, de 3.500 toneladas por ano, digna de nota, portanto.

Em relação aos anos de 1932, 1933 e 1934 — cujos elementos estatísticos pudemos colhêr — esta produção foi a seguinte:

Distritos	1932	1933	1934
— Leiria .	120 ton.	308 ton.	619 ton.
— Lisboa .	278 »	204 »	653 »
— Setúbal .	3.512 »	2.458 »	2.358 »
Totais .	3.910 »	2.970 »	3.630 »

Em resumo, e como síntese desta breve resenha da actividade agrícola da Estremadura portuguêsa, em face dos elementos estatísticos colhidos, devidamente estudados, podemos concluir que as produções *médias,* anuais, dos principais géneros são, *aproximadamente,* e actualmente, as seguintes:

— Trigo — 10.000 toneladas
— Vinho — 1.900.000 hectolitros
— Azeite — 2.500.000 litros
— Produtos hortícolas — 160.000 toneladas
— Fruta — 8.000 toneladas
— Cortiça — 3.500 toneladas.

É interessante indicar o número de oliveiras manifestadas, na província da Estremadura, no último inquérito oficial de 1932, o qual é o seguinte:

Distrito de Leiria	1.695.406
Distrito de Lisboa	1.214.286
Distrito de Setúbal	221.856
Total	3.131.548

Se atribuírmos a cada árvore a produção mínima actual de 15 quilos de azeitona, computando o número de árvores actual em 3.200.000, teremos uma produção mínima anual de 48.000 toneladas de azeitona.

Fruta — É relativamente importante a produção de fruta, na província da Estremadura, infelizmente em quantitativo inferior ao que seria necessário, e até legítimo esperar das condições geo-agrológicas e climáticas favoráveis dessa região.

Não cabendo na índole dêste trabalho o apuramento das causas dos fenómenos observados, registamos, todavia, que, para o estudo presente, encontramos deficiências notáveis na estatística agrícola, no que respeita à produção de fruta, no País — aliás, forçoso é reconhecê-lo, de muito difícil averiguação.

Produções da Província da Estremadura

I — Resultados do inquérito de 1940

Trigo:

— Das 83 freguesias consideradas . .	26.273 toneladas
— Para as 201 freguesias	63.624 »

Vinho:

— Das 82 freguesias consideradas . .	1.110.605	hectolitros
— Para as 201 freguesias (mesma proporção	2.722.336	»

Produtos hortícolas:

— Das 45 freguesias consideradas . . (Incluindo 26.777 tons. de batata)	42.921	toneladas

Azeite:

— Das 14 freguesias consideradas . .	527.000	litros

II — Números oficiais apurados

Trigo:

— Ano de 1938	45.358	toneladas
— Ano de 1939	40.214	»
— Média do quinqüénio 1926-1930 . .	25.979	»
— Superfície cultivada	40.012	hectares
— Produto por hectare	6,5	quintais

Azeite:

	1937	1938	1939
— Distrito de Lisboa .	1.638.590 lit.	37.120 lit.	1.413.340 lit.
— Distrito de Leiria .	2.711.250 »	30 »	2.002.430 »
— Distrito de Setúbal.	1.193.960 »	21.030 »	873.230 »
Totais . . .	5.543.800 »	58.180 »	4.289.000 »

Cortiça:

	1932	1933	1934
— Distrito de Lisboa .	278 ton.	204 ton.	653 ton.
— Distrito de Leiria. .	120 »	308 »	619 »
— Distrito de Setúbal .	3.512 »	2.458 »	2.358 »
	3.910 »	2.970 »	3.630 »

Arvores de fruto:

	Em 1932	
	Oliveiras	Outras
— Distrito de Lisboa	1.214 286	152.349
— Distrito de Leiria	1.695.406	438.161
— Distrito de Setúbal	221.856	258.235
Totais . . .	3.131.548	848.745

Total geral, 3.980.293

Produtos agrícolas diversos:

Média do quinqüénio 1926-1930:

	Milho	Batata
— Distrito de Lisboa. .	10.628.220 litros	16.908 toneladas
— Distrito de Leiria . .	10.392.000 »	14.151 »
— Distrito de Setúbal .	3.787.300 »	18.659 »
Totais . . .	24.807.520 »	49.718 »

Vinho:

Média do quinqüénio 1926-1930:

— Distrito de Lisboa	1.067.440	hectolitros
— Distrito de Leiria	240.452	»
— Distrito de Setúbal	139.699	»
	1.447.591	»

Produções de 1938, 1939 e 1940, segundo a Junta Nacional do Vinho

Distritos	1938	1939	1940
— Leiria .	580.685 hect.os	438.480 hect.os	458.751 hect.os
— Lisboa .	1.787.448 »	1.458.485 »	1.172.420 »
— Setúbal .	249.062 »	226 869 »	147.325 »
Totais .	2.617.195 »	2.123.834 »	1.778.496 »

Janeiro de 1941.



A BEM DA NAÇÃO.

Grandes Oficinas Gráficas "Minerva"
de Gaspar Pinto de Sousa, Suc.res, Ld.a
—Vila Nova de Famalicão—1942